

# As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1974)

Jorge Santos Carvalho

Coimbra 2024



## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	4
I—O 25 de Abril, a JNS e I Governo Provisório (16/V- 9/VII) .....	8
I.1—Abril e Maio .....	9
Maio .....	11
I.2 — Documentos (1-68).....	13
I.3 — Junho e Julho.....	94
Julho.....	95
I.4 — Documentos (69-100).....	95
II — O II Governo Provisório (13/VII-30/IX).....	172
II.1— Julho e Agosto.....	172
Agosto .....	173
II.2— Documentos (101-124) .....	179
II.3— Setembro .....	210
II.4— Documentos (125-137) .....	221
III — O III Governo Provisório (1/X- 31/XII) .....	242
III.1— Outubro.....	242
III.2 — Documentos (138-163).....	256
III.3 — Novembro .....	298
III.4— Documentos (164-183) .....	319
III.5— Dezembro .....	381
III.6 — Documentos (184-200).....	385
IV —Lista de Documentos .....	415
V— Siglas.....	420
VI — Índice Remissivo .....	420
VII – Fontes e Bibliografia .....	431

## PREFÁCIO

No século XX, as relações jugoslavo-portuguesas surgiram, em 1918<sup>1</sup>, com a unificação dos Eslavos do Sul do Império Austro-Húngaro com o Reino da Sérvia e terminaram com o desaparecimento desse país (2003)<sup>2</sup>. Todavia, estas relações foram, em 1918, a continuação das relações diplomáticas já existentes, desde 1882, entre a Sérvia e Portugal, mas foram esporádicas até 1941<sup>3</sup>. Em Fevereiro desse ano, um diplomata jugoslavo reabriu a legação em Lisboa que funcionou até Abril de 1948, quando foi encerrada por exigência do governo português.

Esta colectânea procura completar a que foi publicada, em 2012 — também com documentos dos arquivos de Belgrado, mas relativos às relações jugoslavo-portuguesas de 1941 a 1974<sup>4</sup> —, porém, então, vários motivos (editoriais e pessoais) adiaram a sua continuação até tempos mais próximos do 25 de Abril de 2024. Assim, só nos últimos anos antes das Comemorações do seu Cinquentenário, a sua escolha, tradução e revisão foram efectuadas, sendo as dificuldades, desta vez, mais ligadas à quantidade de documentos e aos numerosos acontecimentos relatados e não pela sua falta como se verificou na anterior colectânea. Todavia, milhares de páginas de telexes, relatórios e outra

---

<sup>1</sup> Nesse ano (1 de Dezembro), após a vitória sérvia na I Grande Guerra Mundial, surgiu o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos que, em 1929, se tornou no Reino da Jugoslávia. Durante a II Grande Guerra Mundial, foi proclamada a Jugoslávia Democrática Federativa (Março de 1945) e, depois, a República Federativa Popular da Jugoslávia (Novembro desse ano).

<sup>2</sup> De 1963 a 1992, designou-se República Socialista Federativa da Jugoslávia. Após a desintegração da federação jugoslava (1991), a República Federal da Jugoslávia, formada só pelas repúblicas da Sérvia e Montenegro, desapareceu numa confederação pouco duradoura — a Sérvia e Montenegro (2003-2006).

<sup>3</sup> Após um consulado honorário, uma legação (1917-1920) que foi encerrada por austeridade económica, passando o seu legado, em Madrid, a ficar acreditado junto do governo português. Também, em 1941, em Fevereiro, chegou a Belgrado um diplomata português, o embaixador em Bucareste, para a abertura da legação que foi impedida, em Abril, pelo bombardeamento de Belgrado pela aviação alemã e a ocupação da Jugoslávia. Após 1945, somente em meados de 1974, com restabelecimento das relações diplomáticas, ocorreu essa abertura, desta vez, de uma embaixada..

<sup>4</sup>«As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)», IUC, 2012, ( <http://hdl.handle.net/10316.2/11949> ).

documentação obrigaram a uma selecção que abrangesse os factos e fontes mais importantes deste período (Abril de 1974 a 1975) para a sua publicação numas centenas de páginas (documentos traduzidos, notas, índices, etc.).

O ordenamento da documentação é cronológico, sendo, por vezes, a sua data posterior em alguns ou mais dias ao que é relatado. Na sua grande maioria, são telexes com poucas páginas de texto. Houve, ainda, a pretensão dos textos traduzidos terem uma apresentação gráfica próxima dos originais, mas essa opção não foi possível devido à maioria desses documentos não terem letras maiúsculas e a sua pontuação ser reduzida. Manteve-se, porém, os sinais ortográficos e as palavras sublinhadas. Também, por vezes, as designações e conclusões dos documentos foram sublinhadas. Optou-se, ainda, pela sua repartição por três capítulos com sete resumos introdutórios e notas acerca dos seus 200 documentos.

Reiterando a nota da tradução da colectânea, publicada em 2012, igualmente, nesta foi efectuada a transliteração de nomes e de outras palavras, sendo citados, no índice onomástico na sua grafia em sérvio-croata. Em relação à maioria da documentação (telexes) — além da frase demasiado «telegráfica» e, por vezes, algo errado no texto que foi assinalado e emendado —, a sua tradução só teve de enfrentar as dificuldades a si inerentes e a ter as revisões consideradas necessárias. Além dessas emendas e notas, entre estas últimas, encontram-se outras quando, os citados acontecimentos e personalidades assim o recomendar, bem como a respeito de anteriores traduções de extractos destes documentos.

Como esta Colectânea é complementar de outros nossos trabalhos acerca das relações jugoslavo-portuguesas, em particular, da tese de doutoramento (2018)<sup>5</sup>, e estando já acessíveis na internet, considerou-se que seria excessiva outra menção semelhante ao que ali foi referido sobre o importante acervo dos arquivos de Belgrado, a reduzida bibliografia existente e outros aspectos destas relações. Ademais, tendo em conta que o seu estado da arte se alterou pouco desde essa data, esta decisão justifica-se. Uma situação que, nestes últimos anos antes do Cinquentenário, mereceu da nossa parte a apresentação de diversas propostas de projectos de investigação junto de instituições possivelmente interessadas, mas as suas respostas foram negativas, umas por «falta de verbas» e outras por razões desconhecidas. Sendo assim, as centenas de páginas seguintes foram a solução encontrada para atenuar o resultado dessas tentativas.

Outrossim, estimou-se que a escolha dos documentos deveria corresponder à cronologia dos acontecimentos desses meses de 1974 devido a um acompanhamento atento da situação política em Portugal e suas colónias que foi um dos principais assuntos da política externa jugoslava, merecendo

---

<sup>5</sup> V. «A Jugoslávia nas encruzilhadas do 25 de Abril», (<http://hdl.handle.net/10316/85306>).

ainda a atenção dos seus meios de comunicação social. Deste modo, essa documentação permite uma comparação de fontes, em que as jugoslavas apresentam uma descrição pormenorizada dos seus numerosos contactos com governos dos países não-alinhados africanos e os dirigentes dos movimentos independentistas das colónias portuguesas. Entre os primeiros, principalmente, de países vizinhos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, enquanto os movimentos foram sobretudo o PAIGC, MPLA e FRELIMO. Todavia, é de realçar ainda os numerosos contactos das embaixadas jugoslavas com os governos e partidos políticos dos países europeus e americanos mais interessados pelo que ocorria, em Portugal, após a recente «*mudança do regime*» em fins desse Abril.

Reafirmando, por fim, o já dito, a escolha e a tradução destes documentos confirmam bem como, nesses meses desse ano, os seus subscritores jugoslavos — sobretudo, diplomatas, políticos e jornalistas — descreveram acontecimentos e relataram conversações com muitas das figuras políticas portuguesas e de muitos outros países. Por isso, estes foram dias em que, devido à sua situação sociopolítica e à descolonização, Portugal ocupou um lugar cimeiro na política internacional.

Porém, é de acrescentar que, na política externa jugoslava, foi a descolonização que ocupou mais esse lugar, caso se tenha em conta que as crises políticas portuguesas foram sempre consideradas a prever as possíveis consequências nas negociações e independências das suas colónias africanas. No entanto, sendo um dos membros principais do Movimento dos Países Não-Alinhados e pelas suas relações com os mencionados movimentos de libertação, a Jugoslávia foi um dos primeiros países a ser contactado pelo I Governo Provisório português, continuando esses frequentes contactos — após o restabelecimento das relações diplomáticas, em Junho desse ano — durante todo o processo da Descolonização nos seguintes governos provisórios.

Em relação à situação política portuguesa, a sua opção foi de aguardar o seu desfecho e sem qualquer posição ou declaração que fosse tomada como ingerências pelos principais partidos políticos e o MFA, mas ainda pela OTAN — principalmente, pelos EUA, Reino Unido, RFA e França.

Por fim, esta posição jugoslava respeitava o aprovado — em Ialta e Potsdam, em 1945, e, passados trinta anos, em Helsínquia — a respeito das bem demarcadas «*esferas de influência*» e à então «*détente*» na Europa. Igualmente, após a Conferência de Bandung (1955), a Reunião de Brioni (1956) e o acordado na Conferência de Belgrado (1961)<sup>6</sup>, a primeira cimeira dos países não-alinhados, esta foi uma posição aceite no quadro político mundial exterior ao europeu.

---

<sup>6</sup>V.«A Conferência de Belgrado (Set./1961), A Jugoslávia e o Colonialismo Português». Belgrado, 2014. CD25A, Biblioteca Digital.  
(<https://www.cd25a.uc.pt/storage/media/pdf/Biblioteca%20digital/A%20CONFERENCIA%20DE%20BELGRADO.pdf>)



## I—O 25 de Abril, a JNS e I Governo Provisório (16/V- 9/VII)

Depois do encerramento da legação jugoslava em Portugal (Abr./1948), exigido pelo governo português<sup>7</sup>, as relações diplomáticas mantiveram-se entre os dois países por meio das suas embaixadas em Paris. Assim, um seu rápido restabelecimento foi possível logo após ser proposto, uma semana após o 25 de Abril, em Bona, por Mário Soares ao embaixador jugoslavo.

Neste longo interregno, em que também foram raras as relações económicas ou outras, mesmo no plano político, os contactos com a oposição antifascista portuguesa só foram restabelecidos nos anos 60<sup>8</sup>. Igualmente, nesta década, iniciou-se o apoio jugoslavo aos movimentos independentistas das colónias portuguesas<sup>9</sup>. Na década seguinte, as visitas à Jugoslávia de uma delegação do PCP (Set./73) e outra do MPLA (Mar./74) foram os contactos anteriores mais próximos da citada reunião de Bona. Porém, além do referido desaparecimento da documentação a respeito da delegação do PCP, a informação sobre a situação política e militar em Portugal e suas colónias que foi dada por Agostinho Neto aos seus anfitriões jugoslavos, sendo anterior ao 16 de Março da tentativa do golpe militar das Caldas da Rainha, não previa qualquer revolta no exército português, embora as mudanças quanto à política colonial e suas consequências foram referidas (V.Doc.1).

Os documentos mencionados encontram-se, actualmente, no Arquivo da Jugoslávia, em Belgrado. Antes, estiveram no Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Outra documentação encontra-se no Arquivo Histórico Militar, sendo de referir ainda os arquivos da Radio Televisão da Sérvia e da Biblioteca Nacional.

Como o ordenamento cronológico destes e dos restantes documentos é feito pela sua data e não pelo que relata, como foi já mencionado, qualquer sua citação deve ter em conta esta diferença. Uma

---

<sup>7</sup>V. «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)*», p.35-39, IUC, Coimbra 2012. Todavia, como estas pesquisas não abrangeram os arquivos de outros países com missões diplomáticas em Portugal, esta investigação acerca deste período do pós-guerra (1945-48), em Portugal, não foi efectuada.

<sup>8</sup>V. *Idem*, p. 203-209.

<sup>9</sup>V. *Idem*, p. 219-241.

diferença que pode ser de vários dias, mesmo na data de telexes, devido ao seu envio posterior como foram os primeiros e outros posteriores da embaixada em Paris e não de Lisboa, por falta ou avaria da máquina da cifra. Igualmente, essa diferença encontra-se ainda, por exemplo, na recepção de relatórios por mala diplomática.

Na sua escolha, verificou-se diversos assuntos predominantes pela sua importância e o seu número de documentos como são os seguintes: situação política portuguesa (interna e externa); Descolonização (as negociações com os movimentos independentistas das colónias); partidos políticos (principalmente as relações com e entre o PSP e PCP); personalidades portuguesas (reuniões e conversações); embaixada jugoslava em Portugal (diplomatas, contactos e funcionamento); e o governo e partidos jugoslavos (SFNE, LCJ e ASPTJ<sup>10</sup>).

### I.1—Abril e Maio

A surpresa naquela quinta-feira de 25 Abril, assim parece pelas primeiras reacções da diplomacia jugoslava, foi comentada, no dia seguinte, a pedido da embaixada jugoslava, em Londres, por um diplomata do *Foreign Office* (V.Doc.2). Considerando que «*era ainda cedo para se dar qualquer prognóstico mais detalhado*» em relação à situação em Portugal, não deixou de salientar que a questão estava «*se Spínola continuará a defender a federação ou evoluirá em direcção da concessão do direito à autodeterminação*». Contudo, apesar de ser um «*expoente militar, mas com ideias um pouco mais realistas acerca do futuro de Portugal*» do que Marcelo Caetano, seria «*irrealista esperar mudanças radicais para «a esquerda*». Acreditavam, no *FO*, que Spínola poderia aspirar «*a certas reformas sociais e à concessão de alguns direitos democráticos à população portuguesa*».

Em relação às «*causas da revolta encontra[va]m-se na grave situação económico-social no país (estagnação do desenvolvimento, inflação e crescentes despesas militares) e a obsolescência do anterior regime ditatorial*». Talvez, por isso, sentindo «*a crescente insatisfação no mundo com o existente regime e política de Portugal*», Spínola considerou ainda «*o rumo cada vez mais forte em África para a emancipação político-económica*». Para concluir, este diplomata britânico realçou que «*um pouco mais democracia em Portugal*» só podia ser bem aceite, tanto «*no seio da OTAN*», como poderia ter «*um efeito positivo na regulação das relações da CEE-Portugal*».

Uma opinião semelhante, em Paris, tinha um diplomata da embaixada da RFA (V. Doc.3) que disse ao seu interlocutor jugoslavo que à citada OTAN «*não convinha a política colonialista de Portugal em África, porque representava um anacronismo e afastava os países africanos do Ocidente*», sendo esta sua posição transmitida para Belgrado como uma possível maneira de ver o «*golpe em Portugal*» nessa organização. Também, noutra avaliação (30/Abr.), esta de um diplomata do Quai

---

<sup>10</sup> Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros, Liga dos Comunistas da Jugoslávia e Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Jugoslávia.

d'Orsay (V. Doc.7), para «*os países do Pacto Atlântico, a queda da ditadura do poder foi considerada positiva*», embora, tivessem ficado com reservas quanto ao novo poder tanto pelas suas capacidades para a instauração das «*liberdades democráticas*», como pelo seu carácter devido a nada se saber «*sobre os protagonistas do golpe de Estado nem a sua orientação política*».

Nesse mesmo dia, num breve telex para o SFNE, o embaixador jugoslavo em França (V.Doc.8). propôs «*que se considere claramente positiva a mudança em Portugal, tendo em conta que é dirigida contra o regime colonial fascista*». Recomendando que tal avaliação deveria ser dada numa conferência de imprensa, referiu ainda o existente «*confronto em redor das posições relativas à resolução da questão colonial*», pelo que, talvez, fosse «*necessário nessa conferência exprimir a esperança de que a nova situação em Portugal*» iria possibilitar «*a justa solução conforme as reivindicações dos movimentos de libertação e dos países não-alinhados*». Sendo esta a primeira proposta encontrada na documentação consultada, antes da declaração do governo jugoslavo (V.Doc.23). acerca da «*mudança em Portugal*» (8/Maio), a sua importância pode estar na sua possível influência no rápido restabelecimento das relações diplomáticas suspensas desde 1948.

Durante a semana seguinte ao 25 de Abril, o Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros (SFNE) (V.Doc.5 e 9). solicitou às suas embaixadas em países europeus, africanos e americanos (EUA e Brasil), que considerou importantes, a obtenção de mais informações, para contactarem os seus MNE e partidos políticos (principalmente sociais-democratas e comunistas), assim como aqueles governos que não tinham relações com Portugal, os movimentos de libertação das «*colónias portuguesas em África*<sup>11</sup>» e «*os representantes do movimento de libertação de Portugal*»<sup>12</sup>. Igualmente, devido às «*numerosas ligações*» luso-brasileiras — desde históricas a linguísticas e outras — pediram à embaixada, em Brasília, que informassem acerca «*das opiniões da imprensa e oficiais em relação das mudanças em Lisboa*».

Nas semanas seguintes, as dezenas respostas a este pedido dão também uma recolha de avaliações do «*carácter e da dimensão das mudanças*», tanto sobre as posições e orientações das forças que «*se encontra[va]m por trás da Junta*» da Salvação Nacional, como quanto às «*amplas repercussões (colónias e desenvolvimento nelas, Europa, OTAN, Mediterrâneo, Espanha)*». Além disso, procurou-se saber «*a interpretação e atitude dos EUA, dada a posição de Portugal na OTAN*», mas considerou-se difícil de prever «*a posição real e as acções possíveis dos Estados Unidos*». Do mesmo modo, ao realçar a importância dos recentes acontecimentos em Portugal para «*o desenvolvimento da luta de libertação nas colónias portuguesas em África*», o SFNE pediu a estas suas embaixadas uma «*opinião acerca da possível influência (positiva ou negativa) destes acontecimentos na intensificação da luta e*

<sup>11</sup>(V.Doc.4). Da sua embaixada, em Dar es Salam, recebeu informações acerca da FRELIMO, MPLA e FNLA.

<sup>12</sup>(V.Doc.9). Uma referência à Frente Patriótica de Libertação Nacional que, após a sua extinção (1973), surgiu o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) que incorporou as Brigadas Revolucionárias (BR) que tinham ligações, desde 1971, com a FPLN.

*unidade dos movimentos de libertação» com um constante acompanhamento e informação a respeito desta questão.*

Acrescente-se que essa procura para se saber a posição do EUA encontra-se logo numa primeira reunião (30/Abr.), no Departamento de Estado (V.Doc.6), em que dois diplomatas estado-unidenses informaram o seu interlocutor jugoslavo que *«a mudança do regime»*, em Portugal, convinha *«tanto aos EUA como aos aliados da OTAN por causa das críticas devido à aliança com a ditadura»*, considerando que essa mudança tinha de ocorrer devido a que *«o regime estava completamente isolado, o país empobrecido estava exausto em uma guerra prolongada sem perspectivas»*.

Nesta reunião, além de referências a alguma incerteza quanto às *«forças dominantes no exército que executaram o golpe»* e *«como as coisas vão se desenvolver»*, já Spínola era também, além de *«uma figura, [...]um homem que realmente detém o poder»*. Igualmente, sabiam que *«excepto a destituição de ministros, quase nenhuma outra mudança foi feita no aparelho de Estado. No MNE, a função ministerial assumiu-a o secretário-geral com quem a embaixada americana comunica. Da mesma maneira, ficaram também outros funcionários. De modo igual, em outros ministérios»*. Mencionaram ainda seguras *«repercussões em Espanha»* da mudança e um *«totalmente incerto o desenvolvimento em África»*, acerca do qual voltaram a falar de Spínola e da sua autodeterminação, mas citando somente a situação em Moçambique e as possíveis reacções da RAS e da Rodésia.

Sendo estas opiniões semelhantes às anteriores e posteriores respostas de países membros da OTAN em relação à *«mudança do regime»* em Portugal, mas também pela ausência de comentários acerca da sua veracidade na documentação consultada, pode-se supor que foram aceites pelo governo jugoslavo como uma possível posição assumida pelos EUA e os seus *«aliados da OTAN»* a respeito da situação política portuguesa.

## **Maio**

Quanto às principais questões, essa situação política ocupou um lugar importante na recolha de informações pelos diplomatas jugoslavos. Assim, as viagens de Mário Soares<sup>13</sup> (Bona, Roma, Helsínquia, Bruxelas e Londres), os contactos com o movimentos de libertação (PAIGC, MPLA e FRELIMO), os MNE e partidos políticos dos mencionados países levaram o governo jugoslavo a restabelecer as relações diplomáticas por ocasião da visita (2 a 4 de Junho) da sua delegação a Portugal (V.Doc.76). Porém, essa decisão já tinha sido aprovada pela sua mencionada declaração, em 8 de Maio, que foi confirmada dias depois pela *«análise das impressões [...]com base nas conversações em*

---

<sup>13</sup> (V. Doc. 10, 11, 12, 16, 18, 19 e 21).

*Lisboa*» (13-15/Maio) de um enviado especial a Lisboa, Jarko Bojitch, com diversas personalidades portuguesas<sup>14</sup>.

Também, dias antes, a Lisboa chegou Deían Lukitch, correspondente em Paris de um diário belgradense, que publicou (10/Maio) a sua entrevista a Mário Soares. (V. Doc.29). Durante as duas semanas da sua estadia, foram publicados os seus artigos diários acerca da situação política portuguesa.

Estes contactos prosseguiram, em Londres<sup>15</sup> (24-27/Maio), com a delegação portuguesa (Mário Soares e Jorge Campinos) nas negociações com o PAIGC pelo diplomata, Ivan Kofiitch, que reabriu, em Junho, a missão diplomática jugoslava em Portugal.

Também, em meados de Maio, em Belgrado, a embaixada soviética entregou no SFNE um pedido do PCP (V. Doc. 46) efectuado, em Moscovo, junto do PCUS «*para informar os países socialistas da opinião de que seria prematuro e inconveniente, tendo em conta a situação confusa*», o reconhecimento e o estabelecimento de relações diplomáticas com o «*novo governo de Portugal*». Um adiamento justificado para «*se ver a sua linha política*», assim como solicitando que fosse considerada «*a opinião que o CC de Portugal*» daria acerca desta questão. Neste breve relato desta reunião, o diplomata jugoslavo referiu ainda a sua exposição acerca da recente declaração do governo jugoslavo (8/Maio) relativa aos «*acontecimentos de Portugal*».

Este mesmo pedido foi apresentado, uma semana depois (24/Maio), numa carta do PCP para a LCJ, que foi entregue, em Moscovo, por Carlos Amboim Inglês (V.Doc.59 e 62), na embaixada jugoslava. O mesmo assunto voltou a ser discutido por ele, nos dias seguintes, em Belgrado, como representante do PCP no X Congresso da LCJ<sup>16</sup>, na sua reunião com Miloche Minitich<sup>17</sup> (secretário federal dos Negócios Estrangeiros e membro da Presidência da LCJ), em que este explicou as razões da decisão do «*reconhecimento do regime em Portugal*». Todavia, essa decisão como outras posteriores quanto à situação política portuguesa, que deveriam só ser tomadas «*após o CC PCP informar acerca disso os PC, isto é, os países socialistas*» não foi aceite. Esta questão voltou a ser discutida, durante esse ano, em outras ocasiões, tendo até sido um problema nas relações PCP-LCJ com o seu auge devido à visita, em Novembro, de uma delegação da ASPTJ ao PS (V.Doc.172).

Neste Congresso da LCJ (27-30/Maio), esteve também uma delegação do PSP, formada por Francisco Ramos da Costa, Mário Sottomayor Cardia e José Leitão (V. Doc. 72), PAIGC e do MPLA, tendo as conversações com as quatro delegações<sup>18</sup> sido conduzidas por Miloche Minitich. Estas

---

<sup>14</sup>Como jornalista ou enviado da LCJ e da ASPTJ, teve conversações, em Lisboa (13-16/Maio) com Vítor Cunha Rego, general António Spínola, Álvaro Cunhal, capitães Garcia Correia e Garcia Bernardo (V. Doc.47, 48, 49, 50).

<sup>15</sup>V. Doc. 65, 67 e 68.

<sup>16</sup>Entre este e o anterior congresso (1968), o número dos seus membros passou de 1146 000 a 1076 000. A percentagem de operários diminuiu de 31,1% para 29,1% e a dos camponeses de 7,1% para 5,6%.

<sup>17</sup> V. Doc.73 e 98.

<sup>18</sup> A ausência da delegação da FRELIMO foi depois justificada (V. Doc. 107) com uma desculpa de Marcelino dos Santos, mas essa ausência, como respondeu, depois, Samora Machel ao embaixador jugoslavo em Dar es Salam, foi devido ao não cumprimento da ajuda jugoslava prometida (V. Doc.178 e 188), assim como V. «*A Jugoslávia nas encruzilhadas do 25 de Abril*», p. 289 e 290.

conversações, assim como as notícias e entrevistas nos meios da comunicação social mostraram bem, além da importância e atenção que lhes foram dadas, diversos aspectos da política jugoslava em relação à situação político-militar em Portugal e suas colónias africanas. Do mesmo modo, os citados relatórios acerca das delegações dos dois partidos portugueses (Doc.72, 73 e 98) descrevem com algum pormenor as suas estadias e conversações com os dirigentes jugoslavos.

## **I.2 — Documentos (1-68)**

---

### **1 [ Visita delegação do MPLA à Jugoslávia, Março 1974 ]**

Departamento das Questões  
de Política Externa

#### **PROBLEMAS COM QUE SE DEFRONTA O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) E A SITUAÇÃO EM ÁFRICA**

(Durante a recente estadia da delegação do Movimento Popular Libertação de Angola — MPLA, o Vice-Secretário Federal, Iakcha Petritch recebeu o seu presidente Dr. Agostinho Neto e transmitimos as partes mais interessantes da conversação<sup>19</sup> que, nessa ocasião, teve lugar).

O Dr. Neto exprimiu a sua satisfação pelo encontro com o Vice-Secretário Federal Petritch e, em geral, por causa do permanente contacto amigável que o seu movimento mantém com a Jugoslávia. Cooperam bem com a nossa embaixada em Lusaca.

A África encontra-se, segundo a avaliação do Dr. Neto, perante uma fase de mudanças importantes. Os colonialistas estão conscientes de que, com os métodos tradicionais do regime colonial, será cada vez mais difícil assegurar as suas posições em África. Por isso, os seus esforços são dirigidos para mudar, mantendo a essência das relações coloniais, o estatuto formal das colónias, estabelecendo assim para elas um certo tipo de autonomia. Tal autonomia, segundo a opinião dos portugueses, os povos de Angola e Moçambique deveriam aceitar como primeiro passo para a independência. Acerca de tudo isso, existe ainda divergências também no próprio Portugal. Os esforços de Portugal para atrair, em Angola, o máximo de capital estrangeiro quanto possível, além disso, de um ponto de vista da luta de libertação, significam novas dificuldades. Isto relaciona-se, por exemplo, com os campos de petróleo, recentemente descobertos numa região que faz fronteira com o Zaire. Estes campos são, na realidade, a continuação dos grandes campos petrolíferos no Zaire, que já estão a ser explorados. A via mais favorável para a exportação do petróleo do Zaire é por meio do porto de Cabinda, em Angola. Parece,

---

<sup>19</sup> Outro documento relativo a esta visita, datado de 2/Março, foi publicado no «As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)», p.374-380.

também, que o Zaire se orientou por esta via para a exportação — por consequência, por interesses económicos egoístas, faz compromissos com o regime colonialista português. [ 2.<sup>a</sup> p.]

Nisso, o Zaire goza do apoio dos EUA. Tanto o Zaire, como a Zâmbia, juntamente, segundo o Dr. Neto, jogam um papel bastante negativo em relação ao movimento de libertação de Angola — apoiam as fracções tribalistas e movimentos adversários como é o movimento de Roberto Holden, fazem pressão no MPLA para mudar a sua linha política, não permitem o trânsito do material bélico através do seu território, etc. Assim, por exemplo, o Zaire influenciou a Suécia para suspender a ajuda ao MPLA e os suecos hesitaram e recuaram. O Dr. Neto realçou que ele e os seus colaboradores fazem tudo para convencer os países europeus que os países africanos que recusam o apoio aos movimentos de libertação africanos, na realidade, também eles próprios perdem todos os atributos de países independentes africanos — ou seja, não merecem receber ajuda económica do estrangeiro. O Dr. Neto considera que os países que dão ajuda à Zâmbia deveriam também suspendê-la.

Por causa de tudo isso, a actuação do MPLA enfraqueceu nos últimos tempos. A Conferência dos Países Não-Alinhados, em Argel, deu, como também nas anteriores conferências, boas e valiosas resoluções a favor dos movimentos de libertação, as quais, infelizmente, não foram implementadas. Por exemplo, o Quénia foi um país que votou por essas resoluções, mas no plano de apoio e ajuda aos movimentos de libertação não fez nada.

Na pergunta do Vice-Secretário Federal Petritch acerca de como eram as relações do MPLA com a Argélia, o Dr. Neto respondeu: «excelentes».

O Dr. Neto salientou o empenhamento da Jugoslávia na Conferência da Segurança Europeia, no plano do apoio às lutas anticoloniais, que consideram muito útil, mesmo que não resulte em resoluções adequadas. O importante é que o problema se discuta, que influencie de forma abrangente o isolamento de Portugal. Os representantes do MPLA insistiram junto dos holandeses e belgas para se impedir a utilização de armamento da OTAN contra os movimentos de libertação. Embora, tivessem conseguido a compreensão desses países, o Dr. Neto duvida que seja possível impedir eficazmente os complexos mecanismos da OTAN com os quais está assegurado o fornecimento de armamento a Portugal.

Ademais, o Dr. Neto disse que havia também países socialistas que mantinham e desenvolviam relações económicas com Portugal. Por exemplo, a Polónia fornecia barcos a Portugal que, sem dúvida, entre outras coisas, serviam igualmente para transporte de armamento e tropas para Angola. Considerou que se deveria chamar a atenção desses países para estes factos. Além da Polónia, mencionou a Checoslováquia, Roménia e, como países socialistas, que mantinham relações económicas com Portugal.

No conjunto, o Dr. Neto disse que os países europeus têm uma posição positiva em relação aos movimentos de libertação. Alguns deles prestam também ajuda concreta. Embora essa ajuda seja principalmente de carácter humanitário (escolas, medicamentos, alimentos), e nunca inclui militar, trata-se de material que é muito útil e representa um importante contributo para a actuação do movimento. De tal avaliação favorável, o Dr. Neto excluiu a social-democracia alemã.

Belgrado, 14 de Março de 1974

*ADMNE, F-225, Angola e Moçambique (1974)*

---

## **2 [ Comentário de um diplomata britânico]**

Embaixada RSFJ – Londres 420672

N.º 305

26 / 4 / 1974

S F N E

Portugal

Goodison, o chefe para a Europa do Sul (incluindo Portugal e Espanha) no FO, considera que era ainda cedo para se dar qualquer prognóstico mais detalhado acerca da evolução da situação em Portugal,

A questão está se Spínola continuará a defender a federação ou evoluirá em direcção da concessão do direito à autodeterminação. Spínola é o expoente militar, mas com ideias um pouco mais realistas acerca do futuro de Portugal do que até então primeiro-ministro Caetano.

Por isso, era irrealista esperar mudanças radicais para «a esquerda». No FO, estão inclinados a acreditar que Spínola aspirará a certas reformas sociais e à concessão de alguns direitos democráticos à população portuguesa.

As causas da revolta encontram-se na grave situação económico-social no país (estagnação do desenvolvimento, inflação e crescentes despesas militares) e a obsolescência do anterior regime ditatorial. Além disso, Spínola sentiu provavelmente a crescente insatisfação no mundo com o existente regime e política de Portugal e, sem dúvida, teve em consideração o rumo cada vez mais forte em África para a emancipação político-económica.

A inserção de um pouco mais de democracia em Portugal pode só ser aceite favoravelmente no seio da OTAN e pode ter um efeito positivo na regulação das relações da CEE-Portugal.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete de Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, GSS-SS, UID, GAP e Quinta Direcção.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

*AJ, F- 837, KPR, I-5-b, (Angola,1974)*

---

## **3 [ Embaixada jugoslava (Paris), Comentário de um diplomata da RFA sobre o 25 de Abril ]**

(Carimbo do Arquivo)

Embaixada RSFJ - Paris data: 29/4

Número 417

N.º:

27/4/1974  
SFNE

O conselheiro da embaixada da RFA diz que à «Aliança Atlântica» não convinha a política colonialista de Portugal em África, porque representava um anacronismo e afastava os países africanos do Ocidente. Em relação ao golpe em Portugal, limitou-se a que não tinha quaisquer análises ou informações oficiais. A sua maneira de ver a posição da OTAN em relação a Portugal transmitimo-la como possível indicação da reflexão em relação ao golpe na OTAN.

Enviado: terceira direcção, Dizdarevitch, uid , gap, quinta direcção, rb, arquivos conf.

ADMNE, F-216 Portugal (1974)

#### 4 [ Diversas opiniões acerca do *putsch* em Portugal ]

Embaixada R S F J - Dar es Salam                    4 2 0 6 9 1  
Número 205  
29 / 4 / 1974  
S F N E –

1. A Tanzânia vê o *putsch* em Portugal com uma mistura de opiniões. Consideram que a chegada ao poder do general Spínola é, no fundo, positivo porque mostra que a crise interna não se podia resolver com o prolongamento, ou seja, com a intensificação da ditadura fascista para o que se empenhava o grupo fascista mais extremista. A chegada ao poder do exército conduzirá, provavelmente, a uma certa democratização e modernização da sociedade portuguesa. Se algo mais não houver, foi positivo que tombou um regime fascista de 40 anos. Não é claro ainda quais as forças sociais que representam e o que querem os jovens oficiais do *putsch*. Se querem somente uma posição privilegiada e melhores condições materiais ou, todavia, também certas reformas políticas e sociais.

Mas sob o ponto de vista da libertação das colónias portuguesas, o novo regime será um pouco mais desfavorável. Os movimentos de libertação até agora tiveram por adversários uma guarnição comprometida, politicamente subserviente e internamente fascista, que acreditava cegamente que as colónias unicamente se podiam manter caso se vencesse militarmente os movimentos de libertação. Uma tal política teve como consequência uma brutal orientação que facilitou a insurreição armada e provocou a condenação da opinião pública mundial.

Mas a política de Spínola será mais subtil e perigosa, ele é também um convicto apoiante da conservação dos territórios coloniais portugueses e não está disposto para dar a independência às colónias. Mas não com a força militar (não porque não aceita a força brutal, mas pelo que vê que é impossível submeter militarmente os movimentos de libertação), mas sim com soluções políticas e neocolonialistas que manteriam Moçambique, Angola e Guiné-Bissau no quadro de Portugal. [ 2.ª p ]

E contra tais maquinações será mais difícil salvaguardar a frente unida — porque também nos movimentos de libertação e entre os países africanos encontram-se forças que irão considerar que, pelo menos numa primeira fase, é aceitável um certo tipo de autonomia de Moçambique, Angola e Guiné-

-Bissau. Pelo menos, isso poderia conduzir a uma estratificação política no interior dos movimentos de libertação e na OUA, assim como até à diminuição da intensidade das lutas armadas nas colónias. Aos movimentos de libertação, seria muito mais difícil lutar contra um moderno e flexível regime militar com uma fachada democrática.

2. A Tanzânia olha com uma certa preocupação os rumores, que lançam a Rodésia do Norte e a RAS de que os «settlers», em Moçambique, proclamarão a independência à semelhança como fez I. Smith. Embora, em Moçambique, a população branca não seja tão numerosa e ainda menos compacta como na Rodésia do Norte, mas com o apoio da RAS e da Rodésia do Norte, uma tal possibilidade não está excluída. Igualmente, não se exclui a intervenção militar da RAS e, até uma delimitada ocupação do Sul de Moçambique. no caso da FRELIMO esteja perto da vitória.

3. O Comité Executivo da FRELIMO, por meio de um comunicado oficial, reagiu nas mudanças em Portugal bastante moderadamente, mas energicamente: a Junta só podia terminar a guerra, em Moçambique, com o reconhecimento da independência sob a direcção da FRELIMO; qualquer outra solução encontrará uma resistência determinada em Moçambique; caso a Junta respeitar os princípios contidos na sua declaração, então isso é o caminho para a instauração da democracia em Portugal que a FRELIMO saúda. A FRELIMO rejeita como totalmente inaceitável o conceito de federação entre Portugal e as colónias africanas, ou seja, da declaração spínolista de que «a Junta garantiria a soberania da nação portuguesa na sua totalidade multinacional». [ 3.ª p ]

4. O primeiro comunicado do representante, em Dar es Salam, do MPLA fala acerca das profundas dúvidas que este movimento de libertação tem em relação às intenções de Spínola, Consideram que, a partir de agora, Portugal seria um adversário mais difícil porque, sob a máscara duma aparente democracia, estará em condições: (1) de se apresentar no mundo como um regime não fascista e (2) que, com menos dificuldades, tentar encontrar uma solução neocolonialista para as suas colónias. Aguarda-se a reacção oficial do Dr. Neto que está em viagem pelo Canadá.

5. O representante da ZANU considera que, provavelmente, também a OTAN estava por trás da mudança em Portugal porque o regime de Caetano, tal como era, causava danos políticos aos amplos interesses da OTAN. Quanto a Portugal, a questão os seus sonhos de uma federação caem na água porque ele como um país tecnicamente atrasado não tem nada para oferecer às colónias. Opinião semelhante defende também o representante da FNLA (movimento do H. Roberto) em Dar.

(De conversações com os representantes dos movimentos de libertação, funcionários do MNE e jornalistas).

Entregue: 7.ª Direcção, Dizdarevitch, Lalovitch, Belovski, UID, GAP. 3.ª e 5.ª direcções.  
ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)

---

## 5 [ SFNE, a situação e as mudanças em Portugal ]

Terceira Direcção  
N.º 420214  
29 / 4 / 1974

Embaixadas da RFSJ em Paris, Bruxelas, Roma, Londres, Estocolmo, Copenhaga, Oslo, Helsínquia, Haia, Viena, Washington, Moscovo, Praga, Varsóvia, Cairo, Argel, Tunis e Marrocos.

Com grande interesse acompanhamos o desenvolvimento da situação em Portugal, porque as mudanças a que chegaram (embora ainda seja difícil ver sua verdadeira essência, dimensão e duração), têm um amplo significado e repercussões, tendo em conta no carácter do anterior regime, a política colonial de Portugal e o lugar e o papel na aliança ocidental.

Pedimos para contactarem os representantes dos MNE e peçam as suas avaliações acerca do carácter e da dimensão das mudanças (em particular, quais forças se encontram por trás da Junta, as suas posições e orientações), como também sobre as amplas repercussões (colónias e desenvolvimento nelas, Europa, OTAN, Mediterrâneo, Espanha). Sobretudo, é importante saber, entre outras coisas, a interpretação e atitude dos EUA, dada a posição de Portugal na OTAN e a sua estratégia, com base em notícias muitas vezes unilaterais, é difícil avaliar a posição real e as acções possíveis dos Estados Unidos, o que é importante não apenas para o destino do novo regime, mas também para relações mais amplas.

Além das avaliações oficiais, é útil obter também a opinião das organizações políticas mais importantes, em particular, dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus ocidentais e dos partidos comunistas.

Pedimos que nos informem, igualmente, acerca dos eventuais passos que pretendem tomar aqueles governos que até agora não tinham relações com Portugal.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

---

## **6 [Embaixada jugoslava (EUA), Informações mudança regime em Portugal ]**

Embaixada R S F J - Washington 421109  
Número 573  
30/ 4 /1974

Da conversação de Novakovitch com o chefe-adjunto da Secção de Portugal (J. Smith) e o chefe da Secção da RAS (H. Kaiser):

O embaixador português informou por nota o SD [*State Department*] acerca da mudança de regime. Os americanos responderam que, com agrado, continuarão as relações e cooperação, e que estimam muito a atitude de Portugal durante a Guerra de Outubro (por causa dos Açores) (com isto, implicitamente reconhecem o novo regime). A declaração de Spínola de que o novo regime respeitará todos os acordos e obrigações internacionais consideram inalterada a posição de Portugal na OTAN. A mudança do regime convém tanto aos EUA como aos aliados da OTAN por causa das críticas devido à aliança com a ditadura.

Estimam que a mudança teria que ocorrer porque o regime estava completamente isolado, o país empobrecido, estava exausto em uma guerra prolongada sem perspectivas. Ainda não é claro quais são as forças dominantes no exército que executaram o golpe. Sabe-se que, após a demissão de Spínola, houve agitação no exército, ampla recolha de assinaturas para petições ao governo contra a sua demissão. Em todo o caso, Spínola não é só uma figura, mas um homem que realmente detém o poder. É incerto como as coisas vão se desenvolver. É preciso esperar a formação de partidos e afins, excepto a destituição de ministros, quase nenhuma outra mudança foi feita no aparelho de Estado. No MNE, a função ministerial assumiu-a o secretário-geral com quem a embaixada americana comunica. Da mesma maneira, ficaram também outros funcionários. De modo igual, em outros ministérios.

A mudança terá certamente repercussões em Espanha. Por agora, é difícil prever em que medida e em que direcção. [2.<sup>a</sup>p.]

Totalmente incerto o desenvolvimento em África. Os EUA mantêm a sua conhecida posição, ou seja, «a autodeterminação dos povos». Spínola fala acerca da autodeterminação, mas não agora, mas sim mais tarde. Possivelmente, dentro de um ano, talvez por meio de eleições. Fala-se acerca de Portugal como um estado transcontinental. Foi claro acerca disso, que sob uma solução da guerra se subentende a manutenção das colónias no quadro do estado português com a concessão de governo autónomo. A questão está como as eleições serão organizadas, como se votará e quem terá direito a votar. Em África, o exército português tem um terço de negros. Em Moçambique, por meio da expansão do sistema escolar e da universidade, os portugueses foram para a formação de uma intelectualidade leal a Portugal. Ainda, antes do golpe, em Moçambique, foi formada uma organização política de indígenas, com a participação de um certo número de brancos, a qual, se declarava pela afiliação a Portugal. É possível o aparecimento de novos grupos. Tudo isto torna a situação e as perspectivas muito incertas. Nem no próprio Portugal ainda não existe consenso a respeito da política em relação às colónias, excepto que se suspenda a guerra. Caso não consiga realizar o seu plano, Spínola não poderia ir para a prolongação do *status quo* até às eleições e formação do novo governo, sob o pretexto de que o seu governo provisório não tem mandato do povo para tomar decisões tão radicais. Caso os movimentos de libertação retomam a luta, Spínola não terá outra alternativa que continuar a guerra.

Não está excluído que, por exemplo, em Moçambique se chegue à instauração de um regime minoritário, semelhante à Rodésia do Sul (este receio é expresso na embaixada da Grã-Bretanha), embora menos provavelmente, porque as circunstâncias são diferentes e sem o apoio de Portugal um tal regime manter-se-ia dificilmente. Na RAS e na Rodésia reina a preocupação. Nenhum deles não se poderia conformar com um Moçambique independente sob a direcção da FRELIMO, porque um tal Moçambique ameaçaria directamente a sua segurança. Em ambos os países se segue atentamente o desenvolvimento da situação. Também, até o aumento da pressão da FRELIMO em Cabora Bassa poderia conduzir à intervenção da RAS que, já há bastante tempo, mantém forças policiais na Rodésia (aqui, o representante rodesiano não oficial diz que [ 3.<sup>a</sup>p. ] que os grupos «moderados» chegarão ao

poder antes dos «guerrilheiros», que é irrealista considerar Spínola liberal e que é preciso diferenciar as jogadas tácticas da política de longo prazo.

Os comentários na imprensa movem-se, em geral, em linhas semelhantes.

Entregue: 3.<sup>a</sup>Direcção, GabineteMinitich, Petritch, Belovski, Pribitchevitch, Lalovitch, Dizdarevitch, Obradovitch, gen. Dolnitchar, gen. Voivoditch, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> direcções, Direcção da Imprensa, UID, GAP, SSINF, Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

## 7 [Avaliação francesa dos acontecimentos em Portugal]

Embaixada RSFJ - Paris 421103

Número 432

30 / 4 / 1974

S F N E

### Avaliação francesa dos acontecimentos em Portugal

O golpe militar, em Portugal, no MNE francês, consideram o golpe de Estado militar como um acontecimento muito importante porque assim terminou um período de 45 anos de ditadura e a opressão de todas as liberdades democráticas neste país. A falta de informações como também uma posição mais clara dos golpistas acerca de um maior desenvolvimento da situação interna como também das actividades da política externa dificultavam uma avaliação mais precisa da evolução posterior. Todavia, o que, até agora, foi publicado e feito neste muito curto prazo, indicava que o novo poder se orientava para a instauração das liberdades individuais e a democracia, libertação dos presos políticos, dissolução da poderosa polícia política, planeamento de novas eleições gerais, eleição do novo presidente da República, etc.

No plano da política externa como o mais importante foi o anúncio de novas políticas em relação à Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e, em particular, a declaração de que esta questão só podia ser resolvida por via pacífica.

Em primeiro lugar, o próprio golpe de Estado foi inspirado por razões da política exterior — fim da guerra colonial e procura de novas vias para a sua solução. Mas, precisamente, neste plano, até agora, os golpistas eram muito cautelosos e não iam além das declarações já dadas.

Segundo as avaliações francesas, isto é também condicionado pelo facto de ainda não haver governo formado, o qual deve nomear o Presidente da República, que, nestes dias, deverá ser eleito «par intérim», depois pelo facto de que, nas colónias portuguesas se encontra mais de 2/3 dos efectivos militares do exército português e 700 000 portugueses [2.<sup>a</sup> p.] (colonos). Igualmente, se deve ter em conta, neste momento, também a África do Sul e a Rodésia que poderiam intervir caso actuassem precipitadamente. Por agora, a parte do exército que se encontra nas colónias e os colonos mantinham-se fiéis em relação ao novo poder.

O facto de que não há governo formado, segundo as avaliações francesas, indica que o golpe de Estado foi organizado por um grupo com diversas opiniões políticas acerca do futuro desenvolvimento da situação no país, o qual, constituído na sua maioria por capitães e majores, que

convidaram o general Spínola para se colocar à frente do movimento por causa da sua reputação que goza no exército e no país, o qual foi o único que teve coragem de se declarar por uma solução pacífica da guerra colonial. Por agora, é difícil de dizer quanto foi a sua participação na organização do golpe. Todos os representantes dos diversos ramos das Forças Armadas apoiaram o golpe e declaram lealdade.

Nos países do Pacto Atlântico, a queda da ditadura do poder foi considerada positiva, mas, ao mesmo tempo, são também reservados quanto ao posterior desenvolvimento da situação, perguntando-se se o novo poder seria capaz de instaurar as liberdades democráticas e qual será, por fim, o carácter do poder, porque nada se sabe sobre os protagonistas do golpe de Estado nem a sua orientação política.

Os EUA estavam reservados e, por agora, abstinham-se de comentários.

Quanto à França, ela acompanha atentamente o que se passa em Portugal e está em contacto permanente com a sua embaixada, a qual, também, não pode responder como a situação se irá desenvolver. Para a França, não se coloca a questão do reconhecimento do novo poder, porque eles partem da sua doutrina que reconhecem estados e não governos.

Gellad, chefe-adjunto da Direcção Política Socu. (*N.T.:ilegível*)

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete de Minitch, Viditch, gen. Lhubitchitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Badurina, GSS-SS. GAP, Grupo dos Não-Alinhados, UID, Sétima Direcção.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## 8 [Embaixada (Paris), Avaliação das mudanças políticas em Portugal]

TELEX

Embaixada RSFJ – Paris

Número 434

30/4/1974

SFNE –

(Carimbo do Arquivo)

data: 6/5

N.º: 421104

Proponho que se considere claramente positiva a mudança em Portugal, tendo em conta que é dirigida contra o regime colonial fascista. Penso que a melhor maneira para dar tal avaliação seria uma conferência de imprensa. Tendo em conta o actual confronto em redor das posições relativas à resolução da questão colonial, possivelmente seria necessário nessa conferência exprimir a esperança de que a nova situação em Portugal possibilitará a justa solução conforme as reivindicações dos movimentos de libertação e dos p n (*N.doT.: países não-alinhados*).

Enviado: terceira direcção, gabinete de Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, direcção de imprensa, UID, sexta e sétima direcções, Grupo dos Não-Alinhados, RB e Arquivo Confidencial.

*ADMNE, F-216, Portugal (1974)*

## 9 [ Comunicado SFNE ]

Sector da África e América Latina

N.º 42024

30 / 4 / 1974

Embaixadas da RSFJ – Conacri, Kinchassa, Bangui, Brazavile, Acra, Lagos, Dacar, Bamako, Lusaca, Adis Abeba, Dar es Salam, Cartum, Campala, Nairobi, Mogadixo, Argel, Rabat, Tripoli, Tunis, Cairo e Brasília.

Mudanças em Lisboa.

Os acontecimentos mais recentes em Portugal consideramos importantes do ponto de vista de um posterior desenvolvimento da luta de libertação nas colónias portuguesas em África. A fim de fazer a análise mais completa possível das causas e consequências destes acontecimentos, pedimos o envio, o mais rápido possível, de comentários da imprensa e dos círculos oficiais, incluindo também das direcções dos movimentos de libertação, se possível com as vossas avaliações. Em particular, interessados pela opinião acerca da possível influência (positiva ou negativa) destes acontecimentos na intensificação da luta e unidade dos movimentos de libertação.

Pedimos que constantemente acompanhem e informem acerca desta questão.

Anexo para Rabat e Argel.

Pedimos que contactem também os representantes do movimento de libertação de Portugal e peçam as suas opiniões e avaliações.

Anexo para Brasília

Tendo em conta as numerosas ligações (históricas, étnicas, linguísticas, [ 2.<sup>a</sup> p.] culturais, económicas, políticas, etc.) entre o Brasil e Portugal, pedimos que acompanhem e informem acerca das opiniões da imprensa e oficiais em relação das mudanças em Lisboa.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

## 10 [ Mário Soares em Bona ]

Embaixada RSFJ – Bona 421082

N.º 231

03 / 5 / 1974

S F N E

Vichenevski da direcção do PSD pediu-me em nome de Soares, presidente do Partido Socialista de Portugal, que me encontrasse com ele ainda hoje, o que aceitei. Igualmente, por meio do PSD, ou seja ele, pediu a mediação para um encontro com o embaixador soviético Faline, o embaixador dos EUA Hilebrandt e com Cassaroli no Vaticano.

A maioria dos contactos que Soares quis ter na Europa, pediu-os por intermédio do PSD. O Partido Socialista de Portugal, diz Vichenevski, tem relações muito próximas com o PSD. Em Bona, Soares teve uma longa conversação com Brandt. Apresentou-lhes a actual situação em Portugal e com as suas intenções, No país, há uma disposição geral a favor de uma orientação socialista. No aproveitamento desta situação devem ser graduais e cautelosos porque na junta militar há também elementos conservadores com grande influência. Com Spínola foi estabelecida uma confiança satisfatória. Existe um acordo que cria um governo de unidade nacional, no qual, estariam socialistas (a maioria), comunistas e católicos de esquerda. Alguns círculos militares exercem pressão em Spínola

para que no governo entrem também representantes das correntes conservadoras burguesas, que não se comprometeram com a cooperação com o ex-regime. Provavelmente, Soares assumiria o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que avalia como o mais importante. Estima que o primeiro acto do novo governo deve ser a concessão da independência às colónias no que o apoiam os interlocutores do PSD. Todavia, Spínola considera que é preciso reconhecer o direito à autodeterminação e independência, mas também estabelecer um período de transição. [ 2.ºp.]

Entre os militares, há forças que são ainda mais reservadas. Não sairiam da OTAN e acerca disso concordam também os comunistas. Todavia, isso não deve impedi-los de conduzir a sua própria política externa mais progressista.

Para a OTAN é uma hipoteca o apoio aos anteriores regimes e a tolerância da política colonial. Um passo muito significativo seria os preparativos para a entrada na Comunidade Europeia. Por agora, os EUA deram a conhecer que estão prontos a apoiar uma tal estabilização em Portugal. O embaixador soviético disse a Vichenevski que a URSS está ciente que tais mudanças em Portugal são as únicas realistas, mas são uma etapa muito importante na evolução posterior.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete Minitich, Petritch, Belovski, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, gen. Dolnitchar, gen. Voivoditch, Obradovitch, 1.ª, 2.ª, 4.ª, 5.ª, 7.ª Direcção, Direcção da Imprensa, UID, Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## 11 [ Mário Soares em Bona ]

Embaixada RSFJ – Bona421083

N.º 232

03 / 5 / 1974

S F N E

Visitou-me, por intermédio de Vichenevski, ver nosso 231, o secretário-geral do Partido Socialista de Portugal, Mário Soares. Em particular, salientou o desejo do novo regime que a Jugoslávia estabeleça relações diplomáticas com ele. A meu pedido, apresentou as perspectivas do seguinte desenvolvimento em Portugal. Dentro duas semanas, a Junta preparará as condições para a formação do governo civil provisório, o qual, no prazo de um ano realizará eleições gerais.

O governo será constituído por todas as forças democráticas. O Partido Socialista trabalha para que no governo entrem também comunistas. Embora, o governo será sobretudo de orientação de esquerda, ele não terá um carácter de frente popular, mas de salvação nacional e unidade. Nele, estarão também forças conservadoras que não se comprometeram. Vencer o fascismo e a herança colonial e estabelecer uma vida democrática são os objectivos principais do novo regime. Depois, em primeiro lugar, vêm a recuperação da economia. A junta militar declarou que desejaria estabelecer relações diplomáticas com todos dos países do mundo a fim de vencer o isolamento diplomático de Portugal. Atribuem especial importância ao estabelecimento, o mais rapidamente possível, de relações

diplomáticas com a Jugoslávia que, no terceiro mundo, goza de grande reputação e que poderia ajudar, em particular, na descolonização e no estabelecimento de novas relações com os países africanos.

Ao meu comentário que a relação acerca do colonialismo e a divisão de blocos do mundo será um indicador principal da orientação do novo regime, Soares disse que não pode ainda falar em nome do governo, mas a posição do Partido Socialista é, nisso, inequívoca: liquidação do colonialismo e segurança colectiva na Europa. Depois, acrescentou que enquanto [ 2.<sup>a</sup> p.] existir o Pacto de Varsóvia não podem sair da OTAN e, entre outras coisas, também por causa da posição geográfica.

Concordou com a minha posição de que o curso da descolonização deverá ser, agora já, decisivo e claro, que não se pode deixar passar o momento político-ideológico que surgiu com a queda do regime fascista e colonialista. Está consciente que a proclamação da Junta acerca do direito aos povos à autodeterminação deve ser transformada em acções decisivas para uma rápida descolonização. Em Bruxelas, encontrou-se com Agostinho Neto e entregou-lhe uma mensagem do general Spínola e, em Paris, teve conversações com Senghor. Neste contexto, salientou que, neste momento, uma mensagem do nosso governo para Spínola teria uma importância extraordinária e influenciaria muito favoravelmente o reforço da decisão do governo pela descolonização. Sugeriu que se envie uma espécie de mensagem que teria tanto uma expressão de reconhecimento, mas também um aviso ao governo do que espera dele a política não-alinhada e o terceiro mundo.

Visitou os embaixadores dos EUA e da URSS e disse que, um e o outro, deram apoio à orientação que apresentou. Apoio têm também do Vaticano e o Conselho Internacional das Igrejas. Na minha pergunta, se da parte americana ou soviética colocaram questões que implicavam determinadas sugestões ou condições, disse que estas eram conversações informativas, sondagem de contactos e não negociações.

Ainda mais uma vez, repetiu o desejo do general Spínola e, em particular, do Partido Socialista de que a Jugoslávia estabeleça relações o mais rápido possível, caso não o fizerem, então, pelo menos um contacto com o novo regime. Igualmente, envia um convite a uma delegação da LCJ, em nome do Partido Socialista, para que envie, se possível, imediatamente uma pequena delegação a fim de poder ser informado detalhadamente, no próprio local, sobre os acontecimentos e ter conversações com personalidades convenientes. [ 3.<sup>a</sup> p.]

Na segunda-feira, de Bona, regressa a Lisboa e muito o alegraria caso pudesse transmitir ao general Spínola qualquer que fosse a mensagem do governo jugoslavo. Podemos transmitir a resposta via Bona ou pela direcção do SPD se não chegar enquanto estiver aqui. Envia cumprimentos à direcção da LCJ e expressa o seu respeito pelo presidente Tito.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete Presidente República, Todorovitch, Ribitchitch, Bñieditch, Minitch, Dolants, Milatovitch, Viditch, Petritch, Belovski, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Obradovitch, 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> Direcção, Direcção da Imprensa, UID, Grupo dos Não-Alinhados.

---

## 12 [ De Bruxelas, A situação em Portugal ]

Embaixada RSFJ – Bruxelas 421087

N.º 462

3 / 5 / 1974

S F N E

O desenvolvimento em Portugal

Chefe para a OTAN no MNE – Kvanderkehov-Militch:

No MNE, consideram que a Junta controla a situação e que está decidida a instaurar a democracia parlamentar. A celebração do Primeiro de Maio confirmou duas hipóteses: a) que o PC e PS são as únicas forças organizadas mais influentes no país, ao lado do exército; b) que as massas estão muito conscientes da delicadeza da situação e, por isso, foi evitado qualquer incidente que pudesse enfraquecer a unidade do exército e as suas ligações com o povo.

Aguarda-se que, muito rapidamente, será formado o governo provisório, que deverá organizar as eleições no prazo de um ano. Tendo em conta a situação actual, o grande descontentamento das massas em relação ao anterior regime e a incomensurável miséria, é quase seguro que a esquerda terá uma vitória convincente. Para a OTAN, isso não é a melhor solução porque, possivelmente, os comunistas irão pôr a questão da filiação. Todavia, para a Bélgica, isso não representa um drama, porque, estrategicamente, Portugal é pouco importante e as relações bilaterais só podem progredir, porque as actuais eram quase inexistentes.

Todavia, para os EUA e a Espanha, as consequências deste desenvolvimento podem ser grandes. Os EUA podem perder ainda a única base que podem contar em qualquer situação. Para Madrid, Portugal é um exemplo perigoso que encoraja a oposição (por ocasião da celebração do Primeiro de Maio, um grande número de activistas da oposição estiveram em Lisboa). Daí, é provável que estes dois países farão os maiores esforços para impedir a chegada da esquerda ao poder. [ 2.ª p.]

Os belgas não queriam tal ingerência e, na OTAN, vão propor que os membros não devem interferir no desenvolvimento interno de Portugal. Ao mesmo tempo, aconselharão Lisboa (Soares chega hoje a Bruxelas) que, pelo menos, nos primeiros tempos, evitem duas decisões que poderiam, seriamente, pôr em perigo o novo regime:

1. Concessão imediata da independência às colónias, sem os anteriores preparativos e a segurança da situação dos 700 000 colonos;

2. Declaração de neutralidade, isto é, saída da OTAN.

De resto, vão fornecer total apoio ao novo regime, estão prontos para ajudá-lo materialmente e vão expressar a Soares (no qual, vêem o provável presidente do governo) o desejo pelo desenvolvimento das relações, independentemente, da orientação do governo que será formado após as eleições.

Entregue: Terceira Direcção, Gab. Minitch, gen. Lhubitchitch, Viditich, Petritch, Pribitchevitch, Lalovitch, Belovski, Dizdarevitch, GSS-SS, GAP, UID, Obradovitch, 7.ª Direcção.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

### 13 [Diplomata estado-unidense, A mudança do regime em Portugal ]

Embaixada R S F J - Washington 4 2 1 9 3 5

Número 585

3/ 5 /1974

H. Spiro ( Planeamento do S D [*State Department*]) - Novakovitch

O papel principal na mudança do regime em Portugal foi jogado pelo movimento dos oficiais mais novos no exército que chamou o Spínola como a pessoa mais popular no país, o que não significa que ele seja somente uma figura. O seguinte desenvolvimento dependerá do comportamento de todos os factores envolvidos. A tentativa das pressões extremistas do interior ou exterior pode ser contraproducente e abrir a porta às forças direitistas. A postura de Spínola, tendo em conta a sua origem e papel no passado (em Espanha, na frente de leste e em África), pode-se explicar com o facto que compreendeu a necessidade de uma viragem na política do país tanto em relação da África como também no plano interno. Até tal convicção chegou muito antes, o que o levou, entre outras coisas, a um encontro com Cabral, o ex-líder do movimento de libertação da Guiné-Bissau. O sucesso, nas negociações com os movimentos de libertação, terá certamente um impacto positivo no desenvolvimento em Portugal e vice-versa. O Brasil que desenvolveu as relações com países africanos pode jogar um papel mediador muito útil. O Brasil já está activo neste sentido.

O menor problema será com a Guiné-Bissau (um país pobre, número muito pequeno de portugueses), situação mais complexa com Angola e Moçambique. Em Angola, a divisão dos movimentos, grande riqueza natural e grande número de portugueses. Em Moçambique, um número ainda maior de portugueses e os interesses de segurança e económicos da Rodésia e da RAS tornam a situação ainda mais complicada. A RAS, muito interessada pelo projecto da Rodésia e a RAS, torna a situação ainda mais complicada. A RAS está muito interessada no projecto de Cabora Bassa, como principal consumidor da energia eléctrica desta barragem. Nesta fase, as exigências extremistas da FRELIMO poderiam complicar perigosamente a situação nesta região. Não está excluída a possibilidade da intervenção directa da RAS, embora isso tentará evitar por causa das reacções na ONU e no mundo em geral. Muito dependerá da moderação e flexibilidade do movimento de libertação, isto é, se aproveitará a oportunidade e as negociações, indo gradualmente na realização dos seus [ 2.ª p. ] objectivos ou arriscar a novos grandes sacrifícios com a incerteza do resultado. Os EUA estão interessados pela solução através de negociações e por causa dos seus próprios interesses económicos e estratégicos (abastecimento de importantes matérias-primas, segurança da rota em torno do Cabo da Boa Esperança).

O WP [*Washington Post*] publicou hoje um extenso artigo do ex-colaborador do NYT [*New-York Times*], T. Schultz, que afirma que, em Junho de 1973, o Comité de Defesa do planeamento da OTAN deu instruções ao comandante supremo aliado (sede em Norfolk) para elaborar planos para que

as forças navais e aéreas estivessem prontas para ajudar a RAS caso necessitasse, o que Spiro desmentiu com a explicação de que com isso não poderiam concordar os países escandinavos e a Bélgica, que são muito críticos em relação à RAS.

Entregue: 3.<sup>a</sup> Direcção, Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Belovski, 4.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Direcção, GAP, Grupo dos Não-Alinhados, GSS-SS.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

#### **14[ De Moscovo, A situação em Portugal ]**

Embaixada R S F J - Moscovo 4 2 1 7 0 6

Número 469

4 / 5 / 1974

S F N E

A Situação em Portugal

Da conversação de Vereche com os ministros-conselheiros da Polónia, Roménia, Checoslováquia e RDA (na parada do Primeiro de Maio):

1. Os funcionários do CC PCUS estimam que, em Portugal, as mudanças são de significado de longo alcance, que têm um carácter duradouro e que, realmente, se podem esperar mais passos positivos. A situação é, obviamente, ainda bastante complexa e carregada de muitos perigos, mas, porém, pode-se pressupor «com optimismo» a consolidação das forças democráticas no país.

2. A decisão da direcção superior do PC de Portugal de regressar ao país resultou da convicção do CC português de que se trata de mudanças profundas e duradouras. No caso do PCP tivesse estimado diferentemente o actual momento político, não poderia ter decidido a arriscar a saída da clandestinidade a maior parte dos quadros e o regresso de Cunhal, dirigente do Partido. O PCP não podia permitir e, obviamente, não esperar uma tal reviravolta que, novamente, colocaria em questão seu estatuto legal e que poderia, mais uma vez, conduzir a direcção do PCP perante os «tribunais plenários».

3. Neste momento (1.ºMaio) ainda, concretamente, não se coloca a questão do reconhecimento de Portugal por parte dos países socialistas, mas que se pode tornar «aguda» logo que seja formado o anunciado governo provisório, com a participação de socialistas e comunistas. Considera-se que os contactos de Soares com os trabalhistas britânicos, PSD [*alemão*] e socialistas franceses poderiam contribuir significativamente para a afirmação do «novo curso» em Portugal. [ 2.<sup>a</sup> p. ]

4.) Nas consultas até agora dos países da «comunidade socialista» [*em russo*] nenhuma decisão ou posição mais concreta foi tomada em relação a Portugal, mas pode-se esperar uma tomada de posição nos próximos dias. Em Moscovo, os representantes do CC PCP, muito activamente e

intensamente mantêm ao corrente os representantes dos países socialistas do desenvolvimento em curso e das posições do PCP.

Entregue: 2.<sup>a</sup> Direcção, Gabinete Dolants, Milatovitch, Gab. Minitich, Petritch, Belovski, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Belovski, Obradovitch, 3.<sup>a</sup> Direcção.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## **15 [ De Lusaca, O desenvolvimento dos acontecimentos em Portugal ]**

Embaixada da RSFJ Lusaca421782

Número 294

4 / 05 / 1974

SFNE

Da conversação com M. Chona, secretário de Kaunda para a política externa, acerca da situação relativa ao mais recente desenvolvimento dos acontecimentos em Portugal.

A situação em Portugal ainda não se cristalizou. O desenvolvimento caracteriza-se também pela presença de elementos positivos (libertação dos presos políticos, abertura de perspectivas de desenvolvimento democrático, actividade de partidos políticos). Um significado particular dá à anulação da proibição dos partidos, porque isso possibilita também que a FRELIMO comece a actuar livremente. Por agora, evitam acções concretas excepto a apresentação pública de posições conhecidas — isso fez Kaunda no primeiro de Maio. A direcção da sua actuação e ideias conduz ao seguinte:

- 1. Pressionar Spinola e a junta militar que se dirijam discretamente aos movimentos de libertação, em primeiro lugar, à FRELIMO e que, assim, abram a perspectiva de negociações. Isso teria uma qualidade importante, porque implicaria o reconhecimento do movimento (esse foi também o objectivo do discurso de Kaunda no primeiro de Maio).

- 2. Pressionar os movimentos de libertação a intensificarem a sua actividade com o objectivo do reforço das suas forças e influência, caso não o militar, seja aquele, que é muito importante no momento actual, o político, de forma a que possa influenciar o curso dos acontecimentos no país de acordo com o desenvolvimento geral da situação. Salientou que a este respeito, a posição da FRELIMO é a mais favorável, enquanto lhes preocupa a situação em Angola. Disse, caso os movimentos de libertação não sejam capazes de influenciar o resultado da situação interna, então isso será efectuado por outras forças. [ 2.<sup>a</sup> p.]

- 3. Empenhar-se em garantir que a RAS não intervenha em Moçambique no caso da concessão da independência. A este respeito, a Rodésia estaria interessada, com o apoio dos colonos brancos de Moçambique, na intervenção, mas sem a RAS não teria possibilidades. Imediatamente após a minha visita, Chona recebeu a embaixadora americana com o objectivo de apresentar-lhe a necessidade dos EUA pressionarem a RAS a que se abstenha de quaisquer passos semelhantes em Moçambique. Dando-

-lhe a conhecer claramente que, para o governo zambiano, por cada acção da RAS considerará responsável igualmente os EUA com todas as consequências que isso pode ter para a posição dos EUA em África.

- 4. Como, em finais do ano, entregaram um memorando ao anterior governo português em que apresentaram as opiniões da Zâmbia acerca da possível solução relativa à concessão da independência aos territórios africanos portugueses, aguardam a reacção da junta militar a esse memorando. Chona entregou-nos como documentos confidenciais dois memorandos — um que entregaram aos portugueses e outro interno — uma avaliação da situação em fizeram a proposta para os portugueses. (Chona pediu que os memorandos sejam tratados como documentos confidenciais — acrescentou, o nosso MNE não tem conhecimento deles).

Menciono algumas partes importantes dos memorandos (os textos integrais enviaremos pelo primeiro correio):

No preâmbulo diz-se que o governo zambiano, consciente das preocupações de Portugal a respeito da conservação dos interesses nacionais nos territórios africanos portugueses, por isso, deseja ajudar a criar uma estrutura para a protecção e a garantia dos interesses portugueses. O governo zambiano está disposto desde que o lado português concorde com isso, para pedir a confirmação dos líderes nacionais (referem-se às colónias) pelo futuro dos interesses portugueses. Nesse sentido, propõem o seguinte: [ 3.<sup>a</sup> p.]

- a) os territórios independentes conduzirão uma política sem preconceitos raciais na construção das novas nações;

- b) a segurança dos cidadãos portugueses pode-se assegurar adequadamente por meio de programas de integração nacional, sob a condição da harmonia e cooperação raciais, sem conflitos e guerras.

- c) a constituição de uma «*Commonwealth* lusa» que seria formado pelas colónias portuguesas, incluindo o Brasil. Tal associação, na qual Portugal teria uma posição dominante, desenvolver-se-ia numa organização melhor do que a *Commonwealth* sob os britânicos;

- d) a administração nos novos territórios independentes estaria sob uma forte influência de Portugal num período previsto. Durante este período, os cidadãos portugueses poderiam criar um grande grau de confiança nos governos das novas nações independentes, agora sob o controlo de Portugal;

- e) a convicção do governo zambiano é de que a independência destes territórios não significará o fim da influência cultural portuguesa, mas sim o início da expansão da «cultura lusa» em condições de dignidade e respeito, fala-se depois da influência da «língua franca», da educação, da cooperação técnica, etc.;

- f) o governo zambiano está convencido que, em qualquer quadro de independência, deve-se satisfazer e proteger os interesses económicos portugueses (comércio, investimentos, ajuda técnica, etc.);

- g) o governo zambiano reconhece a defesa como uma área muito sensível. O governo português, sem dúvida, não quer aceitar que a independência política destes territórios conduza, por exemplo, ao preenchimento do vácuo com as potências comunistas. A salvaguarda dos territórios [ 4.ª p.] portugueses será, em geral, assunto dos interesses ocidentais;

- h) no memorando constata-se que os seguintes factores externos devem ser excluídos da situação portuguesa: a RAS, a Rodésia e as grandes potências, porque eles podem complicar as negociações ou as medidas que são tomadas para acabar com a guerra.

No fim do memorando, resumem-se os interesses portugueses nos termos das opiniões já expressas. Os memorandos têm a data de 12 de Setembro de 1973.

Observação: foi característico que, em toda a sua exposição, Chona apostrofou particularmente a independência de Moçambique, enquanto quase mencionou Angola por acaso. Claramente, os zambianos estimam que Moçambique é o elo básico neste momento, cuja solução seria uma reacção em cadeia à cabeça desta região. Com a libertação de Moçambique e a contenção da RAS e Rodésia, em que, em particular, a Zâmbia está interessada, a Rodésia chegaria a um isolamento cada vez maior, o que teria reflexos no desenvolvimento interno da Rodésia, e Angola seria o seguinte passo. Também, isto pode explicar a ênfase crescente da FRELIMO como o movimento de libertação mais organizado e consolidado.

Entregue: Sétima Direcção, Gabinete do PR, Ribitchitch, Todorovitch, Bfieditch, Dolants, gen. Lhubitchitch, Minitich, Petritch, Lalovitch, Dizdarevitch, Badurina, Terceira Direcção, GAP, UID, Grupo dos Não-Alinhados, RB, Arquivos Conf.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

**16 [ SFNE, Contactar Mário Soares ]**

Direcção da Europa Ocidental

N.º 421324

4 / 5 /1974

Embaixada da RSFJ Bona

Embaixador,

Procure novamente contactar Soares e transmita-lhe o agradecimento pelas informações que possibilitaram uma visão mais realista da evolução dos acontecimentos em Portugal.

Expresse que o governo jugoslavo e todos os factores políticos acompanham com atenção e simpatia os esforços das forças democráticas e progressistas em Portugal, que informamos muito amplamente a nosso público acerca disso e enviámos jornalistas a Portugal. Depois, num comentário da Tanjug, demos apoio às mudanças e, em particular, salientámos a necessidade de uma relação clara e de princípios em relação ao problema das colónias, que, em breve, também num comunicado oficial, de uma forma semelhante, apoiar as mudanças positivas, como também que nos preparamos para

reconhecer o governo e propomos o estabelecimento de regulares relações diplomáticas logo que o governo seja formado.

Igualmente, diga-lhe que medimos os seus passos numa base de estimativas de quando e de que forma podem ser mais vantajosas para o sucesso da acção das forças progressistas em Portugal, tendo em vista os adversários e os perigos com quem se defrontam. Evidentemente, também de acordo com o mencionado, o nosso apoio pode ser dado somente a acções progressistas e seus portadores, porque um curso indesejável dos acontecimentos, naturalmente, provocaria que uma nossa atitude correspondente fosse definida. Tudo isto é a nossa primeira reacção, que não exclui outras medidas que se revelem oportunas.

Pergunte-lhe se, no contexto do acima mencionado, tem sugestões a respeito dos nossos eventuais outros passos que, em Portugal, considerem [ 2.ªp.] particularmente vantajosos e desejáveis. Depois, quais as reacções que encontram em outros importantes países não-alinhados. Igualmente, pedir uma opinião acerca de que maneira asseguraríamos os contactos com os titulares das acções progressistas que nos permitissem uma sólida informação como uma indispensável pré-condição para dar os necessários passos (aqui, pensamos no envio para esse propósito de um competente jornalista).

Igualmente relevante, em que medida se pode comunicar, segundo a opinião de Soares, com as existentes embaixadas portuguesas nos grandes centros.

Caso o contacto com Soares seja impossível, informe imediatamente, com a informação para onde viajou, para que possamos enviar-lhe a mensagem para lá.

Entregue: Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Maksitch, arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## 17 [ Embaixada R S F J - Moscovo ]

Número 471                      421707  
4 / Maio / 1974  
S F N E

### A Situação em Portugal

Os meios de informação soviéticos dedicam aos acontecimentos em Portugal uma constante e ampla publicidade. A prioridade é dada às posições do PC de Portugal, mas também se transmitem regularmente as opiniões dos socialistas portugueses e registam-se todas as medidas mais importantes do actual governo, como também os comentários mais significativos da imprensa ocidental, que saúdam as mudanças efectuadas. Igualmente, foram publicados os primeiros relatos e comentários soviéticos (em particular no «Pravda»), o que reflectem atitudes e considerações oficiais em relação ao desenvolvimento das perspectivas políticas em Portugal. Nestes comentários, dominam as seguintes avaliações e prognósticos:

1. Ao colapso do regime fascista em Portugal chegou-se com o comprometimento total da sua política interior (regime policial, grande inflação, enorme taxa de desemprego, fraco efeito das

«reformas» de Caetano, as quais, no fundo, representaram uma «simples tentativa de fraude», já que as bases do regime salazarista, em geral, não foram tocadas) e o insucesso das pretensões coloniais e o isolamento internacional de Portugal (grandes custos da guerra colonial, as deserções e o aumento da insatisfação popular). Considera-se que foi, precisamente, o fracasso da política colonial do regime Salazar-Caetano que jogou o papel decisivo na activação das massas na luta contra a ditadura fascista.

2. Em Portugal surgiu uma «nova etapa da luta pela liberdade e democracia», o país e as forças progressistas experimentam um «momento decisivo». Como um facto encorajador, que pode conduzir a que as forças democráticas se tornem realidade, explica-se pela anterior «unidade das forças de esquerda», que se esforça por consolidar as vitórias obtidas. Dá-se importância à formação muito próxima de [ 2.ª p. ] um governo civil provisório, à legalização das actividades dos partidos, ao saneamento do aparelho do Estado e a prisão dos membros da ex-polícia e da «legião» fascista. Acredita-se que muito depende de quanto, rapidamente e eficazmente, será executado o anunciado programa spinolista, sobretudo a respeito do fim da guerra e a total libertação das colónias.

3. Muitos perigos ameaçam as forças progressistas. O exército português é, pela sua composição, «heterogéneo». O quadro dos oficiais superiores foi formado no tempo do anterior regime e nele há muitos elementos «radicalistas». Conclui-se que está «aberta a real perspectiva para a total liquidação, num curto prazo, da ditadura fascista e suas consequências». Ao mesmo tempo, recorda-se também da posição do PCP de que ainda existe «o perigo do contragolpe por parte dos elementos mais reaccionários» e exige uma grande atenção a fim de impedir tentativas da restauração do antigo regime.

A imprensa soviética realça que as forças progressistas de Portugal, encontrando-se numa profunda clandestinidade, foram dirigidas pelo PCP e dá-se às suas actuais posições e declarações uma importância prioritária, com o realce da opinião de Cunhal de que a construção de um Portugal democrático é impossível sem a participação do PCP.

Entregue: 2.ª Direcção, Gabinete Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Belovski, Obradovitch, Direcção da Imprensa.  
(ADMNE, F-216 (Portugal, 1974).

## 18 [ SFNE, Mário Soares em Roma ]

Direcção da Europa Ocidental  
N.º 421325  
5 / 5 / 1974  
Embaixada RSFJ – Roma

Camarada Pavitchevitch,

O secretário-geral do Partido Socialista de Portugal Soares visitou Lontchar em Bona e solicitou o nosso apoio ao novo regime, incluindo o estabelecimento de relações diplomáticas ou, pelo menos, contactos com a Junta.

De Bona, Soares viajou para Roma e deve entrar em contacto consigo (é convidado do PSI).

Pedimos para tentar entrar em contacto com ele e de transmitir-lhe o agradecimento pelas informações ao Lontchar, que permitiram uma visão mais realista do curso dos acontecimentos em Portugal.

Especifique que o governo jugoslavo e todos os factores políticos com atenção e simpatia acompanham os esforços das forças democráticas e progressistas de Portugal, que informamos amplamente o nosso público sobre isso, enviámos também jornalistas a Portugal e, depois, que num comentário da Tanjug apoiámos as mudanças e, em particular, sublinhámos a necessidade de uma relação clara e de princípios quanto ao problema das colónias. Em breve, iremos apoiar, de uma forma semelhante e oficial, as mudanças positivas, e preparamo-nos para reconhecer o governo assim que for formado e propomos o estabelecimento de relações diplomáticas. Indique que verificamos os seus passos por uma avaliação básica de quando e de que forma podem ser mais úteis para o sucesso da acção das forças progressistas, em Portugal, tendo em conta os adversários e os perigos com que se defrontam. [2.ª p.]

Solicitamos que peça uma opinião se têm quaisquer sugestões a respeito de outras medidas que poderíamos eventualmente tomar, caso considerarem particularmente vantajosas e desejáveis. Depois, quais reacções encontram nos outros não-alinhados. Igualmente, seria útil saber qual a forma que pensam para nos garantir o contacto constante com os portadores da acção progressista, o que nos permitiria estar mais solidamente informados como condição necessária para o nosso engajamento. Estamos a pensar em enviar para o efeito um competente jornalista a Lisboa. Também é importante até que ponto, segundo a opinião de Soares, se pode comunicar com as embaixadas portuguesas existentes nos maiores centros.

Caso Soares já tenha partido para algum outro país, pedimos que informe imediatamente para que possamos reenviar a mensagem para lá.

Entregue: Gabinete Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Maksitch, Blajevitch.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## **19 [ Mário Soares em Helsínquia ]**

Embaixada RSFJ – Helsínquia 421719  
 N.º 123  
 6 / 5 / 1974  
 S F N E

O secretário-geral do PSD [ *N.T.: Partido Social-Democrata* ] de Portugal, Soares, esteve de repente e por pouco tempo (uma noite) em Helsínquia, presenciou a reunião dos líderes dos PSD dos países escandinavos, fez declarações para a imprensa e entrevista na TV.

Além disso, em que repetiu o conhecido (que o governo provisório será formado em duas semanas e as eleições realizar-se-ão dentro de um ano; que o novo governo incluirá duas forças democráticas do país, incluindo, de certa forma, e comunistas; que a tarefa mais importante é parar a guerra nas colónias e recuperar a economia do país), Soares colocou um acento categórico na cooperação dos sociais-democratas com os comunistas, e salientou que o PSD não entra no governo caso, de alguma maneira, os comunistas não participarem, e que os sociais-democratas tencionam cooperar com os comunistas tanto no quadro do governo provisório como também depois das eleições parlamentares.

Em particular, sublinhou dois problemas principais: as colónias e as guerras coloniais (na TV, expressou preocupação, em particular, por Angola, de um possível acto unilateral dos movimentos de libertação na proclamação da independência) e na organização económica do país. Soares precisou que, até agora, Spínola mantém as suas promessas, que aceita o direito das colónias à autodeterminação e que declarou de que, pessoalmente, está pronto a assumir todas as consequências de tal atitude, o que Soares considera como uma boa base para se ir em frente, e concluiu que o processo da descolonização seguiria rapidamente porque isso era uma necessidade.

Entregue: Terceira Direcção, Dolants, Milatovitch, Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Lalovitch, Dizdarevitch, Belovski, Obradovitch, sétima direcção, Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## **20 [Dar es Salam, As mudanças em Portugal ]**

Embaixada R S F J - Dar es Salam                    4 2 1 7 5 1  
Número 213  
6 / 5 / 1974

S F N E –

A reacção às mudanças em Portugal. Os nossos interlocutores (representantes dos m.l. [movimentos de libertação], corpo diplomático e tanzanianos) consideram que a chegada ao poder de Spínola em Portugal representa um acontecimento com consequências importantes que, neste momento, ainda não possível prever. Todas as partes interessadas ainda não se exprimiram explicitamente (EUA, Grã-Bretanha, RAS, por exemplo), aguardando o futuro desenvolvimento dos acontecimentos.

1. A Tanzânia já reagiu, várias ocasiões, claramente e categoricamente com o acento de que somente a total independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau pode terminar com a guerra nas colónias. Primeiramente, o vice-presidente tanzaniano, Jumb rejeitou oficialmente a ideia acerca da estrutura federal de Portugal e suas colónias e salientou que tais e semelhantes hipóteses provocam grande preocupação em África. Também, ele apontou para a possibilidade do desenvolvimento negativo nas colónias — ou seja, que, em Portugal dê alguma espécie de independência aos seus lacaios e assim provocar a continuação das lutas de libertação ou mesmo se chegue até a uma proclamação unilateral

de independência por parte dos colonos brancos. Igualmente, a Tanzânia rejeita como solução a criação de uma «comunidade portuguesa» de tipo degaulista.

2. O MPLA e a FRELIMO repetem, em comunicados especiais, as suas conhecidas posições acerca do colonialismo português. Ambos movimentos não vêem grandes diferenças entre Spínola e Caetano, cujo objectivo de ambos era e ficou no prolongamento do controlo português das colónias. A diferença vê-se unicamente na tática e estratégia, como também na tentativa de Portugal se salvar da derrota militar. Ambos movimentos rejeitam claramente seja qual for uma outra solução excepto a total independência. A condenação mais radical e vigorosa das possíveis intenções de Spínola até agora dada pelo Dr. Neto do MPLA e Marcelino dos Santos da FRELIMO. [ 2. p.]

3. Muito característica foi a reacção oficial da FNLA, que propôs a Spínola negociações de paz com três pontos: 1. Libertação das prisões de todos os patriotas africanos em Angola, independentemente de serem ou não membros os movimentos de libertação; 2. Suspensão momentânea da guerra em Angola; 3. Reconhecimento de todos os movimentos de libertação nos territórios portugueses ao grau a que a Junta reconheceu e à liberdade que deu aos partidos políticos no próprio Portugal. A proposta do líder da FNLA, H. Roberto, diferencia-se radicalmente das posições do MPLA, FRELIMO e PAIGC porque não exige de Lisboa que como condição para as negociações que reconheça o direito ao povo angolano à independência.

4. Igualmente, como consequência do golpe em Portugal é evidente que, parte de um plano mais amplo de Spínola, é significativa e surpreendente a actividade de mais movimentos marionetas nas colónias portuguesas, que desejam se impor, actualmente, como verdadeiros representantes dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Estes são, sobretudo, a FLING (Frente da Luta pela Libertação Nacional da Guiné-Bissau), a organização pró-portuguesa CDC («Civic Democratic Commission») e outros em Angola que não exigem a independência do país e o GUMO de Moçambique, fundada com o total apoio de Portugal. A actividade destes chamados movimentos de libertação, que não são reconhecidos pela OUA e nem pelo público africano em geral e, antes, foi inspirada e financiada por Portugal. Estes movimentos saúdam as mudanças em Portugal e a ideia spinolista acerca do sistema federal de Portugal.

Entregue: 7.<sup>a</sup> Direcção, Gab. Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Belovski, Obradovitch, Grupo dos Não-Alinhados, UID, GAP.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## **21 [ Bruxelas, estadia de Mário Soares ]**

Embaixada RSFJ – Bruxelas421716

N.º 473

6 / 5 / 1974

S F N E

Estadia de Mário Soares em Bruxelas.

Esteve como convidado do PSB, visitou Van Elsland e a CEE. O objectivo da sua missão procura de apoios para o novo regime tanto de ajuda financeira como técnica. O PSB prometeu-lhe o máximo apoio e ajuda, semelhante ao da Internacional Socialista. Van Elsland expressou simpatia e disposição para se ajudar o novo governo.

Soares nas suas intervenções públicas foi moderado e cauteloso. Expressou que o governo provisório será de «salvação pública» e não de «unidade popular», que será formada por todas as tendências políticas desde a direita até aos comunistas. Proferiu numerosos elogios a Spínola e o exército, no qual, a esquerda tem plena confiança. Não existe diferenças entre ele e Spínola a respeito do futuro das colónias. Em relação da OTAN, está fora de questão a retirada antes da dissolução de ambos os pactos. A actividade principal do país deve-se desenrolar na ONU e em direcção da CEE. Permitiu a suposição que possa ser chefe do governo provisório.

A viagem de Soares por vários países europeus, salientam no MNE, sobretudo é motivado pelo desejo que se assegure o apoio dos países europeus ao novo regime e para assim evitar a acção europeia dos EUA e da Espanha, de que receia a esquerda portuguesa. A este respeito, é muito importante que o maior número possível de países da OTAN dê apoio e ajuda ao novo regime. recepção que Soares encontrou aqui confirma que, na Bélgica, [ 2.ª p. ] foi assegurada o apoio moral. - Chetainer.

Entregue: Terceira Direcção, Gab. Minitich, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Belovski, Obradovitch, quarta e quinta direcção, UID

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## **22 [ Conacri, reunião com Aristides Pereira ]**

Embaixada da RSFJ Conacri 422029

Número 329

7 / 05 / 1974

SFNE

Da conversação com o Secretário-Geral do PAIGC, A. Pereira:

Recentemente, regressou de Moscovo, onde interrompeu o tratamento por causa dos acontecimentos em Portugal.

Pereira considera favorável que as mudanças tenham ocorrido. Agora, Portugal é obrigado a virar-se para os problemas internos. Por causa disso, neste momento, a sua capacidade para grandes operações militares e pressão directa reduziu-se, momentaneamente, isto vai tanto para eles como a favor do PAIGC.

Com as mudanças surgidas, começou um determinado processo de diferenciação na sociedade portuguesa como resultado da situação acumulada e crescente do descontentamento no país. O «movimento dos capitães» surgiu como os primeiros portadores desse descontentamento, mas isso transmitiu-se, gradualmente, também às restantes camadas da sociedade. Por isso, a nova equipa de Spínola foi obrigada a anunciar e atribuir liberdades que antes eram impensáveis ( regresso dos dirigentes socialistas, libertação dos presos políticos, etc.), o que é igualmente positivo. Olhando, em

geral, estas mudanças iniciais são superficiais. Todavia, o indicador mais importante do verdadeiro papel e carácter do novo governo será o seu comportamento e a política em relação aos problemas essenciais e, em primeiro lugar, aos movimentos de libertação. Até agora, a este respeito, temos somente declarações [ 2.<sup>a</sup> p.] com as quais nada muda de importante.

De importância decisiva será o comportamento e política dos EUA — que ainda não reagiram da forma mais adequada, o que podia ser indicativo. Ainda não haver suficientes elementos para uma avaliação mais completa das mudanças surgidas e, ainda menos, a respeito das verdadeiras intenções da seguinte política do novo governo. Para uma visão mais clara da situação é indispensável esperar o posterior desenvolvimento dos acontecimentos. Eles não tinham ilusões acerca das verdadeiras intenções de Spínola relativamente à Guiné-Bissau e aos movimentos de libertação em geral. Spínola é fascista e isso, seguramente, ele continuará a ser. Avaliam negativamente a declaração de Spínola de que os movimentos de libertação devem esperar até à seguinte, isto é, até à formação da nova concepção política governativa, porque ela significa, no fundo, apoiar um estatuto colonial numa forma de neocolonialismo. Também isto é evidente na anunciada proposta acerca da criação da federação.

Segundo informações que recebem de Portugal, Spínola não foi o promotor do golpe de Estado. Na realidade, o «movimento dos capitães» organizou e executou o golpe de Estado. Ao Spínola lançaram-no como uma figura e autoridade que lhes era necessária para a segurança tanto quanto ao estrangeiro (intervenção europeia), assim como no interior. [ 3.<sup>a</sup> p.]

Na realidade, o Movimento dos Capitães está à frente de Spínola e actuou independentemente dele. Também, muitas coisas não são claras em relação ao Movimento dos Capitães. Formado por oficiais do quadro médio, mas também não se sabe se alguém está por trás deles.

Com base nas conversações com gente que, recentemente, chegaram de Portugal à Guiné-Bissau, concluíram que é muito incerta a futura orientação política do novo regime, e que estão mais inclinados a acreditar de que não se trata de algumas mudanças importantes na política da nova equipa spinolista.

Por causa de tudo isso, eles estão muito cautelosos e atentos. Seguem a situação e não vão permitir que os acontecimentos os surpreendam. Estão decididos a conduzir a sua luta até à definitiva independência sem quaisquer compromissos.

Como, recentemente, Luís Cabral, o presidente do Conselho de Estado, declarou: nós (Guiné-Bissau) estamos prontos para conversações europeias caso se mostrarem necessárias, mas somente com um parceiro com direitos iguais, isto é, conversações com eles somente como o Estado soberano da República da Guiné-Bissau, e de nenhuma outra forma.

Entregue: 7.<sup>a</sup> Direcção, Gab. de Minitich, Petritch, Pribitchevitch, Lalovitch, Dizdarevitch, Badurina, Belovski, Obradovitch, 3.<sup>a</sup> Direcção e Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

Para Embaixada R S F J - Dar es Salam 4 2 2 24 9  
SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção da Europa Ocidental  
Número 421469  
8 Maio 1974

*ULTRA SECRETO*

### INFORMAÇÃO

acerca das mudanças políticas em Portugal e acerca dos nossos passos

O golpe militar de 25 de Abril em Portugal derrubou o governo de Marcelo Caetano e o poder foi tomado por uma junta militar chefiada pelo general Spínola. O programa da Junta e as medidas que ela tomou até agora no plano interno e nas colónias mostram que se trata de grandes mudanças que tocam as bases do regime interno e a política externa de Portugal.

1. A mudança chegou em tempos de fortes dificuldades e contradições internas, que foram resultado do agravamento da situação económica e política do país e do insucesso de vencer, apesar das longas guerras, a luta de libertação nas possessões coloniais. Nos últimos meses, a oposição antifascista reforçou a luta, em condições de forte repressão e perseguição, contra o regime (frequentes greves, manifestações de protesto, acções da juventude universitária, etc.), chegando-se também à polarização no exército que era o principal apoio do regime fascista. Os primeiros sinais da profunda insatisfação no exército surgiram, em Março deste ano, quando o general Spínola, então chefe-adjunto do Estado-Maior, no seu livro «Portugal e o seu Futuro» (publicado em finais de Fevereiro), exprimiu o seu desacordo com a política colonial do regime e reclamou a sua revisão, propondo a resolução do problema colonial por meio de medidas políticas e não pela guerra (após estes acontecimentos seguiu-se a demissão de Spínola). A polarização que era então mais pronunciada em determinadas unidades do exército, foi, na realidade, a introdução para a acção de 25 de Abril.

2. Imediatamente após o golpe militar, a Junta efectuou uma série de medidas numa linha de liberalização e democratização da vida política. Acedeu à libertação dos presos políticos; [2.ª p.] foi abolida a censura da imprensa; foi dissolvida a polícia política e a maior parte dos seus membros foi presa; foi permitida a liberdade de acção dos partidos de esquerda, que antes estavam proibidos e os seus membros perseguidos; foram efectuadas determinadas mudanças nas chefias da administração e do exército; foi permitido o regresso ao país dos exilados políticos, membros das forças de esquerda (Mário Soares, secretário-geral do PS de Portugal; Álvaro Cunhal, secretário-geral do PC de Portugal e outros). Ao mesmo tempo, chegou-se à libertação dos presos políticos nas colónias e à substituição dos governadores.

No seu programa de 26 de Abril, a Junta prevê: formação de um governo civil provisório e representativo no prazo de três semanas; eleição de nova assembleia constituinte no prazo de um ano (a actual assembleia foi dissolvida); garantia da liberdade civil, política e sindical, como também a livre actuação dos partidos políticos de esquerda. Salienta-se que, no campo da política externa, o governo

provisório manterá o princípio da «independência e igualdade entre estados, não-ingerência nos assuntos internos e a defesa da paz, aumentando e diversificando a cooperação internacional na base da amizade e cooperação».

A respeito das colónias, o programa da Junta prevê: primeiro, que o problema da guerra, nas «possessões ultramarinas», pode-se resolver politicamente e não por via militar; segundo, a criação de condições para o debate nacional acerca do «problema ultramarino»; terceiro, implementar uma política nos «territórios ultramarinos» que conduza à paz.

3. As mudanças e medidas efectuadas que a Junta realizou até agora foram um sério golpe para as forças reaccionárias de Portugal (as forças da direita foram afastadas da cena política, na qual, neste momento, dominam sobretudo as forças democráticas e progressistas), mas ainda não se pode dizer que está assegurada a vitória do novo curso. Contudo, ainda há ambiguidades e dilemas, havendo também, na esquerda, o receio que se pode chegar a uma contra-acção da direita (salienta-se o exemplo do Chile), pelo que ela pressiona a Junta para, com uma execução mais determinada do programa e a aniquilação da organização do governo fascista, assegurar as mudanças com um amplo apoio do povo.

Ainda não estão suficientemente claros o carácter e os verdadeiros objectivos do «Movimento das Forças Armadas». Parece que nem as forças da direita, nem [3.ª p.] da esquerda ainda não conhecem o suficiente todos os elementos das mudanças e da actual situação. É difícil avaliar o papel de Spínola e o grau da sua real dependência daqueles que o conduziram à chefia do movimento (muito provavelmente, será nomeado também presidente provisório da República). Segundo algumas análises, as forças principais do *putsch* são das fileiras do quadro médio de oficiais que têm concepções mais radicais do que Spínola. O general Spínola é somente o líder nominal, e não também o protagonista ideológico do movimento (na imprensa, menciona-se a carta de Spínola em que declara estar vinculado pelo mandato dos «capitães»). Por enquanto, a Junta actua unida, mas o seu programa ainda é demasiado declarativo e o seu real conteúdo, quando se colocar mais firmemente a questão da sua realização, pode variar dependendo da relação de forças e do futuro desenvolvimento da situação.

Embora até agora a política colonial de Portugal foi uma das causas principais da mudança, a Junta ainda não apresentou uma atitude clara acerca desta questão. A este respeito, estão presentes diferenças entre a Junta e as forças de esquerda. Há a impressão que a Junta quer o fim das guerras coloniais, mas ainda não mostra disposição para perder as «possessões ultramarinas». Spínola aceita, inicialmente, o princípio de «autodeterminação», mas realça que não é preciso misturar «autodeterminação» e «independência». Considera que não houve uma preparação suficiente para que, agora já, os povos das colónias se pudessem exprimir em relação ao seu futuro. Ele lançou a ideia da criação de uma federação de Portugal e as possessões coloniais. Todavia, a esquerda (socialistas, comunistas, católicos de esquerda), aceitando o princípio da concessão das independências às colónias, exigem que se avance imediatamente para o fim da guerra e as negociações com os movimentos de libertação.

5. Contudo, nas reacções no estrangeiro ainda predomina a cautela, mas também um grande interesse pelo desenvolvimento da situação. Em geral, a opinião mundial saúda o derrubamento do regime fascista, apesar da presença de uma reserva quanto a comentários mais profundos em relação ao futuro. No Ocidente, certos comentários expressam preocupação pela radicalização e mudanças que poderiam afectar o equilíbrio de forças na Europa. [4.<sup>a</sup> p.]

Nos círculos oficiais ocidentais e na OTAN predomina a cautela na avaliação, mas não se esconde a satisfação pela mudança do regime, que ao Ocidente criava numerosas dificuldades tanto no plano nacional (porque era um factor da mobilização da esquerda), como nas relações com os países africanos. Ao mesmo tempo, está presente também a preocupação por causa da incerteza em relação ao futuro desenvolvimento, em particular, entre os americanos, que receiam que a esquerda (e, nela, sobretudo os comunistas) não se torne um factor principal no novo governo e nas futuras acções. Por isso, não se deve excluir a possibilidade de contra-acções dos EUA por meio das forças que, em Portugal, foram e continuam a ser o principal apoio da política e interesses americanos, por razões da importância de Portugal na estratégia americana em relação à Europa, Mediterrâneo e África.

Nos países socialistas, ainda não há declarações oficiais (nem reconhecimento do novo regime), excepto comentários de agências e da imprensa, nos quais, se saúda as mudanças e exprime-se simpatia pelas medidas tomadas pela Junta. Todavia, este comportamento mantém a expectativa de se ver como continuará a desenvolver-se a situação, sobretudo, a política do novo regime quanto às colónias.

Os países africanos e árabes ainda têm reservas, assim como os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que sublinham a determinação de continuarem a luta até à vitória final, não aceitando nenhum compromisso na linha das ideias expressas até agora por Spínola acerca da federação e semelhantes. A imprensa de uma série de países africanos dá uma grande publicidade ao desenvolvimento da situação (regresso dos líderes da esquerda, libertação dos presos políticos, comemoração do Primeiro de Maio, etc.), mas também continuam presentes as reservas em relação à Junta.

Os representantes de uma série de países africanos realçam a importância da mudança, mas abstêm-se de dar avaliações mais profundas, esperando ver qual será o desenvolvimento futuro, sobretudo, a relação da Junta quanto às colónias. Contudo, há cepticismo a respeito da disposição da Junta em dar passos radicais acerca das colónias. Há a opinião de que Spínola não está disposto a reconhecer a liberdade e a independência das colónias e que só mudará a tática, a qual, esconde em si o perigo de, com a extinção da luta armada, conduza à liquidação [5.<sup>a</sup> p.] dos movimentos de libertação. Todavia, segundo a opinião de certo número de países africanos é de esperar, realmente, que o novo regime evoluirá, gradualmente, em direcção a uma mudança tática da política colonial. Por isso, certos países (Sudão) foram críticos quanto as primeiras declarações de Neto, que atacou frontalmente Spínola como fascista (claramente, Neto foi, nas declarações de 7 de Maio, mais flexível). Destaca-se a necessidade de os movimentos de libertação actuem em ambas as frentes: que reforcem a luta armada,

mas também aproveitem cada possibilidade de negociações políticas com o novo regime na linha dos objectivos da luta de libertação.

6. Até agora, o novo regime foi reconhecido: Grã-Bretanha, Noruega, Irão, Austrália e Peru. Um grande número de países, todavia, partindo da doutrina acerca do reconhecimento de estados e não de governos, continuou a manter as relações com novo regime. Uma parte das forças de orientação progressista, que apoiam a Junta, investe esforços especiais para assegurar o apoio dos países europeus ocidentais ao novo regime para se prevenir possíveis acções dos EUA e da Espanha. A viagem do secretário-geral do PSP, M. Suarez [N.T.: a transliteração do português *Suarez* foi posterior] pela Europa Ocidental e os contactos que teve com os líderes dos partidos sociais-democratas foram subordinados, sobretudo a esse objectivo, como também ao desejo de que o maior número possível de países europeus ocidentais prestem ajuda económica à Junta e ao futuro governo. Aspirando a conseguir a maior afirmação internacional possível, a Junta exprimiu também o desejo de estabelecer as relações diplomáticas com os países socialistas.

7. Por iniciativa de Soares, houve uma reunião com o nosso embaixador em Bona, quando Soares exprimiu que os objectivos principais do novo regime são: derrubamento do fascismo e resolução do problema colonial. Mencionou que estão em curso consultas para a composição do governo civil provisório que será constituído por todas as forças democráticas, como também de forças conservadoras que não estão comprometidas. Soares exprimiu o desejo de Spínola e do Partido Socialista para que, o mais cedo possível, a Jugoslávia com Portugal estabeleça relações, ou pelo menos contactos com a Junta e o novo governo. Considera que, neste momento, uma mensagem do nosso governo para Spínola teria grande importância e um efeito muito favorável no reforço da determinação do governo para a descolonização. Alegou que o reconhecimento da nova Junta por parte do nosso [6.<sup>a</sup> p.] país teria um significado especial devido ao prestígio da Jugoslávia no Movimento dos Países Não-Alinhados e ajudaria a Junta a estabelecer novas relações com os países africanos. Igualmente, enviou um convite, em nome do Partido Socialista, para uma delegação da LCJ, se possível, que imediatamente envie uma pequena delegação a fim de, no próprio local, se informar acerca dos acontecimentos em Portugal e ter conversações com personalidades responsáveis.

8. Até agora, pela nossa parte, foi efectuado o seguinte:

a) Foi chamada a atenção da imprensa para a necessidade de um acompanhamento mais amplo e uma informação objectiva como foram enviados correspondentes imediatamente após o *putsch*; b) inspirou um comentário da Tanjug que foi distribuído também no estrangeiro (como forma da nossa reacção com elementos oficiais, no qual, foi salientado, sobretudo, a relação positiva quanto às mudanças e a necessidade da eliminação da política colonial; c) demos uma série de instruções às nossas embaixadas nos países não-alinhados para que estejam em constante contacto com os movimentos de libertação, assim como com os principais parceiros não-alinhados, com vista a um conhecimento mais completo no desenvolvimento da situação e à utilização das possibilidades para uma actuação no sentido da total satisfação dos objectivos das lutas de libertação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-

-Bissau; também, engajámos as nossas embaixadas nos restantes países, em particular na Europa, no acompanhamento da situação em Portugal e as reacções no estrangeiro; d) na declaração oficial de 7 de Maio foi apresentada a nossa posição, na qual, além da relação positiva quanto às mudanças, foi realçada a necessidade da concessão definitiva da liberdade e independência às ex-colónias (demos instruções às embaixadas para com declarações informem os movimentos de libertação, como também as embaixadas portuguesas que se solidarizaram com a junta).

8 [N.T.: 9]. O desenvolvimento da situação em Portugal exige também uma maior total atenção, tomando em consideração todos os elementos que sejam importantes para a determinação das nossas posições e comportamento em relação ao novo regime. Até agora, esse desenvolvimento permitiu prever a tomada das seguintes medidas:

Primeiro, que o presidente do CEF enviasse um telegrama, imediatamente depois da formação do governo provisório, ao seu presidente, em que se exprimiu a disposição do governo da RSFJ para o estabelecimento das relações diplomáticas regulares e o desenvolvimento da cooperação entre a RSFJ e Portugal, mencionando que nisso vemos também um contributo para melhores relações internacionais e a realização dos objectivos da Carta da ONU. [7.<sup>a</sup> p.]

Como, em 1947<sup>20</sup>, as nossas relações com Portugal foram suspensas (formalmente não foram cortadas, mas não se mantiveram sob nenhuma forma), o telegrama ao futuro governo português e a disposição para o estabelecimento de relações diplomáticas contem, essencialmente, o reconhecimento do novo regime e não do Estado. O telegrama seria enviado imediatamente após a formação do novo governo, sob a suposição de que o rumo dos acontecimentos não tenha imposto a necessidade de uma posição diferente. A escolha do chefe do Estado terá menos atributos de legalidade do que a eleição do governo, pelo que, neste momento, é suficiente a comunicação com o governo provisório.

Segundo, existe a necessidade que a ASPTJ e a LCJ tomem medidas com vista ao estabelecimento de contactos com representantes do PS e do PC de Portugal, como da Frente Popular portuguesa nos países onde existe essa possibilidade para isso.

Terceiro, deve ser enviada a Portugal uma pessoa adequada (jornalista), tendo em vista o estabelecimento de contactos estáveis com os portadores do novo curso e das forças que os apoiam;

Quarto, que se efectuem os preparativos necessários para o envio do encarregado de negócios para que, num momento favorável, se possa passar à abertura da nossa representação em Lisboa.

Até agora, o desenvolvimento da situação não permite que se examinem mais realisticamente as consequências mais amplas da mudança em Portugal, em particular, devido à incerteza do desenvolvimento futuro. As consequências mais significativas no campo das relações internacionais seriam, certamente, o fim da guerra colonial e a concessão da independência às colónias. Deste modo, seriam bastante encorajadas as positivas aspirações nacionais, políticas e sociais para a emancipação no território da África. Contudo, um regime instável e não tendo em conta a fraca relação de forças no país,

<sup>20</sup> Em Abril de 1948. V. cit. «As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)», p.38 e 191-198.

— poder-se-ia abrir, em Portugal, um processo de profundos abalos, confrontações e até intervenções externas, o que se reflectiria negativamente também na situação geral da Europa.

*AJ, 837- I-5-b (Portugal)*

---

## 24 [ Samora Machel ]

Embaixada R S F J - Dar es Salam 4 2 2 24 9

Número 221

9 / 5 / 1974

S F N E –

Samora Machel, presidente da FRELIMO, dirigiu-se ao povo moçambicano com a mensagem de estar atento às manobras de bastidores de Portugal, que reforce a luta armada, que destrua as manobras inimigas e que apressa a desintegração do colonialismo português. Avisou que, agora, o inimigo intensificará a repressão e a guerra colonial enquanto, ao mesmo tempo, fala acerca da paz. A actual agitação em Portugal caracterizou-a como mérito dos movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Saudou as mudanças causadas pelo golpe de Estado em Portugal que podem conduzir até à instauração da democracia nesse país. A FRELIMO saudaria isso com alegria como uma vitória do povo português. Todavia, salientou que o colonialismo ainda permanece em Moçambique e que para o povo moçambicano a destruição desse sistema é a única saída. Em particular, Machel indicou que as forças reaccionárias em Moçambique com a ajuda da RAS e Rodésia procuram apressadamente fórmulas para uma solução neocolonialista em Moçambique. Portugal não desistiu das represálias nas colónias. Como prova deu o exemplo de que a DGS (serviço secreto português) não foi extinto em Moçambique, mas sim reintegrado no exército.

Segundo Machel é preciso esperar as próximas manobras do inimigo: formação e reforço dos grupos marionetas contra a independência; reforço da mobilização das tropas marionetas para provocar desordens e atmosfera de guerra civil em Moçambique; propaganda reforçada contra a FRELIMO e a apresentação como agente de potências estrangeiras; propaganda e actividade internacional reforçada, cujo objectivo é a defesa do colonialismo e a difusão de notícias que os moçambicanos aceitam, por vontade própria, a dominação de Portugal; aumento de medidas criminosas e repressivas contra a população africana e branca que serão apresentados como parte da FRELIMO.

Somos da opinião de que esta última declaração severa de Machel é o reflexo da profunda desconfiança em relação às chamadas atitudes liberais de Spínola e grupos. [ 2.<sup>a</sup> p.] Com esta declaração, a FRELIMO quis claramente mobiliuzar os activistas da FRELIMO para a continuação da luta e impedir a hesitação europeia entre eles a respeito das possibilidades de uma solução pacífica numa base de negociações com Spínola.

Significativo que esta declaração foi dada durante a realização da reunião dos 4 ministros dos Negócios Estrangeiros e dos movimentos de libertação das colónias portuguesas.

Entregue: 7.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup>Direcção, Gabinete de Minitch, Lalovitch, Belovski, Lalovitch, Dizdarevitch, Obradovitch, gen. Dolnitchar, gen. Voivoditch, Direcção da Imprensa e Grupo dos Não--Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

## **25 [ Reunião com Coimbra Martins ]**

Embaixada RSFJ - Paris422225

Número 477

9 / 5 / 1974

SFNE

O membro do Comité Directivo do Partido Socialista de Portugal, Martins Coimbra (Coimbra) afirmou na conversação com Babovitch que o preocupava o adiamento da formação do governo provisório que esperava em 7 ou 8 de Maio. Confirmou a nossa anterior informação de que ficou acordado que à frente do governo estaria um líder oposicionista (advogado) e que Soares receberia o cargo ministerial dos Negócios Estrangeiros e o PS ainda mais dois cargos ministeriais, enquanto o PC teria um ou dois cargos ministeriais. Pressupõe que a razão principal do adiamento foi a aprovação da participação de representantes do PC no governo. O PS recusa entrar no governo caso o PC fosse excluído, porque considera que o PC foi «a primeira vítima das represálias, que tem uma sólida organização, influência e representa, nas condições portuguesas, um «grande partido», apesar no dogmatismo e rigidez nas suas posições antes do golpe.

Está preocupado com o silêncio da direita que existe e que se esconde. Referiu que, no país, há uma forte corrente democrata-cristã e admira-se que esta ainda não apareceu com uma nova organização.

Estima que os partidos da esquerda anteciparam a sua passagem à legalidade (já têm as sedes legalizadas) antes que fosse publicado o decreto. [ 2.<sup>a</sup> p.]

Diz que a embaixada aqui tem uma má postura oportunista, que nas suas actuações manobra contra um desenvolvimento positivo em Portugal e que, após a formação do governo provisório, dever-se-ia esperar a mudança completa do seu pessoal. Recomendou-nos para se abster, por agora, de contactos com eles. Pelo contrário, a sua embaixada em Bona deu, muito rapidamente, um claro apoio à junta.

Coimbra interessou-se pelo que se deveria prever para os seguintes contactos entre o PS e a ASPTJ. Parece que esperava propostas concretas, sobretudo, em relação ao convite de Soares (seguramente que a sugestão do PS francês nesse sentido foi acordada com o PSP). Considera que seria possível e desejável prever a visita do representante da ASPTJ a Portugal e que se asseguraria um sólido programa de contactos.

Salientou a necessidade do desenvolvimento rápido, após a formação do governo provisório, das relações económicas interestatais (exportação para a Jugoslávia), depois as culturais e desportivas.

Para eles, a cooperação com a Jugoslávia teria um significado particular, tendo em conta a sua política de não-alinhamento e o prestígio entre os países africanos.

Espera-se que Mário Soares estará, em Paris, cerca de 15 de Maio. Na sugestão de Babovitch, Coimbra disse que procurará agendar uma reunião de Soares com o embaixador Dizdarevitch. Antes disso, Babovitch encontrar-se-á novamente com Coimbra, no domingo ou segunda-feira, quando [3.<sup>a</sup> p.] espera a chegada de Portugal de Fernandes<sup>21</sup>, um dos membros importantes da direcção do PS.

Babovitch entregou ao Coimbra o texto da declaração do representante do SFNE em Portugal. Lendo-o, Coimbra disse que era muito satisfatória e que a declaração é importante, imediatamente irá enviá-la para Lisboa.

Observação: Quanto ao conteúdo da opinião de Coimbra, considerámos que se deveria analisar urgentemente a proposta para o convite de Mário Soares à Jugoslávia. O facto que visitou a maioria dos países europeus, que se afirmou com uma personalidade que no seguinte desenvolvimento em Portugal jogará um dos papéis mais significativos, seguramente, nós temos interesse que, nesta fase, o convidemos.

Agradecemos resposta.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete Minitch, Dolants, Belovski, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Obradovitch, I. Hadjitch, Direcção da Imprensa, UIK.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## 26 [ Argel, A mudança em Portugal ]

Embaixada R S F J - Argel 4 2 2 3 5 7

Número 250

9 / 5 / 1974

S F N E

Os primeiros comentários argelinos à mudança em Portugal são mais do que reservados, poderia se dizer cépticos. Aqui, como teste da profundidade e significado da mudança, em primeiro lugar, analisam-se as declarações e as posições da Junta em relação às possessões coloniais em África. Os comentários argelinos realçam que a política de Lisboa se encontra «encurralada» entre a vontade de liberalização e o desejo de levar as suas colónias para uma qualquer federação. Realmente, dizem, a Junta ainda não se decidiu entre a revisão radical da política anterior e a que conduziria à total independência das colónias africanas e as soluções que deveriam significar a continuação da anterior política antiga em novas formas neocolonialistas. Aqui, não se escondem as reservas e a desconfiança a respeito de Spínola. Publicamente, salienta-se de que se trata do ex-governador da Guiné-Bissau, que serviu Salazar e Caetano e, pergunta-se, não será o objectivo do movimento, que ele chefia, o de se eliminar os anacronismos internos de Portugal a fim de se libertar as forças que se utilizariam para uma posterior manutenção das colónias. Aparentemente, com a posição que aceita o princípio da

<sup>21</sup> Vasco da Gama Fernandes.

autodeterminação das «províncias africanas», mas considerando que a população indígena ainda não tem maturidade para se pronunciar acerca do seu futuro, a Junta quer assegurar para si tempo para pensar em que se deverá ver o sucesso ou o fracasso de sua política.

Em relação a isto, aqui pergunta-se, em que medida, a «famosa» quarta frente, em particular, a coligação das forças progressistas, realmente, pode influenciar e reforçar as tendências anticolonialistas em Portugal. Também, a isto se acrescenta a questão [ 2.<sup>a</sup> p.] se Spínola e os «seus» são capazes de conduzir, na verdade, uma política de descolonização, contrária aos interesses dos seus aliados do Pacto do Atlântico, que vêm nas colónias portuguesas uma «fechadura» para o Atlântico Sul e contra a vontade dos regimes racistas da RAS e Rodésia, para quais, a queda das colónias portuguesas significaria o começo do seu fim.

A conclusão principal que, aqui, se tira é que a decisão acerca da futura orientação ainda não foi tomada, que há, obviamente, hesitações e diferenças na abordagem dessas questões e que, provavelmente, se segue um tempo de «manobras».

Entregue: 6.<sup>a</sup>Direcção, Gabinete Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Lalovitch, Belovski, Dizdarevitch, Bandurina, 3.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> direcções, Grupo dos Não-Alinhados.

*(ADMNE, F-216 (Portugal-1974))*

## **27 [ Havana, Declarações de Mário Soares e Álvaro Cunhal ]**

Embaixada RSFJ – Havana 4 2 2 9 4 4

N.º 194

9 / 5 / 1974

S F N E

Com grande interesse, Cuba acompanha os acontecimentos em Portugal. Não há declarações oficiais, todavia, há nas conversações uma clara simpatia e análises positivas, mas também uma dose de expectativa quanto à política que conduzirá o novo regime, quem vai formar o novo governo, como se desenvolverá a situação em Portugal, tendo em conta a heterogeneidade da Junta e as forças que a apoiam. Previnem para as possíveis ingerências externas, as pressões e a contra-ofensiva das forças derrotadas. Em particular, dá-se a conhecer que a questão chave será qual posição terá a Junta em relação aos territórios coloniais.

Diariamente, a imprensa dá publicidade. Informação bastante objectiva, com uma dose de cautela ao dar avaliações e comentários. Refere-se as diferenças existentes entre Spínola e a Junta, por um lado, e o PSP e o PCP, por outro lado, principalmente acerca da questão das colónias e dos movimentos de libertação. Significativamente, a maior publicidade dá-se às declarações de Soares e Cunhal, ou seja, às posições do PSP e do PCP, e às posições acerca de Portugal, do que aos acontecimentos e às declarações dos representantes da Junta.

Uma particular publicidade foi dada à declaração de Soares, em que ele envia a Castro saudações especiais, exprime sentimentos da mais alta admiração pela experiência cubana na

construção do socialismo, expressa o desejo de que, em breve, toda a América Latina tome o caminho do socialismo e da definitiva libertação do imperialismo e defende o fim imediato da guerra e o começo das negociações com os movimentos de libertação com o objectivo da concessão de uma total independência às colónias. [ 2.<sup>a</sup> p.]

Embora a um nível muito baixo, Cuba manteve formais relações diplomáticas com Portugal. Ainda não reconheceu a Junta.

Entregue: Décima Direcção, Gabinete de Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Lalovitch, Dizdarevutch, Badurina, Belovski, Obradovitch, terceira e sétima direcções, Grupo dos Não-Alinhados.

*(ADMNE, F-216 (Portugal, 1974))*

## **28 [Moscovo, A situação interna em Portugal ]**

Embaixada R S F J - Moscovo4 2 2 2 2 4

Número 497

9 / 5 / 1974

S F N E

Chahnazarov (adjunto de Katuchev) – numa conversação com Vereche:

1. A situação interna em Portugal é ainda muito complexa e nas análises soviéticas há bastantes dilemas quanto às possibilidades para um maior desenvolvimento. Mantêm um contacto permanente com o PC e socialistas (Soares). A URSS deu a entender aos socialistas um apoio político geral às mudanças em Portugal, enquanto Soares insistiu num rápido reconhecimento. Anunciam que, de certeza, os socialistas entrarão no governo.

2. Numa mensagem confidencial para a direcção do PCUS, o sec.-geral do PC de Portugal, Cunhal, pediu à URSS que não reconhecesse ainda a Junta, nem o novo governo. O PCP estima que, mantendo uma certa distancia, representa uma pressão sobre as forças direitistas e joga um papel útil. [ 2.<sup>a</sup> p.]

3. Em Moscovo, ainda não foi discutido, concluiu Chahnazarov, a questão do reconhecimento, acompanha-se atentamente o desenvolvimento, em particular, a posição da Junta em relação às colónias.

Na base da avaliação que recebem do PCP, consideram que, num futuro muito próximo, os seus representantes não entrarão imediatamente no novo governo provisório. «Por agora», o mais provável é que os comunistas entrarão num corpo mais amplo — um conselho de unidade nacional ou algo parecido. Cunhal deu a saber que não estão dispostos, nesta fase, a participar directamente no governo.

Como apresentamos a Chahnazarov, em resumo, à nossa posição, em particular a declaração do SFNE, C.[hahnazarov] comentou que lhes parece a declaração, como um todo, muito realista e positiva. Numa linha semelhante, e a sua reflexão.

— Ministro adjunto MNE - Rodionov salienta que a situação em Portugal é ainda muito complexa, que a URSS saúda todas as mudanças positivas. Atentamente acompanham o desenvolvimento. No entanto, o MNE, «por agora», numa posição de que «não há necessidade de

apressar o reconhecimento» (há ainda tempo para se avaliar de forma mais polivalente a situação e as perspectivas).

Entregue: 3.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup>Direcção, Gabinete Minitch, Dolants, Petritch, Belovski, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Obradovitch, Direcção da Imprensa, UID, GAP.  
(ADMNE, F-216 (Portugal, 1974))

## 29 [ Belgrado, Entrevista Mário Soares ao *Večernji Novosti* ]

JANELA PARA O MUNDO \* JANELA PARA O MUNDO \* JANELA PARA O MUNDO

Lisboa: Deian Lukitch Entrevista de Mário Soares para o «Novidades da Tarde» EXCLUSIVO

Do nosso enviado **QUEREMOS RELAÇÕES COM A RSFJ**  
especial

\* Queremos com a Jugoslávia estabelecer quanto antes relações diplomáticas, declarou o Secretário do Partido Socialista de Portugal \* Acabar a guerra nas colónias – tarefa urgente \* Para a inclusão quanto mais eficiente possível da classe operária no processo da vida económica e política do país, deve-se desenvolver o máximo possível todas as formas de autogestão

Lisboa, 10 de Maio

— É nosso desejo de, quanto antes, estabelecermos as relações diplomáticas.

— Todas as forças democráticas de Portugal, incluindo também o exército, unir-se-ão para que, em Portugal não se repita o Chile...

— O meu partido não participará no novo governo caso nele não estiverem representantes do Partido Comunista de Portugal...

*Isto declarou, na entrevista exclusiva para o «Večernje Novosti», Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista de Portugal. Actualmente, Soares é uma das personalidades políticas mais influentes na cena política portuguesa e considerado um dos membros do novo gabinete, cuja formação se espera em menos de um mês. Em Lisboa, a maioria dos observadores políticos acredita que Soares receberá a pasta do ministro dos Negócios Estrangeiros.*

*O secretário-geral do Partido Socialista de Portugal recebeu-me no seu gabinete provisório na sede do Partido Socialista na Avenida Duque de Ávila.*

### A experiência valiosa da Jugoslávia

— Espero que estabeleceremos, muito em breve, as relações diplomáticas. Em Portugal, estão criadas todas as condições para que as forças democráticas tomarem a palavra. Agora, estamos empenhados nessa luta e estamos fortemente convencidos que ela nos conduz, entre outras coisas, na criação de condições, nas quais, serão estabelecidos fortes contactos com a Jugoslávia e como também com outros países socialistas.

Para todas as forças progressistas do nosso país e, principalmente, para o meu partido, a experiência da Jugoslávia no campo da autogestão são muito importantes e nós iremos dedicar-lhes a maior atenção.

[ *Fotografia e legenda: TENDÊNCIAS PROGRESSISTAS: Mário Soares* ]

— Mencionou a luta pela supremacia das forças democráticas. É evidente que em tudo o que acontece, neste momento, em Portugal, as tendências democráticas e progressistas obtiveram a sua oportunidade. Mas, isto é tanto evidente que nem os outros, as forças da direita não foram derrotadas nem desapareceram. Aqui e ali não se expressa, em determinados círculos, o receio de um «novo Chile»?

— Portugal, depois do movimento militar do 25 de Abril – que muitos chamam erradamente *putsch* – foi de certa maneira um Chile, mas ao inverso. Nós de uma sombria ditadura entrámos num período de democracia política, graças à cooperação do povo e das forças armadas. Por outro lado, Spínola não é o Pinochet – sublinhou Soares.

### **A experiência necessária dos grupos democráticos**

*Todavia, o risco existe. As forças pró-fascistas no país, seguramente, não desapareceram da noite para o dia e elas tentarão tudo para restaurar as suas posições. Por isso, os grupos progressistas e democráticos no país devem actuar de forma decisiva, eficazmente e, o que é mais importante, devem estarr unidos.*

*O coração dos perigos e riscos é a situação económica e os problemas económicos do país. Da sua rápida solução dependerá todo futuro do processo que começou.*

*A conversação conduziu-se, depois, para o problema mais actual no momento: a composição do novo governo. Como é conhecido, a Junta prometeu que o novo gabinete seria formado no prazo de três semanas, o que significa que até ao fim desse prazo restam ainda seis dias.*

— O comité coordenador da Junta já teve alguns contactos com o meu partido em relação à composição do governo. Contudo, pessoalmente, acerca desta questão, não tive nenhuns contactos com a Junta. Posso dizer que, até agora, nem determinámos com precisão a posição, porque não nos é conhecido «o projecto político» da Junta em relação à composição do novo governo. Eu devo dizer que para nós, socialistas portugueses, a questão das pastas no governo, em absoluto, não se coloca como importante. Para nós, é de longe mais importante qual será a orientação, ou seja, a concepção política que apresentará a Junta. Só então, apresentaremos o seu conceito.

— *Quais são as vossas condições para a participação no gabinete?*

— Principalmente, nós não aceitamos elementos, grupos e determinadas personalidades do antigo regime e não estamos dispostos para sentarmos com eles no mesmo governo. Por outro lado, todas as forças democráticas, todos aqueles grupos e indivíduos que lutaram contra o fascismo e colonialismo precisam ter o seu lugar no governo. Não falo, naturalmente, acerca daqueles agrupamentos políticos que se constituíram após o 25 de Abril somente para dessa maneira concorrerem para uma entrada no gabinete. Em Portugal, existe somente socialistas e comunistas e algumas forças do centro das divisões políticas. Finalmente, uma das primeiras condições para a nossa participação foi a presença dos comunistas. Caso os comunistas não forem incluídos, nem nós queremos participar.

— *Como pensa o vosso Partido a solução de um dos problemas políticos mais complicados do actual Portugal – a guerra colonial em África?*

— Lutaremos que, quanto antes, se iniciem as conversações políticas que conduzirão até à instauração da paz nas colónias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Depois disso, com os povos desses países é preciso deixar que, eles próprios, se decidam numa base de livre vontade. Esta é a posição do Partido Socialista definida ainda em 1961 e, após, reafirmada diversas vezes.

### **Instaurar a justiça social**

*No fim, o Dr. Mário Soares sublinhou em algumas palavras as dificuldades mais importantes que Portugal precisa, neste momento, resolver urgentemente.*

*No primeiro grupo das soluções necessárias encontra-se a instauração da justiça social no país. Neste contexto, Soares salientou que, antes de tudo, «resolver as reivindicações e necessidades básicas da classe operária de Portugal e parar, quanto antes, a emigração».*

*Neste campo – salientou o secretário-geral do Partido Socialista – é necessário desenvolver o mais possível todas as formas de autogestão.*

*No fim, Soares salientou que uma das tarefas mais urgentes do novo regime era a reorganização das instituições estatais em todos os níveis, desde as instituições mais importantes até às locais.*

### **30 [Oslo, Surpresa pelo golpe de Estado em Portugal ]**

Embaixada da RSFJ em Oslo

Número 61

10/ 5 /1974

SFNE

A Noruega ficou surpreendida com o golpe em Portugal, mas claramente, apoiou-o cordialmente (o governo e praticamente todos os partidos, incluindo o conservador). Todavia, em todos os comentários sente-se a insegurança no desenvolvimento posterior por causa de uma série de factores: o passado fascista de Spínola e a sua ligação com o grande capital português («as 12 famílias»); falta de tradições democráticas, inflação e difícil situação económica do país, divergências em relação à solução da questão colonial, vácuo político à direita do centro em Portugal e fraqueza organizativa do partido socialista, e semelhantes quanto às avaliações daqui, a probabilidade de algum imediato contragolpe «direitista» não é grande, porque o aparelho fascista foi efectivamente bastante desfeito e porque os quadros inferiores no exército não apoiariam um golpe neofascista. Existe, contudo, o perigo da solução «chilena» por meio de um certo período de tempo — ligação do grande capital com parte do exército (generais) no caso de divergências significativas entre as forças políticas e a junta (sobretudo na questão colonial) e nos problemas económicos por resolver.

A Noruega está muito interessada que, em Portugal, se estabilize a democracia burguesa, que avançaria gradualmente para [ 2.ª p. ] a descolonização. Assim, a Noruega se libertaria do desagradável dever de crítico constante de Portugal na OTAN, e reforçaria a disposição pró-otanista (o objectivo da

OTAN é «a defesa da ordem democrática do mundo ocidental») na Noruega e nos outros países da OTAN. Ao mesmo tempo, pára-se o agravamento das relações comerciais com Portugal (somente em peixe, a Noruega exporta para Portugal e colónias uns 250 milhões de coroas norueguesas anuais e, por motivos políticos, Portugal diminuiu a compra do peixe norueguês, enquanto Moçambique até a suspendeu totalmente.

Por estas razões, a Noruega é muito activa no apoio à democratização de Portugal, e o Partido dos Trabalhadores (PT), em particular, no apoio ao partido socialista soarista. Numa proposta do ministro dos NE, Frydenlund, o comité de ministros do Conselho europeu saudou, oficialmente, a mudança em Portugal, semelhante à proposta do ministro do Comércio norueguês, Evensen, ao Conselho ministerial da EFTA, em Genebra, e na proposta do Partido dos Trabalhadores e dos sindicatos noruegueses, os sociais-democratas nórdicos iniciaram uma ampla acção de recolha de ajuda financeira para o Partido Socialista de Portugal (o PT já enviou um quarto de milhão de coroas norueguesas). Com efeito, estimam que este partido — formado somente há meio ano — é fraco em organização (em comparação com o PC de Portugal), e querem ajudá-lo financeiramente no desenvolvimento das actividades políticas e propagandistas, para que ele — e não alguma força direita ou o PC — tanto mais quanto possível preencha o [ 3.ª p.] mencionado vácuo político. Igualmente, na iniciativa do PT partiu imediatamente para Portugal uma delegação dos sociais-democratas e sindicatos nórdicos (sob a chefia do vice-presidente do PT, Steen), para que no próprio local avaliasse a situação e as necessidades de ajuda a Soares. A rápida e imprevista chegada de Soares ao encontro dos líderes sociais-democratas e sindicais, em Helsínquia, confirmou o mencionado interesse especial, ou seja, o medo da solução «chilena».

Embora o governo norueguês e o PT sublinhem que Portugal precisa de se libertar das hipotecas coloniais «de maneira pacífica, por negociações com os movimentos de libertação e respeitando o direito dos povos à autodeterminação», estimamos que, actualmente, a Noruega está interessada sobretudo que, em Portugal, se consolide a democracia burguesa, que o problema colonial se resolva gradualmente, mais tarde, depois das eleições e formação do parlamento e governo.

No PT receiam que existe o perigo, que o forçamento da descolonização poderia romper a ligação entre a junta e a «frente democrática», antes da consolidação da nova ordem em Portugal, e voltar o país mais ou menos à antiga tirania. A descolonização — estimam — [ 4.ª p.] primeiro será exigida pela Guiné-Bissau, que para Portugal já está perdida, e onde o reconhecimento da independência não se pode adiar mais. Em Moçambique, há a FRELIMO com uma forte posição negociadora, mas ali estão envolvidos também interesses estrangeiros (África do Sul, Rodésia) com a possibilidade de intervenções directas. Em Angola, os movimentos de libertação estão divididos, ali vive um maior número de brancos e a FNLA é, parece, a mais pronta para uma solução de compromisso de acordo com as ideias de Spínola.

A imprensa do PT regista, na verdade, as declarações dos líderes dos movimentos de libertação, mas, por agora, sem comentá-las.

Consideramos que, isoladamente, a Noruega — na actual situação — não reconhecerá a Guiné-Bissau ou alargará a sua ajuda aos movimentos de libertação também à ajuda militar.

Entregue: 3.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Direcção, Gab. Minitch, Belovski, Dizdarevitch, Lalovitch, Obradovitch, Direcção da Imprensa, 5.<sup>a</sup> Direcção, UMO, UPO e Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

### **31 [ Paris, O corpo diplomático ocidental e situação em Portugal ]**

Embaixada R S F J - Paris                    4 2 2 3 2 5

Número 491

10 / 5 / 1974

S F N E

Ao que já foi relatado, em ligação ao vosso 421342, acrescentamos:

1. No corpo diplomático ocidental ainda impera a preocupação pelo seguinte desenvolvimento em Portugal devido ao possível papel das forças de esquerda. Em particular, se acompanha a relação PCP e a Junta, isto é, se o PC entrará no governo. De todos os contactos com esses embaixadores, sentimos que o Ocidente, sobretudo os EUA, engajam-se para que isso não ocorra nem em Portugal, nem noutra lugar nos países europeus.

Desta maneira e por causa das coincidências temporais, ligadas às eleições em França (a possibilidade de Mitterrand ganhar e fazer entrar os comunistas no governo o que reforçaria as possibilidades da esquerda em Portugal) e a questão da formação do governo em Portugal, onde a questão principal é a participação dos comunistas. Algumas informações indiciaram-nos que os círculos atlânticos actuam no sentido da formação de um governo de técnicos (sem a participação dos partidos políticos, em particular, sem a participação dos seus chefes), que, no ano até às eleições, efectuará o trabalho, sendo também a razão para atrasar a formação até agora, a fim de reduzir a pressão das massas e da esquerda por um governo político com a participação de todos os principais partidos políticos. Assim, as forças direitistas ganhariam tempo para se reorganizarem e, gradualmente, entrarem em cena. Todavia, a questão está até que ponto esse esforço pode ser bem-sucedido, dados os motivos para a mudança do regime fascista e a mobilização que isso provocou com as esperanças e as reivindicações para mudanças profundas na vida política e económica do país. [ 2.<sup>a</sup> p. ]

O corpo diplomático europeu oriental é bastante prudente nas avaliações. Consideram que, em Portugal, a situação é confusa. O seu ponto de partida é que facto de Portugal ser membro da OTAN irá influenciar decisivamente o desenvolvimento da situação, a qual, tem ali importantes bases e influência no exército, sobretudo nos postos de comando mais velhos.

Nos círculos franceses, esse desenvolvimento é visto do ponto de vista das eleições presidenciais. Naturalmente, os *giscardistas* repartem a preocupação por causa da influência da

esquerda, salientando as acções da extrema-esquerda nas universidades e em outros lugares (embora tenham sido esporádicas até agora), partindo das posições anticomunistas que têm na luta contra Mitterrand. Depois do primeiro entusiasmo e esperança, agora, a esquerda é mais prudente por causa da longa duração do interregno. Os socialistas são tanto aqui, como também em toda a CE, muito mais activos do que os comunistas.

2. Aqui, a embaixada portuguesa (e embaixador) são leais à Junta, partindo do ponto de vista que devem executar as ordens do centro e que não cabe a eles fazer declarações. É perceptível que não têm uma ligação suficiente com Lisboa devido, provavelmente, à situação instável ali. Todavia, comunicam normalmente com o Ministério por assuntos correntes. Num encontro imprevisto, o embaixador disse-nos que espera que esta situação acabará com a formação do governo, em 16-17 de Maio, e que então será chamado a Lisboa para consultas. Até agora, não recebeu resposta à urgência para os vistos dos nossos jornalistas. Disse-nos que um nosso país vizinho propôs, por intermédio dele, enviar um emissário a Lisboa (embora não [ 3.ª p. ] quisesse dizer qual, pressuponho que se trata dos romenos, apesar deles não o neguem nem o confirmem). Enviei-lhe o comunicado do nosso governo, mas até à formação do governo não penso que, por meio desta embaixada, possamos comunicar eficazmente. Como será depois, comunicaremos.

3. Aqui, até agora, esperam pelos vistos para a ida a Portugal, os nossos seguintes jornalistas que chegaram para acompanhar as eleições presidenciais em França: Dimitriievitch (RTV Belgrado); Bojitch e Bolfek (RTV Zagreb); Savitch (NIN); Chustar (Delo); enquanto, Lukitch (Vetchernhe Novosti) já está em Lisboa. Não sabemos as razões exactas porque, apesar da urgência do embaixador aqui, não recebem os vistos. Quanto sabemos, há jornalistas de outros países que esperam, trata-se daqueles países que não têm relações com Portugal. Pensamos que, deste grupo, pode-se escolher um (Bolfek, talvez) para os contactos acerca dos quais fala no telegrama.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete Minitch, Petritch, Dizdarevitch, Berisavlhevitch, Sekulovitch, Direcção da Imprensa, UID, GAP, Sétima Direcção.  
*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

### **32 [ S.Paulo. A recepção dos acontecimentos em Portugal**

Consulado-Geral R S F J - São Paulo 4 2 3 2 1 8

Número 174

13 / 5 / 1974

S F N E –

Os recentes acontecimentos positivos em Portugal foram recebidos em São Paulo com surpresa e inesperadamente.

As personalidades oficiais estiveram, nos primeiros dias, muito reservadas na avaliação dos acontecimentos, mas logo que a situação se estabilizou, começaram positivamente a avaliar os

movimentos, mas com desaprovação por causa da eventual participação dos comunistas no governo e com o alegado medo do «caos».

Os meios de informação escrevem, em geral, positivamente acerca da via progressista de Portugal. Todavia, um dos jornalistas conhecidos publicou a sua fotografia com Salazar e, num breve artigo, presta-lhe reconhecimento, não falando nada acerca dos actuais acontecimentos, o que obviamente dá apoio ao velho regime.

A numerosa colónia portuguesa em S. Paulo (mais de 600 000), na sua maior parte recebeu com entusiasmo a notícia da destituição dos salazaristas.. Na Universidade realizou-se um comício, na presença de mais de 2000 pessoas, no qual, discursaram eminentes portugueses progressistas (professores, advogados).

E, apesar das reservas das personalidades oficiais, trabalhadores científicos e culturais, jornalistas, estudantes e pessoas comuns estimaram muito positivamente o movimento progressista em Portugal. O representante do partido oposicionista MDB, Guimarães, falou acerca da inevitável passagem do tempo do regime fascista e do imparável avanço do progresso e da democracia (aludindo também à necessidade da democratização no Brasil). [ 2.<sup>a</sup> p.] Os acontecimentos em Portugal foram muito bem recebidos pela maior parte da numerosa colónia espanhola em S. Paulo.

Entregue: 10.<sup>a</sup> Direcção, Lalovitch, Dizdarevitch, 3<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> direcção.

*(ADMNE, F-217 (Portugal-1974))*

### **33 [Conacri, Reunião com Luís Cabral e Victor Maria]**

Embaixada da RSFJ Conacri 423675

Número 336

13 / 05 / 1974

SFNE

Da conversação com L. Cabral e Victor Maria

Há alguns dias, em Boké, realizaram a Conferência do Estado-Maior da Luta e da Direcção do PAIGC. Foi considerada a situação recém-surgida em Portugal e a questão de mais luta pela libertação. Tiveram a intenção de divulgar, no comício de 10 de Maio, na presença dos primeiros embaixadores estrangeiros, a declaração acerca do desenvolvimento da situação em Portugal e das suas posições, mas desistiram, no último momento, porque não era tudo claro e, cautelosos, queriam compreender melhor o desenvolvimento futuro dos acontecimentos. Mencionaram a possibilidade de negociações com representantes do novo regime em Lisboa, mas somente sob a condição do reconhecimento definitivo e total da República da Guiné-Bissau. Assim, Cabral mencionou que era urgente para eles, que qualquer que seja o novo governo português que reconheça a República da Guiné-Bissau, até nesse caso, iriam para negociações e cooperação. De facto, dizem que não é claro quem está por trás dos quadros médios

militares em Lisboa, se são nacionalistas com ideias antifascistas e anticolonialistas, se o que está em questão é somente uma manobra da burguesia nacional e factores externos para salvar certas posições, se Spínola é somente uma personalidade provisória — uma marioneta nas mãos dos jovens oficiais, etc. Por isso, seguem com a maior atenção essas informações, embora ainda não conseguiram estabelecer um canal-contacto [ 2.<sup>a</sup> p] regular com os seus em Lisboa, que ainda recebem com atrasos. Eventualmente, o reconhecimento da Guiné-Bissau significaria uma mudança radical na política do regime em Portugal. Isso seria a questão chave para se ver o carácter do novo regime. Cabral disse que eles estão totalmente a favor para que, em Lisboa, seja formado um governo democrático e progressista.

Agora, o apoio dos países amigos é muito necessário no sentido da influência na opinião pública mundial e no novo regime em Lisboa, no qual, segundo parece, os EUA exercem pressão para a continuação da luta contra os movimentos de libertação, no objectivo da obtenção de melhores posições nas negociações. Têm confiança na ajuda das forças progressistas no próprio Portugal, que se activaram bastante e, agora, não deveriam perder o fôlego. Segundo as informações disponíveis e as circunstâncias que são capazes de perceber, podem constatar que os portugueses estão cansados e como que apenas esperam para se livrar do fardo da guerra, que nas bases e guarnições fortificadas na Guiné-Bissau esperam impacientemente por uma solução. Todavia, de lado (os EUA) actuam no sentido contrário, o que, agora, lhes preocupa e obriga a ser cautelosos e não precipitados tanto nas operações militares como no plano diplomático. Constantemente realçaram que as actividades diplomáticas dos países amigos lhes podem ajudar muito nestes momentos históricos.

Entregue: 7.<sup>a</sup>e 3.<sup>a</sup> Direcção, Gabinete do PR, de Minitch, Petritch, Belovski, Lalovitch, Dizdarevitch, Obradovitch, gen. Dolnitchar, gen. Voivoditch, 4.<sup>a</sup> Direcção, Direcção da Imprensa, UID, SFINF e Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

#### **34 [ Londres, Informação acerca estadia de Mário Soares ]**

Embaixada RSFJ – Londres 423123

N.º 333

13 / 5 / 1974

S F N E

O ministro de Estado no FO [*Foreign Office*] Ennals disse-nos que Soares, o líder do Partido Socialista Português, por ocasião da recente estadia em Londres e, nos contactos com os trabalhistas, disse que aceitará a participação no governo com a condição de que também os comunistas entrem no governo. Soares não gostaria de aceitar a pasta dos Negócios Estrangeiros, mas algum outro ministério importante.

Ennals espera que o novo regime em Portugal terá sucesso em manter-se e realça a relação positiva do Partido Trabalhista para com este novo regime e, sobretudo, para com o Partido Socialista de Portugal que, segundo ele, representa a variante portuguesa do Partido Trabalhista.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete do Presidente da República, Minitich, Peritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, UID, GAP, sétima direcção.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

### **35 [ Belgrado, O enviado especial jugoslavo ]**

13 de Maio de 1974

GABINETE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

1. De acordo com as conclusões da Comissão do CEF (*N.do.T.: Conselho Executivo Federal*) dos Negócios Estrangeiros e Segurança do país, como também com as conclusões do CEF de 8 de Maio, o camarada Jarko Bojitch, redactor-chefe da Televisão Zagreb, é enviado a Portugal. Perante as autoridades portuguesas, ele apresentar-se-á como jornalista, e nos contactos com os representantes do Partido Comunista e o Partido Socialista de Portugal aparecerá com um mandato da LCJ e da ASPTJ. Deverá chegar a Lisboa nos dias 13 ou 14 de Maio.

Bojitch recebeu a tarefa de contactar amplamente os representantes de todas as correntes que se empenharam positivamente nas actuais mudanças em Portugal e, particularmente, Soares e outros representantes dos partidos socialista e comunista e de reunir o maior número de dados concretos que permitam uma visão real do desenvolvimento dos acontecimentos e da relação de forças. Ele transmitirá aos comunistas e socialistas o apoio da Jugoslávia às mudanças positivas e sublinhará a necessidade de uma orientação clara na resolução urgente do problema das colónias.

2. O SFNE já designou o encarregado de negócios para Lisboa, que se prepara para entrar em funções quando for dada a decisão acerca da abertura da representação diplomática.

Petritch

*AJ,805, KPR I-5-C*

### **36 [ Paris, Contactos com o PS de Portugal]**

Comissão de Cooperação e Ligações  
Internacionais da CF ASPTJ

#### NOTA

acerca dos contactos com o PS de Portugal

Em anexo, reproduzimos a conversa do adido social B. Babovitch, em Paris, com o membro da direcção do PS de Portugal, M. Coimbra:

« O membro do comité da direcção do Partido Socialista de Portugal Martin Coimbra (*N.do.T.: António Coimbra Martins*) sublinhou na conversa com Babovich que o preocupa o adiamento da formação do governo provisório que esperava para 7 ou 8 de Maio. Confirmou a nossa anterior informação de que ficou acordado que à frente do governo ficasse um líder da oposição (advogado) e que Soares recebia a pasta dos Negócios Estrangeiros e o PS ainda duas pastas, enquanto o PC receberia uma ou duas pastas. Presume-se que a razão básica do adiamento foi a aprovação da participação no governo de representantes do PC. O PS recusa a entrar no governo se o PC for excluído, porque

considera que o PC foi «a primeira vítima da represália», que tem uma sólida organização e influência e que nas condições portuguesas representa «um grande partido» apesar do dogmatismo e rigidez nas suas posições antes do golpe.

Preocupado está com o silêncio da direita que existe e que se escondeu. Realça que no país há uma forte corrente democrata-cristã e admira-se que ela ainda não tenha aparecido com uma nova organização.

Disse que a embaixada daqui tem uma má posição oportunista, que nas suas actuações manobra contra uma evolução positiva em Portugal e que depois da formação do governo provisório deverá esperar-se uma mudança completa da sua composição. Recomenda-nos por agora para nos abstermos de contactos com eles. Pelo contrário, a embaixada deles em Bona deu rapidamente um claro apoio à junta.

Coimbra interessou-se pelo que se deverá prever para os seguintes contactos entre o PS e a ASPTJ. Parece que esperava concretas propostas, particularmente, em relação ao convite de Soares (seguramente que a sugestão foi do PS de França e nesse sentido foi combinada com o PSP). Considera que seria possível e desejável prever uma visita de representantes [ 2.ª p. ] da ASPTJ a Portugal e que seria assegurado um sólido programa de contactos.

Realçou a necessidade do rápido desenvolvimento, depois da formação do governo provisório, das relações económicas interestaduais (exportação para a Jugoslávia), depois culturais e desportivas. Para eles a cooperação com a Jugoslávia seria de particular importância tendo em conta a sua política de não-alinhamento e o prestígio entre os países africanos.

Espera-se que Mário Soares deverá estar em Paris por volta de 15 de Maio. Por sugestão de Babovitch, Coimbra disse que tentará arranjar uma conversa entre Soares e o embaixador Dizdarevitch. Antes disso, Babovitch voltará a encontrar-se novamente com Coimbra no domingo ou segunda-feira, quando se espera a chegada de Portugal de um dos eminentes membros da direcção do PS, Fernandes.

Babovitch entregou a Coimbra o texto da declaração do representante da ASPTJ sobre Portugal. Lendo-a, Coimbra disse que era muito satisfatória e que a declaração é muito importante, imediatamente a vai enviar para Lisboa.

Observação: Tendo em conta o conteúdo da opinião do Coimbra, julgamos que urgentemente dever-se-ia considerar a proposta para a visita de Mário Soares à Jugoslávia. É um facto que visitou a maioria dos países europeus, que se afirmou com um personalidade que no futuro desenvolvimento de Portugal jogará um dos papéis mais importantes, seguramente nós temos interesse em o convidar nesta fase.

Solicitamos resposta. Dizdarevitch».

Em relação a isto propomos:

1. Que em nome da ASPTJ se envie um convite a M. Soares para visitar o nosso país.

2. Que ao local próprio — em Lisboa — se envie o mais depressa possível um nosso representante que contactará todas as estruturas políticas e acerca disso apresentar relatório.

13/Maio/1974

Da Comissão

Enviado: para o camarada V. Milatovitch

« « A. Chukríia

para todos os membros do Secretariado da CF ASPTJ

*AJ,507,IX/1-66*

### 37 [ Paris, Uma declaração de Mário Soares ]

Embaixada RSFJ - Paris 4 2 4 2 3 5

Número 139

14 / 5 / 1974

SFNE

De la Fourkter, Con.Pred. Governo, socu<sup>22</sup>.

No boletim de notícias confidenciais que recebe a presidência do governo francês, estava uma declaração de Mário Soares, secretário do Partido Soc. de Portugal, na qual, declarou supostamente que a Portugal o modelo de sociedade que mais lhe convêm seria o que está sendo construído na Jugoslávia, adaptado às condições sociais portuguesas. Ao mesmo tempo, afirma que também tem a maior consideração pela política externa da Jugoslávia.

Nós não encontramos tal declaração em nenhuma parte da imprensa ou nas conversações que tivemos aqui com vários interlocutores, mas apresentamo-la porque se trata de um interlocutor sério.

17/5/74.

Entregue posteriormente: Terceira Direcção, Gabinete de Minitch, P.Lalovitch, Badurina, Obradovitch, GSS-SS, UID, GAP.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

### 38 [ Argel, Reunião com o representante do MPLA ]

Embaixada R S F J - Argel

4 2 3 7 2 9

Número 263

14 / 5 / 1974

S F N

Da conversação com Kanu Cherif Ibrahim, representante do MPLA na Argélia.

Dê-lhe a conhecer a declaração do nosso governo acerca os acontecimentos em Portugal e a nossa análise da situação.

Ibrahim falou longamente sobre a situação em Portugal e Angola, da qual basicamente:

— De Spínola não se deve esperar muito. Este é um fascista pronunciado, combatente do Vietname, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau. A sua própria experiência nestas guerras levou-

<sup>22</sup> N.T.: Conselheiro. Socialista (?).

-o até à conhecida conclusão e livro, o que, mais tarde, influenciou que fosse chamado pelo grupo de capitães.

— O grupo de capitães não está unido. Um grupo é pelo reconhecimento da independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, enquanto outro bastante influente e concorda com Spínola e Gomes. Porém, o MPLA espera que todo o grupo de capitães evoluirá, com o apoio e a pressão da frente democrática, para a concessão da independência. Isto não vai ser fácil ou rápido, como não foi nem no Vietname desde o estabelecimento de contactos e negociações.

— Caso Mário Soares chegar ao cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, o que se espera, o assunto será facilitado. O Dr. Neto está em contacto directo com ele, encontraram-se em Bruxelas e estabeleceram boas relações pessoais.

— Roberto Holden, juntamente com Mobutu, lidera o jogo para que a Junta, por meio dos americanos, entre em negociações directamente com ele. O MPLA impedirá isso, sobretudo pelo facto de que mantêm todas as posições na luta de libertação no país. [ 2.ª p.]

— Sobre isso, nestes dias, o MPLA avisou as firmas estrangeiras para não firmarem contratos com as autoridades portuguesas acerca da exploração das riquezas naturais de Angola. Na realidade, com isto quiseram avisar, sobretudo, os americanos que, já exploram o petróleo na província de Cabinda, o que desejam assegurar, por meio de Mobutu, mesmo no caso de mudança.

— Foram informados que a Junta tentou entrar indirectamente em contacto com a Frelimo, o que foi rejeitado. A posição comum dos movimentos de libertação é de que os contactos e as conversações com a Junta só podem ser estabelecidos na base da independência. Nenhuma federação de Spínola de maneira alguma.

Entregue: 6.ª e 3.ª Direcção, Gabinete Minitch, Petritch, Belovski, Lalovitch, Dizdarevitch, Obradovitch, 4.ª direcção, Direcção da Imprensa e Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

### **39 [ Brasília, Reunião com diplomático brasileiro ]**

Embaixada RSFJ - Brasília 423747

Número – 178

14/ 5 /1974

S F N E –

Da conversação que tive hoje com secretário-geral do MNE, Ramiro Saraiva Guerreiro acerca do tema de Portugal, o interlocutor expôs o seguinte:

Continuam atentamente a acompanhar e a estudar o desenvolvimento dos acontecimentos em Portugal. É conhecido e pensa que não é incomum para ninguém de ser o Brasil estar mais interessado por esta situação do que muitos outros países. Consideram a mudança de regime como a abertura do caminho para a resolução do difícil problema do atrasado colonialismo português. Nos últimos tempos, a situação em Portugal importunava cada vez mais o Brasil. Com a formula acerca de «relações

especiais» por meio da qual os africanos interpretaram as suas relações com Lisboa, nada conseguiram e ela não aceite por estes países. Por isso, na ONU e em África, encontram cada vez mais dificuldades.

O secretário-geral disse que já não oferecem para mediar entre Lisboa e as suas colónias, mas também não fogem disso. A este respeito, já têm pedidos e propostas de certos países africanos e, também, estão em contactos com os movimentos de libertação. Considera que se deve deixar Lisboa que sozinha encontre a sua própria saída para as primeiras dificuldades e confusões, o que deve acontecer quando se emancipa um meio que tanto tempo esteve fechado.

Acerca do meu interesse acerca da «comunidade tripartida», o embaixador Guerreiro explicou que este assunto não existe somente como uma ideia geral, mas também como conceito. Neste quadro, segundo a sua opinião, todas as três partes poderiam encontrar bastantes interesses, em particular, a respeito do desenvolvimento económico. Sobre isso, ainda não se discute porque [ 2.ª p.] a situação ainda não « lá chegou», mas, estão preparados também para outras soluções. Caso o desenvolvimento conduzir até a total independência destes países, o Brasil reforçará as relações bilaterais com eles. A presença existente do Brasil (cultural, investimentos e especialistas), já representa uma boa base para o aumento da cooperação num futuro próximo. Politicamente, estes países vão se voltar para «o terceiro mundo», e Portugal vai-se encontrar isolado.

(a conversação decorreu no quadro das visitas de cortesia, porque esta é a nova personalidade neste cargo, Chega de Genebra, onde cooperou bem com A. Papitch, Stanovik e o falecido Tsvorovitch).

Entregue: 10.ª, 3.ª e 7.ª direcção, Belovski, Lalovitch, Dizdarevitch, Cheferovitch, Obradovitch, Direcção da Imprensa e Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

#### **40 [Paris, Reunião com Joaquim Pires Jorge ]**

Embaixada R S F J - Paris

4 2 3 3 2 3 Carimbo do SFNE

Número 510

Recebido em 15/5

14 / 5 / 1974

O membro do Secretariado do CC PC de Portugal, Joaquim Peres George [*N.T.*:Joaquim Pires Jorge] salientou na conversação com Babovitch, que os jovens oficiais que efectuaram o golpe de Estado, apesar de não terem uma orientação ideológica clara e única, todavia, eles reflectem a evolução no exército (o desejo pelo fim da guerra colonial em todos os jovens quadros, patriotismo, uma aspiração cada vez mais desenvolvida pela democratização da vida no país). Nos últimos dois anos, o PCP desenvolveu a actividade sobretudo por meio dos estudantes que foram cumprir o serviço militar e imediatamente receberam patentes subalternas.

Disse que o PCP recebeu apoio entre os capitães pelas suas posições. Entre outros, eles exerceram pressão no Spínola para receber Cunhal, secretário-geral do PCP. Igualmente, cederam instalações ao PC.

Consideram Spínola como uma personalidade de compromisso que tem influência no exército, goza de um certo prestígio nas colónias e não antagoniza (em relação às mudanças) os EUA e os círculos da OTAN. Ele foi convocado para chefiar a Junta porque Caetano, cercado na residência, disse que só entregaria a presidência a Spínola. De resto, nos primeiros momentos, o movimento dos jovens oficiais só se opôs a unidades que antes foram comandadas por Spínola.

Em Portugal, o golpe de Estado foi feito pelos jovens oficiais, mas o seu primeiro sucesso foi resultado do engajamento espontâneo do povo.

A Junta procurou libertar-se do controlo dos capitães. À reivindicação geral da destituição dos presidentes das câmaras municipais, [ 2.<sup>a</sup> p.] respondeu que essa nomeação ficaria a seu cargo, o que era bastante perigoso, no entanto, os capitães conseguiram manter o controlo.

Outra fonte de preocupação era a Guarda Republicana (cerca de 20 000) que depois do golpe de Estado ficou «intocável» e que a Junta e Spínola desejam guardar como seu baluarte. (Observação: o membro da direcção do PS Fernandes [N.T.: refere-se a Vasco da Gama Fernandes] com quem falei um par de horas mais tarde e que chegou de Portugal, no dia 11 de Maio, disse que o problema da Guarda já não se colocava, porque também nela se expandiu o movimento dos capitães.

A aviação e a marinha eram um forte baluarte do movimento. Na aviação, aderiram 600 ao Movimento e, na marinha, cerca de 700 oficiais.

O PCP tem uma forte influência no país, até e maior do que eles próprios estimavam. Em Lisboa, em frente da sua sede, espera-se em fila para a filiação. Nas faculdades e nas escolas médias, como, em particular, entre os trabalhadores há um grande número de comunistas. Entre outros, também é membro do PCP o irmão do possível primeiro-ministro Palma Carlos. Um dos seus apoios é o Movimento Democrático que surgiu antes das eleições do ano passado, Agora, os socialistas exigem a sua dissolução, mas o PCP não aceitou. O Movimento Democrático é uma espécie de frente popular com a influência predominante do PCP.

O Partido Socialista tem uma certa influência, mas a organização é muito fraca. [ 3.<sup>a</sup> p.]

No PCP, tem de trabalhar com os membros para entenderem as novas condições e a necessidade de ajustamentos.

Entre os assalariados trabalha-se na criação de organizações sindicais (3 membros do CC dedicam-se a isso). Filiar-se-ão na FSM. (Observação: há um par de dias, Diamel (NT:?) , o secretário da CGT, disse-nos que, em base das conversações, em Lisboa, no 1.º de Maio, o PCP não irá para a filiação do seus sindicatos na FSM, que ele considera que isso é correcto tendo em consideração a evolução no movimento sindical internacional).

O PCP estima que o perigo do regresso da ditadura é bastante reduzido, que foi efectuado um grande passo para a democratização. Todavia, são cautelosos: metade da direcção mantém-se na clandestinidade ou no estrangeiro.

A questão das colónias é a mais difícil de resolver. O PCP é pela a concessão da independência, defende essa posição, mas nela não insiste neste momento (de modo a não prejudicar as relações com o exército e também para que uma proclamação despreparada de independência não criasse uma situação para a chegada ao poder de regimes minoritários, como na Rodésia).

O PCP concorda com o reconhecimento o mais rápido possível da Junta por parte dos países capitalistas (nesse sentido, foi organizada a recente visita de M. Soares pela Europa). No que diz respeito aos países socialistas, o PCP considera que se deve aguardar a formação do governo. Embora, não o disse explicitamente, Pires Jorge fez saber que esperam a pressão dos países socialistas no regime caso no governo não entrem comunistas. [ 4.ª p.] A declaração do representante do SFNE de 7 de Maio, que lhe foi dada imediatamente, avaliou-a como boa, frisando que os beneficiaria e que a encaminharia imediatamente para Lisboa. Acrescentou que, além da liquidação do colonialismo, em Portugal, trata-se também da democratização.

Entregue: Terceira Direcção, Dolants, Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Obradovitch, Quinta e Sétima Direcção..

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

#### **41 [ Londres, Uma informação do embaixador brasileiro]**

Embaixada RSFJ – Londres                    4 2 3 6 8 8  
 N.º 342  
 14 / 5 / 1974  
 S F N E

O embaixador do Brasil disse-nos que dois jornais brasileiros publicaram o manifesto da oposição portuguesa antes do golpe de Estado em Portugal. Esses jornais foram enviados para Portugal e, assim, tendo em conta que estão impressos na língua portuguesa, ficaram disponíveis para o público português. Desta maneira, o Brasil ajudou Spínola e, publicamente, engajou-se contra o antigo regime. Da conversação com o embaixador, em geral, revela que o Brasil foi activo no apoio a Spínola. Daqui, é difícil de avaliar se o Brasil fez isso por iniciativa própria. Não está excluído de que também outros nisso participaram (EUA) devido ao facto de a guerra colonial de Portugal em África dificultava as relações do Ocidente com os países africanos. Provavelmente, calculou-se com antecedência até onde pode ir o novo regime, em geral, nas relações com a OTAN e o Ocidente.

A embaixada portuguesa, em Londres, continua a trabalhar normalmente. Segundo a declaração do brasileiro, este é o caso de todas as embaixadas portuguesas em que os embaixadores são diplomatas de carreira. Somente em duas embaixadas, os embaixadores eram personalidades políticas ligadas firmemente ao antigo regime (no Brasil e em Paris).

Entregue: Décima e Terceira Direcções, Lalovitch, Dizdarevitch, quinta e sétima direcções.  
Direcção da Imprensa, Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

#### **42[ Moscovo, Reunião com Aboim Inglês]**

Embaixada R S F J - Moscovo           4 2 3 3 2 2  
Número 511  
14 / 5 / 1974  
S F N E

Da conversação de Milochevitch e Inglês, membro do CC do PC português:

1. O governo provisório será formado até dia 17 deste mês. São activos nas consultas para o governo provisório. Entrarão somente no governo em que no programa terá — extinção do aparelho fascista, consolidação do regime democrático, fim da guerra anticolonial e independência das colónias. Consideram que os países socialistas devem reconhecer o regime somente após a formação do governo provisório, tendo em vista a sua composição e linha política (« o reconhecimento por parte dos países socialistas é uma carta muito importante para o PC, não queremos que ela seja jogada imediatamente», disse Inglês).

Estimam que o primeiro-ministro será o Adelino (disse: liberal, muito conhecido e respeitável, não comprometido, mas fortemente ligado com os monopólios). Pela maneira como as coisas estão agora nas negociações com Spínola, também o Dr. Cunhal deveria ser vice-presidente do governo (*ministre d'état*), a área do trabalho igualmente um comunista (os sindicatos propuseram três candidatos, entre os quais, primeiro Canais Rosa, membro do CCPCP; socialistas — na área dos Negócios Estrangeiros (Soares). Informação e Justiça; católicos — área da economia; ministério do exército — Movimento 25 de Abril. As negociações continuam, complexas, difíceis. As relações PC e PS «muito boas».

2. O «25 de Abril» não foi um golpe militar nem militar «puro», mas já um movimento antifascista com conteúdo democrático. O programa do movimento (18 pontos) é precisamente isso, apesar de não ser suficientemente claro a respeito das colónias nem representa absolutamente nada em termos económicos. Ele realiza-se graças ao movimento e o apoio das massas e sob a sua pressão. O programa da Junta de Salvação Pública não é claro tanto na política interna como também a respeito da guerra colonial. O que está claro: a Junta (Spínola) procura a maneira de parar o movimento de massas e de preservar as colónias. [ 2.<sup>a</sup> p.]

No poder— uma certa espécie de «dualismo». É vantajoso que o comando do exército está nas mãos dos «capitães», mas também eles não são homogéneos. A «terceira componente» que, cada vez mais se torna decisiva é o movimento de massas, a actividade das forças políticas democráticas (PC, PS, Movimento Democrático e sindicatos).

Até agora, positivo, as medidas tomadas e o desenvolvimento da situação: libertados todos os presos políticos; extinta a polícia política, uma boa parte presa; reprimidas as organizações fascistas; afastados 24 generais (alguns na prisão); O 2 de Maio demonstrou a força das massas, extravasou na festa da vitória sobre o fascismo (as centrais sindicais internacionais enviaram representantes à celebração: a CGT francesa, igualmente); os emigrantes políticos e desertores do exército colonial (há cerca de cem mil) amnistiados também regressam; actualmente, as direcções sindicais gozam da confiança do povo; abertas as possibilidades para a actividade das correntes estudantis e juvenis progressistas; muitas direcções municipais progressistas, etc.

Todavia, a situação também continua instável: o aparelho fascista não está destruído, actuação dos monopólios. Manobras do estrangeiro, actividade dos serviços secretos e outros. Os generais procuram dispersar os oficiais jovens, de desconcentrar o núcleo de cerca de duzentos capitães. O PC age para que eles não se dispersem («pelo menos até às eleições»). Igualmente, o perigo de um grupo de membros da polícia política; foram presos cerca de 1000, e os membros são cerca de 3 000. Muitos emigraram para Espanha, em grupos e já se sentem as suas «intragas». Há sabotagens direitistas, etc.

[ 3.<sup>a</sup> p.]

O PC não se «abriu» completamente. Uma parte significativa dos activistas do aparelho ilegal continuou a permanecer na clandestinidade. O objectivo principal da actuação do PC: 1.) unidade da classe operária e das forças democráticas como das suas organizações; 2.) aliança das forças democráticas e as forças militares.

3. O problema das colónias é complicado, complexo. O PS «reafirma as suas conhecidas posições»: fim urgente da guerra colonial, começo das negociações com os movimentos de libertação; reconhecimento de Guiné-Bissau e o reconhecimento imediato e total da independência do povo de Angola e Moçambique.

Nas Forças Armadas, a opinião é diferente; numerosos oficiais não partilham as posições do PC e ele não pode permitir a ruptura da aliança com o exército. Por isso, procura uma solução aceitável também para as Forças Armadas, tendo em conta de que isso seja na base do reconhecimento dos interesses dos povos das colónias. Por exemplo, não exigir o adiamento da independência total das colónias, mas sim assegurar «o caminho nessa direcção», ao mesmo tempo preservar a «aliança» com os capitães, enquanto o PC continuará a sua actividade anticolonialista, disse Vieira, que estão seguros que um plebiscito no país asseguraria a total liberdade para as colónias.

Entregue: 3.<sup>a</sup> Direcção, Dolants, Minitich, Petritch, Belovski, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Obradovitch, 2.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Direcção, GSS-SS.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

### 43 [ Moscovo, Viagem de Aboim Inglês a Belgrado ]

Embaixada R S F J - Moscovo      4 2 3 2 4 2  
 Número 509  
 14 / 5 / 1974  
 S F N E

Da conversação de Milochevitch com Vieira, membro do CC do PC português:

1. O Secretariado do CC do PCP decidiu que o delegado do seu partido ao 10.º Congresso fosse o próprio Vieira. O verdadeiro nome (pode-se publicar): Carlos Aboim Inglês, membro do CC PCP. (devido ao nome ainda não ter sido legalizado, no passaporte haverá um terceiro nome – José Maria de Carvalho. Daremos o visto, a seu pedido, separado do passaporte.

Viajará para Belgrado em 26 de Maio (domingo) no avião da JAT (pedimos que enviem até 26 o bilhete de regresso de Moscovo-Belgrado no nome de Carvalho). Preparará um discurso. Espera uma conversação conveniente na PLCJ [*N.T.: Presidência da LCJ*], na qual, pode informar formalmente acerca da política do seu partido.

Vieira, aliás C.A. Inglês, 44 anos, membro do PC há 28 anos (desde os seus 16), membro do PCP desde 1959, sete vezes preso, na prisão passou um total de dez anos; cinco anos sobretudo fora do país, ocupa-se das ligações internacionais; foi membro da delegação do PCP na Conferência dos PC de 1969. Fala francês.

2. Nós informámos acerca da declaração do SFNE em relação a Portugal, tomou conhecimento da escrita da nossa imprensa, etc. Muito satisfeito com a declaração e outras.

A avaliação da situação em Portugal – em separado.

Entregue: 3.ª Direcção, Dolants, Obradovitch, Dizdarevitch, Lalovitch, 2.ª Direcção, RB, Arquivos Confidenciais.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974).*

---

#### **44 [ Haia, Relatórios de missionários católicos acerca do massacre em Moçambique ]**

Embaixada da RSFJ - Haia                      423868  
 Número 200  
 14/ 5 / 1974  
 SFNE

Os relatórios dos cinco missionários romano-católicos holandeses acerca do massacre em Moçambique receberam grande publicidade na imprensa daqui. Estes relatórios foram publicados também, nos principais jornais de Portugal, em Lisboa. Os relatórios são pormenorizados e mencionam os lugares principais onde os assassinatos foram cometidos e nomes de algumas vítimas.

E continua a seguir com reivindicações que o novo regime português comece, quanto antes, a resolução da questão das colónias. O Partido Radical dirigiu também o pedido ao actual governo holandês que não deve esperar e ver o que irá acontecer, mas sim deverá quanto antes ter conversações com o novo regime para acabar com a guerra nas colónias. Na declaração para a imprensa, o Partido Radical exprimiu, igualmente, que ficou muito impressionado com o conteúdo do relatório dos missionários acerca do massacre que foi efectuado em Moçambique e pede que o governo holandês receba informações completas o mais rápido possível acerca destes acontecimentos.

Entregue: Direcção da Imprensa, terceira e sétima direcção, UIK, I. Hadjitch, SFInformação.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

---

#### 45 [ Bucareste, As relações romenas-portuguesas ]

Embaixada da RSFJ - Bucareste 424221

Número 295

16 / 5 / 1974

SFNE

Esta noite, pelas 19,30, recebeu-me Stefan Andrei, secretário do CC PCR, e transmitiu informações acerca dos acontecimentos. Disse que eles apoiaram, desde o início, as mudanças em Portugal, em que as Forças Armadas derrubaram o regime fascista e depois receberam o apoio das forças democráticas e patrióticas.

Recentemente, disse Stefan, o camarada Tchauesku (Čaušesku) condenou fortemente, num acto público, a política colonial portuguesa.

Diz que tiveram excelentes relações com os movimentos de libertação, deram-lhes ajuda material, militar e política. Com todos, assinaram declarações conjuntas.

Recentemente, por ocasião da entrega de condecorações a um número de dirigentes, Čaušesku saudou os passos a caminho da democratização das relações em Portugal, realçando a necessidade da concessão da total independência às colónias.

Baseado na decisão da direcção, foi enviado o emissário de Čaušesku, Mihne Georgiu, que teve um encontro com Spínola como também com os representantes de outras forças (Soares) e outras personalidades, incluindo também representantes do PCP. Todos declararam que são pelo estabelecimentos de relações entre os dois países.

Na mensagem de Čaušesku para Spínola foi exposta a posição e a necessidade da concessão da independência às colónias. Na conversação com Mihnea, Spínola salientou a determinação de se assegurar o novo curso. Disse que considera indispensável que se passe para a solução política com as colónias, Realçou o desejo para o estabelecimento de relações com a Roménia. [ 2.<sup>a</sup> p. ]

Andrei disse que tiveram conversações com os estados africanos da Guiné, Congo-Brazavile, Tanzânia e alguns outros e trocaram opiniões.

Afirmaram que são pelo estabelecimento de relações com Portugal, porque consideram que isso apoiaria o actual curso do desenvolvimento no país e ajudaria a luta pela liberdade e a independência dos países africanos. Disse que sobre isso todos concordam com eles, pelo qual, referindo-se às forças no país, movimentos de libertação e países africanos com quem tiveram contactos.

Andrei disse que, anteontem, teve uma reunião com um camarada da direcção do PC de Portugal que, igualmente, falou positivamente acerca dos acontecimentos em Portugal. O tal camarada afirmou que não sabiam do derrubamento do regime, e tinham planeado, antes desse dia, conjuntamente com o Partido Socialista de publicarem uma proclamação. Não puderam publicá-la, porque a maioria das questões estava abrangida pela proclamação da junta militar:

- Abolição da polícia secreta;
- Libertação de todos os presos políticos;
- Liberdade de acção para todos os partidos políticos;

— Somente a liberdade e independência das colónias não tinha sido abrangida.

Disse que o PC considera que, agora, isso não deve ser apressado, porque agora é algo mais complexo para poder ser facilmente resolvido e que nenhuma consequência ocorra. Assim, por exemplo, neste momento, em Angola, vivem 400 000 habitantes portugueses, dos quais, 5 000 famílias foram para lá nos últimos meses. Lá, estão também 60 000 soldados portugueses e, por causa de tudo isso, consideram que a pressa pode prejudicar a frente que quer garantir o desenvolvimento democrático em Portugal. Receiam o perigo de uma Rodésia (Smith) e, por isso, querem que a questão das colónias se resolva gradualmente e por negociações.

[ 3.ª p. ]

Eles (PC) já sabiam, desde de 5 de Maio, que Cunhal – sec. geral do PCP – seria ministro no novo governo e que receberiam ainda a pasta do Ministério do Trabalho.

Hoje, Spínola tornou-se presidente da República. Čaušesku enviou um telegrama, que será, amanhã, publicado na imprensa e, no qual, se expressa a intenção romena para o estabelecimento das relações entre os dois países. Andrei disse que estão convencidos de que é útil estar lá presente e, depois, acrescentou: «seria estranho que não estabelecêssemos relações com um governo num país europeu, no qual, estão 2 ministros comunistas».

Consideram que, ali, haverá ainda um reagrupamento de forças e que, agora, as forças reaccionárias tentam se organizar. Alguns países gostariam, disse, que ali fosse aberto um processo democrático, mas não tanto amplo e profundo. Considera que as relações diplomáticas dos países socialistas com um tal governo podem ajudar positivamente o processo que começou.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete de Minitch, Dolants, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Obradovitch. Belovski, GSS-SS, Grupo dos Não-Alinhados, UID, GAP, Primeira e Sétima Direcção.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

#### **46 [ Belgrado, Entrega pedido do PCP à LCJ ]**

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES E LIGAÇÕES  
INTERNACIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA LCJ

(Carimbo do Arquivo)  
N.º: 423492

data: 20/5/74

*Portugal*

Conf. n.º 1906/455/1

Belgrado, 16/V/1974

#### N O T A

acerca da conversação do chefe do Departamento de Relações e Ligações Internacionais da Presidência da LCJ, Vladislav Obradovitch, com o encarregado de negócios da Embaixada da URSS em Belgrado, Dimitri Sevian, 15/V/1974.

Conversação a pedido de D. Sevian.

Sevian transmitiu a informação de Moscovo de que o CC PCP de Lisboa pediu ao CC PCUS para informar os países socialistas da opinião de que seria prematuro e inconveniente, tendo em conta a situação confusa, que esses países reconheçam o novo governo de Portugal e que estabeleçam relações diplomáticas com ele. Segundo a posição do CC PC de Portugal, esta questão deveria ser considerada depois da constituição do novo governo português e após se ver a sua linha política, como também tomando em consideração a opinião que o CC de Portugal dará posteriormente.

V. Obradovitch agradeceu a informação e disse que a daria a conhecer à direcção. Na continuação da conversação, expôs que a nossa posição em relação aos acontecimentos de Portugal se encontra na declaração do Governo da RSFJ de 8 de Maio do ano corrente.

Enviado:

[ três rubricas e uma data 8/VI/74 ]

Aos membros da Comissão Executiva da PLCJ  
Gabinete do Presidente da República  
Camarada M.Minitich  
II Direcção do SFNE  
III Direcção SFNE  
Arquivo do Departamento  
*ADMNE. F-217 Portugal (1974)*

#### 47 [ Paris, Reunião em Lisboa de Cunha Rego-Bojitch ]

Embaixada RSFJ - Paris 424239  
Número 548  
19 / 5 / 1974  
SFNE

Vítor da Cunha Rego-Bojitch

O novo chefe do gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros Soares. Longos anos na emigração em São Paulo. Esteve na Jugoslávia. Por incumbência de Soares (com ele tinha reunião marcada, mas ele desmarcou-a por causa da viagem a Dacar e deu instruções a Rego. Procurou-me imediatamente no hotel e disse:

«Pedia-me que transmitisse ao vosso Ministério dos Negócios Estrangeiros que desculpássemos porque não pudemos enviar ninguém a Belgrado, para informar o vosso governo, competentemente e oficialmente, acerca dos acontecimentos. Esperavam que compreendemos. Para vossa informação, tivemos de substituir 18 embaixadores e 16 chefes de secções. Em todos os serviços, era o caos».

«Pedia para transmitir que o general Spínola e o ministro Soares consideravam urgente que a Jugoslávia fosse o primeiro país socialista com quem Portugal estabelecesse relações. Pediam que, por esse objectivo, enviássemos à vontade uma importante personalidade oficial, a nível de subsecretário ou embaixador, para contactos oficiais».

Numa longa conversação com ele, durante um almoço, exprimiu reservas em redor do problema do ultramar e mencionou as diferenças que existem relativamente a essa questão, Rego — que parecia bastante cansado e desconcentrado (lamentou-se que não dormia há alguns dias) — disse--lhe que essa

questão já estava resolvida e que não devíamos preocupar com isso. Afirma que a paz na Guiné-Bissau será estabelecida em um mês, e todo o problema estará resolvido em seis meses. Eles têm tais informações e contactos. Não quis justificar.

Também, foi reservado em relação a Spínola, mas optimista. Enigmaticamente disse que «Spínola nunca diz aquilo que faz, nem faz aquilo [ 2.<sup>a</sup> p.] que diz». Afirma que Spínola deseja basicamente o mesmo que aquilo que Alvarado<sup>23</sup> no Peru, e que Alvarado era o seu ideal».

Afirma que a coisa mais importante para o novo governo é sobreviver este ano "sem catástrofes"».

O problema fundamental, disse Rego, é a relação entre o trabalho e o capital no país, sendo isso da competência dos comunistas.

Acredita que, com o tempo, a influência do partido (é membro da Comissão Política do Partido Soc.) aumente. Na pergunta acerca da sua influência nos jovens oficiais que efectuaram o golpe, abanou a mão, afirmando que eles se afastavam da política e que isso será cada vez mais evidente. Dois capitães que ocuparam postos importantes durante o golpe, agora são adjuntos na presidência da República, e isso significa que não têm mais qualquer influência.

No fim, repetiu o enorme interesse pelo estabelecimento das relações com a Jugoslávia, pediu que telefonasse, que o embaixador em Paris voou por aqui, etc. Antes procurou por mim em Lisboa. Menciono estes pormenores, porque eles mostram o interesse de Portugal para estabelecer as relações. Em todas as questões delicadas, respondeu: não se preocupem. A respeito da paz no ultramar, gostaria de deixar uma impressão de optimista. Afirma que, literalmente, eles gostariam de estabelecer relações amanhã. Não são necessários nenhuns vistos. Basta só que alguém telefone do aeroporto, etc.

(As conversações com as restantes personalidades, como também os comentários suplementares, enviamos posteriormente).

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

#### **48 [Paris (Lisboa), Reunião Capitães Garcia Correia e Bernardo – Bojitch]**

Embaixada RSFJ - Paris 424499

Número 556

20 / 5 / 1974

SFNE

Capitães Garcia Correia<sup>24</sup> e Bernardo<sup>25</sup> – Bojitch

---

<sup>23</sup> Juan F. Velasco Alvarado (1910-1977), general, chefiou o golpe de Estado (Out./68) e exerceu a presidência do Peru durante a chamada «Revolução da Força Armada» (Out./1968-Ago./75).

<sup>24</sup> Bernardo, Joaquim Garcia.

<sup>25</sup> Como, no 25 de Abril, o capitão António Garcia Correia ficou, em Santarém, a comandar a EPC, coloca-se o porquê deste erro.

Estes capitães tiveram um papel importante no golpe. O primeiro participou na prisão de Caetano. Membros do MFA. A conversação com eles deu a conhecer «toda uma série de detalhes característicos e, em particular, as relações MFA e Spínola».

O MFA começou a formar-se espontaneamente, em Setembro de 1973, antes do governo de Caetano ter publicado uma série de decretos militares que limitava a progressão na carreira àqueles oficiais que regressaram ao país da guerra no ultramar. Para eles foi decretado uma «promoção com redução tempo de serviço». Então, foi criado o «movimento dos capitães». Posteriormente, Caetano reconheceu-lhes os direitos e anulou os decretos, mas já era tarde, porque a organização recebeu os seus contornos.

«Sentimos que temos a obrigação perante o Povo de algo fazer, porque senão o Povo faria isso e, então, isso seria a guerra civil e haveria muito sangue».

O golpe estava marcado para 23 de Março, mas durante o planeamento, uma unidade que marchou para as *Valdas* (Caldas) da Rainha. Foram todos presos.

«Por isso, os políticos cometeram um erro, porque se esqueceram da amizade que nos ligava, uma amizade criada na guerra. Decidimos libertá-los e isso foi, talvez, decisivo para o golpe de 25 de Abril. O descontentamento existia, o caos existia e, nesse momento, chegou também a ira por causa da prisão dos nossos camaradas. Podíamos libertá-los somente caso mudássemos a situação. [ 2.ª p. ]

O Programa do MFA coincidia nas suas linhas fundamentais com o programa da oposição democrática de 1945. No início do ano, o MFA criou três grupos que o deveriam apresentar. «Uma semana após os primeiros textos a que chegaram estes três grupos, apareceu o livro do general Spínola, "Portugal e o Futuro". Constatámos que o nosso programa era igual ao de Spínola. Isso encorajou-nos, porque sabíamos que desde então já tínhamos o chefe ideológico». Tal livro impressionou-nos a todos: «pensámos — com este homem a nossa revolução não vai desaparecer nas ruas».

O sinal para o início do golpe foi a canção «Grândola, Vila Morena», por meio da Rádio Renascença. «No momento da prisão, Caetano perguntou-nos quais eram as nossas ideias políticas. Dissemos que não podemos precisar. Perguntou quem eram os nossos chefes. Respondemos que eram oito generais, mas que lhes chamávamos Oscar (cifra do comando militar). De facto, só sabíamos do Costa Gomes e do Spínola».

«Quando, nesse dia, se nos juntou uma enorme massa de povo e começou a gritar o nome do general Spínola, ficámos impressionados».

Na conversação, Bojitch disse-lhes que Spínola declarou que nada sabia acerca do golpe, e que do seu relato resulta que ele estava com eles desde o início.

---

«Não sabemos concretamente, mas nós concordávamos totalmente com as ideias do general Spínola. Ideologicamente, ele estava connosco. Nós sabíamos como derrubar o governo, mas não sabíamos o que fazer a seguir, como construir algo diferente».[ 3.ª p. ]

No momento actual, dizem, o importante é trabalhar gradualmente. Acerca do ultramar: «era urgente estabelecer o diálogo com os guerrilheiros, mas apesar disso a nossa posição deveria ser salvaguardada».

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete PR, Dolants, Minitich, Petritch, Dizdarevitch, Lalovitch, Badurina, Obradovitch, gen. Voivoditch, Sétima Direcção, GAP, UID, RB, Arquivos.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

#### **49 [ Paris (Lisboa), Reunião Álvaro Cunhal – Bojitch ]**

Embaixada RSFJ - Paris      424557  
 Número 552  
 20 / 5 / 1974  
 SFNE

Álvaro Cunhal – Bojitch

Os acontecimentos em Portugal marcam uma mudança radical na vida política do país, que permitiram a legalização da actuação do PC. Agora, os objectivos básicos do PC são: 1. reforçar o papel nos sindicatos e no movimento democrático; 2. reforçar a unidade dos trabalhadores e do povo, como também a unidade dos comunistas, socialistas, católicos e liberais em função da salvaguarda das vitórias obtidas; 3. reforçar as ligações do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas; e 4. luta contra o oportunismo da direita e da esquerda (o de esquerda expressa-se na «intolerância e não toma em consideração as relações concretas e as manobras da reacção»).

Pela primeira vez na História do país, a classe operária e o PC estão no governo. Isso é uma vitória política extraordinária e a possibilidade de participar na construção do Portugal democrático. Estima esse facto como a prova da força do PC.

Na coligação governamental, que estima como bastante ampla e heterogénea, em particular, o PC têm boas relações com os socialistas, democratas e algumas personalidades extra partidárias. O ministro da Defesa, tenente-coronel Mário Firmino Miguel assegura a ligação com o MFA (Movimento das Forças Armadas).

Cunhal salienta o carácter provisório do governo. Ele não pode resolver, pelo menos não rapidamente, os grandes problemas do «Povo e da Nação». Vê a missão principal da coligação governamental na liquidação da estrutura [ 2.ª p.] fascista do Estado, democratização da vida, fim da

guerra no ultramar e criação de condições para as eleições em 1975. Isso mencionou como «os objectivos fixados pelo governo».

Todavia, realçou que, em absoluto, não tinham ilusões. A liberdade ainda não foi alcançada, e as forças de direita já conspiram. O poder económico dos monopólios está intacto. Procuram criar dificuldades económicas e financeiras que enfraqueçam o apoio que o povo dá ao governo.

Cunhal salientou que seria irrealista esperar de um tal governo de coligação que «conduzisse uma política popular». Pedir isso significaria provocar o confronto entre partes da coligação, o que conduziria à sua desintegração. O primeiro objectivo tático era, segundo Cunhal, de salvaguardar a unidade de todas as forças progressistas (Observação: isto também Spínola realçou como tarefa prioritária em que repousa toda a sua estratégia)».

Acerca do problema do ultramar, disse: o PCP aceita o Programa do MFA e que «a resolução do problema da guerra no ultramar não era militar, mas sim uma questão política». Também, o PC apoia um «debate aberto e livre a nível nacional acerca da questão das colónias». Cunhal realçou a complexidade desse problema. Segundo ele, a situação agrava-se em África, e a tensão aumenta no povo e nas forças expedicionárias.

O PC era por negociações com os movimentos de libertação e isso com o PAIGC (Guiné-Bissau), FRELIMO (Moçambique) e MPLA (Angola), sem condições prévias, «que se analisassem os problemas e interesses comuns, com o objectivo do fim da guerra e alcançar uma solução política». [3.<sup>a</sup> p.]

Na coligação governamental, existem «sérias e, por vezes, vivas diferenças» quanto à essência dessa solução política. O PC e os socialistas são pela independência, e todos os outros eram por uma federação portuguesa. Mas, tinham encontrado um ponto comum em dois pontos principais: «fim da guerra e resolução política. Até lá, concordavam».

O PC insistiu que se negociasse somente com «os legítimos representantes dos povos» (mencionou vários) e protestou contra alguns contactos com «movimentos oportunistas».

Cunhal resumiu assim as razões da participação do PCP no governo: 1. Era imperativa a necessidade de se reforçar e aumentar a unidade do movimento popular e o MFA. «A nossa eventual recusa de entrarmos no governo comprometeria irreparavelmente a continuação do processo democrático e empurraria a ex-oposição democrática para a direita. Isso abriria um abismo entre o movimento popular e o MFA e chegar-se-ia à formação de um governo de direita. É indispensável e necessário que se intervenha directamente na política nacional, influenciando as decisões principais».

Todavia, Cunhal está consciente dos riscos, labilidades e dificuldades dos comunistas no governo. O PC tem a responsabilidade ministerial do trabalho e, agora, era obrigado a pedir aos

trabalhadores que não façam greves, porque essa é a posição do governo, e 50 anos a greve foi proibida por lei aos trabalhadores.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete do Presidente da República, Stambolitch, Dolants, Minitch, Peritch, Pribitchevitch, Badurina, GSS-SS, Sétima Direcção, Grupo dos Não-Alinhados, GAP, UID, RB, Arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## **50 [ Paris (Lisboa). Reunião Carlos Machado – Bojitch ]**

Embaixada RSFJ - Paris 424559  
Número 5520 / 5 / 1974  
SFNE

Carlos Machado – Bojitch

Machado é director do «Jornal do Comércio». O jornal é relativamente pequeno, mas influente nos meios financeiros. Está ligado à família do banqueiro Quinas.

Machado afirma que nos primeiros dias, após o golpe, nos meios financeiros reinou um certo alarme. Todavia, agora, estão relativamente satisfeitos, Consideram Spínola como um reformador político de grande calibre. A maioria da gente financeira mais poderosa do país concorda que as reformas são necessárias e por causa da «paz social» tem que se chegar a uma certa redistribuição do rendimento.

A paz social é para eles a condição prévia para a estabilidade, no quadro em que unicamente podem alcançar todos objectivos básicos, os quais Machado enumera como: 1.) a modernização da estrutura industrial e financeira do país»; 2.) participação mais adequada no Mercado Comum; e 3.) uma saída para o mundo, para o segundo, particularmente, no enorme mercado africano em condições diferentes.

Esta posição, segundo Machado, também convinha às companhias multinacionais e ao capital brasileiro, com os quais existem boas relações.

Era decisivo para a realização destes objectivos o fim da guerra no ultramar e a liquidação do isolamento internacional de Portugal. Consideram que para eles o programa do novo governo promete o cumprimento dessas condições, pelas quais estão prontos, na frente interna, «a pagar o preço na redistribuição do rendimento.

A guerra no ultramar, com as suas consequências sociais, económicas e financeiras, ameaçou totalmente todos os principais interesses do capital. [ 2.<sup>a</sup> p.]

Por consequência, o capital quer o fim dessa guerra, mas de maneira a que os seus interesses principais sejam salvaguardados num quadro diferente.

Agora, importantes personalidades financeiras ocupam cargos no governo. Segundo Machado, também contactaram Spínola, e ele tinha-lhes dito que o «puro e simples abandono do ultramar, simplesmente recusamos por três razões: 1.) porque lesa a nossa soberania; 2.) porque não podemos

abandonar todos aqueles portugueses que lá construíram o seu espaço vital, acreditando na bandeira nacional e 3.) porque não temos razões para abdicarmos em proveito do inimigo».

Com atenção acompanham a situação. Não estão em condições de se exporem muito. Aceitaram com satisfação a posição oficial no programa do governo de que estimulará a actividade do capital nacional e estrangeiro».

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete do Presidente da República, Stambolitch, Dolants, Minitch, Peritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Badurina, Obradovitch, Sétima Direcção, Direcção da Imprensa, GSS-SS.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

### **51 [Análise das impressões de Bojitch]**

Embaixada RSFJ - Paris 424563

Número 561 20 / 5 / 1974

Análise das impressões de Bojitch, com base nas conversações em Lisboa

- 1. O exército controla o poder, absolutamente e firmemente e era o indiscutível árbitro num complicado jogo político. Isto é: a) realmente, a força mais forte; b) tem a vantagem psicológica e a maior influência no povo, porque sozinho derrubou a velha ditadura de meio século; c) e porque se apresenta como o portador dos interesses da nação e estado acima de todos os partidos e fracções políticos. Legalizou o seu direito de intervir a favor dos interesses nacionais, como os entendem os seus chefes, sempre que necessário.

- 2. O programa político do Movimento das Forças Armadas (MFA) é de facto o programa de Spínola que, tacticamente, este executa quase brilhantemente. Spínola e Gomes, chefe do Estado-Maior General, são sem dúvida, as duas personalidades mais fortes do país. A hierarquia militar e estatal dá-lhes uma clara vantagem, aumentada com a popularidade que gozam como «vítimas» do regime de Caetano (ambos foram demitidos ao mesmo tempo). O grupo de jovens oficiais que fizeram o golpe — pouco a pouco são afastados das posições operacionais, portanto de posições realmente sensíveis, e com todas as honras possíveis colocados por diversos gabinetes e conselhos. Os chefes das Forças Armadas têm o poder real. A característica fundamental: todos combateram nas guerras no ultramar e quase todos altamente qualificados. A maioria terminou cursos militares americanos. [ 2.<sup>a</sup> p.]

- 3. A base e a primeira tarefa prioritária da estratégia política de Spínola (estando de acordo com ela, numa maior ou menor medida, todas as outras forças políticas na heterogénea coligação), isso é: o fim da guerra no ultramar. A guerra agravou todos os problemas do país até a um grau de «tragédia nacional» e ameaçava com uma explosão. Sem isso, — como analisaram — os interesses da nação, do país e também das estruturas e classes dominantes chegariam a uma situação desesperada. Para eles se protegerem, era necessário efectuar determinadas reformas — políticas, económicas, sociais e na política externa — cujo objectivo final era de impedir a explosão, protegendo os interesses de Portugal nas colónias com outros meios, e modernizar todo o país de acordo com as realidades do mundo e da Europa. A pré-condição imperativa para tudo isto era o fim da guerra no ultramar.

- 4. A estratégia para a realização desta tarefa no país é a seguinte: é necessário conseguir a paz social, a unidade de todas as forças nesse sentido e a estabilidade. As pré-condições para isso são criadas com a formação de um governo de coligação, em que é inserida toda oposição potencial. No mundo: com a abertura para Leste e com a nova política de «autodeterminação das colónias» quebrar o isolamento em que Portugal se encontra há anos, neutralizar a acção dos blocos e obter o seu apoio para a paz no ultramar. Avaliam que, então, também a sua posição nas negociações com os movimentos de libertação será muito mais favorável. Os generais e a maioria das principais forças do país, jogando também na carta do orgulho nacional, defendem firmemente a opinião que, qualquer que seja a futura solução das colónias, deve incluir em si todos os principais interesses portugueses. Nesse sentido, consideram oportuno que a rivalidade dos blocos em redor do ultramar se transforme numa sua «zanga amiga» no sentido da obtenção da paz com Portugal. Nesse objectivo, estão prontos a certas concessões. [ 3.ª p.]

- 5. Nos círculos oficiais, o não-alinhamento como que é uma categoria desconhecida. Os generais contam, sobretudo, com as combinações dos blocos.

- 6. No país há mudanças políticas radicais, em particular, na liberalização da vida pública. A oposição quase não existe: a direita está fora da lei, e a ex-esquerda faz parte do regime. Nesse sentido é mais do que interessante reparar que os ministérios mais sensíveis foram atribuídos à esquerda. Os comunistas têm as relações trabalho-capital, os socialistas a paz no ultramar e a abertura para o mundo. Ambos os pontos são cruciais no programa spinolista, mas eles são executados operacionalmente pelas forças de esquerda. É importante notar, todavia, que também são limitadas legalmente nos fins e métodos de trabalho e, praticamente, é um facto que, em todos os acontecimentos mais importantes, com os ministros, participam directamente oficiais superiores como legais representantes da Junta, ou Spínola pessoalmente..

- 7. É um facto que o Capital e a Igreja apoiam o regime, pelo menos nos objectivos mais básicos que definiu. Todavia, as manobras estão muito presentes. Assim, as companhias estrangeiras aumentaram os salários aos trabalhadores acima das suas reivindicações, o que encadeou uma onda de greves. Os comunistas consideraram isso como «destruição», o que, imediatamente, lhes provocou no início dificuldades no contacto com os trabalhadores dessas companhias;

- 8.) Dá a impressão que as forças de esquerda lançaram-se impreparadas em toda esta situação. Agora, estão numa posição de realizarem um programa que não era o seu, mas suportam as responsabilidades por ele. Não sabem nem o seu impacto final. Na questão crucial do ultramar, a posição do general exclui a possibilidade do abandono das colónias, ou seja, aspira [ 4.ª p.] procura preservar crescentes interesses em outros enquadramentos e, praticamente, tais enquadramentos são feitos pelas forças de esquerda. Os ministérios que têm as forças de esquerda são de tal natureza que o seu comprometimento nesses sectores é possível. Os comunistas tratam a acção de Spínola com muito mais cautela e reservas do que os socialistas. Afirmam que continuam o trabalho com os jovens oficiais, considerando-o mais «perspectivo».

Todavia, é preciso salientar que: 1.) as forças de esquerda não tiveram alternativa. Foram obrigados, não obstante as reservas eventuais, entrar no governo de coligação, depois do derrubamento do regime contra o qual lutaram meio século. 2.) Assim, objectivamente, foi criada também tanto para eles como para todo um mosaico político da nova situação, porque — objectivamente — eles receberam maiores possibilidades de actuação no povo e na vida política do país, e assim também influência na política de Spínola. A sua posição foi melhorada, mas ao mesmo tempo é também um elemento adicional de importantes complicações futuras.

- 9.) De acordo «com a concepção de «abertura para Leste», particularmente estão interessados no estabelecimento de relações com a Jugoslávia, querendo que fosse «o primeiro país socialista» com quem Portugal estabelecesse relações, pediram contacto oficial. À luz de tudo o que foi dito — tal posição é compreensível e para eles muito oportuna.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete do Presidente da República, Stambolitch, Bíieditch, Dolants, Míitch, Peritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Badurina, Obradovitch, sétima direcção, GSS-SS, GAP, UID, Sétima Direcção, RB, Arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

**52 [ Bruxelas, Reunião com embaixador português ]**

Embaixada RSFJ – Bruxelas 424885

N.º 556

20 / 5 / 1974

S F N E

Embaixador português – a Chetainer:

Os portugueses consideram que, agora, as colónias e as relações a seu respeito representam a questão fundamental. Por isso, após prestar juramento e meia-hora no Ministério, Soares correu para o aeroporto e partiu para África. No MNE, consideram que se encontrará a solução para as colónias. Para eles, será um pouco mais fácil que as deixem porque não tiveram tanto lucro quanto os outros, porque, as colónias eram exploradas sobretudo por meio de grandes e poderosas empresas, porque estavam exaustos com as caras guerras contra os movimentos de libertação, 50 por cento do orçamento do país ia para o exército e porque os seus colonos tinham melhores relações com a população do que em outros lugares. Todavia, dificuldades bastante grandes serão provocadas pela perda de mercados em que tinham o privilégio de actuar. Os países da CEE oferecem-lhes tais facilidades e ajuda que compensariam, em parte, tal perda. A segunda grande dificuldade é o receio e o provável regresso maciço de colonos, não sabem para onde os mandar, a maioria deles é «gente pequena» e Portugal tem cerca de um milhão de pessoas a trabalhar em outros países. Muitos brancos podem temporariamente encontrar uma linguagem comum com os nativos, mas isso não durará muito para que tenham que partir.

Com o abandono das colónias não acabarão as dificuldades daqueles povos. Agora, muitos esperam para pôr as mãos sobre eles de qualquer maneira, para assumir a dominação. Assim, em Moçambique, os chineses procuram assegurar a sua influência, em Angola, Mobutu deseja impor o marido da sua irmã para chefe do novo regime. Os americanos têm o seu projecto de dominação económica e política sobre as actuais colónias portuguesas, as companhias multinacionais [ 2.ª p.]

esperam o seu momento. Também, a concorrência entre os movimentos de libertação dilacera as actuais colónias. Daí, igualmente, o dilema de Soares é com quais movimentos pode meritoriamente negociar.

Actualmente, o Partido Comunista é a única força política organizada no país. Necessitar-se-á de tempo para que também outras correntes se organizem para que eleições livres possam ser realizadas e para se obter uma verdadeira estrutura política no parlamento.

Ficaram agradavelmente impressionados com a seriedade dos comunistas. Pensa que o PC não está sob a influência de partidos estrangeiros.

Felizmente, até agora, conduziram uma certa diversificação dos investimentos estrangeiros, havendo assim, juntamente aos investimentos americanos também outros, os belgas investiram muito, estando ainda, recentemente, em segundo lugar. Assim, não são directamente ameaçados por uma excessiva dominação unilateral.

Sem dúvida, o país tentará conduzir uma política relativamente independente, embora pense que a saída da aliança ocidental não será actual nos tempos mais próximos. Pelo contrário, seguramente, começará o processo de amadurecimento e modernização do país para a futura adesão à CEE.

A Espanha está numa situação delicada, mas não pode intervir. Quanto aos EUA, tem indicações que eles encorajaram o golpe de Estado. Agora, ao país são precisos amigos que o ajudem a conduzir uma política independente. Neste sentido, o apoio e as ligações com a Jugoslávia, os países árabes e outros países não-alinhados seriam preciosas. [ 3.<sup>a</sup> p.]

Ficaria satisfeito se pudesse mediar em qualquer coisa, a fim de estabelecer laços com a Jugoslávia. Enquanto, foi embaixador em Viena, por sua mediação, Portugal assinou um acordo comercial com a Roménia como o primeiro país socialista. As consequências foram muito favoráveis.

Entregue: Terceira Direcção, Gab. Minitich, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Badurina, 7.<sup>a</sup> Direcção, UMO, Grupo dos Não-Alinhados, GSS-SS.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

### **53 [ Londres, Apreciação de um diplomata britânico da situação em Portugal ]**

Embaixada RSFJ – Londres 424551

N.º 358

20 / 5 / 1974

S F N E

Wiggin, subsecretário adjunto para a Europa Ocidental no F.O. [*Foreign Office*], disse a Gaspari [*N.T.:o embaixador jugoslavo*] que a situação em Portugal é fluida e cheia de incertezas. O governo trabalhista apressou o convite a Soares, líder do Partido Socialista, com quem também o Partido Trabalhista manteve contactos quando se encontrava no estrangeiro, para assim encorajar o processo democrático no interior de Portugal. No F.O. considera-se que o desenvolvimento da situação em Portugal depende sobretudo da postura dos movimentos de libertação das colónias portuguesas e, em primeiro lugar, da FRELIMO. A saber, o perigo que estes movimentos, não compreendendo a complexidade da situação interna em Portugal, insistam em assegurar uma total independência imediata de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, o que o novo regime em Lisboa não estaria em condições de

aceitar, pelo que poderia pôr em questão o sua existência e o desenvolvimento da democracia parlamentar.

A Britânia, segundo Wiggin, defende um processo de independência gradual das colónias portuguesas, num dado momento, sobretudo, em Moçambique, onde a situação está mais evoluída, porque isso é, segundo a sua opinião, o que é mais real no momento e também de acordo com o tradicional ponto de vista do governo britânico acerca do gradual e pacífico processo de descolonização. O governo britânico não teve um papel de mediador em relação às negociações que estão marcadas para 25 de Maio, em Londres, entre os representantes do governo português e o PAIGC (Guiné-Bissau portuguesa).

No F.O, não acreditam que, pelo menos, num futuro próximo, a mudança em Portugal se possa reflectir positivamente na situação interna em Espanha. [ 2.ª p. ]

Nossa observação:

Das conversações com os representantes oficiais daqui e também, em base da imprensa escrita, sente-se o receio de que, sob a pressão das massas dentro do país e as condições dos movimentos de libertação, Spínola não perca o controlo da situação no próprio Portugal e também nos territórios africanos, o que poderia ter consequências importantes tanto para a posição estratégica da OTAN (base americana nos Açores, etc.) como também para a situação na ampla frente em África (Rodésia e África do Sul). Precisamente, no momento, quando, cada vez mais se fala e escreve acerca do aumento do interesse da OTAN para assegurar as vias marítimas ao longo da África do Sul.

A embaixada portuguesa aqui, vosso 421361, segundo o que nos disseram os ingleses, actua de acordo com as instruções que recebe da Junta, ou seja, do governo provisório em Lisboa. Devido a não termos o texto em inglês da declaração do CEF, não a pudemos entregar-lhe até agora.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete do Presidente da República, Minitch, Peritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Badurina, Lalovitch, Belovski, Obradovitch, sétima direcção, GSS S-S, Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

#### **54 [ Oslo. Informações acerca da situação política em Portugal de um dirigente sindical ]**

Embaixada R S F J - Oslo 4 2 4 8 9 0

Número 73

21 / 5 / 1974

S F N E

Sandegren (nos sindicatos noruegueses encarregado das questões internacionais. Esteve na reunião dos sociais-democratas e sindicatos nórdicos em Helsínquia, na delegação nórdica em Portugal - referência nosso 61 - nesses dias, falou com Ramos da Costa, um dos líderes do Partido Socialista de Portugal, que esteve em Oslo) acerca de Portugal.

1. De todas as conversações aqui, em Helsínquia e Portugal, ficaram com a impressão de que a possibilidade de algum próximo contragolpe é muito pequena. O Partido Socialista de Portugal (PSP) está convencido que não há regresso ao antigo. Maior perigo é o contragolpe dos colonialistas, com a ajuda externa (Rodésia, RAS, talvez também de alguns países ocidentais) em Moçambique, e ainda

mais em Angola. O golpe foi executado pelo movimento de jovens oficiais («Movimento dos Capitães») que são, na sua grande maioria, oficiais da reserva e não profissionais. Uma boa parte deles apoiam o PSP, depois o Partido Comunista de Portugal (PCP) e católicos de esquerda. Estão em contacto permanente com o PSP. Spínola foi informado do golpe somente quando o acto já estava quase terminado. Aceitaram-no para neutralizar o quadro dos oficiais superiores, para mostrarem a sua relativa moderação e para tranquilizar os industriais. Soares disse que Spínola será presidente somente até às eleições. Ele está sob o controlo do movimento dos jovens oficiais, por agora não representa problema, até se adapta ao PSP, aceitou os comunistas no governo, o que [ 2.<sup>a</sup> p. ] Soares quis, mas não insistiu, recua gradualmente na questão colonial).

O golpe do movimento dos jovens oficiais foi aceite amplamente pelo povo, o que mostraram também as manifestações de Maio. Assim, o golpe transformou-se numa revolução. Agora, o principal problema é a estabilização económica e a cessação da inflação galopante (15 por cento em três meses), a liquidação da corrupção institucionalizada do antigo regime e a mobilização e organização das forças progressistas para as eleições que se realizarão dentro de um ano. Devido a esse objectivo, o PSP procura ajuda material para Portugal dos governos sociais-democratas da Europa. A Grã-Bretanha, República Federal da Alemanha e os países escandinavos prometeram essa ajuda sob a condição de se continuar a democratização do país e avançar-se na resolução da questão colonial.

2. Excepto o movimento dos jovens oficiais (que continua a ser uma das forças políticas no país até às eleições), existem ainda somente duas importantes organizações das forças políticas: PCP e PSP, enquanto os católicos de esquerda são só um movimento. Embora, tenham aparecido já cerca de uma cinquentena partidos diferentes — da extrema-esquerda até às forças enfaticamente de direita —, mas estes ainda não representam uma força.

A mais organizada e, talvez, a força política mais numerosa e mais forte é o PCP. Todavia, ele é conhecido como «o mais estalinista» de todos os PC da Europa Ocidental, o que desperta certas reservas em relação a si, apesar — segundo as avaliações do líder do PSP — ele mostrou-se, nestes meses, muito flexível e não há ainda nenhuns [ 3.<sup>a</sup> p. ] problemas na cooperação (aceitou a criação de sindicatos unitários, a posição quanto a questão colonial aproximou-se da posição do PSP, aceitação do sistema pluripartidário e a democracia burguesa\*).

Só agora, a PSP cria a sua organização e o seu aparelho de propaganda e nisso ajudá-los-á os sociais-democratas ocidentais com boa vontade, para que a PSP ocupe a maior parte possível do vácuo político e se apresente organizacionalmente forte nas eleições, Soares é a personalidade mais popular em Portugal, e uma parte significativa dos membros do movimento dos jovens oficiais considera-o o seu líder ideológico.

Os sindicatos que se formam serão, com toda a probabilidade, unitários, sem fracções políticas. Também, foi esta a proposta da delegação nórdica. Os representantes de ambas centrais sindicais mundiais já visitaram Portugal.

3. A questão colonial resolver-se-á, parece, gradualmente. Este é o problema mais difícil, já que também há gente no PSP que apoiam a fórmula spinolista (referendo). A delegação nórdica falou [ 4.<sup>a</sup> p. ] também com Spínola e ficaram com a impressão que ele não representa as forças progressistas. Pela mentalidade, ele é neocolonialista. Abertamente, disseram-lhe que um referendo que levaria a algum tipo de sistema federalista não é solução, nem é tecnicamente viável (num estado de guerra). Igualmente, o PSP (e o PCP) recusam o referendo. Querem negociações directas com os movimentos de libertação que conduzam à independência na base da autodeterminação, que também preservaria certos laços com Portugal. Angola será o problema mais difícil (conos brancos, interesses da África do Sul e Rodésia, matérias-primas). Pediram à Noruega para não reconhecer a Guiné-Bissau até novo aviso, o que eles prometeram.

Entregue: 3.<sup>a</sup>Direcção, D.Petrovitch, Belovski, Dizdarevitch, Lalovitch, Bandurina, 7.<sup>a</sup> direcção, Grupo dos Não-Alinhados, UMO.  
*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

---

### 55 [Nova-Iorque, Informações de um jornalista ]

Missão RSFJ – Nova-Iorque 424565  
 Número 135  
 21/5/1974  
 S F N E

Wiznieer, jornalista, escreve acerca dos acontecimentos em Portugal, baseando-se nas conversações com representantes da FRELIMO, PAIGC, contactos em Washington com a imprensa, representantes oficiais dos EUA em Nova-Iorque e ligações aqui com a missão portuguesa

1. O desenvolvimento até agora, em geral, ia segundo «o cenário americano», ou seja, há dois anos o Pentágono fez um estudo definitivo, estimando como conclusão que Portugal não podia de modo nenhum vencer nas colónias e que a derrota era só questão de tempo. Ao mesmo tempo, se constatou que uma permanente e estável presença de Portugal na OTAN, a aliança efectiva com os EUA são de importante e imediata importância estratégica para os EUA (Açores, Cabo Verde de importância estratégica e económica – petróleo), como se demonstrou na última guerra no Próximo-Oriente. O engajamento de Portugal nas anacrónicas guerras coloniais cada vez mais o isolava, sobrecarregava a política e as necessidades da OTAN, dificultava a desejável entrada no MCE, etc. Por tudo isso, os EUA orientaram-se para estimular tais mudanças que iriam para a eliminação destes problemas, sem excessiva radicalização e saída de Portugal da órbita.

2. Quando Kissinger esteve, em Dezembro de 1973, em Lisboa, teve certos contactos, o que assustou a extrema-direita que tentou, nessa altura, sem sucesso um golpe de Estado direitista. A acção dos EUA ramificou-se; a «pequena revolta» de uma unidade militar depois da publicação do livro de Spínola, dois meses antes, representava na realidade a «prova geral» para o posterior derrubamento do governo, verificando a resistência e apoios. [ 2.<sup>a</sup> p.]

3. De resto, os EUA orientam-se também para influenciar directamente os movimentos em Angola e Moçambique. Em Angola, onde o movimento está dividido e onde se exerce uma influência no Holden (por meio de Mobutu, do qual H.[olden] muito depende) particularmente activa, mas através de diversas ligações contactam também a FRELIMO.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

**56 [Paris, Telefonema Rego-Bojitch ]**

Embaixada RSFJ - Paris 424721

Número 568

22 / 5 / 1974

SFNE

Conversa telefónica Rego-Bojitch, 22/5/1974, manhã.

1. Agradece a resposta. Não recomenda, por agora, os contactos por meio da embaixada portuguesa em Paris, e nem em Londres ou Roma. O embaixador português em Paris foi destituído.

2. Propõe que entremos em contacto directo com Soares, durante a sua estadia em Londres, no sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira. O contacto deve ser directamente com ele, no hotel ou com a pessoa que o acompanha. Este é Jorge Campinos, secretário do Partido Socialista para as relações internacionais e que será também Secretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3. Caso o contacto não se realizar então, Soares estará, na outra semana, na quinta-feira, em Lisboa. Então, pode-se entrar em contacto com ele ou com Rego.

4. Nesta quinta-feira, Soares não estará em Lisboa, na sexta-feira de manhã tem reunião do governo e, na sexta-feira pela noite voa para Londres. Não é possível efectuar com ele qualquer contacto que seja até então. Rego pensa que o momento mais adequado para contacto é em Londres.

Números de telefones directos de Soares e de Rego no MNE em Lisboa:

66 50 41; 67 59 59; 67 91 51; 67 60 85

Soares, tel. de casa 76 10 74

5. Na pergunta como vão as negociações com os movimentos de libertação, Rego disse cortesmente que vão bem, com as dificuldades que são [ 2.<sup>a</sup> p.] normais numa fase inicial. Disse que têm grandes esperanças nas conversações em Londres, porque estas poderiam representar um precedente para outras.

Nota: em base das vossas urgentes instruções para Bojitch ir a Lisboa, eu com ele concordamos que, antes, se confirme por telefone se pode-se ver Soares. Como se depreende do mencionado, nestes próximos sete dias não será possível. As outras duas tarefas: acerca da resposta positiva ao convite e sobre as outras comunicações que ele fez por meio dessa conversa. Por isso concordámos que, em vez da ida de Bojitch a Lisboa, sugerimos que se mande alguém a Londres para entrar em contacto Soares

ou Campinos (e, talvez, também com os guineenses) no período acima mencionado. Caso assim decidir, pode falar directamente para um destes números que Rego nos deu (que fala francês e italiano) e assim assegurar um contacto seguro.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete de Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, chefes da UID e GAP e arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

### **57 [ Vaticano. Informação acerca da embaixada portuguesa ]**

Embaixada RSFJ junto da Santa Sé Roma 425438  
 N.º 70  
 23 / 5 / 1974  
 S F N E

A embaixada portuguesa junto do Vaticano continua a trabalhar normalmente, reconhecendo o novo regime. Por a ocasião de um encontro numa recepção o encarregado de negócios disse-nos de que receberam instruções do seu Ministério para continuarem normalmente com os contactos, explicando as mudanças ocorridas. Em particular, sublinhou que as instruções falam acerca da necessidade do alargamento das actividades em relação das representações dos países socialistas, incluindo a Jugoslávia.

Disse que entregou uma mensagem particular do governo ao cardeal Villot, secretário de Estado. Na continuação da conversação, pôde-se ver que a mensagem se referia às atitudes da Igreja Católica, em Portugal, com as quais, claramente, o governo não está satisfeito. De facto, a Igreja esteve também demasiado ligada ao ex-regime e o actual governo pede à Igreja para não intervir na política.

Entregue: Primeira e Terceira Direcção, Gab. Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Sétima Direcção, Direcção da Imprensa, UID, GAP.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

### **58 [ Washington. A situação em Portugal e Espanha ]**

Embaixada R S F J - Washington 4 2 5 7 4 9  
 Número 671  
 23/ 5 /1974  
 SFNE

Jack Smith ( Secção de Espanha e Portugal) - Novakovitch

A inflação é o problema mais sério para o novo regime português. As reivindicações dos trabalhadores para um aumento drástico dos salários muito baixos complica mais a situação e, nos preparativos para as eleições, todos os partidos políticos têm de ter em conta de não antagonizarem o operariado. Daí, o regime está obrigado a aumentar os ordenados até 100 e mais de 100 por cento, o que aumentará a pressão inflacionista. As companhias americanas estão interessadas em investir em

Portugal por causa da mão-de-obra barata, mas não estão seguras na estabilização do regime. Dirigem-se ao Departamento de Estado para avaliações, isto é, se podem contar que não haverá mudanças que possam ameaçar os seus investimentos, o que o Departamento de Estado não pode garantir. De resto, o governo português não se dirigiu nem para qualquer ajuda dos EUA.

Estimam que o governo fez bem por ter enviado Caetano e Tomás para o Brasil, porque o julgamento poderia, no próprio Portugal, afastar muitos que agora apoiam o regime e de impelir as forças direitistas para a actividade. Tal solução interessava tanto a socialistas como a comunistas (considera o PCP pró-soviético) e que os seus líderes tinham conhecimento da decisão, mas deram declarações críticas por causa dos seus militantes que exigiam o julgamento.

Nas relações EUA-Portugal não havia nenhuma nova questão. O contrato acerca da base nas ilhas dos Açores terminou e as negociações para a renovação do contrato foram interrompidas pelo golpe de Estado. Renovaram a proposta com o novo regime, mas não receberam nenhuma resposta ( a imprensa publicou [ 2.<sup>a</sup> p.] que Nixon enviou uma mensagem de «boa vontade», o que Smith confirmou, mas não passou à apresentação do conteúdo. Desmentiu o publicado na imprensa de que o regime português pediu dos EUA o apoio diplomático para a política em África como também a suspensão do embargo para a utilização de armamento americano em África.

A estabilização do regime em bases democráticas influenciará inevitavelmente na situação em Espanha, como também o insucesso pode ter um efeito contrário.

A respeito das colónias, o mais difícil será com Angola (o maior número de portugueses, grandes interesses económicos), grande território que os movimentos de libertação não podem controlar, três movimentos que se odeiam entre si mais do que odeiam o poder colonial. Em Moçambique, a FRELIMO é a força política mais forte e organizada (a tentativa com o GUMO parece que falhou; o GUMO não podia ter popularidade porque foi organizado no tempo do anterior regime), mas os trabalhadores portuários que, na promessa do ministro De Santos<sup>26</sup> de que teriam um governo africano, (a declaração tinha o objectivo da pacificação da população negra), gritaram que não precisavam de governo, mas sim de aumento dos salários, indiciaram que a influência da FRELIMO está limitada ao norte, e um resultado incerto num eventual referendo. Não está excluído que, indirectamente, a RAS e a Rodésia prestem apoio às forças (antagonistas da FRELIMO), às quais se poderiam juntar os brancos, caso tais forças aparecessem. Não é, todavia, provável a acção directa da Rodésia e RAS, porque isso dificultaria ainda mais a sua posição internacional, embora a Rodésia encontrar-se-á numa posição extremamente difícil caso a FRELIMO chegue ao poder. A menor

---

<sup>26</sup> Marcelino dos Santos.

dificuldade será com a Guiné-Bissau, onde o movimento é forte, capaz de controlar todo o território. Além disso, na G-B, Portugal não tem interesses muito significativos, o número de colonos é pequeno.

Entregue: 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Direcções, Gabinete Minitch, Belovski, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Komatina, Obradovitch, gen. Dolnitchar, Direcção da Imprensa, UID, GAP, UPO, Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

### **59 [Moscou. Carta do PCP para a LCJ ]**

Embaixada R S F J - Moscovo 4 2 5 4 6 4

Número 553

24 / 5 / 1974

S F N E

Inglês, membro do CC do PC português, entregou hoje ao Milochevitch uma carta do Secretariado do CC PCP dirigida à Presidência da LCJ, em relação ao reconhecimento do regime em Portugal. (a carta é datada de 22 de Maio).

Na carta diz-se que a queda da ditadura fascista em Portugal, a instauração das liberdades democráticas e a formação do governo provisório, a vitória histórica do povo português e, em particular, dos povos dos países socialistas, que sempre foram solidários com o PCP e o povo português. Todavia, avalia-se, a guerra colonial não terminou e o poder dos monopólios intacto. O PCP considera que os seus principais objectivos — consolidação das conquistas do processo da democratização que estão em curso e o engajamento conjunto com os movimentos de libertação nas negociações para a obtenção da independência das colónias. Na carta avalia-se que os processos democráticos podem desenvolver-se e consolidar-se, unicamente, em condições da unidade das massas populares e das forças democráticas, e da aliança de todas as forças com o Movimento das Forças Armadas. A quebra desta aliança, sublinha-se na carta, significaria a abertura do caminho para a contra-revolução.

Na carta sublinha-se que na consideração da questão do reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas dos países socialistas com o novo regime, dever-se-á ter em conta a complexidade da actual situação em Portugal e, em particular, em relação à guerra colonial que ainda continua. [ 2.<sup>a</sup> p.]

Numa situação particular, a posição do CC PCP é que não é oportuno imediatamente o estabelecimento das relações diplomáticas dos países socialistas com Portugal. O PCP repete a opinião contida na sua carta de 12 de Maio, segundo a qual, as relações diplomáticas com Portugal devem ser estabelecidas após o CC PCP informar acerca disso os PC, isto é os países socialistas.

Na carta expressa a esperança que o desenvolvimento da situação não permitirá que se espere muito pelo estabelecimento das relações diplomáticas com Portugal.

Entregue: 3.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Direcção, Gabinete Minitch, Dolants, Petritch, Belovski, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Lalovitch, Obradovitch, I. Hadjitch, 2.<sup>a</sup> Direcção, Direcção da Imprensa, GAP e Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

### **60 [Washington, Reunião com dois diplomatas estado-unidenses ]**

Embaixada R S F J - Washington 4 2 5 7 5 0

Número 678

24 / 5 / 1974

H. Kaizer, chefe da Secção da África Austral e S. McDonald, relator para Moçambique – DE [N.T.:*Departamento de Estado*] — Novakovitch:

Após o golpe de Estado em Portugal, a sucessão de acontecimentos, em África, foi surpreendentemente rápido. A primeira declaração de Spínola acerca da regulação das relações com as colónias foi superada. Também, nas declarações públicas do Ministro [N.T.:*Almeida*] Santos e de Soares foram além das declarações públicas do governo provisório. Claramente que os verdadeiros executantes do golpe de Estado, que até agora ainda se encontram num segundo plano, querem uma solução mais rápida e radical do problema colonial do que sugerem as declarações oficiais do regime. Não é ainda claro em nome de quem agem os referidos ministros.

Nas conversações até agora, o mais longe que se foi diz respeito à Guiné-Bissau e poder-se-ia dizer que esta questão já está resolvida (total independência). Para Angola, onde o movimento dividido e militarmente fraco, a solução mais provável que asseguraria os interesses de Portugal, não seria a total independência mas sim alguma ligação com a metrópole

O problema mais difícil é Moçambique. Apesar da FRELIMO ser a força mais organizada e forte não parece que, politicamente, seja aceitável para a maioria e apesar da simpatia que desfruta na maior parte do território. É por esta razão que a FRELIMO hesita em entrar em negociações, embora tenha havido alguns contactos ali e em Dar Salaam, Lusaca e outros. A tentativa da FRELIMO de se impor com factor exclusivo pode conduzir a uma situação muito complicada e séria e que a FRELIMO desempenha um papel (de bandido) e provoca o caos. Numa tal [ 2.<sup>a</sup> p.] situação, os colonos brancos poderiam pedir a ajuda da RAS e da Rodésia que, de resto, aceitaram a passagem de poderes por meios pacíficos com a garantia dos seus interesses económicos (utilização de portos). Kaizer perguntou insistentemente qual era a influência maior na FRELIMO, a soviética ou a chinesa. Pessoalmente, propenso a acreditar que os chineses estão mais presentes, o que seria menos mal (Novakovitch salientou que este era um movimento autónomo e independente, não-alinhado), mas não excluía que a URSS poderia criar nele um forte ponto de apoio nesta parte do mundo por meio da FRELIMO.

O WP [ *Washington Post* ] publicou uma longa informação em relação à estadia do chefe do Estado-Maior da RAS, Biermann, em Washington. Entre outras coisas, mencionou que a RAS oferece portos para os barcos americanos e a coordenação da estratégia contra a crescente presença soviética no Oceano Índico, o que não deixa de ter repercussões em alguns círculos dos EUA (Pentágono). Durante Maio, a convite de grupos privados, deverão visitar os EUA os ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros. A Biermann foi-lhe concedido um visto, supostamente, pela intervenção do congressista da Virgínia, Byrd (devido a que o Departamento de Estado teria assumido uma posição negativa). O congressista Bauman (Maryland) organizou um jantar, no qual, estiveram presentes 17 almirantes americanos. Supostamente, esta visita foi organizada, por meio dos seus amigos nos EUA, pelo ministro do Interior e da Informação, Mulder, potencial sucessor de Vorster, que, em Janeiro, se encontrou, além do vice-presidente Ford e o vice-almirante Peet (responsável pelo planeamento estratégico no Oceano Índico), com o líder da minoria do Senado, H. Scott, e mais outros senadores e representantes da House.

Kaizer disse que a visita de Biermann, que chegou a convite do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (segundo as nossas informações, o instituto trabalha para o Pentágono e a CIA que, também, o financiam), foi muito desagradável para o Departamento de Estado, mas que, nos EUA existe [ 3.ª p.] um *lobby* bastante forte da RAS e que sob as pressões foram obrigados a conceder o visto num passaporte privado, com o pedido de não estabelecer contactos oficiais (o interesse do *lobby* sul-africano é evidente, também, entre outras coisas, por causa de que, segundo informações publicadas, na RAS, operam cerca de 300 companhias americanas com investimentos de cerca de mil milhões de dólares). Todavia, a política oficial dos EUA em relação da RAS continua inalterável (embargo de venda de armamento, os barcos americanos não podem fundear nos portos da RAS, etc.).

No WP de hoje, de Lisboa, publicou a acusação dos jovens oficiais contra as actividades da CIA, em Portugal, nas últimas semanas (nas proximidades de Lisboa, sob a direcção da CIA, encontra-se o «Apolo», navio de comunicações, que o serviço de informações militares português dispõe da lista dos agentes americanos). Supostamente, estes oficiais disseram que os EUA foram um aliado indeciso enquanto Portugal combatia, agora, quando Portugal deseja acabar com a guerra e instaurar a democracia, estavam por ali a molestar: «então, queríamos que os EUA definissem a sua posição, agora, reclamamos que definem a sua posição e os seus objectivos». Kaizer diz que as acusações, provavelmente, vêm de fontes comunistas e que não está excluído que também entre os oficiais haja comunistas.

Entregue: 3.ª, 4.ª e 7.ª Direcções, Gabinete Minitch, Petritch, Belovski, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Komatina, Obradovitch, gen. Dolnitchar, gen. Voivoditch, GS-SS, Direcção da Imprensa, UID, GAP, 2.ª e 9.ª direcções, UPO, Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

---

## **61 [Belgrado, Instruções para diplomata em Londres (contactos com delegação portuguesa) ]**

Gabinete do Subsecretário Federal R. Dizdarevitch  
 N.º 426009  
 25 / 5 / 74  
 Embaixada RSFJ Londres

Com a máxima urgência, solicitamos que transmitam ao camarada Ivitsa Kofiitch, que ali chegou para contactos com a delegação de Portugal que tem negociações com a Guiné-Bissau, o seguinte:

Precisar aos portugueses que o objectivo da nossa chegada a Lisboa, junto às conversações acerca das questões que sabes, acordo acerca do restabelecimento das relações e estabelecimento de missões diplomáticas. Tenta que Soares te receba e que isto lhe comunique, caso não seja possível, então comunica aos seus colaboradores com quem terás as conversações acordadas com um pedido preciso para transmitir isso a Soares imediatamente.

Entregue: Minitch, Petritch. Dizdarevitch, Maksitch, arquivos confidenciais.

ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)

## 62[ Programa visita delegação PCP, (sem data) ]

1 automóvel nº. 90

### PROGRAMA

estada da delegação do Partido Comunista de Português

Composição da delegação CARLOS ABOIM INGLÊS, membro do CC PC de Portugal.

Anfitrião DIMTCHÉ BELOVSKI, membro da Presidência da LCJ

Acompanhante SFNE

<u>Domingo</u> <u>26 de Maio</u>	18,35 - Chegada da delegação no avião da JAT de Moscovo – voo JU-133. Esperam o membro do CEPLCJ e anfitrião. - Jantar. Organizado pelo anfitrião no Hotel METROPOL
<u>Segunda-feira</u> <u>27 de Maio</u>	10,00 - Presença no Congresso.
<u>Terça-feira</u> <u>28 de Maio</u>	-Estada na RS da Sérvia -Visita a uma «organização de trabalho» (N.T:empresa) e discurso num comício.
<u>Quarta-feira</u> <u>29 de Maio</u>	09,00- Conversações com D. Viditch na PLCJ-402/XIV. Participa o anfitrião 13,30 - Almoço no Hotel JUGOSLAVIJA (panorama). Organizado D. Belovski. Presentes as personalidades que participam nas conversações -Passeio pela cidade. Visita a curiosidades histórico-culturais da cidade.
<u>Quinta-feira</u> <u>30 de Maio</u>	(riscado e ilegível)
<u>Sexta-feira</u> <u>31 de Maio</u>	- Partida da delegação (possível) Acompanha o anfitrião.

AJ,507,IX,103

## 63 [Moscou. A situação em Portugal ]

Embaixada R S F J - Moscovo 4 2 5 4 4 5

Número 560

26 / 5 / 1974

S F N E

Situação em Portugal

O secretário do CC PCUS Katuchev confirmou que, nestes dias, novamente solicitados pela direcção do PC de Portugal para que ainda não se apressarem no reconhecimento do novo governo.

Partindo das próprias avaliações de que a situação em Portugal é complexa, que existem possibilidades do contragolpe da forças direitistas e das mencionadas sugestões do PCP, a atitude soviética a respeito do reconhecimento permanece reservada e cautelosa.

As primeiras reacções americanas à mudança foram principalmente calmas, porque o regime em Lisboa e o seu comportamento em África tornaram-se muito «odiosas». Todavia, bastante cépticos quando se trata de quanto tempo estarão relativamente reservados. Caso houver um maior fortalecimento das forças de esquerda, uma mudança repentina de comportamento americano não deve ser excluída.

Aos acontecimentos em Portugal continuam a dar uma grande importância, seguem atentamente o desenvolvimento, em particular, a resolução do problema colonial. Por agora, não há uma decisão acerca do reconhecimento.

Nota: funcionários das R.[elações] I.[nternacionais] do CC PCUS disseram-nos que, nestes dias transmitiram também aos mongóis a sugestão da direcção do PCP de ainda não se ir para o reconhecimento do novo governo, que se continue uma certa pressão no sentido de aprofundar os processos positivos.

Entregue: 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>e 7.<sup>a</sup> Direcções, Gabinete Minitch, Dolants, Petritch, Dizdarevitch, Lalovitch, Obradovitch.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

#### **64 [Belgrado. A proposta do SFNE para a reabertura da embaixada em Portugal ]**

Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros *Carimbo*

Número 4 2 6 0 3 6

Data :27- 5- 74

#### CONSELHO EXECUTIVO FEDERAL

##### BELGRADO

O Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros apresenta ao Conselho Executivo Federal a proposta, com carácter de urgência, da tomada de decisão para a reabertura da missão diplomática (embaixada) jugoslava em Lisboa.

As relações diplomáticas entre a Jugoslávia e Portugal foram suspensas, em 1948, quando foi retirado o pessoal da nossa missão em Lisboa. Então, as relações diplomáticas não foram, formalmente, cortadas, mas — tendo em consideração o regime em Portugal e a nossa relação quanto a ele — não existiram quaisquer contactos entre os dois países. Por isso, agora, a questão é somente da abertura da Missão e não também de estabelecimento de relações.

A iniciativa para o restabelecimento das missões diplomáticas nos dois países foi tomada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, imediatamente após a formação do Governo Provisório. Na mensagem verbal que nos enviou, Soares concordou com o restabelecimento urgente

das relações diplomáticas. No telegrama para o vice-presidente do CEF e secretário federal dos Negócios Estrangeiros, M. Minitich, no qual, agradeceu as felicitações por ocasião da eleição para ministro dos Negócios Estrangeiros, M. Soares sublinhou o desejo de que os nossos dois países fossem «em breve ligados por ligações diplomáticas e de amizade».

As mudanças em Portugal desde 25 de Abril e, até agora, o desenvolvimento da situação marca um ponto de viragem positivo, que [ 2.ª p.] — como se espera — deverá conduzir a profundas repercussões positivas na política interna e externa, incluindo, em particular, a relação com as colónias. A inclusão das forças democráticas e de orientação de esquerda no actual governo português, a expulsão firme das forças do anterior regime, os passos iniciais e muito significativos na solução do problema colonial mostram que se fortalece e aprofunda o carácter positivo e democrático do novo regime.

Desde o início, a Jugoslávia deu um apoio político às mudanças, mas, ao mesmo tempo, sublinhou na necessidade da resolução imediata do problema colonial. Pela nossa parte, até agora, nesta linha, foi efectuado: uma declaração oficial foi divulgada e foram enviados telegramas para o presidente do Governo Provisório e o ministro dos Negócios Estrangeiros por parte do presidente do CEF e do vice-presidente do CEF e secretário federal dos Negócios Estrangeiros. Na declaração, como também no telegrama, foi dado o apoio às mudanças e, ao mesmo tempo, manifestado a nossa relação positiva quanto ao novo regime. A Portugal, foi enviado um jornalista com especiais poderes e com uma mensagem verbal para o ministro Soares, na qual, foi realçado o interesse pelos acontecimentos em Portugal, foi dado apoio ao novo curso e sublinhado o interesse pela resolução do problema colonial na base da liberdade da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Ao mesmo tempo com isto, foi mantido um contacto permanente com os representantes dos movimentos de libertação e os principais parceiros não-alinhados, entre os quais, as nossas opiniões e actividade foram consideradas de interesse e recebidas com aprovação.

O Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros considera que, agora, é necessário efectuar os seguintes passos nesse sentido e estabelecer uma missão permanente da RSFJ em Portugal, o que significaria:

a) Mais apoio concreto às forças progressistas em Portugal, que assumiram, em condições muito difíceis, a grande parte das responsabilidades para o desenvolvimento progressivo da sociedade portuguesa;

b) Pontualmente, a presença da Jugoslávia e a ligação com as principais forças influentes, no que vemos a possibilidade [ 3.ª p.] da Jugoslávia, com o grande prestígio moral e político no mundo, em particular entre os países não-alinhados, influenciar a determinação progressiva do novo regime. A este respeito, o nosso interesse principal é a satisfação dos objectivos dos movimentos de libertação das colónias portuguesas e o apoio a todas as acções do novo governo que estejam na linha da total descolonização;

c) Obtenção de uma visão directa do processo e dos movimentos em Portugal e criação de condições duradouras para assegurar a nossa presença no caso de se chegar a um golpe, ou a travagem do actual desenvolvimento positivo.

Com o objectivo de uma ampla troca de ideias com o ministro Soares (e outras personalidades), como também para o acordo acerca dos passos formais para o restabelecimento das missões diplomáticas, durante os próximos dias, partirá para Portugal o adjunto do secretário federal dos Negócios Estrangeiros, para o que o Conselho Executivo Federal já deu a sua aprovação. Para Londres, foi também enviado um representante do Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros para contactos com funcionários do MNE português e os preparativos das citadas próximas conversações em Lisboa. Ao mesmo tempo, o Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros efectuou, em base de anteriores decisões tomadas, os necessários preparativos de quadros que são indispensáveis nesta fase para o restabelecimento da missão diplomática ao nível de encarregado de negócios.

1. Em base de todo o exposto, como também em base das consultas com os dirigentes políticos do país, e tendo em vista a opinião do Presidente da República, o Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros propõe que o Conselho Executivo Federal aprove, com carácter de urgência, as seguintes conclusões:

2. Autoriza-se o Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros que tome com o governo de Portugal as medidas necessárias com o fim da reabertura da missão diplomática entre os dois países a nível de embaixadas.

O Conselho Executivo Federal aprovará, com base em uma proposta especial do Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros, [ 4.ª p.] os fundos necessários para a abertura e o funcionamento da Embaixada da RSFJ em Lisboa.

Solicita-se que acerca do exposto, a decisão do Conselho Executivo Federal seja tomada com carácter de urgência.

ADJUNTO DO SECRETÁRIO FEDERAL

Iakcha Petritch

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## **65 [ Londres, A situação em Portugal e nas colónias ]**

Embaixada RSFJ – Londres 4325811

N.º 398

27 / 5 / 1974

S F N E

Segundo tudo o que é conhecido, o novo governo português conta que deverá encontrar rapidamente a solução para Moçambique. A situação nele, considerando a força da FRELIMO, é tal modo que nada além da concessão da independência está fora de questão (alguma forma de federação ou semelhantes ligações com Lisboa). Unicamente é questão de rapidez e tempo porque o governo está muito mais preocupado com as questões internas. Calcula-se que até às próximas eleições, Moçambique

poderia tornar-se independente. Isto, naturalmente, caso a situação em Portugal não se complicar, tendo em conta que, agora, na cena acederam forças e opiniões muito diferentes. De resto, em África, o prestígio da FRELIMO é grande, e após a obtenção da independência ainda aumentará mais. Assim, também, a posição da Rodésia do Sul será alterada e, assim, será dificultada também a posição do regime da África do Sul. A independência de Moçambique melhoraria também a posição da Zâmbia — a questão do transporte do cobre, que agora vai através da Tanzânia.

A respeito de Angola, a situação é muito mais complicada e difícil de prever qual poderá ser o desfecho. Todavia, também nela reforçar-se-á a influência das forças de libertação. Por isso tudo, a solução de Angola será muito mais complexa e a um prazo mais longo. Por consequência, parece, Portugal procurará manter alguma ligação com Angola, provavelmente, sob a forma de algum tipo de federação. [ 2.<sup>a</sup> p.] Igualmente, isto ainda vai deixar marcas nas relações de Portugal com o mundo exterior e impedir a sua saída da posição até então bastante isolada.

Por outro lado, em Portugal, a situação parece mais eufórica como resultado do derrubamento do até então regime. Existe uma quantidade de ideias e opiniões acerca do que fazer a seguir no plano interno e exterior. Por isso, deve ser levada em conta que a nova constituição de Portugal irá com bastantes dificuldades. A influência do capital empenhado nas colónias está muito presente. Apesar de existir a opinião acerca como encontrar uma solução política para Moçambique e Angola, no terreno das ligações económicas, a inteligibilidade é muito acentuada. Os donos do capital estão bastante preocupados, e o governo provisório obrigado, o que também fez, de introduzir medidas para impedir a fuga de capitais. No entanto, os partidos políticos surgiram, por assim dizer, da noite para o dia, sem quaisquer tradições e grandes bases, Em geral, orientaram-se para o estado actual e a disposição das massas. Isto dificulta a criação de algumas plataformas mais amplas para a unificação das forças internas.

Olhando economicamente, apesar de Portugal não estar mal, no que diz respeito à balança de pagamentos, cada vez mais está presente o dilema do que fazer a seguir. Especialmente, porque até agora cerca de 40 por cento do orçamento iam para o engajamento militar nas colónias e, agora, é preciso criar condições para uma maior recuperação da economia. Pensa-se que, após um certo tempo de estabilidade [ 3.<sup>a</sup> p.] e dificuldades, pedir créditos dos países ocidentais, sob as condições mais favoráveis possíveis. Todavia, em Portugal, até agora não foram capazes de dizer nada mais específico sobre isto.

Com a Espanha, as coisas parecem totalmente diferentes. Antes, o regime já se havia concentrado em atrair mais capital estrangeiro e recuperar a economia, sobretudo o turismo, e além disso a Espanha não tem o peso das colónias (com a excepção do Saara espanhol e ainda alguns territórios). Além disso, ela tem uma posição diferente nos países ocidentais e, também, conseguiu criar um certo entendimento com os árabes. Não se espera que os acontecimentos em Portugal possam ter alguma maior influência na evolução interna em Espanha. Em tudo isto, deve-se ter em consideração

que, em Espanha, o regime mantém as coisas com bastante firmeza e construiu relações com países estrangeiros.

(das conversações de T. Iankovitch com J. Pay, redactor económico do Times, e M. Gough, chefe da secção do Bank of England, que visitou Lisboa e Madrid).

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete de Minitch, Petritch, Pribitcevitich, Dizdarevitich, Komatina, Badurina, Sétima direcção, GSS-SS, Grupo dos Não-Alinhados e UMO.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

## **66 [Belgrado, Preparativos para a abertura da embaixada em Portugal ]**

Direcção da Europa Ocidental

27 / 5 / 1974 ( ? ) N.º 426122

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FINANCEIROS MATERIAIS DO SFNE

A fim de fazer os preparativos necessários para a próxima abertura urgente da nossa representação diplomática em Portugal, com base na decisão da administração superior, para Lisboa viajará, em 1/VI deste ano, Ivan Koiitch, conselheiro do SFNE. A estadia em Lisboa está prevista para uma duração de quatro semanas. O PPCEF\* e o SF já deu a aprovação para que o camarada Koiitch seja o encarregado de negócios da RSFJ em Lisboa desde o momento da abertura da missão diplomática da RSFJ.

Para a cobertura das despesas materiais e os custos em nome da representação, no primeiro período da estadia, solicitamos que se pague a I. Koiitch como adiantamento a importância de 1 000,-/mil /dólares - 400,- dólares para representação e 600,- dólares para despesas materiais e estaduais.

O Chefe

Milovoie Maksitch

## **67 [Londres, Portugal e a África]**

Embaixada RSFJ – Londres 4 2 6 8 7 8

N.º 414

30 / 5 / 1974

S F N E

Portugal e a África

A. Campbell, adjunto do subsecretário do FO [*Foreign Office*], disse-me que esperam um final com sucesso nas negociações entre Portugal e a Guiné-Bissau, sobretudo agora quando a Guiné-Bissau mostrou disposição de separar Cabo Verde da Guiné-Bissau.

No que diz respeito às conversações com Moçambique, actualmente, vê um problema em que a FRELIMO ainda hesita se deve entrar em negociações directamente com o governo português. Todavia, espera-se que a isso se chegará.

A respeito de Angola, o problema está no facto que ali existem dois movimentos de libertação separados e um tanto rivais,

No FO, consideram que Soares está interessado em resolver, quanto antes, a questão das colónias portuguesas em África. Igualmente, estimam que ele é capaz de assegurar o apoio de todo o gabinete português. Unicamente, se coloca a questão se o governo português, que tem um mandato provisório, tem direito, formalmente, a decidir acerca de questões que tocam na soberania do país.

Campbell já está informado acerca da nossa posição em relação à mudança em Portugal. [ 2.ª p.]

Campbell diz que Soares volta a Londres, durante o dia de hoje, e que Callaghan se encontrará, de novo, com ele. Diz que, no círculo do Ocidente, concordará pela ajuda económica a Portugal, que lhe é mais do que necessária.«

A respeito da repercussão da situação portuguesa na Rodésia do Sul e África do Sul, Campbell diz que eles (no FO) não esperam que se poderia chegar até a suas intervenções militares, tanto quanto em Moçambique e Angola se formem governos independentes. A África do Sul tem possibilidades e forças físicas para a isso recorrer, todavia, desse modo cometeria um grande erro político e provocaria uma forte reacção internacional, a qual, prejudicaria sobretudo os seus interesses. Além disso, ocuparia regiões que são compactamente habitadas por população africana e onde, pode-se dizer, não há brancos, pelo que se complicaria posteriormente a situação no interior da África do Sul.

Apesar da sua política, o governo da África do Sul, ao contrário do regime de Smith que é propenso a cometer erros políticos, sabe o que é de seu interesse e como se deve colocar numa nova situação. Daí, no FO, eles nem ficaram surpreendidos quando o regime da África do Sul declarou que pode coexistir com um governo independente em Moçambique, caso se chegue até ele. [ 3.ª p.]

No FO não têm uma visão completa do curso das conversações Smith-bispo Muzoreva. Sabem que o diálogo continua, que nele procura mediar um certo professor americano, Hutchinson, que, todavia, pode trazer mais danos do que vantagens porque trata-se de pessoa que também lida com o jornalismo. Segundo aquilo que é conhecido para eles no FO, as diferenças entre Smith e Muzoreva são ainda significativas e Smith deveria efectuar concessões substanciais, caso desejar conduzir o diálogo até a um final com sucesso.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete Presidente da República, Stambolitch, Bieditch, Dolants, D.Petrovitch, Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Belovski, Dizdarevitch, Komatina, Sétima Direcção, GSS-SS, GAP, Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

#### **68 [ Londres, Informação acerca das negociações Portugal e Guiné-Bissau]**

Embaixada RSFJ – Londres 426987

N.º 417

31 / 5 / 1974

S F N E

No coquetel tunisino, pela noite, o ministro argelino aqui, Chitour, disse-nos que, logo após o regresso de Soares a Londres, realizou-se um novo encontro das delegações portuguesa e da Guiné-Bissau. Aparentemente seguindo as instruções de Lisboa, Soares apresentou uma nova posição de Portugal, ou seja, que além do cessar-fogo, concordaram em discutir acerca da autodeterminação. Para a delegação da Guiné-Bissau, esta posição de Soares é aceitável porque diz respeito a Cabo Verde, mas

não quanto à Guiné-Bissau devido à questão da república reconhecida internacionalmente, à relevante resolução da ONU, etc.

Soares regressa, em 3 de Junho, a Lisboa.

Chitour prevê negociações difíceis. Disse que a Guiné-Bissau lhes pediu para não se apressarem com o reconhecimento do governo português, enquanto não se veja o resultado destas negociações. Também, isto é a opinião da maioria dos países africanos de que as actuais negociações representam um teste para as restantes negociações que devem seguir. Igualmente, isto é a razão pela qual o FRELIMO adia a entrar em conversações até que não se veja o resultado das negociações sobre Bissau, sobretudo porque o caso da Guiné-Bissau é diferente internacionalmente aos de Moçambique e Angola. Daí, também consideram que para o governo português é, caso para isso exista boa vontade, mais fácil reconhecer a independência da Guiné-Bissau, em particular, porque sabem que disso depende o reconhecimento de Portugal pela maioria dos países africanos.

De resto, os argelinos estimam que o desenvolvimento da situação em Portugal dependerá não da atitude do governo, mas sim como continuará a se comportar o exército.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete de Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Komatina, Badurina, Sétima Direcção, Grupo dos Não-Alinhados, GAP, RB e arquivos confidenciais.  
*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

### **1.3 — Junho e Julho**

Após estes contactos nessas últimas semanas, uma delegação do SFNE, chefiada pelo seu secretário-adjunto federal Raif Dizdarevitch, esteve em Lisboa (4-8/Jun.)<sup>27</sup> e teve conversações com «representantes do novo governo português» (António de Spínola, Adelino Palma Carlos, Mário Soares, Francisco Pereira Moura, António Almeida Santos e Jorge Campinos) e do PCP (Octávio Pato) acerca da situação em Portugal e «a concessão de liberdade e independência às colónias», como também o restabelecimento das relações diplomáticas ao nível de embaixada. Igualmente, foi comunicada a nomeação de Ivan Koíitch, um dos membros da delegação, para seu primeiro encarregado de negócios, funções que ocupou até meados de Setembro. Além do relato das citadas conversações, o relatório desta visita descreve os seus principais assuntos como a Descolonização, a importância das mudanças em Portugal, os partidos políticos portugueses, o MFA, as relações internacionais e entre os dois países.

Neste período até este acordo, em Lisboa, a escolha de uma vintena de documentos confirma a atenção dada à Descolonização (V.Doc.96) como foi salientada numa «proposta para actividades» do SFNE datada do dia seguinte ao referido relatório. Todavia, até à demissão de Palma Carlos e do I Governo Provisório (9/Julho), a independência das colónias continuava, segundo uma sua informação (V. Doc.95) para 14 das suas embaixadas em países africanos (25/Jun.), a não estar assegurada, Assim,

---

<sup>27</sup> V. Doc.76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83 e 84.

«no MPLA consider[av]am que a questão, nas fileiras do regime português, em relação ao problema da descolonização ainda não está clara». Dias antes, tinha ocorrido, em Argel, «a interrupção das negociações Portugal-PAIGC» (V. Doc.90).

### Julho

Depois, de Estocolmo (3/Jul.) (V.Doc.100), a embaixada jugoslava informou que ali havia ainda reservas quanto à situação política em Portugal e duvidava-se em relação «ao desfecho final das coisas». Segundo esta informação acerca da delegação do PSD sueco que esteve em Portugal e que «na base daquilo que viram e consultaram, trouxeram conclusões relativamente bastante cépticas». Um cepticismo baseado em algumas opiniões como, por exemplo, considerava-se que Spínola não trazia mudanças, já Mário Soares era uma «personalidade de categoria internacional», mas tinha «um Partido Socialista insignificante» e o PCP era «a força mais organizada», porém também o «mais conservador na Europa». Outrossim, estimava-se que apesar do seu «espaço de manobras [fosse] relativamente pequeno», todavia, até então, se tinha posicionado bem, «mesmo para além de todas as expectativas». Perante «uma situação bastante complexa, [devido à] estrutura conservadora de longa data da sociedade portuguesa», havia ainda «o problema complexo das colónias». Por isso, a grande questão era se «Soares e os comunistas ir[íam] conseguir nos seus esforços» resolver estes problemas.

Contudo, continuariam a dar «total apoio ao novo regime» com o objectivo de «dar tempo e ajudar Soares a resolver os problemas».

## I.4 — Documentos (69-100)

---

### 69 [Dar es Salam, A investigação da ONU do massacre em Moçambique]

T E L E X (Carimbo do Arquivo)  
 Embaixada RSFJ - Dar es Salam data: 5/6  
 Número 271 N.º: 427627  
 3/6/1974  
 SFNE

A Comissão da Assembleia Geral da ONU para a investigação do massacre em Moçambique chegou a Dar es Salam e hoje começou o seu trabalho. A comissão esteve antes em Londres, Madrid e Roma. Depois de Dar parte para Lusaca. Esta comissão foi formada pela resolução da AG n.º 3144 de 12 de Dezembro de 1973 com a missão: investigar os crimes cometidos em Moçambique por parte dos colonialistas portugueses; de reunir as informações necessárias com a ajuda e a cooperação da Frelimo e, por fim, comunicar quanto antes os seus resultados à AG. O presidente da comissão é o representante do Nepal e os restantes membros são da RDA, Honduras, Madagáscar e Noruega. – Kovatchevitch.

Enviado: 7.ª e 3.ª direcções, um, Komatina, Badurina, direcção da imprensa, grupo dos não-alinhados, Arquivo Conf.

ADMNE, F-225 Angola e Moçambique (1974)

---

### 70 [SFNE, Informação acerca conversação, em Paris, com Vasco Vieira de Almeida]

SECRETARIADO FEDERAL

(CARIMBO)

DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

V Direcção  
Conf. nº- 155  
3/Junho/1974

*Presidência*  
*Liga dos Comunistas da Jugoslávia*  
*Recebido 25-6-74*

N O T A

acerca da conversação de B. Frangueche, chefe da V Direcção, com Vasco Vieira de Almeida, ministro da Coordenação Económica de Portugal

A conversação teve lugar no dia 30 de Maio deste ano, em Paris, durante o jantar que foi organizado para os ministros participantes na reunião ministerial anual do Conselho da OCDE.

Interessando-se pelo estabelecimento das relações diplomáticas, Almeida deu-me conhecimento que está informado da parte jurídica desta questão. Pela minha parte, entre outras coisas, salientei o discurso do SF (*N.T.:Secretário Federal*) camarada Minitch no X Congresso e realcei que, quanto me é conhecido, brevemente deve-se chegar aos correspondentes contactos para análise da situação e encontrar as soluções convenientes.

Durante a conversação, Almeida respondeu muito prontamente às perguntas que lhe coloquei. Dentro das suas competências, como ministro da Coordenação Económica, encontram-se as relações económicas com o estrangeiro, particularmente o comércio externo e turismo. Não pertence aos principais partidos, mas a um menos conhecido movimento «para a democracia económica».

1. Situação interna. A. sublinhou que para todos eles, apesar na situação insustentável, os acontecimentos de Abril foram todavia algo de inesperado. Para se convencer a si próprio que não era um «bonito sonho», a primeira proclamação do golpe de Estado «gravou-a e ouvi-a algumas vezes».

O movimento nas forças armadas é dirigido por jovens oficiais. Spínola foi colocado à frente do Estado para que fosse, como conhecida personalidade com determinada autoridade, um factor de coesão e garantia que sossegasse as pessoas de diferentes convicções. No futuro desenvolvimento é fundamental que se mantenha a unidade do exército e o povo que, espontaneamente, foi criada logo no primeiro dia.

O Governo reúne todos os dias e dirige directamente como um órgão colegial, o que é indispensável para dominar a situação, aceitar o programa necessário e controlar directamente a sua execução na realidade.

Todos estão muito orgulhosos naquilo que foi criado, e que é — como movimento que engloba diversos estratos e diversas convicções políticas — único na história mais recente. Por isso, este movimento incomodará, como exemplo, [ 2.ª p. ] muitos principalmente fora do país, e será preciso investir o máximo de esforços para o que foi obtido se mantenha e continue a desenvolver. Se tal se consiga, o que acreditam firmemente, isto será de indubitável importância para a situação política, principalmente na Europa Ocidental.

A situação económica no país é difícil, a inflação em aumento, o que é compreensível, caso se tiver em vista o anterior bloqueio dos salários e as circunstâncias sob as quais se mantinha a paz social. O Governo coopera estreitamente com os sindicatos. Os grandes sindicatos respeitam os acordos de paz social, como para não se agravar a situação e dificultar o trabalho do governo. As greves existentes são,

em geral, coisa de reacções espontâneas, o mais frequente, selvagens. Os frequentes instigadores são elementos da extrema direita ou esquerda, no entanto, particularmente, os da extrema direita representam um perigo, porque gozam do apoio do estrangeiro.

A liberdade e a democracia é algo que lhes parecia ainda até há pouco inatingível. Por isso o que conseguiram obter sabem-no apreciar e lutarão com todas as forças para tal se manter. As eleições estão previstas para Março de 1975.

2. Antigas colónias. Esperam que poderão instaurar a liberdade para todos, incluindo também na antigas colónias. Haverá dificuldades, mas elas não são inultrapassáveis. Considera-se que elas são maiores em Moçambique do que em Angola. Apesar da longa guerra colonial, as relações entre «brancos e negros», embora agravadas, todavia, não são assim tão difíceis como seriam de esperar. Se tal coexistência se concretizar, será possível manter-se também «as ligações indispensáveis e vantajosas» com Portugal, o que é o interesse de todos. Também, é preciso ter em vista o facto que a língua portuguesa actua como factor de coesão, pois ela é igualmente o único meio de entendimento entre as diversas tribus negras que falam diferentes línguas.

3. Relações com o Leste. Esperam que, gradualmente, se chegará ao restabelecimento das relações diplomáticas com os países da Europa Oriental. Isto sem forçar e sem reclames desnecessários, para que isso não seja aproveitado contra o actual regime.

Quanto a respeito dos chineses, por agora, eles estão calados. Contudo, não parece que num futuro próximo haja possibilidade de se conseguir algo mais definido, pois os líderes do PC de Portugal, que estão no Governo, estão ligados à URSS. As relações comerciais com a China são efectuadas através de Macau, que é um forte ponto comercial de Portugal e, através do qual, fez sempre o seu comércio com os chineses. Crêem que tal estatuto em Macau o consigam manter mais tempo. [ 3.<sup>a</sup> p.]

4. Relações económicas com o estrangeiro. Além do fortalecimento e intensificação das já existentes relações económicas com os países ocidentais e outros, esperam que, rapidamente, se chegue ao estabelecimento das relações económicas com os PEO (*N.doT.: países europeus-orientais*). Almeida acrescentou que agora, precisamente, consideram um programa de acção nesse sentido. Algumas relações comerciais, apesar de dimensão limitada, com os países EO manteram-se sob o antigo regime.

Uma sua delegação comercial se encontra agora, precisamente, em Varsóvia. Em Setembro, ele planeia uma viagem à Hungria. Espera que até esse prazo, sejam estabelecidos os indispensáveis contactos e que será possível nessa ocasião visitar a Jugoslávia.

Expressa a convicção de que tal será possível concretizar.

Observação : Chegou-se espontaneamente a esta conversação, após o jantar, com o café. Por causa do pouco tempo, no desejo de tocar na conversação o maior número de questões, não foi possível que certas questões fossem mais elaboradas.

Enviado :

- Vice-Presidente do CEF e SF camarada M. Minitch
- SAF ( *Secretário-Adjunto Federal*) camarada J.Petritch
- Subsecretário camarada N. Pribitchevitch
- SAF camarada R. Dizdarevitch
- Chefe III Direcção camarada Maksitch
- Chefe UID camarada Zoritch
- Arquivo.

Enviado para fora do SFNE:

- Secretário do CE da Presidência do CC LCJ camarada S. Dolants
- Secção Internacional do CC LCJ VladaObradovitch (2)

*AJ,507,IX,103/IV-2*

### **71 [Dar es Salam, Negociações Portugal-Frelimo]**

Embaixada R S F J - Dar es Salam 4 2 7 1 5 6

Número 269

3 / 6 / 1974

S F N E –

Durante esta semana e, o mais provável, na quarta-feira 5 de Junho, começarão, em Lusaca, as negociações entre a Frelimo e Portugal. A Frelimo aceitou a proposta portuguesa para conversações, que recebeu directamente, já há duas semanas, do governo português, e não da delegação de Moçambique que esteve recentemente aqui.

A delegação da Frelimo é chefiada por S. Machel, presidente da Frelimo, e na sua composição encontram-se ainda M. dos Santos, vice-presidente e Alberto J. Chipande. A delegação já partiu para Lusaca, onde foi-lhe prestada uma completa recepção de Estado. Machel e a delegação foram recebidos por Kaunda, M. Chona e V. Mwanga, ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia

Espera-se que a delegação portuguesa parta para Lusaca, em 5 de Junho, e será chefiada por M. Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros. Na declaração que deu por ocasião das próximas negociações com Portugal, S. Machel disse: «Nós ainda não sabemos o que os portugueses tencionam dizer à Frelimo, é necessário que o governo português compreenda, além de tudo, que ele deve reconhecer o direito à independência do povo de Moçambique. Nós não vamos e não queremos discutir com Portugal acerca da independência porque a independência é um direito, um direito inalienável. Portugal deve entrar nas negociações com a Frelimo para encontrar um mecanismo para a transferência de poderes para o povo de Moçambique sob a direcção da Frelimo».

S. Machel repetiu a posição da Frelimo de que a paz em Moçambique é inseparável de independência, «...somente a independência nacional pode trazer a paz, a liberdade e progresso ao povo moçambicano».

Entregue: 7.<sup>a</sup> Direcção, Komatina, Dizdarevitch, D. Petrovitch, Belovski, 3.<sup>a</sup> Direcção.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

72 [ Belgrado, Relatório estada delegação do PS de Portugal no X Congresso da LCJ ]

PARTIDO SOCIALISTA DE PORTUGAL

RELATÓRIO

acerca da estada da Delegação do Partido Socialista de Portugal no Décimo Congresso da LCJ, realizado em Belgrado de 27 a 30 de Maio de 1974.

1. Composição da Delegação do Partido Socialista de Portugal (PSP):

FRANCISCO RAMOS DA COSTA, membro da Direcção e do Secretariado do PSP. No Secretariado do PSP está encarregado das relações com o estrangeiro. Cerca de 60 anos de idade, economista.

Morada: Avenida da República, 36-3.º esq. Lisboa.

MÁRIO SOTTOMAYOR CARDIA, membro da Direcção do PSP. Na direcção está encarregado do sector político. 33 anos de idade, professor-filosof.

Morada: Praça Rainha D. Filipa, 8, 2.º Dto. LISBOA, 5.

JOSÉ LEITÃO, na Direcção do PSP está encarregado do trabalho com a juventude. 24 anos de idade, licenciado em Direito.

Morada: Rua dos Arneiros, Lote 1 – 7 Esq. LISBOA, 4.

Sede do Partido Socialista de Portugal:

Morada: PARTIDO SOCIALISTA PORTUGUES Tel. 36-88-87

Rua São Pedro de Alcântara, 81 - LISBOA, Portugal

Observações : A delegação chegou a Belgrado a 26 de Maio de 1974, às 15,40. Na chegada, estavam presentes: membro do Comité Executivo da P(residência) da LCJ, camarada Iure BILITCH e o acompanhante da Delegação. A Delegação partiu de Belgrado, em 30 de Maio de 1974, e assim: Francisco Ramos da Costa e José Leitão às 08,30, e Mário Sottomayor Cardia às 15,40 horas. Na despedida da Delegação, pela manhã, estiveram presentes o anfitrião da Delegação, camarada Vlado Chestan e acompanhante, e pela tarde, o camarada Neboicha Vukovitch e acompanhante.

O anfitrião da Delegação foi: VLADO CHESTAN

Acompanhante: IURAI IVTCHEVITCH. [ - 2 - ]

II.

1. A delegação durante o tempo da sua estada em Belgrado teve muitos contactos e conversações com os nossos eminentes e mais altos dirigentes estatais e partidários.

A conversação mais notada foi organizada no Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros com o vp (*NT: vice-presidente*) do CEF e secretário federal dos Negócios Estrangeiros, camarada Miloche Minitch. Na reunião-conversação, estiveram presentes e os camaradas: Raif Dizdarevitch, secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros; Milivoie Maksitch, chefe de Direcção no SFNE; Ivitsa Koíitch, chefe de secção no SFNE; Vlado Chestan, como anfitrião da Delegação e Iurai Ivtschevitch como acompanhante e tradutor nas conversações.

Na nota destas conversações, damos com anexo à parte – Anexo nº. 1.

A parte oficial das conversações foi continuada durante o almoço, que foi oferecido, em honra da Delegação, pelo camarada Raif Dizdarevitch, SAF. Dos presentes nas conversações do almoço não estavam os camaradas: M. Minitich e M. Maksitch, enquanto esteve presente o camarada Milhan Komatina, secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros.

O tema da conversação do almoço foi uma concreta troca de opiniões acerca das possibilidades do estabelecimento e promoção da cooperação entre os nossos dois países, em particular com o PSP, acerca a prestação do apoio do nosso país à evolução positiva da situação política em Portugal — principalmente, em relação às perspectivas do desenvolvimento das relações de Portugal com as suas colónias.

Um lugar de primeiro plano nas conversações durante o almoço foi dado também aos acordos relativos à próxima visita a Portugal dos camaradas Ivitsa Koitch (2 Junho) e Raif Dizdarevitch (4 Junho), como também à próxima acção em redor da realização do estabelecimento da representação diplomática.

2. Na recepção que deu o Presidente da RSFJ e da LCJ, camarada TITO para as delegações estrangeiras, a Delegação do PSP teve contactos e curtas conversas com os mais altos dirigentes estatais e partidários do nosso país.

Numa curta conversa com o camarada Edvard Kardelhe, foram trocadas expressões de votos por uma cooperação mais rica possível e foi sublinhado a satisfação por depois de 50 anos de ditadura fascista em Portugal, chegou-se até ao renascimento das liberdades democráticas, o que oferece grandes possibilidades [ -3- ] também para a afirmação do seu partido. O camarada Kardelhe desejou-lhes os melhores votos de sucesso e exprimiu o nosso apoio sem reservas. Os membros da Delegação exprimiram com agradecimentos o facto que lhes foi oferecida a particular honra de poder assistir ao Congresso dos comunistas jugoslavos, porque assim foi-lhes dada a oportunidade de aprender muito com os camaradas jugoslavos. Salientaram que a posição da Jugoslávia em relação ao seu país terá uma enorme importância, tendo em conta o prestígio do nosso país no mundo e, em particular, entre os não-alinhados e países em desenvolvimento.

Na conversa com o camarada Stane Dolants, a par da apresentação de cortesia e a troca de informações acerca das impressões do Décimo Congresso, o camarada Dolants exprimiu o desejo de que a par da cooperação no plano estatal, quanto antes haja também trocas de delegações a nível partidário, e que receberiam com muito gosto um grupo de estudo do seu partido, o qual seria convidado da nossa ASPTJ. Na sua resposta, F. Ramos da Costa afirmou que com satisfação irão considerar a possibilidade do envio de um grupo do partido, exprimindo votos que quanto antes o possa acolher e receber em visita a Lisboa. O camarada Dolants respondeu que responderá com muito gosto ao convite quando surgir a oportunidade.

A delegação conversou também com os camaradas Djemal Biéditch e Kiro Gligorov. Foram trocadas informações acerca das impressões do Décimo Congresso. O camarada Dj. Biéditch exprimiu votos por a melhor cooperação entre os nossos países e para isso o partido deles pode contribuir consideravelmente. Para um melhor conhecimento contribuirá também a decisão dos nossos países de quanto antes realizemos o estabelecimento de representações diplomáticas.

O Presidente da RSFJ e da LCJ camarada TITO recebeu também, separadamente, a delegação do PSP. O camarada Tito cumprimentou-os e exprimiu a convicção que sabe que lhes será difícil, que também o começo foi difícil para nós, mas que na sua luta e tarefas devem empenhar-se ao máximo. Acompanhamos o que acontece entre eles e saudamos os resultados positivos que já obtiveram. No fim, o camarada Tito desejou-lhes muito sucesso no trabalho.

Agradecendo ao camarada Presidente, o chefe da Delegação F.R.da Costa exprimiu a satisfação por ter-lhes sido dada a honra de os ter recebido em particular. Com satisfação, sublinhou o que eles possam aprender dos camaradas jugoslavos ser-lhes-à de incalculável proveito, agora, [ 4.<sup>a</sup> p. ] quando eles põem em ordem a organização após 50 anos de ditadura fascista e trabalho na clandestinidade, preparam-se para o seu primeiro congresso no país, como também para as eleições parlamentares que se preparam.

3. A Delegação do PSP visitou, em 28 de Maio de 1974, pela manhã, o Museu Militar (das 9 até 10,30 horas). Nessa ocasião, o director do Museu guiou a Delegação através das salas de exposição, mencionando pormenores desde a chegada dos eslavos na Península Balcânica até ao fim da II Guerra Mundial. Particularmente, explicou em pormenor o desenvolvimento da nossa revolução socialista e o desenrolamento das operações militares do ELP (*N.T.: Exército de Libertação Popular*) durante a guerra.

Após o Museu Militar, a Delegação visitou a organização económica (*NT: empresa, na terminologia autogestionária*) «Indústria Electrónica» (EI) - fábrica de Zemun. Na empresa, houve conversações entre o presidente da Câmara Municipal de Zemun, o secretário do comité municipal da LCJ, o representante do comité cidadão da LCJ e a direcção da empresa, como também representantes das organizações sociopolíticas. As conversações duraram cerca de 2 horas. Os temas de conversa foram: desenvolvimento das organizações sociopolíticas e o estado da economia na zona industrial de Zemun. Os representantes da «Indústria Electrónica» falaram acerca do desenvolvimento da sua organização económica, do desenvolvimento e sistema de autogestão, do papel da organização sindical e outros.

Os membros da Delegação do PSP saudaram os presentes, agradeceram as informações pormenorizadas e colocaram várias questões dos temas da organização da empresa, como também do funcionamento da autogestão. Após a conversação, foi organizada uma visita a duas oficinas-OBTA

(N.T.: *Organização Básica do Trabalho Associado*<sup>28</sup>) da empresa e, nessa ocasião, os membros da Delegação conversaram várias vezes e directamente com os trabalhadores — produtores directos.

O grande comício na organização económica EI começou às 14 horas. A Delegação foi recebida calorosamente, o chefe da Delegação F.R. da Costa fez também um discurso muito «revolucionário», exaltando a amizade e as ligações das classes operárias dos nossos dois países. A maior parte do comício foi filmada pela TV e no programa nocturno foi reproduzida. Do comício foi-se para o almoço no «Aero-Klub» de Zemun.

A pedido da Delegação do PSP, pela tarde, foi possibilitado à Delegação a visita ao *Kombinat* Agrícola de Belgrado<sup>29</sup> (PKB). A par da visita a várias secções e a projecção de um filme sobre o desenvolvimento do *Kombinat*, a Delegação conversou mais de duas horas com [5.ºp.] o director-adjunto geral. A Delegação ficou impressionada com o grau de produtividade e organização do trabalho no *Kombinat*. Este interesse da Delegação, principalmente do seu chefe F.R. da Costa, resulta do facto que este é um possível candidato para ministro da agricultura no novo governo de Portugal.

Agradecendo as pormenorizadas informações, a Delegação aludiu que eles de Portugal iriam organizar o envio de um grupo de especialistas agrícolas para visitar e conhecer o processo de produção e trabalho no *Kombinat*.

### III.

O acento fundamental da mensagem que a Delegação dirigiu ao Décimo Congresso foi colocado no sublinhado da existência de boas e amigáveis relações entre o PSP e a LCJ e a ASPTJ, cuja solidariedade na luta contra o fascismo foi muito importante. Foi realçado na mensagem que o nosso Décimo Congresso foi o primeiro congresso que foram convidados depois da vitória do povo português sobre o fascismo. Menciona que o heróico exemplo da resistência dos povos jugoslavos na II Guerra Mundial muito lhes ajudou. O levantamento das forças armadas e o povo de Portugal derrubou o fascismo mais antigo no mundo. Agora, os socialistas portugueses estão convencidos que conseguirão construir uma sociedade socialista, na qual aproveitarão a nossa experiência — a valiosa experiência da experiência da democracia política no quadro da sociedade autogestionária, na qual, a Jugoslávia é o país guia.

<sup>28</sup> Segundo o sistema autogestionário jugoslavo, esta era uma unidade (secção) de produção associada a outras numa «organização de trabalho» (empresa).

<sup>29</sup> Esta grande empresa agro-industrial, fundada em 1945, tinha mais de 20.000 hectares de terras aráveis nos arredores de Belgrado, que abastecia de inúmeros produtos alimentares (lácteos, carnes, frutas, legumes, etc). Era uma das empresas jugoslavas mais conhecidas no estrangeiro pelos seus resultados e técnicos (tinha o seu instituto de investigação).

Agora, espera-se que, quando o seu país livre do fascismo e quando procura o caminho da descolonização e paz com os povos africanos, as relações entre Portugal e a Jugoslávia se tornarão, sem qualquer dúvida, um exemplo de boa cooperação e amizade.

Nas conversas nas organizações económicas (EI e PKB), como no comício, houve um acento semelhante ao da mensagem de saudação ao Décimo Congresso. Isto é o destaque da gratidão das forças progressistas de Portugal pela Jugoslávia, que lhes sempre prestou um apoio e ajuda sem reservas. O PSP se empenhará agora, depois da derrota das forças fascistas, por as melhores relações inter-estaduais, e que, além disso, se desenvolva e promova a cooperação entre a LCJ e a ASPTJ e o seu partido. [ 6.<sup>a</sup> p.]

Os trabalhos do Décimo Congresso foram considerados muito positivos, falando constantemente no superlativo do seu trabalho e organização. Ficaram impressionados com a personalidade e autoridade do Presidente Tito.

Nas conversações, sublinharam, muitas vezes, como a nossa experiência será aproveitada por eles nos preparativos organizativos do congresso do seu partido.

Tendo em conta que mostraram interesse pelos nossos materiais, particularmente acerca do problema da autogestão e suas aplicações práticas, foi procurado e entregue um grande número de brochuras, revistas e informações, como também o texto integral da nossa nova Constituição (materiais que dispunha o Centro de Imprensa).

Ficaram satisfeitos com o programa da estadia. O elaborado programa original foi modificado tanto, que a Delegação conversou, em lugar do camarada Dobrivoie Viditch, com o camarada Miloche Minitch, vice-presidente do CEF e secretário federal dos Negócios Estrangeiros. Igualmente, em base de votos expressos, no programa foi incluído a visita ao *Kombinat* Agrícola de Belgrado.

Durante a estadia, colocaram a questão da compensação das despesas dos bilhetes de avião (os bilhetes foram comprados, em Lisboa, por eles próprios), e supostamente lhes foi dito no convite que estas despesas seriam reembolsadas. O pedido foi resolvido positivamente, pelo que lhes foi pago em nome de três bilhetes de avião Lisboa-Belgrado-Lisboa a quantia de US\$ 996,00. Em anexo, o recibo. Anexo nº. 2.

Em relação ao acordo relacionado com a futura cooperação interpartidária, devia-se tomar em consideração a conversação da Delegação com o camarada Stane Dolants. Considero que daí resultaram também obrigações correspondentes.

Sobre o tema da futura cooperação interpartidária, por ocasião da despedida no aeroporto, o camarada Neboicha Vukovitch conversou à parte com o membro da Delegação do PSP, Sr. Mário S. Cardia.

Considero que seria proveitoso, e a Delegação mostrou interesse por isso, que se enviem futuramente, tanto para os endereços dos membros da Delegação, como para o endereço da sede do PSP

em Lisboa, os nossos materiais ( *Questões do Socialismo, Política Internacional* e outra imprensa periódica e publicações). [ 7.<sup>a</sup> p. ]

Observações : A Delegação do PSP teve nas salas do Pavilhão Desportivo «Pioneiro» e no átrio do (Hotel) «Metrópole» diversos contactos e conversações com os representantes da imprensa e TV, como também com membros de delegações estrangeiras que assistiram aos trabalhos do Décimo Congresso.

Cito alguns desses encontros:

- Entrevista com a TV Belgrado, que foi emitida;
- Entrevista, conversação com o camarada Radoie Talitch da redacção espanhola da Rádio Belgrado, que será publicada, possivelmente, no jornal «Komunist». Foi prometido à Delegação que lhes serão enviados vários exemplares do jornal, onde a entrevista for publicada;
- a Delegação teve conversações com: PS do Japão, Movimento de Libertação de Angola, Partido Operário Socialista de Espanha, PC de Espanha, PC da África do Sul, PC, PS e Partido Operário do Chile, PS da Holanda, PS de França, PS de Itália, PS da RFAlemanha, PC e PS do Uruguai, PS do Ceilão (Sri Lanka), PS da Zâmbia e PS da Tanzânia.

Belgrado, 04 de Junho de 1974

O relatório foi redigido  
acompanhante da Delegação  
Iurai Ivtchevitch

SFNE, tel. 682-555 extensão 338  
*AJ, 507, 103*

### 73 [ Informação acerca estada da delegação do PCP no X Congresso da LCJ ]

#### INFORMAÇÃO

acerca da estada de Carlos Aboim INGLÊS (Jorge Vieira), membro do CC PC de Portugal e chefe da delegação do PCP no X Congresso da LCJ; algumas observações pessoais e pormenores mais característicos das conversas com o acompanhante.

Inglês entrou muito jovem no movimento comunista — foi admitido no PCP com 16 anos, em 1946. Desde então, foi preso três vezes, o período mais longo na cadeia foi de cerca de quatro anos. No total, passou oito anos em prisão.

Casado, tem duas filhas, uma de 22 anos e outra de 3 anos. Terminou a Faculdade de Economia. Tem uma conduta muito modesta. Com residência permanente em Moscovo, onde se encontra agora também a família. Ali, tem um apartamento clandestino. Os nossos camaradas da Embaixada têm só o seu telefone de casa.

Quando pela última vez, após a pena cumprida, saiu da cadeia, como doente grave dos pulmões, os camaradas fizeram-no sair do país (há cinco anos) e foi enviado para tratamento em Moscovo. Como, entretanto, há um pouco mais de dois anos, morreu o representante do seu PC que actuava de Moscovo, ( tinha como tarefa de manter daí as ligações com os PC «irmãos» dos PS<sup>30</sup>) e outros países do Ocidente) o seu CC decidiu que ele assumisse esse cargo. Desde então, com o mandato do seu CC, mantêm os contactos com os camaradas e partidos dos PS, dantes através das embaixadas e, de vez em quando, visitando esses países. Até agora, várias vezes, esteve na RDA, Checoslováquia, Polónia e Roménia. Esta é a sua primeira estadia na Jugoslávia. Diz que concluíram que as ligações com a LCJ eram bastante fracas, pelo que, há dois anos, decidiram reforçar esses contactos. O resultado directo desta decisão foi o envio, no ano passado, de uma delegação do PCP<sup>31</sup> à RSFJ e, por isso, deve ser interpretada também a sua vinda ao Congresso. Acrescentou que estava decidido que com ele (já estava escolhido) viesse ao nosso Congresso mais um representante do PCP, mas após as mudanças ocorridas em Portugal, esse camarada recebeu outra tarefa. Particularmente, salientou quando ficaram desligados («com razão») do MCI (*NT: movimento comunista internacional*), através do nosso país, isto é do nosso partido, em 1948, foram estabelecidos os contactos com os outros partidos dos PS e do movimento CI.

Durante toda a estadia, Inglês foi muito reservado e austero. Nas conversas com o acompanhante não mostrou vontade de comentar o Congresso ou o seu trabalho, nem fazia qualquer [- 2p. -] declaração. Isso só o fez em duas ocasiões, quando lhe perguntaram (por parte do anfitrião camarada D. Belovski), mas também então não disse nada de importante que o pudesse comprometer não importa em que fosse, ou algo que se pudesse tirar alguma impressão mais definida acerca do que pensa da Jugoslávia, do Congresso, etc. Disse que sabia bastante da Jugoslávia antes de ter chegado, mas que agora foi-lhe dada a oportunidade de ver e ouvir.

Inglês é de orientação claramente pró-soviética e, em geral, tal não esconde. Sempre quando falou acerca da URSS foi sempre muito decisivo («a URSS e o PCUS o único partido no qual temos uma total e ilimitada confiança e no qual podemos confiar em tudo. A experiência que temos em relação à URSS e PCUS é tal que não temos qualquer razão para mudar tal posição»). Várias vezes, esta sua atitude exprimiu-se bastante pronunciadamente, pelo que era visível que isso não é só a sua posição, mas a posição do seu CC.

Em alguns pormenores mais característicos, ressaltou a sua posição pró-soviética. Numa ocasião, disse que, em Moscovo, por ter atravessado uma rua fora da passagem de peões foi conduzido à milícia e que até à milícia lhe tiraram o passaporte. Quando lhe repliquei que talvez fosse um procedimento demasiado inflexível e uma grande autoridade do poder executivo para uma infracção tão insignificante, rapidamente se corrigiu e disse que «a milícia na URSS é apaixonada quando se trata da

---

<sup>30</sup>*N.T.*: países socialistas.

<sup>31</sup>Referência à delegação do PCP que esteve, em Setembro de 1973, na Jugoslávia.

prestação de ajuda aos cidadãos, que é popular, mas ao mesmo tempo muito severa». Noutra conversa, em que estava presente o camarada D. Belovski, disse que na URSS havia de tudo, que as lojas estavam cheias, etc.

Embora durante todos os contactos não pude deixar de ter a impressão que é um grande patriota e, tendo em vista a sua declaração (referindo-se a uma anterior conversa) «que também eles, portugueses, como nós os jugoslavos, têm as suas próprias ideias», sempre, repetidamente, surgia à superfície o seu pro-sovietismo e uma larga compreensão das obrigações internacionalistas e «os interesses comuns do movimento comunista». Num tempo tão curto não consegui saber se, tendo em conta que desfruta da hospitalidade da URSS e que lhes é indispensável a ajuda por parte da URSS, como velho clandestino tem cuidado no que diz acerca dos soviéticos, ou é isso, no fundo, a sua convicção.[- 3 -]

No dia anterior à partida para Moscovo, durante o almoço no Metropol, pela primeira vez, aceitou uma larga conversação. Durante a conversação, tocámos algumas questões relativas ao movimento comunista internacional — resolução de 1948, acontecimentos na Checoslováquia, relações entre os PC e dos PS, como também as relações Leste-Oeste, situação na EM (*N.doT.:economia mundial*) (disse-lhe que trabalho nestas questões no SFNE). Ao que diz respeito à resolução, disse que em relação a nós foi cometido um erro, que eles sabem pouco acerca disso, mas contudo mostrou compreensão pela nossa posição. Em relação aos acontecimentos da Checoslováquia, disse que as opiniões dos nossos dois partidos continuam opostas (sabe exactamente a nossa posição de então). Quando lhe explicámos porque assim procedemos, aceitou que talvez tudo se pudesse resolver de «*maneira um pouco diferente*» (salientei que para nós foi incompreensível e inaceitável que nos anos setenta, quando sérios esforços tinham sido já efectuados para se superar a atmosfera da Guerra Fria, se fosse para a intervenção militar), mas imediatamente replicou que «estavam em questão tantos interesses importantes do MCM e do socialismo, que todos nós estávamos ameaçados por um tão grande perigo, que a intervenção foi justificada». O actual desenvolvimento da situação («restabelecimento de uma melhor atmosfera») mostra que a intervenção foi não só justificada, mas também que, hoje, na Checoslováquia tal se compreende. Repetiu que era indispensável reagir muito energicamente à tentativa dos imperialistas de restaurar o capitalismo na Checoslováquia.

Na continuação da conversação, confirmou que está de acordo com as nossos pontos de vista de que na cooperação se deve procurar só os pontos de contacto e nunca aquilo que nos separa e que isso foi desde de sempre a linha do seu partido. Neste contexto, mencionou que nos últimos anos esteve em várias reuniões dos PC, e que no último encontro em Moscovo (1969) foi membro da comissão de redacção para a formulação dos documentos finais da conferência. Nesse contexto falou com bastante cinismo de «alguns pequenos partidos defenderam até tal medida os próprios estreitos interesses e atacaram os grandes partidos que isso ele não pôde compreender, e por outro lado precisamente esses grandes partidos mostraram o máximo de compreensão e indulgência em relação às exigências

apresentadas (utilizou até a palavra generosidade)». (Provavelmente isto devia relacionar-se com a Roménia).

Na mesma conversação, mostrou interesse com o estabelecimento de relações mais estreitas com a LCJ. Na falta de desculpas até ao presente (tendo em conta que falou das várias vezes que visitou outros PEO<sup>32</sup>) porque ele é [- 4 -] precisamente o única pessoa que, agora, está encarregada disso, que têm só mais um representante em Argel (que tem só a tarefa de manter as ligações com os movimentos de libertação) e ainda alguns camaradas num terceiro país onde lhes está localizada a estação de rádio que diariamente emite notícias e outras informações.

Disse-lhe que não estou mandatado, mas tendo em vista que o camarada Kardelhe lhe exprimiu, em certa medida, a convicção que esta não seria a última estadia na Jugoslávia e ofereceu a ajuda e a cooperação da LCJ, semelhante ao dito pelo vice-presidente do CEF e SF camarada Minitch, que seria bom que se chegue, em todo o caso, a futuros contactos connosco. Isto sublinhei-lhe mais porque, num momento, mencionou que lhe tinham anunciado conversações com os camaradas Viditch e Belovski no CC LCJ «nas quais se deveria falar muito mais amplamente acerca de tudo — e também das relações» ( ele entendeu que durante o tempo do Congresso talvez lhe foram dadas poucas possibilidades para isso; a conversação com o SF camarada Minitch, em lugar da prevista conversação no CC, decorreu numa total outra direcção, pelo que não houve tempo para uma ampla conversa acerca dos seguintes contactos dos dois partidos).

Mencionou que, depois da URSS, têm muito boas relações com outros PC dos PS, com a Roménia muito cordiais (juntamente com a URSS foram os únicos citados nominalmente), que não lhes incomoda que «os camaradas romenos digam, muito abertamente e claramente, com o que concordam ou não». Num certo momento, disse « que não era importante porque as relações com a Roménia são assim tão estreitas» ( talvez, ali tenham algum ponto de apoio, ou todavia sentiu a obrigação de atenuar desta maneira a impressão que provocou quando falou da recusa obstinada de alguns pequenos partidos em aceitar alguma solução de amplo interesse, que podia-se relacionar sem dúvida com a Roménia).

Nas vésperas da partida, com certeza, sentindo a obrigação de dizer algo mais próximo acerca do Congresso e da Jugoslávia, realçou a franca satisfação com que falámos no Congresso sobre as suas dificuldades e problemas, como também «que se podia viver em Belgrado»!

5 de Junho de 1974

Conselheiro no SFNE

*AJ,507,IX,103*

Verolhub D. Spasitch<sup>33</sup>

---

#### **74 [Dar es Salam, reunião com Marcelino dos Santos]**

T E L E X

---

<sup>32</sup>N.T.: países europeus ocidentais..

<sup>33</sup> Foi nomeado, semanas depois, conselheiro na embaixada em Portugal.

Embaixada RSFJ - Dar es Salam (Carimbo do Arquivo)  
 Número 274 data: 7/6  
 6/6/1974 N.º : 427806  
 SFNE-

Marcelino dos Santos, vice-presidente da Frelimo:

1. Conversações em Lusaca:

A delegação da Frelimo não foi a Lusaca para negociações com o governo português, mas sim para um exame preliminar, no qual, deseja expor as suas condições prévias para o fim do colonialismo português em Moçambique, e essas condições prévias são:

- reconhecimento do direito à total independência de Moçambique,
- reconhecimento da Frelimo como o representante único e plenipotenciário do povo moçambicano
- e reconhecimento da independência da Guiné (B).

2. Estabelecimento das relações diplomáticas e da cooperação com P.

Na reunião do CL OUA (*N.doT.: Comité de Libertação da Organização da Unidade Africana*), foi dado o total apoio aos movimentos de libertação de M., A. e G.(B) e aceites as posições que eles assumiram perante o colonialismo português. Actualmente, é necessário que os nossos amigos de todo o mundo e, em particular, na África tomem em conta aquilo que é o seu dever político no plano da solidariedade internacional. É verdade que não há mais fascismo em Portugal, mas o colonialismo está ainda bem presente em M. por causa disso, apelamos para todos os nossos amigos que não estabeleçam relações diplomáticas, que não cooperem com o novo regime em Portugal, enquanto ele não nos reconhecer o direito à independência, até que não aceite que unicamente a Frelimo representa o nosso povo e o nosso país e enquanto não entrar em conversações connosco. [ - 2 - ] Espera-se que também, na próxima reunião ministerial e na cimeira da ONU em Mogadixo, toda a África aceite e apoie as posições tomadas na reunião do CL OUA, em Iaundé, no mês passado.

3. Sobre a cooperação com a Jugoslávia

O nosso dever é de agora dizermos que, durante todos estes anos, a nossa luta teve sempre o apoio e a ajuda por parte do povo e governo jugoslavos. A vitória que obtivemos em M. e que, também, a Frelimo ajudou através da sua luta de libertação o povo português a derrubar o fascismo, representam sucessos comuns, aos quais, também a Jugoslávia deu o seu contributo. – Kovatchevitch

Enviado: sétima direcção, gabinete de Dolants, Grlitchkov, D.Petrovitch, Belovski, Obradovitch, Komatina, Dizdarevitch, gss – ss, terceira direcção.

*ADMNE, F-225 Angola e Moçambique (1974)*

**75 [Nova-Iorque, reunião com João Cravinho]**

Missão SFRJ – Nova-Iorque 4 2 8 3 1 6  
 Número 1025  
 7 /6/ 1974

S F N E

Hoje, 7 de Junho, visitou-me Cravinho, o enviado especial do MNE-Portugal, que se encontra em missão de visitar as delegações na ONU e da informação acerca da actual situação em Portugal, dos passos seguintes na democratização com uma referência especial ao novo desenvolvimento dos acontecimentos em redor da descolonização. Em particular, salientou que os problemas são grandes e numerosos e que não será fácil resolvê-los. Aquilo que eles querem é, sobretudo, a compreensão da comunidade internacional para os seus problemas, como também a sua ajuda para que tais problemas se resolvam. Muito cauteloso na formulação da questão da autodeterminação e, em particular, em relação à concessão ev.[*N.T.:eventual*] independência às colónias. As conversações em Londres (que continuam amanhã), estimou como positivas e, em particular, salientou o desejo deles pelas negociações e com os restantes movimentos de libertação.

Resumidamente, eu expus-lhe as nossas opiniões sobre o que se passava em Portugal e informei-o acerca dos contactos que o nosso governo empreendeu com o novo governo em Lisboa, com uma breve referência à atenção da ONU quanto às colónias portuguesas.

Entregue: 4.<sup>a</sup> Direcção, Cab. Minitch, Iavorski, Komatina, Dizdarevitch, GSS-SS, Grupo dos Não-Alinhados, 7.<sup>a</sup> Direcção.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

---

**76 [ SFNE, Conversações delegação jugoslava, em Lisboa, no MNE]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
III Direcção  
N.º. 427484/5  
10 Junho 1974

NOTA

acerca das conversações do secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros, Raif Dizdarevitch, com os representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, efectuadas 4 de Junho de 1974.

As conversações tiveram lugar no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Estiveram presentes pela parte portuguesa: o secretário-de-Estado no MNE, Jorge Campinos; secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tomás Melo Andersen; e o director em funções da Direcção Política do MNE, António Vaz Pereira.

Pela parte jugoslava estiveram presentes os conselheiros do SFNE: Ivan Koíitch e Dragomir Vutchitchevitch,

Pela sua parte, as conversações foram conduzidas por J. Campinos.

Campinos exprimiu a sua satisfação por se ter chegado à visita do SAF, R. Dizdarevitch, a que dão uma grande importância. Exprimiu em nome de Soares o seu desejo e disposição de desenvolver a cooperação com a Jugoslávia e de compensar o que foi perdido nas nossas relações. Exprimiu pesar por Soares não estar presente, apesar do acordo de ele conduzir pessoalmente as conversações, porque teve de viajar até Lusaka para as conversações com a FRELIMO. Pediu que compreendêssemos a situação, porque tratou-se de urgentes problemas que não podiam ser adiados. Estão dispostos a uma ampla troca de opiniões.

O camarada Dizdarevitch exprimiu satisfação pelas mais recentes mudanças em Portugal que permitiram o primeiro contacto oficial entre os nossos dois países em Lisboa. Transmitiu a saudação do VP CEF (*NT: vice-presidente do Conselho Executivo Federal*) e secretário federal M. Minitch para o ministro [-2p.-] Soares. Mencionou que o Presidente da República, a direcção estatal e política da Jugoslávia segue activamente o desenvolvimento da situação em Portugal. Apresentou a nossa actividade até ao presente, incluindo também a decisão da visita a Lisboa e, depois, explicou os objectivos da visita: primeiro, ampla troca política de opiniões; segundo, estabelecimento de contactos com um largo círculo de representantes de diversas tendências políticas do actual regime; terceiro, conversações acerca das futuras relações e o acordo do restabelecimento de missões diplomáticas. Igualmente, salientou o nosso desejo que as conversações sejam francas e generalizadas.

Campinos aceitou globalmente e saudou esta nossa posição, mencionando também que eles desejam conversar abertamente acerca de todas as questões. Na exposição introdutória que fez em seguida realçou que uma das principais motivações das mudanças do 25 de Abril é o problema colonial. Esta motivação é a obrigação principal do governo provisório na qual repousa a responsabilidade política pela futura marcha do país.

A solução do problema colonial encontra-se no princípio da autodeterminação, que implica, entre outras coisas, também a definição de independência. Para isso se concretizar, já começaram as conversações com o Partido da Guiné-Bissau (PAIGC) em Londres, que continuarão em 8 de Junho. Seguem-se, também, as conversações com o movimento de Moçambique (FRELIMO), que começam em 5 de Junho em Lusaca.

Todavia, embora exista a vontade do novo regime de começar a solução do problema colonial, não se deve perder de vista que o problema da descolonização é muito complexo e delicado, tanto do ponto de vista das relações internas, como também pelos aspectos internacionais. Em relação à situação interna nas colónias, as dificuldades procedem das diferenças na posição da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola e do diferente grau de influência dos movimentos de libertação em cada um destes países. Daí, também, as posições portuguesas têm de ser diferenciadas.

Num aspecto internacional, preocupa-os particularmente duas coisas: primeiro, a pressão no novo regime para que a descolonização vá depressa e, segundo, as exigências que se aceite a

independência das colónias sem discussão. Tendo isto em conta, consideram que os contactos com a Jugoslávia são muito importantes, principalmente, por causa das nossas relações com os PN (*NT: países não-alinhados*). De novo, mencionou que o governo provisório aceitou a [- 3 -] autodeterminação como caminho e forma da expressão livre da vontade dos povos nas colónias e de acordo com os princípios da Carta da ONU.

O camarada Dizdarevitch expôs, em seguida, amplamente as nossas posições e pontos de vista. Realçou que olhamos com grande interesse e simpatia as mudanças em Portugal. A nossa conclusão é que as mudanças em Portugal tem grande importância não só para o desenvolvimento de Portugal, mas também para a Europa e as relações internacionais na totalidade. Elaborou amplamente os princípios, dos quais partimos antes da aprovação da decisão para o contacto oficial e restabelecimento das relações, realçando particularmente a importância do problema da descolonização, ligando-o com os princípios da política não-alinhada. Assim como, salientou que a Jugoslávia prestou, desde o início, total ajuda e apoio aos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e República de Guiné-Bissau, na qual, temos embaixador acreditado. Tal ajuda continuaremos a dar até que os povos desses países não obtenham a liberdade e independência, porque tal relação se fundamenta nos princípios fundamentais da política externa jugoslava e na própria luta pela independência.

Quando nos decidimos pelo estabelecimento de contactos oficiais, partimos da convicção de que a política do novo governo português é a política de descolonização e que nisto o novo regime será consequente. A questão da descolonização foi a motivação fundamental para a decisão do restabelecimento das relações, como a forma e tempo para a solução definitiva deste problema que representa um importante factor nas nossas futuras relações.

Estimamos que a luta de libertação dos povos coloniais ajudou as forças progressistas em Portugal no derrubamento do regime, que desta maneira se chegou até à ligação dos interesses das forças progressistas de Portugal e dos movimentos de libertação e que, agora, só nesta base é possível procurar a solução da questão colonial. Apreciamos a maneira como a abordam (directos contactos com os movimentos de libertação), mas sabemos que são problemas muito complexos. Assiduamente, estamos em contacto com os movimentos de libertação e PN, principalmente, com aqueles de África. Dos contactos que tivemos até agora ressalta que se olha com simpatia as mudanças em Portugal e que existe a convicção na determinação do novo regime proceda à descolonização. No [- 4p. -] entanto, sublinhou que nos ligam as decisões conjuntas da Conferência de Argel, as quais não são para nós obrigações formais, mas sim convicções. Ao mesmo tempo, mantendo estes contactos e uma cooperação muito estreita nesta questão com os PN e os movimentos de libertação, autonomamente, tomamos decisões e assumimos posições em relação ao novo regime.

Depois, o camarada Dizdarevitch colocou as seguintes perguntas: primeiro, o que se entende sob o princípio de autodeterminação e como imaginam a sua realização; segundo, qual é o sentido do comportamento diferenciado em relação às colónias para o qual, parece, se orientam; terceiro, como

entendem, concretamente, o princípio de autodeterminação e a sua aplicação; quarto, o que deram as negociações em Londres e qual é a sua perspectiva; quinto, como olham a situação em Angola.

Campinos salientou que compreende absolutamente os princípios nos quais baseamos as relações com o novo regime: primeiro, quer a descolonização, e, segundo um regime democrático em Portugal. Não vê qualquer contradição entre Portugal e Jugoslávia na maneira de ver estas duas questões. Com compreensão olham para a nossa política em relação aos movimentos de libertação. Estão conscientes que a política jugoslava nunca foi dirigida contra o povo português, mas sim contra determinado governo. Não vê qualquer contradição entre a continuação da ajuda e apoio aos movimentos de libertação e sua política. O reforço das ligações entre a Jugoslávia e Portugal somente ajudará a resolução do problema colonial.

Quanto à autodeterminação, é-lhes conhecido que existem diferentes definições, como compreende também alguma nossa experiência do passado (sobre as quais o camarada Dizdarevitch falou). Para eles, a autodeterminação representa um mecanismo que deve reflectir a verdadeira vontade dos povos das antigas colónias. Disso, saem duas consequências fundamentais:

Primeira, que estão prontos a discutir a questão da autodeterminação com os movimentos de libertação numa base da total liberdade de opção dos povos nas colónias. Não desejam intervenção de terceiros, nem organizações internacionais; [- 5p. -]

Segunda, necessidade de adaptação à concreta situação nas colónias. Por exemplo, não se pode perder de vista que, na Guiné-Bissau, existe um partido-movimento que é realmente representativo; que existe um Estado que é reconhecido internacionalmente, participa nas reuniões internacionais e é membro da ONU. Isto indica que, na Guiné-Bissau, a autodeterminação já foi efectuada.

A situação em Angola é diferente. Existem três movimentos, enquanto a luta armada não está desenvolvida. O movimento de libertação está numa séria crise. Existe uma forte colónia de brancos. Há partes de Angola onde o movimento de libertação nunca chegou. Acham que numa tal situação é sua obrigação de proceder de forma a que a futura Angola viva em paz. Por isso, o processo de descolonização pode ser mais lento, ou mais rápido. Também existe o problema das influências de fora, incluindo igualmente diversos factores em Portugal. Em Portugal, vive um milhão e duzentos mil pessoas que lutaram nas colónias durante os treze anos, o que representa um importante factor de pressão. O actual regime é formado também de gente que participou nas guerras. Por isso, precisam de ser cautelosos e sábios, tomando em conta todos os factores, tanto nas colónias, como em Portugal. Pede, igualmente, que nós, como os PN, tenhamos compreensão, pois partem da convicção de que a consolidação do regime democrático em Portugal também é do nosso interesse.

Quanto ao neocolonialismo, (pois R. Dizdarevitch na discussão acerca do princípio da autodeterminação disse que a aplicação deste princípio não deve significar a aspiração de substituir o domínio colonial pelo neocolonialismo) não existe perigo em Portugal, pois é um pequeno país, que

precisa apenas de se desenvolver economicamente. Este é um problema dos grandes. Tem a impressão que, no futuro, o perigo pode chegar mais de Angola para o regime democrático em Portugal, do que de Portugal para Angola (pensando, evidentemente, na possibilidade de lá se intrometerem os interesses do forte capital estrangeiro). Estão dispostos a assinar acordos (económicos e outros) com todos os futuros governos nas colónias numa base de igualdade de direitos. Neste sentido, nos contactos com o PAIGC já conversaram e começam a desenhar-se as futuras relações da G.Bissau e a Ilha<sup>34</sup> de Cabo Verde (somente, nessa altura, foi mencionado a ilha de C. Verde em relação à G-B). [ - 6p. - ]

Campinos sublinhou que a atmosfera, na qual decorreram as negociações com a G.-Bissau, foi muito diferente das negociações em França e Argélia. As conversações foram longas, porque em ambas as partes há uma grande responsabilidade, tendo em conta que a eventual concessão de independência à G.Bissau será também um exemplo para as outras colónias. Acreditam que na continuação das negociações se chegará até aos passos decisivos. Os problemas técnicos serão discutidos posteriormente. Acentua-se, no entanto, que seria muito importante que os países africanos, tendo em conta o estado presente das negociações, mudassem a sua relação e comportamento, na sessão da OUA, em relação ao novo regime português e que tenham uma maior confiança.

O camarada Dizdarevitch disse que existem duas possibilidades de influência na posição da OUA e dos países africanos: primeiro, negociações e uma clara manifestação da disposição pela descolonização; segundo, estabelecimento de directos contactos com os países africanos e árabes, particularmente, com aqueles que foram directamente atingidos pela política do antigo regime. Talvez, seria vantajoso também o contacto com a própria OUA (lembrou as declarações do actual presidente da OUA, Gowon). Realçou a importância desses contactos, acentuando que o faz como uma sugestão amigável. Em relação a isso falou mais longamente acerca da política de não-alinhamento, mencionando, no entanto, que Portugal tem livre escolha na qual orientação internacional vai eleger e nós respeitamos a sua participação na NATO.

Por fim, transmitiu o convite do camarada M.Militch para o ministro M.Soures visitar a Jugoslávia com o desejo que tal visita se efectue o mais depressa possível.

Campinos declarou que irá transmitir o convite a M. Soares e, já agora podia dizer que Soares podia chegar e isso, possivelmente, em breve. É-lhe conhecido que Soares mostra um grande interesse pela Jugoslávia, que visitou duas vezes e tem as mais belas recordações. Por ocasião das suas visitas pelos países europeus-ocidentais, foi impossível ir à Jugoslávia, embora isso o quisessem.

*AJ,507,103/IV-2*

---

**77 [ SFNE. Conversação R. Dizdarevitch-general António de Spínola ]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

---

<sup>34</sup>N.T.: no texto. Este erro repete-se noutros documentos.

Gabinete SAF R. Dizdarevitch  
Nº.- 427484/4.  
10/Junho/1974

NOTA

acerca da conversação do secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros Raif Dizdarevitch com presidente da República Portugal, general António de Spínola, 5/Junho/1974, no Palácio de Belém – Lisboa.

Presentes: secretário-geral MNE, Tomás Melo Breyner Andersen e secretário pessoal do presidente Spínola — pela parte portuguesa, e o conselheiro do SFNE, I.Koiitch — pela nossa.

O general Spínola falou primeiro. Mostrou a sua satisfação por se ter chegado a estes contactos oficiais connosco, o que foi permitido pelas mudanças em Portugal. Sublinhou que o Movimento das Forças Armadas que derrubou, em 25 de Abril deste ano, o antigo regime e que, agora, eles criam, em Portugal, um sistema de relações do tipo das democracias ocidentais.

O camarada Dizdarevitch realçou que, entre nós, se olha com simpatia as mudanças em Portugal desde 25 de Abril deste ano. O Presidente Tito, marechal Tito, acompanhou com grande interesse a evolução mais recente de Portugal e decidiu que estabelecessemos os contactos oficiais. Hoje, o Governo da RSFJ decidiu que se restabeleça o trabalho das representações diplomáticas e, com isso, as relações. Fizemos este passo com a convicção de que amadureceu a situação, com as mudanças em Portugal, para as antigas colónias obter a total independência. Queremos relações e cooperação com Portugal. Com grande confiança entramos nessas relações, confiantes que a política do novo regime — o reconhecimento da total liberdade e independência de Angola, Moçambique e República da Guiné-Bissau e a política de descolonização — será realizada na totalidade.

Nós apoiamos as mudanças democráticas em Portugal e, na totalidade, respeitamos o direito de Portugal de organizar sozinho o seu desenvolvimento interno e determine a sua posição e política internacionais. Igualmente, consequentes com a sua política, nós apoiámos firmemente e, agora, apoiamos os movimentos de libertação dos povos de Angola e de Moçambique e o Governo da República da Guiné-Bissau. Desde 25 de Abril deste ano, nós estamos em contacto permanente com um grande número dos nossos parceiros — países não-alinhados [- 2p. -] e com os movimentos de libertação de Angola e Moçambique e o Governo da República da Guiné-Bissau. Também nos últimos dias tivemos contactos e, agora, os mantemos. Todos eles saudam e estimam positivamente as mudanças em Portugal. Ao mesmo tempo, todos esperam como se irá desenrolar a política de descolonização. Receberam positivamente as conversações directas com a República da Guiné-Bissau e o movimento de libertação de Moçambique. A nossa decisão de restabelecermos as relações, acerca da qual os informámos, receberam-na com aprovação, convencidos que será compreendida como um apoio aos esforços de Portugal em realizar a descolonização. Pediram-nos que esta sua posição a comuniquemos ao Governo de Portugal.

O general Spínola disse que ouviu atentamente as nossas posições e que deseja precisar os princípios nos quais o novo regime decidiu abordar a resolução da questão colonial. Eles desejam

conseguir uma solução que assegurará a satisfação dos interesses das populações das colónias. Tal objectivo pode ser atingido somente com a aplicação do princípio da autodeterminação — com todas as suas consequências, das quais uma é a independência. O princípio de autodeterminação está de acordo com a Carta da ONU, o que obriga o novo governo português. Mas, para que o princípio da autodeterminação possa ser aplicado e através dele se possa conseguir a livre expressão da população, deve-se trabalhar por etapas, devem-se criar as indispensáveis condições preliminares, de forma, que a aplicação do princípio de autodeterminação não provoque indesejáveis consequências — fortes choques socioeconómicos internos nas colónias e que não haja abusos de certos grupos (parece que pensava nos movimentos de libertação). Todavia, cada uma destas etapas estará sujeita ao objectivo final — a realização da autodeterminação através do plebiscito, através do qual se chegará até à expressão da livre vontade da maioria. Para qual solução a população se decidir — é coisa da sua vontade. É nossa a de assegurar as indispensáveis condições para que se chegue à expressão da verdadeira vontade. Como uma das indicações nesse sentido pode-se usar a relação numérica da população: na Guiné-Bissau — alguns milhares de brancos em 600 mil negros; em Moçambique — cerca de 200 mil brancos em 8 milhões de negros. Caso, se parta do princípio: um voto por habitante, então pode-se prever qual pode ser o resultado. (É característico que nem aqui, nem durante toda a conversação, não mencionou Angola).

Portanto, neste sentido vão todos os esforços do governo português. **[- 3 p. -]**

Antes de tudo, deseja realçar que o governo português não permitirá qualquer imposição ou ingerência de fora no processo da resolução da questão colonial nas bases expostas. « Não permitiremos nem ameaças da população branca ».

Todavia, caso a aplicação do princípio de autodeterminação tem por objectivo assegurar o interesse da população nas colónias — através da expressão da vontade livre do povo —, então, é claro que a concessão da independência às colónias num rápido procedimento não pode ser tomado em consideração, pois, nas actuais condições, tal interesse não seria assegurado dessa maneira. A gradualidade na resolução do problema colonial é indispensável e no interesse de todos — tanto o povo africano, como europeu, que vive nas colónias.

Particularmente e interruptamente salientado, ele acrescentou que é preciso assegurar, na aplicação do princípio da autodeterminação, que se chegue até à expressão da vontade de todos os habitantes e que os movimentos de libertação não exprimem a vontade da maioria de todos os habitantes.

O camarada Dizdarevitch sublinhou que nós também pensamos que na realização da descolonização não é preciso que haja ingerência de terceiros e que o melhor caminho — conversações directas do governo de Portugal com os movimentos de libertação de Angola e Moçambique e o governo da República Guiné-Bissau. Nós olhamos com confiança para as conversações entre eles, estando convencidos que as directas conversações, na base da igualdade soberana das partes negociadoras e o

reconhecimento do princípio de liberdade e independência, terminarão com sucesso. Naturalmente, compreendemos toda a complexidade e dificuldades, sabemos que existe toda uma série de sérios problemas, todavia, estamos convictos que será encontrada a melhor solução e, através dela, serão criadas as condições para a cooperação no futuro.

O Presidente Spínola sublinhou que dos países amigos, desde agora e da Jugoslávia, seu novo amigo, esperam uma posição de calma, paciência e confiança no novo governo português e nas suas honestas intenções na política de descolonização. Daí, ele estima a nossa decisão acerca destes contactos oficiais.

Posto que R. Dizdarevitch disse que a política da RSFJ é igual para todos, o general Spínola interrompeu, realçando que ele conhece muito pouco a Jugoslávia e as suas posições — excepto o que sabe por algumas reacções negativas do tempo do regime fascista. Neste aspecto espera mudanças e acentua que o governo português, pelo seu lado, aplicará esforços de forma a estimular uma abertura positiva em relação à Jugoslávia. [- 4 p. -]

O camarada Dizdarevitch disse que a política da Jugoslávia é conhecida. Tal política não é difícil de conhecer e compreender. Acima de tudo, nós estimamos e salvaguardamos a sua liberdade e independência, respeitamos a liberdade e a independência dos outros, ajudamos todos aqueles povos e países que lutam ou defendem a sua liberdade e independência.

O camarada Dizdarevitch agradeceu a recepção. Repetiu que desejamos o desenvolvimento de relações e cooperação. Informou o presidente Spínola que transmitiu o convite oficial do vice-presidente do CEF e secretário federal dos Negócios Estrangeiros, M. Militch, ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros, M. Soares, para visitar a Jugoslávia, logo que comecem os contactos directos a nível dos governos. Informou-o também da nossa decisão do camarada I. Koiitch, que estava presente nesta conversação, fique em Lisboa e comece imediatamente com o trabalho como encarregado de negócios da Jugoslávia.

O general Spínola recebeu com satisfação a informação acerca do convite que foi enviado para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, para visitar a Jugoslávia. Também, recebeu favoravelmente a notícia de que o nosso encarregado de negócios, após a formalização da questão da abertura da missão, começará imediatamente a trabalhar.

Os funcionários do MNE disseram-nos que é um princípio que as conversações com diplomatas estrangeiros sejam marcadas com 15 dias de antecedência. No nosso caso tal princípio foi abandonado, porque — como nos foi dito — houve o interesse do general Spínola por esta reunião connosco.

Observações : A conversação durou cerca de 40 minutos. Antes do início da reunião, os funcionários do MNE chamaram a atenção, repetidamente, para que a recepção seria breve, porque o

programa do presidente Spínola estava sobrecarregado. Contudo, logo que foi colocada a questão da descolonização a conversação durou mais tempo.

No início, o general Spínola manteve-se reservado e frio e durante e o fim da conversação foi mais aberto, menos reservado, começando a ser até, no fim, mais familiar.

Durante a conversação, várias vezes, Spínola voltou à questão da descolonização ( acerca da qual, falou principalmente, depois daquilo que, no início, foi dito pela nossa parte), repetiu aquilo que já tinha dito, realçando a posição do novo governo português e esforçando-se para que o interlocutor tivesse a impressão dessa firmeza e determinação. Ele foi claro e determinado a respeito que a situação até ao presente tem de mudar. Todavia, a impressão é que a sua concepção de «autodeterminação» era mais rígida do que a de todos os restantes interlocutores. É verdade, também que a sua concepção evoluiu tanto, sob a pressão do processo, que agora não mencionou a possibilidade de a maioria da população das colónias optasse por plebiscito alguma forma de federação com Portugal (o que mencionou em algumas conversações ainda há um par de semanas). Contudo, do que disse acerca da autodeterminação, a insistência em determinada concepção deste princípio e também a maneira como isso apresentou, — teve-se a sensação que ele deseja, não obstante, através de tal princípio guardar algumas das actuais posições de Portugal —, que dificilmente se conforma com a perspectiva de total liberdade e independência das colónias e que dificilmente aceita os movimentos de libertação como único e decisivo factor com os quais se deverá acordar a solução definitiva. A sua posição é — encontrámo-la também em outras conversações — que eles « devem respeitar o princípio da autodeterminação que prevê a Carta da ONU», que apresenta de maneira a justificar a interpretação que ele entende por declaração plebiscitária de todos os habitantes, gradualidade na resolução e etc. Acerca deste princípio, ele falou como se tratasse de territórios sob tutela e não de colónias.

*AJ,507,103/IV-2*

---

**78 [SFNE. Conversação R. Dizdarevitch-Adelino Palma Carlos]**

SECRETARIADO FEDERAL DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do SAF R. Dizdarevitch

Nº.: 427484/7

10/Junho/1974

N O T A

acerca a conversação do secretário-adjunto dos Negócios Estrangeiros, Raif Dizdarevitch, com o presidente do governo português, Adelino Palma Carlos, 5 de Junho de 1974.

A conversação teve lugar na sede do governo (Palácio de S.Bento).

Presentes: o secretário-geral, Tomás Melo Breyner Andersen – pela parte portuguesa; conselheiros do SFNE, I. Koíitch e D. Vutchitchevitch – pela nossa.

A conversação durou 25 minutos.

O Presidente Palma Carlos disse no início da conversação que nutre uma grande simpatia pela Jugoslávia e o presidente Tito. Há alguns anos, teve a oportunidade durante uma reunião internacional de juristas em Dubrovnik (na qual, participou como vice-presidente da Organização Internacional de Juristas) de encontrar pessoalmente o presidente Tito. O encontro e o conhecimento do presidente Tito para ele é um acontecimento extraordinariamente belo e inesquecível. A fotografia desse encontro é uma página de ouro no seu album. Expressou a satisfação de receber o representante oficial da Jugoslávia.

O camarada Dizdarevitch transmitiu ao presidente do governo, Palma Carlos, os cumprimentos do presidente do CEF (*NT: Conselho Executivo Federal*), Dj. Bíieditch, e deu-lhe conhecimento da nossa decisão acerca do restabelecimento das relações diplomáticas, expondo ao mesmo tempo os princípios básicos que nos guiaram antes disso. Acentou que entramos nessas relações num momento de profundas mudanças positivas em Portugal e com a certeza de que a política do novo governo é — a política da total descolonização. Sublinhou que seguimos com grande interesse o desenvolvimento da situação em Portugal.

O presidente do governo Palma Carlos afirmou que se tomam medidas no sentido da descolonização. O primeiro e o objectivo mais importante do movimento do 25 de Abril é, na realidade, a resolução do problema colonial. Compreenderam que a guerra não tem saída e que é preciso ir para a solução política. Têm a intenção de aplicar o princípio da autodeterminação e isso é [ - 2 - ] o princípio da ONU. Esperam que irão ter sucesso. Para isso existe a firme decisão e todos os passos estão dirigidos nessa direcção. Muito caro custou-lhes o isolamento de Portugal por causa da política colonial do anterior regime. Decidiram pôr fim a isso. Agradeceu as palavras do camarada Dizdarevitch e acentou que elas condizem com os sentimentos do povo português. Também, há o desejo de Portugal ter boas relações com a Jugoslávia. Realçou que é necessário que desenvolvamos uma estreita cooperação e «andemos de mãos dadas». Pessoalmente, empenhar-se-à no sucesso dessa cooperação.

O camarada Dizdarevitch expressou a esperança que o futuro desenvolvimento permitirá uma ampla cooperação e que isso é o nosso desejo. Acreditamos que a determinação do novo governo de resolver o problema colonial dará frutos. Assim, Portugal dará uma grande contribuição às relações na Europa e no mais amplo plano internacional.

A isto o presidente do governo Palma Carlos afirmou que, outrora, a civilização portuguesa se reforçou e era influente no mundo em base da navegação. Hoje, de novo, Portugal abre a porta ao mundo, dominando um grande isolamento, ao qual foi conduzido pela política colonial do regime derrubado.

O camarada Dizdarevitch mencionou, em seguida, que teve uma proveitosa conversação com o presidente Spínola. Agradeceu-lhe a extraordinária boa recepção que teve em Portugal. Sublinhou que a Jugoslávia tem largos contactos com os países não-alinhados e os movimentos de libertação que com interesse seguem o desenvolvimento da situação em Portugal. Consideram, também, a nossa

decisão do restabelecimento de relações representará um apoio ao curso e políticas progressistas em direcção à descolonização.

O presidente do governo Palma Carlos realçou que compreende a nossa posição e considera que será de grande ajuda nos seus esforços. Calorosamente agradeceu os cumprimentos do presidente do CEF, Dj. Blieditch e retribuiu-lhe os cumprimentos. Exprimiu o desejo pela prosperidade da Jugoslávia e os povos jugoslavos. Considera que, agora, estão criadas as condições para um amplo desenvolvimento da cooperação mútua. Claramente satisfeito, disse que o alegra a decisão da Jugoslávia acerca do restabelecimento de relações e, juntamente, exclamou na língua sérvio-croata «Živeli<sup>35</sup>!».

Observações: o primeiro-ministro H.P. Carlos deixou a impressão de que, realmente, está satisfeito com o que se relaciona com o restabelecimento e tem simpatias pelo nosso país. Dos posteriores contactos com os membros do [ -3- ] governo, ouvimos que imediatamente após a recepção na primeira reunião informou o governo acerca da conversação connosco e dos objectivos da nossa vinda. Por esta conversação, pôde-se subentender que falou sobre tudo muito positivamente.

*AJ,507,103/IV-2*

---

**79 [SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-Jorge Campinos]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
III Direcção  
Nº. 427484/6  
10 de Junho de 1974

N O T A

acerca das conversações do secretário-adjunto dos Negócios Estrangeiros, Raif Dizdarevitch, com Jorge Campinos, secretário de Estado no MNE ( que é, ao mesmo tempo, a segunda personalidade na direcção do Partido Socialista), em 5 de Junho de 1974.

Além da conversação com J. Campinos no âmbito da delegação do MNE de 4 de Junho deste ano, houve alguns encontros particulares com ele. Nessas conversações, J. Campinos foi mais aberto e deu avaliações e opiniões suplementares a muitas importantes questões.

J. Campinos ofereceu um almoço, em 6 de Junho deste ano, em nome da direcção do PS, no qual estiveram presentes vários membros da direcção do PS.

Nessas conversações e almoço estiveram presentes os conselheiros do SFNE, I. Koiitch e D. Vutchitchevitch.

O camarada Dizdarevitch informou, resumidamente, Campinos da conversação que o secretário-adjunto federal B. Badurina teve em Argel (tinha falado antes com ele por telefone) e acentuou que a Argélia e os países africanos esperam com grande interesse a continuação das

---

<sup>35</sup>N.T.:Viva! (lê-se *živeli*).

conversações com a delegação do governo da República da Guiné-Bissau. Os resultados destas negociações influenciarão principalmente na posição da reunião da OUA, em Mogadixo, que se seguem (então, ainda não tinha sido adiada a continuação da conversação em Londres).

Campinos agradeceu a informação e mencionou que eles têm também a impressão que os países africanos esperam que nas negociações de Londres se chegue, quanto antes, a resultados e que, conforme isso, a OUA definirá a sua posição. Realçou que o que sucederá [- 2p. -] com a Guiné-Bissau terá larga influência e importância. Sabem que o PAIGC defende, nas conversações, os interesses também dos outros movimentos de libertação. Tendo em conta a existente relação de forças, em Portugal, existem duas ópticas: primeira, a óptica do governo que é o compromisso de todas as forças nele representadas; segunda, a óptica da esquerda, que é pela autodeterminação e independência das colónias. Contudo, o PS considera que é necessário participar no governo, até com compromissos, para se incitar o governo a mudanças democrática e à descolonização. Luta no governo pela posição que se reconheça a independência da Guiné-Bissau, enquanto há forças que, neste caso, são pelo princípio da autodeterminação, mas não pela total independência.

Na pergunta acerca do que se pode esperar das conversações em Londres, Campinos disse, em confiança, que se prepara uma plataforma do acordo político que é fundamental. Além disso, existem os aspectos «técnicos» do acordo, que é coisa de longa solução. Esforçam-se que na plataforma política se diga, numa maneira «elegante», que a Guiné-Bissau é um país independente. Uma boa parte do exército aceita isso dificilmente. O movimento militar do 25 de Abril se fechou perante a opinião pública com a posição da autodeterminação, o que convém aqueles que estão contra a concessão da independência às colónias, enquanto uma parte evoluiu e que está pronta para futura evolução — uma tal posição representa um obstáculo.

Na pergunta como olha para o comportamento da RAS, Rodésia e outros factores estrangeiros e se existe o perigo de ingerência, Campinos sublinhou que a RAS e a Rodésia estão muito interessadas nos acontecimentos de Angola e Moçambique, mas acredita que nas actuais condições em África e no mundo não se pode chegar até à intervenção. Existe, todavia, o perigo dos colonos brancos de Moçambique e Angola tentem uma acção do tipo da Rodésia. Além disso, alerta novamente que o processo de descolonização é difícil e complexo, em particular, em Angola e Moçambique. Caso, imediatamente, se fosse para a concessão da independência, em Angola, chegar-se-ia a uma explosão. O regime fascista armou a minoria branca que é numerosa (500 mil em Angola). Uma tal situação provoca inquietação nas forças democráticas. Deseja que Angola seja independente e próspera e que escape ao caos e derramamento de sangue.

Na pergunta, quais são as perspectivas de relações com a URSS e China; quais são as relações com os EUA e como estes países olham [-3p.-] nas mudanças, Campinos declarou que não compreende o comportamento da URSS. Com o antigo regime desejaram relações (tentaram três vezes estabelecê-

-las), mas o regime de Caetano recusou-as. Depois das mudanças de 25 de Abril, claramente deram conhecimento à URSS que queriam relações e isso imediatamente, mas a URSS não aceitou. Têm a impressão que não compreenderam as mudanças em Portugal e, talvez, se trate também de uma certa influência negativa de certos países africanos. No princípio, os embaixadores soviéticos em alguns países europeus ocidentais tentaram convencê-los (durante a viagem de Soares pelos países da Europa Ocidental, quando o actual governo ainda não estava formado) que iam para o estabelecimento de relações. Todavia, não se chegou a isso, embora no governo provisório esteja também o PC que é um dos partidos comunistas ocidentais mais próximos da URSS. O embaixador soviético em Londres disse-lhes que era um obstáculo para as relações — as relações de Portugal com o Brasil. Comentando, Campinos realçou que, portanto, à URSS incomoda menos as relações do novo regime com a Espanha e RAS, do que com o Brasil.

A China não quer relações por causa de Macau, mas está, ao mesmo tempo, contra a alteração do estatuto de Macau. Isto é estranho, mas compreensível, em questão estão os interesses financeiros chineses que têm em Macau.

Depois das mudanças, os EUA enviaram muitos «emissários» a Portugal. Não sabem qual é a verdadeira posição dos EUA em relação ao novo regime, mas em todo o caso eles têm a sua posição. Esperam que na próxima reunião da OTAN, em Otava, esclarecerão a posição americana.

As relações com a França são boas em palavras, mas não na prática. A França insiste em se impor como árbitro nas relações com os movimentos de libertação. No fundo, está descontente com as mudanças em Portugal, entre outras coisas, por causa das reduzidas possibilidades para vender armas. Em França, actua um forte grupo de membros da antiga polícia política, mas a polícia francesa mostrou, pela primeira vez, disposição de cooperar contra eles a favor das forças democráticas de Portugal, o que apreciam.

Têm boas relações com a RFA, mas o actual governo alemão dá sempre preferência aos interesses estatais sobre os partidários. [- 4p. -] A par disso, Campinos sublinhou que o PSD alemão os ajudou ao máximo enquanto estiveram na clandestinidade.

Estão descontentes com o comportamento do Brasil. Para embaixador em Lisboa foi nomeado o chefe das forças fascistas, que contacta os círculos militares, evitando as forças democráticas e os regulares contactos diplomáticos. O Brasil está descontente com as mudanças e cria dificuldades ao novo regime. A ideia brasileira acerca da comunidade da zona da língua portuguesa é, na verdade, uma cobertura para os seus interesses económicos. Nas relações com as colónias, o Brasil deseja receber um estatuto que lhe assegurará um mercado favorável e outras vantagens económicas e financeiras. Até agora, Angola serviu de armazém para as mercadorias brasileiras que eram vendidas em África.

As relações com a Espanha são consideradas como correctas. A pedido do novo governo, foram retirados os membros da polícia política que tinham fugido para Espanha e estavam concentrados na fronteira com Portugal, sendo expulsos alguns deles. Particularmente, Campinos realçou as boas

relações com as forças progressistas de Espanha. Estima muito a posição e orientação do PC de Espanha e S. Carrillo. Acha que o grupo de Lister está sem grande influência. (Vê-se que conhece a situação no PC de Espanha ). [- 5p. -]

Falando da relação de forças no plano interno, Campinos sublinhou que há muitas componentes de poder que é difícil coordenar. Todos desejam a paz e a descolonização, mas as diferenças mútuas são bastante grandes a respeito dos caminhos para isso se realizar. Realçou que estas dificuldades devem ser compreendidas pelos amigos na África e no «terceiro mundo». Caso não haja a necessária compreensão dos partidos progressistas chegará a tal posição que terá de sair ou será afastado do governo.

Campinos explicou a composição do Movimento das Forças Armadas (MFA). É um grupo heterogéneo. É formado por diversas correntes políticas e opções ideológicas: comunistas, socialistas, liberais. Não há uma linha política una, nem uma concepção elaborada. Além disso, também, é preciso ter em vista a hierarquia militar que continua a complicar as coisas. A relação do MFA-general Spínola é tal que se pergunta quem [- 6p. -] comanda, mas em casos mais problemáticos e difíceis — o general é obrigado a consultar o MFA.

Pela sua actividade, princípios e elasticidade da sua acção política, o Partido Socialista impôs o seu nome na vida política portuguesa, como também nas fileiras do factor militar. (Na Proclamação do MFA de 26 de Abril, o PS nem foi mencionado). A direcção do PS foi o primeira que chegou do exílio ao país, e Mário Soares — o primeiro dos líderes que chegou a Lisboa, embora não seguro, nem sabia o que o esperava. O que é característico para o PS, é que pela a sua influência é desproporcionadamente forte ao que é pelo grau da sua organização. O partido não tem formada uma estrutura organizativa e é esse o trabalho que lhe falta.

As principais componentes do programa do PS são: autogestão e activo não-alinhamento. Por isso, têm grandes semelhanças com a Jugoslávia (e disso surgiu o grande e sincero interesse das relações Portugal-Jugoslávia e para a cooperação).

O Partido Socialista é necessário ao regime: quando os socialistas saísem do governo — lançariam todo o actual positivo processo numa séria crise. Disso estão conscientes tanto o MFA como eles no PS. Por outro lado, os socialistas colocaram como uma das condições para a participação no governo a descolonização. Se o regime não for consequente com a orientação para a resolução da questão colonial — eles sairiam do governo. Isto é conhecido do MFA. Também, isto representa um dos elementos mais importantes da pressão no governo em relação à questão da descolonização.

A decisão da saída do anterior Presidente da República Tomás e do presidente do governo Caetano para o Brasil — foi tomada, pessoalmente, pelo general Spínola ainda antes da formação do

governo. Os socialistas não foram consultados, nem sabiam dessa decisão. Eles irão colocar, energicamente, a questão da extradição destes dois titulares do anterior regime.

Nos sindicatos (que são unitários), os comunistas e socialistas têm boas posições. Com os comunistas têm boas relações de cooperação, apesar da sua forte ligação com a URSS e o PCUS.

**[-6p. -]**

Ao que diz respeito às outras forças políticas no país, é preciso prestar atenção ao PPD (Partido Popular Democrático). O seu líder é Sá Carneiro, ministro sem pasta no governo provisório, político capaz. Trata-se de um partido de centro-direita, no qual se pode encontrar facilmente —por causa do seu perfil e orientação política — representantes do amplo leque político e concepções políticas do país — desde os tradicionais políticos burgueses até aos dissidentes fascistas. Como o exército não tem a sua organização política na qual se apoie, há possibilidades que o general Spínola se decida por este partido, que tem perspectivas de ganhar em força e influência. Existe a possibilidade de Spínola de deixar, após um ano, a sua posição de PR e se juntar a este partido — Roje (*N.T.: Jorge*) Campinos.

A circunstância que se encontra em vigor a antiga legislação representa sérias dificuldades para a libertação em novas condições. Neste sentido vão para alguma solução urgente: no objectivo de mudança mais rápida na administração propuseram um decreto que esperam que será aceite. Isto criará um maior espaço para o afastamento do adeptos do regime fascista.

O MFA saneou fundamentalmente a situação nas suas fileiras. Isso, consideram com um passo muito importante. Daí, por agora e num futuro próximo não esperam um contragolpe.

Uma perspectiva posterior pode trazer dificuldades. Receia o trabalho de sapa através do sector económico. Por causa disso, as relações com os países socialistas seriam muito vantajosas.

Saudando, no almoço que ofereceu em nome da direcção do Partido, Campinos disse: «Obrigado a vós pela ajuda que deram aos movimentos de libertação, porque a sua luta ajudou objectivamente as mudanças democráticas em Portugal».

*AJ,507,IX,103/IV-2*

---

**80 [SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-Francisco Pereira de Moura]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Gabinete do SAF R. Dizdarevitch  
Nº.: 427484/3  
10 de Junho de 1974

NOTA

acerca da conversação do secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros, Raif Dizdarevitch, com Francisco Pereira de Moura, ministro sem pasta no governo de Portugal, 6 de Junho de 1974.

A conversação teve lugar na sede do governo.

Moura é um dos economistas mais conhecidos de Portugal, pertence à ala progressista católica.

A conversação estiveram presentes: os conselheiros do SFNE, I. Kofiitch e D. Vutchitchevitch.

No começo da conversação, o camarada Dizdarevitch apresentou as nossas posições e visão acerca das mudanças em Portugal e motivos essenciais da nossa decisão para este primeiro contacto oficial com Portugal. Também, expôs as razões que estão na base da nossa concepção da necessidade do restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

Depois, interessou-se pela situação económica interna de Portugal, as relações económicas externas do país e pela questão da interdependência de Portugal e colónias.

Moura sublinhou que são grandes as dificuldades económicas que estão perante o novo governo, em particular, por causa da elevada taxa de inflação e de desemprego. O Produto Nacional eleva-se a 600-700 dólares por habitante. A taxa de inflação no último ano — 16-18%. A guerra na colónias diminuiu a força produtiva da nação (empenhamento de numerosas forças militares nas colónias, fuga da mão-de-obra para o estrangeiro, enormes despesas materiais na condução das guerras). Nos últimos tempos, a situação é ainda mais difícil por causa da crise petrolífera.

Entre as primeiras medidas, o novo governo estabeleceu o salário mínimo no país, mas muitas empresas em determinados sectores não estão em condições de assegurar esse salário mínimo. Isto aproveitam as grandes firmas que procuram comprometer a política do novo regime e os bancos efectuam restrições ao crédito. [- 2p. -]

O governo esforça-se em criar as condições para o acolhimento de dezenas de milhares de trabalhadores que desejam regressar do estrangeiro. Cerca de milhão e meio de portugueses se encontram a trabalhar no estrangeiro.

Nos últimos anos, foram dadas grandes facilidades às companhias estrangeiras para investimentos em Portugal, pelo que hoje a sua presença cria grandes problemas. O novo governo não permitirá que as companhias estrangeiras obtenham tão facilmente grandes lucros. Especialmente, as companhias multinacionais estão presentes na electrónica, indústria mecânica e química. A nova Constituição, que deve ser aprovada dentro de um ano, determinará as direcções para o futuro desenvolvimento económico. Moura considera que o desenvolvimento económico de Portugal deverá ser construído com princípios de orientação socialista. Nesse sentido, as experiências da Jugoslávia são para eles importantes e úteis. Leu acerca do nosso sistema e fez saber que o nosso desenvolvimento muito lhe interessa.

Na pergunta do camarada Dizdarevitch acerca dos países com os quais têm a cooperação económica mais desenvolvida, Moura respondeu que os países da CEE participam com cerca 70% das trocas mercantis de Portugal, vindo por importância a RFA, Inglaterra e França. Depois das mudanças de 25 de Abril, desapareceram os obstáculos políticos para a cooperação com a CEE. A sua orientação é conseguir o estatuto de membro associado.

Na pergunta do camarada Dizdarevitch acerca da importância dos investimentos portugueses nas colónias, Moura explicou que eles são maiores na agricultura (café, algodão, açúcar, sisal e milho), depois no sector mineiro, exploração de petróleo, indústria têxtil e alimentar. Todavia, quando se trata de matérias-primas, a actual relação de Portugal e colónias não tem muito um carácter de relação colonial. Porque, a maior parte das matérias-primas que se importam são pagas segundo os preços mundiais, embora a mão-de-obra seja barata. As firmas portuguesas e estrangeiras e as companhias multinacionais recebem a diferença.

O mercado de Moçambique e Angola tem grande importância para as indústrias alimentar e têxteis portuguesas. Mas, tal importância cai cada vez mais, porque a indústria local está em desenvolvimento. Nem sob o aspecto do movimento migratório, não têm grande importância, porque tal movimento se dirige maioritariamente para o Brasil e EUA e, nos últimos anos, em direcção da Europa Ocidental. Contudo, as colónias, os futuros estados independentes, têm importância para o investimento de capitais que nelas já está presente. Mas, a existente ligação financeira de Portugal com as colónias não é uma ligação do povo português, mas sim das grandes companhias ligadas com o capital estrangeiro. Daí a descolonização não atingir o povo, mas o grande capital. [- 3 -]

O camarada Dizdarevitch realçou que as mudanças em Portugal e o restabelecimento das relações diplomáticas entre os nossos países abrem também perspectivas de ampla cooperação no plano económico. Moura aceitou isso com aprovação e satisfação. Também, no fim da conversação, sublinhou particularmente a sua posição favorável em relação ao estabelecimento de relações, cooperação e interesse pela experiência jugoslava.

*AJ,507, IX,103/IV-2*

---

**81 [SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-António Almeida Santos]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Gabinete do SAF R.Dizdarevitch  
N.º 427484/1  
10/Junho/1974  
NOTA<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Dos 9 documentos da visita desta delegação jugoslava a Lisboa, este é o único que não se encontra no AJ.

acerca da conversação do secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros, Raif Dizdarevitch, com António Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial (colónias), em 6 de Junho de 1974.

A conversação efectuou-se no Ministério da Coordenação Interterritorial (anterior designação: Ministério dos Territórios Ultramarinos).

Presentes: os conselheiros no SFNE, I. Kofitch e D. Vutchitchévitch.

Santos é, por orientação política, próximo do Partido Socialista.

No início da conversação, o camarada Dizdarevitch apresentou as razões da visita a Portugal, salientando o nosso interesse pela descolonização e expôs a nossa política em relação à luta dos povos contra o colonialismo, pela liberdade e independência. Em particular, falou sobre o nosso apoio à luta dos povos de Angola, Moçambique e G.Bissau e realçou a convicção de que estão criadas as condições para a liberdade e independência destes povos. Apoiamos todos os esforços do novo governo de Portugal nesse sentido.

Santos declarou que o Governo Provisório tem grandes tarefas de responsabilidade, mas não se pode esperar que ele possa resolver tudo. Dentro de um ano, promulgarão uma nova Constituição que resolverá a questão do direito à autodeterminação. Entre as opções é possível a independência, mas também outras alternativas. Naturalmente, que igualmente na combinação da total independência desejam guardar ao máximo as relações, mas isso depende da vontade dos povos das colónias. Existe a tendência dos movimentos de libertação que força exclusivamente a independência na base dos seus interesses. Portugal não está em posição de aceitar isso, porque se o antigo regime infringiu os princípios da ONU, o novo governo deseja respeitá-los (o camarada Dizdarevitch acrescentou que o mundo e os povos das colónias desculpariam mais facilmente a infracção como é o reconhecimento à independência do que a infracção à liberdade). Contudo, Santos salientou que a posição deles na fase da autodeterminação dependerá da influência dos movimentos de libertação. [-2p.-]

O camarada Dizdarevitch salientou que, decidimos restabelecer as relações diplomáticas com Portugal, convencidos de que a política do novo governo é de uma total descolonização. Todo o mundo espera ver o mais rápido possível os resultados dessa política, salientou a utilidade e a importância das conversações directas do novo governo com os movimentos de libertação, porque isso é o melhor caminho para que — fundamentando-se no respeito da soberana igualdade, total liberdade e independência — se encontre uma solução e se construa as bases para as futuras relações de cooperação de Portugal com todos os países.

Santos declarou que desejam relações e cooperação com todos países. Estão conscientes que as relações com a Jugoslávia têm também uma particular dimensão nas relações com o «terceiro mundo». Realçou que todos os países da África têm razões para acreditar na orientação de Portugal para a

descolonização. Todavia, existem grandes dificuldades. Caso fossem imediatamente para a independência de Angola e Moçambique, chegar-se-ia a grandes problemas para ambas as partes. Respeitando o princípio da necessidade da concessão da liberdade e independência, procura-se não se apressarem com a especificação da solução para que evitem os perigos que são possíveis. Esta questão tem não só aspectos ideológicos, mas também práticos. Não podem ir imediatamente para a independência, mas sim devem aplicar o princípio da autodeterminação.

Santos sublinha novamente o interesse das relações com a Jugoslávia. é conhecida a luta do nosso país pela independência e a prestigiosa figura do presidente Tito, desde a luta contra o fascismo até à conquista de uma posição autónoma no mundo. Sabem que a Jugoslávia prestou uma ajuda diversificada aos movimentos de libertação. Também, isto só pode ser útil para a resolução do problema colonial.

Santos declarou que informará M. Soares, estarão ambos em Londres, nessas conversações (então, ainda não se sabia que as conversações em Londres seriam adiadas em 5 dias e que Soares viria de Lusaca para Lisboa). Considera que, depois do estabelecimento do regime democrático em Portugal, ninguém pode duvidar na sua orientação. «Colonialismo e democracia não vão juntos».

Falando sobre as conversações, em Londres, com o PAIGC, Santos disse que a atmosfera é boa. As dificuldades estão na fixação dos pontos formais, mas quando isso for ultrapassado — estará aberta a perspectiva para o acordo. Existe a disposição de ambas as partes para que as futuras relações sejam fundamentadas na cooperação em todos os domínios. Acrescentou que mais do que isto não podia dizer, tendo em conta o acordo entre as duas delegações de guardarem com discrição o conteúdo das conversações. [ - 3 - ]

Observações: Durante toda a reunião, Santos comportou-se de forma amigável. Em certos momentos, deu a impressão que a sua opinião ia à frente do que falava, ou seja, que não podia dizer o que gostaria.

Aliás, o ministério que ele dirige é incomparavelmente a maior instituição governamental (ele próprio disse que o seu objectivo é de o conduzir à dimensão normal de um ministério mais pequeno). Um dos membros da direcção do Partido Socialista disse-nos que nesse ministério ainda há um grande número de gente que trabalhou para o serviço secreto do antigo regime, mas que é difícil prová-lo e difícil de afastá-los.

*ADMNE, F-216, Portugal (1974)*

---

## 82 [SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-Octávio Pato]

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Gabinete SAF R.Dizdarevitch  
Nº: 427484/2  
10/Junho/1974

N O T A

acerca da conversação do secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros, Raif Dizdarevitch, com Octávio Pato, membro da direcção mais restrita do PC de Portugal, em 6 de Junho de 1974.

A conversação teve lugar na sede do PCP. A iniciativa foi nossa e o encontro foi organizado por intermédio do MNE. O Pato é a segunda personalidade na direcção do PCP.

Na conversação estiveram presentes os conselheiros do SFNE, D. Vutchitchevitch e I. Koiitch.

O camarada Dizdarevitch exprimiu a satisfação de se ter chegado a este encontro e apresentou os objectivos da visita a Portugal. Salientou que estimamos muito positivamente a importância das mudanças e o nosso interesse pelo desenvolvimento da situação, em particular, relativa à resolução do problema colonial. Decidimo-nos pelo restabelecimento das relações, porque considerámos que para isso tinham sido criadas as necessárias condições. Acreditamos que a nossa presença em Portugal é, ao mesmo tempo, um apoio às tendências e forças progressistas que estão empenhadas no novo curso. A par disso, sublinhou a nossa ajuda consequente e geral aos movimentos de libertação, como também que a nossa relação com o novo regime é absolutamente clara e baseada nos princípios fundamentais da nossa política externa. Aqui, em todos os contactos oficiais, começando pelo Presidente da República, salientámos claramente e explicitamente a nossa posição de apoio e ajuda à luta dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique pela independência e a esperança de que a política do novo governo é o reconhecimento da total liberdade e independência destes países. Acreditamos que as mudanças positivas serão continuadas e permitirão uma total descolonização. Em base dos contactos efectuados, tivemos a confirmação de que a nossa decisão foi correcta. Naturalmente, continuaremos o apoio geral aos movimentos de libertação até que não se concretizem os objectivos da sua luta.

Pato declarou que a situação em Portugal é ainda complexa. O fascismo foi derrubado, mas o regime democrático ainda não está consolidado. A situação é sobretudo complexa em relação à questão [- 2p. -] colonial. Por isso, o PCP pediu aos países socialistas que não fossem imediatamente para o estabelecimento de relações com o novo regime, considerando isso como um meio de pressão no governo com vista a uma resolução mais rápida da questão colonial. Todavia, em 4 de Junho, saíram com um comunicado no qual estimam que estão criadas as condições para os países socialistas acederem ao estabelecimento de relações com o novo regime. Diz que eles gostariam que a Jugoslávia e a Roménia esperassem alguns dias. Respeita as nossas explicações, mas «claramente não temos a mesma opinião». Consideram que teria sido muito melhor que tivéssemos começado as conversações acerca do restabelecimento de relações depois do seu comunicado (observação: nós chegámos a Lisboa precisamente naquele dia em que o PC anunciou a posição acerca das relações dos PS (*NT: países socialistas*) com Portugal. Nota, contudo, que isto não deve molestar as relações com a LCJ, que se desenvolvem, pela sua avaliação, muito bem já há muito tempo. O seu representante já o tinha informado sobre os contactos que teve no X Congresso da LCJ.

De novo, o camarada Dizdarevitch elaborou algumas das nossas posições e acrescentou que vemos nós próprios que a situação é complexa. A carta do PCP foi examinada seriamente por nós e a

nossa posição foi comunicada ao seu representante no X Congresso. Quando tomámos a decisão acerca do restabelecimento de relações, tivemos em vista, entre o resto, que no novo governo participava também o PCP, o que é caso único, hoje, no Ocidente. Não sabemos o que de importante mudou desde a sua carta (22 de Maio) ao comunicado da direcção do PCP (4 de Junho). Pessoalmente, considera que não seria vantajoso para o PCP se as relações dos PS com Portugal só comesçassem depois de ele ter apresentado a sua posição nesse sentido. Acentou o papel do PCP nas mudanças e a sua influência nos acontecimentos actuais em Portugal. Realçou que existem boas relações entre a LCJ e o PCP e que existem condições para um seguinte desenvolvimento positivo. Explicou que a nossa decisão foi completamente autónoma e não tem qualquer ligação que seja com a da Roménia. Em seguida, perguntou como avaliam a situação interna e o que, na sua opinião, representa o Movimento das Forças Armadas (MFA).

Pato voltou novamente à questão do restabelecimento das relações. Repete que, claramente, não temos a mesma opinião. Considera que eles conhecem melhor a situação interna do que nós e que se devia acreditar neles. Nota que não vê qualquer contradição entre a participação no governo e a sua posição acerca da questão do momento do estabelecimento de relações dos países soc. com o novo regime. Pediram somente que se esperasse. Menciona que não foi por acaso que se chegou, em 4 de Junho deste ano, à mudança da posição do PCP, porque entretanto foram sondadas as conversações com a FRELIMO, mas há ainda outros, segundo as suas [- 3 -] palavras, factores mais importantes, que ele «não está autorizado a nos relatar».

O camarada Dizdarevitch notou que estamos em permanente contacto com os movimentos de libertação. Eles e os nossos parceiros nos PN (*NT: Países Não-Alinhados*) sabiam deste nosso passo e aprovaram-no: vêem nele um apoio que lhes pode ser proveitoso<sup>37</sup>. Junto a diferenças nas opiniões sobre o que é mais vantajoso: exercer pressão não estabelecendo relações ou com a presença aqui apoiar as tendências e influências positivas. Aqui, por agora, estão presentes em maioria os representantes dos regimes reaccionários. Teremos relações com o novo governo, mas daremos também no futuro ajuda geral aos movimentos de lib., e isto dissemos a todos nos contactos que tivemos aqui.

Depois, Pato começou a dizer que a sua posição é motivada principalmente pela situação interna em Portugal, de novo com a observação que não pode «dizer-nos tudo», ou que nós «não podemos compreender todas as coisas» e etc. Diz que, no fim de Maio, houve uma tentativa de contragolpe. Começaram também a expandirem-se as greves que foram fomentadas e iniciadas por forças reaccionárias com o fim de provocar o caos no país. O PCP conseguiu neutralizar isso. Um grande número de membros da polícia política está em Espanha e espera o momento favorável. Em Portugal, encontra-se um grande número de agentes da CIA. O poder económico do grande capital ficou intocável. Por isso é importante que o PC «tenha o apoio dos partidos irmãos».

---

<sup>37</sup> Outras informações sobre a FRELIMO encontram-se nos doc. 71 e 74.

O MFA é um movimento heterogéneo e não tem uma política definida. Nele há forças de direita, centro e esquerda. Eles fazem diferença entre o MFA e a junta. As forças políticas estão na fase da organização. A influência do PCP tem um forte aumento. Todavia, os partidos ainda não foram legalizados. Igualmente, a influência do Partido Socialista está a aumentar, mas o PC é a força de esquerda mais forte. Existe um movimento unitário de esquerda – o Movimento Democrático, que eles procuram mantê-lo. Nele, estão comunistas, socialistas e católicos de esquerda. Em curso está a estruturação do movimento sindical que é unitário.

No fim, o camarada Dizdarevitch repetiu que lhe foi muito caro que se tenha chegado a um encontro em Portugal, pois, até ao presente, os contactos entre os dois partidos realizaram-se exclusivamente no estrangeiro. Acerca da cooperação interpartidária, houve conversações com o seu representante que presenciou o trabalho do nosso congresso. Acrescentou que depois do acordo formal acerca do restabelecimento das relações diplomáticas, o que esperamos [ - 4 - ] que isto se concretizará em 9 de Junho, ficará aqui, como encarregado de negócios, o camarada I. Koíitch e exprimiu a confiança que estes contactos continuem com ele.

Pato aceitou isto e, pelo seu lado, mostrou disposição para esses contactos. Disse também que esta conversação foi vantajosa.

*AJ,507, IX,103/IV-2*

---

**83 [SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-Mário Soares]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Gabinete SAF R.Dizdarevitch  
Nº. 427484/9  
11/VI/1974

NOTA

acerca da conversação com o secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros, Raif Dizdarevitch, com o ministro dos Assuntos Externos de Portugal, Mário Soares, em 7 de Junho de 1974.

O ministro M.Soares recebeu o SAF R. Dizdarevitch no fim da sua estadia em Lisboa. A conversação teve lugar no MNE pelas 23,00 horas. Nesse dia, o ministro Soares regressou de Lusaca, onde conduziu as negociações com a FRELIMO.

Primeiramente, estava previsto que Soares viajasse de Lusaca para Londres para as negociações com o PAIGC em 8 de Junho, mas houve um adiamento das negociações para 13 de Junho. Então, Soares pediu por telefone de Londres que as formalidades em redor do restabelecimento das relações diplomáticas entre os nossos dois países fossem adiadas enquanto ele não voltasse a Lisboa, porque desejava receber absolutamente o camarada R. Dizdarevitch e de assinar pessoalmente o respectivo documento.

Presentes: pela parte portuguesa, o secretário-de-estado do MNE J. Campinos; pela nossa, os conselheiros do SFNE I. Koíitch e D. Vutchitchevitch.

O ministro Soares pediu desculpa ao camarada R. Dizdarevitch por o receber tão tarde. Logo que chegou da viagem, esteve com o presidente Spínola, e depois teve a sessão do governo, da qual chegava precisamente. Realçou que o queria receber absolutamente, sem tomar em conta o cansaço depois da longa viagem e os assuntos que teve durante o dia. Disse que informou o governo acerca do acordo alcançado acerca do restabelecimento das relações diplomáticas com a Jugoslávia e recebeu a autorização de efectuar todas as necessárias formalidades nesse sentido. Juntamente, sublinha que o restabelecimento das relações com a Jugoslávia se enquadra nos seus esforços de abertura com os países socialistas e não-alinhados.

O camarada R. Dizdarevitch agradeceu a M. Soares que o tenha recebido, apesar das excepcionais grandes obrigações e evidente cansaço. Mencionou que foi informado, desde o começo da estadia em Lisboa, da sua ausência e que compreendeu totalmente as razões e, por isso, consideramos ainda mais a sua atenção. Notou que teve conversações muito úteis e exaustivas e que regressa à Jugoslávia com ricas impressões e bastante satisfeito com a recepção. Sublinhou, igualmente, que a direcção político-estatal partiu, antes da aprovação da decisão do restabelecimento das relações, de duas hipóteses fundamentais: primeiro, que em Portugal ocorreram mudanças excepcionalmente importantes e que as forças progressistas abriram o caminho a um processo positivo; segundo, a política do novo governo — política de liberdades e independências dos povos sob a administração colonial. Considerámos que não podíamos ficar à margem dum processo tão importante. Sempre ajudámos as forças progressistas e os movimentos de libertação, porque isso é nossa obrigação. Por alguns lados, considerou-se que não se devia apressar o estabelecimento de relações com o novo regime. Mas, nós consideramos que em tão grandes acontecimentos não se pode entrar em táticas.

Em seguida, o camarada Dizdarevitch transmitiu a M. Soares os cumprimentos do camarada M. Minitch e entregou-lhe o seu convite para visitar a Jugoslávia. A visita ser-nos-ia muito cara e desejamos que ela se realize quanto antes. Isto seria o início dos contactos a nível governamental. Consideramos que seria bom que chegasse também por outras razões, e não só bilaterais. Disse que nas conversações com os representantes do MNE, já falou da necessidade do estabelecimento de contactos com os PN, particularmente os africanos. Perguntou-lhe, depois, como decorreram as conversações com a FRELIMO.

O ministro Soares declarou que, em Lusaca, juntamente à conversação com a FRELIMO, conversou também com K. Kaunda. Deveria ter ido directamente de Lusaca para Londres, mas as negociações com o PAIGC foram adiadas de 8 para 13 de Junho. As negociações com a FRELIMO começaram, em Lusaca, com a presença de K. Kaunda. Foi a primeira vez que um ministro português e, em geral, um português oficialmente, esteve na Zâmbia desde que ela obteve a independência. K. Kaunda chamou Spínola a visitar a Zâmbia.

M. Soares sublinhou que as conversações com a FRELIMO decorreram numa atmosfera agradável, mas estão ainda no começo. [- 3 -] A delegação portuguesa desejou um acordo separado

acerca do cessar-fogo, enquanto a FRELIMO queria que isso fosse incluído no acordo global. As negociações continuarão em Julho. Considera que começou, de facto, o processo de descolonização. Se conseguir um acordo com o PAIGC, isso teria um grande significado. O processo de descolonização é complexo e ligado a grandes dificuldades. Existem resistências e actos de sabotagem por parte das forças de direita. A habituação ao regime democrático é um processo difícil. Diversas tendências, incluindo a extrema-esquerda, exercem pressões no governo. Por isso, o caminho até à solução do acordo é lento e exige grandes esforços. Daí, as reuniões do governo serem longas e cansativas. Mas, considera que, em quarenta dias, foi efectuada uma enorme transformação, de tal modo considera que o processo de descolonização e transformações internas avança fortemente. Ele tornou-se irreversível.

Na pergunta do camarada Dizdarevitch se o criticam porque abraçou o presidente da FRELIMO, S. Machel, no fim do encontro (toda a imprensa publicou vistosas fotografias nas primeiras páginas), M. Soares respondeu que, naturalmente, algumas tendências no governo receberam isso com relutância. Igualmente, acrescentou que é optimista em relação ao futuro desenvolvimento.

Na pergunta quando virá a Belgrado, M. Soares respondeu que desejava ir o mais cedo possível e acrescentou que esteve, na Jugoslávia, duas vezes. Acredita que poderá em fins de Junho, ou início de Julho. Depois, perguntou com quem continuará os contactos no futuro. O camarada R. Dizdarevitch informou-o que I. Koíitch ficava em Lisboa e que ele, logo que termine as formalidades em redor do restabelecimento da missão diplomática, assumirá as funções de encarregado de negócios da nossa embaixada. Soares recebeu isso com satisfação.

No fim da conversação, foi anunciada a troca de cartas entre o SAF dos Negócios Estrangeiros Raif Dizdarevitch e o Ministro M. Soares acerca do restabelecimento de missões diplomáticas e foi aprovado um comunicado conjunto. Por proposta de M. Soares, foi aceite que o comunicado se publique em 11 de Junho, isto é, após a festa de três dias em Portugal para lhe darem a desejada publicidade. Depois, o SAF dos Negócios Estrangeiros entregou ao ministro M. Soares a nota do SFNE acerca da nomeação do conselheiro Ivan Koíitch para encarregado de negócios, que assim entrou imediatamente em funções.

[ - 4 p. - ]

Anexos:

- Comunicado conjunto acerca do restabelecimento de missões diplomáticas entre a RSFJ e a República de Portugal;
- Cartas acerca do restabelecimento de missões diplomáticas entre a RSFJ e a República de Portugal.

*AJ, 507, IX,103/IV-2*

**84 [SFNE, Relatório da estada e conversações de Raif Dizdarevitch em Lisboa]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Gabinete do SAF R. Dizdarevitch  
Nº: 427484/8  
11/VI/1974

CARIMBO  
PRESIDÊNCIA  
Liga dos Comunistas da Jugoslávia  
Recebido 8-VI-74

## RELATÓRIO

acerca da estada e conversações do secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros Raif Dizdarevitch em Lisboa.

Em base da decisão da direcção política e estatal, o SAF dos Negócios Estrangeiros Raif Dizdarevitch esteve, em Lisboa, de 4 a 8 de Junho de 1974.

A visita teve como objectivo de com os representantes do novo governo português efectuar uma ampla troca de ideias acerca do desenvolvimento da situação em Portugal e a sua posição em relação à concessão de liberdade e independência às colónias, como também para fazer um acordo acerca do restabelecimento do trabalho da missão diplomática.

Com o camarada R. Dizdarevitch, viajaram os conselheiros do SFNE I. Kóitch e D. Vutchitchevitch.

I -

A visita do SAF dos Negócios Estrangeiros R. Dizdarevitch foi recebida, em Lisboa, com grande interesse; foi dado um elevado tratamento e importância, tanto no aspecto do nível e amplitude dos contactos, como no aspecto da publicidade nos meios de comunicação social. O camarada R. Dizdarevitch teve conversações, logo no primeiro dia, com o Presidente da República, general A. Spínola, e o presidente do governo A. Carlos. Teve exaustivas conversações no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos quais, participaram: secretário do MNE, T. Andersen, e o e.f. (*NT:em funções*) director da Direcção Política do MNE, A. Pereira. Conversou [ - 2p. - ] com os ministros A. Santos (ministro para a Coordenação Interterritorial), F. Moura (sem pasta — eminente economista, católico de esquerda) e representantes dos partidos que participam no Governo (PS, PCP e Partido Popular Democrático). No fim da estadia, teve uma conversação com o ministro M. Soares, imediatamente após o seu regresso de Lusaca, onde teve negociações com a FRELIMO.

Através de todos estes encontros, foram efectuadas conversações com todas as tendências representadas no novo regime, excepto com o Movimento das Forças Armadas (MFA), com o qual nos foi dito que o encontro era irrealizável. A todos estes contactos, foi dada uma grande publicidade na imprensa portuguesa, e o camarada R. Dizdarevitch deu algumas entrevistas a certos jornais e rádio.

Com o ministro Soares foi firmado formalmente um acordo acerca do restabelecimento do trabalho da missão diplomática ao nível de embaixada (que foram suspensas em 1948) e, em princípio, ficou acordada a sua visita à Jugoslávia para fins de Junho, ou começo de Julho deste ano. Soares pediu pessoalmente que a assinatura do acordo esperasse pelo seu regresso de Lusaca. Pela nossa parte, ao mesmo tempo, foi entregue a M. Soares a nota do SFNE acerca da colocação do conselheiro I. Kóitch para encarregado de negócios da nossa Embaixada em Lisboa, que imediatamente assumiu as funções.

Todos os encontros e conversações confirmaram explicitamente que o interesse pelas relações com Jugoslávia é grande, sendo as razões múltiplas: primeiro, o novo regime vê nelas a possibilidade de uma rápida afirmação internacional, a abertura em direcção dos países socialistas não-alinhados e, em particular, da África; segundo, muitos vêm nisso o apoio às mudanças internas e as aspirações e,

particularmente, à política de descolonização, como também a possibilidade de influenciar numa maior compreensão, tanto entre nós, como os outros, da complexidade do actual desenvolvimento e num maior realismo em relação ao problema da descolonização; terceiro, certas forças vêm nas relações com a Jugoslávia, hoje e no futuro, um apoio para as suas aspirações progressistas e um incitamento à sua própria afirmação. [- 3p. -]

O restabelecimento das relações foi recebida com grande satisfação e a maioria dos interlocutores falou positivamente e com simpatia, em particular, acerca do Presidente Tito. Pela nossa parte, foi salientado que partimos, antes da aprovação da decisão do restabelecimento de relações, da grande importância das mudanças em Portugal e da certeza que a política do novo regime é da concessão de total liberdade e independência de Moçambique, Angola e República Guiné-Bissau, como também que, no fundo, ajudamos e que ajudaremos os movimentos de libertação. Foram aceites, na totalidade, tais hipóteses, das quais partimos ao entrar nestas relações, sendo isso importante pois a nossa posição foi sublinhada por todo o lado e categoricamente, incluindo com o presidente Spínola. As únicas reservas foram feitas pelo representante do PCP, que censurou que não tivesse sido aceite o seu pedido que se aguardasse com as relações, enquanto a direcção do PCP não se pronunciasse oficialmente acerca disso.

## II -

As conversações mostraram que a preocupação fundamental do novo regime e de todas as suas partes constituintes é — a descolonização. Claramente, esta é a questão com a qual estão preocupadas todas as forças e à sua volta se trava a luta interna mais intensa e confrontam-se diferentes interesses.

Todos consideram que o problema das colónias se deve resolver com meios políticos. A posição proclamada pelo Governo e oficialmente é o reconhecimento ao direito à autodeterminação, assim como a maioria realça a disposição de aceitar todas as consequências de que disso resultarem, isto é, incluindo a independência.

As diferenças manifestam-se em redor do que se entende por todos os direitos do princípio da autodeterminação, na forma como o aplicar na prática como também no tempo da sua aplicação.

Existem uma tendência que recomenda um processo mais lento, com a aspiração de Portugal conservar, através de uma autodeterminação doseada e controlada, o maior número de posições coloniais e com a intenção de não se aceitar os movimentos de libertação como os únicos representantes dos interesses dos povos das colónias. A ideia da federação que foi antes lançada, é claramente irrealista e ultrapassada, [- 4p. -] mas procuram-se outras vias para se atingir mais ou menos os mesmos objectivos.

Outros olham para o princípio da autodeterminação como um verdadeiro processo para a concretização da independência das colónias, o qual, todavia, é preciso canalizar e conduzir gradualmente para que não se provoquem graves desordens e conflitos nesses países, como também se evitem rupturas no novo regime.

As forças mais progressistas do actual regime estão decididas na concessão da total liberdade às colónias, mas as suas possibilidades limitadas na existente relação de forças pelas resistências, como também pelo facto de se ter de fazer compromissos por cada coisa. Essas forças esforçam-se para criar, gradualmente, uma situação que tornará inevitável o processo da independência de todas as colónias, que o novo regime não se pode consolidar nem assegurar a estabilidade do curso progressista enquanto não se realizar a total descolonização. Por exemplo, os socialistas chegaram até ao ponto de agradecer à Jugoslávia a ajuda aos movimentos de libertação, estimando isso como uma contribuição às mudanças em Portugal.

Em conjunto, pode-se comprovar que gradualmente amadurece a opinião da inevitabilidade da descolonização e os membros do governo e outros já falam, até nas conversações em que insistiram na autodeterminação, acerca das relações económicas e outras com os futuros governos independentes. Portanto, cada vez mais se considera que a liberdade desses estados está para um futuro próximo e já olham como assegurar a cooperação. Numa tal situação, a concepção do MFA acerca da autodeterminação torna-se estreita e começa a incomodar até certos círculos militares que são partidários de soluções mais radicais.

Até ao presente, a actividade do novo regime mostra um comportamento diferenciado de uma para outra colónia, o que se verifica através das conversações. Interessante que os tratam diferentemente a todos, embora por diferentes interesses.

As negociações com a Guiné-Bissau, segundo a avaliação de muitos, progredem bem e todos consideram, mais ou menos, que aqui não pode haver outra solução, excepto a independência. Parece que já foi conseguida uma decisão a esse respeito, mas ela mantém-se em segredo para que [- 5 -] se aproveitem todas as possibilidades na continuação das negociações, como também não se prejudiquem as soluções com os restantes. Além disso, predomina a opinião que na Guiné-Bissau — tendo em conta o facto de que um Estado, reconhecido internacionalmente e que é membro da ONU —, a autodeterminação já foi efectuada e que na continuação das negociações é preciso regularizar a modalidade da concessão da independência. Isto não se relaciona com a ilha de Cabo Verde que nas negociações se trata separadamente, o que os guineenses também aceitaram, porque partem de que outra posição diferente, tendo em conta as circunstâncias (inexistência de luta de libertação na ilha, grande importância estratégica para o Ocidente) podia travar a resolução da questão da Guiné-Bissau.

A questão de Moçambique é mais complexa e esta é a segunda etapa da descolonização. Mostrou-se que consideram o movimento de libertação o mais representativo e vão para negociações com eles, na ânsia de assegurar a protecção dos seus interesses e a futura presença em Moçambique para o qual se considera que será independente. M. Soares considera que as negociações em Lusaca foram o começo da descolonização de Moçambique. Não esconde o perigo das ingerências de fora (Rodésia e RAS), o que novo regime procura impedir, porque isso ainda mais enfraqueceria a posição de Portugal e teria repercussões negativas no plano interno.

A questão mais controversa e incerta é a de Angola, por causa da desunião dos movimentos de libertação, do grande número de colonos brancos e o excepcional interesse dos factores estrangeiros (africanos e outros), por causa das riquezas mineiras e importância estratégica (um interesse particular por Angola mostram os EUA, Brasil, Congo, companhias multinacionais). Os apoiantes da total descolonização avisam, por isso, que é preciso ir gradualmente, porque a insistência numa rápida concessão pode conduzir a graves conflitos em Angola, até a intervenções de fora. Outros, que também propugnam a gradualidade, querem assegurar os seus interesses, estando nisso directamente interessadas as companhias estrangeiras e multinacionais.

Estimámos que a questão da descolonização é uma das questões fundamentais acerca da qual ainda se trava uma luta, com gradual evolução, sendo necessário, por razões de princípio [- 6p. -] da nossa política, a relação com os parceiros não-alinhados e movimentos de libertação, por causa da opinião pública no mundo e em Portugal — as nossas posições ainda mais claras, tanto nas conversas, como publicamente, expor de novo. Isso fizemos em todos os contactos, em muitas declarações e, particularmente, nas conversações oficiais com o presidente Spínola, primeiro-ministro e representantes do MNE.

### III -

As mudanças em Portugal são importantes e profundas, o desenvolvimento muito dinâmico, porque foi libertada uma enorme energia de um povo, que foi reprimida durante decénios. Todavia, nada de definitivo foi definido, excepto que o regresso ao anterior sistema é impossível (apesar até de se chegar ao fortalecimento da orientação de direita) e que se tem de resolver o problema das colónias. A situação é ainda tal que mantém a coligação do novo regime, porque cada um dos participantes da coligação precisa dos outros. Nenhum deles sozinho não tem a força suficiente para assumir a responsabilidade e Poder. Em curso está o processo da organização das forças que conduzem as mudanças, como aqueles que desejam retardar essas mudanças e salvaguardar o passado. O novo regime depara-se com grandes problemas: dificuldades económicas e sociais, velha administração, velha legislação e o isolamento de alguns movimentos no mundo deixaram marcas.

Nos actuais movimentos estão presentes as ideias para onde e como Portugal tem de ir no futuro a orientação económica, social e internacional, nas quais se desenrola o processo de unificação e polarização na esquerda e fora dela. Em curso está a cristalização das diversas concepções e pontos de vista, desde as posições do PCP, através dos socialistas (que são por uma orientação socialista e o não-alinhamento), até os católicos de orientação progressista que consideram que Portugal precisa basear o seu futuro desenvolvimento em direcção de uma orientação socialista.

O Movimento das Forças Armadas (MFA) é heterogéneo, não tem uma orientação ideológica e política unitária, mas a sua posição é dominante no regime. Nas suas fileiras, além da influência das forças do centro e direita, existe também uma corrente muito progressista, e a esquerda procura manter

a sua ligação com as massas e, através disso, a sua influência no MFA, o que é importante para a sua orientação. [- 7p. -]

A direita está nos bastidores e, formalmente, está desorganizada. A sua influência se sente através das acções no plano económico e social ( incitamento às greves, os obstáculos do grande capital, em grande parte, enfraquecem a economia, aumento da influência, etc). Por agora, estas pressões permanecem num quadro limitado e as forças de esquerda conseguem neutralizá-las, mas a situação é claramente muito complicada, porque as manivelas básicas do poder económico ainda continuam intactas.

O liberal Partido Popular Democrático está em ascensão. Representa mais ou menos a aceitável corrente burguesa com um largo leque de ideias políticas e opções ideológicas do centro direita. Tem um forte líder (Sá Carneiro, ministro sem pasta), que tem o apoio do grande capital e, realmente, é de prever que terá cada vez mais um maior papel e, segundo as estimativas dos socialistas, existe a possibilidade de o factor militar, que não tem a sua estrutura política, se apoie neste partido.

O Presidente Spínola é, por tudo assim parece, mais uma imagem da aspiração de salvaguardar algo do passado e de não se permitir uma viragem muito grande à esquerda nas orientações internas e internacionais. Ele tem poder e influência, ainda desfruta da maior popularidade. Todavia, o seu poder está limitado, ele precisa ter em conta os critérios de todas as partes da coligação, como também as opiniões realistas no interior do MFA e, isto, são factores que, por agora, limitam o seu poder. Sente-se que evoluiu nas posições em redor da descolonização, mas só tanto quanto a pressão interna e externa tornou inevitável. Ele não é uma personalidade que traga mudanças. Contudo, tem de tomar em conta as realidades. Irá para a frente quanto for obrigado, mas travará as mudanças positivas quanto puder.

A esquerda está num processo de organização, mas através da participação no governo exerce uma importante influência no sentido progressista no movimento interno, como também na resolução do problema colonial. Sente-se nos PS e PC que estão conscientes das responsabilidades que têm. Tomam em conta a verdadeira relação de forças e, racionalmente, colocam as acções e os objectivos. A situação é provisória e está numa evolução dinâmica, mas é indiscutível que a desenvolvimento actual pode ter duradouras [- 8p. -] consequências positivas (as massas politizam-se rapidamente, está em curso uma ampla organização da classe operária, a influência das forças aumenta).

O PC é o melhor organizado, tem uma importante influência e desenvolve uma grande actividade. É evidente que necessitará de fazer esforços para se adaptar à nova situação e se libertar de algumas concepções esquemáticas que, diferentemente do período da clandestinidade, podem ser um sério obstáculo à sua política.

O PS foi o mais longe nas concepções, pelo que com a sua elasticidade e progressividade ocupa o lugar mais eminente. Muito importante é o papel de M. Soares (uma das personalidades mais

populares), e também a posição tal lhe permite, pelo que a influência do PS é grande, até muito maior do que a sua verdadeira força. O problema está que não tem uma base organizada, só agora estão no começo da sua criação. Sinceramente, têm uma relação amigável com a Jugoslávia e foram o mais longe na concepção da necessidade de relações com os não-alinhados e outros países socialistas.

#### IV -

A resolução do problema colonial é a prioridade fundamental do novo regime e a ele está, até agora, subordinada a actividade da política externa. A este respeito, sente-se uma forte pressão da opinião pública mundial, o que é bom e seria vantajoso caso no momento actual se mantiver com a necessária compreensão pela situação e tendo em conta que isso não pode ser contraproducente. Cada vez mais se compreende que uma ampla afirmação internacional do novo regime está dependente do processo de descolonização.

Está presente a aspiração do novo regime de assegurar o apoio do Ocidente na política da resolução do problema colonial, enquanto a respeito das mudanças e problemas internos, de assegurar ajuda económica, principalmente, da Europa Ocidental. Na realidade, o novo regime tem as melhores relações com a Europa Ocidental, principalmente, com a Inglaterra e a RFA, no que joga um importante papel a ligação do Partido Socialista com a social-democracia ocidental e a Internacional Socialista.

#### [ - 9p. - ]

As relações com a França são visivelmente boas, mas surgem também determinadas dificuldades. A França procura de se impor como intermediário nos países francófonos e na maior parte da África.

As relações com a Espanha têm um carácter específico, mas são correctas. Parece que não têm clara avaliação acerca da influência da Espanha, como também dos EUA através dela.

O Governo coloca-se, principalmente, as forças de esquerda nele, muito elasticamente em relação à filiação na OTAN. Até agora, a filiação não foi posta em questão, porque estão conscientes que uma posição contrária podia servir como pretexto para a radicalização do processo interno e ingerência de factores externos. Contudo, a actuação dos americanos, embora invisível, constantemente está presente, seja directamente, seja através de outros (Brasil) e tem-se a impressão de que as forças progressistas não têm uma clara avaliação da posição dos EUA.

Os países socialistas estão ainda ausentes, embora o interesse de relações com eles seja grande. A URSS procura de fortalecer a sua presença (foi formada uma associação de amizade que já começou com uma campanha), apoiando-se particularmente no PC.

Apesar do grande empenho no problema colonial, sente-se o afastamento dos países não-alinhados, particularmente, os africanos. Aliás, encontra-se o interesse pela política do não-alinhamento (esta é a orientação do Partido Socialista e, até, nos deparámos com a pergunta se a Jugoslávia apoiaria o pedido de Portugal para entrar nos não-alinhados). Pela nossa parte, foi sublinhada a necessidade de

directos contactos com os PN, principalmente com os africanos, como também com a OUA, acentuando que isso facilitaria o processo de descolonização. Tem-se a impressão que M. Soares e a sua gente no MNE têm bom ouvido para tais acontecimentos.[- 10p. -].

V -

Todos os contactos e conversações confirmaram que foi correcta a decisão de se ir para contactos oficiais com o novo regime e o restabelecimento das relações diplomáticas. Isto foi recebido com satisfação por todos os interlocutores e, o que é particularmente importante, aqueles mais progressistas vêem nisto um apoio e ajuda dos nossos esforços.

Confirmou-se a suposição que a nossa presença em Portugal dá possibilidades para permanentes e muito amplos contactos, através dos quais se pode influenciar, como exercer uma certa pressão no sentido de soluções mais progressistas nas questões onde isso é mais necessário, em particular, quando se trata da descolonização.

Por isso, o restabelecimento do trabalho da nossa embaixada representa um grande apoio às forças progressistas em Portugal, como também aos movimentos de libertação. É muito importante, nesse aspecto, que nos primeiros contactos, reiteradamente e sem ambiguidades, oficialmente e em público, fixemos a nossa posição e realcemos que a nossa decisão se baseava na convicção de que as mudanças positivas em Portugal abrem o caminho para uma rápida concessão de total liberdade e independência às colónias, e porque acentuámos a nossa posição de apoio e ajuda diversificada à luta de libertação dos seus povos.

Na nossa futura actividade, dever-se-á procurar aproveitar todas as possibilidades de cooperação e influência. A próxima visita do ministro M. Soares à Jugoslávia tem a esse respeito uma particular importância. Consideramos, igualmente, que seria necessário completar rapidamente a embaixada em Lisboa e nomearmos depressa o embaixador. Seria conveniente sugerir à imprensa para enviar algum jornalista que escrevesse mais analiticamente acerca da evolução em Portugal e sua política externa, pois após um grande interesse da imprensa no início, agora, em Lisboa, não há nem um único jornalista. Seria vantajoso que informássemos os movimentos de libertação e os principais parceiros entre os PN (*NT: países não-alinhados*) das conversações em Lisboa e impressões.

*AJ, 507,IX, 103/IV-2*

---

### **85 [Estocolmo, A Recepção da Festa Nacional na Embaixada de Portugal ]**

Embaixada da RSFJ – Estocolmo 4 2 9 0 1 0

Número 292

11/ 6 /1974

SFNE

Como foi sugerido pelo vosso tel. N.º 426160, como o embaixador aqui de Portugal — Barbosa de Medina anunciou que dava a recepção por ocasião da festa nacional «dedicada ao patriótico movimento que instaurou de novo a democracia em Portugal» — aceitei o convite para a recepção. Na recepção estavam mais de 200 convidados, pela primeira vez num número tão significativo. Durante a recepção, um grupo de jovens portugueses, que estavam na recepção — fizeram uma manifestação, na própria sala da recepção (Museu Histórico), gritando palavras de ordem, cantando canções que foram executadas pelos jovens oficiais que efectuaram o put. [*N.T.: putsch*]. Apresentaram-se em nome do

movimento unitário das forças democráticas, acusaram o embaixador e outros dois funcionários da embaixada de terem servido o velho regime fascista e que, agora, eles não tinham lugar para representar o novo governo de Portugal. Isto repetiu-se duas vezes durante a recepção que terminou pacificamente. – DJunov.

Entregue: 3.<sup>a</sup> Direcção, Dizdarevitch, Sekulovitch, Seferovitch.  
ADMNE, F-217 (Portugal-197)

---

## 86 [ SFNE, A situação em Portugal e proposta para actividades ]

S F N E

SECRETARIADO FEDERAL

DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

I e II sectores

Número.....

12 Junho 1974

10. VII. 74

*Plano para análise e  
rubrica de Tito conclusões SFNE acerca de  
acções seguintes*

*(Ainda não foi aprovado no*

*Colegium SFNE) 9-7-74<sup>38</sup> rubrica*

### DESENVOLVIMENTO DA SITUAÇÃO EM PORTUGAL E PROPOSTA PARA AS NOSSAS ACTIVIDADES

1. As conversações em Lisboa e as consultas com a Argélia, Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia mostraram que a nossa decisão, acerca do estabelecimento de contactos com o governo português e restabelecer as missões diplomáticas, foi correcta. Desde o início, o Congo, Tanzânia Zaire e Zâmbia entraram em contacto com o novo governo e procuram influenciar os movimentos de libertação para irem para negociações, querendo por tal comportamento, também reforcem, ao mesmo tempo, as suas posições.

Os citados países africanos concordaram com as nossas avaliações da mudança em Portugal e do efeito na descolonização, e as nossas acções estimaram como um apoio aos movimentos de libertação e às forças progressistas em Portugal. Todavia, a Argélia considera que a OUA deve primeiro de se exprimir, depois que Portugal precisa reconhecer a independência da Guiné-Bissau e de que, só então, seria justificado o estabelecimento de relações diplomáticas.

2. Em Portugal, existe um grande interesse pelas relações com a Jugoslávia em todas as forças do novo curso, mas os motivos são diferentes. O governo, no conjunto, vê nisso a possibilidade de uma rápida afirmação internacional, enquanto as forças progressistas colocam ênfase no apoio a mudanças internas e à política de descolonização.

3. Até agora, o desenvolvimento da situação mostrou que a preocupação principal do novo regime — descolonização, em redor da qual, neste momento, se trava a luta interna mais intensa e confrontam-se diferentes interesses.

Apesar de considerarem a descolonização de diversas maneiras, todas as forças do novo regime estão de acordo de que não se pode voltar para trás e que sem a solução do problema colonial não se pode consolidar o novo curso, nem fortalecer a posição internacional. Por isso, [ 2.<sup>o</sup>p. ] desenha-se um tratamento diferenciado de certas colónias. A questão da Guiné-Bissau é a mais clara no sentido de uma

---

<sup>38</sup> Anotações manuscritas no documento com rubrica ilegível.

imediate independência; Moçambique seria a seguinte etapa, enquanto a questão de Angola é a mais complexa e incerta por causa da desunião dos movimentos de libertação, pelo número da população portuguesa e integrada, interesses estrangeiros, etc. Por isso, Angola é a mais exposta ao perigo de uma solução neocolonialista e a manobras com o objectivo de retardar a descolonização.

Nos países africanos, estima-se que teria extraordinária importância que se resolvesse a questão da Guiné-Bissau quanto antes, porque isso serviria como precedente e reviveria a confiança em relação ao novo regime, e disso estão conscientes também as forças progressistas em Portugal.

4. Entre os movimentos de libertação há uma maior reserva na avaliação do alcance da mudança e das perspectivas de descolonização e, portanto, também a respeito do ritmo de abertura quanto a Portugal (a FRELIMO tornou público que se deve deter o estabelecimento de relações; a FNLA receia que o estabelecimento de relações poderia fortalecer a posição de Portugal e abrandar a descolonização; o MPLA está também reservado). Todavia, o PAIGC considera que o estabelecimento de relações é uma forma importante de ajuda aos movimentos de libertação.

Contudo, os movimentos de libertação avaliam, internamente, positivamente as mudanças em Portugal, mas abstêm-se de declarações públicas por razões táticas.

## II

Na actual situação, consideramos que a nossa actividade deveria se dirigir nas seguintes direcções:

1.) Tendo em conta que a presença em Portugal oferece amplas oportunidades para contactos e exercer influência em certas forças do novo regime, é indispensável completar rapidamente a nossa embaixada em Lisboa e quanto antes nomear o embaixador. Actualmente, entre os portugueses já existe interesse para contactos com determinados departamentos governamentais, mas pela nossa parte é preciso elaborar programas apropriados. Neste sentido, é muito importante a próxima visita do ministro M. Suarez<sup>39</sup> (prevista para fins de Junho, ou início de Julho), como o primeiro passo a nível governamental. [ 3.ª p.]

2.) Intensificar a cooperação com as organizações sociopolíticas e os sindicatos.

3.) Assegurar a presença estável de um correspondente da Tanjug que seria politicamente qualificado para informar objectivamente a nossa opinião pública acerca do desenvolvimento da situação em Portugal e a sua política externa.

4.) Fortalecer a cooperação com os movimentos de libertação e analisar a possibilidade do aumento da ajuda material. Assim, é necessário, além do MPLA, renovar também os contactos com a FNLA (a qual é reconhecida pela OUA e cuja posição irá crescer). Considerando que a FRELIMO não enviou delegação ao Décimo Congresso da LCJ e que se chegou a uma certa estagnação nas relações conosco, seria necessário prever um encontro com a ASPTJ ao mais alto nível político com o objectivo

---

<sup>39</sup> A transliteração em sérvio-croata era *suarez*, mas este frequente erro vinha do espanhol.

de uma ampla troca de opiniões. Igualmente, seria útil que na nossa imprensa se dê mais publicidade às posições e actividades dos movimentos de libertação.

5.) Intensificação dos contactos com os países africanos com vista a uma posterior troca de opiniões e acções.

6.) Intensificar os contactos com os PNA [*N.T.: Países Não-Alinhados*] e analisar a possibilidade das suas amplas acções.

7.) Intensificar os contactos com o maior número de países, incluindo também as grandes potências, para se assegurar a nossa presença no futuro desenvolvimento.

8.) Activar as nossas representações diplomáticas para a condução de acções na linha do programa apresentado.

Entregue:

- Secretário Adjunto Federal
- Gabinete do Subsecretário
- Ajudantes do SF [*N.T.: Secretário Federal*]
- chefes do III e VII direcções

Hoje, 7 de Junho, visitou-me Cravinho, o enviado especial do MNE-Portugal, que se encontra em missão de visitar as delegações na ONU e da informação acerca da actual situação em Portugal, dos passos seguintes na democratização com uma referência especial ao novo desenvolvimento dos acontecimentos em redor da descolonização. Em particular, salientou que os problemas são grandes e numerosos e que não será fácil resolvê-los. Aquilo que eles querem é, sobretudo, a compreensão da comunidade internacional para os seus problemas, como também a sua ajuda para que tais problemas se resolvam. Muito cauteloso na formulação da questão da autodeterminação e, em particular, em relação à concessão ev. [*N.T.: ev. eventual*] independência às colónias. As conversações em Londres (que continuam amanhã), estimou como positivas e, em particular, salientou o desejo deles pelas negociações e com os restantes movimentos de libertação.

Resumidamente, eu expus-lhe as nossas opiniões sobre o que se passava em Portugal e informei-o acerca dos contactos que o nosso governo empreendeu com o novo governo em Lisboa, com uma breve referência à atenção da ONU quanto às colónias portuguesas.

Entregue: 4.<sup>a</sup> Direcção, Gab. Minitich, Iavorski, Komatina, Dizdarevitch, GSS-SS, Grupo dos Não-Alinhados, 7.<sup>a</sup> Direcção.

*ADMNE – F-216 (Portugal- 1974)*

---

**87 [ Brasília, A Festa Nacional, o general Galvão de Melo, Marcelo Caetano e Américo Tomás]**

Embaixada RSFJ - Brasília 429309

Número – 229

12/ 6 /1974

S F N E –

Jivkovitch do Rio:

«Aceitei o convite dos portugueses por ocasião da festa nacional. Os convidados foram recebidos pelo membro da Junta Nacional de Salvação, General Carlos Galvão de Melo (que visita o Rio a convite da associação portuguesa daqui) e do novo cônsul-geral *a.i.* António Bandeira. Depois das apresentações e felicitações, o gen. Melo agradeceu-me muito cordialmente por ter aceitado o convite, dizendo que para eles era uma grande honra que o representante da Jugoslávia tivesse vindo à sua recepção.

Mais tarde, durante a recepção, o Bandeira veio ter comigo e convidou a juntar-me com o gen. Melo, dizendo antes que estava muito contente porque, com a mudança em Portugal, as relações serão novamente estabelecidas e que os nossos dois países vão andar juntos. Quando se nos juntou, Melo salientou que estima bastante a Jugoslávia, repetindo que a presença do representante jugoslavo para eles era uma grande honra. De óptimo humor, gracejou em relação à minha altura, dizendo que «vós, os jugoslavos são, geralmente, altos em tudo» e que, já antes, no Brasil, numa conferência de petróleo conheceu um delegado jugoslavo, também muito alto pelo que começou a sentir complexos de inferioridade.

Nota – A visita não oficial de Melo ao Rio realizou-se a convite da associação portuguesa daqui com o fim de esclarecer melhor os objectivos do Movimento do 25 de Abril à colónia portuguesa. A imprensa deu grande publicidade e assim amortiza de alguma maneira os efeitos do que se escreveu acerca de Caetano e Tomás que, no Rio, fixaram residência permanente. [ 2.º p.] Caetano foi nomeado director, no recém-formado Instituto de Direito Comparado na Universidade «Gama Filho», mas sem direito a dar aulas.

Na recepção, em Brasília, estiveram presentes mil convidados. Os países europeus-orientais, excepto os romenos, não aceitaram o convite. A última da hora mudaram a decisão e vieram à recepção. A Índia aceitou o convite e, mais tarde, juntaram-se os países africanos e árabes que boicotavam a recepção. Dos países da região da América Latina, na recepção não esteve presente o embaixador da Guiana, porque não recebeu a autorização de Georgetown. Como não há embaixador de Portugal, o anfitrião foi o ministro conselheiro, encarregado de negócios. – Ostoiitch.

Entregue: Décima direcção, Gabinete de Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Komatina, Dizdarevitch, Badurina, Terceira Direcção.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

### **88 [Londres, Uma conversa com um diplomata português]**

Embaixada RSFJ – Londres 431102

N.º 133

13 / 6 / 1974

S F N E –

Numa conversa com o correspondente da Tanjug, Carlos da Mota, segundo secretário da embaixada de Portugal, afirmou que a estadia da delegação jugoslava, chefiada pelo secretário-adjunto federal, Raif Dizdarevitch, em Lisboa, foi muito útil. Portugal espera que a Jugoslávia abra rapidamente a missão diplomática em Lisboa. Disse que, neste momento, para Portugal é muito importante estabelecer novamente as relações com a URSS para o equilíbrio em relação a África independente, na qual, é indiscutível a importante influência das grandes potências e, por isso mesmo, também a URSS.

No que diz respeito à Jugoslávia, acreditam que ela ajude Portugal em estabelecer relações com os Não-Alinhados, mas a maior ajuda, na realidade, esperam da Grã-Bretanha que, por agora, os representará na África por meio das suas representações diplomáticas.

Acerca das conversações com os representantes dos movimentos de libertação da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, o interlocutor salientou que aqui as coisas não são as mais simples, embora se possa esperar que o primeiro acordo sobre a independência será alcançado com os representantes do PAIGC. Quanto à Angola e Moçambique, existe dificuldades muito maiores, tendo em conta a desunião dos movimentos de independência. Neste momento, o governo de Portugal, considerando o seu estatuto provisório, não tem possibilidades de dar a independência à Angola e Moçambique. É necessário um certo longo processo para que tudo isso se realize, não só por causa dos africanos que se encontram ao serviço da administração colonial portuguesa e, agora, representam, em certa medida, personalidades comprometidas, mas também por causa da própria situação interna, porque Spínola está sujeito, como outros políticos, aos ataques da direita, e até mesmo de um centro orientado à direita, que se «despedaça algo que Portugal [ 2.<sup>a</sup> p.] construiu através de séculos».

O interlocutor afirma que Portugal não tem outra alternativa excepto de concordar com a independência que exigem os africanos. Mas, aqui, agora trata-se acerca das condições sob as quais se deverá efectuar todo esse tal processo de descolonização.

As negociações com a Guiné serão continuadas em Argel a pedido da delegação do PAIGC, que não quis vir a Londres e, à última hora, cancelou a continuação no passado sábado, apesar de que já antes estava tudo acordado. Portugal não fez objecção a que se mudasse o local das negociações. Mário Soares aceitou as negociações em qualquer lugar que os africanos desejassem. Portugal quer libertar-se destas hipotecas, mas não da forma que significaria o enfraquecimento daquelas forças que executaram «as mudanças revolucionárias» em Portugal.

A situação em Portugal é extremamente difícil. Ela agravou-se tanto porque, em quase toda a economia, os trabalhadores entraram em greve imediatamente após a mudança no país. Isto foi uma «acção eufórica» da classe operária, cuja actividade foi impedida durante cinquenta anos. Todavia, as consequências dessas acções grevistas reflectem-se catastroficamente na situação do país. A Portugal é preciso ajuda urgente que se espera sobretudo da Europa Ocidental, ou seja, do MCE, embora Portugal não seja seu membro. Igualmente, aguarda ajuda financeira dos EUA, dado que se encontra na OTAN.

A situação económica deixou também o seu rasto na vida política do país. Imediatamente após a mudança no país chegou-se a um estado caótico e poder-se-ia dizer anárquico. O resultado disso é que, hoje, já se formaram, em Portugal, cerca de 60 partidos e grupos políticos desde a extrema-esquerda até à [3.<sup>a</sup> p.] direita. A extrema-direita está «encoberta» e pode-se dizer «um pouco sob o impacto da mudança». Todavia, agora, apareceram forças na extrema-esquerda e — isso, sobretudo, entre os jovens, em particular, nos estudantes que são «maoistas». Isto tudo são reacções à anterior política do encerramento da universidade e ao impedimento das actividades do movimento estudantil. Por isso,

actualmente, também, os dirigentes do PC de Portugal estão preocupados e eles próprios condenam as acções da chamada «extrema-esquerda».

O interlocutor afirmou que, nos próximos meses, o desenvolvimento político será concentrado, principalmente, no reforço dos três principais movimentos: primeiro, do Partido Socialista de Portugal; segundo, da chamada frente democrática (*N.T.:referência ao MDP*) e, terceiro, do PC de Portugal. Aqui, deverá procurar-se a futura orientação do novo governo que será eleito depois das eleições, as quais, se vão realizar nos próximos dez meses, como foi prometido. O actual desenvolvimento do país é muito perigoso. Portugal aprendeu a lição do exemplo do Chile e não desejaria que o mesmo acontecesse novamente com ele. Em Portugal, acreditam que isso também não corresponde à situação actual das relações entre os EUA e a URSS. Em relação a isto, com particular interesse se aguarda o próximo encontro de Nixon e Brejnev. Aqui, poder-se-ia chegar a um recíproco «verdadeiro reconhecimento» da mudança em Portugal e ao seu apoio mútuo seria a garantia para qualquer possível surpresa.

O ministro Soares está ligado ao movimento trabalhista britânico, com profundas ligações pessoais com membros da direcção do Partido Trabalhista. Igualmente, ele está ligado à Internacional Socialista. Também, seguramente, isso irá reflectir-se na sua futura posição política quanto à Europa Ocidental. Todavia, agora, a aspiração é de conseguir, neste «período crítico», um equilíbrio e apoio do Oriente e do Ocidente para se impor como um factor de uma situação específica na Europa que negocia e se esforça para fortalecer a segurança e a [4.ª p.] cooperação. Neste momento, Portugal não quer ser membro da CEE enquanto não resolver as suas relações com os seus territórios em África. Não quer representar alguém que busca a sua própria política baseada na sua própria soberania e independência. Mas, porque espera a ajuda bilateral dos membros do MCE, ou seja, a aceitação do seu estatuto de nação mais privilegiada. Isso seria uma solução muito importante para Portugal neste momento de grave crise económica.

O interlocutor disse que, actualmente, a diplomacia portuguesa encontra-se perante uma espécie de «purga» e que, sobretudo, todos os antigos embaixadores, um a um, serão substituídos num longo processo, o qual, não será assim tão visível. Já foram efectuadas algumas destituições daqueles ideólogos mais eminentes do antigo regime ditatorial, como os embaixadores no Brasil e na ONU. Mas, agora, segue-se também a «reforma» desses outros. No quadro dos jovens diplomatas não se espera nenhuma grande mudança — sobretudo não haverá entre os mais jovens, aos quais será dada a sua *chance*. - Orechetchanin

Entregue: Terceira e Sétima Direcções, Gabinete de Minitch, Moísov, Bakotchevitch, Dizdarevitch, Komatina, Obradovitch, segunda, quarta, quinta e sexta direcções, UMO, Direcção da Imprensa, UID, UPO, Grupo dos Não--Alinhados.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

Embaixada RSFJ – Londres 4 3 2 2 6 7  
 N.º 133  
 13 / 6 / 1974  
 S F N E

Gaspari informou o chefe da secção da Europa do Sul (Portugal, Espanha, etc.), Goodison, no sentido do vosso n.º 428791.

Goodison disse que a sua avaliação da situação interna de Portugal é mais ou menos idêntica à nossa. Consideram que Spínola agiu inteligentemente ao incluir comunistas no gabinete, porque assim o conflito «industrial» foi evitado, e assim evitou-se o agravamento da situação económica. Acreditam na sinceridade das intenções dos círculos militares e do gabinete de encontrarem uma solução para a questão colonial apesar de todos os contraditórios interesses e opiniões a respeito das formas, tempo e interpretações da autodeterminação e descolonização.

Pensam que os movimentos de libertação devem ser por isso menos intoleráveis. É importante que primeiro se alcance um cessar-fogo e que, depois, se continuassem os esforços por meio de negociações para encontrar uma solução política. Parece-lhes que quando Spínola se declarou por uma solução da questão colonial não estava consciente deste processo. O actual do desenvolvimento mostrou que a ideia da federação está ultrapassada. [ 2.ª p. ]

Goodison apontou para o perigo de que, como resultado de, eventualmente, as negociações fracassarem com o PAIGC, Portugal desengaje as suas tropas, caso houvesse um confronto armado entre as forças do PAIGC e adversários, cujas forças contam cerca de 17 000 soldados – negros, poder-se-ia repetir a situação do Congo. O mesmo vale para Moçambique, caso as negociações sejam suspensas, com a diferença de que, nesse caso, se poderia chegar até a uma intervenção militar da África do Sul e Rodésia

Com a sua atitude, a Grã-Bretanha aspira a encorajar o reforço das forças progressistas em Portugal com o objectivo de assegurar as condições para a realização de eleições em 1975 e a delineação da democracia parlamentar.

No que diz respeito à repercussão da situação em Portugal na situação política em Espanha, no FO [*Foreign Office*] consideram que a cúpula política espanhola deve estar preocupada com a nova situação surgida. Todavia, avaliam que a destituição do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas espanholas não ocorreu sob a pressão dos acontecimentos em Portugal, mas sim como resultado do facto de que Franco não tolera, seja qual for a personalidade no país, se torne numa figura nacional que possa ameaçar a sua posição monopolista. [ 3.ª p. ]

Até agora, o governo português não pediu ajuda económica da Grã-Bretanha. Todavia, deu a entender que, no quadro da comissão mista CEE-Portugal (reúne-se em 27 de Junho), apresentará os seus pedidos. Pressupõem que os pedidos portugueses se vão mover sobretudo no âmbito das isenções na exportação de produtos portugueses para o mercado dos países da CEE. Para isso, a Grã-Bretanha mostrará total compreensão e espera que também o mesmo será feito pelos restantes países.

No decorrer de alguns encontros que teve com Soares (logo após o 25 de Abril, durante as negociações com a Guiné-Bissau em Londres e, também, em Otava, na reunião da OTAN), Callaghan teve boas conversações e aceitou o convite para visitar Lisboa e, o mais provavelmente, no fim desta semana, por ocasião da reunião da Internacional Socialista em Londres, como também em Bruxelas (OTAN).

As mudanças em Portugal são do interesse da OTAN porque assim foi eliminado um regime ditatorial num dos seus membros, Nem até agora, tendo em conta a guerra que conduzia nas colónias, Portugal não contribuiu significativamente para os objectivos da OTAN. A este respeito, nem como a respeito do fortalecimento das forças armadas da OTAN, o FO não prevê mudanças nas novas condições. – Orestchanin.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete de Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Dizdarevutch, Komatina, A. Bakotchevitch, Sekulovitch, GSS-SS, GAP, Grupo dos Não-Alinhados, quinta e sexta direcções.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**90 [ Conacri, A interrupção das negociações Portugal-PAIGC ]**

Embaixada da RSFJ Conacri 430850

Número 431

19 / 6 / 1974

SFNE -

De fontes do PAIGC e de representantes do CD [*N.T.:Corpo Diplomático*]. As negociações em Argel foram interrompidas. A razão principal foi o desacordo acerca da questão do arquipélago cabo-verdiano. A delegação portuguesa não aceitou nenhuma formula de que Cabo Verde fosse parte integrante do novo Estado. Ao que parece, a Guiné-Bissau propôs múltiplas variantes da solução de compromisso, mas os portugueses foram inflexíveis, exigindo que a questão do arquipélago, em absoluto, não se discutisse. Num PAIGC deprimido, dizem que, em Argel, os portugueses foram inesperadamente mais rígidos do que em Londres. Todavia, continuará os esforços para encontrar a solução política, embora estejam prontos também para continuar a luta armada.

Os guineenses dizem que os acontecimentos confirmaram as suas posições. Ao mesmo tempo, a rádio e o «Horoya» publicaram informações de que a posição de Portugal foi deliberadamente agravada e adiada de forma a permitir a organização da «terceira força» que se forma, alegadamente, no Senegal e Bissau. Agora, pela primeira vez, fala-se abertamente da existência da FLING que actua no Senegal. Num comentário acerca da «grande conspiração contra a República da Guiné e a Guiné-Bissau», a Rádio «Voz da Revolução» disse que, em 7 de Junho, em Dacar, realizou-se uma reunião de representantes da «terceira força» da emigração guineense e outros elementos, na qual, foi decidido que se fizessem esforços para impedir a assinatura do acordo em Argel.

Algumas manifestações indiciam que a G-B cede gradual e parcialmente a S.Touré para o qual contribuiu também a posição actual dos portugueses. Após o regresso de Mogadixo, o primeiro-ministro guineense Beavogui e o presidente do Conselho de Estado da G-B Luís Cabral foram recebidos solenemente no aeródromo, de onde foram juntos para a residência de S.Touré. Caso continuar a actual situação incerta poder-se-ia chegar até a uma diferenciação [ 2.<sup>a</sup> p.] nas fileiras do PAIGC porque parece-nos que já, agora, se pode sentir certas diferenças nas posições dos dirigentes e funcionários da G-B que, por enquanto, acreditamos ser uma consequência da disposição momentânea e subjectiva, dada a situação surgida. – Maletitch

Entregue: 7.<sup>a</sup> Direcção, Komatina, Dizdarevitch, Badurina, GSS-SS, Grupo dos Não-Alinhados, GAP, 3.<sup>a</sup> direcção.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

**91 [Lusaca, O restabelecimento das relações da Jugoslávia com Portugal, a descolonização de Spínola, a posição do governo zambiano e do MPLA]**

Embaixada da RSFJ Lusaca 430857  
 Número 425  
 21 / 6 / 1974  
 SFNE -

1. Com o texto do vosso 428791 informaram detalhadamente e de forma precisa os secretários-adjuntos do MNE, Mwembu e Kabingu (encarregados dos assuntos afro-asiáticos). Agradeceram as informações; compreendem e respeitam os motivos que conduziram o governo jugoslavo à decisão acerca do restabelecimento das relações com Portugal. Praticamente, concordam com todas as nossas avaliações e posições a respeito das perspectivas e situação das relações no interior do regime de Spínola, etc. Expressaram um certo cepticismo na capacidade e reais possibilidades das forças progressistas e de elementos na própria Junta de influenciar Spínola e apressarem a execução de descolonização.

Disseram que a Zâmbia, na qualidade de membro do Comité dos Quatro (Tanzânia, Zaire, Congo-Brazavile e Zâmbia), como de resto e toda a OUA (o que foi expresso também nas resoluções do última «cimeira» em Mogadixo) insistiram em que o governo português declare categoricamente que aceita o princípio da concessão de independência às colónias. Acerca disso não se pode negociar. Aquilo sobre o que se pode negociar é a questão do mecanismo da passagem do poder para a população nativa e, precisamente, esta questão o governo português ainda não esclareceu. A obstrução de Spínola indica que predomina a tendência de manobrar, adiamento da solução definitiva por meio de «conversações para conversar», o que esconde em si o perigo e consequências imprevisíveis para toda a África, até mesmo no plano internacional. Por isso, inevitavelmente, impõem-se a necessidade de mais intensificação dos esforços de todas as forças amantes da liberdade de exercerem uma constante pressão sobre Portugal, como também sobre o seus [ 2.<sup>a</sup> p.] aliados na OTAN (sobretudo o EUA e a

Grã-Bretanha) para começar um curso progressivo que conduza, quanto antes, a uma solução satisfatória, Neste contexto, a Jugoslávia pode jogar um importante papel.

2. Iko Carreira, da direcção do MPLA, que também sabe do citado, disse que o restabelecimento das relações foi um «bom passo» para pressionar Portugal a realizar na prática o que proclama com palavras, Todavia, considera que as coisas nas fileiras do regime português em relação ao problema da descolonização ainda não estão claras. Um Soares e alguns elementos progressistas em seu redor não representam a garantia de que tudo irá rápido e suavemente. O MPLA teve contactos secretos com Soares, o qual, falou abertamente acerca das dificuldades com que se defronta pessoalmente no governo. Segundo Carreira, as incertezas são grandes e todos tipos de reviravoltas são possíveis. Sobre isso, devem ter cuidado os amigos de Angola e, em particular, o MPLA. Apelou à vigilância e atenção, deixando claro que de forma alguma «as actuais relações político-jugoslavo-portuguesas, amanhã não estimulem o desenvolvimento da cooperação económica, porque isso representaria, no fim de contas, uma ajuda material a Portugal». Carreira sublinhou que não põe dúvidas à sinceridade e às melhores intenções da Jugoslávia, que com a sua presença no próprio local estará em condições de melhor conhecer e acompanhar o desenvolvimento dos acontecimentos no próprio Portugal e observar as diferentes tendências como, também, as manobras em redor da descolonização. Sublinhou a confiança em um maior desenvolvimento geral das nossas relações mútuas e espera que manteremos o MPLA ao corrente dos acontecimentos. [ 3.<sup>a</sup> p.]

3. O Alto-Comissário da Nigéria caracterizou o restabelecimento das relações RSFJ-Portugal como uma «jogada sensata», acrescentando que a Jugoslávia fez este passo no devido tempo e que todos, em África, que tenham no coração a libertação das colónias portuguesas, não podem deixar de não saudar.— Poznanovitch.

Entregue: Sétima Direcção, Gabinete de Minitch, Petritch, Pribitchevitch, Komatina, Dizdarevitch, Badurina, Terceira Direcção, GSS-SS, UMO, Grupo dos Não-Alinhados, Bakotchevitch, Obradovitch.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

## 92 [ Bangui, A correspondência Bokassa-Spínola ]

Embaixada da RSFJ - Bangui 430839

Número 141

21 / 06 / 1974

Alguns dias atrás, o cônsul honorário de Portugal, De Matos, novamente viajou para Lisboa com uma nova mensagem do presidente Bokassa para o general Spínola. Por ocasião da anterior visita, em fins de Maio — início de Junho, De Matos entregou a Spínola a primeira mensagem de Bokassa, cujo conteúdo está no espírito de uma declaração pública do presidente Bokassa de 19 de Maio (Ver nosso 98).

A actual correspondência Bokassa-Spínola se conduz em redor do estabelecimento das relações diplomáticas. Bokassa aspira que a RCA [*N.T.: República Centro-Africana*] seja o primeiro país africano que estabeleceria as relações com Portugal. Todavia, a questão é muito difícil e complexa. Bokassa exprimiu a disposição de encontrar-se com Spínola fosse na RCA, ou em Portugal para negociações numa «base realista das relações diplomáticas», mas o estabelecimento das relações condicionou com uma anterior decisão de Portugal acerca da concessão «da independência de todos territórios africanos sob a dominação portuguesa». Além de sua própria declaração, Bokassa impõe de maneira idêntica a resolução da XI Conferência da OUA acerca de Portugal. Por outro lado, para Portugal seria bastante embaraçoso e dificultaria a sua posição, caso Bokassa cumprisse o anúncio de «uma grande surpresa para Portugal nos meses seguintes» caso não cumprir o seu apelo para a concessão da independência das suas colónias. Por meio do MNE, soubemos que «a surpresa se relaciona com a nacionalização dos bens dos cidadãos portugueses na RCA, que embora o capital esteja no estrangeiro (Camarões e outros), não é pequeno. De Matos, uma das pessoas mais ricas na RCA, pessoalmente, está bastante interessado por uma solução favorável e, por isso, assumiu o papel de negociador intermédio.

Aqui, a maioria dos portugueses está satisfeita com as mudanças políticas em Portugal, mas alguns receiam de eventuais nacionalizações, porque consideram de Bokassa colocou a Spínola « um pedido que ele não pode cumprir». [ 2.ª p.]

De Matos expressou-nos sua satisfação pelo restabelecimento das relações diplomáticas entre a Jugoslávia e Portugal. – Markovitch.

Entregue: Sétima Direcção, Komatina, Dizdarevitch, Badurina, Terceira Direcção, Grupo Não-Alinhados, UMO.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **93 [Estugrada, Visita do cônsul-geral de Portugal ]**

Consulado-Geral R S F J -Estugrada 4 3 0 7 7 8

Número 267/74

21/ 6 / 1974

S F N E –

Em 20/6, por sua própria vontade, visitou-me o recém-nomeado cônsul-geral de Portugal em Estugarda, ficando cerca de 1 hora numa conversação. Durante a conversação deu explicações acerca da situação em Portugal.

1. Segundo as palavras do cônsul, a situação em Portugal caminha para uma relativa estabilização. As dificuldades surgiram desde que começaram as greves e agitações sociais fomentadas pelas reivindicações ultra-esquerdistas (maoistas), que com tais reivindicações fazem um péssimo serviço aos socialistas e comunistas, para os quais diz que, em Portugal, não existe possibilidade de haver um contragolpe e a situação de um «outro Chile». Mas, não afasta a possibilidade da provocação

de agitações de fora (USA-NATO), com o desejo de desacreditar a Junta Militar e criar dificuldades económicas no país.

2. Em Portugal, o grande obstáculo à estabilização da situação vê na herança colonial. Principalmente preocupado com Angola. Afirma que Portugal não quer colónias, mas que, praticamente, não é possível sair, num dia, de algumas (pensa sobretudo em Angola), onde muita da chamada «pequena» gente e burguesia portuguesa, que são camadas muito reaccionárias e predispostas a provocar agitação tanto em Angola como em Portugal. Além disso, o exército quer salvar a «face» e sair das colónias com «honra» e não praticamente expulso, apesar que reconheça ali a situação como realidade, tendo em conta a força dos movimentos de libertação. [ 2.ª p. ]

3. Em redor da situação em Portugal, vê um perigo particular na vizinha Espanha, que assustada com a evolução portuguesa procura infiltrar a sua influência em Portugal, ajudando a burguesia e as camadas reaccionárias. Sobretudo tentam estabelecer contactos com oficiais superiores das forças armadas, especialmente com aqueles que estão na reforma há pouco tempo, como também com membros da polícia secreta PIDE.

4. Muito grato pela atitude da Jugoslávia (estabelecimento das relações diplomáticas), tendo em conta o papel e a força da Jugoslávia não-alinhada no mundo, em particular entre os Não-Alinhados. Esperam que a nossa ajuda aumente, com conselhos e «boas palavras» acerca da sua situação e posições, entre os países africanos e movimentos de libertação. Aprecia a nossa sinceridade e correcção nas conversações que tivemos em Portugal, e muito interessados (em particular os chefes militares mais jovens) com o modelo jugoslavo.

O cônsul dá a impressão de pessoa franca, interessada em contactos connosco. – Kralhevitich.

Entregue: Terceira Direcção, Komatina, Sekulovitch, Gab. Secretário Federal- SS, GAP, 7 direcção.

*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

---

**94 [Washington, A situação política em Portugal e Espanha segundo diplomata estado-unidense]**

Embaixada R S F J - Washington 4 3 0 9 8 6

Número 812

24/6/1974

S F N E –

Novakovitch visitou J. Smith, chefe-adjunto para Espanha e Portugal e informou vosso 428791. Smith disse que entre Spínola e Soares existe desacordo quanto à questão das colónias africanas. Soares, por exemplo, está disposto para a total independência de Moçambique, caso não se encontrar outra solução e sem referendo. Spínola insiste firmemente na sua formula acerca da autodeterminação, isto é, primeiro referendo e, só então, a independência caso isso for a vontade da maioria da população. A FRELIMO, que se considera o representante nacional de Moçambique, considera isso uma ofensa (o funcionário do D.E. [N.T.: Departamento de Estado] para África diz que circulam boatos de que Soares poderia dar a demissão). Embora para a Guiné-Bissau seja mais fácil conseguir a solução, não há a

certeza de que Spínola concordará que se reconheça a total independência à Guiné-Bissau sem referendo, porque isso representaria um precedente para Moçambique e Angola. Smith disse que não foi informado acerca das conversações Nixon-Spínola, excepto que o encontro ocorreu por iniciativa de Spínola.

Os portugueses ainda não se pronunciaram acerca da continuação das negociações em relação aos Açores (o contrato expirou em 2 de Fevereiro). Num prazo de seis meses, isto é, em dois de Agosto, os portugueses precisam de se pronunciar se são pela continuação.

Aqui, encontra-se o ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros. Ficou acordado que Kissinger vai a Madrid, em 9 de Julho, para a assinatura de uma «declaração de princípios» bilateral. Quando Kissinger propôs a declaração acerca da Carta do Atlântico, tinha na mente todos os países do Atlântico, [ 2.ª p.] incluindo a Espanha. Como os europeus recusaram e propuseram duas declarações, a Espanha ficou automaticamente excluída. Para que não ficassem isolados, os espanhóis propuseram que com os EUA assinassem uma declaração semelhante à que foi aprovada pelos membros da OTAN.

– Granfil

Entregue: 2.ª Direcção, Gabinete Minitich, Komatina, Dizdarevitch, 4.ª e 7.ª Direcções.  
*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

---

#### 95 | SFNE, Informação para as embaixadas em 14 países africanos ]

Sétima Direcção

Número 428791

25 / 6 / 1974

Embaixadas da RSFJ: Conacri, Kinchassa, Bangui, Acra, Brazavile, Dacar, Bamako, Lagos, Kartum, Kampala, Dar es Salam, Adis Abeba, Mogadixo, Nairobi.

Para vossa informação.

Os comentários do MNE da Zâmbia e do MPLA ao nosso 428791 avaliaram positivamente os motivos que guiaram o governo jugoslavo antes da decisão acerca do restabelecimento das relações com Portugal. Quanto à política de Portugal relativa às colónias foi dito:

No MNE exprimiram um certo cepticismo à capacidade e reais possibilidades das forças progressistas e elementos na própria Junta de influenciar Spínola e apressar a realização da descolonização. O Comité dos Quatro e a OUA insistiram que o governo português declare categoricamente que aceita o princípio da concessão da independência das colónias. Acerca disso não se pode negociar, mas somente acerca do mecanismo da transmissão de poderes para a população indígena. Os adiamentos de Spínola indicam que predomina a tendência para as manobras, a demora da solução final através de «conversas para mais uma conversa», o que esconde em si o perigo e consequências inaceitáveis em toda a África como também no plano internacional. Daí se impõe a necessidade de uma maior intensificação dos esforços de todas as forças amantes da liberdade de exercerem uma pressão constante sobre Portugal e seus aliados na OTAN, sobretudo os EUA e a Grã-Bretanha.

No MPLA consideram que a questão, nas fileiras do regime português, em relação ao problema da descolonização ainda não está clara. [ 2.ª p.]

Um Soares e alguns elementos progressistas em torno dele não garantem que tudo correrá de maneira rápida e tranquila. O MPLA teve contactos secretos com Soares, que falou abertamente acerca das dificuldades que enfrentou pessoalmente no governo. As incertezas são grandes e todos os tipos de reviravoltas são possíveis. Isto deve ser levado em consideração pelos amigos de Angola e, principalmente, do MPLA.

*ADMNE, F-216 (Portugal-1974)*

---

**96 [A Descolonização e os Movimentos de Libertação (este documento é anterior a 28/6/74)]**

Comissão da Cooperação e  
Relações Internacionais da CF ASPTJ  
05-340/74

**PERSPECTIVAS DA DESCOLONIZAÇÃO E POSIÇÃO DOS MOVIMENTOS  
DE LIBERTAÇÃO DEPOIS DO GOLPE DE ESTADO EM PORTUGAL**

A reviravolta democrática em Portugal abriu novas perspectivas e possibilidades para uma rápida descolonização dos territórios portugueses em África. Tais mudanças terão consequências duradouras na evolução da situação em outros territórios dependentes no Sul da África e no processo político geral do continente. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das ocasiões internas e a consolidação das posições das forças democráticas em Portugal estão estreitamente dependentes da resolução eficaz do problema da descolonização.

I -

A situação recém-criada em Portugal continua muito complexa e ainda sempre carregada de uma série de incógnitas. As relações ambíguas entre o Movimento das Forças Armadas (comissão política — o chamado Movimento dos Capitães), a junta militar, tendo à frente o general Spínola, e o governo civil. Estas estruturas têm uma heterogénea composição política e social e incluem diversos elementos reunidos em redor de um mínimo programa que se exprime, em resumo, na necessidade de uma solução «tranquila» do complexo colonial e a realização de reformas democráticas na vida política, social e económica da metrópole. Isto inclui a introdução da democracia parlamentar, uma ligação mais próxima com a Europa dos nove e aceitação das anteriores obrigações que resultam da filiação na OTAN.

Em particular, é difícil a posição das forças de esquerda reunidas em redor dos partidos comunista e socialista que assumiram os ministérios mais complicados do governos (socialistas: Negócios Estrangeiros e «Coordenação Interterritorial»; comunistas: ministério do Trabalho), no quadro dos quais precisam de procurar soluções para os problemas com os quais se debate o país. Não obstante as posições claras, as suas possibilidades de influência numa evolução rápida e positiva do novo regime em direcção de soluções mais radicais e progressistas são ainda relativamente limitadas. As suas posições são dificultadas também pela [ - 2p. - ] constante pressão da opinião pública que exige a rápida solução dos problemas acumulados durante anos e com tais exigências saem com posições que,

muitas vezes, são mais à esquerda do que as posições desses partidos e que chocam com as possibilidades objectivas.

Paralelamente a isto, o reagrupamento de forças caracteriza a actual situação que se expressará mais claramente nas primeiras eleições parlamentares após o termo do mandato de um ano do actual governo provisório. Isto convém às forças do centro (democratas-cristãos) e direita liberal (excepto as forças ultra que se encontram numa oposição unânime), que entretanto procuram organizar-se e preparar-se para a situação após as eleições. Não lhes convêm a rápida, a mais radical, resolução de alguns problemas pessoais, entre os quais, em particular, do complexo colonial. Eles contam com o apoio dos aliados ocidentais e seu capital. Daí, o mais seguro é que todos estes problemas não se possam resolver no período de um ano do governo provisório.

A burguesia portuguesa, que aceitou o golpe de Estado do 25 de Abril, procura também em condições diferentes salvaguardar as suas posições na metrópole e colónias. Uma das suas partes identificou-se com a junta militar, chefiada pelo general Spínola, como a continuidade dos seus próprios interesses. A par disso, ela conta na estreita associação com os interesses económicos estrangeiros na metrópole e nos territórios dependentes, principalmente em Angola, na presença e força económica, na numerosa minoria de emigrantes portugueses, como também pela posição estratégico-militar das colónias na política global do Ocidente e nas obrigações OTAN-istas de Portugal.

São todos estes elementos que influenciam e, em grande medida, determinam o conteúdo, as direcções e a dinâmica das conversações que o novo governo começou com os movimentos de libertação.

## II -

O novo regime em Lisboa e os movimentos de libertação estão conscientes que nenhuma das partes pode contar com a vitória militar. Todavia, é preciso sublinhar que os ML consideraram sempre que a [-3p.-] luta armada era um meio para a obtenção de uma solução política. Precisamente, as mudanças em Portugal permitiram o início das conversações. Mas, já os primeiros contactos mostraram a existência de diferentes abordagens, não só em relação ao futuro carácter das relações entre Lisboa e as suas emancipadas colónias, mas também em redor à maneira da obtenção da independência e o mecanismo da passagem de poderes.

A parte portuguesa, e parece também o próprio Spínola, ultrapassou a concepção inicial das relações federalistas, mas insiste na «solução tranquila», na suspensão das operações militares e «o regresso à legalidade» dos movimentos de libertação, o que de facto significa o seu desarmamento, e na organização de «referendos», o que ameaçaria as conquistas já realizadas na luta de libertação nacional. Isto tem com objectivo a criação da «terceira força» que, após a mudança do estatuto das colónias, pudesse garantir duradouramente os interesses portugueses e estrangeiros, o que está em contradição com a posição do PC e PS de Portugal.

A parte portuguesa insiste nas «negociações acerca da independência» e os movimentos de libertação realçam que estas devem exclusivamente tratar do «mecanismo da passagem de poderes», porque através da luta armada já optaram pela independência. Igualmente, eles sublinham que o futuro carácter da relação com Portugal é assunto do acordo dos seus estados independentes e o governo lisboeta.

Todavia, nestas questões as posições dos ML são livres por causa da sua actuação separada, embora o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Partido Africano de Libertação da Guiné e ilhas de Cabo Verde (PAIGC) estejam unidos formalmente no quadro da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). Isto permitiu à parte portuguesa assumir a iniciativa, determinar as próprias prioridades, ordem, tempo e conteúdo das negociações.

Os seguintes problemas são a posição da minoria branca portuguesa, principalmente em Angola e Moçambique, os grandes interesses estrangeiros investidos nestes dois países, a importância geográfica e estratégico-militar [-4p.-] dos futuros estados independentes, o futuro e posição dos colaboracionistas do regime colonial e alguns grupos particulares (mestiços e outros).

Em redor destas questões se cristalizam-se as diferentes posições, por um lado as forças progressistas e, por outro lado, os elementos conservadores no governo provisório de Portugal. O ministro dos Negócios Estrangeiros Soares deve ter em conta as momentâneas relações de forças no país e governo, e acerca das possíveis implicações internacionais e do recuo tático das posições do PC e Partido Socialista que são pela concessão da total independência aos movimentos de libertação que representam os seus objectivos aliados.

### III -

O governo português, através de Soares, anunciou negociações com «os autênticos movimentos de libertação» —Partido Africano da Independência da Guiné e ilhas de Cabo Verde (PAIGC), Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e com três grupos de Angola: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional da Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional pela Total Libertação de Angola (UNITA). As negociações oficiais começaram com o PAIGC da Guiné-Bissau e FRELIMO de Moçambique, enquanto, parece, os contactos com os movimentos de Angola por agora andam no quadro de encontros secretos de Soares com o presidente do MPLA Dr. Neto.

1. A orientação de Portugal de as negociações começarem com a Guiné-Bissau fundamenta-se nos factos que o PAIGC controla  $\frac{3}{4}$  da parte continental do país, que proclamou-se estado independente que foi reconhecido por 84 países, que são insignificantes os interesses económicos da metrópole, como também o número da população branca. Além disso, estas negociações são, em certa medida, a continuação dos contactos secretos que, no seu tempo, Spínola manteve, na qualidade de governador-geral da Guiné-Bissau, com o falecido Amílcar Cabral, secretário-geral do PAIGC. [- 5p. -]

Parece que, durante as negociações até ao presente, não se colocou o problema do reconhecimento da independência da Guiné, mas que elas se complicaram em redor da questão do futuro estatuto do muito estratégico arquipélago de Cabo Verde, como potencial base da OTAN no Atlântico Sul. A direcção do PAIGC, no qual dominam os elementos de origem das ilhas, procuram encontrar também no quadro da independência da Guiné-Bissau a solução para o futuro do arquipélago, o que entre alguns quadros da parte continental do país não é bem aceite. Esta situação convém à parte portuguesa que procura aprofundar e desta maneira arrancar o maior número de concessões.

Paralelamente a isso e, como meio de pressão, tenta-se formar a «terceira força», constituída por anteriores colaboracionistas e soldados africanos, políticos emigrantes e opositores do PAIGC.

As diferenças estão presentes também em relação à insistência portuguesa na realização de um referendo como forma de pré-entrega do poder, o que, naturalmente, o PAIGC recusa.

Todavia, apesar destas dificuldades, é possível a possibilidade de um compromisso aceite mutuamente que satisfaça todas as principais reivindicações do PAIGC. Os portugueses não podem arriscar o insucesso destas negociações, por causa do facto de que a sua posição naquele país é insustentável, e é indispensável que saíam com alguns resultados perante a sua, a africana e a opinião pública internacional. O acordo com o PAIGC deixar-lhes-ia uma larga liberdade de acção e asseguraria uma certa pausa nas negociações muito mais difíceis que lhes esperam em Moçambique. Ao mesmo tempo, isto seria o exame às possibilidades da influência das forças progressistas no governo lisboeta sobre a política portuguesa.

2. Os primeiros contactos de Portugal com a FRELIMO na Zâmbia foram de carácter preliminar e serviram para se definir as posições de partida das duas partes.

A FRELIMO parte da posição de que as negociações só podem dizer respeito ao mecanismo da transferência de poderes e, a par disso, tem em vista os seguintes factos: a) que lhe pertence uma completa iniciativa militar, o que lhe permite continuar com as operações militares e de negociar numa posição de força; b) que é a única organização [ - 6 - ] no país que representa o verdadeiro interlocutor e que goza do forte apoio da África independente; c) que, até ao presente, com a sua actividade conseguiu em grande medida desorganizar a economia colonial e pôr em dúvida a realização de alguns grandes empreendimentos do investimento do capital estrangeiro (barragem de Cabora Bassa).

Esta realidade age na posição de Portugal nas negociações com a FRELIMO e não se opõe à tentativa da formação de diversos grupos, tanto da população africana, como da branca, considerando que com isso possa assegurar também um amplo espaço de manobra nas negociações.

Portugal está em situação, objectivamente, de tomar em conta estes três grandes problemas: a) a existência de uma minoria branca bastante numerosa, activa e de orientação extremista ligada estreitamente com os interesses rodesianos e sul-africanos; b) importantes interesses económicos estrangeiros presentes na vida económica do país; c) os vizinhos inquietos — República da África do Sul e Rodésia — que se sentiriam directamente ameaçados no caso da chegada ao poder, em Moçambique, da FRELIMO.

Também, está presente o receio da proclamação unilateral de independência, tipo rodesiano, em Moçambique, o que complicaria ainda mais a posição de Portugal, mas também a total situação relativa à descolonização do Sul-africano. Neste contexto, eventualmente, poder-se-iam situar também as intervenções da RAS e Rodésia.

Daí, no caso de Moçambique, é possível que Portugal insistirá, em particular, na realização do referendo o que lhe permitiria fugir, não obstante o seu desfecho, à responsabilidade e de se incorporar na futura distribuição de forças. Até mesmo no caso de tal possibilidade não se realizar por causa da recusa da FRELIMO, a insistência no referendo representa um meio de pressão nas negociações.

3. As negociações oficiais com as organizações de libertação de Angola ainda não começaram, embora existam informações que o presidente do MPLA, Dr. A. Neto, se encontrou secretamente, em duas ocasiões, com Soares, e que, por outro lado, através do comandante militar do exército português em Angola, foram efectuados contactos com os dirigentes da UNITA. [ - 7p. - ] Quanto é conhecido, os portugueses ainda não contactaram directamente com a direcção da FNLA; todavia, parece que certas ligações foram estabelecidas através do Zaire. Aliás, Soares anunciou negociações separadas com cada uma destas organizações.

Também, a situação relativa a Angola é extremamente complicada e caracteriza-se por: a) existência de várias organizações de libertação e situação irregular nas suas relações mútuas e internas; ausência de plataforma comum nas negociações com Portugal; b) presença de numerosa população europeia (cerca de 500 mil pessoas), da qual, a maioria nasceu em Angola e que tem uma forte posição económica; existência de um relativo importante grupo de mestiços, para os quais Angola é a sua única pátria e cuja situação em relação aos africanos é muito sensível; c) forte presença do capital estrangeiro em todos os sectores principais da dinâmica economia de Angola que, aliás, pelas suas potencialidades representa um dos países mais ricos da África (ferro, petróleo, diamantes, café; rendimento nacional de 340 dólares); d) importância geopolítica e repercussão da eventual tomada do poder de alguma organização progressista nos países africanos vizinhos e no futuro do Sul do continente.

Os portugueses, a quem muito agradaria assegurar o mais forte possível a sua presença na Angola independente, calculam particularmente com o factor da desunião dos movimentos de libertação, procuram ganhar tempo de forma a reforçar as posições nas negociações e para prepararem as suas alternativas para o futuro deste país. A par disso, têm em vista a criação de tais relações de

forças que impossibilitariam uma solução extrema na linha da total independência e a ameaça aos seus vitais interesses. Com certeza que, neste contexto, se pode chegar até divergências vitais no interior do novo regime de Lisboa, porque as forças progressistas fizeram saber que o principal parceiro nas negociações vêem no MPLA.

Assim, a situação complicada em relação a Angola pode pôr em dúvida todo o processo de negociação, não só com as organizações angolanas, mas também com a FRELIMO e o PAIGC.

**[- 8p. - ]**

O desenvolvimento dos acontecimentos, desde o «putsch» em Portugal até hoje, mostrou que o MPLA é a força política mais importante em Angola. Esta avaliação mantém-se e apesar da diminuição das actividades militares do MPLA a que se chegou por causa da crise interna e as pressões dos vizinhos estados africanos — Zaire e Zâmbia. A força deste movimento encontra-se no país, como testemunham as numerosas manifestações nas cidades angolanas organizadas por parte de membros do MPLA ou sob o seu nome. Mostrou-se a sua influência nos meios escolarizados, entre o operariado, a pequena burguesia e a *intelligentzia*. De particular importância é o facto que essas manifestações foram realizadas sob a palavra de ordem por a criação da «comunidade independente multirracial angolana» e que o MPLA tem pontos de apoio e que é aceite pelos mestiços e uma parte da população branca. Isso se confirmou, porque o programa político do MPLA, em contraste aos programas das outras organizações, foi aceite pelas mais amplas camadas da sociedade angolana.

Todavia, neste momento, a grande fraqueza do MPLA está na prolongada crise da direcção fora do país. Por isso, o movimento não está ainda em situação de aproveitar o clima favorável na própria Angola e apresentar-se como o principal negociador. Na base da crise, encontra-se a ingerência de factores estrangeiros nas coisas internas do movimento, aproveitando os conflitos de ordem pessoal, as complexas relações tribais e raciais, nível desigual de consciência sociopolítica por um lado e a quem incomodou a força desenvolvida, a orientação progressista e a expressa individualidade do MPLA e o núcleo reunido em volta do Dr. Neto, por outro lado. A principal oposição declarada ao Dr. Neto veio do grupo de Daniel Chipenda, noutros tempos a segunda personalidade do movimento, que gozava do apoio zambiano e se apoiava em elementos tribais e, nos últimos tempos, apareceu também um grupo maioritariamente de intelectuais mestiços, dissidentes políticos e um número de indivíduos insatisfeitos do MPLA. A existência da tendência de extrema-esquerda complicou também a posição do Dr. Neto, o que o obrigou a manter o equilíbrio e o expôs às críticas de diferentes partes. Por fim, a posição de Neto foi muito dificultada pelas pressões sem princípios da Zâmbia, do Zaire e, esporadicamente, da Tanzânia, que o acusavam de autocratismo e uma suposta orientação pró-soviética. **[- 9p. - ]** As últimas informações não confirmadas falam que na intervenção e junto à mediação do presidente Ngouabi chegou-se até à diminuição das diferenças e parece próximo um compromisso que assegurasse uma actuação unitária da direcção do MPLA. Seguramente, isto será também o tema principal do próximo congresso do MPLA.

Uma dificuldade suplementar da situação angolana, tanto para o MPLA, como para os portugueses, é precisamente a existência da FNLA de Roberto Holden, movimento com um ponto de apoio exclusivamente étnico e regional, mas cuja força se deve contar, tendo em conta a ajuda total e sem reservas do Zaire. A plataforma política da FNLA é pouco clara e nunca foi formulada; são conhecidas as ligações de Holden com os interesses americanos. Holden é aceite dificilmente pela maioria dos angolanos por causa da estreiteza tribal e para os portugueses pela orientação racista.

A UNITA de Jonas Savimbi, que surgiu dum cisão da FNLA, é uma organização de estreito carácter tribal, limitada influência, mas com boas ligações com organizações protestantes no mundo e que, ao mesmo tempo, mantém contactos com os EUA e a RP da China. A UNITA opera com uma fraseologia de extrema-esquerda, enquanto, na prática, actua com posições evolucionistas. Numa determinada constelação de relações, Savimbi podia-se apresentar como um personalidade aceitável para os círculos em redor de Spínola e dos sociais-cristãos portugueses. Nos últimos tempos em Angola chegou-se até à criação de uma série de grupos políticos de diversos perfis, entre os quais também um partido democrata-cristão de Angola (PCDA), cuja verdadeira representatividade é difícil de avaliar, que todos em conjunto, mais a ajuda da administração portuguesa, poderia impor-se como a «terceira força». Esta «terceira força» poder-se-ia até constituir sob o nome do MPLA ou em coligação com alguns elementos saídos do MPLA, especialmente, caso se chegasse à eliminação da ala progressista e do Dr. Neto. **[ - 10p. - ]**

#### IV -

Embora, na última cimeira da OUA na Somália, os países africanos tenham saído com posições aparentemente unitárias em relação à descolonização dos territórios portugueses, entre eles existem evidentes diferenças que são ditadas pelos seus estreitos interesses, prestígio e afinidades político-ideológicas.

Mostrou-se que os países independentes africanos não estão à altura das suas responsabilidades históricas e obrigações em relação aos movimentos. Em particular, alguns países vizinhos jogam um papel negativo que olham para o processo de descolonização e negociação com Portugal em função dos seus estreitos interesses. Cansados do apoio que deram à luta de libertação, desejosos de apaziguamento nas suas fronteiras, inquietos pela influência que os novos regimes de orientação progressista possam vir a ter na sua vida interna e no movimento inter-africano, eles desejam influenciar as futuras soluções.

1. As negociações PAIGC-Portugal revelaram diferenças substanciais entre o PAIGC e o Senegal que recomenda uma solução rápida e de compromisso, activando alguns grupos que são conhecidos como adversários do PAIGC. Por outro lado, as divergências apareceram também nas relações com Conacri que empurra o PAIGC para posições radicais e deseja utilizá-lo para o seu ajuste de contas com o Senegal.

2. Apesar das divergências entre a Tanzânia e a FRELIMO nunca terem sido apresentadas publicamente, é conhecido que elas existiam e que a Tanzânia não era isenta de atitudes paternalistas

em relação a este movimento. Todavia, o eficaz desenvolvimento da luta armada, permitiu à FRELIMO de criar pontos de apoio na Zâmbia e até no Malávi e, assim, assegurou para si um amplo espaço de manobra em relação à Tanzânia. É indicativo que o primeiro contacto com Portugal a Frelimo começou por intermédio e no território da Zâmbia. Contudo, a posição zambiana em relação à FRELIMO continua a ser pouco clara e sujeita a hesitações, como fala também o seu persistente e duradouro apoio ao grupo antifrelimista COREMO, que não é reconhecido pela OUA. [ - 11 - ]

3. O exemplo mais drástico de ingerência representa a posição do Zaire e Zâmbia em relação à Angola. Sob a palavra «unidade» das organizações de libertação angolanas, que foi imposta também à OUA, estes dois países esforçam-se, através os seus grupos e indivíduos, em conseguir o controlo do comportamento dos movimentos. Isto, em grande medida, impediu que os movimentos resolvessem entre si as relações mútuas e internas.

— O Zaire, que não está isento de expansivas e até hegemónicas pretensões, desde o começo apoiou a FNLA e impediu o MPLA de utilizar o seu território para as suas actividades armadas. É característico que a actividade da FNLA esteve congelada até há dois anos e que a sua reactivação coincidiu com a nova entrada de Mobutu nos assuntos africanos. Neste contexto, Zaire olhou também para o acordo entre o MPLA e FNLA, que permitiu a este último o regresso à cena política. (O MPLA foi para este acordo para poder utilizar a fronteira zairense com Angola para as operações militares).

Sobretudo é importante para Mobutu que através a participação da FNLA nas negociações com Portugal assegure as suas posições em Angola. Esta actuação zairense é motivada por razões ideológico-políticas e estratégicas: o receio da orientação independente e progressista de Angola no caso de o MPLA chegar ao poder; a aspiração de obter uma segura e ampla saída para o mar; o interesse pelo futuro estatuto do enclave de Cabinda; o interesse pela futura utilização dos caminhos-de-ferro e o porto de Benguela para a exportação de cobre catanguês. As posições zairenses encontram apoios em certos círculos da Zâmbia e, parcialmente, na Tanzânia. Juntamente a isto, o Zaire jogou um certo papel e espalhou o seu peso específico nas relações africanas.

— A pressão zambiana no MPLA foi produto da complexa posição geopolítica, da vulnerabilidade económica do país e complicado estado, a Zâmbia sente ao máximo o peso das pressões da RAS, Rodésia e Portugal por dar refúgio aos movimentos de libertação. Por isso, nela há uma abordagem pragmática muito expressiva do problema da descolonização onde procura uma soluções de curta duração [ -12p.- ], cultivando ilusões acerca das possibilidades de compromissos de soluções evolucionistas. Neste sentido, são conhecidos os seus contactos esporádicos com Portugal no tempo de Caetano e o regime de Smith na Rodésia. Igualmente, são características as suas relações com chefes de certos bantustões, com o chefe do Conselho Nacional Africano—ANC da Rodésia, bispo Muzorewae com certos grupos dos territórios dependentes que não são reconhecidos ou até condena a OUA (FROLIZI da Rodésia, UNITY movimento da África de Sul, COREMO de Moçambique e UNITA de Angola).

O MPLA recusou aceitar este comportamento zambiano, procurando salvaguardar a sua posição independente e livre acção. Também, isto foi uma das razões por que o MPLA foi para um acordo com a FNLA na busca de ampliar a base da sua actuação nos três países, diminuindo assim a dependência da Zâmbia. A não realização deste acordo permitiu à Zâmbia de tentar eliminar, aproveitando a dissidência de Chipenda, a Neto e «disciplinar» o MPLA ou, pelo menos, uma das suas partes colocar sob o seu controlo. Após o golpe de Estado em Portugal, as pressões no MPLA aumentaram quando se mostrou que Neto aparecia como um parceiro mandatado para as negociações. Daí, o esforço de um congresso encenado do qual saísse um «obediente» MPLA como, igualmente, tanto para o Zaire ou para a Zâmbia não convém uma Angola independente e demasiado radical para eles. Além disso, está interessada numa exportação sem impedimentos do seu cobre através do caminho-de-ferro e portos angolanos.

— Também, o Congo mostra interesse em influenciar no epílogo da situação angolana. Não lhe convém nem as pretensões zaienses ou as manipulações zambianas, porque tem medo do futuro isolamento na região. Objectivamente, o MPLA é-lhe mais próximo ideologicamente, e conta com uma Angola independente e progressista como também um natural aliado contra as aspirações expansionistas do Zaire. Mas, arbitrando nos conflitos internos do MPLA (grupo de intelectuais-Dr. Neto) e as suas relações com o Zaire e Zâmbia, o Congo obriga o MPLA e procura a influenciá-lo. Um momento confuso [ - 13p. - ] das relações do Congo e Angola é o problema de Cabinda, no qual Brazaville, como Kinshasa, têm pretensões. Como meio de pressão no MPLA, servem também os diversos grupos separatistas de Cabinda que encontraram refúgio em Brazaville e dos quais nem um governo congolês não se distanciou. E, apesar de tudo, na actual situação a posição do Congo representa um importante apoio do MPLA e os seus esforços de se defender das pressões.

4. Além dos países vizinhos, outros países africanos tentam estar presentes nas mais diferentes maneiras no epílogo da situação das colónias portuguesas. Esporadicamente, através o Comité de Libertação e da própria OUA, surgem diversas iniciativas. Até agora, quem mais se expôs foi a Argélia que procura dirigir as negociações Portugal-PAIGC.

V -

Na situação dos ML e suas posições nas negociações com Portugal se reflecte também negativamente o conflito URSS-China. Utilizando a ajuda e apoio que prestaram, ambas as potências investiram constantes esforços para fazer entrar os movimentos de libertação nas suas lutas entre si. A esse respeito, em particular, estiveram sujeitos o MPLA, FRELIMO e PAIGC, como os ML mais fortes que fizeram frente com firmeza e êxito a essas pressões.

Apesar de ter ajudado os ML, a URSS olhou para o processo de descolonização em África em função da sua estratégia global, as suas relações com o Ocidente e o conflito com a RP da China. A suspensão da ajuda ao MPLA, sem rodeios, antes do golpe de Estado em Portugal, foi calculada a pensar na manutenção da sua presença na Zâmbia e Zaire, para combater as actividades chinesas cada vez mais visíveis e eficazes. [ - 14p. - ]

O interesse primário da URSS pela regularização das relações com Portugal é mais motivado pelas suas considerações europeias e «détente» e é menos um meio de pressão e influência no resultado das negociações de Portugal com os movimentos de libertação.

Por seu lado, a RP da China deseja assegurar o mais amplo espaço para a presença em África com o recuo das posições soviéticas. Como não conseguiu com a criação de organizações pró-chinesas entre os ML, ela orientou-se, principalmente depois da Revolução Cultural, para a busca de pontos de apoio o mais amplos possíveis na África, implantando-se de forma extremamente pragmática: fornece a maior ajuda material à FRELIMO, mas não suspendeu os contactos com a COREMO; continua com as ajudas ao MPLA, mantém contactos com a UNITA e envia missões militares ao Zaire para instrução dos soldados da FNLA. Prestando ajuda à FNLA, a China encontrou um adequado canal para reforçar as suas posições no Zaire e, ao mesmo tempo, completar a sua presença nesta região à espera do epílogo angolano. [ - 15p. - ]

2. Semelhante é o caso com a Zâmbia, caso Angola alcance a independência. Isto significaria o reforço do apoio à Organização Popular do Sudeste de África (SWAPO) na luta armada e, ao mesmo tempo, facilitaria a pressão da opinião internacional e a eficácia das acções das Nações Unidas.

3. A República da África do Sul chega a uma nova situação e tem de rever a situação até ao presente e a tática da sua defesa, encontrando-se num dilema — ou intervém militarmente e assegura a sua presença maçica na Rodésia, Zâmbia e até em Moçambique (a ideia da independência unilateral da minoria branca ou a anexação da parte sul de Moçambique), ou se encerra e nas suas próprias fronteiras, tentando efectuar uma certa liberalização do regime, (moderação do sistema do «apartheid», elevação do nível de vida dos africanos, concessão de amplos poderes aos bantustões). Com segurança, pode-se contar com o futuro fortalecimento da oposição liberal e com a insatisfação e a pressão do grande capital e as companhias multinacionais. Ao mesmo tempo, deve-se esperar a seguinte radicalização da insatisfação das massas africanas e a activização das suas organizações clandestinas.

4. Tudo isto dependerá, em grande medida, das posições que tomará o Ocidente que deve avaliar os seus duradouros interesses políticos, estratégico-militares e económicos nesta região.

No que diz respeito à posição do Ocidente em relação às mudanças em Portugal, este está numa grande dependência do desfecho das negociações com os ML e quais deles e sob quais condições chegarão ao poder. Não é de excluir nem a possibilidade dos aliados ocidentais saíam da sua reserva oficial no caso de que as negociações se orientem num sentido que seja desfavorável para eles e que ameaçasse as suas posições no Sul da África. Aliás, é característico que Nixon foi o único chefe de Estado que se encontrou até agora com Spínola, enquanto Soares dirigiu todos os seus contactos internacionais em direcção da Europa e os partidos sociais-democratas. [ - 16p. - ]

## PROPOSTAS

1. As mudanças em Portugal e actual fase das negociações exigem uma urgente acção da Jugoslávia na concessão de adequado e eficaz apoio político e concreta ajuda aos movimentos de

libertação. Por isso, é necessário que conheçamos o mais autenticamente possível todos os elementos da situação e o desenvolvimento dos acontecimentos, não só nos ML, mas também as mais amplas reacções africanas e internacionais. Isto inclui considerações e a análise da posição e possibilidades das forças progressistas em Portugal, as suas concepções relativas à descolonização, avaliação atenta das intenções e da política dos vizinhos estados africanos e consequências das mudanças nas colónias portuguesas na situação global e o futuro desenvolvimento da situação no Sul da África.

2. No actual desenvolvimento dos acontecimentos para o nosso país se coloca a questão da opção no sentido do reforço da solidariedade, concessão de ajudas políticas e materiais aos movimentos que reflectem em maior grau as aspirações dos povos das colónias portuguesas e com sua orientação política, atitudes e luta fornecem a maior garantia para a sua futura independente e não-alinhada posição internacional: desenvolvimento progressista interno. A par disso, é preciso ter em conta que a obtenção da independência é só a primeira etapa no caminho da plena emancipação política, social e económica. É indispensável a ajuda aos ML para que as suas legítimas reivindicações sejam aceites nas negociações com Portugal, que lhes prestem apoio de uma maneira adequada na oposição às pressões que estão sujeitos em África (países vizinhos) e no mundo (China, URSS e Ocidente). Igualmente, é de grande importância que na actual fase tão activa nos coloquemos em relação aos movimentos de acordo com as opções e obrigações ideológicas e políticas jugoslavas que resultam da nossa posição como país não-alinhado.

3. Particularmente, o nosso apoio deve continuar a ser dirigido para os nossos antigos parceiros — MPLA, FRELIMO e PAIGC, ao lado [ -17p.- ] da análise crítica das suas actividades e comportamento. Estes são os movimentos que representam a maioria da população dos seus países, que deram provas através da luta armada, têm as posições mais claras, tanto no plano interno, como também no internacional.

No que diz respeito ao MPLA, a nossa cooperação deve continuar dirigida para a direcção legal e o núcleo progressista em redor do Dr. Neto, não evitando o conhecimento dos pontos de vista dos grupos fraccionistas (Chipenda, Mário de Andrade e outros). Uma atenção especial dever-se-ia prestar ao conhecimento deste movimento no território sob controlo de Portugal.

Isto não exclui a necessidade que, no caso concreto de Angola, na fase actual, não se mantenham também ligações correspondentes com as outras forças: FNLA e UNITA.

4. O enfraquecimento da intensidade dos nossos contactos directos com os ML, em particular, no último ano está em contradição com a nossa abordagem empenhada com os problemas do Sul da África e o geral apoio e ajuda aos movimentos. Esta falta mostrou-se especialmente visível no mais recente desenvolvimento dos acontecimentos e impossibilitou-nos de assegurar, numa mudança bastante dinâmica, a nossa presença e um melhor conhecimento da situação no interior dos movimentos e suas verdadeiras intenções. Tem-se a impressão que muitos factores internacionais estão muito mais presentes e empenhados nos contactos com os movimentos, enquanto nós limitamo-nos à observação da evolução da situação e à informação acerca dos nossos lances em relação a Portugal.

5. No objectivo de ter uma abordagem jugoslava mais qualificada na região e assegurar uma maior presença nos ML, é necessário um muito maior grau de coordenação das posições e um planeamento das acções de todos os nossos factores. Isto quanto antes porque existem já há muito tempo diferentes abordagens e avaliações da situação na região e a marcha dos ML. Embora as ligações e ajuda da Jugoslávia para os movimentos sejam canalizadas através da ASPTJ e a sua Comissão Internacional e o Fundo de Ajuda às Vítimas das Agressões e Dominações Coloniais, desde o golpe de Estado em Portugal até hoje, a Aliança Socialista não esteve presente em nenhuma consultação que se relacionasse com esta problemática. [-18p.-] Passa-se o mesmo caso, quanto estamos informados, com algumas outras organizações sociopolíticas. (União da Juventude, Sindicatos, AFCGLP (NT: Associação Federal dos Combatentes da Guerra de Libertação Popular).

## II

1. Partindo de tudo que foi mencionado, é preciso assegurar a continuidade das nossas ligações com os ML com a realização de um diálogo, consultação e troca de opiniões regulares.

a) Neste sentido, como urgente se coloca, de novo, a questão do estabelecimento de um clima de confiança e contactos regulares com a FRELIMO de Moçambique que, por motivo de diversas circunstâncias, passam por uma certa estagnação. Aqui, é preciso dizer que já há muito tempo não temos uma visão dos acontecimentos internos em Moçambique e no próprio movimento.

b) No caso de Angola, particularmente a situação do MPLA, dispomos de diferentes informações, frequentemente contraditórias e confusas. Não temos uma autêntica e precisa visão, o que nos dificulta a avaliação das situações e conduz até à hesitação na determinação das nossas linhas de acção.

c) Apesar dos contactos regulares com o PAIGC, as informações que recebemos são, muitas vezes, devido à rápida evolução dos acontecimentos, desactualizadas, principalmente, as que dizem respeito às mais recentes fases da situação das negociações com Portugal.

d) Embora, por diversas razões, temos desenvolvidas relações com os estados independentes africanos que têm fronteiras com os territórios portugueses, não aproveitámos a possibilidade da nossa influência na correcção dos seus comportamentos em relação aos ML. Isto foi um caso à parte com o MPLA de Angola, apesar de que ainda numa fase precoce das pressões e da crise que se seguiu, tivemos possibilidades de fazer isso e que assumimos, nesse sentido, concretas obrigações em relação do Dr. Neto.

e) É indispensável planear atentamente o nosso contacto com as forças democráticas de Portugal e directamente se informar das verdadeiras intenções em relação aos ML. [- 19 p.-]

2. Como mais urgente coloca-se: a) envio de uma missão, o melhor no quadro da ASPTJ para efectuar contactos com as direcções de todos os ML, particularmente das colónias portuguesas, para um conhecimento pormenorizado da completa situação;

- ela devia também realizar contactos ao mais alto nível com dirigentes de certos países: Senegal, Guiné, Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia e no (*NT:Comité*) movimentos de libertação da OUA;
  - caso isto não possa efectuar uma delegação, prever o envio de vários emissários;
  - Envio de delegação a Portugal para contactos com PS e PC, como também outras estruturas e forças ( Partido Democrata-Cristão, Movimento dos Capitães e outros);
  - Envio de pessoas convenientes na qualidade de jornalistas para Angola e Moçambique, onde no próprio local conhecessem a situação, a disposição do povo e contactassem informalmente os representantes dos diversos sectores da opinião pública;
3. Apressar o envio do seguinte contingente militar, ajuda material e financeira para o que foi assegurado 1,2 mil milhões de antigos dinares (*N.T.:uns 743 mil dólares*), mas que ainda não passou o indispensável processo.
  4. Enviar convite para uma delegação da FRELIMO para visitar o nosso país e insistir que seja chefiada pelo presidente S. Machel.
  5. Propôr a abertura da embaixada da Guiné-Bissau e o Centro Informativo da FRELIMO em Belgrado.

#### O b s e r v a ç õ e s :

Na reunião do Colégio do SFNE, em 28 de Junho de 1974, foi tomada em consideração a informação acima mencionada e efectuada uma troca de ideias acerca da situação nos ML das colónias portuguesas, do estado das negociações e determinadas direcções e concretas acções da Jugoslávia. A par disso, [-20p.-] foi decidido:

que a actividade jugoslava se dirija para contactos e troca de opiniões com os PI (*NT: países independentes*) africanos e no quadro da ONU onde se deve esperar, em breve, a discussão da questão das negociações de Portugal e os ML;

efectuar contactos com a URSS e os países socialistas e RP da China para necessária informação e exercer influência no seu comportamento;

que no SFNE, no quadro do Grupo de Análise e Acompanhamento (GAA) formar um grupo para um acompanhamento contínuo da situação;

que o mais urgentemente se realizem as propostas dos contactos com os nossos parceiros nos ML, países africanos, Portugal e envio de jornalistas a Angola e Moçambique (territórios sob controlo de Portugal).

*AJ- 507*

---

#### **97 [ Conacri, Reunião com diplomata da embaixada dos EUA ]**

Embaixada da RSFJ Conacri **432241**  
 Número 852  
 28 / 6 / 1974  
 SFNE

Jack Macdonald, conselheiro da embaixada dos EUA.

Não reconheceram a Guiné-Bissau e, por agora, isso não acontecerá de modo nenhum porque o problema para os EUA é muito mais complexo do que parece. A política dos EUA está virada para a moderação das tensões no mundo, mas não por qualquer preço e em detrimento dos interesses dos EUA. Assim, a questão de Portugal e suas colónias tem um significado extraordinário para os EUA e a OTAN. Os EUA são pela descolonização da África, mas têm em conta os seus interesses. Nesse sentido, também, foram conduzidas as conversações Nixon-Spínola, nos Açores, e Kissinger-Soares, em Otava. Estes dois diálogos americanos-portugueses mostraram que a situação não está estabilizada, que Portugal está num período de agitação e polarização de forças. É evidente que se trata de duas diferentes abordagens do problemado desenvolvimento posterior e da democratização desse país e, em particular, do problema da descolonização. De resto, segundo as instruções de Washington, com a maior atenção se acompanha a situação na região e o problema da descolonização. Por isso, foram legalizados os contactos com o PAIGC e tenta-se que sejam o mais fortes possível. Têm a impressão que também o PAIGC está interessado nisso, porque considera que isso é uma introdução à normalização das relações. Com os dirigentes do PAIGC tiveram algumas conversações muito construtivas. [ 2.ª ]

Segundo as informações que têm da sua embaixada em Dacar, no Senegal, cada vez mais se reforçam as posições da FLING e outros grupos oposicionistas do PAIGC, que se procuram unir e consolidar. O Senegal apoia, formalmente, o PAIGC, mas tolera, talvez mais do que isso, a actividade da FLING e outros. Caso estes grupos, por agora, ainda sem importância maior, eles tornar-se-ão, caso a situação incerta se prolongar, cada vez mais fortes e mais pretenderão ser um factor na política do país e, sobretudo, nas negociações com Portugal. No Senegal, editam boletim e panfletos — nos quais acusam o PAIGC de estar nas mãos de gente de Cabo Verde, e que a chegada ao poder do PAIGC significaria a partida dos portugueses e uma nova colonização da Guiné-Bissau por parte do arquipélago cabo-verdiano (alusão à parte dos dirigentes do PAIGC das ilhas). Macdonald disse que considera que por trás das actividades da FLING não está somente o Senegal, mas ainda alguns líderes africanos, e as ligações vão, possivelmente, também até à França. Supostamente, os representantes da FLING tentam ter contactos com representantes diplomáticos dos EUA. Em Dacar, todavia, a embaixada dos EUA cautelosa. — Maletitch.

Entregue: 7.ª Direcção, Gab. de Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Komatina, Dizdarevitch, Badurina, direcção da imprensa. 3.ª, 4.ª e 5.ª direcções, GSS-SS e Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-224 (Guiné, 1974)*

## **98 [ Relatório acerca da delegação do PCP no X Congresso da LCJ ]**

### RELATÓRIO

acerca da estada da delegação do PC de Portugal no X Congresso da LCJ

O Partido Comunista de Portugal esteve representado no X Congresso da LCJ por um delegado, Carlos ABOIM INGLÊS (Jorge Vieira), membro do CC do PC de Portugal. Como representante do seu partido, Inglês reside já há cinco anos em Moscovo, donde mantém contactos com outros PC PEO

(*N.doT.: países europeus-orientais*). Para o Congresso viajou de Moscovo no avião da JAT, no domingo 26 de Maio, pelas 18,30 horas.

Além do acompanhante, no aeroporto, estava à espera do Inglês o anfitrião, camarada D. Belovski, membro da Presidência da LCJ. Após a apresentação, seguiu-se uma curta conversa, depois da qual, Inglês ficou instalado no Hotel Metropol, quando teve conhecimento do projecto do programa da sua estada na Jugoslávia (Belgrado), ao qual não fez reparos.

Nessa noite, o camarada D. Belovski ofereceu-lhe um jantar no Metropol, no qual, só esteve ainda o acompanhante. Por essa ocasião, Inglês apresentou brevemente a sua avaliação dos acontecimentos em Portugal e as possíveis perspectivas do futuro desenvolvimento, sublinhando, a par disso, a forte influência que o seu PC tem nos seguintes acontecimentos e sua canalização, graças às fortes pontos de apoio entre a população, no movimento sindical e exército, como também as boas relações com os outros partidos e meios políticos. Pela sua parte, o camarada Belovski deu ao Inglês algumas informações mais importantes relativas ao actual movimento e direcções básicas da acção da LCJ e, brevemente, dar-lhe-á a conhecer o próximo trabalho do X Congresso.

Tendo em conta as conversações marcadas no CC LCJ com o camarada D. Viditch, D. Belovski e outros funcionários da LCJ na quarta-feira, 29 de Maio, nesta conversa não se entrou profundamente em alguns temas importantes, nem nos problemas da futura cooperação interpartidária.

Após o jantar, não houve qualquer contacto com o convidado. [ - 2p. - ]

Na segunda-feira 27 de Maio, todo o dia, Inglês presenciou a sessão plenária do Congresso. Na pausa, durante o almoço, com o acompanhante, houve uma conversa bastante geral, porque Inglês não mostrou interesse em fazer qualquer pergunta mais importante que fosse ou comentasse aquilo que tinha ouvido no Congresso.

Tendo em conta que os trabalhos do Congresso desse dia terminaram muito tarde, não houve outros contactos ou conversações.

Na terça-feira, 28 de Maio, também foi realizado, integralmente, o programa, previsto para esse dia. Às 8H30, o membro do Comité Cidadino da LCJ de Belgrado, o camarada Miloche Lazarevitch encontrou-se com o camarada Inglês e juntamente com o acompanhante visitaram o centro desportivo de Kochutnhak, onde decorreu uma curta conversa informativa com os dirigentes do centro e, mais tarde, também durante a manhã, foi efectuada a visita à fábrica *21 de Maio*, em Rakovitsa. Além da visita das oficinas fabris, na fábrica houve uma conversação de hora e meia com os dirigentes e representantes das organizações sociopolíticas da fábrica, assistindo com eles o presidente da AM (*N.doT.: Assembleia Municipal*), como também uma parte dos camaradas do Centro Desportivo de Kochutnhak, que acompanharam o convidado também na Fábrica 21 de Maio.

Nesta conversação, Inglês interessou-se principalmente pela autogestão operária (isto interessa-o em particular), como também as formas práticas de cooperação entre os órgãos de gestão operários, sindicatos, organizações partidária e juvenil e direcção técnica da fábrica. Depois desta conversação,

foi organizado um comício no interior da fábrica. No comício, com a presença de algumas centenas de trabalhadores, após o convidado ter sido saudado pelo secretário da organização partidária da fábrica, o camarada Inglês dirigiu-se, num breve discurso, aos trabalhadores da fábrica, falando acerca dos acontecimentos em Portugal, tarefas do PCP e da classe operária de Portugal e agradeceu o apoio que tiveram da parte da LCJ e da classe operária da Jugoslávia.

Depois do comício, para o convidado foi organizado um almoço em Kochutnhak (no «Devetka»/«O Nove»), no qual estavam presentes todos os participantes da conversação na fábrica. Nessa ocasião, Inglês agradeceu particularmente a visita à fábrica e a recepção que lhe foi feita e aos representantes da fábrica deu como presente um exemplar do último número do jornal clandestino do seu PC, como o primeiro número que saiu em liberdade. Após o convidado se ter despedido dos anfitriões, foi efectuada a planeada visita ao PK (NT: *Kombinat Agrícola*) «Beograd» (PKB). Por causa do encontro com alguns representantes da nossa imprensa, o convidado não ficou até ao fim da visita do PKB. Uma vez que [- 3p. -] se despediu dos anfitriões no PKB, em companhia do camarada Lazarevitch foi conduzido ao Metropol, onde se despediu do anfitrião desse dia, o camarada Lazarevitch.

Nessa noite, Inglês jantou com representantes de alguns partidos da AL (*N.doT.: América Latina*), sem acompanhante.

Devido terem ficado muito ocupados, foi anulado o encontro com os camaradas D. Viditch e D. Belovski (com os quais estava prevista uma ampla conversação no CC LCJ), Inglês foi informado que seria recebido pelo vice-presidente do CEF e o SF dos Negócios Estrangeiros, camarada M Militch. Nessa altura, foi-lhe realçado, segundo as instruções que o acompanhante recebeu do camarada Jarko Milochevitch, que o camarada Minitch o receberia não só como secretário federal dos Negócios Estrangeiros, mas também com vice-presidente do CEF e alto dirigente partidário (membro da Presidência da LCJ).

Inglês exprimiu um certo grau de surpresa, não só pela própria alteração do programa, como também por se tratava do SF dos Negócios Estrangeiros (« Por acaso, não se trata de uma confusão, com certeza, trata-se do Partido Soc(.ialista) de Portugal?»). Todavia, não mostrou insatisfação, mas de qualquer maneira mostrou um certo grau de surpresa. (Provavelmente, um encontro nos Negócios Estrangeiros não convinha ao Inglês).

Na quarta-feira, 29 de Maio, às 09H00, Inglês foi recebido por parte do camarada M. Minitch no edifício do Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros. A conversação durou uma hora. Após que o camarada Minitch lhe disse, entre outras coisas, que o governo jugoslavo decidiu restabelecer as relações diplomáticas com Portugal, Inglês mostrou só no fim da exposição, sublinhando as razões pelas quais se guiou o PCP quando enviou a carta aos «partidos irmãos dos PS (*N.doT.: países socialistas*)» ( com a sugestão de não se estabelecerem relações diplomáticas, nesse momento, com o governo provisório de Portugal), uma certa incompreensão pela decisão do governo jugoslavo que foi

incompatível, depois da carta, com as suas expectativas. Muito gradualmente e discretamente, salientou que tal decisão pode reforçar o governo provisório num momento em que eles ainda não estão seguros se deve-se dar apoio internacional aquilo que o governo tenciona fazer (os seus receios estão aqui localizados).

Não entrou em outros grandes comentários. [- 4p. -]

No mesmo dia, o camarada D. Belovski ofereceu-lhe um almoço no Hotel Jugoslávia. Durante o almoço, num amplo contexto, falou-se das posições do PCP e, numa menor medida, sobre o trabalho do nosso Congresso.

Na mesma tarde, Inglês passeou pela cidade. Durante a noite, esteve presente na recepção que o Presidente da República organizou para os delegados estrangeiros no X Congresso da LCJ.

Durante a recepção, teve uma curta conversa com o camarada E. Kardelhe, ouvindo as respostas a curtas perguntas acerca da actual situação do PC e os acontecimentos em Portugal, ofereceu ajuda da nossa LCJ, exprimindo a disposição de os ajudar em qualquer momento. Por ocasião da despedida do camarada Kardelhe que exprimiu a convicção de que esta não será a última estadia do camarada Inglês na Jugoslávia e que se reforçarão as ligações entre os nossos dois partidos.

No fim da recepção, o camarada Inglês foi apresentado, em particular, ao Presidente da República camarada Tito.

Na quinta-feira, 30 de Maio, Inglês presenciou o Congresso. Na pausa, almoçou com o acompanhante (aceitou pela primeira vez uma conversa mais aberta). Nem, nessa altura, não entrou em comentários acerca da decisão do nosso governo de restabelecer as relações diplomáticas com o governo de Portugal, ou deu alguma impressão mais pessoal acerca do trabalho do Congresso.

Na mesma noite, Inglês jantou com algumas delegações da AL.

Na sexta-feira, 31 de Maio, antes que viajasse para Moscovo (no avião da JAT das 11,00) visitou Avala (monumento ao Soldado Desconhecido e o monumento aos dirigentes militares soviéticos mortos — Biriuzov e outros).

Tendo em conta a ocupação do anfitrião camarada D. Belovski, acerca da qual foi informado antecipadamente, no aeroporto despediu-se do Inglês o membro da Presidência da LCJ e secretário do CE SKJ camarada Voian Srjentitch. Também, nesta ocasião, Inglês evitou exprimir-se mais abertamente acerca das impressões do nosso Congresso.

Durante o Congresso, Inglês deu uma entrevista à RTB, Rádio Belgrado, escreveu um artigo para o «Política Económica e Internacional» e teve um encontro com os jornalistas do «Vetchernhi Novosti (*Novidades da Noite*)».

A estada no Congresso, Inglês aproveitou também para numerosos contactos com os restantes delegados, particularmente com os representantes dos países da AL, e uma particular longa conversação teve com a delegação do [- 5 - ] Vietname do Sul. Todavia, (*uma linha ilegível*).

30 de Junho de 1974

*AJ, 507, IX, 103*

---

**99 [ Paris, Concessão vistos a dois jornalistas portugueses ]**

Embaixada R S F J - Paris 4 3 2 4 1 0

Número 859

2 / 7 / 1974

S F N E

O nosso encarregado de negócios em Portugal recomendou-nos para darmos vistos aos jornalistas Pedro Rafael dos Santos e António Ferreira Marques do semanário «Vida Mundial» (orientação progressista, trabalho no nosso país e no tempo da ditadura). Para fins da reconstrução do seu jornal, estes jornalistas visitam alguns países europeus, dos socialistas somente a Jugoslávia. Estarão em Belgrado de 10 até 16 de Julho (Hotel «Metropole»). O encarregado de negócios deu-lhes uma recomendação para o «NIN».

Dêmos-lhes vistos.

Pedimos que lhes assegurem a conversação no NIN. - Dizdarevitch.

Entregue: Terceira Direcção, Berisavljevitch, I. Hadjitch, UIK, Direcção da Imprensa, SINF, Arquivos Confidenciais.

*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

---

**100 [ Estocolmo, As reservas suecas em relação à situação em Portugal ]**

Embaixada da RSFJ Estocolmo 432417

Número 347

3 / 7 / 1974

SFNE-

Os suecos continuam ainda reservados em relação aos acontecimentos em Portugal. Deram total apoio ao novo regime, mas não estão seguros quanto ao desfecho final das coisas. Spínola não é pessoa que traz mudanças. Soares é personalidade de categoria internacional, mas atrás dele encontra-se somente um Partido Socialista insignificante. Os comunistas são a força mais organizada, mas são também o PC mais conservador na Europa e os suecos estimam que o espaço de manobras deles é relativamente pequeno, apesar de que até agora se posicionaram bem, mesmo para além de todas as expectativas. Por outro lado, trata-se de uma situação bastante complexa, da estrutura conservadora de longa data da sociedade portuguesa. E segundo, o problema complexo das colónias. Será que Soares e os comunistas irão conseguir nos seus esforços, isso é ainda uma grande questão. O mais importante é que agora, neste momento, não vão longe demais no seu radicalismo, porque poderia provocar contra-reacções da sociedade conservadora organizada, etc.

Com o objectivo de uma melhor percepção da situação, os suecos enviaram a Portugal uma delegação do PSD, chefiada por alguns dos seus observadores mais capazes, incluindo aqui também o secretário-geral do Partido, S.Andersson, os quais, na base daquilo que viram e consultaram, trouxeram conclusões relativamente bastante cépticas. Todavia, apesar disso, deram total apoio ao novo regime e tudo com o fim de dar tempo e ajudar Soares a resolver os problemas. Mas, com isso não vão adiar

indefinidamente, o mais tardar até a próxima sessão da Assembleia-Geral da ONU, então vão-se decidir por atitudes mais definitivas. - Djunov.

Entregue: 3.<sup>a</sup> Direcção, Gab. Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Dizdarevitch, Badurina, Obradovitch, UMO e 7.<sup>a</sup> Direcção.

*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

---

## II — O II Governo Provisório (13/VII-30/IX)

Nestes meses de 1974, as relações jugoslavo-portuguesas foram marcadas pela demissão do I Governo Provisório, presidido por Palma Carlos (9/Jul.), e a nomeação do II Governo Provisório que, após os acontecimentos do 28 de Setembro, se seguiu o III Governo Provisório, tendo ambos Vasco Gonçalves como primeiro-ministro. Estas mudanças políticas — entre elas, o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau (10/Set.)— foram descritas e comentadas na correspondência da embaixada jugoslava para o seu SFNE. Este último recebeu, ainda de outras embaixadas em diversos países europeus e africanos, informações acerca da situação em Portugal e suas colónias, como também, dos EUA, da sua missão na ONU o relato do primeiro encontro (27/Set.) dos seus ministros dos Negócios Estrangeiros (Miloche Minitch e Mário Soares).

Igualmente, neste período, ocorreu a abertura da embaixada jugoslava em Portugal, tendo sido referidas algumas das suas actividades (visitas e reuniões).

Como documentos (cifrados) da embaixada de Lisboa para o SFNE continuaram a ser enviados por meio do telex da embaixada de Paris, as suas datas são posteriores em alguns dias e correspondem à sua entrega por correio diplomático.

### II.1— Julho e Agosto

Porém, a anterior situação política mudou com o II Governo Provisório (13/Jul.), presidido por Vasco Gonçalves (V.Doc.108), como foi confirmado, dias depois, por dirigentes (V.Doc. 106 e 107) do PAIGC (Inácio Semedo) e da FRELIMO (Marcelino dos Santos) e pelas embaixadas jugoslavas em Roma, Argel, Bruxelas e Lusaca<sup>40</sup>. Também, da embaixada em França, foi enviada a opinião de um dirigente do PS, Coimbra Martins (V.Doc.105). acerca da posição do general Spínola. Depois (26/Jul.) , o próprio SFNE informou «*todas as missões diplomáticas*» jugoslavas (Doc. 108) que «*coma formação do governo do coronel Gonçalves,foi resolvida a primeira grave crise política do novo*

---

<sup>40</sup> V. Doc.101, 102, 104 e 109.

*regime e impedida a tentativa de desvio à direita, como também a anulação de alguns fundamentais objectivos progressistas do golpe de Estado de 25 de Abril».*

### **Agosto**

Num dos seus primeiros documentos enviados para Belgrado (2/Ago.), intitulado «*Portugal e a Descolonização*» (V.Doc.112), a embaixada jugoslava em Lisboa informou que «*o novo governo português agiu com muita determinação na resolução da questão colonial*» e a sua imediata proposta de «*uma série de medidas concretas*» tornou a descolonização na «*questão central*» da sua política interna e externa.

Referiu ainda a reformulação do Programa do MFA, dias antes, que especificou o «*direito dos povos das colónias à autodeterminação que conduz[ia] à independência*», assim como o posterior discurso do presidente Spínola, em que se reconheceu, pela primeira vez, «*oficialmente e publicamente*» o direito à independência da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Depois, mencionou e salientou a importância de outras medidas como a retirada dos «*governadores-gerais de Luanda e Lourenço Marques*», a diminuição dos efectivos das forças armadas no país, as negociações em Angola e Moçambique e a próxima proclamação da independência da Guiné-Bissau. Também, relatou as manifestações de apoio ao governo, as relações com a ONU (a visita nesses dias do seu secretário-geral, Kurt Waldheim a Portugal) e o telegrama do comando militar da Guiné-Bissau para Spínola, em que se não fosse o governo, proclamaria a independência e retirava o exército dessa colónia.

Para concluir, o diplomata jugoslavo considerou que «*a nova orientação na questão da descolonização [foi] uma viragem histórica que o novo regime realizou*». Igualmente, seguiu-se uma melhoria na posição internacional de Portugal, que deveria ter um impacto positivo «*na democratização da política interna e na vida económica do país*». Pensava ainda que, juntamente a estes factores, esta solução foi tomada também devido à aproximação, em fins de Setembro, da Assembleia-Geral da ONU.

— A respeito da descolonização de Angola, chegou ao SFNE um telex (8/Ago.) relativo a uma reunião, em Dar es Salam, de Agostinho Neto com Melo Antunes (V.Doc.113), que ali tinha chegado incógnito, «*por causa das conversações acerca da independência de Angola*» e que o governo português estava «*pronto adar imediatamente a independência à Angola e sobre isso negociar com MPLA*».

— Quanto à situação política em Portugal, outro telex desse mesmo dia, este da embaixada de Bona (V.Doc.114), relata a informação dada por um dirigente do Partido Social-Democrata Alemão que tinha estado em Lisboa.

Ali, teve diversos encontros com Mário Soares que lhe confirmou a intenção do PS de, nas eleições marcadas para Março de 1975, não concorrer «*no quadro de uma frente popular ao lado dos comunistas*», ficando a decisão final para ser aprovada no próximo congresso do partido. Igualmente, disse-lhe que esperavam «*a ajuda dos partidos sociais-democratas*», mas que não houvesse a impressão que eram «*financiados do estrangeiro*».

Devido a uma próxima «catastrófica situação económica», agravada pelos retornados das colónias e «o licenciamento de 150 mil soldados», esperavam ainda «ajudas económicas e financeiras por parte da Europa», sobretudo da RFA e que «o Portugal democrático decidiu-se pela Europa e espera[va] a ajuda da Europa».

Segundo este dirigente do PSDA, no seu relatório propôs esses pedidos de ajuda ao Partido Socialista e a Portugal, mencionando ainda a confirmação de Mário Soares de que Portugal não tencionava permitir que a base americana nos Açores fosse um «problema nas relações com os EUA».

— Noutro telex desse dia (8/Ago.), este da embaixada em Moscovo (V.Doc.115), um seu diplomata relatou a reunião que teve com Amboim Inglês.

Após uma referência ao citado X Congresso da LCJ, em fins de Maio, onde representou o PCP, o dirigente comunista português «fez uma objecção a respeito do "timing" do reconhecimento do governo português por parte da Jugoslávia». Mencionou a carta que enviaram à LCJ com o pedido do adiamento desse reconhecimento e do dano que provocou, assim como, devido às diferenças existentes então nas posições do PS e do PCP, a LCJ tinha apoiado, «na verdade, as posições dos socialistas».

Neste documento, o seu subscritor resumiu ainda a sua resposta ao que tinha ouvido do seu interlocutor e descreveu outros pormenores desta reunião que, embora as relações interpartidárias tivessem sido o assunto principal, terminou com uma breve avaliação da situação política em Portugal.

— Uma semana depois, a embaixada de Lisboa recebeu uma informação do SFNE (V.Doc.117) sobre os citados telexes de Bona e Moscovo.

Além das citadas diferenças nas relações PS-PCP e da posição da «social-democracia ocidental e ao Ocidente como um todo» quanto ao PCP caso «ganhasse uma superioridade significativa nas eleições», foi recomendado uma «investigação a esse respeito, sobretudo no sentido da tática do PS em relação a uma maior cooperação com o PCP».

— Também, nesse dia, foram-lhe enviadas outras informações (V.Doc.118) relativas à «situação dos m.l. de Angola, Moçambique e Guiné Bissau, das negociações de Portugal com estes m. l. e as suas reacções a seu respeito».

Considerando que essa situação dos movimentos de libertação em Moçambique e Guiné-Bissau era «bastante mais favorável» do que em Angola porque, ali, havia uma cisão profunda com «fracções no interior da direcção do MPLA» e ingerências externas. Igualmente, o enfraquecimento da luta armada tinha dificultado as suas posições nas negociações com Portugal.

—Em relação à situação em Angola, em Lusaca (17/Ago.), «confidencialmente, como "aos amigos a quem tudo se pode dizer"», Agostinho Neto informou o embaixador jugoslavo da situação em Angola e no MPLA (o seu Congresso decorria ali), assim como das relações com o novo governo português (V.Doc.119), mencionando até algumas das suas propostas para as negociações acerca da independência.

Assim, referiu-se à chegada, vindo de Angola, de «*um grupo de seus correligionários que pediram que a direcção e ele próprio regressassem urgentemente ao país e começassem as negociações acerca da tomada do poder*». Além desta mensagem do governo português, insistiram ainda que se interrompesse o congresso o que ele recusou.

Igualmente, nesse dia, chegou uma delegação do governo português, cujos membros não foram nomeados, com o pedido «*para voltar ao país e entrar em negociações para assumir o poder*». Como só desejavam negociar com ele «*tentaram convencê-lo a enviar a Lisboa os seus representantes, os quais iniciariam as conversações preliminares e os preparativos para as negociações oficiais*». Colocando-lhe, à sua disposição um avião especial para essa viagem, Neto recusou, segundo os seus interlocutores jugoslavos, este pedido por causa do congresso, mas que após a sua realização, responderia «*positivamente a este pedido*». Salienta-se ainda que esta mensagem, transmitida em nome de Mário Soares, representava a posição do governo português, acrescentando-se que os membros desta delegação o informaram «*que, na acção da convocação do Congresso do MPLA, esteve metida a CIA com a intenção de adiar o desfecho, de forma a permitir-lhe criar um ponto de apoio em Angola e a impor os seus apaniguados*».

O embaixador jugoslavo referiu-se ao pedido de Agostinho Neto para que pudesse receber «*alguma informação de Portugal – a sua relação e maneira de ver quanto aos grupos fraccionários e movimentos de libertação*». Por fim, informou o SFNE que o PS de Portugal «*enviou uma saudação ao Congresso do MPLA com acento na unidade do movimento*».

— Dias antes (9/Ago.), em Lisboa, numa reunião no MNE (V.Doc.120), o encarregado de negócios jugoslavo, Ivan Koiitch, apresentou ao seu secretário-geral um pedido de visita para «*dar a conhecer ao Presidente do Governo*» as posições do governo jugoslavo acerca da questão colonial portuguesa.

Numa troca de informações com o diplomata português, este falou-lhe do processo da Descolonização e da situação em Moçambique, Angola e a Guiné-Bissau. Salientou-lhe, no final, que «*não desejavam assegurar uma presença neocolonialista, sob qualquer forma que fosse em África. Eram fracos para isso e, agora, estavam cada vez mais virados para os seus problemas internos*». Pediu-lhe ainda para que «*os seus esforços pela descolonização fossem entendidos como um trabalho honesto*», apelando, também, para a «*paciência, em particular, quando se tratava do ritmo da sua solução*».

— Em meados de Agosto, Ivan Koiitch foi recebido por Vasco Gonçalves (V.Doc.121) a quem apresentou a posição do seu governo acerca do «*processo de descolonização nas actuais condições*».

Referindo-se às recentes decisões do governo português, mencionou a importância da declaração do presidente António de Spínola (27/Jul.) e do comunicado das conversações com Kurt Waldheim na sua visita oficial a Portugal (2/Ago.), assim como salientou os contactos com os movimentos de libertação das colónias portuguesas e que «*a política do novo governo na questão*

*colonial — provocou um aumento da confiança porque o novo regime abordou sinceramente a descolonização».*

Reafirmando o apoio a essa «*política do governo português*», o diplomata jugoslavo realçou «*a confiança na sinceridade dessa orientação*» — um dos elementos da posição jugoslava para a próxima Assembleia-Geral da ONU —, mas também o apoio que contava dos meios da comunicação social jugoslavos.

Na sua resposta, após ter referido que «*o esforço do governo português pela descolonização era realmente sincero*», Vasco Gonçalves falou-lhe das circunstâncias e condições difíceis em que decorria, assim como da situação nas citadas colónias (Guiné-Bissau, Angola e Moçambique) e acerca das conversações com os seus movimentos de libertação, salientando, principalmente, os contactos que então decorriam com a direcção da FRELIMO e de algumas dificuldades nessas relações. No fim, solicitou ao seu interlocutor que lhes fosse transmitido o que tinha dito, porque «*isso seria útil*», tendo-lhe o diplomata jugoslavo respondido «*que iria comunicar a Belgrado*».

Na sua apreciação final, Koiitch considerou que «*a conversa foi vantajosa*» devido à posição jugoslava «*junto dos movimentos de libertação e dos países africanos e não-alinhados*», era altura e preciso «*transmitir aos portugueses a nossa opinião acerca da questão da descolonização*». Além disso, outro passo tinha sido «*dado na direcção certa: o coronel Gonçalves esta[va] à frente da corrente no país que procurava uma resolução rápida da questão colonial*», como fora ele que, em meados de Julho, na resolução da crise governamental, «*colocou como condição para um empenhamento mais forte do MFA, o cumprimento do seu Programa (do MFA) nas duas questões fundamentais: descolonização e democratização da vida interna*».

Porém, o diplomata jugoslavo não deixou de realçar que mesmo nessa «*parte tão progressista do regime, apesar da realidade da complexidade da problemática, todavia, estava afectada por algumas opiniões que*», na prática, não podiam satisfazer as reivindicações dos movimentos de libertação tanto, em Moçambique, como Angola. Não obstante, achava que «*o governo português deveria actuar cada vez mais depressa e evoluir na direcção*» dessas reivindicações, não só pelo aumento da pressão internacional (a próxima Assembleia Geral da ONU), mas também caso haja quebras «*no processo da descolonização que atinjam muito duramente os esforços pela democratização da vida interna e representem um elemento de medição de forças no país*». Acerca desta conversa, referiu ainda que como se exprimiu «*com a ajuda de notas*», em português<sup>41</sup>, Vasco Gonçalves pediu-lhe «*para deixar-lhe o texto, porque queria dá-las a conhecer ao presidente da República*», cuja entrega efectuou, nesse próprio dia, «*após as ter dactilografado*».

---

<sup>41</sup> Uma das línguas que falava bem. Esteve (1969-72) na embaixada no Brasil,

— Igualmente, nessa quarta-feira (14/Ago.), Kofiitich recebeu a visita do embaixador soviético, Arnold Kalinhine<sup>42</sup>, que tinha apresentado as credenciais dias antes e já visitado diversas «personalidades oficiais — presidente do governo, ministros e outros». Segundo ele, foi recebido «muito cordialmente e salientaram a importância das relações com a URSS», principalmente, numa «larga cooperação económica entre os dois países».

Além das relações económicas (negociações para a assinatura de um acordo económico e investimentos em sectores económicos em que «as companhias multinacionais não se tornaram proprietárias»), mencionou «um programa de actividades culturais, informativas, propagandísticas e outras».

Quanto a essas inúmeras actividades, Kalinhine sublinhou que não desejavam nenhuma «exportação da ideologia comunista», mas que, «em alguns, existia uma dose de receio pela sua presença». Referindo-se, ainda, à sua conversação com o presidente do Governo, este disse-lhe que «as relações económicas com a URSS eram importantes» para uma diversificação económica «com uma reestruturação mais radical da economia — mas uma economia em bases capitalistas».

Depois, segundo Kofiitich, fez uma breve análise da posição, em Portugal, das forças de esquerda e afirmou que trabalhavam «bem tacticamente: no plano interno, actuavam pacientemente e não antagonizavam demasiado; no externo — não davam pretextos para uma ofensiva do imperialismo e a reacção. ("É bom que se utilize a experiência chilena")». Considerou ainda como «boa e sábia» a posição «em relação à OTAN e outras "obrigações ocidentais"», estimando que, nos tempos próximos, as forças progressistas portuguesas podiam ter, por meio dessa sua tática adequada, «uma posição mais segura, o que era importante para as eleições».

Numa avaliação das actividades e dos próximos planos da embaixada soviética, o diplomata jugoslavo caracterizou-os até por uma certa «agressividade na acção», tendo como «objectivo de compensar, de alguma maneira, o perdido e obter, o mais depressa possível, a posição mais forte possível nesta parte da Europa», tendo em conta a possível influência da situação portuguesa na Península Ibérica nos seus «amplos e interessantes movimentos». Todavia, realçou que «tudo isto, numa base do respeito de todos aqueles postulados nos quais repousa Portugal como Estado e parte do mundo ocidental», respeitando, assim, as «obrigações perante a comunidade atlântica e a OTAN, ou seja, de facto, no contexto do respeito dos amplos interesses americanos e na linha da "détente"».

---

<sup>42</sup> Numa breve nota final (V.Doc.123), o diplomata jugoslavo informou ainda que o seu interlocutor tinha uma presença muito aberta e informal, acrescentando: «Parece que, com ele, era possível uma vasta troca de opiniões. Economista. Idade 45 anos. Na diplomacia, desde 1969. Antes de Lisboa, foi conselheiro em Havana».

Nessa semana, em Lisboa, na sua segunda-feira (12/Ago.), houve o motim de ex-agentes da PIDE-DGS na Penitenciária e, dois dias depois, após as suas citadas duas reuniões, pode-se pressupor que Koiitch teve conhecimento do comício de apoio ao MPLA, organizado no Pavilhão dos Desportos pela Casa de Angola, na noite dessa quarta-feira, a que se seguiu uma manifestação anticolonial no Rossio. Devido à repressão da Polícia Militar e da PSP houve um morto e vários feridos.

Além dos seus contactos com a Casa de Angola, ao ler a imprensa dos dias seguintes, terá lido, por exemplo, nas páginas do *Diário de Lisboa*, as notícias e a entrevista com «a viúva do cidadão morto», mas estas e outras notícias acerca da situação social e política foram pouco mencionadas ou comentadas por Koiitch na sua correspondência para o SFNE. Porém, como essas notícias eram recebidas, em Belgrado, por via das agências noticiosas, entre elas, a Tanjug, talvez possa ser esta uma explicação para essa ausência nos seus telexes (cifrados) enviados, algumas vezes por mês<sup>43</sup>, por meio da embaixada jugoslava em Paris.

— Contudo, houve a excepção do seu relato (V.Doc.124) da digressão de um grupo folclórico jugoslavo (21-29/Jul.) e da sua presença num dos seus concertos no Norte de Portugal, enviado também pela mesma embaixada semanas depois. Igualmente, é de realçar que o relato dessa viagem foi o único encontrado na documentação consultada (1974-1975) acerca de deslocações fora de Lisboa de diplomatas jugoslavos.

— Algumas informações recentes em relação à descolonização, recebidas de outras missões diplomáticas jugoslavias (Conacri e Lusaca), foram comunicadas (20/Ago.) pelo SFNE a Koiitch (V.Doc.122), sendo as primeiras do encarregado de negócios dos EUA na Guiné sobre «o acordo português-guineense (Bissau)» e os processos de descolonização em Moçambique e Angola. Da embaixada na Zâmbia, essas informações foram dadas por T. da Silva, membro da direcção do MPLA, e Marcelino dos Santos, vice-presidente da FRELIMO.

Segundo o dirigente angolano, havia um agravamento da situação em Angola devido às desordens e assassinatos dos «*extremistas de direita dos colonos brancos e dos apoiantes de Holden*», cujos apoios principais mencionou os dos «*círculos[...] do grande capital de Portugal e estrangeiro e de ex-membros da polícia secreta PIDE*», referindo também as actividades da CIA e da França, assim como do Zaire. Considerou ainda um «*perigo especial [...] a actuação de Jonas Savimbi*». Nestas suas breves informações, o então «*governador-geral de Angola*», o «*almirante Rosa*» Coutinho era comunista.

---

<sup>43</sup> O número dessas viagens não foi encontrado na documentação consultada deste período, em que devido a avarias no seu telex e máquina da cifra, a sua correspondência com o SFNE foi enviada da embaixada de Paris.

Em relação a Marcelino dos Santos, este tinha confirmado, cinco dias antes, que haveria o restabelecimento das negociações, as quais, seriam somente «*acerca da acessão ao poder*», mas continuando «*as acções armadas como meio de pressão*», embora o exército português já nem quisesse combater.

## II.2— Documentos (101-124)

---

### 101 [Roma, A crise de governo em Portugal ]

Embaixada da RSFJ – Roma 4 3 3 5 9 7  
 Número 795  
 11/ 7 /1974  
 SFNE

#### Crise de governo em Portugal

Os acontecimentos mais recentes em Portugal, em Itália, são acompanhados de uma atenção particular. Considera-se que, agora, o Governo Provisório de coligação foi colocado, pela primeira vez, perante uma séria prova, mais pelos problemas que surgem na política interna do que no plano externo. Aqui, porém, acredita-se que a demissão do presidente do governo e de quatro ministros não provocará a demissão de todo o governo. Primeiro, existe a razão formal, isto é, pela lei, em tais casos, prevê-se o preenchimento dos lugares vazios do presidente do governo ou ministros individualmente, o que, como se afirma, será a solução mais provável. Segundo, os socialistas e comunistas, não obstante os desacordos acerca de certas questões, não sairão do actual governo, porque querem aproveitar este período até à Primavera de 1975, quando se realizarão as primeiras eleições políticas em Portugal, assim como para assegurar o seu lugar mais tempo no novo governo e se tornar um factor mais forte na vida política do país. Acredita-se que os socialistas têm a este respeito planos mais ambiciosos do que os outros.

No MNE, dizem que, nos últimos tempos, crescem cada vez mais os rumores no exército português de que se exerce uma pressão externa para se chegar à cisão no interior das Forças Armadas, sobretudo entre os jovens oficiais e os restantes factores no exército. Menciona que, neste momento, é incerto se Spínola conseguirá acalmar a situação ou, no exército, continuará o processo, que pode criar novas dificuldades e complicar a consolidação no plano interno.

( M.Pisani, conselheiro no Departamento de Programação e Investigação – Vukmanovitch).  
 Brzitch.

*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

---

### 102 [ Argel, Os últimos acontecimentos em Portugal ]

Embaixada da RSFJ Argel 4 3 3 6 8 8  
 Número 367  
 11/ 7 /1974

Argel acompanha os últimos acontecimentos em Portugal com grande atenção provocada pela demissão do presidente e alguns membros do governo. Todos os jornais concordam com a avaliação de que «o actual beco sem saída em Portugal foi provocado pelas suas profundas dificuldades económicas e a continuação das aventuras coloniais em África», o que são os problemas que o governo de coligação, precisamente por causa dessa heterogeneidade não foi capaz de lidar com mais seriedade. Aqui, considera-se que a actual crise foi provocada pela direita, cujas demissões do governo não representam nada mais do que uma consciente chantagem. Constatou-se que a que a frágil coligação se desfez e que algo semelhante também era esperado, quanto à posição da esquerda aqui algo semelhante também era esperado.

Considera-se que a esquerda actua disciplinadamente, estavelmente e com uma tática de compromisso neste período (transitório) até às eleições livres que estão previstas para Março do próximo ano, quando conta com uma vitória segura. Precisamente, nesta questão (chave) das eleições se encontra a verdade. O desenvolvimento impressionante das forças democráticas em redor do PC, socialista e da esquerda cristã tornou-se insuportável aos olhos da «direita moderada» de Palma Carlos. Em fins de Junho, tornou-se evidente que a esquerda, em particular os comunistas, representarão o factor decisivo nas eleições do próximo Março. Acabando com a coligação, a direita quis provocar confusão no interior [ 2.ª p. ] do movimento democrata, por um lado, e obrigar o exército a intervir, por outro lado. Sabendo que o exército está firmemente comprometido com a sua decisão de manter até às eleições o governo de coligação de todas tendências, com esta sua manobra, a direita não sai do palco. Ela recua, somente, na expectativa de que o exército lhe proporcione melhores condições para sua «gestão temporária».

Aqui, se perguntam qual posição tomará, agora, o exército, isto é, se vai ceder perante a chantagem da direita e concluí-se que da resposta do exército depende o futuro político de Portugal. –  
Veinovitch

Entregue: 6.ª Direcção, Gabinete de Biieditch, Dolants, Minitch, Gen. Ljubitchitcih, Iavorski, Moísov, Bakotchevitch, Motchivnik, Obradovitch, GAP, 3.ª Direcção.

*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

---

**103 [ Reunião com os jornalistas do semanário português «Vida Mundial» ]**

COMITÉ FEDERAL DA INFORMAÇÃO

Secção dos Jornalistas Estrangeiros

Conf. N.º 0302-837/1

12/VII/1974

Belgrado

VB/SI

**NOTA**

Acerca da conversação de V. Beiakovitch, a chefe da Secção, com os jornalistas do semanário português «Vida Mundial», Pedro Rafael dos Santos e António Ferreira Marques, 11 de Julho deste ano.

Recebidos por recomendação do encarregado de negócios da RSFJ, em Lisboa, Koíitch. Viajam por alguns países europeus (já estiveram em França e Itália), e dos socialistas somente na Jugoslávia, de forma a conhecer a organização, edição e equipamento técnico dos jornais semanais semelhantes ao seu. A saber, recentemente, os próprios jornalistas elegeram um novo redactor-chefe, conhecido jornalista e escritor, e querem, como dizem, dar ao seu jornal um novo impulso e forma. O «Vida Mundial» (tiragem de 50 000) é o único jornal semanal, muito popular politicamente, que se empenhou também, durante a ditadura, em escrever ele tentou escrever de forma mais livre e abrangente. Pertence a uma grande empresa editorial (capital privado) que tem o diário «O Seculo» e mais uns jornais ilustradas como «O Seculo Ilustrado» e outros. A empresa existe desde 1880.

Como estão em viagem, há 15 dias, não sabiam quem, além do primeiro-ministro Carlos, se tinha demitido. Ficaram muito admirados que também o ministro da Defesa fosse um dos quatro que se demitiram. Disseram que ele não é nenhuma figura política, mas somente um militar e não vêem qual foi a razão que teve para apresentar a demissão. Constatando que no governo ficaram sobretudo os esquerdistas, exprimiram dúvidas que um tal governo iria durar. Estimam que o primeiro-ministro e os ministros se demitiram por causa da difícil situação económica. Na pergunta se o general Spínola era suficientemente forte e pessoa com autoridade para uma situação como esta, disseram que era muito reputado e capaz, mas para eles, o general Costa Gomes tinha qualidades intelectuais muito superiores.

Ambos os jornalistas, em particular, Dos Santos, são jovens. Estiveram muito dispostos para falarem acerca de Portugal e, durante as duas horas [ 2.<sup>a</sup> p.] da conversação, apresentaram detalhadamente a situação durante o tempo de Salazar e Caetano. A este último, chamaram-lhe muito astuto e mais fascista do que Salazar, mencionando que quando foi nomeado prometeu reformas democráticas, das quais, nenhuma foi realizada, excepto que foram mudados os nomes de algumas instituições odiadas como a Censura e outras. Expuseram a situação desde 16 de Março, quando Caetano se recusou a ver qualquer séria tentativa de mudança de regime até 25 de Abril. Para a situação (limitaram-se ao período até à demissão do governo) disseram que por razões compreensíveis é confusa. O povo que viveu até aqui sob uma terrível ditadura, totalmente apolítico, pode ser facilmente seduzido por este ou aquele grupo extremista, os quais, muitos vieram agora à luz, como são o chamado Partido Comunista de Portugal marxista-leninista (não é o PC Português, chefiado por Cunhal) ou diversos grupos trotskistas, maoistas e grupos semelhantes, incluindo também da extrema direita que vagueiam por aqui e ali. Falando acerca dos comunistas, nem um, nem o outro jornalista não expressaram simpatia. Salientaram que Cunhal, por exemplo, estava em Praga durante a invasão, que estava sob uma grande influência de Moscovo, que os outros chamados grupos comunistas a sua actividade reduz-se a escrever palavras de ordem pelas paredes e diversas ideias anarquistas, que nenhum deles tem um conceito firme para o desenvolvimento futuro de Portugal, que, nestes grupos extremistas, os membros são, em sua maioria, «filhos do papá» que acharam ali uma válvula por causa das tradições e disciplinas familiares, etc. Ironicamente, disseram que quase cada destes grupos agora tem o seu jornal.

Falaram bastante acerca das greves depois do 25 de Abril, afirmando que foi tão trágico como elas se organizaram descontroladamente, incitadas sabe-se lá por quem, sem a participação dos sindicatos. À pergunta se eles não acham que ali estavam envolvidas companhias multinacionais, responderam provavelmente que sim, mas que não poderiam «pegar os fios da meada», que num português só se pode suspeitar de que trabalha para alguma delas quando começa a esbanjar dinheiro ou a guiar um carro magnífico. Numa palavra, expressaram desagrado pela actividade insuficiente e o papel dos sindicatos. Os jornalistas têm o seu sindicato. Os jornalistas têm o seu sindicato, mas sem associação profissional. [ 3.<sup>a</sup> p.]

Na pergunta se e o que mudou concretamente na imprensa, rádio e televisão, responderam que alguns jornais, como o seu, demitiram os editores-chefes, despediram (ou sozinhos se retiram) os «criados» do antigo regime e que, na maioria dos jornais, aos donos ficou «claro» que só o dinheiro é seu, mas que a redacção do jornal é assunto exclusivo dos jornalistas. Acerca de um jornalista de Portugal que já esteve antes na Jugoslávia, De Freitas do «Diário Popular» (o maior diário) que aqui esteve, em 1972, com um visto turístico, a quem o CFINF organizou o programa da estadia e que depois descreveu, disseram que é um estimado velho jornalista e honesto. A Televisão é mais ou menos uma instituição estatal e as estações de rádio privadas excepto a Emissora Nacional estatal. Pensam que os jornais continuarão a não ter possibilidades de mandarem correspondentes permanentes para o estrangeiro, consideram isso caro e que é mais conveniente o envio de enviados especiais. Não souberam responder se, em Lisboa, havia correspondentes estrangeiros. Pensam que têm as grandes agências do Ocidente. Marques e Dos Santos trouxeram, como nos informou o camarada Koiitch, a sua recomendação para o NIN (*N.T.:semanário de Belgrado*), e marcámos um encontro com Velizar Savitch para essa tarde. Expus-lhes, brevemente, o papel do nosso Comité e a situação da imprensa na Jugoslávia. Interessaram-se também por outros jornais semanais em Belgrado e, depois, disseram que visitarão, eventualmente, Branko Chekrinhar no «Komunist».

Vendo que o objectivo da viagem não era escrever sobre a Jugoslávia, porque a redacção mandou-os com uma tarefa técnica, não insisti para terem conversações acerca do nosso sistema e desenvolvimento, mas expliquei-lhes, resumidamente, o significado da nova Constituição, o sistema federal, História da formação da Jugoslávia, etc. Propus-lhes para conversarmos ainda mais uma vez (ficam até 16/VII), o que aceitaram, e também que, acerca de qualquer tema que lhes interessa, asseguro-lhes o interlocutor certo, talvez entre jornalistas. Mostrei-lhes todas as nossas publicações para o estrangeiro e dei-lhes algumas brochuras. A única pergunta que colocaram em relação à política externa foi quanto bem-sucedida foi a visita do Presidente Tito à RF da Alemanha e, nessa ocasião, acrescentaram que ele era uma grande personalidade.

Ambos jornalistas falam bem o francês. Combinaram com Koiitch de se encontrarem, hoje, no «Metropol», onde também ficaram.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**104 [ Bruxelas, A situação em Portugal ]**

Embaixada RSFJ – Bruxelas 4 3 4 4 3 0  
 N.º 824  
 15 / 7 / 1974  
 S F N E

## Desenvolvimento em Portugal

O Partido Socialista espera que o novo governo será mais progressista, porque nele a maior influência terá o movimento dos capitães e os partidos da esquerda. Com a sua demissão, Carlos [*Palma Carlos*] quis provocar eleições presidenciais e adiar as parlamentares, o que reforçaria o centro, ou seja, a direita que representa o general De Spínola, o que de resto é a linha da OTAN e dos EUA. Todavia, isto deparou-se com a oposição dos capitães, cuja Comissão Política decidiu tomar o governo nas suas mãos e, assim, chegou-se ao mandato do coronel Gonçalves, que é um dos organizadores do *putsch* de Abril.

— Militch

Entregue: Terceira Direcção, Moísov, Komatina, Motchivnik, 5.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Direcções  
*ADMNE, F-216 (Portugal, 1974)*

**105 [ Paris, A opinião de Coimbra Martins acerca da situação política em Portugal ]**

Embaixada RSFJ – Paris (Carimbo do Arquivo)  
 Número 916 N.º 434631 18/7  
 16/7/74 *Portugal*  
 SFNE

O membro da Comissão Política do PS de Portugal Martin Coimbra (*N.T.: Coimbra Martins*) que vive em Paris e recentemente esteve em Portugal com F. Mitterrand (regressou no dia 10 de Julho de Lisboa) qualifica que a demissão de Palma Carlos foi uma tentativa dos círculos direitistas do exército para reforçarem as posições. Não está seguro na avaliação se isto se passou de acordo com Spínola e para seu interesse, ou sem conhecimento de Spínola.

Realça que a personalidade de Spínola é muito evolutiva (conhece-o desde os tempos do cumprimento do serviço militar). Até à partida para Angola, Spínola progrediu muito lentamente e não era um «menino-bonito» do regime. Depois de Angola, quando foi para a Guiné-Bissau, compreendeu o absurdo da guerra colonial. Então começou os contactos com a esquerda, através de um intermediário foi combinado um encontro com representantes do PS («em terreno neutral, com garantia do respectivo chefe de Estado»). Um par de dias antes do encontro, Cabral foi morto e o PS desistiu de qualquer contacto que fosse. Segundo informações posteriores, estão inclinados para a hipótese de que o assassinato de Cabral foi organizado sem o conhecimento de Spínola, talvez até com o objectivo do seu descrédito.

Disse que não tem nenhuma informação acerca do conteúdo do encontro Nixon-Spínola. Tem a impressão que as conversações foram incómodas para ambos. [ - 2p. - ]

A nomeação de Gonçalves para novo primeiro-ministro reforçou a orientação progressista do novo regime. Antes de tudo, aumentaram as possibilidades para o fim da guerra colonial, porque isso foi o primeiro objectivo do Movimento dos Capitães que agora reforçou as posições e mostrou força. A atitude em relação às colónias será o primeiro teste para o novo governo.

No país ampliou-se (mas não se generalizou) o movimento grevista, no qual, estão presentes reivindicações para melhoria das condições materiais que são justas, mas neste momento dificilmente poder-se-á ir ao seu encontro. Sobretudo o PC actua contra as greves. O PS também considera as greves inoportunas, mas nele a disciplina é mais fraca e existem diversas correntes. Uma ala está também contra a aliança com o PC. O PC está, sobretudo, sob os ataques da extrema-esquerda (que não ataca o PS), mas esta não tem grande influência e aceitação nas massas.

Coimbra interessou-se novamente pelas possibilidades de cooperação comercial com a Jugoslávia.

(da conversação com Babovitch). – s o c.

Enviado: III direcção, gab. de Minitch, Moísov, Obradovitch, A. Bakotchevitch, Komatina, Motchivnik, VII direcção e g a p.

*ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

#### **106 [ Argel, Reunião com Inácio Semedo, representante do PAIGC ]**

TELEX

Embaixada RSFJ Argel

Número 387

17/7/74

(Carimbo do Arquivo)

data: 23/7

N.º 435449 Portugal

S

para camaradas Minitch, Moísov, Komatina, Militchevitch e sexta direcção.

Hoje conversei com dr. Inácio Semedo, representante do PAIGC em Argel. O principal foi o seguinte:

1. As conversações com Portugal tiveram de ser interrompidas porque Soares pediu negociações separadas para Cabo-Verde e G.-Bissau. Não se trata de bases em Cabo-Verde porque lá não existem (há somente um aeroporto internacional), mas trata-se de uma posição estratégica extraordinariamente importante que Portugal deseja manter, apesar de em seu nome também negociou o socialista Soares.

A posição do PAIGC é totalmente clara – depois de 12 anos de luta não se deixam enganar como crianças com diversas promessas.

2. Por estes dias, estive aqui um dos capitães portugueses. (trata-se do capitão que outrora desertou do exército português. também foi piloto no exército argelino. agora é membro do grupo de capitães em Lisboa)

Ele informou tanto os argelinos como o dr. Semedo que as coisas em P. correm na melhor direcção. No governo, ficarão Soares e Cunhal, e o governo será mais à esquerda do que o anterior.

3. o governo manterá a posição de continuar as conversações com o PAIGC e de que o resultado será a independência da G-Bissau.

Quanto a respeito de Cabo-Verde, Portugal pedirá determinadas concessões – manter o aeroporto internacional e de o poder utilizar como base para navios. Semedo pensa que o PAIGC aceitará isso, porque a experiência ensinou-os a que muitos outros países assim procederam (a Argélia com bases francesas, a Tunísia e outros). [ - 2p. - ]

4. o dr. Semedo considera que também tudo irá bem com a FRELIMO, enquanto em Angola as coisas complicam-se bastante, tendo em conta a existência de três grupos políticos.

5. o citado capitão português disse que decorreu uma difícil luta com Spínola, mas o grupo que organizou o golpe não está disposto a abandonar o poder ao Spínola, que foi só «chamado» para ser presidente.

Observação: o dr. Semedo falou aliás com a maior admiração acerca da Jugoslávia.

O seu irmão eng. Júlio Semedo terminou os seus estudos entre nós (esteve na Residência Patrice Lumumba), e hoje precisamente foi nomeado para embaixador da G.-Bissau na ONU (os nossos deveriam contactá-lo). Luís Cabral chega amanhã a Argel para visitar a mulher e a irmã e para comunicar-lhes que o seu segundo irmão morreu num acidente rodoviário em Dacar, e assim dos três Cabrais só ficou ele

Pedi ao dr. Semedo que me organize um encontro com L. Cabral aqui em Argel. Prometeu embora a visita seja estritamente privada. - Veinovitch

Enviado: VI direcção, gab. Minitch, Moísov, A. Bakotchevitch, Komatina, Motchivnik, Cheferovitch, III direcção, GAP e arquivo conf.

*ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

### **107 [Dar es Salam, Reunião com Marcelino dos Santos ]**

Embaixada R S F J - Dar es Salam 4 3 5 2 7 3

Número 331

19 / 7 / 1974

S F N E -

Após bastante tempo de ter pedido uma reunião com eles, visitou-me na embaixada o vice-presidente da FRELIMO, Marcelino dos Santos. Perguntei-lhe, abertamente, se tínhamos-lhes feito algo censurável pois, já há três meses, a embaixada não tinha conseguido contactar a direcção da FRELIMO. Santos respondeu que lamentam caso tivemos a impressão de que mudaram de atitude em relação à Jugoslávia porque isso não tem fundamento. Eles sempre estimaram muito e, agora, estimam a ajuda e apoio da Jugoslávia Socialista. É um facto de que, nos últimos tempos, não houve contactos, que não enviaram uma delegação ao X Congresso da LCJ e que, em dado momento, não tivessem podido se encontrar com o camarada Kurtovitch, atribuiu à grande actividade por causa dos

acontecimentos em Portugal e ao pequeno número de quadros qualificados. Foi necessário preparar tácticas para as negociações com Portugal, formular a política de Moçambique, organizar novas organizações e operações militares. Bastante tempo perderam a convencer alguns países africanos que os empurravam para uma negociação sem princípios e de compromissos com Portugal. Isto foi a única razão.

Informe-me acerca do restabelecimento das relações com Portugal, dando-lhe a conhecer as nossas avaliações e opiniões. O esclarecimento aceitou sem comentários.

Falou amplamente acerca das suas opiniões acerca de Portugal. O golpe militar teve uma importância epocal para o desenvolvimento da sociedade portuguesa, mas também para os territórios coloniais. Os jovens oficiais que fizeram o golpe são progressistas. Todos eles são filhos das camadas mais baixas porque, em Portugal, o fenómeno dos filhos das famílias ricas não queriam mais morrer e não ingressavam na carreira militar. Foram eles que lutaram nas colónias e sentiram nas suas próprias costas a absurdidade da guerra colonial. [ 2.ª p.]

Os outros são também a podridão do fascismo. Sob um ponto de vista ideológico, eles não eram um grupo homogéneo, mas o seu movimento era objectivamente revolucionário porque tinha por objectivo, além do derrubamento do fascismo, também profundas reformas socioeconómicas em Portugal, a democratização e a modernização da sociedade portuguesa, e a solução da questão colonial. Entre os oficiais há muitos esquerdistas, ligados ao PCP, aos socialistas e dispostos a colaborar com as forças da esquerda.

No fundo, Spínola era só um companheiro de viagem do Movimento das Forças Armadas. Subjectivamente, tinha as mesmas posições que Caetano teve. Compreendeu que, no interesse da salvaguarda do poder da grande burguesia e dos latifundiários como das colónias era necessário romper com o odioso fascismo e dar a Portugal uma cobertura democrática. Caetano não tinha conseguido porque estava demasiado comprometido. Agora, Spínola tentava isso. Ele não está disposto a qualquer reforma do sistema socioeconómico que pudesse enfraquecer só mesmo um pouco a posição do grande capital. Não está disposto a renunciar às colónias. Dificultava as reformas. Estava numa conspiração com a grande burguesia. Quis aprovar uma constituição provisória, decretar eleições para presidente da República e dar ao governo maiores poderes — tudo para que enfraquecesse as posições do Movimento das Forças Armadas e da esquerda. Somente, desistiu disso, após a enérgica intervenção do Comité das Forças Armadas. A demissão do governo foi também uma manobra da grande burguesia em sintonia com Spínola.

O comportamento de Cunhal e Soares é sem princípios. Eles estavam obcecados com o receio que algum seu procedimento não pudesse ser utilizado abusivamente pela direita e, assim, contribuir para a restauração do fascismo. Ora, isso era um perigo irreal. Isso era semelhante ao que pregam aqueles que dizem que a independência de Moçambique conduziria a conflitos tribais. [ 3.ª p.] Em vez de uma ligação forte com as forças de esquerda no Comité das Forças Armadas e formarem uma frente de esquerda para efectuarem as reformas socioeconómicas essenciais, sem as quais não haverá

progresso e democracia em Portugal, tanto os comunistas como os socialistas fazem táticas, jogavam na carta da autoridade de Spínola. Soares foi junto de todos os governos europeus-ocidentais, em particular os socialistas, para que apoiassem Spínola. Igualmente, a respeito da independência das colónias não eram consequentes. Declaravam-se pela independência e, ao mesmo tempo, reclamam compreensão aos movimentos de libertação para as dificuldades do governo. Também, enganam a opinião pública mundial acerca das negociações com os movimentos de libertação. A política de compromissos com a burguesia não levará os socialistas e os comunistas a parte nenhuma.

A questão fundamental mais actual de Portugal é o sistema socioeconómico. Sem reformas radicais que impeçam o poder do grande e pequeno capital, e a introdução de um controlo social ou estatal na economia, serão impossíveis reformas sociais e políticas. Os jovens oficiais são por reformas decisivas. Eles exigem que se estabeleça na indústria pesada, no grande comércio e nos bancos uma participação estatal de 51%. Spínola e parte do exército aceitam que tal parte seja no máximo 25%. Agora, as lanças partem-se em redor disso.

Porém, esperava-se muito. O novo governo militar promete muito, tanto na política interna como a respeito das às colónias. O coronel Gonçalves é um comprovado esquerdista e também alguns ministros – oficiais. É membro da Junta e do Comité de Coordenação. A FRELIMO mantinha com ele contactos permanentes e teve as melhores impressões. Acredita que, com o novo governo, as perspectivas para uma solução pacífica e rápida da questão da independência eram de longe mais favoráveis. A FRELIMO tem suficiente confiança no novo governo, o que nunca se poderia dizer do anterior. [ 4.ª p.]

Ademais, a posição da FRELIMO era, em Moçambique, bastante boa e muito se restabeleceu depois do golpe de Estado de 25 de Abril. Politicamente, era mais forte e, em muitas regiões, o único movimento. Militarmente, dominava uma boa parte do território. Conseguiu ganhar, ainda, a confiança da maioria dos brancos em Moçambique e suas organizações. Na realidade, contra a FRELIMO actuavam algumas organizações de brancos, que representam uma minoria da população branca e pequeno número de organizações da população negra que fez parte do "establishment" colonial. Sendo assim, a RAS e a Rodésia conformaram-se com a situação e com o facto de que Moçambique tornar-se-á, em breve, independente. A FRELIMO continuará com as negociações acerca da obtenção da independência com o governo português e, ao mesmo tempo, irá reforçar o trabalho político em Moçambique e até acções militares caso se verificasse que sem isso Portugal não estivesse disposto a reconhecer a independência.

Realmente, contam que até à independência vai passar, provavelmente, ainda um a dois anos.

Segue anexo acerca da ajuda militar e material que a FRELIMO espera da RSFJ». <sup>44</sup> – Kochin.

<sup>44</sup> Segundo a proposta da ASPTJ (30/Dez./74) para aprovação, esta lista pedia «armamento para o equipamento completo de uma unidade de infantaria de três mil soldados», sendo esse equipamento determinado por especialistas militares jugoslavos que o avaliaram em 200 milhões de dinares (cerca 11,8 milhões de dólares). Dentro das possibilidades financeiras existentes, a proposta final foi de 25 milhões (1,47 milhões) mais «uma ajuda humanitária de alimentos» no valor de 2 milhões de dinares (cerca 118 mil dólares). AJ, 837, I-5-b, Angola.

Entregue: 7.<sup>a</sup> Direcção, Gab. Minitich, gen. Ljubitchitch, gen. Voivoditch, Moísov, Obradovitch, A. Bakotchevitch, Komatina, Grupo dos Não-Alinhados, GAP. UID, 3.<sup>a</sup> Direcção, RB e arquivos confidenciais.  
*ADMNE, F-225 (Angola e Moçambique, 1974)*

---

### 108 | O governo do coronel Vasco Gonçalves ]

Gabinete do Secretário-Adjunto Federal

TELEX

Número 435096

26/7/1974

(Carimbo do Arquivo)N.º 435096

para todas MD (*N.T.:missões diplomáticas*)

data: 26/7/74

Com a formação do governo do coronel Gonçalves, foi resolvida a primeira grave crise política do novo regime e impedida a tentativa de desvio à direita, como também a anulação de alguns fundamentais objectivos progressistas do golpe de Estado de 25 de Abril.

As forças conservadoras provocaram a demissão do p. (*N.T.: primeiro-ministro*) Carlos para afastar do governo e da vida política, com o rompimento da coligação, as forças de orientação progressista e de esquerda, antes de tudo, o PC e o PS. Preocupada com o aumento da influência da esquerda e o impulso do movimento progressista interno, a direita quis tentar criar condições para o imediata arbitragem própria dos processos fundamentais da vida política do país, incluindo também o problema das colónias.

Vendo a tempo o perigo, o Movimento das Forças Armadas (MFA) reagiu rapidamente e na linha do programa com o qual também entrou em acção para o derrubamento do anterior regime. opôs-se energeticamente ao rompimento da coligação e qualquer afastamento do curso traçado, no que receberam o apoio de toda a esquerda e ampla opinião pública. Spínola, que no início se comportou benevolmente perante a demissão do governo, aceitou a atitude do MFA, guardando assim o espaço para a continuação da cooperação e actuação comuns.

O novo governo está sob um controlo ainda mais forte do MFA (de 17 membros – oito oficiais, o presidente Gonçalves é uma figura importante [-2.<sup>a</sup>] do MFA), o que mostra a necessidade de combater as novas pressões da direita e assegurar a necessária estabilidade para a execução mais eficaz do novo curso, junto a uma futura forte presença e papel das forças progressistas. desta maneira, o MFA alargou a sua influência na vida política do país e a nível do governo, que assim obteve um maior peso e papel específicos. Foi confirmada a influência da esquerda, o que é um factor importante no futuro desenvolvimento positivo de Portugal.

Deve-se esperar que o curso do novo governo será, tendo em conta a sua composição e a estabelecida relação de forças, antes de tudo, pela descolonização, resolução dos problemas económicos internos e o reforço das posições do novo regime. Com o empenhamento na formação do novo governo,

---

o MFA mostrou que não aceita desvios ao programa aprovado, nem por agora de se privar das funções que lhe pertencem.

O novo governo está decidido, parece, a abordar mais decisivamente e rapidamente o problema da descolonização, porque o presente conhecimento do adiamento e da exagerada tática aumentam as dificuldades nas colónias, ameaçando, ao mesmo tempo, também a situação em Portugal. Nestes dias, pela primeira vez, a possibilidade da concessão da independência das actuais colónias foi prevista por uma lei especial com a qual se reconhece o direito à autodeterminação. Por tudo isto, parece, que em breve serão dados importantes passos em relação à G.-Bissau, com a qual há contactos em curso.

É importante a disposição do novo governo de ele próprio apoiar a entrada da G-B na ONU. É indicativo, também, a decisão do corte de relações com o Malávi, o que mostra a firmeza do novo governo para impedir a ingerência directa de factores estrangeiros em Moçambique e Angola. Resta, [ - 3 - ] todavia, por ver se o novo governo confirma na prática a sua disposição para a descolonização no sentido da concessão de total liberdade e independência à G-B, Angola e Moçambique.

Pedimos que continuem a seguir e a informar no quadro das nossas instruções até agora. – Moísov.

*ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

#### **109 [ Lusaca, Reunião com S. Nujoma ]**

Embaixada da RSFJ - Lusaca461378

Número 472

27 / 7 / 1974

SFNE–

Da conversação com o presidente do movimento de libertação SWAPO (Namíbia) S. Nujoma.

As mudanças em Portugal causaram grande nervosismo e insegurança na RAS, o que se manifesta por meio do aumento da presença militar na Namíbia e nas medidas repressivas mais brutais. Também, ao mesmo tempo, o movimento de libertação recebeu um novo estímulo. O clima político no país é favorável para o reforço da influência do SWAPO e apesar as represálias da RAS. Continuará as acções através da ONU, mas o movimento orientar-se-á sobretudo para o reforço das forças armadas. O seu plano é de criar, durante dois anos, tais forças armadas que sejam um factor decisivo para as negociações. Sem elas, existe um grande perigo que a «independência» encubra o neocolonialismo, ignore o movimento de libertação e se forme um tal governo que garantiria, antes de tudo, os interesses económicos do Ocidente nesta região. Durante este ano, as suas forças armadas serão munidas de mísseis (da URSS) terra-ar, o que facilitará expandir o território libertado e desmoralizar as forças armadas da RAS.

As mudanças em Portugal facilitaram a sua posição com as fronteiras da Zâmbia e Angola. As forças armadas portuguesas permitem-lhes a passagem e através de Angola. Recentemente, toda a sua

família chegou, através de Angola, à Zâmbia (através de Angola tiveram uma escolta de patrulhas militares portuguesas).

Nota: o Dr. Neto disse que aqui não se trata de forças portuguesas, mas sim de unidades da UNITA, as quais estão integradas com as forças portuguesas, e a UNITA e a SWAPO cooperam muito estreitamente.

Em relação à ONU, a SWAPO propõe o seguinte durante 1974:

1. Para que coloque de novo a Sean Macbride como comissário da ONU para a Namíbia para 1974;
2. Que o representante permanente zambiano na ONU, R. Banda, seja designado para presidente do Conselho da ONU para a Namíbia (1974-75);
3. Que se proponha que, em Setembro, se convoque uma reunião do Conselho de Segurança (na segunda semana depois do início da AG) com o objectivo de ter em consideração a situação na Namíbia, que se convoquem os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros da OUA que são responsáveis pela Namíbia, que participem na reunião do CS e que o secretário da OUA presencie também essa reunião;

Nujoma entregou-nos uma cópia da carta, que enviou para o secretário da OUA, relativa às acções na ONU.

No fim, Nujoma pediu ainda um maior apoio e ajuda material, tendo em conta o seu programa de acções que apresentou. Em particular, mencionou a necessidade de ajudas financeiras relativamente à actividade de propaganda e um número cada vez maior de quadros que precisam de manter na Namíbia. Mencionou, embora um pouco timidamente, a quantia de 20 mil dólares. Acrescentou que, de nós, este ano não recebeu ajuda financeira. – Vukolitch

Distribuído: Sétima Direcção, Gabinete de Dolants, Grlitchkov, Viditch, Bakotchevitch, Moísov, Komatina, Motchivnik, Badurina, Obradovitch, GAP, Terceira Direcção, UMO.

*ADMNE, F-225 (Angola, 1974)*

## **110 [ SFNE, A instalação e o quadro do pessoal da Embaixada em Lisboa ]**

SECRETARIADO FEDERAL DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção da Europa Ocidental

N.º 446478

1 / VIII / 1974

### N O T A

Acerca da reunião relativa a algumas questões da instalação e do quadro do pessoal da Embaixada da RSFJ em Lisboa, realizada na Direcção de Quadros e de Assuntos Organizativos, 1/VIII/74

Na reunião estiveram presentes os representantes: Direcção dos Assuntos do Pessoal, Serviço dos Assuntos Materiais e Financeiros, Serviço de Comunicações, Serviço de Segurança, Sector I, UID e III Direcção.

Foi considerada a informação do encarregado de Negócios da Embaixada em Lisboa, I. Koiitch de 30/VII/1974. Foi decidido o seguinte:

1. Durante a procura de um local para a instalação provisória da Embaixada dever-se-á ter em conta todos os indispensáveis aspectos (condições do trabalho, possibilidade de comunicações, segurança e outros), como também, em particular, de que as divisões sejam suficientemente grandes para permitir a instalação normal do pessoal previsto pela sistematização. Nesse sentido, responder à proposta de Koiitch que apresentou ao SFNE. O montante do aluguer proposto foi, em princípio, aprovado. O seu montante não é decisivo, mas é fundamental ter em conta a funcionalidade e outros elementos indispensáveis das instalações.

Foi autorizado a ida de S. Nhegomir, mas sob a condição de que traga a proposta na base da qual, tendo em vista os acima citados elementos, seja possível tomar uma decisão definitiva. Caso se for verificado que a proposta já apresentada por Koiitch, ou alguma alternativa semelhante que cumpra os critérios citados, Nhegomir deverá trazer consigo a minuta do contrato de aluguer, plano, localização com todos os elementos da posição das instalações (edifício) em relação às cercanias. Caso, todavia, a proposta apresentada não convém, é necessário que se procure uma segunda possibilidade e que, somente após reunidas as novas propostas, Nhegomir venha. [ 2.ª p.]

2. Que Koiitch confirme junto do Corpo Diplomático como certas embaixadas mantêm as comunicações e que Nhegomir traga informação sobre isso para Belgrado. Devido a que estamos orientados para as ligações rádio, é necessário apresentar o pedido ao MNE português para uma estação de rádio.

3. Que Koiitch e Nhegomir examinem as possibilidades da compra do mobiliário em Lisboa para equipar a Embaixada e que, sobre isso, tragam informação. É preciso, igualmente, trazer uma informação concreta acerca dos possíveis preços dos apartamentos para o pessoal da Embaixada.

4. Foram consideradas as questões da realização das conclusões antes aprovadas acerca da composição do quadro da Embaixada. De novo, foi sublinhada a urgência da partida do contabilista e cifrante, como também a execução de todos os preparativos (emissão de passaportes, vistos, exames) para o envio do restante pessoal. O contabilista deve partir ainda durante Agosto; para o cifrante criar-se as condições indispensáveis (quando forem alugadas as instalações), e o restante pessoal durante Setembro (conselheiro e secretário até meados de Setembro).

Entregue: Gabinete do SAF M. Komatina, SAF E.Nemanja, SAF Dj. Petrovitch, SSF R, Motchivnik, Direcção do Pessoal e Assuntos Org., Serviço dos Assuntos Materiais e Financeiros, Serviço de Imóveis e Assuntos Gerais, Serviço de Comunicações, I Sector, UID, III Direcção e Arquivos.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**111 [ Lisboa, A visita da delegação da ASPTJ a Portugal ]**

Lisboa 438097

N.º 12

2/8/1974

SFNE -

A direcção do PS aceita Setembro como data para a visita da delegação. Enviará o convite oficial. Preparam o programa das conversações, vão informar a tempo. Quero, daqui, exprimir uma opinião acerca da composição da delegação. Considero que deveria ser mista — ASPTJ e LCJ. Isto, antes de tudo, por razões de princípios. Penso que não seria bom criar um desbalanço na cooperação, porque na prática os partidos vão juntos praticamente. A impressão de que, após a crise do governo, se reforçou a unidade de acções. Por causa de tudo seria contraproducente não ir também ao PC — e isso numa base de direitos iguais.

Em relação a isto existiam, na verdade, somente tópicos de ideias (sessão da Aliança Socialista de 10 de Julho), que como possibilidade apresentei aos socialistas (sobre o que informei).

Hoje, tive uma reunião na Comissão Internacional do CC PCP. Vejo que existe disposição para contacto. Naturalmente, por causa da vossa aprovação não precisei nada.

Na quarta-feira, 7/8 deste ano, tenho um encontro com um membro do CC. Peço que informem se concordam (telex n.º 12172 – Tivoli Jardim).

Acerca dos pormenores, informaria em meados do mês de Paris. Koiitch

Telegrama recebido por correio 4/8/1974

Entregue: terceira direcção, Gab. Dolants, Obradovitch, A. Bakotchevitch, Komatina, Motchivnik.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**112 [ Lisboa, Portugal e a Descolonização ]**

Representação da R S F J Lisboa 438099

Número 14

2 / 8 / 1974

SFNE-

Portugal e a Descolonização.

O novo governo português agiu com muita determinação na resolução da questão colonial. Num pouco mais de uma semana da tomada de posse, propôs toda uma série de medidas concretas que, por fim, activou o problema da descolonização, de tal maneira que se tornou na questão central tanto na vida política interna como nas actividades internacionais do país. Já, em 24 de Julho, o governo aprovou um decreto-lei que complementou e reformulou o Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA, na parte que fala acerca da descolonização, no sentido de precisar do direito dos povos das colónias à autodeterminação que conduz à independência. Três dias depois, com o discurso do presidente Spínola,

que já se tornou histórico, o novo regime, finalmente, determinou, definitivamente, a sua posição nesta questão: Guiné-Bissau, Moçambique e Angola — reconhece-se o direito à independência. Isto foi a primeira vez que, oficialmente e publicamente, esse direito se reconhece e refere. Até agora, acerca da descolonização falou-se só implicativamente e como sobre eventuais consequências de certo tipo de interpretação do princípio da autodeterminação. Daí, o significado fundamental deste discurso de Spínola, do qual, na realidade, basicamente começou o processo de descolonização.

Ainda antes deste discurso, o governo tomou algumas medidas concretas que iam no sentido da descolonização. Antes de tudo, retirou os governadores-gerais de Luanda e Lourenço Marques — nomeados para lá apenas há um mês — e formou uma junta militar em cada uma destas colónias. Sabe-se que os governadores foram enviados como titulares da continuidade. Naturalmente, em condições um pouco diferentes, porque foram no tempo, quando, a parte conservadora do regime (Spínola e parte da Junta [2.<sup>a</sup> p.] de Salvação Nacional) estava determinada a manter Moçambique e, em particular, Angola no quadro de uma qualquer comunidade portuguesa. Com tais poderes, os governadores não poderiam obedecer ao novo governo que desejava uma total viragem na questão da descolonização. Daí, chegou-se à formação de juntas militares que foram com instruções para serem os realizadores da descolonização no local.

Segundo, Portugal aceitou a cooperação com o Comité dos 24 da ONU. Somente, agora, na base das novas orientações do governo. O anterior governo recusou firmemente tal relação com a ONU (informação de fontes no MNE). De resto, tal atitude estava na linha da política da descolonização e representava o sinal exterior da impreparação e das manobras de Spínola na resolução da questão colonial.

Na prática, algumas circunstâncias confirmam a nova orientação governamental; diminuição dos efectivos das forças armadas no país; desde 1 de Agosto, passagem à reserva de parte do quadro de oficiais (todos aqueles a quem, devido à guerra nas colónias, o serviço tinha sido prolongado).

As direcções de todos partidos políticos e movimentos surgiram imediatamente após o discurso do PR com declarações especiais, nas quais, davam — excepto os federalistas e, parcialmente, os monárquicos) — um apoio sem reservas ao governo. Os partidos membros na coligação (PC, PS e PPD) organizaram um comício maciço em que participaram cerca de 200 000 pessoas e, no qual, discursaram os líderes desses partidos. Manifestações de apoio ao governo foram organizadas em frente das sedes do governo e da presidência da República. Dando apoio à nova política, as correntes de esquerda avisavam para que, na prática da resolução da descolonização, não se perca de vista que o grande capital não desistiu da imposição da solução neocolonialista, indo também até a uma determinada internacionalização do processo.

A independência da Guiné-Bissau será proclamada, provavelmente, nos tempos mais próximos segundo algumas informações (director do jornal «República» e embaixador inglês) — para isso será aproveitada a visita de Waldheim [3.<sup>a</sup> p.] (chega hoje 2 de Agosto). Com base na proclamação da independência da G-B, Portugal dirige, na Assembleia-Geral da ONU, a acção para a admissão da G-B na ONU. Por outro lado, informações do corpo diplomático e da imprensa falam que o PAIGC já aceitou a reintegração dos chamados «comandos africanos», isto é, os soldados negros do exército português. Isto é o resultado de longas negociações que foram efectuadas na G-B entre o PAIGC e o comando militar português.

No que diz respeito a Angola e Moçambique — tratava-se de ajustar os termos para as negociações (J. Campinos, secretário de Estado no MNE). Em Moçambique, o cessar-fogo está iminente, o que é o passo indispensável para que comecem as negociações. Nisso, têm dificuldades, em particular, em Angola, por causa dos numerosos factores com os quais precisam de negociar. Os resultados da cimeira em Bukavu podem tornar, tanto quanto, a situação mais fácil, embora, aqui, ainda não foi tomada uma posição definitiva em relação às decisões da reunião.

Segundo as nossas informações (Campinos, embaixador inglês e imprensa), a viragem na descolonização chegou com a clara exigência do MFA. Com isso, como condição, o MFA também entrou no governo — e, assim, está representado nele num número tão grande, sabendo que existem fortes oposições à resolução da questão colonial. Da G-B, chegou recentemente um telegrama, no qual, o comando militar impunha a Spínola: caso não for o governo — o comando militar proclamará a independência da G-B e retirava o exército do país, o que assustou os conservadores — sobretudo por causa do precedente em relação a Angola e Moçambique. Considera-se, na verdade, que o tal telegrama — fez parte integrante da acção sincronizada a partir do país.

É evidente que a nova orientação na questão da descolonização — uma viragem histórica que o novo regime realizou. Além da acentuada melhoria que se seguiu na posição internacional de Portugal, com o definitivo rompimento dão isolamento — a nova política terá um efeito fortemente positivo na democratização da política interna e na vida económica do país. Penso que, além da série de factores, também o facto de que se aproxima a AG da ONU apressou a solução. — Kóíitch

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **113 [ Lusaca, Encontro Agostinho Neto e Melo Antunes ]**

Embaixada RSFJ - Lusaca  
Número 505

T E L E X  
(Carimbo do Arquivo) 8/08/1974

(ilegível)

Dr. Neto, presidente do MPLA de Angola—Babitch da CI ASPTJ (N.T.: *Comissão Internacional da ASPTJ*):

Há três dias, encontrou-se com Melo Antunes, vice-presidente do governo português e um dos membros do grupo de capitães, que chegou incógnito a Dar es Salaam por causa das conversações acerca da independência de Angola. Antunes disse a Neto que o governo de Gonçalves está pronto a dar imediatamente a independência à Angola e sobre isso negociar com MPLA. Neto disse depois que Antunes deixou a impressão de que as negociações continuarão com ele (dr. Neto) e mesmo no caso do grupo do Neto se separar do actual MPLA. Concordaram em se reunir de novo, após o congresso do MPLA, em algures na Europa.

Seria bastante vantajoso que os nossos em Lisboa conversem com o anfitrião sobre a sua maneira de ver o problema de Angola e se informem acerca das suas posições em relação ao MPLA, dr. Neto e a eventuais negociações. Não se deverá mencionar, seja por que motivo for, o que sabemos do encontro de Neto e Antunes, porque o dr. Neto sublinhou que a informação só a nós a deu e pediu um estrito sigilo. – Vukolitch

Enviado: 7.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> direcções, gab.PR, Minitch, Dolants, Bakotchévitch, Komatina, Obradovitch, Motchivnik, UID, Grupo dos Não-Alinhados, RB, arquivo conf.

*ADMNE, F-225 Angola e Moçambique (1974)*

#### 114 | Bona, Encontros, em Portugal, de Bruno Friedrich com Mário Soares |

T E L E X

Embaixada RSFJ - Bona

(Carimbo do Arquivo)

Número 490

data: 12/8

8/8/1974

- dd -

n.º 438716

SFNE –

Durante a visita à central do PSDA (*N.doT.: Partido Social-Democrata Alemão*), falei com o deputado federal e membro da Presidência do PSDA, Bruno Friedrich, que por estes dias regressou de Portugal onde conduziu conversações em nome da chefia do partido.

Durante diversos encontros com Soares foi-lhe confirmado que o Partido Socialista tenciona fazer a campanha para as eleições, que estão previstas para Março de 1975, autonomamente e não no quadro de uma frente popular ao lado dos comunistas. a decisão final sobre isto será dada, em Setembro, pelo congresso do partido.

Segundo as palavras de Soares, os socialistas portugueses esperam a ajuda dos partidos sociais-democratas para a formação dos partidos democráticos, mas não de maneira a que fique a impressão que estes são financiados do estrangeiro.

Os socialistas portugueses salientaram-lhes a necessidade de ajudas económicas e financeiras por parte da Europa, que esperam em primeiro lugar dos países onde estão no poder os sociais-democratas e, antes que tudo, da RFA. «O Portugal democrático decidiu-se pela Europa e espera a ajuda da Europa». o país aproxima-se de uma catastrófica situação económica que será ainda agravada pela corrente de retornados das possessões ultramarinas e o licenciamento de 150 mil soldados que se

deverão integrar no processo laboral. É importante que Portugal obtenha o estatuto de país em desenvolvimento, para assim conseguir a possibilidade de beneficiar de ajuda técnica.

Após o regresso, Friedrich propôs no seu relatório uma ajuda do PSDA dirigida para o Partido Socialista de Portugal e a chefia do PSDA já [ - 2 - ] decidiu que incitará a economia da RFA a investir em Portugal. Apontam para isso a legislação muito favorável para os investimentos estrangeiros em P. (*N.T.:Portugal*). Já actualmente a RFA encontra-se à frente de todos os investimentos estrangeiros com 29,9 por cento. Em 1973, as firmas alemãs investiram no país 81,5 milhões de DM. os representantes mais fortes são a Hoechst, Siemens e Grundig.

A possibilidade de ajuda por parte da RFA existe ainda no campo da educação e da justiça.

Soares confirmou a Friedrich que P. não tenciona de modo nenhum – no sentido da lealdade pela OTAN já novamente manifestada – permitir que a base americana nos Açores se transforme num problema nas relações com os EUA.

Enviado: terceira direcção, gabinete de Minitch, Dolants, Ludviger, Komatina, Bakotchevitch, Motchivnik, Dj. Stoikovitch, gen. Voivoditch, UPO, quarta, quinta e sétima direcções.

*ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

### **115 [ Moscovo, Encontro diplomata jugoslavo com C. Amboim Inglês ]**

Embaixada R S F J - Moscovo 4 3 8 6 2 4

Número 837

08 / 08 / 1974

S F N E –

C. Inglês, membro CC PC de Portugal (representou o PCP no X Congresso da LCJ), na conversação com Milochevitch, fez uma objecção a respeito do «timing» do reconhecimento do governo português por parte da Jugoslávia.

Depois do regresso do X Congresso da LCJ, Inglês evitou contactos connosco (excepto de cortesia), apesar de, em algumas ocasiões, nos ter encontrado com ele. Não aceitou duas nossas iniciativas para um encontro, desculpando-se por estar ocupado, viagem a Portugal, etc. Por ocasião de um recente encontro imprevisto, exprimiu o desejo de se encontrar connosco. Disse o seguinte:

No seu conjunto, muito satisfeito com a estadia no décimo Congresso, com os encontros com os nossos camaradas e aquilo que viu na Jugoslávia. Isso não significa que compreendeu absolutamente tudo, nem concordava com tudo o que ouviu no X Congresso, mas que lhe impressionaram o espírito do Congresso, a unidade e a disposição dos comunistas jugoslavos para resolver os problemas. Na Jugoslávia há problemas, mas eles estão em toda parte e estão em toda parte, nem parece que sejam mais do que noutros países socialistas. Apresentou um relatório ao seu CC por ocasião da recente estadia no país. A presença do representante do PCP no X Congresso da LCJ foi um passo na cooperação dos dois partidos.

Todavia, precisamente durante a sua estadia em Belgrado, surgiram diferentes pontos de vista acerca da questão da data do reconhecimento do governo português, e que isso foi a única sombra nas impressões muito favoráveis que [ 2.<sup>a</sup> p.] trouxe da Jugoslávia. O CC PCP encarregou-o de nos fazer um «reparo» a esse respeito e que «esclarecesse a posição do nfp» em relação à data do reconhecimento do governo português. Não estava mandatado, nem queria levantar nenhuma «questão», provocar polémica ou um problema. O problema ficou entre nós e eles não queriam que isso afectasse a cooperação dos dois partidos, mas sim querem, porque eram por relações sinceras e francas entre os dois PC, somente «esclarecer» a sua posição.

Não queria esconder a sua tristeza, devido a não termos tido «em conta a sua carta», na qual, nos pediram para esperar por mais algum tempo o reconhecimento do governo português. Eles compreendem que os partidos e estados não estão obrigados a assumir posições idênticas em cada questão concreta, compreendem também que nós podemos ter interesses diferentes aos seus, mas aqui tratava-se somente de uma questão táctica: o adiamento do reconhecimento por um par de semanas do governo era uma alavanca para o reforço da influência do PCP no país e no interesse da classe operária de Portugal. Consideram que isso era, em primeiro lugar, um seu problema e, igualmente, por isso, se dirigiram por carta aos partidos irmãos. O reconhecimento do governo pela nossa parte (e pelos romenos) «provocou dano ao PCP».

Depois, Inglês repetiu os seus reparos, como no início (não queria polémica, etc.). Também, claramente, ele próprio sentia-se bastante desconfortável, argumentou que era seu «dever» de nos «esclarecer» a posição do PCP, etc.

Milochévitch disse que tomamos nota do «esclarecimento da posição do PCP» acerca desta questão e que será comunicado a Belgrado. Sublinhou que concorda que esta incompatibilidade de opiniões em uma questão que não tem um significado de princípio não deveria afectar as relações dos dois partidos, as quais, precisamente nos últimos anos, se desenvolvem com sucesso. O governo jugoslavo restabeleceu as relações com Portugal, porque, entre nós, estimou-se que o processo de democratização em Portugal era profundo e dever-se-ia apoiá-lo e estar presente. Acerca disso, a decisão foi tomada ainda antes da sua carta. Isso não podia causar dano ao PCP e à classe [ 3.<sup>a</sup> p.] operária. Tratava-se, de resto, de um governo em que participavam comunistas. Na solidariedade com a luta da classe operária e dos povos de outros países, a LCJ sempre se baseou em princípios e isso é conhecido pelo seu partido.

Inglês disse que eles divulgaram a sua carta para os partidos comunistas dos países socialistas acerca do adiamento do reconhecimento, e que nós, reconhecendo o governo português, «desvalorizámos» a posição do PCP, «o que não beneficiou o Partido». Existiam diferenças nas posições do PS e do PCP e nós, afirmou Inglês, apoiámos, na verdade, as posições dos socialistas. (Nós

replicámos que na tomada de decisões fomos guiados pelas nossas próprias considerações e análises). Depois, Inglês repetiu as impressões favoráveis da sua estadia na Jugoslávia, etc.

A seguir, Inglês avaliou a situação, em Portugal, como que continua complexa. As forças direitistas esforçam-se por alcançar o alargamento das competências do presidente da República e do primeiro-ministro, como também o adiamento das eleições de um ano e meio. Existe actividade ilegal dos fascistas. Todavia, no seu conjunto, as condições para a luta, na base do Programa das Forças Armadas, que é também o programa do PC. Têm ligações estreitas com o PS. O PCP fortalece-se, agora, já tem cerca de 70 centros no país, que continuam a aumentar e a desenvolver-se. Vereche.

Entregue: 3.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Direcção, Gabinete PR, Minitch, Dolants, Bakotchevitch, Komatina, Motchivnik, Obradovitch, 7.<sup>a</sup> Direcção.  
*ADMNE, Portugal, (F-224, 1974)*

### 116 | SFNE, Telefonema da embaixada jugoslava em Lisboa |

SECRETARIADO FEDERAL 437721  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção da Europa Ocidental  
N.º 437721  
9 / VIII / 1974

#### NOTA

acerca da conversa telefónica do encarregado de negócios da RSFJ em Lisboa I. Koíitch com J. Premer, desta Direcção, em 9/VIII/1974.

Nesta conversação. I. Koíitch mencionou o seguinte:

1. A questão da descolonização das colónias portuguesas agrava-se, e as negociações dos portugueses e os representantes da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola entram numa fase muito difícil (sobretudo as negociações com a Guiné-Bissau). Estima-se que um tal desenvolvimento da situação interna portuguesa.

2. Em relação à nossa proposta para que o SF M. Minitch se encontrar com o ministro português dos Negócios Estrangeiros, M. Soares, na próxima sessão da AG da ONU, e com a sua eventual data para tal encontro, o chefe do Gabinete do ministro Soares disse que, infelizmente, ainda não está decidido o calendário da ida a Nova-Iorque e as obrigações do ministro, embora deva presenciar a abertura da AG da ONU. Agora o ministro está em Argel, onde tem conversações com os representantes do PAIGC, regressa no domingo, 11/VIII. Possivelmente, I. Koíitch poderá transmitir alguma resposta dos portugueses na segunda-feira, 12/VIII.

3. No que diz respeito à marcação da data da visita ao nosso país do ministro Soares, o chefe do Gabinete disse ao I. Koíitch que, por agora, ainda nada está decidido. Sabe que se falou acerca da visita de Soares à Roménia e Jugoslávia, como também isso para eles (portugueses) dão preferência à visita a Belgrado. Todavia, o ministro está tão ocupado, que não consegue encontrar uma data.

4. O embaixador da RD da Alemanha apresentou as credenciais há dois dias, enquanto o embaixador da URSS apresenta credenciais hoje. [ 2.<sup>a</sup> p.]

Em relação à conversa telefónica desta Direcção com I. Kofiitch, em 7/VIII último, em que lhe foi dito para visitar o MNE e para transmitir ao seu governo que o governo jugoslavo olha com simpatia a disposição do governo português para se concretizar a descolonização. O camarada Kofiitch disse que, hoje, isso transmitirá ao MNE. Nessa ocasião, no MNE, dirá também que consideramos mutuamente vantajoso a sua decisão acerca da abertura da embaixada portuguesa em Belgrado, e que consideramos que se deve ter em vista a urgência da abertura, mesmo a um nível inferior, etc.

Ao camarada Kofiitch foi dito (chefe Maksitch) que, caso possa, visite também o presidente do governo e preste o nosso apoio à descolonização e que isso anuncie durante a visita de hoje ao MNE. Igualmente, a Kofiitch foi dito para não levantar mais a questão aos portugueses da visita de Soares, tendo em conta que Soares já tem o nosso convite aberto.

Entregue: Gabinete SF M. Minitch; Gabinete SFA L. Moísov; SSS R. Motchivnik; chefes da III, VII e DRI (UMO); Arquivos.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **117 | Paris, Informações de outras embaixadas (Moscou e Bona) e as relações PCP-PS ]**

Terceira Direcção

Número 438624

15 / 8 / 1974      - *urgent* -

Embaixada RSFJ Paris

Para Kofiitch - nossos de Moscou

1. Inglês,<sup>45</sup> membro do CC do PC de Portugal (após regresso do nosso Congresso evitou contactos com os nossos em Moscou), como, recentemente, regressou de Lisboa, iniciei a conversação.<sup>46</sup>

Característico que repetiu a insatisfação pelo *timing* do nosso reconhecimento do governo provisório. Todavia, agora precisou que isso ficou para atrás de nós. Eles estão interessados por uma maior cooperação entre os dois partidos, repetiu o comentário de que não deve ser entendido como um início da polémica, querem relações abertas e isto é somente um esclarecimento da posição deles.

Como, por acaso, lançou que nós com o reconhecimento, realmente, aceitámos a argumentação dos socialistas.

2. Este último comentário pode ser indicativo em relação à aparência de já algumas diferenças entre o PCP e PS. Assim, temos em vista a informação de Bona (que vos transmitiram) de que os

<sup>45</sup>Refere-se a Carlos Amboim Inglês.

<sup>46</sup>Citação do texto do telex enviado, dias antes, pela embaixada jugoslava em Moscou.

socialistas, parece, não querem ir numa plataforma comum com o PCP nas próximas eleições, que para os socialistas seria vantajoso adiar as eleições por um ano, ou ano e meio (o que é defendido também pela direita), como também o alargamento das competências do presidente da República e do primeiro-ministro, de forma a melhor se organizarem, reforçarem e obterem um maior número de eleitores e diminuírem o significado do possível sucesso dos comunistas nas eleições e, conseqüentemente, sua influência como um todo.

Segundo a avaliação e a análise destas possibilidades ou dos elementos já existentes nesse sentido, deve-se ter conta que à [ 2.<sup>a</sup> p.] social-democracia ocidental e ao Ocidente como um todo não conviria um desenvolvimento em que o PCP ganhasse uma superioridade significativa nas eleições, o que provocaria determinadas reacções e oposições (EUA, OTAN e Ocidente) que se poderiam reflectir negativamente no desenvolvimento geral do país.

Pensamos que a investigação a esse respeito, sobretudo no sentido da tática do PS em relação a uma maior cooperação com o PCP fosse recomendável. - Lozina

*ADMNE, F- 224 (Portugal, 1974)*

---

**118 [Paris, Para Lisboa informações (a situação nos m.l. colónias portuguesas) e recomendações]**  
TELEX

Número 439014  
15/8/1974

Embaixada RSFJ Paris

Para o camarada Koíitch. Enviamos por correio para teu conhecimento, as informações (*dépeches*) mais interessantes acerca da situação dos m.l. de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, das negociações de Portugal com estes m. l. e as suas reacções a seu respeito. Damos os momentos mais importantes para tua informação.

1. A situação no m.l. de Moçambique, em particular da G-Bissau, é bastante mais favorável do que no m.l. de Angola.

Evidentemente que a crise e a situação muito difícil no m. l. de Angola são conseqüências da desunião e, sobretudo, pela cisão cada vez mais profunda e a criação de fracções no interior da direcção do MPLA, das influências e ingerências de certos factores externos e etc. O que nos últimos tempos enfraqueceu a luta armada e dificultou o reforço das posições do m.l. nas negociações com Portugal.

Até agora não tiveram sucesso os esforços para a superação das diferenças e o antagonismo entre os dois principais m.l. de Angola (MPLA chefiado por Neto e a FNLA chefiada por Holden) apesar de muitas tentativas e esforços em primeiro lugar dos países africanos vizinhos (Tanzânia, Zâmbia, Zaire e RP do Congo), do Comité de Libertação da OUA e da recente Cimeira da OUA, em Mogadixo. a causa da sua cisão deve-se procurar na sua falta de unidade ideológico-política e a rivalidade pessoal das direcções na luta pelo prestígio e poder.

No MPLA, além disso, o tribalismo representa a essência da cisão nos centros directivos dos dois grupos dissidentes (Chipenda, membro muito [- 2.<sup>a</sup>-] influente da tribo mais numerosa, dr. Pinot [N.T.:Pinto] de Andrade, líder da fracção do MPLA em Brazaville e outros).

Notam-se esforços cada vez maiores dos quatro países vizinhos para impor o seu patronato sobre os m.l. de Angola, ou seja, de criarem um determinado controlo sobre a futura evolução da situação em Angola (cada um deles tem a sua fracção nos m.l. de Angola). Presentes maiores ou menores reservas destes países em relação a Neto, como também os seus esforços para o eliminar da direcção da direcção do MPLA, o que se manifestou e atingiu o máximo nas pressões sobre ele, particularmente no recente encontro em Bukavu e nos preparativos do Congresso do MPLA que começou, em 12 de Agosto, em Lusaca.

De facto, Neto retirou a sua demissão, o que aponta para a sua hesitação inicial e depois a decisão de ir ao congresso e ali, aproveitando a sua posição até agora, conseguir o lugar mais importante na direcção do MPLA, e, no caso de não obter nem um compromisso satisfatório, apresentar a demissão e continuar a actividade numa nova organização no território de Angola.

Neto (com quem mantivemos ligações estreitas com o movimento e ele pessoalmente no MPLA, prestámos ajuda material e apoio político) afirmou-nos que os portugueses (Soares) têm a maior confiança nele e consideram-no como o parceiro mais favorável nas futuras negociações. Existem indícios que, em breve, depois do Congresso do MPLA, poder-se-ia chegar a um encontro entre Neto e Soares.

É um facto que, depois do encontro de Bukavu, chegou-se a uma aproximação do Zaire e Brazaville, para isso aponta também a sua posição comum relativamente aos m.l. angolanos (que foi divergente até agora) de especial importância porque é conhecido que ambos países têm pretensões a Cabinda (rica em petróleo). [ - 3.<sup>a</sup> - ]

2. Nas tuas conversações com os portugueses, é necessário dar-lhes a conhecer que, para os seus interesses, também seria melhor que entrassem quanto antes em negociações com os m. l. interessados (seguramente, é melhor ter negociações directas do que através de intermediários).

Salienta-lhes a grande expectativa dos países africanos e outros se o governo português irá para uma rápida realização das promessas dadas no plano da descolonização, assim como, temos em vista também as reservas que, sobretudo, os países africanos exprimiram na última cimeira da OUA pelo que os seguintes passos positivos do governo português podiam contribuir, além disso, para melhorar as suas posições junto desses países.

Caso, durante essas conversações, se fale acerca do papel dos quatro países africanos vizinhos, deve-se ter em conta, além disso, que por nada se crie a impressão entre os portugueses que nós criticamos o comportamento desses países em relação ao m. l. angolano. – Gavrilovitch

*ADMNE, F-225 Angola (1974)*

---

**119[ Lusaca, Reunião de Agostinho Neto com embaixador Vukolitch e Babitch (ASPTJ)]**

Número 540  
17/08/1974  
SFNE - fora da circulação.

N.º 439751  
Data: *19/8Angola*

Dr. Neto, presidente do MPLA – embaixador Vukolitch e Babitch (ASPTJ)

1. Confidencialmente, como «aos amigos a quem tudo se pode dizer», informou que 14 de Agosto de Angola chegou um grupo de seus correligionários que pediram que a direcção e ele próprio regressassem urgentemente ao país e comesçassem as negociações acerca da tomada do poder. Eles trouxeram, na realidade, a mensagem do governo português. Até insistiram que se interrompessem os trabalhos do congresso o que ele, naturalmente, teve de recusar.

2. No mesmo dia, de Angola chegaram os representantes do governo português, que lhe pediram para voltar ao país e entrar em negociações para assumir o poder. Disseram-lhe que desejam somente negociar com ele e tentaram convencê-lo a enviar a Lisboa os seus representantes, os quais iniciariam as conversações preliminares e os preparativos para as negociações oficiais. Colocaram-lhe, também, à disposição um avião especial. Neto teve de recusar, igualmente, este pedido por causa do congresso, porque não podia separar gente. Todavia, imediatamente o congresso responderá positivamente a este pedido. A mensagem transmitida em nome de Mário Soares representa também a posição do governo português. Estes representantes disseram-lhe que, na acção da convocação do Congresso do MPLA, esteve metida a CIA com a intenção de adiar o desfecho, de forma a permitir-lhe criar um ponto de apoio em Angola e a impor os seus apaniguados.

Pediram já pelo nosso despacho n.º 505 que sobre o tema de Angola recebam alguma informação de Portugal – a sua relação e maneira de ver quanto aos grupos fraccionários e movimentos de libertação.

3. O Partido Socialista de Portugal enviou uma saudação ao Congresso do MPLA com acento na unidade do movimento. – Vukolitch

*ADMNE, F-225 Angola e Moçambique (1974)*

## **120 [ Paris (Lisboa), Reunião de Koíitch no MNE ]**

Embaixada R S F J - Paris 4 5 9 8 3 5  
(de Lisboa)  
Número 1042  
19 / 8 / 1974 - *very urgent* -

S F N E -

Conversação com o Secretário-Geral do MNE, Andersen

Visitei o Sec.-Geral, em 9 de Agosto. Transmiti-lhe as opiniões do governo jugoslavo sobre o desenvolvimento da questão colonial nas actuais condições presentes. Precisei que estas são as posições que quero dar a conhecer ao Presidente do Governo e solicitava que o MNE organizasse a visita, mas

que — na espera da recepção — queria-lhe dar a conhecer, especialmente porque antes falámos sobre esse assunto.

O Sec.-Geral agradeceu. Imediatamente, através do protocolo do MNE, organizou para que o coronel Gonçalves me recebesse.

Realçou que estão determinados a levar a descolonização até ao fim. Porém, não era suficiente só declarações (pensava na declaração presidencial de 27 de Julho), ou comunicados (das conversações com Waldheim). Querem que o reconhecimento da independência seja acompanhado da transferência de poderes. Todavia, o problema da transmissão de poderes acabou sendo extremamente complexo e difícil. «Para nós, o mais fácil teria sido uma solução egoísta: declaração acerca da descolonização-reconhecimento da independência-retirada. Mas, isso era impossível». Entre outras coisas, após a transferência de poderes, eles devem continuar presentes — algures mais tempo, algures menos —, tendo em vista o apoio ao desenvolvimento dos novos estados, em particular, no sector da administração pública, saúde e outros. Aqui, vão ficar também sujeitos a encargos financeiros. «A delegação do PAIGC já pediu para que não retiremos alguns serviços. Aceitámos, porque isso faz parte das nossas obrigações».

A situação em Moçambique apresentava-se como relativamente complexa, mas não irresolúvel. Regularmente, tinham contactos com a direcção da FRELIMO. [ 2.ª p.]

Segue-se a continuação das conversações que começaram, em Lusaca, em início de Junho. A ideia era: governo com participação da FRELIMO; a nossa orientação está na FRELIMO; igualmente, o comunicado das conversações com Waldheim menciona somente a FRELIMO, de todas as correntes que lá actuam. Desejamos facilitar à FRELIMO a actividade política no povo; a guerra em Moç.[ambique] praticamente acabou; a FRELIMO efectua comícios — incluindo em Lourenço Marques.

Em Angola, tinham sérias dificuldades. As forças da extrema-direita (brancos), incitadas do país, de diversas formas, agravam as relações. Em Luanda, o sangue também foi derramado. Tudo isso muito dificultava o processo da resolução. Agora, os esforços eram dirigidos para impedir que se repetisse o panorama do Congo dos tempos da sua descolonização.

Em geral, Angola apresenta um quadro de considerável desorientação. Os movimentos de libertação tinham grandes problemas, tanto nas relações entre si, bem como no seio de cada um deles; não podiam nem começar os primeiros contactos que poderiam conduzir a uma sólida solução. Todavia, a nossa determinação em negociar e descolonizar Angola não era por isso nada inferior àquela que havia em relação à Guiné-Bissau ou Moçambique.

Prestavam uma grande atenção à necessidade de salvaguardar a integridade dos futuros estados. Isso era importante, sobretudo, no caso de Moçambique, mas igualmente no de Angola (Cabinda). Deviam impedir a fragmentação. Desde sempre, a RAS desejou apoderar-se de qualquer maneira de

Lourenço Marques. A Rodésia gostaria muito de assegurar para si uma saída para o mar (Beira), enquanto o Malávi tinha pretensões à parte norte do país, pelo que, supostamente, também é motivado por alguns motivos de divisões tribais. Por causa disso tudo, também queriam apresentar-se publicamente com o princípio da preservação da integridade territorial [ 3.<sup>a</sup> p.] dos Estados — salvaguarda das suas actuais fronteiras (comunicado das conversações com Waldheim). Isso era importante para a paz. Waldheim ficou muito satisfeito.

Querem a cooperação com a ONU. Acordaram, em princípio, o envio *in loco* de uma comissão da ONU com o objectivo de um trabalho conjunto para a execução de medidas concretas. Waldheim prometeu total apoio.

No final, como também antes, Andersen acentuou que eles não desejavam assegurar uma presença neocolonialista, sob qualquer forma que fosse, em África. Eram fracos para isso e, agora, estavam cada vez mais virados para os seus problemas internos. Daí, pediu que para os seus esforços pela descolonização fossem entendidos como um trabalho honesto. Apelam para a paciência, em particular, quando se tratava do ritmo da sua solução. Até mais abertamente do que o primeiro-ministro, ele realçou que, em Portugal, nem todos são pela declaração do presidente da República, nem pela descolonização.

É um facto que em Portugal existem forças no seio do próprio regime que faziam esforços para impedir o processo de descolonização e que o orientam na direcção que asseguraria a Portugal uma certa presença nos novos estados. Objectivamente, tais forças andam de mãos dadas com situações complexas, possibilidades de ingerência do factor estrangeiro e de outros elementos que possibilitariam a penetração do neocolonialismo. Todavia, igualmente também era certo que, na nova fase de desenvolvimento em Portugal, as forças progressistas tinham uma superioridade considerável e desejavam realmente a descolonização. Além disso, o mais importante era quem isso queria, ou seja, o exército, o MFA.

O apelo do Sec.-Geral à paciência foi certamente feito em função dos nossos contactos com os movimentos de libertação e os países não-alinhados, em geral, e pensando na AG da ONU, onde prevêem uma confrontação com os países africanos, asiáticos e o mundo não-alinhado, os quais estão insatisfeitos com razão com os adiamentos no processo da descolonização.

Menciono que o Sec.-Geral foi muito cooperante e sempre disposto para uma troca de opiniões.  
– Kofiitch – Dizdarevitch.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

## 121 [Reunião Kofiitch - Vasco Gonçalves]

Embaixada R S F J - Paris 4 3 9 8 3 4  
(de Lisboa)

Número 1041  
19 / 8 / 1974 - very urgent -  
S F N E -

Conversação com o presidente do Governo, coronel Gonçalves

Recebeu-me, na quarta-feira, 14 de Agosto.

Expus-lhe as linhas fundamentais da nossa visão do governo jugoslavo em relação ao processo de descolonização nas actuais condições. Realcei que o governo jugoslavo olha com simpatia a decisão do Governo português de apressar a resolução da questão colonial (declaração do presidente da República de 27 de Julho; comunicado acerca das conversações com Waldheim). Sublinhei que consideramos que, agora, seriam necessários passos decisivos e eficazes por parte do governo português para que, na prática, se realizassem as suas declarações dos últimos tempos, em que o factor tempo era de grande importância (ligado também com a AG da ONU). Referi que nos contactos com os movimentos de libertação víamos que a sua expectativa era muito precisa: total independência. Salientei que a política do novo governo na questão colonial — provocou um aumento da confiança porque o novo regime abordou sinceramente a descolonização. Apoiamos aqui e apoiamos tal política do governo português; a confiança na sinceridade dessa orientação — era um dos elementos dos nossos preparativos para a AG da ONU; contando essa linha, ademais, com o apoio dos meios da comunicação social jugoslavos.

O coronel Gonçalves respondeu que o esforço do governo português pela descolonização era realmente sincero. Nisso não se deveria suspeitar em base do facto de que o processo se desenrola aos ziguezagues — que, todavia, não eram resultado de reservas substanciais pela parte portuguesa, mas sim as circunstâncias da descolonização eram um problema extremamente complexo, que exigia paciência, um ritmo apropriado na resolução e na necessidade de uma atenção abrangente, — [ 2.º p.] precisamente, com o objectivo de que a descolonização não passe através de fases indesejáveis («por experiência, sabemos que, no passado, a descolonização soube, em alguns casos, tomar formas sangrentas»). Deve-se ter em conta que as condições, nas quais Portugal executa a descolonização são objectivamente difíceis, em particular, em Angola e, de algum modo, também em Moçambique. Angola: um relativo grande número de população europeia a quem, já no começo da resolução, é necessário assegurar condições para uma vida normal e trabalho; grande riqueza, envolvimento de capitais estrangeiros e, nessa base, possibilidade da internacionalização do problema; interesses muito claros dos vizinhos pela futura resolução, sobretudo o Zaire, e os efeitos do factor externo através dos vizinhos; a ambiguidade dos parceiros por parte dos movimentos de libertação («não sabemos com quem nos sentar à mesa das negociações»); etc. Em Moçambique, dificuldades semelhantes, apesar de não serem tão pronunciadas e, certamente, para eles mais fácil de resolver. Aqui, devemos ter uma atenção especial para que a resolução se reflecta nas futuras relações com os vizinhos, em particular,

com a RAS. Basicamente, devemos criar, na solução, as condições para uma máxima segurança nas fronteiras do futuro Moçambique.

O mais fácil era com a Guiné-Bissau: até à solução definitiva restam, na realidade, algumas formalidades.

Precisamente, estavam a decorrer os contactos com os representantes do movimento de libertação de Moçambique. Nós consideramos a FRELIMO como a força principal em redor da qual se deverá desenrolar todo o processo de transferência de poderes. Isso só é permitido pela posição política da FRELIMO no país. Mas, queria sublinhar que a direcção da FRELIMO não mostra sempre suficiente sentido de cooperação — ora, a solução é só possível com esse espírito. Nomeadamente, a FRELIMO não deveria [ 3.ªp.] jogar no «tudo ou nada» e de aparecer com reivindicações e programas maximalistas. Isso não era bom nem para eles, nem para nós — nem era bom como atmosfera em que se desenrola o próprio processo, porque tais pretextos utiliza a «reação, tanto pela externa (acções através da RAS, Rodésia, Malávi, recrutamento de mercenários e outras pressões) como interna ( «nem todos estavam ali por um tal processo de descolonização»)). Daquela maneira não podiam conseguir uma solução rápida nem sólida. A FRELIMO deveria mostrar um maior sentido de cooperação. (Mencionou a sua recente operação de aprisionamento de uma unidade militar portuguesa<sup>47</sup>, como «algumas declarações» de Samora Machel, chegando tudo como uma surpresa e que actua na demolição daquelas fundações que tentam construir).

Invocando o facto que temos contactos com os movimentos de libertação, pediu para que transmitíssemos isto à direcção da FRELIMO. Estava seguro que isso seria útil. — A isso, limitei-me a dizer-lhe que iria comunicar a Belgrado, não querendo criar a impressão de qualquer disposição de transmitirmos aos movimentos de libertação as suas críticas.

No fim, como me expressei com a ajuda de notas, pediu-me para deixar-lhe o texto, porque queria dá-las a conhecer ao presidente da República. Nesse mesmo dia, entreguei-lhas, após as ter dactilografado.

Considero que a conversação foi vantajosa. Penso que, tendo em conta a nossa posição junto dos movimentos de libertação e dos países africanos e não-alinhados, era indispensável transmitir, naquele momento, aos portugueses a nossa opinião acerca da questão da descolonização. Igualmente, um passo foi dado na direcção certa: o coronel Gonçalves está à frente da corrente que, no país, [ 4.ªp.] procurava uma resolução rápida da questão colonial, tendo sido ele que, no processo da resolução da crise governamental, em meados de Julho, colocou como condição para um empenhamento mais forte do MFA, o cumprimento do seu Programa (do MFA) nas duas questões fundamentais: descolonização e democratização da vida interna.

Contudo, mesmo esta parte tão progressista do regime, apesar da realidade da complexidade da problemática, todavia, estava afectada por algumas opiniões que, quando se trata de soluções práticas,

---

<sup>47</sup> Referia-se à guarnição do aquartelamento de Omar, situado junto à fronteira com a Tanzânia (1/Ago./74).

não podia satisfazer as necessidades dos movimentos de libertação: em Moçambique, o reconhecimento da FRELIMO como factor fundamental, mas não exclusivo na resolução da descolonização; a «espera» que, em Angola, os movimentos «cheguem a acordo» para que se saiba com quem negociar; acentuada «atenção» pelos vizinhos de Moçambique («tendo em vista que com a RAS temos boas relações»), etc.

Mas, apesar de tudo, acho que o governo português deveria actuar cada vez mais depressa e evoluir na direcção das reivindicações dos movimentos, — na medida em que, por um lado, aumente a pressão da comunidade internacional (pelo que a AG da ONU jogará seguramente um papel capital) e, por outro lado, caso se deparar com quedas no processo da descolonização que atinjam muito duramente os esforços pela democratização da vida interna e representem um elemento de medição de forças no país. - Koiitch. – Dizdarevitch.

Entregue: Terceira e Sétima Direcção, Gabinete PR, Minitch, Dolants, Komatina, Bakotchevitch, Sekulovitch, Badurina, Motchivnik, Obradovitch, gen. Voivoditch, UID, GAP, UMO, Direcção da Imprensa, Grupo dos Não-Alinhados, GSS-SS.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

## 122 | SFNE- Para Koiitch ]

SECRETARIADO FEDERAL                      440307  
 DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS      (carimbo)  
 Direcção da Europa Ocidental  
 N.º 440307  
 20 / 8 / 1974

Embaixada RSFJ Paris  
 Para Koiitch

Algumas novas informações das nossas representações em relação à descolonização:

1. O encarregado de negócios dos EUA aos nossos em Conacri (14 deste mês): a respeito do acordo português-guineense (Bissau), confiante que também o processo da descolonização de Moçambique e Angola irá agora mais rápido, em particular, em Moçambique. Considera que, em Angola, ameaça o sério perigo da guerra civil e tribal, e não estão excluídas nem intervenções estrangeiras.

2. O membro da direcção do MPLA, T. da Silva aos nossos, em Lusaca (15 deste mês):

A situação, em Angola, agrava-se. Os extremistas de direita das fileiras dos colonos brancos e dos apoiantes de Holden provocam desordens e cometem assassinatos. Nisso, eles encontram o apoio de círculos que reflectem os interesses do grande capital de Portugal e estrangeiro e de ex-membros da polícia secreta PIDE. Sente-se a actividade da CIA que já actua, como também a França, a qual, por meio do Gabão e da Costa do Marfim introduzem armamento em Angola e armam as forças de direita. O exército português não pode eficazmente impedir estes incidentes, que ganham cada vez mais amplitude. Segundo Da Silva, é cada vez mais pronunciado o engajamento do Zaire, que deseja criar uma atmosfera de insegurança e medo. Existe o perigo da «congolização» da situação em Angola. O actual governador-geral [ 2.ª p.] de Angola, que segundo a opinião de Silva é comunista, o almirante

Rosa pediu a Silva que, de acordo com Neto, tentem encontrar alguma solução. Da Silva confirmou que as manifestações em Luanda, de há uma semana, decorreram sob o signo do absoluto apoio à direcção do MPLA e de Neto, e que o actual desenvolvimento dos acontecimentos é uma tentativa de se neutralizar a autoridade do MPLA e Neto. — Como um perigo especial referiu a actuação de Jonas Savimbi, líder da UNITA, que tenta impor, com diversas forças no interior da população branca e oficiais de orientação direita, alguma solução que seja contrária aos verdadeiros interesses de Angola.

3. O vice-presidente da FRELIMO de Moçambique, Marcelino dos Santos, aos nossos em Lusaca (15 deste mês):

Espera-se que, o mais tardar até 20 de Agosto, chegar-se-á ao restabelecimento das negociações. Vão para as negociações com a posição firme de não permitir quaisquer formas transitórias da transferência de poderes, mas sim negociações directas acerca da acessão ao poder. Paralelamente, com as negociações continuarão as acções armadas como meio de pressão. Apesar de totalmente incapaz para se opor as suas forças, o exército português nem quer combater. - Lozina

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **123 [Embaixada de Lisboa, Visita do embaixador soviético ]**

Embaixada R S F J Paris 4 3 9 9 1 5

(de Lisboa)

Número 1051

21 / 8 / 1974

S F N E –

Da conversação com o embaixador soviético Kalinhine.

Visitou-me por cortesia, em 14 de Agosto (entregou as credenciais em 9). Efectuou uma série de visitas a personalidades oficiais — presidente do governo, ministros e outros. Todos receberam-no muito cordialmente e salientaram a importância das relações com a URSS, sobretudo, o desejo da organização duma larga cooperação económica entre os dois países.

Eles investem fortemente em diversos domínios de relações, em particular, nas económicas. Em breve, a Lisboa, chega uma delegação para negociações acerca da assinatura de um acordo económico. Querem entrar com capitais nos sectores da vida económica em sectores em que ainda não se chegou à fusão com o grande capital estrangeiro e onde as companhias multinacionais não se tornaram proprietárias.

Têm, também, um programa de actividades culturais, informativas, propagandísticas e outras (o representante da TASS e o correspondente do «Novosti» já tinham a sua sede em Lisboa).

Apesar disso, Kalinhine mencionou que eles não desejam nenhuma «exportação da ideologia comunista». Com efeito, sentiu que, em alguns, existia uma dose de receio pela sua presença. O presidente do Governo disse-lhe, na parte da conversação sobre da necessidade do desenvolvimento da

cooperação económica, que para eles as relações económicas com a URSS eram importantes» porque queriam conseguir a diversificação das relações económicas com uma reestruturação mais radical da economia — mas uma economia em bases capitalistas.

Resumidamente, examinou a posição das forças de esquerda no país. Considerou que trabalham bem tacticamente: no plano interno, actuavam pacientemente [ 2,<sup>a</sup> p.] e não antagonizavam demasiado; no externo — não davam pretextos para uma ofensiva do imperialismo e a reacção. («É bom que se utilize a experiência chilena»)). Pensa, sobretudo, que a posição «em relação à OTAN e outras obrigações ocidentais» — era boa e sábia. Estima que, nos tempos próximos, as forças progressistas podem conseguir, em Portugal, de facto, através duma táctica adequada, uma posição mais segura, o que era importante para as eleições.

A impressão dos primeiros passos da missão soviética e, em particular, os planos de actividades para um futuro próximo eram caracterizados por uma certa vontade de avanços e determinação para não se dizer agressividade na acção, tudo com o objectivo de compensar, de alguma maneira, o perdido e obter, o mais depressa possível, a posição mais forte possível nesta parte da Europa. Deste modo, certamente, é baseado numa avaliação da importância de Portugal para o acompanhamento dos amplos e muito interessantes movimentos na Península Ibérica e das possibilidades para uma influência mais activa nesses movimentos». Contudo, tudo isto, numa base do respeito de todos aqueles postulados nos quais repousa Portugal como Estado e parte do mundo ocidental — sobretudo, respeito pelas obrigações perante a comunidade atlântica e a OTAN, ou seja, de facto, no contexto do respeito dos amplos interesses americanos e na linha da "détente".

(Kalinine tem uma presença muito aberta e informal. Parece que, com ele, era possível uma vasta troca de opiniões. Economista. Idade 45 anos. Na diplomacia, desde 1969. Antes de Lisboa, foi conselheiro em Havana). – Koiitch – Dizdarevitch.

Entregue: Terceira e Segunda Direcção, Gabinete Minitch, Militchevitch, Direcção da Imprensa, Quinta Direcção, UPO, Sétima Direcção  
*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

#### **124 [ Lisboa, Concertos de um grupo folclórico jugoslavo]**

Embaixada RSFJ - Paris<sup>48</sup> 4 4 0 0 7 9  
(de Lisboa)  
Número 1060  
22/ 8 / 1974  
SFNE –

Durante os dias de 21 a 29 de Julho desta ano, no Norte de Portugal, esteve o grupo folclórico «Orce Nikolov» de Skoplje. Participou num festival folclórico internacional na localidade de Vila Nova de Gaia, perto do Porto, no qual conquistou o primeiro lugar. Fora o programa do festival, o grupo deu

<sup>48</sup>Enviado da embaixada jugoslava em Paris devido a avaria na máquina da cifra. Dizdarevitch (Níaz) era o embaixador.

sete concertos para um amplo público e dois na TV. As actuações do grupo foram notícia na imprensa e nos noticiários da TV. Também, houve interesse para um concerto em Lisboa, mas o grupo não pôde aceitá-lo.

O colectivo «Orce Nikolov» deixou uma impressão muito boa. Os concertos tornaram-se em manifestações através das quais o público e as personalidades oficiais locais exprimiram a simpatia pela Jugoslávia. Em honra do grupo foram efectuados vários coquetéis (em Aveiro, o presidente da Câmara, socialista, cancelou uma sessão para dar um coquetel para os jugoslavos). Houve discursos e oferta de presentes. Acordaram mais contactos e cooperação.

Estive presente, em companhia do secretário Nhegomir, na abertura do festival e no seu coquetel. Tivemos um lugar de honra na tribuna e, em geral, estivemos rodeados de atenção. Estiveram presentes os cônsules-gerais francês e espanhol, mas, nos discursos, os titulares das entidades oficiais dirigiram-se aos representantes jugoslavos. Também, eu próprio falei — no sentido do desenvolvimento da cooperação, etc.

Evidentemente, a actuação do grupo «Orce Nikolov» foi, nestas condições, útil. Transformou-se numa verdadeira acção política. Embora sob condições muito difíceis (longas viagens, dormindo pouco e péssima alimentação), os membros do grupo actuaram com sucesso, mostrando um elevado grau de disciplina e consciência, e com todo o seu comportamento, verdadeiramente, representaram com dignidade o país. — Koiitch — Dizdarevitch.

Entregue: terceira Direcção, Direcção da Imprensa, UIK, Berisavlhevitch, Bulaiitch, I. Hadjitch, Uzelats, SKINF.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

### II.3— Setembro

Em Setembro, dias antes da cerimónia, em Lisboa (5/Set.), Koiitch recebeu um pedido da RTP para uma declaração do presidente Tito (V.Doc.125) acerca do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, que «*foi transmitida durante o telejornal*» como, nessa data, comunicou ao SFNE. Posteriormente (10/Set.), relatou essa notícia. Igualmente, outros documentos confirmam um bom relacionamento deste diplomata com jornalistas, sendo a sua «*proposta para uma visita de um jornalista português*» (V.Doc.128) um exemplo entre outros anteriores, tendo sido já mencionada a viagem à Jugoslávia de dois jornalistas (2/Jul.) de um semanário de Lisboa (V.Doc.99 e 103).

— Acerca do trabalho de Koiitch, em Portugal, nesses três meses, o SFNE considerou (10/Set.) a sua informação (V.Doc.126) como «*abrangente e muito útil para o acompanhamento da política do governo português, em particular, a respeito da descolonização*».

Destacando os contactos estabelecidos que, não só permitiram compreender os aspectos importantes da política portuguesa, mas também apresentar as posições jugoslavas, consideraram ainda importante «*a conversação com o presidente do governo*». Além disso, os resultados foram muito mais relevantes, devido até então, «*além da actuação político-informativa, foi necessário resolver também muitas outras questões relativas ao estabelecimento do trabalho normal da embaixada*».

Quanto às orientações, como as tarefas antes colocadas continuavam actuais, o SFNE indicou-lhe o acompanhamento e análise dos «*mais recentes aspectos da descolonização*» de Moçambique e de Angola, bem como a influência das «*posições dos movimentos de libertação e outros importantes factores africanos*» na política do governo português.

Outra tarefa semelhante mencionada foi o desenvolvimento da situação interna (desde «*a evolução da relação de forças*» até a «*certos realinhamentos [...], tanto no interior, como também entre os principais partidos políticos*»).

No plano das relações com Portugal, uma referência à visita de Mário Soares à Jugoslávia, cuja data poderia ser acordada, na próxima Assembleia-Geral da ONU, num encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, assim como à abertura da embaixada portuguesa em Belgrado.

Numa nota final, outra breve referência à solução de pedidos anteriores (salários, compra de mobiliário etc.), entre os quais, o vencimento de Koïtich.

— Nesses dias (12/Set.), no seu acompanhamento do processo da descolonização portuguesa, em particular, na África Austral, o embaixador jugoslavo, em Dar es Salam, relatou (V.Doc.127) para o SFNE a sua reunião, no MNE, com um diplomata tanzaniano que lhe realçava rapidez do «*processo da obtenção de independência das possessões portuguesas*», a qual, ultrapassava «*as expectativas mais optimistas*». Considerava, por isso, que «*[...]o governo português quer sinceramente quanto antes e com o mínimo de desacordos possíveis implementar a independência da Guiné-Bissau<sup>49</sup>, Moçambique e Angola*». Todavia, a situação política interna portuguesa não era ainda estável e havia «*muitas fortes forças, em Portugal, que se op[unham] à concessão das independências*».

Igualmente, devido à sua determinação em «*preservar a integridade territorial dos recém-libertados territórios*», propunha por parte dos países africanos «*um total reconhecimento e apoio internacional a Portugal pelos passos até agora e encorajar a continuar com o processo da descolonização*».

Apesar dessas «*mudanças positivas da política portuguesa e, praticamente, a já adquirida independência das possessões portuguesas mais importantes*», segundo o diplomata tanzaniano, o problema das colónias portuguesas deveria ser discutido também na Assembleia-Geral desse ano da

---

<sup>49</sup>Porém, como a independência da Guiné-Bissau já tinha sido reconhecida, dois dias antes, em Lisboa, numa cerimónia oficial, esta falta de informação seria pouco provável num «*Director para África*» desse ministério. Assim, uma explicação pode estar, entre outras, num atraso de alguns dias no envio do citado telex para Belgrado.

ONU. Além do que foi alcançado, achava que «*seria um reconhecimento de independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e resolvida a questão do colonialismo português*». Ademais, isso poderia contribuir para a seguinte independência das «*ilhas de Cabo Verde, São Tomé, Príncipe, Macau e outros territórios portugueses*»<sup>50</sup>, para os quais, em particular, o Ocidente está interessado estrategicamente».

Numa informação em relação a outras propostas para a referida Assembleia-Geral, esta deveria decidir a entrega por Portugal de um relatório quanto aos seus planos para a independência das suas colónias e, bem como, aceitar a visita de uma comissão de inquérito da ONU a todas as colónias portuguesas. Uma decisão que considerou «*um importante precedente para as relações com os ingleses e franceses, que nunca consentiram um controlo internacional nas suas colónias*».

Referindo-se, depois, à situação em Angola, o diplomata tanzaniano informou o seu interlocutor jugoslavo sobre o recente acordo, em Brazavile (3/Set.), dos «*líderes das três fracções*» do dividido MPLA — após a interrupção do seu congresso em Lusaca, e perante o perigo de uma solução neocolonialista<sup>51</sup> em Angola — que lhe assegurava «*a unidade necessária*» para outros «*acordos com a FNLA e para o começo de negociações com Portugal acerca da independência*».

Considerando os contactos estabelecidos «*com Soares, ou seja, com Portugal*», o MPLA esperava que se chegaria «*rapidamente às negociações acerca da independência de Angola*», onde tinha reforçado a sua presença. Quanto a essa independência, segundo o mesmo diplomata, havia «*optimistas*» que esta «*poderia ser alcançada em dois anos*».

Porém, prevendo ali muitos problemas com os colonos brancos, apoiados pela República da África do Sul, esperava «*todos os tipos de confrontos e até mesmo intervenções externas*». Além de serem «*grandes os interesses do Ocidente*» pelas «*enormes riquezas e posições estratégicas de Angola*», a situação podia agravar-se também com o Zaire que, junto com o Congo, queria anexar Cabinda e ter uma determinada influência em Angola.

Numa informação final, parecia que Portugal estava consciente desta situação e pretendia «*assegurar a integridade territorial de Angola*». Por isso, no período transitório, estava interessado numa actuação conjunta com a ONU para a «*salvaguarda da segurança e da paz na passagem de poderes*».

— Nos seus últimos telexes de Lisboa (19/Set.), intitulados «*Conversação com o presidente do governo, general Gonçalves*» e «*Lisboa, Abertura da Embaixada e tomada de funções de Spasitch*»

<sup>50</sup> Esta ausência de Timor ocorreu também na correspondência desse ano do SFNE com a sua embaixada na Indonésia.

<sup>51</sup> Referência aos ataques perpetuados, por grupos armados em bairros de Luanda e nos musseques, em 15 de Agosto, que, segundo este documento, então «*já houve uma tentativa violenta de tomada do poder por parte dos extremistas "settlers"*».

(Doc.129 e 130), Kofiitich relatou o que disse e ouviu de Vasco Gonçalves acerca da descolonização, assim como informou o SFNE da abertura da embaixada (coquetel e apresentação do seu novo encarregado de negócios «aos funcionários do corpo diplomático e outros» entre uma centena de convidados).

No primeiro telex enviado, dias depois, da embaixada em Paris, no seu início, referiu os «esforços do governo português orientados para a descolonização», desde o «reconhecimento da Rep. Guiné-Bissau» ao recente acordo de Lusaca com a FRELIMO e à «resolução da questão de Angola». Mencionou, depois, que «na resposta, Gonçalves afirmou que o governo e o Movimento das Forças Armadas» estavam dispostos a uma «definitiva solução da questão colonial, mas também na aceleração deste processo», tendo em consideração a sua importância na «questão da democratização da vida interna e quando se trata das relações externas do novo regime». Por isso, era-lhes importante saber das «atitudes e da visão acerca da descolonização e, isso por parte de países como a Jugoslávia», devido à sua «posição entre os Não-Alinhados e na comunidade internacional em geral».

Entre outras informações, referiu-se à divisão e a uma possível «evolução no seio do MPLA», mas também à independência de Angola, cuja resolução não seria adiada.

Quanto a considerações finais, Kofiitich anotou que se tinha «a impressão que o MFA necessita de pressões externas – construtivas, amigas e equilibradas, [...]mas que cheguem com compreensão pelas suas dificuldades que são, na realidade, dificuldades das relações das forças progressistas com a parte conservadora do regime».

Salientou que «G. não mencionou, falando de Angola, a FNLA nem a UNITA», assim como «foi bastante directo e cordial». Informou, ainda, que os meios da Comunicação Social «registaram a recepção», bem como, «alguns jornais fizeram um amplo comentário sobre as relações Jug.-Port.».

No segundo telex, enviado, também, pela embaixada em Paris, Kofiitich relatou o coquetel organizado «por ocasião da abertura da embaixada, da [sua] partida e da tomada de funções de Spasitch» e que teve lugar nas suas novas instalações<sup>52</sup>.

Considerou que «o coquetel foi bastante bem sucedido» — embora ser ao meio-dia não era habitual em Lisboa —, porque de 120 convites, uma centena de convidados esteve presente. Entre eles, mencionou o MNE «representado pelo secretário de Estado, J. Campinos», acompanhado de 8 funcionários superiores deste ministério, «cerca de 15 embaixadores, mais conselheiros da maioria das missões, representantes da imprensa, rádio e TV e algumas personalidades da vida pública».

Informou, ainda, que os meios da Comunicação Social «deram uma ampla publicidade» à notícia da abertura da embaixada, em particular, a televisão que «pediu também uma declaração

---

<sup>52</sup> Encontravam-se na Rua Duque de Palmela, 30-5.º.

*especial*». Salientou, depois, que «*Spasitch conheceu uma série de personalidades importantes*», o que lhe iria facilitar «*seguramente, no futuro, os contactos e trabalho*»,

— No dia seguinte (20/Set.), o SFNE recebeu um longo telex da sua embaixada de Lusaca (V.Doc.131) acerca das conversações de Spínola e Mobutu<sup>53</sup>, cinco dias antes, na ilha do Sal. Segundo essa notícia, publicada nas primeiras páginas da imprensa zambiana, «*também esteve presente o vice-presidente Santos*<sup>54</sup>» e foram consideradas uma mudança «*no desenvolvimento da situação em redor de Angola*».

Citando, depois, o director para África no MNE, J. Kabinga, surpreendido com essa reunião e pelas declarações de Spínola (ali igualmente publicadas), porque se afastou do processo da descolonização até então, ou seja, «*a transferência directa de poderes por parte de Portugal exclusivamente num movimento de libertação*», como foi no PAIGC e na FRELIMO e que, antes disso, na Guiné-Bissau e em Moçambique não foram efectuados referendos.

Sem mais comentários acerca da reunião de Spínola e Mobutu, segundo o seu interlocutor (conselheiro da embaixada jugoslava), o diplomata zambiano disse-lhe que acompanhava a situação e aguardavam o relatório da sua embaixada em Kinchassa.

Numa seguinte «*nossa observação*», neste documento, o embaixador jugoslavo considerou o encontro de Mobutu com Spínola como «*uma jogada muito delicada e bem calculada num momento quando a questão da descolonização de Angola*» era mais actual devido à situação na Guiné-Bissau e em Moçambique, mas também uma directa ingerência nas «*relações complexas e conflituosas em Angola e na sua vizinhança*».

Igualmente, esse encontro reforçou a posição de Mobutu em torno de Angola e foi mais um certo apoio a Holden Roberto. Salientou ainda que, em dúvida, representava «*um evidente sinal de diferenciação no governo português em relação ao processo da descolonização angolana*», prevendo que este iria decorrer, seguramente, a par «*com um expressivo entrelaçado de interesses e influências externas, em particular, do Ocidente*». Ademais, era claro que as posições em que Spínola se empenhava eram as posições que convinhavam ao Ocidente. Assim, tudo isso se encobria com «*a promessa da unidade dos movimentos angolanos e com a tática da imposição de negociações com os três movimentos (FNLA, MPLA e UNITA)*». Todavia, nessas combinações, «*a mira continuava apontada contra Neto e apesar do acordo alcançado acerca da direcção provisória do MPLA com Neto à sua frente*». Como informação, acrescentou que Chipenda continuava a ser protegido como parceiro de Holden Roberto, bem como, «*durante a reunião de Brazavile, Mobutu levou no seu avião a Chipenda para Kinchassa*», onde então se encontrava.

<sup>53</sup> V. telex da embaixada de Conacri (2/Out.) sobre estas conversações (Doc. 138).

<sup>54</sup> António Almeida Santos era Ministro da Coordenação Interterritorial.

Sendo um diplomata bem informado a respeito da situação em Angola — a diplomacia jugoslava tinha essa possibilidade por meio das suas embaixadas em quatro países africanos (Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia) —, este embaixador informou o SFNE sobre as possíveis propostas de Chipenda para a reunião do CC do MPLA<sup>55</sup> e enumerou as tentativas anteriores nesse ano (em Bukavu<sup>56</sup>, Lusaca<sup>57</sup> e Brazavile<sup>58</sup>) de «*enfraquecer ou terminar*» com a presidência de Agostinho Neto, «*impondo Daniel Chipenda que, ao apoio de Kaunda, tinha juntado o de Mobutu*».

Ademais, informou que soube de um «*ex-comandante da frente sudeste do MPLA*» que «*titulares do golpe militar em Portugal encorajavam, cada vez mais, as acções do MPLA, em Angola (facilitavam-lhes a deslocação de unidades, entregavam quartéis, permitiam-lhes enviar os seus instrutores para unidades de africanos em Angola, etc.), realçando que a questão de Angola deve ser resolvida em Angola e não no estrangeiro*». Igualmente, soube do seu interlocutor que a recente «*diversão dos colonos brancos em Moçambique*<sup>59</sup>» deveria provocar, em Portugal, uma crise no governo e exército. Todavia, apesar de essa tentativa ter falhado, «*Spínola sobreviveu também a esta crise*», embora numa posição mais fraca. Por seu lado, «*as posições das forças militares e dos titulares do golpe de Estado*» tornaram-se mais fortes e até «*tinham um total controlo das Forças Armadas e da política*».

Outra observação do embaixador jugoslavo foi sobre o início e consequências «*desta espécie de cooperação Spínola-Mobutu*» e mencionou as seguintes: — um possível aumento das «*suspeitas entre os países vizinhos de Angola*», empenhados na sua descolonização, mas tendo em conta «*os seus interesses nacionais e influência em Angola*»; — podia provocar «*uma maior diferenciação no governo português*» e ter reflexos nas negociações da independência de Angola; — intensificação da «*luta fraccionária no MPLA*», agravamento das «*relações MPLA-FNLA e potenciar a tomada de partido dos países africanos quanto a esses movimentos*», empurrando assim «*Angola para uma situação à beira da guerra civil*».

No final, salientou «*novamente*» que lhes seriam muito úteis as informações de Lisboa que pudessem esclarecer tanto «*a actual evolução e as tendências no regime português*», como «*a relação do governo português perante a situação actual angolana, como também a posição quanto às fracções citadas e aos países vizinhos de Angola*».

— Num «*aditamento ao memorando sobre Portugal*» (V.Doc.132), o SFNE enviou (25/Set.) para a missão jugoslava na ONU (devido ao encontro, em Nova-Iorque, de M.Minitch-M.Soures) uma

<sup>55</sup> Deveria realizar-se nesse dia 20 de Setembro, em que foi enviado este telex para Belgrado, mas nem os seus membros da Revolta do Leste compareceram como a situação no MPLA tinha mudado com a Conferência Inter-Regional de Militantes. Também, Chipenda (após Brazavile e ter viajado com Mobutu) já estava mais próximo da FNLA e de Holden Roberto.

<sup>56</sup> A Cimeira de Bukavu (27-28/Jul.), no Zaire, reuniu delegações do MPLA e FNLA.

<sup>57</sup> O Congresso do MPLA, em Lusaca (18-22/Ag.), reuniu as três fracções do MPLA.

<sup>58</sup> Reunião de Brazavile (3/Set.) dos dirigentes das três fracções do MPLA (Agostinho Neto, Joaquim Pinto de Andrade e Daniel Chipenda) com a presença dos presidentes do Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia.

<sup>59</sup> Os incidentes em Lourenço Marques (7/Set.), segundo números oficiais, causaram 100 mortos e 250 feridos.

lista de seis «*países europeus orientais*», nos quais, Portugal já tinha nomeado cinco embaixadores. Quanto a esses «*países socialistas*», a URSS e a RDA já tinham os seus embaixadores acreditados, enquanto dos restantes países, só a Hungria não tinha ainda nenhum diplomata em Lisboa.

Em relação ao «*embaixador para Belgrado*», informou que «*segundo se diz foi designado, mas não foi nomeado oficialmente*», acrescentando que não eram «*claras as razões essenciais para tal, [podia-se dizer,] posição discriminatória em relação à Jugoslávia*». Ademais, considerando a sua atitude «*perante as mudanças em Portugal e o novo regime*», bem como por terem sido «*os primeiros a entrar em relações e a abrir a missão*» diplomática, haveria até «*sinais que foi uma concessão de Soares aos comunistas (quer dizer soviéticos)*».

— Outra «*Nota*» do SFNE (25/Set.)<sup>60</sup> é «*acerca da reunião com S. Spasitch, conselheiro na Embaixada da RSFJ em Portugal*» (Doc. 133)., em que estiveram presentes seis funcionários, «*especialistas para questões económicas*», sendo um deles do Secretariado Federal do Comércio Externo. Quanto às questões tratadas, estas «*foram as futuras relações económicas com Portugal*». Uma cópia foi enviada para a «*Embaixada RSFJ – Lisboa*»

Como havia um atraso entre as relações económicas e políticas com Portugal, a sua explicação foi o embargo recomendado pela ONU que teve o apoio e participação da Jugoslávia e, então, ainda se mantinha em vigor. Porém, devido ao processo da descolonização, em curso, do governo português, a situação tinha mudado e encaminhava-se para uma abertura económica, mas não deveriam ignorar essa recomendação da ONU.

Assim, era de esperar a revisão do embargo após essas «*mudanças em Portugal*». Por isso, era «*preciso iniciar imediatamente um estudo detalhado*» acerca das relações bilaterais e uma tomada de medidas, nesse período transitório, desde «*a ligação dos empresários dos dois países*» e uma «*informação económica por parte da Embaixada*» sobre as principais características da economia jugoslava até encontros com delegações económicas e de negócios portuguesas.

Igualmente, por causa da próxima «*visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, M. Soares*», foi recomendado que «*até lá, [era] necessário ter uma posição assumida*».

Outra proposta aprovada a respeito das relações económicas RSFJ-Portugal foi que, também, fosse instruído o diplomata que seria, na embaixada em Lisboa, o seu responsável mais directo.

Após ter aceitado um convite do PSP para uma delegação da ASPTJ visitar Portugal, foi decidido com a LCJ que, entre os seus membros, estivesse um seu dirigente para conversações com o PCP. Tendo recebido instruções para informar o PCP dessa decisão, onde esteve (20/Set.), mas V. Spasitch só pôde relatar essa sua reunião num telex enviado (6/Out.) da embaixada de Paris para Belgrado.

<sup>60</sup> Como, no dia 28, já tinha regressado a Lisboa, é de pressupor que esta reunião teve lugar alguns dias antes. Além disso, apesar da sua data, segundo este documento, refere que estava «*iminente a AG da ONU*», o que indica que esta reunião se realizou antes do início da citada XXIX Assembleia-Geral (23/Set.).

— Todavia, segundo uma «*Nota*» do SFNE (27/Set.), enviada para esses partidos jugoslavos e alguns dos seus gabinetes, «*acerca da conversa telefónica*» (V.Doc.134), nesse dia, com «*V. Spasitch, encarregado de negócios da Embaixada da RSFJ em Lisboa*», que informou que essa proposta não foi aceite e, nessa tarde, tinha recebido «*uma carta da direcção do PC com as razões*» para recusar ter conversações com a delegação da ASPTJ.

Numa anterior reunião com «*representantes do PCP*», estes já tinham exposto a Spasitch essa sua discordância em relação à visita da delegação e «*falaram criticamente acerca do PSP*». Igualmente, achavam que a sua direcção «*não respeita[va] o acordo de cooperação<sup>61</sup>*», eram «*contra os interesses do PC*» e tinham «*usurpado a competência dos negócios estrangeiros*» por meio de Mário Soares.

Perante esta situação, as instruções enviadas para V. Spasitch foram que informasse «*a direcção do PC*» que, tendo uma posição de princípios nas suas relações com todos os partidos e movimentos progressistas, a LCJ considerou desejáveis as conversações paralelas com os dois partidos portugueses. Ademais, isso seria para o PCP não só a continuação da troca de opiniões que tiveram, em fins de Maio, no X Congresso da LCJ, como dariam a essas conversações uma «*adequada publicidade*» à importância que davam à «*cooperação com ambos os partidos*». Também, segundo essas instruções, V. Spasitch deveria apresentar, novamente, o pedido da delegação para ter conversações com o PC e solicitar uma resposta imediata por causa do programa da visita, salientando que não desejavam entrar com o seu «*comportamento nas relações entre o PCP e o PSP*», porque isso era um «*exclusivo assunto dos dois partidos*», mas também uma sua questão de princípios.

— Outros dois telexes desse dia (Doc.135 e 136) são relativos a entrevistas do jornalista Djuka Iulius<sup>62</sup>, correspondente do diário *Politika* de Belgrado na RFA, com diversos dirigentes do PS, sendo o primeiro referente a Jorge Campinos e o segundo a Sottomaior Cardia, Raul Rego e Manuel Serra. Este resumo do texto original destas entrevistas foi de Verolhub Spasitch.

Como secretário de Estado no MNE, Jorge Campinos respondeu a perguntas acerca das conversações de Mário Soares com Kissinger, a posição do Governo Provisório e o MFA em relação às negociações com os movimentos de libertação sobre a independência de Angola e a Spínola (suas ideias quanto à descolonização de Angola). Outrossim, referiu-se ainda aos países africanos e à sua atitude de reservas quanto a Portugal, assim como deu a sua opinião pessoal para uma possível solução política portuguesa. Tendo em conta o que sabia das citadas conversações, essa solução seria «*só aquela que[fosse] semelhante à situação no país e na Europa Ocidental. Uma aliança do centro e esquerda sem influência muito significativa dos comunistas*».

<sup>61</sup> Este acordo, além de ser muito pouco mencionando, ao sê-lo, nunca há uma referência a respeito do seu texto e data.

<sup>62</sup>(Belgrado,1925-1991). Combatente do Exército Popular Jugoslavo (1943-45). Jornalista e correspondente do «*Politika*» em vários países da América Latina (como no México, onde residiu os últimos anos de vida) e Europa. Estas entrevistas foram publicadas, no *Politika*, em Setembro e Outubro de 1974.

No segundo telex para o SFNE, embora as entrevistas com os três dirigentes socialistas tivessem sido separadas, Spasitch não os menciona em nenhum dos comentários ou informações que descreveu nesse seu resumo.

As respostas dos entrevistados repartem-se por diversas perguntas do jornalista, reunidas por alguns temas como são os seguintes: - «*O PS [era] um partido em pleno crescimento*»; - O PS dava «*uma grande importância às relações com a LCJ e a Jugoslávia*»; - O PS criticava «*o PC como uma força dogmática*», mas continuaria «*no futuro a colaborar com o PC na defesa das conquistas de Abril e na luta por uma profunda democratização no país, sobretudo pelas reformas sociais*»; - «*A democratização ia mais lentamente do que há necessidade, o saneamento dos restos do fascismo foi demasiado brando*»; - O PS ia agir «*firmemente pela democratização no sentido de profundas reformas sociais*»; - «*A evolução nas forças armadas*»; - O seu «*Congresso, em 12 a 15 de Dezembro*».

Como conclusões, estes dirigentes socialistas disseram ao jornalista jugoslavo que «*a linha em relação às eleições*» do seu partido só seria decidida nesse congresso, mas apresentando-se «*provavelmente, [...] como força autónoma<sup>63</sup> baseada nos seus próprios objectivos programáticos*». Igualmente, nunca romperia «*a cooperação com o PC nas massas e na luta pelos interesses dos trabalhadores e do povo, nem cairá no anticomunismo*», acrescentando ainda que «*sem a participação do PC, a democratização em Portugal não [era] possível, ou seja, o isolamento do PC só [favorecia] a direita*». Juntamente, segundo um desses dirigentes, o PS teria de analisar «*onde estão os limites das possibilidades para a execução de uma verdadeira política socialista nas condições actuais em Portugal*».

Também, após as próximas eleições, «*não excluía, sob determinadas condições, sobretudo a realização de reformas*», uma coligação com o PPD, ou seja, com o centro, se os resultados eleitorais «*apontarem para uma tal combinação como base para a estabilização da democracia*». Todavia, receavam que «*os democratas populares, que se proclamavam pela social-democracia*», fizessem uma «*aliança mais à direita [e um] acordo com Spínola*».

— Ainda nesse dia (27/Set.), em Nova-Iorque, por ocasião da XXIX Assembleia-Geral da ONU, a missão jugoslava enviou um telex (Doc.137) para o SFNE acerca da reunião de Miloche Minitich com Mário Soares que ali estavam presentes e participaram nas suas sessões<sup>64</sup>.

Após uma troca de palavras em relação à reunião, o secretário federal dos Negócios Estrangeiros jugoslavo referiu-se à «*grande actividade político-diplomática de Soares*» e ao «*novo governo democrático português*» que tinha elevado muito e «*em pouco tempo, o prestígio de Portugal*». Saudou ainda esse governo pelo «*acordo rápido e eficaz*» com o PAIGC e a FRELIMO. Porém, a

<sup>63</sup> Uma intenção já antes confirmada por Mário Soares a um dirigente do PSD da RFA. (V.Doc.114) telex da embaixada jugoslava de Bona (8/Ago.).

<sup>64</sup> Mário Soares discursou ali (23/Set.) e teve ainda conversações com Henry Kissinger e Robert McNamara.

situação em Angola considerou-a preocupante. Depois, perguntou a Mário Soares se já tinha recebido as informações dos contactos que tiveram com os movimentos de libertação de Angola<sup>65</sup> e que, em Lisboa, foram entregues pelo encarregado de negócios jugoslavo. Ademais, propôs continuar esse contacto e ajuda.

Outras perguntas de Minitch foram relativas à abertura da embaixada portuguesa em Belgrado, em que estavam «*muito interessados [e que fosse] o mais rápido possível*», assim como à «*visita de Soares à Jugoslávia*».

Nas suas respostas, Mário Soares começou por dizer que a embaixada ia «*abrir em breve*» e que já tinham escolhido o embaixador, mas não mencionou o seu nome. Como era «*uma figura política e não um diplomata de carreira*», o processo da sua nomeação tinha demorado mais tempo porque exigia a sua aprovação pelo Conselho de Ministros.

Depois, em relação à sua visita à Jugoslávia, devido aos seus diversos compromissos<sup>66</sup>, em Outubro, não seria possível, mas pensava que poderia efectuá-la em Novembro. Também, salientou a grande importância que lhe dava para um desenvolvimento mais diversificado possível das relações com a Jugoslávia e referiu as seguintes razões: — as suas «*ligações de amizade com uma série de países do chamado terceiro mundo*» com os quais podia ajudar Portugal a estabelecer relações; — tinha «*uma ligação muito pessoal*» de muitos anos<sup>67</sup> com a Jugoslávia; — nos últimos anos, em Paris, «*encontrou-se frequentemente com jugoslavos*»; — tinha estado, na Jugoslávia, «*duas vezes*<sup>68</sup> a convite da ASPTJ».

Quanto à Descolonização, falou, em particular, da situação em Angola, começando por compará-la com os «*acordos conseguidos com a Guiné-Bissau e Moçambique*», para se referir que ali havia não um, mas três interlocutores. Mencionou ainda as diferenças político-militares entre a FNLA, MPLA e a UNITA para concluir que «*a situação era complicada e não havia possibilidades da sua próxima resolução*». Depois, Mário Soares e Miloche Minitch acordaram uma troca de informações acerca de Angola e dos «*países amigos*» africanos da Jugoslávia.

Após agradecer as informações e reafirmar a «*disposição de ajudar tanto quanto podemos*», Minitch «*perguntou a Soares como avaliava a situação nas forças armadas portuguesas*».

No seu «*amplo relato dos acontecimentos, em Portugal, a seguir ao 25 de Abril*», Mário Soares começou por dizer que o «*chamado movimento dos jovens capitães*» fez a revolução devido à «*política do regime de Caetano*» e, sobretudo, pela guerra colonial, acrescentando que esta tinha sido «*feita muito habilmente, num só dia, sem derramamento de sangue*». Igualmente, como foi bem planeada, «*nem os serviços de informação, nem a polícia portuguesa, que se considerava muito organizada, nada souberam antes*». Relatou e comentou, ainda, outros acontecimentos desse dia.

<sup>65</sup> Esta documentação não foi encontrada nas nossas pesquisas nos arquivos de Belgrado.

<sup>66</sup> Além das «*visitas marcadas à Tunísia, Marrocos e Líbia, visita de Brandt a Lisboa, nova viagem a Nova-Iorque acompanhando Spínola que tencionava discursar na AG*», tinha ainda «*uma série de compromissos partidários*».

<sup>67</sup> Mencionou a legação jugoslava, em Lisboa, no pós-guerra (1945-1948), que «*era a única embaixada que recebia membros dos partidos oposicionistas e, a qual, ele também visitou como jovem estudante progressista*».

<sup>68</sup> Em 1968 e 1969.

Segundo o texto deste telex de 7 páginas, assinado por dois diplomatas jugoslavos, Mário Soares referiu-se depois a vários acontecimentos como: a nomeação da JNS «*com Spínola à frente*»; a sua chegada e de Álvaro Cunhal de Paris; as grandes manifestações do Primeiro de Maio; a formação e o programa do «*novo governo*»; a sua nomeação de ministro do Negócios Estrangeiros.

Mencionando «*a questão da independência das colónias*», que foi colocada pelas «*forças progressistas no governo português*» e provocou a demissão do primeiro governo e «*a formação de um novo com Gonçalves à frente*», Mário Soares informou ainda o seu interlocutor acerca da evolução da posição de Spínola. Concluindo esta sua introdução à pergunta de Minitch, disse-lhe que era «*clara a orientação pela descolonização e a democratização, embora [fosse] preciso esperar que esses processos decorr[essem] gradualmente, por etapas*».

Quanto à situação nas Forças Armadas, achava que havia «*várias correntes, da direita até à esquerda*», sendo até «*bastante acentuadas as tendências por um regime do tipo nasserista ou peruano, onde o exército mantivesse o poder, assumindo para si a realização das reformas necessárias*». Porém, as forças progressistas (PSP, PCP, liberais e uma parte dos militares) não apoiavam essa solução, mas sim uma «*democratização interna numa base do sistema multipartidário de tipo parlamentar ocidental*», após as prováveis eleições (Mar./1975). Por essa razão, pretendia empenhar-se mais ao trabalho partidário, como considerou a grande importância da democratização de Portugal para outros países. Referindo-se à sua «*influência nas recentes mudanças na Grécia e, inevitavelmente, actuará por contágio na vizinha Espanha*», sendo a queda da junta militar grega em fins de Julho.

Após agradecer as informações e explicações, Minitch salientou «*a enorme importância internacional da revolução portuguesa*». Depois, referiu-se ao «*estabelecimento de relações diplomáticas com o novo governo português*», que mostrou aos países africanos e movimentos de libertação ser necessário ter confiança nas forças democráticas portuguesas apesar da desconfiança em relação a Spínola. Porém, «*com a formação do governo de Gonçalves[...], a questão de confiança não voltou a pôr-se*» e, também, iria facilitar a solução em Angola. Todavia, a dificuldade estava nas ingerências dos países africanos vizinhos. Disse, depois, que «*o Dr. Neto, apesar de uma certa perda de influência, continuava a ser a personalidade com mais autoridade e experiência em Angola*».

«*Na objecção de Soares de que Neto perdeu o apoio da URSS*», Minitch respondeu-lhe que Neto era um homem de princípios e que perdeu esse apoio não por sua culpa. Além disso, a perda do apoio, talvez, não fosse definitiva e o importante era encontrar uma solução para Angola, porque havia «*forças que est[avam] interessadas a que isso não se chegue*».

No fim, Mário Soares informou que o Congresso do PS era de 13 a 15 de Dezembro e já tinham enviado o convite à LCJ e esperavam uma sua forte delegação. Também, mais uma vez, foi realçado o mútuo desejo pela maior brevidade na realização da visita do ministro português à Jugoslávia, a qual, «*Minitch salientou que esta se[ria] mais uma manifestação de um forte apoio ao novo regime português*».

## II.4— Documentos (125-137)

---

**125 [SFNE, Pedido da RTP (declaração do Presidente Tito pela independência da Guiné-Bissau e sua emissão)]**

SECRETARIADO FEDERAL 443108  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção da Europa Ocidental  
N.º 443108  
5 / Setembro / 1974

### INFORMAÇÃO

Acerca do pedido da televisão portuguesa para que o Presidente Tito dê uma entrevista por ocasião do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau

A televisão portuguesa dirigiu-se ao nosso encarregado de negócios em Lisboa, I. Koitch, com o pedido para que o Presidente faça uma declaração por ocasião do reconhecimento da independência, em 10 de Setembro, da República da Guiné-Bissau.

Além do Presidente Tito, dirigiram-se a um grande número de chefes de Estado, a saber: Boumédiène, Ceauşescu, Senghor, Giscard, Geisel (Brasil), Wilson, Schmidt, Palme e Uyl /Holanda). Até agora, receberam a aprovação de Wilson, Schmidt e Geisel. Esperam, também, a aprovação dos restantes.

A televisão portuguesa colocaria a todos os estadistas uma pergunta, a saber: que significados vêm no facto da proclamação da independência da Guiné-Bissau? Cada chefe de Estado deveria responder em um a dois minutos. A emissão começaria com a resposta do nosso Presidente e terminaria com Boumédiène, isto é com chefes dos Países Não-Alinhados. As respostas devem ser recebidas até 8 de Setembro.

No caso de se aceitar o seu pedido, a televisão portuguesa pediria à nossa televisão para efectuar a conversação com o Presidente Tito.

Consideramos que se deve aceitar o pedido da televisão portuguesa. O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau por parte de Portugal representa um importante passo do novo regime [ 2.ª p.] português, que terá, dado o seu amplo significado, uma grande publicidade na opinião pública portuguesa. Seria útil que, nessa ocasião, aparecesse também a declaração do Presidente Tito, porque a sua apresentação (a primeira vez na televisão portuguesa) teria uma importância particular (em Portugal e não só), o que, ao mesmo tempo, seria uma oportunidade para que, na linha da nossa acção geral até agora, de agir em direcção da urgente e total descolonização tanto de Moçambique como de Angola.

Antes da apresentação da declaração presidencial deveria, entre outros, realçar sobretudo que a Jugoslávia reconheceu a independência da República da Guiné-Bissau imediatamente a proclamação da sua independência, em Setembro de 1973, que estabelecemos relações diplomáticas, testemunhando,

ao mesmo tempo, o passo do novo regime português, pelo qual, Portugal se juntou a um grande número de países que já reconheceram a independência da Guiné-Bissau.

Solicitamos urgente aprovação.

Entregue:

- Gabinete do PPCEF e SF M. Minitich,
- Gabinete do SAF L. Moísov,
- Gabinete do SAF M. Komatina,
- Gabinete do SAF N. Militchevitch
- Chefes M. Stevovitch e M. Maksitch
- Arquivos.

11173 yussip\*

12172 jardim\* p (N.T.: \*\* telexes do SFNE e do Hotel Tivoli Jardim)

Lisboa, 10/9/74

SFNE - A declaração do presidente da República foi transmitida durante o telejornal. O telejornal desta noite teve um nível muito alto, entoado solenemente. A declaração foi dada logo a seguir à apresentação da cerimónia, num lugar destacado, à parte das respostas de alguns outros estadistas porque com ela saiu um comentário muito sério e rico, que preparei com o redactor-chefe. Isto é, a declaração foi colocada, em primeiro lugar, num amplo contexto: a luta dos Não-Alinhados pela descolonização (documentos das cimeiras, actividades na ONU e outros — tudo sumariamente); depois num mais resumido: a importância da luta da Jugoslávia pela libertação da escravidão colonial, relações com os movimentos de libertação e, então, o papel do presidente da República em tudo isso, a sua visão de estadista acerca das relações internacionais, etc. Desta maneira, a declaração foi bem apresentada. Durante todo o tempo — foram projectadas fotografias do presidente da República. O número durou um total de seis minutos.

Penso que a tudo foi dado num nível adequado, que a diligência resultou totalmente e que a declaração foi recebida com compreensão e aprovação.

Koíitch

Confirmem recepção.

ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)

#### 126 [ SFNE- Para Koíitch ]

Terceira Direcção

N.º 443290

10 / 9 / 1974

Embaixada RSFJ – Paris

Para Koíitch.

1. Até hoje, a informação foi abrangente e muito útil para o acompanhamento da política do governo português, em particular, a respeito da descolonização. É positivo que foram criados contactos, além de que permitiram a percepção de todos os aspectos significativos da política portuguesa e suas acções concretas, sendo uteis, ao mesmo tempo, para a apresentação das nossas posições, no que é preciso ainda trabalhar. Sobretudo, consideramos importante a conversação com o presidente do

governo. Os resultados são ainda muito mais significativos, porque no período anterior, além da actuação político-informativa, foi necessário resolver também muitas outras questões relativas ao estabelecimento do trabalho normal da embaixada.

2. As tarefas que colocámos até agora continuam ainda actuais. É necessário acompanhar e analisar os mais recentes aspectos da descolonização, sobretudo a execução do acordo acerca de Moçambique (possíveis problemas e dificuldades a seu respeito), e perspectivas para a resolução do problema de Angola. Igualmente, nos limites das possibilidades, acompanhar como as posições dos movimentos de libertação e outros importantes factores africanos se reflectem nas posições e actividade do governo português.

Também é necessário ainda acompanhar o desenvolvimento da situação interna, em particular, em função da evolução da relação de forças e o papel dos factores mais significativos nas transformações posteriores. Assim, temos em vista que certos realinhamentos já estão presentes, tanto no interior, como [ 2 p.] também entre os principais partidos políticos.

3. No plano bilateral, ainda está aberta a visita de M. Soares à Jugoslávia. Esperamos que, em Nova Iorque, se realize o encontro do VP CEF e SF M. Minitich com M. Soares que, na realidade, representará um passo para a sua visita ao nosso país.

Esperamos que o governo português apressará a abertura da sua embaixada em Belgrado.

4. A Direcção interveio em relação a todos os pedidos colocados (salários, compra de mobiliário etc.), aos quais, se segue a resposta dos serviços responsáveis. Estamos de acordo com a solução mais favorável para o teu vencimento. - Maksitch

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **127 [ Dar es Salam, Reunião com diplomata tanzaniano ]**

Embaixada R S F J Dar es Salam 4 5 8 9 7 6

Número 405

12 / 9 / 1974

S F N E –

Conversação com Rupia, director para África, MNE

1. A independência das colónias portuguesas. A rapidez com que se desenrola o processo da obtenção de independência das possessões portuguesas ultrapassa as expectativas mais optimistas. Claramente que o governo português quer sinceramente quanto antes e com o mínimo de desacordos possíveis implementar a independência da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Um certo perigo representa a situação interna em Portugal que ainda não está completamente estabilizada. Seguramente, há muitas fortes forças, em Portugal, que se opõem à concessão das independências. Também, Portugal está determinado, pelo que puderam ver a partir de seus contactos, a preservar a integridade territorial dos recém-libertados territórios. Considera que é necessário que os países africanos, não-alinhados e democráticos dêem um total reconhecimento e apoio internacional a Portugal pelos passos até agora e encorajar a continuar com o processo da descolonização. Isto quanto antes, porque, além da reacção,

estará exposto, provavelmente devido à acelerada descolonização, e às sérias pressões do Ocidente que se empenhará em obter a segurança dos seus interesses nos territórios portugueses. Agora, há já alguns países ocidentais que estão reclamando que Portugal os enganou.

2. Não obstante estas mudanças positivas da política portuguesa e, praticamente, a já adquirida independência das possessões portuguesas mais importantes, o problema das colónias portuguesas dever-se-ia também colocar na sessão deste ano da ONU. Ou seja, se estivessem satisfeitos com o que foi alcançado, seria um reconhecimento de independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e resolvida a questão do colonialismo português. Também, isso poderia fechar a possibilidade para a independência das ilhas de Cabo Verde, São Tomé, Príncipe, Macau e outros territórios portugueses, para os quais, em particular, o Ocidente está interessado estrategicamente. [ 2.<sup>a</sup> p.]

Através do debate acerca das colónias portuguesas, seria decidido que Portugal apresentasse, na ONU, um relatório acerca dos seus passos e planos nas colónias, e de afirmar de forma inequívoca que aceita as resoluções anteriores acerca das colónias portuguesas e que, solenemente promete a sua total implementação. Assim, seria aberto o caminho para a liquidação de todas as possessões coloniais portuguesas. Igualmente, Portugal deveria aceitar que uma comissão de inquérito da ONU visitasse todas as possessões portuguesas. Isto seria, também, um importante precedente para as relações com os ingleses e franceses, que nunca consentiram um controlo internacional nas suas colónias.

3. Estão satisfeitos com o acordo efectuado com os dirigentes do MPLA. Foi bastante difícil conseguir um compromisso. O congresso em Lusaca foi interrompido pelas acusações interpessoais e uma pequena conciliação de todos os três grupos. Foram esgotados quase todos os argumentos e os quatro presidentes tinham já perdido as esperanças da possibilidade de resolver as relações na direcção do MPLA. Em Brazavile, foi feito por parte de Nyerere e Ngouabi mais uma tentativa de reconciliação.

Aos líderes das três fracções, foi novamente apontado o perigo de que, devido à sua desunião, impunham à Angola uma solução neocolonialista. Foi referido que, em 15 de Agosto, já houve uma tentativa violenta de tomada do poder por parte dos extremistas «settlers». Foi referido o perigo que, enquanto os m.l. [*N.T.:movimentos de libertação*] brigam, chegar-se-á até à formação de um governo marioneta, seja misto ou negro, que chegaria a um acordo com Portugal e, depois da independência, manteria o poder. O MPLA e os outros m.l., como também todos os países africanos, seriam completamente impotentes contra tal «fait accompli», porque quem seria capaz de conduzir uma nação em guerra. A África já tem bastantes experiências amargas com o regime de Banda no Malávi, que actua directamente contra os interesses da África. Mais um regime semelhante, em Angola, enfraqueceria bastante os movimentos progressistas no continente. [ 3.<sup>a</sup>p.]

Felizmente, a razão prevaleceu. O compromisso alcançado assegura a unidade necessária do MPLA. Não há razões para que o acordo não seja respeitado até ao seguinte congresso. Não é ideal, mas, todavia, abre a porta para acordos com a FNLA e para o começo de negociações com Portugal acerca da independência. Porém, um certo perigo representa a desconfiança entre Neto e Chipenda.

O MPLA já estabeleceu diversos contactos com Soares, ou seja, com Portugal e esperam que se chegará rapidamente às negociações acerca da independência de Angola. O importante é que o MPLA está no interior de Angola, o que reforça ainda mais a sua presença e mobiliza as massas. Por isso, foi sugerido para transferir o máximo possível de quadros para Angola e ali prepararem politicamente o povo para a independência.

Há optimistas que esperam que a independência pode ser alcançada em dois anos. Naturalmente, aqui haverá muitos problemas. Os «settlers» brancos são ali bastante fortes e gozam do evidente apoio da RAS [*República da África do Sul*]. É possível esperar todos os tipos de confrontos e até mesmo intervenções externas. Grandes são os interesses do Ocidente que não vai renunciar facilmente às enormes riquezas e posições estratégicas de Angola e que, sozinho ou em colaboração com a RAS, procurará prolongar a sua presença. A situação pode, até certo ponto, complicar-se também com o Zaire que, junto com o Congo, deita o olho para Cabinda, e quer uma determinada influência em Angola. Seria uma grande desgraça quando se chegasse até à tentativa da secessão de Cabinda, a qual, segundo alguns indícios, já se efectua.

Igualmente, parece que Portugal está consciente disso e deseja assegurar a integridade territorial de Angola. Por isso, no período transitório, está interessado que com a ONU actuem conjuntamente na salvaguarda da segurança e da paz na passagem de poderes. - Kochin

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

### **128 [ Lisboa, Proposta para uma visita de um jornalista português ]**

Embaixada RSFJ - Paris 4 4 4 4 9 7  
 Número 1166  
 13 / 9 / 1974  
 ( de Lisboa )

SFNE— Proponho que se receba a visita do jornalista português Álvaro Martins Lopes, com a duração de uma semana.

Com A.M. Lopes, temos um relacionamento ainda desde do início das nossas actividades em Lisboa. Trata-se de um excelente comentador de política externa que tem a rubrica no «Expresso», um semanário independente, influente e muito informativo. Até agora, tem-nos beneficiado muito: publicou uma longa entrevista com o encarregado de negócios (enviamos pelo correio), depois um artigo acerca da Defesa Popular Geral na Jugoslávia, comentário acerca da orientação de política externa do nosso país e outros textos — tudo num prazo de menos de dois meses. Igualmente, M. Lopes foi-nos útil para a troca de opiniões e informação sobre as questões mais importantes das relações internas e das posições da política externa de Portugal.

M.L. está interessado num programa que abrangesse um amplo relato de duas grandes questões: autogestão e a política não-alinhada. Publicaria, no regresso, sob a forma de entrevista ou análise de problemas. Também, gostaria de visitar o Kossovo. Um dia – livre.

A visita poderia começar em 15 de Outubro.

Por favor, considerem e informem.

Considero que M.L. deveria ser, de facto, aceite. Afora os artigos que ele publicaria, a visita abriria a possibilidade de uma cooperação ainda mais ampla com M.L. e o seu jornal. – Kofiitch

D i z d a r e v i t c h

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### 129 [ Lisboa, Reunião Vasco Gonçalves com Kofiitch ]

T E L E X  
Embaixada RSFJ Paris  
(de Lisboa)  
Número 1194  
19/9/1974  
SFNE –

(Carimbo do Arquivo)  
data: 23/9  
n.º: 445229

Conversação com o presidente do governo, general Gonçalves.

Após o ter felicitado pela promoção, realcei — invocando também a anterior conversação (14 de Agosto d.a. *(N.T:deste ano)*) — que estimo os mais recentes esforços do governo port. orientados para a descolonização. Valorizei a declaração do Pr. Tito por ocasião do reconhecimento da Rep. Guiné-Bissau e acrescentei que saudamos o acordo de Lusaca como um importante elemento positivo na resolução da questão col.*(onial)*. Exprimi a convicção de que, também, o governo port. tratará com o mesmo espírito a resolução da questão de Angola. Por fim, sublinhei que o desenvolvimento positivo na resolução da questão colonial – abre perspectivas para uma frutuosa cooperação em diversos sectores das relações entre os nossos dois países.

Na resposta, Gonçalves afirmou que o governo e o Movimento das Forças Arm. estão decididos, não só na definitiva solução da questão col., mas também na aceleração deste processo, porque estão conscientes do grande peso que têm sobre as costas — e quando é questão da democratização da vida interna e quando se trata das relações externas do novo regime. Para eles, é muito útil que estejam a par das atitudes e da visão acerca da descolonização e, isso por parte de países como a J.*(ugoslávia)*, tendo em conta a nossa posição entre os Não-Alinhados e na comunidade internacional em geral. Estimam a nossa relação consequente em relação à questão da descolonização. (Sobre o conteúdo da nossa conversação de 14 de Agosto informou o presid. Spínola.) Daí, a declaração do presid. Tito foi para eles um critério e apoio especiais.

Angola, como é conhecido, é um caso muito complexo. o MPLA está dividido. É necessário que vejamos qual será a próxima evolução no seio do MPLA e depois decidiremos acerca de medidas concretas. estejam seguros que a resolução em Angola não será adiada. A nossa intenção de resolvermos o problema de Angola é sincera. [ - 2.<sup>a</sup> - ]

Concordou que a solução da questão col. abre espaços para o reforço das relações e da cooperação de P.(*ortugal*) com o estrangeiro.

Tem-se a impressão que o MFA necessita de pressões externas – construtivas, amigas e equilibradas, que não sejam um fim por si próprias, mas que cheguem com compreensão pelas suas dificuldades que são, na realidade, dificuldades das relações das forças progressistas com a parte conservadora do regime. Por isso, ao MFA podem servir eficazmente, entre os restantes argumentos, na realização das proposições do Programa do 25 de Abril.

Foi característico que G. não mencionou, falando de Angola, a FNLA nem a UNITA.

A imprensa, rádio e tv registaram a recepção. Também, alguns jornais fizeram um amplo comentário sobre as relações Jug.-Port.

G. foi bastante directo e cordial. Penso que o passo teve um sucesso absoluto. – Koiitch – Dizdarevitch.

*ADMNE, F 217 Portugal (1974)*

### 130 [ Lisboa, Abertura da Embaixada e tomada de funções de Spasitch ]

Embaixada R S F J Paris 4 4 5 2 3 0  
(de Lisboa)  
Número 1196  
19 / 9 / 1974  
S F N E –

Por ocasião da abertura da embaixada<sup>69</sup>, da minha partida e da tomada de funções de Spasitch — organizou-se um coquetel nas novas instalações. Antes, conseguiu-se que Spasitch fosse legitimado no MNE, Esse coquetel serviu também para a sua apresentação aos funcionários do corpo diplomático e outros.

Apesar de ter sido ao meio-dia (o que, em Lisboa, não é habitual), o coquetel foi bastante bem sucedido. Dos 120 convites — estiveram presentes cerca de 100 convidados. O MNE esteve representado pelo secretário de Estado, J. Campinos, o director-geral dos Assuntos Políticos, M. Cruz, o director-geral dos Assuntos Económicos, S. Ferreira, chefes de quatro direcções e dois conselheiros. Estiveram presentes cerca de 15 embaixadores, mais conselheiros da maioria das missões, representantes da imprensa, rádio e TV e algumas personalidades da vida pública.

A imprensa, rádio e, sobretudo, da TV deram uma ampla publicidade (a TV pediu também uma declaração especial). Desta maneira, ao público em geral, chegou a notícia da abertura da nossa missão,

<sup>69</sup> Na Rua Duque de Palmela, 30-5.º,

o que, nas condições concretas da informação pública em Lisboa, se revela como bastante útil. Além disso, Spasitch conheceu uma série de personalidades importantes, o que lhe facilitará seguramente, no futuro, os contactos e trabalho. Koíitch. – Dizdarevitch

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete Moísov, Militchevitch, Protocolo do SFNE, UIK, Direcção da Imprensa, Arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **131 [Lusaca, As conversações Spínola e Mobutu na ilha do Sal ]**

Embaixada da RSFJ Lusaca445159

Número 631

20 / 9 / 1974

S F N E –

A notícia das recentes conversações entre Spínola e Mobutu (também esteve presente o vice-presidente [*N.T.: Almeida*] Santos) na ilha do Sal significou um novo momento no desenvolvimento da situação em redor de Angola (a imprensa zambiana deu esta notícia na primeira página). J. Kabinga, director para África no MNE, exprimiu surpresa tanto a respeito da reunião como também pelas declarações de Spínola, que também aqui foram publicadas, nas quais, de uma certa maneira, se distanciou do processo até agora da descolonização, isto é, a transferência directa de poderes por parte de Portugal exclusivamente num movimento de libertação, no PAIGC na Guiné-Bissau e na FRELIMO em Moçambique, e que, antes disso, nestes territórios não foram efectuados referendos. (Não entrando em comentários a esta reunião, Kabinga disse a Poznanovitch que acompanha o desenvolvimento da situação e aguardam o relatório da embaixada em Kinchassa).

Nossa observação: o encontro de Spínola-Mobutu, na nossa opinião, representa uma jogada muito delicada e bem calculada num momento quando a questão da descolonização de Angola, com todas as contradições que lhe estavam ligadas e as quais são resultado, sobretudo, do efeito de factores externos, tornava-se como actual, depois dos passos já dados para a descolonização da Guiné-Bissau e Moçambique. Este passo significa uma directa ingerência de Spínola nas relações complexas e conflituosas em Angola e na sua vizinhança imediata. (embora Mobutu apresentou o encontro com Spínola como uma sua missão de emissário em nome da reunião dos países africanos orientais e centrais, pelas fontes do MPLA sabemos que o encontro foi arranjado já antes do começo da reunião em Brazavile).

Objectivamente, o encontro significa o reforço da posição de Mobutu na actual constelação em torno de Angola e, através dela, um certo apoio a Holden Roberto. Sem dúvida, isto representa também um evidente sinal de diferenciação no governo português em relação ao processo da descolonização angolana que, seguramente, decorrerá conjuntamente com um expressivo entrelaçado de interesses e influências externas, [2.<sup>a</sup> p.] em particular, do Ocidente. Claramente, convinham as posições em que Spínola se empenhava nas posições que convinham ao Ocidente. Isto implica também a seu desacordo

com o processo de descolonização até aqui. Agora, tudo isto se encobria com a palavra de ordem da promessa da unidade dos movimentos angolanos e com a tática da imposição de negociações com os três movimentos (FNLA, MPLA e UNITA). Com essas combinações, a mira continuava apontada contra Neto e apesar do acordo alcançado acerca da direcção provisória do MPLA com Neto à sua frente. (Chipenda continua a se proteger como parceiro de Holden Roberto (durante a reunião de Brazavile, Mobutu levou no seu avião a Chipenda para Kinchassa, onde agora se encontra. No MPLA, consideram que ali prepara uma plataforma com Holden Roberto para, na reunião do CC do MPLA<sup>70</sup>, que se efectua em Lusaca no dia 20 de Setembro, colocaram Neto perante o facto consumado de aceitar o acordo ou a sua recusa seria usada para acusá-lo de que continuava «a romper a unidade»). Matos, ex-comandante da frente sudeste do MPLA, estima que a reunião do CC, em Lusaca (não é seguro que Chipenda irá ali e é incerta também a participação de Neto), será uma nova ruptura entre as fracções. (Não vê nem uma questão em que poderiam estar de acordo).

Após as tentativas na Cimeira de Bukavu, no Congresso de Lusaca e na recente conferência, em Brazavile, de enfraquecer ou terminar com a sua presidência, impondo Daniel Chipenda que, ao apoio de Kaunda, tinha juntado o de Mobutu. Então, preparava com Holden Roberto, segundo as informações deste embaixador jugoslavo, uma plataforma para colocaram Neto perante o facto consumado, numa próxima reunião do CC do MPLA<sup>71</sup>, em Lusaca, de aceitar o acordo ou a sua recusa seria usada para acusá-lo de que continuava a romper a unidade. Soube mesmo, por meio dum «ex-comandante da frente sudeste do MPLA», que seria difícil haver qualquer acordo, nessa reunião, mas era muito possível uma nova ruptura entre as fracções. O grupo de Neto tentará utilizar a tática do adiamento de qualquer decisão que fosse (Pinto de Andrade e Chipenda tinham a maioria no CC e na CP) para ganharem tempo que, segundo as palavras de Matos, estava a seu favor em Angola, onde desenvolvem uma forte acção militar e política. Segundo Matos, os titulares do golpe militar em Portugal encorajavam, cada vez mais, asacções do MPLA, em Angola (facilitavam-lhes a deslocação de unidades, entregavam quartéis, permitiam-lhes enviar os seus instrutores para unidades de africanos em Angola, etc.), realçando que a questão de Angola deve ser resolvida em Angola e não no estrangeiro. Deram a saber que na frente em Angola, os interlocutores com quem Portugal negociará, surgirão dentro do país com o MPLA à frente e, nesse sentido, como disse Matos, as forças militares portuguesas agiam na prática. Matos disse que a diversão dos colonos brancos em Moçambique, com o apoio da reacção portuguesa, segundo informações de círculos militares de Portugal, deveria conduzir a nova crise no governo português [3.ª p.] e à cisão no exército, o que também Spínola desejava. Esta acção não teve sucesso. Spínola sobreviveu também a esta crise, mas com posições cada vez mais limitadas, enquanto

---

<sup>71</sup>Deveria realizar-se no dia 20 de Setembro, mas nem os seus membros da Revolta do Leste compareceram como a situação no MPLA tinha mudado com a Conferência Inter-Regional de Militantes. Também, Chipenda (tinha viajado, após Brazavile, com Mobutu) já estava mais próximo da FNLA e de Holden Roberto.

se fortaleceram mais as posições das forças militares e dos titulares do golpe de Estado (Matos disse que estas forças militares tinham um total controlo das Forças Armadas e da política).

O começo desta espécie de cooperação Spínola-Mobutu pode ter diversas implicações:

— que podia aprofundar as suspeitas entre os países vizinhos de Angola, que se empenharam em redor da descolonização, tendo em vista os seus interesses nacionais e influência em Angola;

— que provocaria uma maior diferenciação no governo português o que pode ter, dependendo da preponderância das forças nesse governo, reflexos na dinâmica e no conteúdo das negociações acerca da independência de Angola;

— de intensificar ainda mais a luta fraccionária dentro do MPLA, de agravar as relações MPLA-FNLA e potenciar a tomada de partido dos países africanos quanto a esses movimentos, o que objectivamente empurra Angola para uma situação à beira da guerra civil.

Novamente, sublinhamos que nos seriam muito úteis as informações de Lisboa que possam esclarecer, por um lado, a actual evolução e as tendências no regime português e, por outro lado, a relação do governo português perante a situação actual angolana, como também a posição quanto às fracções citadas e aos países vizinhos de Angola. – Vukolitch

*ADMNE, F-225 (Angola e Moçambique- 197*

### 132 [SFNE, Informação acerca das relações diplomáticas de Portugal ]

T E L E X

Terceira Direcção (Carimbo do Arquivo)

Número 445903

25/9/1974

Missão RSFJ Nova-Iorque  
(para camarada Chukovitch)

N.º: 445903

Portugal

Aditamento ao memorando sobre Portugal.

As relações de Portugal com os PEO (*N.T.: países europeus orientais*) tomam formas cada vez mais concretas. Foram nomeados embaixadores em Moscovo, Berlim, Praga, Budapeste, Sofia e o encarregado de negócios em Bucareste, o que foi também anunciado. Dos PS (*N.T.: países socialistas*), embaixadores acreditados: URSS e RDA, encarregado de negócios da Bulgária (de meados de Agosto), e a Checoslováquia e Roménia enviaram funcionários do MNE por causa da abertura das missões.

O embaixador para Belgrado, segundo se diz foi designado, mas não foi nomeado oficialmente. Não são claras as razões essenciais para tal, pode-se dizer, posição discriminatória em relação à Jugoslávia, tendo em conta a relação total do nosso país perante as mudanças em Portugal e o novo regime, e antes de tudo pelo facto de que fomos os primeiros a entrar em relações e a abrir a missão. há sinais que foi uma concessão de Soares aos comunistas (quer dizer soviéticos). – Maksitch.

Enviado: gabinete SF, SAF e arquivo conf.

*ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

**133 | SFNE, Reunião com S. Spasitch acerca das relações económicas com Portugal |**

SECRETARIADO FEDERAL 444258  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção da Europa Ocidental  
N.º 444258 25 /IX /1974

NOTA

Acerca da reunião com S. Spasitch, conselheiro na Embaixada da RSFJ em Portugal

A reunião realizou-se com o camarada Dj. Stoikovitch, conselheiro especialista para questões económicas do I Sector. As questões tratadas foram as futuras relações económicas com Portugal.

Presentes: V. Lozina, D. Vutchitchevitch, M. Popovats (III Direcção), N. Hentchitch (UMO) e D. Nikolitch (Secretariado Federal do Comércio Externo).

Constatou-se que as relações económicas se atrasaram quanto às relações políticas. De facto, neste plano, a nossa seguinte abertura e activa actuação está bloqueada. A recomendação da ONU, que nós próprios apoiámos e activamente participámos, também conduziu até ao embargo. Tal posição impede de actuarmos de forma diferente neste momento.

Todavia, agora, a situação mudou um pouco. Começou o processo da descolonização e a evolução da posição do governo português nesse sentido encaminhamos para a abertura económica. Porém, a recomendação da ONU não deveríamos ignorar, porque nós mesmos fomos um dos seus autores. Dado que está iminente a AG da ONU, é oportuno que esperemos os resultados das sessões da AG da ONU.

Tendo em consideração as mudanças em Portugal, realmente é de esperar a revisão das recomendações a respeito do embargo. Normalmente, seria de esperar que a iniciativa acerca de tudo isto a tenha Portugal, que ele levante a questão do embargo, porque ele próprio é o mais atingido. A Jugoslávia está pronta para apoiá-lo. [ 2.ª p.]

Quando esta questão se resolver dever-se-ia sugerir à direcção do SFNE que se exija a anulação das nossas cláusulas acerca do embargo em relação a Portugal.

A visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, M. Soares, seguramente, colocará esta questão na sua ordem do dia. Até lá, é necessário ter uma posição assumida.

Partindo de que as relações económicas são urgentes, é preciso iniciar imediatamente um estudo detalhado se é necessário reunir determinados instrumentos para as relações bilaterais e fazer os preparativos para o estabelecimento de relações contratuais.

A ligação dos empresários dos dois países deveria ser encorajada, porque isso não está condicionado por quaisquer relações contratuais. No plano da informação económica por parte da Embaixada, imediatamente, pode-se actuar activamente fornecendo dados acerca das nossas tendências económicas, das principais características da economia e, em particular, sobre as nossas possibilidades produtivas e de exportação, o que, no período seguinte, pode ser muito útil para acções concretas.

Os encontros com as suas delegações económicas e de negócios não se deveriam evitar neste período transitório. Por agora, não se deveria apressar com a realização das iniciativas da Câmara Económica da Croácia acerca de intercâmbio de delegações de empresários dos dois países. Isso pode esperar as decisões da ONU. O Secretariado Federal do Comércio Externo resolverá, de acordo com as anteriores decisões, os pedidos das organizações económicas e os concretos casos de negócios.

Ficou acordado que, acerca das relações económicas RSFJ-Portugal, seja instruído também, durante os preparativos, o II Secretário, o qual, será o responsável mais directo, na Embaixada em Lisboa pelas relações económicas.

Entregue: Gabinete do camarada N. Militchevitch; Gabinete do camarada M. Vrhunets; III Direcção; Embaixada RSFJ – Lisboa; Arquivos.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

**134 [Telefonema SFNE-Spasitch devido à recusa de conversações do PCP com a delegação da ASPTJ ]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
III Direcção  
N.º 446064  
27/IX/1974

(Carimbo do Arquivo)

N.º 446064

data: 27-9-74

*Portugal*

NOTA

acerca da conversa telefónica de D. Vutchitchévitch, conselheiro do SFNE, com V. Spasitch, encarregado de negócios da Embaixada da RSFJ em Lisboa, 27 de Setembro de 1974.

O camarada Spasitch informou-me de que, depois da conversação que teve hoje de manhã na direcção do PCP, recebeu uma carta na qual a direcção do PC apresenta as razões pelas quais não aceitam conversações com a delegação da ASPTJ. Na carta do PCP, o fundamental é o seguinte:

- chegou-se até ao acordo da visita da delegação da ASPTJ junto do PS sem consulta com o PCP. Souberam da visita, segundo dizem, pela imprensa (o que surpreende, tendo em conta que Spasitch numa conversação explicou o carácter e o objectivo da visita da ASPTJ);

- a direcção do PC considera que a visita trará prejuízos ao Partido Comunista e suas bases, tendo em conta que o PS se comporta incorrectamente em relação ao PCP;

- consideram que a visita deve ser anulada e, posteriormente, acordar os contactos com o PC para data mais oportuna.

Na anterior conversação com Spasitch, os representantes do PCP ([Aurélio] Santos, membro do Secretariado e um membro do CC) expuseram a sua discordância relativamente à nossa delegação e falaram criticamente acerca do PSP. Consideram que a direcção do PSP não respeita o acordo de

cooperação e que, na prática, actua contra os interesses do PC. Acusam o PSP de ter usurpado a competência dos negócios estrangeiros que detém M. Soares. [ - 2.ºp. - ]

Em relação a isto, foram enviadas instruções (em base da conversação com o camarada V. Obradovitch) para que V. Spasitch contacte novamente a direcção do PC e os informe que nós consideramos, tendo em conta todas as circunstâncias e partindo de uma posição de princípios em relação a todos os partidos e movimentos progressistas que desejem isso, desejável as conversações paralelas com ambos os partidos (PS e PC). Isto representaria para o PC a continuidade da troca de opiniões que foi efectuada no X Congresso da LCJ. Daríamos a adequada publicidade às conversações, da qual seria visível a importância que damos à cooperação com ambos os partidos. Foi pedido, igualmente, que V. Spasitch renove a disposição e o desejo da delegação de ter conversações com o PC e de pedir imediatamente resposta por causa da coordenação do programa, com a observação que não desejamos entrar com o nosso comportamento nas relações entre o PCP e o PSP, que é exclusivo assunto dos dois partidos, o que é também a nossa posição de princípios.

Estas instruções foram repetidas também por telex.

Enviado:

- A. Grlitchkov, secretário no CE CC LCJ
- V. Obradovitch, chefe do Departamento das Relações e Ligações Internacionais da LCJ
- A. Bakotchevitch, presidente da Comissão das Ligações Internacionais da ASPTJ

No SFNE:

- Gabinete do SAF (*N.T.: secretário-adjunto federal*) L. Moísov; Gabinete N. Militchevitch, embaixador no SFNE; Chefe da III Direcção; Arquivo
- ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

---

**135 [Lisboa, entrevista Jorge Campinos ao jornalista jugoslavo (Djuka Iulius )]**

Embaixada RSFJ Paris 4 4 6 8 3 2

(de Lisboa)

Número 361

27/9/1974

SFNE

Kampinhol [*N.T.: Campinos*], secretário de Estado no MNE (socialista) a Iulius:

1. Depois das conversações Kissinger-Soares [*N.T.: Soares*] é difícil distinguir a conduta dos EUA quanto às mudanças em Portugal e ao desenvolvimento posterior. Existem duas linhas americanas: a política do DE e do Pentágono. Enquanto o Pentágono extremamente contido e inquieto pela participação do PC no governo, inclinado a avaliar os dirigentes do Movimento das Forças Armadas como marxistas (e até apoiantes do PC) e, por isso, disposto a apoiar as forças mais conservadoras no exército e fora dele. O DE, mais elástico e disposto a apoiar um desfecho político moderado, sob a condição que este garanta os interesses principais americanos, sobretudo a afiliação à NATO e ocidente.

Soares acalmou Kissinger, mostrando que a afiliação de Portugal à NATO não está em questão, que a democratização e a descolonização fortalecem Portugal, que Portugal continua a quer relações estreitas duradouras com os EUA. Pediu créditos americanos (sob a forma de maior compensação pela

base nos Açores e para reanimar o desenvolvimento da economia portuguesa). Kissinger foi reservado, não recusou, ficou pela frase de que isso seria examinado.

A impressão de Soares é de que os EUA são por um apoio firme à solução que excluiria o PC do governo, portanto por uma solução política de centro-esquerda, e, por isso, os americanos esperam e insistem que os socialistas se demarquem do PC, que, quanto antes, abram a real possibilidade para a coligação com os democratas populares (PPD). Tal solução seria aceitável para os EUA e a CE, garantiria as reformas com estabilidade, excluindo movimentos para a esquerda. Somente, neste caso, [2.<sup>a</sup> p.] os EUA apoiariam activamente Portugal. Ao mesmo tempo, os EUA contam, claramente, com Spínola como factor de uma solução duradoura. No MNE, é claro que, neste jogo, as cartas já foram repartidas.

2. O Governo Provisório está disposto a começar as negociações, quanto antes e sem adiamentos, com os movimentos de libertação acerca da independência de Angola. Em Luanda, o chefe da Junta, almirante Rosa Coutinho, recebeu uma tal ordem do governo. Contam com grandes dificuldades internas e externas (na descolonização de Angola), mas é-lhes claro de que qualquer hesitação poderia ameaçar, em Portugal, o desenvolvimento democrático.

Spínola, cujas ideias acerca da descolonização não coincidem com as do governo, tenta influenciar o mais directamente as negociações acerca de Angola. Por isso, disse que assumia o aspecto internacional da resolução nas suas mãos (tentativa de contornar e enfraquecer a posição do governo, Soares e o Movimento das Forças Armadas). Isto não «preocupa» o governo porque, e antes, Spínola deu declarações semelhantes, mas, no fim, teve de aceitar a realidade, a qual, era contrária às suas ideias. As intenções básicas de Spínola de assegurar uma democracia do tipo ocidental (na qual, os interesses neocolonialistas se defendem facilmente), para, quanto possa, reforçar a posição de Holden e da FNLA nas negociações e no desfecho; Holden, homem dos EUA (daí o encontro de Spínola com Mobutu); que têm influência no MPLA, aproveitando a sua divisão e fraqueza militar; retardar o tempo da descolonização para que os partidos políticos dos colonos e das companhias estrangeiras se organizem e assegurem os seus interesses. Por fim, para que os EUA possam, cujo interesse pela África do Sul não é apenas estável, mas também cresce, assegurar posições que lhes permitam ter um «governo favorável».

Todavia, o Movimento das Forças Armadas e o governo decidiram criar, independentemente de Spínola, quanto antes, as condições para uma solução rápida em Angola. Assim, conscientes do risco de interrupção ou adiamento. O maior problema, a desunião e as disputas dos movimentos de libertação. A UNITA, que cooperou com os colonialistas, agora actua como partido político, assegurou o apoio dos colonos e companhias estrangeiras. [3.<sup>a</sup>p.]

Certamente, o MPLA é o mais progressista e aceitável como parceiro para as conversações, mas desunido, a sua base militar é fraca (até certo ponto, forte no leste). Agora, fazem esforços para se organizar militarmente, mobilizam as massas e reforçam a posição política de liderança entre a população do país.

A FNLA, o melhor organizado militarmente, mas fraco politicamente, até na zona que controla (fronteira com o Zaire). Daí, sabotar as negociações. Todos os três movimentos estão contra a independência de Cabinda.

As dificuldades tornaram-se grandes, mas serão maiores, caso se hesitar. Em Angola, as forças militares estão, por enquanto, sob a influência firme do Movimento das Forças Armadas, interessado na descolonização, e Rosa Coutinho fiel às ideias do movimento.

Não podem compreender a atitude dos países africanos, que mantêm as reservas quanto a Portugal na sua política: no estabelecimento de relações (excepto o Senegal) não permitem ainda o sobrevoo dos aviões portugueses (provoca grandes despesas) como que nada se mudou.

Os governos africanos não compreendem que o novo governo português é um seu aliado, com uma tal atitude intransigente, praticamente, dão argumentos à direita portuguesa que afirma que — apesar da política soarista de concessões em África — nada mudou significativamente, que Portugal continua ignorado e isolado. Seria para eles uma grande ajuda caso os países africanos mudassem a sua atitude e, isso quanto antes, claramente.

3. Pessoalmente, acredita que a solução política possível em Portugal é só aquela que seja semelhante à situação no país e na Europa Ocidental. Uma aliança [4.ª p.] do centro e esquerda sem influênciamuito significativa dos comunistas. Spasitch - Dizdarevitch

*ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

---

**136 [De Lisboa, Entrevistas de dirigentes socialistas ao jornalista jugoslavo (Djuka Iulius) ]**

Embaixada R S F J Paris 4 4 6 8 3 3  
 (de Lisboa)  
 Número 361  
 27 / 9 / 1974  
 S F N E—

Os dirigentes socialistas Sottomaior Cardia (esteve no Congresso da LCJ), Raul Rego (director da "República") e Manuel Serra (líder da ala esquerda, o Movimento Popular Socialista no quadro do PS), em conversações separadas com Iulius:

O PS é um partido em pleno crescimento porque as suas ideias e a política têm ampla repercussão e encontram apoio. Os sucessos de Soares na política de descolonização e a revalorização internacional de Portugal muito os ajudam. Além disso, também a tradição da luta contra o fascismo.

Agora, no processo da construção organizativa, pelo que a influência do PS, sobretudo nas cidades, era superior à sua força numérica. Trabalham depressa na organização, mas em qualquer caso sabem que, nas eleições, terão incomparavelmente um maior apoio do que a força efectiva do PS. Acreditam que, talvez, os partidos com maiores possibilidades de crescimento fossem os partidos socialistas de inspiração marxista, o que faz uma grande diferença em relação aos partidos sociais-democratas dos países europeus, mas apoiam-se na Internacional Socialista.

Dão uma grande importância às relações com a LCJ e a Jugoslávia, alegram-se com a chegada da delegação<sup>72</sup> com a qual querem ter uma vasta troca de opiniões acerca de todas as questões das relações e movimentos no mundo. Informá-la-ão em pormenor e totalmente acerca da evolução em Portugal.

Criticam o PC como uma força dogmática, que procurava sufocar os socialistas porque neles via uma autêntica alternativa de esquerda. Característico foi a apropriação da frente democrática<sup>73</sup> do tempo do fascismo e [ 2.ª p.] das suas organizações que o PC se apropriou totalmente e utilizava para si. Igualmente, o PC é a força que controla o movimento sindical, onde procura impedir o fortalecimento dos socialistas. Não obstante, o PS continuaria no futuro a colaborar com o PC na defesa das conquistas de Abril e na luta por uma profunda democratização no país, sobretudo pelas reformas sociais». O PC está ainda muito ligado à URSS e seus interesses». No governo, Cunhal é o ministro que menos se opõe aos oficiais, aceita qualquer das suas propostas sem tentar influenciar para fossem ainda mais progressistas. Contudo, pensava que, pessoalmente, Cunhal era uma «cabeça bastante independente», que o PC devia de elaborar sozinho a sua linha política e que nem esses elementos devem ser subestimados.

A democratização ia mais lentamente do que há necessidade, o saneamento dos restos do fascismo foi demasiado brando. A antiga infra-estrutura do fascismo, a política e especialmente a económica ainda existe e serve de base para a direita actuar contra a Revolução de Abril (antifascista, anticolonialista e democrática). Por isso, era necessário que o saneamento se efectuasse mais energicamente, que fosse destruída a antiga infra-estrutura e com reformas sociais o apoio à ala do capitalismo português que esteve ligado ao fascismo, precisamente só pode subsistir sob a sua protecção (o fascismo com a repressão permitiu que os salários dos trabalhadores fossem baixos, o que deu ao capital grandes possibilidades de, rendivelmente, fazer negócios e ganhar dinheiro). O PS agirá firmemente pela democratização no sentido de profundas reformas sociais que, ademais, predizia o MFA.

Preocupava-os a evolução nas forças armadas, onde decorriam esforços dos conservadores, sobretudo de Spínola, para suprimir o movimento e os oficiais revolucionários, e desta forma

---

<sup>72</sup> Referência à delegação da ASPTJ, cuja chegada foi adiada devido ao 28 de Setembro. Embora as datas destas entrevistas não são mencionadas, elas foram efectuadas dias antes do seu envio da embaixada em Paris para o SFNE.

<sup>73</sup> Refere-se ao MDP-CDE.

interromper o desenvolvimento revolucionário, para o desfecho ter a sua marca. Por enquanto, as forças eram aproximadamente iguais, a iniciativa spinolista para se dissolver a comissão coordenadora [ 3.ªp.] do movimento foi rejeitada, mas ele tentará consegui-lo, de novo, numa primeira oportunidade. Até esse momento, Costa Gomes comportou-se bem, mais próximo do MFA do que de Spínola, mas, no fundo, ele tinha, todavia, ideias conservadoras, pelo que a aliança com Spínola nunca deverá ser excluída. Da evolução das Forças Armadas muito depende, porque isso dá a melhor garantia para um desfecho político e democrático, para a execução integral da descolonização e da realização de eleições. A direita e, também, os americanos estão por trás das manobras spinolistas que, na verdade, aspiram a uma solução autoritário-degaulista com apoio no centro-direita.

Somente o seu Congresso, em 12 a 15 de Dezembro, decidirá qual será a linha em relação às eleições. Provavelmente, apresentar-se-ão como força autónoma baseada nos seus próprios objectivos programáticos. O PS nunca romperá a cooperação com o PC nas massas e na luta pelos interesses dos trabalhadores e do povo, nem cairá no anticomunismo. Sem a participação do PC, a democratização em Portugal não é possível, ou seja, o isolamento do PC só favorece a direita. Ao mesmo tempo, o PS terá de examinar «onde estão os limites das possibilidades para a execução de uma verdadeira política socialista nas condições actuais em Portugal». Não excluam, sob determinadas condições, sobretudo a realização de reformas, a coligação com os democratas populares, portanto com o centro, depois das eleições, caso os resultados apontem para uma tal combinação como base para a estabilização da democracia. No entanto, havia o receio de que os democratas populares, que se proclamavam pela social-democracia, tendessem mais para uma aliança mais à direita e contam num acordo com Spínola.

— Spasitch – Dizdarevitch

ADMNE, F-1/216 (Portugal, 1974)

### 137 [ Nova-Iorque, Reunião Miloche Minitch-Mário Soares ]

Missão R S F J Nova-Iorque 446830

Número 1651

27 / 9 / 1974

SFNE – Gabinetes P.R., Stambolitch, Kardelhe, Biéditch, Dolants, Bakotchevitch, Moísov, Militchevitch, Komatina, Terceira Direcção, Oitava Direcção, Gabinete S.F.

Conversação do camarada M. Minitch com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal M. Soares: Ambas as partes expressaram satisfação coma reunião e as possibilidades para uma troca exaustiva de pontos de vista.

O camarada Minitch disse que acompanhamos a grande actividade político-diplomática de Soares e consideramos que o novo governo democrático português elevou muito, em pouco tempo, o prestígio de Portugal perante os olhos de grande parte da opinião pública mundial. Em particular, alegramo-nos porque o governo de Portugal tinha encontrado o caminho para um acordo rápido e eficaz

com os representantes dos movimentos de libertação da Guiné-Bissau e Moçambique. Todavia, preocupamos a situação em Angola. Esperavam que Soares já tivesse recebido as informações acerca dos nossos contactos com os representantes dos movimentos de libertação de Angola que foram entregues pelo nosso encarregado de negócios em Lisboa. Também, estamos prontos a continuar em contacto e ajudar tanto quanto pudermos. Estamos muito interessados, continuou o camarada Minitch, pela abertura, o mais rápido possível, da embaixada portuguesa em Belgrado. Igualmente, gostaríamos de saber quando podemos esperar a visita de Soares à Jugoslávia, para a qual, também estamos muito interessados.

Soares respondeu que a embaixada vai abrir em breve. Já tinham escolhido o embaixador. Quiseram que fosse uma figura política e não um diplomata de carreira, pelo que o processo demorou um pouco mais [2.<sup>a</sup> p.] porque a nomeação de um diplomata não de carreira está sujeita a uma anterior aprovação do Conselho de Ministros.

Relativamente à sua visita à Jugoslávia, estava muito interessado por ela e esperava ter, em breve, a possibilidade de a efectuar. Ainda não podia precisar uma data certa, mas pensava que poderia ser durante o mês de Novembro. Para Outubro, já tinha inúmeros compromissos (visitas marcadas à Tunísia, Marrocos e Líbia, visita de Brandt a Lisboa, nova viagem a Nova-Iorque acompanhando Spínola que tencionava discursar na AG). Além disso, tinha uma série de compromissos partidários que, nos últimos meses, tinha descurado quase completamente, pelo que nos informaria por via diplomática. Assegurou-nos que dava uma grande importância à visita à Jugoslávia como também ao desenvolvimento mais multifacetado possível das relações com nosso país e isso por várias razões. Antes de tudo, porque a Jugoslávia tinha ligações de amizade desenvolvidas com uma série de países do chamado terceiro mundo com os quais Portugal deseja estabelecer relações há anos perturbadas ou inexistentes. Espera que nisso a Jugoslávia os pode ajudar. Além disso, há muitos anos que tinha com a Jugoslávia uma ligação muito pessoal. A Jugoslávia foi o único país socialista que manteve, alguns anos depois da guerra, a embaixada em Lisboa. Era a única embaixada que recebia membros dos partidos oposicionistas e, a qual, ele também visitou como jovem estudante progressista. Igualmente, encontrou-se frequentemente com jugoslavos nos últimos anos em Paris. Duas vezes esteve na Jugoslávia a convite da ASPTJ. Trouxe as melhores impressões do país e de sua gente pelo que se alegra sinceramente pela próxima visita tanto por razões políticas como por razões pessoais e sentimentais. Bem entendido que será igualmente uma oportunidade para um exaustivo e útil intercâmbio de ideias.

A respeito da descolonização, compartilhava a preocupação do camarada Minitch por causa da situação em Angola. Estavam satisfeitos pelos acordos conseguidos com [3.<sup>a</sup> p.] a Guiné-Bissau e Moçambique e, também, gostariam de seguir pelo mesmo caminho em Angola. Isso quanto antes para que a oposição à descolonização não se torne ainda mais forte em Portugal, pelo que o ferro deveria ser forjado enquanto está quente, não permitindo a consolidação dessas forças. No entanto, o problema era que, em Angola, não tinham interlocutor. Não podiam ter conversações com um só movimento, nem

tinham possibilidades de falar com todos juntos. Mobutu tinha dito a Soares que precisava de dialogar com a FNLA, porém tal movimento não era nem suficientemente representativo, nem organizado. Sob este ponto de vista, o MPLA seria o interlocutor mais solicitado, mas o movimento está dividido. Igualmente, Neto perdeu grande parte dos apoios e punha-se a questão, tendo em conta a complexidade da situação, qual seria o desenvolvimento das relações de força no MPLA. A terceira organização, a UNITA, tinha um carácter duvidoso, era conhecido que nos tempos da ditadura de Caetano teve contactos e conversações com o governo português. Todavia, tem os seus adeptos, principalmente nas tribos do leste de Angola. Portanto, a situação era complicada e não havia possibilidades da sua próxima resolução. Manter-nos-ia a par da situação e que ficaríamos gratos também, quando, os informássemos acerca das informações que obtemos por meio dos nossos contactos com os movimentos em Angola e os amigos em África.

O camarada Minitich agradeceu as informações que coincidem com as nossas. Reafirmou a nossa disposição de ajudar tanto quanto podemos. Em seguida, perguntou a Soares como avaliava a situação nas forças armadas portuguesas.

Soares respondeu com um amplo relato dos acontecimentos, em Portugal, a seguir ao 25 de Abril. Disse que a revolução foi feita pelas forças armadas, ou seja, pelo chamado movimento dos jovens capitães. Para esses jovens oficiais tinha-se tornado claro que a política [4.<sup>a</sup> p.] do regime de Caetano e, em particular, a guerra colonial, não conduzia a parte nenhuma. A revolução foi feita muito habilmente, num só dia, sem derramamento de sangue. Tudo foi planeado num estreito círculo muito fechado, de tal forma que nem os serviços de informação, nem a polícia portuguesa, que se considerava muito organizada, nada souberam antes. Os capitães não contactaram muito... nem os partidos oposicionistas, embora ele (Soares) e um pequeno número de camaradas do PS e do PC estivessem ao corrente. A única força organizada que se opôs aos capitães foi a polícia secreta, no entanto esta rendeu-se quando os capitães enviaram tropas sobre o seu quartel-general. Quando se soube que o quartel-general da odiada polícia secreta se tinha rendido, surgiu um indescritível entusiasmo entre o povo que, em todas as partes de Portugal, começou a sair para as ruas. Assim, os capitães conquistaram o poder, mas encontraram-se perante o dilema «depois, o quê?», e cederam o poder a um pequeno grupo influente de cinco generais e dois almirantes com Spínola à frente. Entretanto, de Paris, ao país regressaram Soares (dois dias após a revolução) e o secretário-geral do PCP Cunhal (alguns dias mais tarde)». Aproveitando o entusiasmo do povo pela queda da ditadura, organizaram manifestações maciças pelo Primeiro de Maio que mostraram a sua força e influência, obrigando Spínola, que pelas suas convicções era um conservador, a chamá-los para o governo. No primeiro programa do novo governo foi anunciada a seguinte orientação: democratização no plano interno; liberalização na política colonial (autodeterminação); adesão à aliança ocidental e às existentes obrigações internacionais no plano internacional. Nomeado ministro do Negócios Estrangeiros, Mário Soares começou imediatamente a acção para a resolução da questão colonial. Nos primeiros contactos, verificou-se que

a autodeterminação era inaceitável para os movimentos de libertação, perante o que já tinham decidido com a sua luta armada.

Quando as forças progressistas no governo português colocaram a questão [5.<sup>a</sup>p.] da independência das colónias começou o conflito que levou à queda do primeiro governo e a formação de um novo com Gonçalves à frente. Nos primeiros momentos, Spínola esteve com os conservadores, mas mais tarde apercebeu-se que as forças progressistas predominavam e deu-lhes apoio e, agora, não há problemas especiais. É clara a orientação pela descolonização e a democratização, embora é preciso esperar que esses processos decorram gradualmente, por etapas.

A respeito das Forças Armadas, nelas há várias correntes, da direita até à esquerda. Eram bastante acentuadas as tendências por um regime do tipo nasserista ou peruano, onde o exército mantivesse o poder, assumindo para si a realização das reformas necessárias. O Partido Socialista de Portugal como também outras forças progressistas (PCP, liberais e também parte dos círculos militares) opõem-se a tal desenvolvimento, apoiando a necessidade da democratização interna numa base do sistema multipartidário de tipo parlamentar ocidental, que sairia de eleições livres previstas para Março de 1975. As posições das forças progressistas são boas, mas era preciso mantê-las, porque a oposição não era pequena. Por isso, no período seguinte, Soares tenciona dedicar-se mais ao trabalho partidário que tinha descuidado bastante devido às actividades no plano da política externa. Estimou que a democratização de Portugal era de grande importância também para outros países. As mudanças em Portugal não deixaram de ter influência nas recentes mudanças na Grécia e, inevitavelmente, actuará por contágio na vizinha Espanha, onde, caso não ocorresse, em breve, a morte de Franco, podia seguir-se algo semelhante ao que aconteceu na Etiópia.

O camarada Minitch agradeceu as amplas informações e explicações, que nos são extremamente úteis. Sublinhou a enorme importância internacional da revolução portuguesa. Reafirmou a disposição de ajudar tanto quanto pudermos. Disse que o estabelecimento de relações diplomáticas com o novo governo português procurou [6.<sup>a</sup>p.] mostrar aos países africanos e movimentos de libertação que era preciso terem confiança nas novas forças democráticas portuguesas. Isso não foi fácil, porque existia desconfiança em relação a Spínola. O ponto da viragem surgiu com a formação do governo de Gonçalves e, agora, a questão de confiança não voltou a pôr-se. Esperavam, igualmente, que isso irá facilitar a solução em Angola. Contudo, a dificuldade estava em que havia também ingerências em Angola dos países africanos vizinhos devido a interesses próprios. A nossa avaliação é que o Dr. Neto, apesar de uma certa perda de influência, continuava a ser a personalidade com mais autoridade e experiência em Angola.

Na objecção de Soares de que Neto perdeu o apoio da URSS, mas que ele (Soares) não sabia porquê, o camarada Minitch respondeu-lhe que estavam em contacto com Neto, que era um homem com posições de princípio e que não acreditavam que perdeu o apoio da URSS por sua culpa. De resto,

a perda do apoio, talvez, não seja definitiva e, de qualquer maneira, o importante é encontrar uma solução para Angola, porque há forças que estão interessadas a que isso não se chegue.

No fim, Soares informou de que o PS de Portugal ia realizar o seu Congresso de 13 a 15 de Dezembro. Enviaram o convite à LCJ e esperavam que iremos enviar uma forte delegação. Estavam interessados no desenvolvimento mais abrangente quanto possível não só das relações interestatais, assim como das interpartidárias.

Mais uma vez, foi realçado o mútuo desejo pela maior brevidade na realização da viagem do ministro português à Jugoslávia, a qual, o camarada Minitch salientou que esta será mais uma manifestação [7.<sup>a</sup> p.] dum forte apoio ao novo regime português. – Sukovitch – Petritch

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete P.R., Kardelhe, Stambolitch, Bíieditch, Minitch, Dolants, Grlitchkov, Bakotchevitch, Moísov, Militchevitch, Komatina, Obradovitich, gen. Dolnitchar, gen, Voivoditch, Segunda, Sexta e Sétima Direcção, UID, GAP, UMO, Grupo dos Não-Alinhados, SII, arquivos confidenciais.

ADMNE, F-1/216 (Portugal, 1974)

---

### **III — O III Governo Provisório (1/X- 31/XII)**

Neste último trimestre de 1974, nas relações jugoslavo-portuguesas é de salientar a actividade das suas embaixadas e a chegada, em Novembro, do embaixador português a Belgrado. Igualmente, nesse mês, é de referir as visitas de delegações de partidos (ASPTJ e PCP), bem como, em Dezembro, a confirmação da visita oficial (7/Jan.) de Mário Soares à Jugoslávia. Quanto à situação política portuguesa e nas suas colónias (Angola e Moçambique), alguns documentos (o relatório da visita da citada delegação da APSTJ e outros) e a sua discussão em Belgrado descrevem bem a informação e a posição da Jugoslávia a seu respeito.

#### **III.1— Outubro**

Na escolha dos documentos de Outubro, devido à sua recepção ou envio para Belgrado ter sido ainda efectuada, até meados desse mês, por meio da embaixada de Paris, encontram-se três telexes («Acordo Spínola-Mobutu», o «28 de Setembro» e «Conversações no CC PCP») que são relativos a acontecimentos de Setembro (Doc.138, 139 e 140). Quanto aos assuntos que tratam os documentos escolhidos, a sua maioria é relativa às relações com (e entre) o PSP e o PCP e à Descolonização, seguindo-se as visitas de dirigentes políticos, a situação política portuguesa e outros (embaixadas e jornalistas).

##### Setembro

Os citados documentos relativos a Setembro, o primeiro (2/Out.) é da embaixada jugoslava em Conacri (Doc.138) e refere-se ao encontro, em Cabo Verde, de Spínola e Mobutu. Os outros dois são relativos às relações interpartidárias (Doc.139) e ao 28 de Setembro (Doc.140) e foram subscritos por V. Spasitch, recém-nomeado encarregado de negócios. Após o recusado pedido do PCP, em Maio, de um adiamento do restabelecimento das relações diplomáticas da Jugoslávia com Portugal, a visita de

uma delegação da ASPTJ a convite do PS voltou a provocar alguma conflitualidade nessas relações, desta vez, com a LCJ.

— Segundo informações recebidas pelo SFNE (Doc.138) da embaixada na Guiné (2/Out.), a Rádio de Conacri tinha divulgado uma *«carta anónima de um progressista português»* acerca do encontro de Spínola e Mobutu (14/Set.) nas *«ilhas de Cabo Verde»*.

Ali, *«chegaram a um acordo acerca da actuação e políticas conjuntas»* nas colónias portuguesas, que tinha *«um plano de divisão das esferas de interesse e posições em Angola, Moçambique e adesorganização dos m.l. e a criação de novas estruturas políticas em Angola»*. Essas estruturas seriam três e uma delas, Cabinda, *«ficaria sob o controlo e influência directos do Zaire»*.

Haveria ainda o apoio de Mobutu na salvaguarda *«dos interesses de Portugal e dos seus aliados em Angola, Moçambique»* e que receberia de Spínola *«adequadas posições económicas nesses territórios»*. Numa *«estreita cooperação e coordenação»* de actividades, encontrava-se também *«uma intervenção militar»* contra o PAIGC e colocar um governo fantoche na Guiné-Bissau.

Além da surpresa que provocou nos meios diplomáticos e políticos, todavia, a *«veracidade das informações da carta»* não tinha sido confirmada. Contudo, como coincidiu com *«a tentativa da direita de um golpe de Estado»*, em Portugal, havia quem achava que fazia *«parte integrante de um plano estratégico geral de Spínola e de outros contra [...] o governo português»*.

Outrossim, como a mesma opinião de que *«a informação da carta anónima era exacta e que Mobutu com Spínola organizaram realmente a conspiração»* era aceite pelo MNE da Guiné, provocou até um protesto do embaixador do Zaire junto do primeiro-ministro guineense e a sua partida para Kinchassa. Além do protesto, a sua embaixada distribuiu um comunicado para negar *«todas as citadas informações da carta anónima<sup>74</sup>»*. Quanto a documentos relativos a este encontro noutros arquivos, não foram encontradas referências mais pormenorizadas sobre estas conversações na ilha do Sal.

— Num dos primeiros documentos (Doc.139) que enviou da embaixada de Paris (6/Out.), Spasitch fez um relato das suas primeiras visitas ao CC do PCP (21 e 24/Set.)<sup>75</sup>, onde foi recebido por *«Aurélio Santos, membro do CC e dirigente da Secção Internacional»* e Octávio Pato *«membro do CC»*.

<sup>74</sup> Todavia, sendo este o único documento encontrado acerca da carta e do comunicado mencionados, ou qualquer outra informação a seu respeito por parte do embaixador jugoslavo, também acreditado junto do governo da Guiné-Bissau, pode-se pressupor que, seguramente, recebeu o comunicado da embaixada zairense e, igualmente, tinha ligações suficientes para ter uma cópia da carta anónima.

<sup>75</sup> Devido a não ter sido enviado antes de Paris, este documento antecede o *«Telefonema SFNE-Spasitch devido à recusa de conversações do PCP com a delegação da ASPTJ»*. (Doc.134 de 27/Set.).

Na primeira visita, foi «para os informar da chegada da delegação da ASPTJ a convite do Partido Socialista». Igualmente, devido ao CC LCJ desejar aproveitar essa visita «para conversações com eles», essa delegação incluía «também um funcionário do CC LCJ, membro da Presidência». Como «Santos mostrou surpresa» por terem sabido dessa visita «pelos jornais, mas não comentou» e não mostrou interesse em continuar a conversação acerca do que lhe tinha dito. Referiu ainda as instruções que recebeu do CC da LCJ para «manter contactos com eles» e o seu pedido para conhecer Octávio Pato, bem como «"teria todo o prazer de se encontrar com o camarada Cunhal"<sup>76</sup>».

Informou ainda que a reunião terminou porque o seu interlocutor não comentou e só lhe disse que iria transmitir «a conversação aos camaradas responsáveis» e, depois, informá-lo-ia «dos resultados». Na seguinte reunião, três dias depois, Aurélio Santos e Octávio Pato procuraram explicar a sua posição sua posição contrária a essa visita<sup>77</sup>, a cujos argumentos Spasitch tentou responder, mas não lhe comentaram, em nenhum momento, os seus esclarecimentos.

Após essa reunião, que «foi muito difícil», num anexo a este seu telex, «em 27, sexta-feira», informou que recebeu uma carta do CC PCP, cuja tradução enviou num telegrama separado. Referindo-se às instruções recebidas para transmitir a resposta da LCJ à citada carta do PCP, como ocorreram «os conhecidos acontecimentos», ou seja, do 28 de Setembro, e os preparativos de um plenário desse partido, foi-lhe «difícil ter contactos com quem fosse».

— Quanto aos acontecimentos de 28 de Setembro (Doc.140), Spasitch enviou de Paris (6/Out.) para Belgrado um telex em que descreveu o que presenciou em Lisboa.

Nos três pontos do seu texto, no seu primeiro ponto referiu a «tentativa da direita» contra o MFA e para «liquidar o processo de democratização e parar a descolonização», que foi derrotada pela «acção eficaz e conjunta do governo, do Movimento das Forças Armadas e o enorme apoio das forças progressistas», no qual, salientou «a participação organizada e maciça de membros do PC e do Partido Socialista».

Porém, perante a evolução da situação, o governo e o «movimento dos oficiais» recearam que se chegasse a uma viragem mais radical à esquerda (maior «influência das forças de esquerda e dos comunistas no poder») e ter «indesejáveis consequências», referindo-se a possíveis pressões ou intervenções externas. Mencionou, depois, «a notícia dos movimentos da esquadra americana no Mediterrâneo em direcção das águas territoriais portuguesas». Por isso, decidiram e controlaram a situação.

<sup>76</sup> Um comentário à entrevista (20/Set.) que Álvaro Cunhal deu a Djuka Iulius, publicada no *Politika*, a quem disse «que muitos já o tinham visitado, mas que da parte dos camaradas jugoslavos não tinha havido tais iniciativas».

<sup>77</sup> Entre outros — como as relações com o PS, a sua situação interna e posição quanto ao MDP —, propuseram ainda «sem grandes rodeios o cancelamento da visita» e, por isso, «não queriam que a visita da delegação, anunciada pelo Partido Socialista, fosse também associada com [o PCP]».

Igualmente, referiu e comentou a «*declaração bastante dramática de Soares*» de se reunir com os chefes das missões diplomáticas, bem como salientou o empenho do governo de «*reforçar as relações com os países socialistas*». Outra referência do diplomata jugoslavo foi à rápida decisão da nomeação de «*Gomes para a chefia do país, sublinhando as suas relações próximas e a colaboração com Spínola e acentuando o facto de outrora ter estado destacado na OTAN*», o que juntamente com as mudanças no governo, «*foi assegurada uma tal "continuidade" que garantiu a ausência de qualquer viragem fundamental que pudesse provocar suspeitas no Ocidente*», como «*conduzir a pressões externas, porque nesse caso, segundo todas as probabilidades, ficariam ameaçadas a maior parte das conquistas do 25 de Abril*».

Num segundo ponto, apresentou e comentou «*algumas primeiras conclusões preliminares*» em relação à causa da «*tentativa do golpe de Estado da direita*», assim como mostrou «*a força da esquerda junto à excepcional organização dos comunistas*». Informou ainda que, após a demissão de Spínola, «*os americanos mostraram aqui sinais de preocupação*», mas então, segundo «*o correspondente lisboeta da UPI ao Antonitch<sup>78</sup> da Tanjug, na embaixada americana considera[va]m que não ha[via] mais motivos para preocupação e que Gonçalves, ou seja, a direcção do Movimento controla[va] totalmente a esquerda e os comunistas*».

Acrescentou que «*a tentativa do golpe de Estado da direita foi provocada, provavelmente, pelo rápido desenvolvimento no plano da descolonização e da decisão declarada do governo e do Movimento das FA de efectuá-la conseqüentemente*». Igualmente, concluiu que «*os acontecimentos mostraram a força da esquerda junto à excepcional organização dos comunistas*». Também, referiu que na opinião de «*muitos, como também no CD (embaixadores francês, canadiano e suíço)*», a esquerda tinha obtido «*uma importante vitória, talvez até definitiva em relação à reacção nacional*».

No terceiro ponto, informou que a situação estava mais calma, tendo a imprensa e a rádio contribuído<sup>79</sup> «*para o regresso a uma atmosfera normal*», assim como referiu os discursos proferidos por Costa Gomes, em Lisboa, e Vasco Gonçalves, no Porto.

---

<sup>78</sup> (Osíiek/1927-Belgrado/1997). Durante a II Guerra Mundial, viveu em Kraguievats, onde terminou o liceu. O seu pai foi um dos seus 2 800 habitantes fuzilados pelo exército alemão (Out./1941). Jornalista da Tanjug (1949-87), foi seu correspondente: em Trieste (1953); Praga (1956-58); Lisboa (Jun./1975-Set./79). Como enviado especial esteve em Espanha, Suíça, Portugal e Angola. Falava bem italiano, inglês, checo, russo e português. Estes dados biográficos foram obtidos na Tanjug (Jan./2016), assim como a informação de que os seus telexes (notícias, artigos e correspondência) não foram arquivados.

<sup>79</sup> Por esquecimento, não mencionou a televisão.

Para terminar este seu longo telex<sup>80</sup>, Spasitch comunicou que, nessa semana, deveria «*ter contactos com os socialistas e a imprensa*»<sup>81</sup>.

— Noutro documento acerca do 28 de Setembro e da situação política nos dias seguintes, o SFNE recebeu (Doc.142) da embaixada de Bona (10/Out.) um resumo da entrevista de Melo Antunes<sup>82</sup> ao jornalista Djuka Iulius em Lisboa (8/ Out.).

Considerando que, «*após a recente crise*», as posições do MFA, Estado e das forças armadas se consolidaram, referiu depois o apoio de Spínola às «*forças centrífugas no quadro de oficiais*» e a sua directa tentativa de «*minar a força da Comissão Coordenadora do MFA, do Governo de Gonçalves e o próprio Gonçalves*». Quanto a Costa Gomes, este era «*pessoa de confiança do MFA*» que até podia «*tranquilizar e mobilizar a ala mais conservadora dos oficiais*»,

Salientou ainda a importância da publicação do Boletim do MFA que muito fortaleceu «*a autoridade do MFA*», tendo em conta que «*a ignorância e a falta de informação só favoreceram Spínola, ou seja, a direita*». Igualmente, a crise mostrou que «*a maioria dos oficiais*» estava do lado do Programa do MFA. como da crise «*o poder do MFA*» saiu consolidado e que lhe iria permitir a realização dos seus objectivos políticos. Também, assim assegurava poder, após as eleições, quando «*se retirar da cena, vigiar as conquistas e impedir à reacção de voltar por qualquer meio ao poder*».

Deste modo, estas condições favoráveis consolidavam «*o poder do MFA*» como permitiam «*avançar cautelosamente*» para a realização dos seus objectivos. Também, assim asseguravam poder, «*depois das eleições, quando o MFA se retirar da cena, vigiar as conquistas e impedir à reacção de voltar por qualquer meio ao poder*».

Depois de referências à «*democracia pluripartidária*»<sup>83</sup>, à direita e aos seus «*apoios externos, sobretudo de uma parte dos americanos*» e internos, mencionou as eleições, em Março ou em Maio, mas considerou que o importante era a «*execução do Programa do MFA*» sobretudo daquelas suas promessas «*acerca das profundas reformas económicas e sociais de carácter antimonopolista e a favor de amplas camadas populares desfavorecidas*». Quanto à discussão se tais reformas «*deviam esperar as eleições e a Assembleia Constituinte*» porque não eram autorizadas pelo programa, Melo Antunes achava que deviam começar imediatamente, antes das eleições.<sup>84</sup>

<sup>80</sup>As suas quatro páginas eram raras nos telexes, cuja grande maioria tinha só uma ou duas páginas como era recomendado pelo SFNE. Todavia, também pela sua importância, foi enviado para o presidente Tito e o primeiro-ministro Biieditch, assim como uma dezena de ministros, vice-ministros e outros altos funcionários do Estado e partidos (LCJ e ASPTJ).

<sup>81</sup> Porém, não foi encontrado esse documento.

<sup>82</sup>A entrevista foi publicada no *Politika*, citado diário de Belgrado.

<sup>83</sup> Porém, isso tinha «*os seus limites racionais — a saber, o MFA não permitirá que a extrema-direita agarre novamente o poder, porque "seguramente não arriscaram a cabeça para isso, não organizaram e conduziram a revolução para que, agora, tudo volte outra vez ao mesmo"*».

<sup>84</sup> A elaboração desse plano económico, sob a sua direcção, decorreu nesse mês, mas só foi apresentado, na primeira reunião da Assembleia dos 200 (6/Dez.), como o Plano Económico de Transição. Na reunião no Instituto

Considerando que apesar de, nessas eleições, a direita pudesse ter «*bastante dinheiro*» e, talvez, Spínola como candidato, isso eram questões ainda distantes, pelo que o importante era a «*execução do Programa do MFA*» sobretudo daquelas suas promessas «*acerca das profundas reformas económicas e sociais de carácter antimonopolista e a favor de amplas camadas populares desfavorecidas*». Quanto à discussão se tais reformas «*deviam esperar as eleições e a Assembleia Constituinte*» porqu Coast não eram autorizadas pelo programa, Melo Antunes achava que deviam começar imediatamente, antes das eleições.<sup>85</sup>

Acerca de Angola que «*era um caso complicado*», todavia, havia «*unidade no governo acerca dos caminhos da descolonização*». Depois, referiu as próximas «*conversações com os três movimentos de libertação e com a minoria branca*», devendo surgir dessas negociações uma plataforma para a independência. Porém, não seria fácil devido aos «*grandes interesses económicos e estratégicos, principalmente americanos, em Angola*».

Segundo o jornalista jugoslavo, Melo Antunes mostrou-se «*muito interessado pela experiência interna e externa da Jugoslávia*» de que se sentia próximo. Também, ficou com a impressão de que ele «*gostaria de ser convidado a visitar a Jugoslávia*»,<sup>86</sup> assim como «*seguramente, era uma pessoa com ideais socialistas*».

— Devido à visita da delegação da ASPTJ, em finais desse mês, as relações com e entre o PSP e o PCP ocuparam um lugar importante na correspondência de Spasitch com o SFNE. Assim, no seu telex (Doc.145), enviado já da embaixada de Lisboa (14/Out.), Spasitch informou o SFNE acerca da sua reunião com Aurélio Santos (9/Out.), seguindo as instruções que tinha recebido de Belgrado antes dos «*acontecimentos de 28 de Setembro*».

Como se tinham encontrado numa recepção diplomática, dois dias antes, falou-lhe dos princípios jugoslavos relativos «*à cooperação com os partidos e movimentos progressistas*». Depois, nessa reunião no CC PCP, repetiu o que lhe tinha dito na recepção e o seu interlocutor respondeu-lhe que tinham uma posição diferente acerca da «*cooperação com outros partidos irmãos*» e voltou a dizer

---

de Sociologia Militar (28/Dez.), foi então designado por Plano Económico de Emergência e, dias depois, voltou a ser discutido na Assembleia do MFA (4/Jan./75).

<sup>85</sup> A elaboração desse plano económico, sob a sua direcção, decorreu nesse mês, mas só foi apresentado, na primeira reunião da Assembleia dos 200 (6/Dez.), como o Plano Económico de Transição. Na reunião no Instituto de Sociologia Militar (28/Dez.), foi então designado por Plano Económico de Emergência e, dias depois, voltou a ser discutido na Assembleia do MFA (4/Jan./75).

<sup>86</sup> Essa visita (particular) só viria a ocorrer em Setembro de 1978, quando foi convidado a participar num seminário internacional perto de Dubrovnik, tendo recebido o convite para repousar alguns dias na Sérvia, e visitou Belgrado, onde, tinha estado, em meados de Março, como enviado do presidente da República, Ramalho Eanes para conversações acerca da situação em Angola com dirigentes políticos jugoslavos. Porém, como ministro dos Negócios Estrangeiros, esteve na comitiva do presidente da República, general Costa Gomes, por ocasião da visita presidencial à Jugoslávia (Out./75). V. Nota 101 (p.264)

que já tinham respondido ao pedido apresentado. Assim, nada tinha mudado e continuavam a ter a mesma posição, mas que não tinham nada contra conversações com a LCJ, «*mas não naquelas condições*».

Outro assunto apresentado por Spasitch a Aurélio Santos foi um resumo dos recentes acontecimentos, salientando a utilidade das suas avaliações e que seriam transmitidas a Belgrado.

Nesse resumo referiu aspectos da «*tentativa fascista do golpe*» e da reacção do PCP, concluindo «*que a direita sofreu uma grande derrota [e] a situação foi "esclarecida"*». Igualmente, a unidade das forças de esquerda reforçou-se, bem como continuavam a apoiar: a coligação e a sua «*posição acerca da democracia "pluralista"*»; «*a limpeza no aparelho de Estado*», impedindo assim à direita qualquer apoio que ali teve até então. Porém, considerando que, apesar de tudo, a direita não foi totalmente derrotada e que haveria novas tentativas pela sua parte, o PCP queria reforçar as fileiras das forças progressistas e de esquerda. Por isso, tinham decidido «*esquecer*» as desavenças anteriores com outros partidos. Todavia, parecia que «*isso os socialistas não queriam aceitar*».

No plano estatal, o seu programa continuava a ser a resolução dos problemas económicos, descolonização e eleições livres. Também, mantinham a sua posição contra o alargamento da coligação governamental, porque isso significaria «*a inclusão da reacção no governo*» (liberais, CDS etc.).

— Devido ao «*protesto do PCP*», a Presidência da LCJ enviou (18/Out.) para Spasitch uma «*informação*» (Doc.154) em que enumerou e analisou as relações com os dois partidos portugueses, mas também uma «*nota*» (21/Out.) sobre acerca da recente «*conversação, em Varsóvia, com a delegação do PCP na Reunião Consultiva dos PC da Europa*» (Doc.156).

Nessa reunião (17/Out.), que teve «*o objectivo de esclarecer o mal-entendido em relação à ida da delegação da ASPTJ a Portugal a convite do PSP*», após terem ouvido um relato dos seus interlocutores sobre o estado das relações entre o PCP e PSP, os representantes da LCJ explicaram a posição da LCJ e as ligações da ASPTJ com o PSP. Igualmente, chamaram a atenção para a «*política de cooperação muito activa no plano internacional*» da LCJ, ASPTJ e da Jugoslávia.

Numa «*observação*» final, consideraram que o PCP continuava com a «*linha dura[da]"obrigação"*» de terem de pedir «*o seu consentimento para todos os passos que assumi[ssem] no futuro em relação a Portugal*», pelo que deviam seguir também na sua «*clara indicação da independência da RSFJ e LCJ em todas as acções*» que efectuassem.

— Referindo-se ao VII Congresso (extraordinário) do PCP (20/Outubro), num dos seus primeiros telexes de Lisboa (Doc.157) para o SFNE (22/Out.), Spasitch considerou que «*talvez foi omissão*» não ter sido enviada uma mensagem, apesar da notícia do correspondente da Tanjug não prever «*o convite de delegações estrangeiras, ao congresso podia-se enviar mensagens*», tendo essas

saudações sido enviadas por «*todos os partidos dos países socialistas, de uma série dos ocidentais, alguns dos africanos e dos países latinos americanos*».

Como, além do envio da mensagem, nesses meses, houve «*alguns mal-entendidos*» que podiam «*se reflectir negativamente*» nas futuras relações PCP-LCJ, o diplomata jugoslavo considerou que os resultados do citado congresso poderia ser «*uma base estável para contactos mais próximos e directos PCP-LCJ*», concluindo que «*seria vantajoso que o camarada embaixador possa chegar com uma mensagem do nosso CC e que, num contacto directo com Cunhal, estabeleça um diálogo necessário*».

— Devido à visita a Portugal de Willy Brandt (19-21/Out.), dias depois, no PSP, (Doc.159) Spasitch teve uma reunião com Rodolfo Crespo. Segundo o dirigente socialista, o presidente do PSD da RFA «*prometeu-lhes ajuda financeira*» e «*apoio político*».

Igualmente, devido a essa visita, referiu os problemas que tiveram, no interior do país, com as suas bases pouco «*inclinadas para a social-democracia (representante da classe média, esta importante no Ocidente desenvolvido, o que não era num Portugal subdesenvolvido)*» e que exigiam um PS «*"mais radical"*» após o 28 de Setembro. Por isso, tinham dificuldades em explicar-lhes a importância do apoio dos «*países europeusocialistas-democratas de forma a manter um certo equilíbrio*» nas diferentes direcções da política externa portuguesa,

Considerou, também, que o PS teria de dar mais atenção a essas «*reivindicações das bases*» pelo aumento do interesse pela autogestão e da política de não-alinhamento. Todavia, como estavam conscientes da sua «*"posição geopolítica"*», nessa abertura nas relações internacionais, tinham «*em conta o equilíbrio indispensável*» para evitar, pensando nos EUA, uma situação difícil.

Por isso, o governo decidiu diversificar as ajudas, dirigindo-se aos EUA, mas também «*aos países europeus e aos Nove*». Igualmente, procurou «*conseguir créditos e ajuda da URSS*» (visita de Álvaro Cunhal a Moscovo). Outro objectivo era resolver o «*problema da reforma agrária*» porque, no «*campo (quase 4 milhões de eleitores<sup>87</sup>)*», ali se encontrava um «*campesinato conservador e tradicionalista*».

Acerca de outra informação, que lhe deu «*Antonitch da TANJUG*», Spasitch referiu que «*"o objectivo principal de Brandt foi de conduzir os socialistas daqui a uma cooperação e aliança eleitoral com o Partido Popular Democrático (PPD)"*». Porém, a direcção socialista ainda não tinha abandonado «*"a ideia da aliança com os comunistas"*». Igualmente, Brandt prometeu que iria «*aconselhar o Ocidente a "jogar na carta dos socialistas"*». No fim, o dirigente socialista disse-lhe que «*o PPD tinha recursos muito importantes*».

---

<sup>87</sup> Numa população de 8,8 milhões habitantes (1974), as eleições (Abr./75) tiveram 6,2 milhões de eleitores inscritos (1975). Todavia, segundo os dados estatísticos do posterior relatório da visita da delegação da ASPTJ (15/Nov.), estes eram só «*20% no sector primário, [mais] 44% nas actividades transformadoras e o restante nas actividades de serviços*» (Doc. 172).

— Por causa do programa da visita da delegação da ASPTJ (30/Out.-5/Nov.) a convite do PSP e da sua próxima viagem para Belgrado, «*o embaixador de Portugal na RSFJ, Ramos da Costa*» visitou (Doc.161) Spasitch (28/Out.) para o informar sobre a abertura da embaixada e da entrega das credenciais, salientando-lhe ainda «*que lhe esperam grandes negócios na "promoção da cooperação económica"*».

Quanto aos documentos relativos a essa «*primeira visita de uma delegação política jugoslava a Portugal*», num primeiro descreveu (Doc.163) a recepção dos cinco membros da delegação por Costa Gomes e Vasco Gonçalves (30/Out.)<sup>88</sup>, sendo os outros (Doc.172, 178 e 179) o seu relatório apresentado (15/Nov.) e o relato da sua discussão, dias depois (20/Nov.), numa sessão conjunta das Comissões das Relações Internacionais da LCJ e ASPTJ. As dezenas de páginas destes documentos são uma descrição pormenorizada das reuniões com dirigentes socialistas<sup>89</sup> e da sua avaliação da situação política portuguesa pós-28 de Setembro e da Descolonização, assim como «*propostas para a promoção da cooperação com Portugal*». Igualmente, relataram a visita a «*três cidades do norte do país*<sup>90</sup>».

#### — A Descolonização

Em relação à Descolonização, em Outubro, o SFNE recebeu ainda mais informações das suas embaixadas em países africanos. Assim, de Kinchassa (14/Out.) comunicaram (Doc.146) a chegada, dias antes, de uma «*delegação militar portuguesa tendo à frente o gen. Fontes Pereira de Melo, chefe-adjunto do Estado-Maior*» e das suas conversações com Mobutu, Holden Roberto e Chipenda. Além de ter sido «*para o "público" uma surpresa*», a imprensa considerou-a como a continuação das conversações Mobutu-Spínola, na ilha do Sal, e especulava-se a respeito do seu acordo secreto, bem como de outras possíveis razões.

— No dia seguinte, a embaixada de Lusaca enviou (Doc.147) um longo telex (13 páginas) acerca da «*mudança do regime em Portugal*» e das suas consequências na África Austral que «*abriram um novo e intensificaram um processo já existente no Sul da África, ao Sul do Saara*». Neste documento, o embaixador jugoslavo mencionou os factos político-económicos mais importantes ali ocorridos e analisou algumas tendências do seu desenvolvimento. Estas seriam as seguintes:

1. «*As relações das grandes potências*» como os EUA, URSS e China com os países africanos independentes, RAS e colónias;
2. «*Alguns aspectos das relações político-sociais nas condições da actual descolonização*» na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola devido às mudanças em Portugal.

<sup>88</sup> Segundo Spasitch, a «*imprensa, rádio e TV deram uma notada publicidade*».

<sup>89</sup> «*Tito de Moraes; membros da Comissão Política (CC) Salgado Zenha (ministro da Justiça); Marcelo Curto; Rodolfo Crespo (secretário da organização); João Guterres (secretário dos quadros); Sotomaior Cardia (director do jornal partidário) Francisco Dacosta (embaixador em Belgrado) e outros*». Tiveram ainda um encontro com Mário Soares, em que se detiveram «*nas questões da cooperação bilateral PS-ASPTJ*».

<sup>90</sup> «*No terceiro e quarto dias (sábado e domingo), visitámos as organizações partidárias no Porto, Espinho e Viana Castelo e tivemos a oportunidade de falar em três encontros com mais de centenas de activistas do PS*».

3. «*Alguns problemas económicos desta região*» com a descolonização de Moçambique e Angola que abriram «*novas perspectivas económicas nessa região*», tendo Angola um grande significado para o «*desenvolvimento económico na África Austral*»;

4.« *O Não-Alinhamento e Descolonização*», considerando que os países africanos independentes e não-alinhados «*não deram o necessário impulso a este respeito*», mencionou os exemplos da Zâmbia e Tanzânia;

.5. «*Directrizes estratégicas e táticas para uma maior actividade na África Austral*», além da influência positiva das mudanças em Portugal nos países africanos austrais, o diplomata jugoslavo salientou que objectivo estratégico continuava a estar na descolonização (Namíbia) e na mudança dos regimes minoritários (RAS e Rodésia).

— Em relação à situação angolana, o SFNE recebeu da embaixada, em Dar es Salam (16/Out.), um relato da reunião (Doc.149), na sua casa, de Agostinho Neto com um diplomata jugoslavo. Após ter agradecido a utilização daí dos meios de comunicação com Portugal<sup>91</sup>, solicitou «*que lhe fosse autorizado o mesmo a partir de Lusaca*».

Quanto à sua chegada a Dar es Salam, esta foi para falar com Nyerere e Samora Machel sobre a reunião do CC MPLA que não se realizou em Lusaca, bem como das tentativas do seu isolamento político<sup>92</sup> e da perda de posições em Angola devido às fortes pressões de Mobutu, Holden e Chipenda com o apoio dos EUA. Entretanto, tardava o apoio dos países socialistas ao MPLA pelo que, no dia anterior, tinha tido uma reunião com os representantes da «*URSS e os países do bloco*», mas não convidou os da Roménia e da China<sup>93</sup>. Nessa reunião, «*colocou directamente a pergunta do apoio ao MPLA. Todavia, a resposta foi bastante evasiva e reservada*».

Numa «*observação*» final sobre Agostinho Neto, o diplomata jugoslavo concluiu: «*Além disto, bastante deprimido pela falta de apoio da URSS, acerca do que, também, iria falar com Nyerere.*»

— No dia seguinte (17/Out.), a embaixada de Dar es Salam enviou para o SFNE a continuação do seu anterior telex (Doc.150), com algumas informações obtidas na mencionada reunião a respeito de Angola e da mudança a favor do MPLA por parte da Tanzânia e Zâmbia, cujas medidas «*Nyerere informou Neto e S. Machel*». Igualmente, o diplomata jugoslavo comunicou que o seu interlocutor quis «*saber quando chegar[ia] a ajuda financeira [...e cuja] entrega fora aprovada em Julho*».

<sup>91</sup> Todavia, não foi encontrado qualquer referência a esta correspondência (telexes cifrados) entre estas embaixadas.

<sup>92</sup> Isto era «*evidente após as conversações separadas de Mobutu com Spínola, dos contactos do enviado especial de Costa Gomes com Mobutu, a FNLA e Chipenda, da recusa das fracções de Chipenda e de M. Andrade de participarem na reunião do CC do MPLA e das hesitações de Mário Soares de entrar em conversações directas com o Dr. Neto*».

<sup>93</sup> «*Nos romenos não tem muita confiança e a China ajuda somente a FNLA*». Segundo o diplomata jugoslavo, Agostinho Neto referiu ainda o apoio dos países africanos (Tanzânia e Zâmbia) e escandinavos. Quanto à Jugoslávia, disse-lhe que «*não nos convidou porque considera que tanto a nós como ao MPLA convém mais a posição independente jugoslava*».

— Em meados deste mês, segundo a embaixada jugoslava em Estocolmo (Doc.148), o MNE sueco considerava que *«a situação em Portugal era ainda pouco clara e segura»* e — devido às consequências do seu *«longo período fascista»* como, entre outras, pela *«falta de qualquer vida política»* — podia-se ali encontrar os *«perigos para Portugal ter o destino de um Chile»*.

Também, as mudanças muito importantes e radicais, nesses últimos meses, principalmente, *«no plano da política externa (libertação da colónias)»* conduziram ao rompimento com a direita e Spínola. Desde então, surgiu a *«questão muito séria»* em relação às possibilidades do actual governo conseguir ter *«um programa aceitável para todos, ou sob a pressão de toda a direita ir»* demasiado para a esquerda. Nesse caso, *«criar-se-iam todas as condições para a CIA americana avançasse de novo»*.

Perante esta ameaça, Portugal só podia *«sobreviver»* se ficasse na OTAN e no mundo ocidental. Por isso, *«era uma verdadeira tragédia»* que o PCP fosse *«a única força organizada e todas as restantes fracas e insignificantes»* porque poderia ser mais uma razão para uma intervenção do EUA. Embora, até então, os comunistas se tivessem comportado *«muito razoavelmente e com bastante tacto»*, mas podiam vir a ter, *«sob a pressão dos acontecimentos»*, outra atitude.

Sendo assim, a única solução estava no reforço das restantes forças democráticas portuguesas, que pudessem *«neutralizar as reivindicações extremistas da direita e da esquerda»*. Por esse motivo, decidiram também algumas concretas medidas e ajuda. *«Supostamente, a pedido de Soares, o PSD e os sindicatos suecos iam enviar uma maciça ajuda técnica e gente»* para a reorganização do partido socialista e dos sindicatos. Todavia, essa proposta ainda não tinha sido aprovada pela direcção do PSD sueco.

#### — A Política Externa.

No campo da política externa portuguesa, é de salientar a visita oficial (Doc.162) de Costa Gomes aos EUA (16-20 /Out.) e, no Brasil, a entrevista (Doc.160) de Otelo Saraiva de Carvalho ao *«Jornal do Brasil»* (28/Out.).

— Segundo a missão jugoslava na ONU (18/Out.), um membro da delegação de Portugal na XXIX Sessão da Assembleia-Geral disse-lhes (Doc.153) que, *«desde o primeiro dia da mudança»*, tinham começado pelos EUA *«as pressões e avisos explícitos de que "não podiam tornar-se vermelhos"»*.

Referiu, depois, o aumento dessas pressões e informou que a visita *«de Gomes a Washington foi a pedido de Portugal»*, bem como acerca dos principais assuntos das conversações. Salientou ainda outras decisões da delegação portuguesa em relação à *«sua organização interna e a orientação no plano externo»*, afirmando até que, quanto à *«sua filiação na OTAN»*, seria dito aos americanos que não iam *«permitir a ninguém ter bases ou estacionar tropas no seu território»*. Igualmente, iam insistir que o seu futuro estatuto na OTAN deveria ser *«semelhante ao que tem a França»*.

— No dia seguinte, a mesma missão informou o SFNE (Doc.155) acerca da «estadia nos EUA» de Costa Gomes para conversações com Ford e discursar na ONU.

Referindo-se somente ao seu discurso que foi *«breve e de princípios»* — em que repetiu o que *«já tinha dito o ministro dos N.E. Soares»* na citada XXIX Sessão da Assembleia-Geral —, menciona, todavia, os seus pontos relevantes: *«o objectivo principal da revolução»*; o *«processo definitivo da descolonização»*; *«um processo de democratização»*; e *«o papel e a importância da Nações Unidas»*. Igualmente, são descritas as futuras relações internacionais do *«novo Portugal»* e referidos os seus apelos *«à comunidade internacional»* e agradecimentos aos países africanos que já tinham estabelecido *«relações diplomáticas com Portugal»*.

Concluindo, esta informação considerou que *«a actuação de Gomes»* procurava conseguir *«o fim do embargo»*, salientando que o novo regime português era forte, *«o que uma parte da imprensa»* tentou interpretar os segmentos do seu discurso sobre a *«democracia como destinados a convencer os EUA»* de que, não existia *«o perigo do "comunismo" em Portugal»*.

Nesse mesmo dia 19, pela tarde, Mário Soares que tinha regressado com Costa Gomes de Washington a Nova Iorque, teve uma reunião, na ONU, com as delegações dos países africanos. Os seus apelos — rápido *«estabelecimento de relações diplomáticas»*, *«anulação do embargo nas agências especializadas»* e a aprovação de resoluções construtivas acerca do *«problema dos territórios portugueses no quarto comité»* — foram bem recebidos, mas não conseguiram *«uma concreta promessa definitiva»*. Assim, por exemplo, *«os representantes dos movimentos de libertação desaprovaram»*, tanto Costa Gomes no seu discurso, como Mário Soares na reunião porque nada disseram de novo e pelo que evitaram dizer *«acerca a solução do problema de Angola e restantes territórios sob a sua administração»*. Outra informação diz respeito a alguns embaixadores africanos que concordavam que se devia *«apoiar o regime português (considerando também os graves perigos e a ingerência estrangeira em Lisboa dirigida ao seu derrubamento)»*.

— Uma dezena de dias depois (29/Out.), o SFNE enviou (Doc.162) para a embaixada de Lisboa um resumo dos dois anteriores telexes com uma informação relativa às «conversações com Ford e Kissinger», em que Costa Gomes voltou a confirmar que Portugal respeitaria as obrigações de membro da OTAN e *«o desejo de ter ligações "estreitas" e cooperação com os EUA»*.

Referiu-se ainda às *«mudanças no interior de Portugal»*, bem como acerca das previsões e razões *«do agravamento da situação económica em 1975»*. Salientou, também, *«o interesse do governo pela participação de investimentos dos EUA na construção no sector público»* e na indústria.

Segundo estas informações da embaixada jugoslava nos EUA, além do interesse pelas eleições em Portugal, havia o receio, entre os estado-unidenses, *«de que o PC não aproveit[asse] a situação actual e tom[asse] o poder antes da realização das eleições»*. Quanto à base nos Açores, a continuação das negociações ficou acordada para a semana seguinte em Washington.

— Em relação à situação política portuguesa, a embaixada jugoslava no Brasil enviou para o SFNE (28/Out.) um telex a respeito da recente entrevista do «brigadeiro Saraiva de Carvalho [em que]

apresentou, em exclusivo para o «*Jornal do Brasil*», a posição das Forças Armadas acerca da nova política de Portugal» (Doc.160).

Neste resumo da entrevista «*de Saraiva, que o jornal apelida do homem com o maior poder de fogo na actual cena portuguesa*», o diplomata jugoslavo mencionou alguns temas, que mereceram do entrevistado uma maior atenção.

Segundo as conclusões finais deste documento, foi devido ao «*objectivo da desacreditação da "política esquerdista" do MFA*» que o citado diário do Rio de Janeiro «*escolheu intencionalmente Saraiva para a entrevista por causa do seu directo modo ameaçador de se expressar que causou efeitos negativos nos mais moderados*».

— A Embaixada da RSFJ em Portugal

Após o restabelecimento das relações diplomáticas, em Junho, e a abertura da embaixada jugoslava, em meados de Setembro, o seu funcionamento teve alguns problemas com a falta de pessoal, adiamentos da chegada do seu embaixador e avarias da máquina da cifra do seu telex.

— Depois da abertura das instalações de embaixada, em meados de Setembro<sup>94</sup>, Spasitch informou o SFNE (6/Out.), ainda por meio do telex da embaixada em Paris, do convite (Doc.141) que recebeu para um almoço dos funcionários das embaixadas dos países socialistas e da sua desculpa para o recusar. Todavia, como estes convites eram mensais, essas recusas continuaram e foram aprovadas por posteriores instruções recebidas de Belgrado, sendo justificadas pelo não-alinhamento jugoslavo nas suas relações internacionais.

— Nos dias seguintes (13/Out.), enviou o seu primeiro telex de Lisboa a solicitar o urgente envio de um economista (Doc.143) por causa dos «*muitos negócios importantes e o grande interesse*», cujas propostas importantes já tinha informado. Igualmente, justificou este seu pedido, com o exemplo da embaixada romena que iria trabalhar, nos próximos anos, «*com um grande grupo (seis diplomatas)*».

Comunicou, depois, outra recente proposta de uma grande empresa portuguesa para a compra, ainda nesse ano, de 500 automóveis Zastava jugoslavos. Também, referiu outros pormenores deste negócio para os anos seguintes e dos contactos que efectuou a seu respeito.

— Embora, estes problemas relativos ao pessoal e a «aspectos técnicos e de segurança» desta embaixada já tinham sido discutidos numa reunião no SFNE (10/Out.), as suas decisões (Doc.152) só foram comunicadas posteriormente a Spasitch (18/Out.).

As suas «*conclusões*» aprovadas foram sete, sendo as primeiras três acerca do preenchimento de «*lugares de trabalho*», as seguintes duas a aumentos salariais e ao «*subsídio de habitação*», sendo

---

<sup>94</sup> Na Rua Duque de Palmela, 30-5.º.

as últimas duas relativas «às medidas técnicas e de segurança<sup>95</sup>» e ao facto da embaixada soviética se encontrar no mesmo edifício<sup>96</sup>,

— No seu segundo telex de Lisboa para o SFNE (13/Out.), Spasitch relatou (Doc.144) a sua recente visita de cortesia ao embaixador soviético.

Após referir a sua resposta às perguntas acerca da sua visita e do convite para o almoço, mencionou o seu protesto pelo controle pelos porteiros da embaixada soviética das entradas no edifício como já tinha ocorrido consigo. Igualmente, informou que perante o seu desagrado e pedido para «*que imediatamente, ainda durante o dia, retira[sse] o seu pessoal*». Como insistiu no pedido, o embaixador «*concordou sem hesitações*», bem como, durante esse dia, «*retirou os porteiros*».

Em relação à situação em Portugal, o embaixador Kalinhine disse-lhe que «*muda quase todos os dias — o que hoje parece como definitiva, no dia seguinte, já sofreu mudanças*». Achava que havia três problemas básicos: «*difícil situação económica, depois, como assegurar a unidade das forças de esquerda e progressistas que estão desunidas e divididas (não elaborou) e, por fim, o reforço do processo da democratização. A descolonização não mencionou*». Quanto à «*abertura de Portugal em relação aos países socialistas*», avisou-o que havia muitas forças que eram abertamente contra essa «*abertura para o Leste*».

Informou, no final, que convidou «*o embaixador soviético para um almoço, o que aceitou*», tendo sido «*a conversação com tradutor*<sup>97</sup>».

— Uma dezena de dias depois, no seu telex n.º 14 de Lisboa, Spasitch informou (Doc.158) o SFNE acerca da sua «*conversação com o embaixador soviético (retribuição de visita)*», em que este último se referiu ao recente Congresso do PCP, às relações URSS com Portugal e à situação política em Espanha.

Após uma descrição sucinta destes três assuntos, numa nota final, mencionou: a conversação foi com tradutor e que o embaixador Kalinhine foi muito reservado, excepto «*quando falou acerca do Congresso do PCP, empenhou-se em não deixar uma tal impressão*». Acrescentou, ainda, um breve comentário a esse congresso.

---

<sup>95</sup> Consideradas «*indispensáveis para o trabalho normal da Embaixada e para uma comunicação directa de mensagens cifradas*». Por isso, nos dias seguintes, o Serviço de Segurança ia enviar «*a Lisboa uma sua equipa (dois especialistas)*» para efectuar o necessário nesse sentido, salientando a urgência dessas medidas e também pelas «*circunstâncias de que no edifício, no qual está instalada a nossa Embaixada (do V ao VII andar), posteriormente mudou-se e a Embaixada da URSS (do I até ao IV andar)*». Igualmente, o Serviço de Comunicações enviaria um especialista «*para reparar a avaria na máquina de cifra*».

<sup>96</sup> O que tinha «*implicações políticas e muitas outras desfavoráveis*», sendo, por isso, necessário «*começar uma rápida procura de uma solução apropriada para a instalação definitiva da Embaixada e para a residência do embaixador*». Ademais, foi decidido «*de se examinar também as possibilidades da compra de edifícios*».

<sup>97</sup> Possivelmente, de francês. Como diplomata, esteve alguns anos nas embaixadas em Paris e Bucareste.

— Num telex (18/Out.), em quatro linhas, ao referir «*as intenções da Tanjug de que Antonitch cubra também a Espanha*», Spasitch chamou a atenção do SFNE (Doc.151) para que se considerasse totalmente justificada «*a nomeação de um correspondente permanente em Lisboa*», salientando ainda que este jornalista «*era muito cooperante e para a embaixada de benefícios grandes e indiscutíveis*».

Esta foi uma das primeiras referências a Aleksandar Antonitch, então enviado especial da importante agência noticiosa jugoslava, que será depois seu correspondente (Jun./75-Set./79).

### III.2 — Documentos (138-163)

---

#### 138 [ Acordo Spínola-Mobutu ]

Embaixada da RSFJ - Conacri  
Número 669  
2/10/1974  
*Portugal*  
SFNE -

T E L E X  
(Carimbo do Arquivo)  
data: 7/10 N.º: 447449

A Radio Conacri divulgou a carta anónima de um progressista português, na qual se afirma que, por iniciativa de Spínola, nas ilhas de Cabo Verde, em meados de Setembro, encontraram-se secretamente Spínola e Mobutu e, por essa ocasião, chegaram a um acordo acerca da actuação e políticas conjuntas nos territórios sob a administração portuguesa. Aliás, eles elaboraram supostamente um plano de divisão das esferas de interesse e posições em Angola, Moçambique e a desorganização dos m.l. e a criação de novas estruturas políticas em Angola, que seria constituída por três partes particulares, das quais, Cabinda ficaria sob o controlo e influência directos do Zaire. Também, supostamente, chegaram a um acordo acerca da composição do futuro governo federal, no qual, entraria Holden e os seus correligionários.

Mobutu ajudaria a manutenção das posições dos interesses de Portugal e dos seus aliados em Angola, Moçambique e, em troca, Spínola daria a Mobutu adequadas posições económicas nesses territórios, a par de uma estreita cooperação e coordenação em todos domínios de actividade.

Foi acordado que, com uma intervenção militar coordenada interna e externamente, se desorganize a direcção do PAIGC e da Guiné-Bissau e, nela, se coloque um grupo fantoche.

Esta notícia surpreendeu tanto o CD (*N.T.:corpo diplomático*) como outros e, por agora, não há a confirmação segura da veracidade das informações da carta. Alguns africanos ocidentais ( além do

Zaire, a Tanzânia e, depois, os indianos) consideraram [ - 2 - ] que isto é pura invenção. Enquanto os argelinos e alguns representantes social.(istas) não excluem a existência de acções reaccionárias coordenadas contra os movimentos de libertação.

Também, isto ainda, por isso, porque coincidiu de certo modo com os acontecimentos em Portugal, onde a direita tentou um golpe de Estado e que, aqui, alguns estimam parte integrante de um plano estratégico geral de Spínola e de outros contra as forças progressistas e o curso democrático do governo português e outros.

Os representantes da Guiné-Bissau (embaixador Alexandre) estão convencidos que se preparava uma conspiração de grandes dimensões, porque antes da tentativa do golpe por parte da direita nas ilhas de Cabo Verde houve grandes rusgas e prisões de membros do PAIGC.

O chefe da direcção política no MNE da Guiné, Dabo, e outros afirmam que a informação da carta anónima é exacta e que Mobutu com Spínola organizaram realmente a conspiração.

Todavia, é seguro que o embaixador do Zaire falou com o primeiro-ministro da Guiné, Lansana Béavogui, chegando-se durante essa ocasião a uma colérica polémica. O zairense desmentiu duramente tais notícias e classificou-as como inventadas e, imediatamente, após a conversação com B., o embaixador zairense abandonou Conacri e partiu para Kinchassa.

A embaixada zairense preparou um comunicado em que contesta detalhadamente [ - 3 - ] todas as citadas informações da carta anónima.

Também, este acontecimento complica, sem dúvida, as relações já assim frias entre a Gu. e o Z. e introduziu nelas grandes elementos de agravamento. - S t a n i t c h

Enviado: 7.ª direcção, Komatina, Militchevitch, 3.ª direcção e Grupo dos Não-Alinhados.

*ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

### **139 [ Lisboa, Conversações no CC PCP ]**

Embaixada R S F J - Paris 4 4 8 3 7 9

(de Lisboa)

Número 1275

6 / 10 / 1974

S F N E -

Conversações no CC PCP.

1. No sábado, 21 de Setembro, seguindo instruções, visitei o CC PCP (21/Set.) para os informar da chegada da delegação da ASPTJ a convite do Partido Socialista. Expresssei o desejo do nosso CC que tal visita seja aproveitada também para conversações com eles. E, por isso, a delegação inclui também um funcionário do CC LCJ, membro da Presidência, o camarada M. Markovitch e que delegação tinha um mandato do nosso CC para conversações com eles. Recebeu-me António [*N.T.:referia-se a Aurélio*] Santos, membro do CC e dirigente da Secção Internacional.

Santos mostrou surpresa, sublinhando que a chegada da delegação em visita aos socialistas «souberam pelos jornais», mas não comentou. Foi muito reservado e deixou que dissesse tudo o que tinha para dizer, não mostrando interesse em continuar a conversação. Como foi a minha primeira ida ao CC e já tinha dito que era o encarregado de negócios, referi que, durante os preparativos, tive várias reuniões no nosso CC e que os camaradas lhe tinham delegado poderes para poder manter contactos com eles. Pedi-lhe que isso fosse transmitido e, em paralelo, exprimi o desejo de conhecer também o camarada Octávio Pato, membro do CC (que Koiitch me tinha indicado). Como, no dia anterior, Cunhal deu uma entrevista a Djuka Iulius, do *Politika*, a quem disse «que muitos já o tinham visitado, mas que da parte dos camaradas jugoslavos não tinha havido tais iniciativas», eu acrescentei que «teria todo o prazer de se encontrar com o camarada Cunhal numa ocasião favorável e, naturalmente, que era consciente da sua falta de tempo, etc.». [ 2.ª p.]

Santos ouviu tudo, não comentou e disse que transmitiria a conversação aos camaradas responsáveis e informar-me-ia dos resultados. A conversação terminou aqui. Não insisti mais na conversação porque não mostrou interesse de perguntar fosse o que fosse.

2. Na segunda-feira, 23 de Setembro, chamaram do CC e transmitiram que chegasse, no dia seguinte, pelo meio-dia. Recebeu-me Aurélio Santos e Octávio Pato, membro do CC. Repetiram a surpresa por causa da chegada da delegação da ASPTJ, que acerca disso souberam pelos jornais. Disseram que a situação em relação à nossa delegação «que chega a convite do PSP era embaraçadora para eles, porque até então ainda não tinham recebido nem uma delegação dos partidos irmãos (ver entrevista Cunhal-Iulius), que a situação era muito complexa e desfavorável para um tal contacto, que só agora começaram a surgir condições favoráveis para iniciarem os convites de delegações. Era seu desejo que a visita da delegação da LCJ chegasse a convite do seu partido e não de outro qualquer». Na conversação, várias vezes insistiram na pergunta se a delegação era da LCJ ou da ASPTJ, apesar de lhes ter dado uma clara explicação de que se trata de uma delegação da ASPTJ e, na qual, precisamente por causa das conversações com eles, passou a integrar um funcionário superior da LCJ como também a delegação estava mandatada pelo nosso CC para as conversações.

Porém, não comentaram, em nenhuma ocasião, o meu esclarecimento. [ 3.ª p.]

Santos disse que têm relações com o PSP, mas que o Partido Socialista tem, no fundo, uma posição claramente anticomunista e isso não oculta e abertamente, que isso lhes importunava tanto em acções no terreno como em todo o resto. Por causa disso, não queriam que a visita da nossa delegação, anunciada pelo Partido Socialista, fosse também associada com eles. Salientou que, em tais condições, o encontro das duas delegações (com a delegação que vem a convite do PSP) reflectir-se-ia negativamente tanto entre os seus membros como amplamente nas bases, entre as massas.

Disse que já têm um programa de convites para os partidos irmãos e, naturalmente, previram o convite para a LCJ.

Voltou às relações com o PS mencionando que havia muitos desacordos. Como exemplo, cita a posição dos socialistas relativamente à lei eleitoral. Com efeito, defendem a tese de que nas eleições, podiam participar também todos os portugueses, que se encontram também fora do país e esses são alguns milhões. Eles, comunistas consideravam que «tais eleitores» podiam ameaçar as conquistas das mudanças democráticas, que eram pessoas que não sabem o suficiente acerca de tudo o que aconteceu em sua ausência do país. Discretamente, deram a saber que não tinham influência suficiente nessa parte das massas. Depois, que o PSP denegava o direito do MDP (Movimento Democrático Popular) a participar nas eleições como organização, apesar do MDP ter suportado uma boa parte da luta antifascista. Corrigindo-se, dizem que os socialistas ainda não afirmaram isso publicamente, mas que, no fundo, tinham essa posição.<sup>98</sup> [ 4.ª p.]

Mais, mencionou o desacordo acerca da Semana de Solidariedade com o Chile. Esta grande manifestação foi a expressão da aspiração das forças democráticas, nela participaram a «Intersindical», PCP, juventude estudantil e trabalhadora, organizações femininas, etc.; e o PSP retirou-se porque nessa acção tomou parte o citado MDP.

Realçou que no próprio PS há muitos membros que são contra a direcção do seu partido.

[ 5.ª p.]

Pato participou na segunda parte da conversação. Repetiu que a visita da nossa delegação aos socialistas condizia mal com o desejo de termos conversações com eles. Era evidente que o PSP queria só aproveitar a chegada da delegação da Jugoslávia para os seus estreitos objectivos. Tal caso já sucedera também no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde os socialistas usurparam posições e colocaram só a sua gente, que, realmente, o PSP aproveita muitíssimo esse ministério para o seu próprio prestígio (pensava certamente na abertura para o mundo exterior e a descolonização, o que na luta eleitoral tencionam atribuir a si próprios).

Continuou que a ASPTJ, devido a reunir grandes massas e organizações na Jugoslávia, o seu «homólogo» era o MDP e que uma tal visita podia ser tomada em consideração.

Voltando à situação no PSP. O estado neste partido é muito fluido, mesmo também na própria direcção. O PSP aproveita sempre a situação para os enganar, não respeita os acordos. Por exemplo, também, no Governo, os seus ministros concordam com determinadas decisões, porém mais tarde nas suas acções entre a massas estão em desacordo com as promessas (o direito à greve). Os socialistas não lhes dão apoio nem em outras [ 6.ª p.] situações, também até quando se engajam nas discussões para se impedir tentativas da direita, os socialistas calam-se e não se manifestam. É evidente a tendência do

---

<sup>98</sup> Como, num comunicado (29/Ago.), o PS já tinha retirado o seu apoio ao MDP/CDE devido ao seu interesse em participar nas eleições para a Assembleia Constituinte, esta afirmação não podia ser desconhecida dos interlocutores de Spasitch.

PSP para isolar o PCP. Por isso tudo, para eles, a chegada da nossa delegação a convite do PSP criou-lhes dificuldades e poderia reflectir-se na posição do PCP entre amplas massas.

Em duas ocasiões, sugeriram sem grandes rodeios o cancelamento da visita. No fim, acentuaram «que, caso, a delegação chegar», que podíamos contactá-los e que, então, eles voltariam a examinar e decidir sobre isso.

Disse-lhes que a LCJ tem o princípio de manter contactos e de cooperar com todos partidos e movimentos. Que era nosso desejo que se renova e reforce o contacto entre os nossos dois partidos e que essa foi a razão do pedido para conversações com eles; que ficámos muito satisfeitos porque tiveram o seu delegado no Congresso da LCJ. Interromperam e disseram que «lhes era conhecido o trabalho do nosso congresso». No fim, porque a reunião foi muito difícil, sobretudo, quando salientaram que, realmente, a ASPTJ podia ter como interlocutor o MDP, não insisti mais. Disse que iria transmitir a sua resposta ao nosso CC. Em nenhum momento, aceitei discutir o tema do adiamento da visita da delegação da ASPTJ a Portugal.

Durante a conversação, disseram-lhe que o que tinha dito no primeiro dia tinham transmitido à direcção (sem comentários) e acerca do seu pedido para se encontrar com o camarada Álvaro Cunhal, que me dariam o número do telefone do seu «gabinete» (pensando no ministerial), que lá podia [ 6.ª p.] contactá-lo. No fim, não lhe deram o número e ele não o pediu.<sup>99</sup>

27, sexta-feira, enviaram por um correio uma carta do seu CC, cuja tradução envio num telegrama separado. Caracteristicamente que na carta, excepto no fim, operam com o termo «delegação da LCJ», apesar de lhes ter dado, duas vezes, exactamente a explicação de se tratava da delegação da ASPTJ.

Considerando que, após que recebi instruções para transmitir a nossa resposta à sua carta, ocorreu os conhecidos acontecimentos quando foi difícil ter contactos com quem fosse e que prepararam o plenário que deveria ter sido hoje ou ontem, para determinar a data do congresso e trabalhar no texto do programa, não pedi uma reunião para transmitir a nossa opinião acerca da cooperação com todos, não entrando nas relações de certos partidos com outros, porque não me quis colocar em uma situação de rejeitado.

Entregue: 3.ª Direcção, Gabinete Dolants, Minitich, Grlitchkov, M.Tsetinitch, Bakotchevitch, Obradovitch, Moísov, Militchevitch, Sekulovitch, UID, GAP, GSS-SS, SII, Arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

---

<sup>99</sup> O relato da sua reunião de 25 de Setembro termina aqui no seu telex, enviado de Paris (6/Out.), para o SFNE.

---

140 [ Lisboa, O 28 de Setembro ]

Embaixada RSFJ - Paris  
(de Lisboa)  
Número 1273  
6/10/1974  
SFNE –

T E L E X  
(Carimbo do Arquivo)  
data: 10/10  
N.º: 448378

1. A tentativa da direita, na passada semana, de enfrentar-se com o Movimento das Forças Armadas e liquidar o processo de democratização e parar a descolonização, foi impedida com a acção eficaz e conjunta do governo, do Movimento das Forças Armadas e o enorme apoio das forças progressistas, mais a participação organizada e maciça de membros do PC e do Partido Socialista.

Todavia, embora o governo e o Movimento das FA pedissem o apoio dos progressistas, a evolução da situação, de hora em hora, mostrou a extraordinária força da esquerda, a sua organização (em particular dos comunistas), no âmbito do governo e do movimento dos oficiais surgiu o receio de sobre a pressão dos acontecimentos e o insucesso da direita de organizar o golpe de Estado (enfraquecida) não se chegasse a uma viragem mais radical à esquerda. Esta viragem poderia conduzir ao alargamento radical do espaço de influência das forças de esquerda e dos comunistas no poder e provocar indesejáveis consequências – pressões ou intervenções de fora. Provavelmente, nesse momento, chegou também a notícia dos movimentos da esquadra americana no Mediterrâneo em direcção das águas territoriais portuguesas.

Para se impedir este curso, o governo e o Movimento das FA, ainda durante a noite, tomaram a decisão do exército começasse imediatamente a assumir o controlo nas barricadas (o que foi efectuado), de forma a que o movimento ficasse em condições de no terreno controlar e canalizar o desenvolvimento dos acontecimentos.

Provavelmente, a declaração bastante dramática de Soares inspirou-se em razões iguais, de reunir, «ainda durante a tarde, a noite ou pela manhã», os chefes das missões diplomáticas. como já foi dito, Soares [ - 2 - ] declarou decidido que o governo e o Movimento das Forças Armadas controlavam na totalidade a situação no país, e que não havia lugar para quaisquer receios de mudança da orientação e da política declarada do governo provisório, que o governo continuava fiel à aliança ocidental e a todas as obrigações que disso resultavam.

É indicativo que, realçando o empenhamento do governo de paralelamente reforçar também as relações com os p s (*N.doT.: países socialistas*), Soares exprimiu o desejo só pelo desenvolvimento das relações económicas, culturais e outras, «esquecendo-se» de também mencionar as políticas ( comigo, no MNE, o sec.-geral Andresen e o chefe da direcção política Magalhães Cruz falaram somente de

relações económicas e culturais, naturalmente, sublinhando o seu interesse pela nossa posição não-alinhada).

Num tempo muito rápido, a proclamação da decisão da restante parte da Junta e do Movimento das FA, que nomeou Gomes para a chefia do país, sublinhando as suas relações próximas e a colaboração com Spínola e acentuando o facto de outrora ter estado destacado na OTAN, teve como objectivo o de realçar o facto que também juntamente com as mudanças surgidas no governo, foi assegurada uma tal «continuidade» que garante a ausência de qualquer viragem fundamental que pudesse provocar suspeitas no Ocidente.

Toda a reacção do governo e do Movimento das FA foi dirigida precisamente para manter o controlo sobre a acção da esquerda e impedir um tal desenvolvimento que pudesse conduzir a pressões externas, porque nesse caso, segundo todas as probabilidades, ficariam ameaçadas a maior parte das conquistas do 25 de Abril. Aliás, o governo está completamente consciente de que ao país é indispensável a democratização e o saneamento económico e que uma violenta demora desse processo poderia conduzir a convulsões sociais ainda mais dramáticas. [ - 3 - ]

2. Após os passados acontecimentos, poder-se-ia tirar algumas primeiras conclusões preliminares:

— a tentativa do golpe de Estado da direita foi provocado, provavelmente, pelo rápido desenvolvimento no plano da descolonização e da decisão declarada do governo e do Movimento das FA de efectua-la conseqüentemente. Numa certa «precipitação» na escolha do momento (o assalto da direita foi claramente mal organizado e subestimada a força da esquerda) houve, sem dúvida, a influência do processo da consolidação do regime, o apoio cada vez maior das massas ao seu programa, como também a afirmação cada vez mais forte do regime no plano internacional. Além disso, a extrema-direita contou também com Spínola e sua influência entre os oficiais, prevendo a possibilidade de através dele provocar a cisão nas Forças Armadas que são o apoio principal do novo regime. Aliás, por tudo isto, nos bastidores estava Angola no contexto do programa da descolonização, tendo em conta que a obstrução legalista de Spínola (enquanto esteve à frente do país) não conseguiu opor-se à acção do governo nesse plano. Aqui, muitos dizem que o problema de Angola, apesar da evolução esteja por si própria atrasada devido à discórdia entre os três principais movimentos, ainda não mostrou toda a sua complexidade.

— por outro lado, os acontecimentos mostraram a força da esquerda junto à excepcional organização dos comunistas. Muitos, como também no CD (embaixadores francês, canadiano e suiço), estão inclinados a considerar que a esquerda obteve uma importante vitória, talvez até definitiva em relação à reacção nacional. Os comunistas e os socialistas proclamam isso publicamente. estes factos aumentaram as atenções pelo assunto, ainda mais porque os comunistas procuram [ - 4 - ] isso valorizar, não tomando talvez muito em conta a susceptibilidade do momento (o papel que tiveram no empenhamento das massas, os comunistas querem-no valorizar nas próximas eleições).

No momento da apresentação da demissão de Spínola, os americanos mostraram aqui sinais de preocupação, enquanto agora (o correspondente lisboeta da UPI ao Antonitch da Tanjug) na embaixada americana consideram que não há mais motivos para preocupação e que Gonçalves, ou seja, a direcção do Movimento controla totalmente a esquerda e os comunistas.

3. A situação mais calma, não há tensão. Tanto a imprensa, como a rádio contribuem para o regresso a uma atmosfera normal. Os discursos que proferiram Gomes em Lisboa e Gonçalves no Porto (por ocasião do dia da Proclamação da República), foram dedicados novamente à reafirmação do programa do governo provisório, incluindo a democratização e a descolonização, acentuando a vitória obtida sobre a reacção e que é fundamental que a democracia se consolide e se façam esforços particulares no plano do desenvolvimento económico do país.

Esta semana devo ter contactos com os socialistas e a imprensa, esclarecerei depois. – Spasitch – Dizdarevitch.

Enviado: Terceira Direcção, Gabinete PR, Stambolitch, Gligorov, Bfieditch, Dolants, Minitch, Grlitchkov, Iavorski, gen. Lhubitchitch, gen. Voivoditch, Pribitchevitch, Militchevitch, Komatina, Badurina, Sekulovski, UID, GAP, Grupo dos Não-Alinhados, GSS-SS.

*ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

#### **141 [Lisboa, Convite para o almoço dos funcionários das embaixadas dos países socialistas]**

Embaixada RSFJ - Paris\*4 4 8 3 7 7

Número 1274

6 / 10 / 1974

SFNE -

Na quarta-feira, o porteiro da embaixada soviética comunicou ao nosso porteiro que 9 de Outubro convidam para o almoço todo o nosso colectivo e que o convite enviaram somente para as embaixadas dos países socialistas. Juritch disse que acerca disso me ia informar.

Na sexta-feira, o secretário da embaixada soviética pediu ao nosso secretário que transmita o mesmo convite. Respondi por meio da secretária que lamento, mas que, além de numerosas obrigações porque estou sozinho, para esse dia já tenho um almoço marcado. Spasitch – Dizdarevitch.

Entregue: Terceira Direcção, Moísov, Militchevitch, Segunda Direcção, arquivos conf.(*idenciais*).

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

\*Enviado da embaixada jugoslava em Paris devido a uma avaria na máquina de cifra. Dizdarevitch (Níiaz) era o embaixador.

#### **142 [Bona, Entrevista de Melo Antunes a Djuka Iulius ]**

Embaixada RSFJ – Bona 449050

N.º 603

10 / 10 / 1974

S F N E—

Melo Antunes, ministro sem pasta do governo português e um dos membros-chave do MFA, disse a Iulius, numa longa conversação, em 8 de Outubro, em Lisboa: Após a recente crise, as posições do MFA consolidaram-se, chegou-se a uma homogeneidade no cume do Estado e do exército. Spínola encorajou as forcas centrifugas no quadro de oficiais, e directamente tentou minar a forca da Comissão Coordenadora do MFA, do Governo de Gonalves e o próprio Gonalves. Costa Gomes   pessoa de confiana do MFA, que, além disso, pode tranquilizar e mobilizar a ala mais conservadora dos oficiais, ainda   forte.

A autoridade do MFA fortaleceu-se consideravelmente, para a qual muito ajudou a publicao do Boletim do MFA, cujo segundo número agora saiu. Porque a ignorância e a falta de informao s  favoreceu Spínola, ou seja, a direita. A crise mostrou que, todavia, a maioria dos oficiais está do lado do Programa do MFA e não quiseram ser liderados por Spínola.

Isto cria condioes favoráveis para não só consolidar o poder do MFA, como centro das forcas armadas, mas também sem demasiadas demoras avanar cautelosamente para a concretizao dos objectivos essenciais do MFA (ou, pelo menos, da sua parte mais consciente). Com base na experiência adquirida, estão decididos a tomar rapidamente medidas para a formao organizativa e o fortalecimento do MFA e isso verticalmente. Portanto, em todos os lugares, em todas as unidades, o MFA forma como um núcleo revolucionário de oficiais, e conecte-o de baixo para cima. Isto refora a influência do MFA e assegura os seus objectivos. Além disso, depois das eleioes, quando o MFA se retirar da cena, permitir-se-  vigiar as conquistas e impedir   reaco [2.ª p.] de voltar por qualquer meio ao poder.

Acreditam na democracia pluripartidária, pelo menos a grande maioria dos oficiais. Isso vale também para Costa Gomes e, em grande medida, também para a Comissão Coordenadora do MFA. Todavia, isso tem os seus limites racionais — a saber, o MFA não permitirá que a extrema-direita agarre novamente o poder, porque «seguramente não arriscaram a cabea para isso, não organizaram e conduziram a revoluo para que, agora, tudo volte outra vez ao mesmo».

À direita não se podia subestimar nem um instante. Ela era muito forte e disposta a tudo. Igualmente, além disso, tem e terá apoios externos, sobretudo de uma parte dos americanos. Embora, na última conversao do embaixador dos EUA com o primeiro-ministro Gonalves foi apaziguadora. Pensava que, também, ali houve muita táctica e um apaziguamento propositado, um adormecimento por parte dos americanos. Na realidade, parece que os americanos ainda não decidiram o que fazer, se bem que no Pentágono, isso sabem como voltar o curso dos acontecimentos. Daí, as histórias de que, não teria havido uma conspirao da direita, mas que isso foi inventado pela esquerda no MFA e pelos comunistas para terem um pretexto para eliminar Spínola, embora os americanos soubessem exactamente que, com a sua autorizao implícita, foram introduzidas armas em Portugal. Para o

governo era muito importante sublinhar a democratização e a democracia pluripartidária como também a fidelidade ao Pacto Atlântico, para tanto quanto neutralizar os medos e ameaças americanas. Na verdade, a longo prazo, a política fora dos blocos interessa aos dirigentes do MFA, quando para isso chegue o momento e a possibilidade.

Como as coisas estão agora, as eleições serão em Março. Pode haver algum adiamento, mas não considerável. Com efeito, caso não consigam efectuar os preparativos técnico-legislativos (lei eleitoral e lei acerca dos partidos), poderia chegar-se a um adiamento até Maio, mas não mais tarde. Querem obrigar a direita moderada a renunciar definitivamente ao "golpismo" e aceitar a luta política e os seus desfechos. Naturalmente, a direita tem bastante [3.ª p.] dinheiro e tem, em Spínola, talvez um bom candidato, caso chegarem a um acordo (isso, sem dúvida, ele quer). Nesse caso, não será fácil vencer Spínola, apesar de ter perdido, agora, muito do seu anterior prestígio. Contudo, isto eram questões para amanhã e depois de amanhã, não para hoje.

Era importante, pelo contrário, dar um novo impulso à execução do Programa do MFA. Vamos dizer que se começa a execução daquelas promessas do Programa do MFA que falam acerca das profundas reformas económicas e sociais de carácter antimonopolista e a favor de amplas camadas populares desfavorecidas. Não era exacto que isso não era autorizado pelo programa, que deviam esperar as eleições e a Assembleia Constituinte. Pelo contrário, caso se quisesse impedir o regresso da direita, as reformas deviam começar nesse momento, nas próximas semanas, antes das eleições.<sup>100</sup> Seguramente, isso ia trazer novos conflitos com as forças conservadoras como também entre os oficiais e novas pressões do exterior. Mas, tem de ser feito, caso se queira ir em frente.

Angola era um caso complicado, mas a descolonização ia em frente. Existia, pela primeira vez, unidade no governo acerca dos caminhos da descolonização. Costa Gomes era pela independência de Angola, mas que isso fosse realmente independência e não neocolonialismo. Iam para rápidas conversações com os três movimentos de libertação e com a minoria branca. Para que disso possa nascer uma plataforma, não têm uma posição pré-formada, querem que a plataforma surja das negociações. Mas, a independência é o seu objectivo. Isso não será fácil, por causa da presença de grandes interesses económicos e estratégicos, principalmente americanos, em Angola. A Comissão de Descolonização, chefiada por Costa Gomes, é unânime nesse objectivo.

Muito interessado pela experiência interna e externa da Jugoslávia. Iulius ficou com a impressão de que gostaria de ser convidado a visitar a Jugoslávia<sup>101</sup>. Seguramente, era uma pessoa com

---

<sup>100</sup> A elaboração desse plano económico, sob a sua direcção, decorreu nesse mês, mas só foi apresentado, na primeira reunião da Assembleia dos 200 (6/Dez.), como o Plano Económico de Transição. Na reunião no Instituto de Sociologia Militar (28/Dez.), foi então designado por Plano Económico de Emergência e, dias depois, voltou a ser discutido na Assembleia do MFA (4/Jan./75).

<sup>101</sup> Essa visita (particular) só viria a ocorrer em Setembro de 1978, quando foi convidado a participar no referido seminário internacional perto de Dubrovnik (V. p.246, nota 86)

ideais socialistas, sente-se próximo de nós. Disse que o encontro de Costa Gomes com Spínola, não devia ser avaliado além dos limites da amizade pessoal e do apaziguamento dos espíritos. – Lontchar.

*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

---

### **143 [ Lisboa, Pedido para a embaixada de um economista]**

Embaixada SFRJ Lisboa 450470  
 N.º 1  
 13/10/1974  
 SFNE –

Pribitchevitch, Militchevitch, Pessoal, UPO, Terceira Direcção.

Solicito que urgentemente considerem o envio do economista, porque por ele, todos os dias, há uma necessidade cada vez maior. Tendo em conta, também, os muitos negócios importantes e o grande interesse, é necessário que seja experiente. Caso uma decisão for tomada acerca da nomeação para este lugar de um primeiro secretário, agradecia que vejam com Popovitch da terceira direcção. O embaixador romeno disse-nos que, nos primeiros anos, a embaixada trabalhará com um grande grupo (seis diplomatas), mais tarde, será considerada a utilidade.

Já informei acerca de importantes propostas. Anteontem, visitou-me o representante de um das maiores empresas concessionárias de automóveis «Trevauto», que deseja comprar, caso possível já este ano, 500 veículos «Zastava» (modelo 128 e 600). Todavia, pede a nossa ajuda para que também o seu governo lhes assegure, nos próximos anos, tais contingentes — estes negócios (peças de reserva, serviços, etc.) exigem uma cooperação de longa duração (de muitos anos). No MNE, já sugeri à sua ou à nossa delegação comercial, Durante a semana, repetirei também na secção económica. Spasitch.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

### **144 [ Lisboa, Visita ao embaixador soviético]**

Embaixada SFRJ Lisboa 450471  
 N.º 2  
 13/10/1974  
 SFNE –

Conversação com o embaixador soviético, em 11 deste mês (visita de cortesia).

Começou que esperava que esta visita lhe tivesse feito antes, como também lamenta que não acedi ao convite para o almoço que, por ocasião de Outubro, organizou para todos os camaradas dos países socialistas. Disse que sinto muito, mas que não o consegui visitar antes por duas razões: a primeira, que estou ainda sozinho e que tenho muitas obrigações e, além disso, devia visitar,

---

primeiramente, os embaixadores acreditados antes dele e penso que me compreenderá. A respeito do convite para o almoço, repeti que nesse dia já tinha obrigações marcadas.

Continuou que gostaria que resolvêssemos por acordo um problema acerca do qual, agora, me quer dizer, «porque não sabia onde me encontrar — se estou no antigo endereço ou já estava aqui» (por nota, a tempo informámos todo o CD acerca da mudança). Tratava-se da segurança do edifício (nos últimos dias, houve bastantes pessoas que entraram sem autorização no edifício). Inseri que também, acerca disso, queria falar (o camarada Dizdarevitch mandou-me pelo Popovitch que protestasse vivamente porque assumiram o controle total das entradas no edifício). Expressei surpresa porque não achou conveniente consultar-me, visto que, por fim, no edifício também está a nossa embaixada e o seu pessoal impediu pessoas que vinham até ela. Disse-lhe que, também, nessa manhã, [ 2.<sup>a</sup> p.] me tentaram parar à entrada. Exprimi desagrado e pedi-lhe que imediatamente, ainda durante o dia, retire o seu pessoal. Tentando suavizar as coisas para que ele percebesse também, queria que chegássemos a um acordo. Como insisti no pedido, concordou sem hesitações. Exprimi satisfação por termos resolvido este assunto no espírito de compreensão e de boas relações que, de resto, existe entre os nossos dois países e disse que, ainda durante esse dia comunicaria ao SFNE que o nosso pedido foi aceite e que considero que o problema foi resolvido. Admirou-se que, sobre isto, informasse o SFNE e perguntou se isso, como agora a minha intenção de informar acerca do resultado favorável, foi necessário arrastar até ao SFNE. Ainda durante o dia retirou os porteiros.

Suscitei a questão da situação de Portugal. Kalinhine disse que para eles, agora, após este pouco tempo aqui, muitas coisas parecem diferentes do que antes lhes parecia em Moscovo. Têm dificuldades de distinguir os processos básicos. A situação muda quase todos os dias — o que hoje parece como definitiva, no dia seguinte, já sofreu mudanças. Segundo ele, por agora, há três problemas básicos perante Portugal: difícil situação económica, depois, como assegurar a unidade das forças de esquerda e progressistas que estão desunidas e divididas (não elaborou) e, por fim, o reforço do processo da democratização. A descolonização não mencionou.

Deplora que ainda há muitas forças que são abertamente contra a abertura de Portugal em relação aos países socialistas. Em alguns concretos casos, na administração já se confrontaram com [3.<sup>a</sup> p.] dissabores (...« há gente que não apoia a decisão do governo acerca da abertura para o Leste, nisso deve contar»).

Característico que semelhante receio exprimem também os americanos (relataremos separadamente).

No final, convidei o embaixador soviético para um almoço, o que aceitou. A conversação foi com tradutor. - Spasitch.

Entregue: terceira direcção, gabinete Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Militchevitch, Sekulovski, UID, Segurança, segunda direcção, SI, arquivos confidenciais

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**145 | Reunião de Spasitch com Aurélio Santos |**

Embaixada SFRJ Lisboa 450615  
N.º 3  
14/10/1974  
SFNE  
CC LCJ (Obradovitch, Moísov), Militchevitch, 3.ª Direcção

Conversação no CC PCP com Aurélio Santos, em 9 de Outubro, segundo instruções.

Encontrámo-nos dois dias antes na recepção da RDA. Disse-lhe que enviei o texto da sua carta para o nosso CC e que já recebi resposta. Todavia, também por causa da seu e a meu serviço (os recentes acontecimentos) não lhes consegui entregá-la. Expus a nossa posição de princípios em relação à cooperação com os partidos e movimentos progressistas e que, por isso, não podemos se intrometer nas suas relações com outros e exprimi o desejo de o visitar no CC para que pudéssemos conversar mais.

No CC repeti o que tinha dito na recepção e relatei exactamente tudo o que foi dado nas instruções.

Após me ter escutado com atenção (a atmosfera dessa vez foi um pouco melhor), disse que a sua posição relativamente «à cooperação com outros partidos irmãos» era diferente da nossa. Eles consultavam sempre os partidos com quem queriam contactar e isso antes de tomar qualquer iniciativa, Isso permite-lhes avaliar se existe, talvez, quaisquer razões que possam dificultar a posição da outra parte. Este é o seu princípio pelo qual se regem na cooperação com todos os interlocutores de todo o movimento marxista revolucionário. Ora, a nossa [ 2.ª p.] iniciativa foi empreendida sem os consultar. Mencionou, como exemplo, que eles assumiram claramente, nos tempos de Caetano, a posição de que saudariam a chegada de qualquer embaixador dos países socialistas, porque isso significava uma brecha, mas também, então, colocaram a objecção que essa opinião era só do PCP e que podia não ser a mesma de outras forças progressistas. A chegada da nossa delegação nesta situação, iria prejudicá-los. A situação era ainda complexa, tinham muitos problemas e, só agora planeavam começar a convidar outros partidos e, por isso, naturalmente, planearam também a nossa LCJ. Repetiu que à nossa pergunta já tinham respondido na sua carta. Desde então, nada tinha mudado, continuam a ter a mesma posição.

Disse-lhe que nós não podemos adiar a chegada da delegação, que só foi mudada por causa da crise da semana passada, de que eles assim exigem que, em relação a eles, nos comportemos como os outros. Respondeu que nós os colocámos numa difícil situação porque «a incompatibilidade como PS era grande» e que qualquer ligação do PCP com a delegação que visita os socialistas, além da inoportunidade da visita, podia-lhes causar danos. Querendo explicar o que afirmou, deu o exemplo de que os socialistas recusaram participar nas manifestações que eles, comunistas, organizaram após a tentativa fracassada da direita de provocar um golpe de Estado e que «se juntaram no último momento (quando as massas se puseram em marcha)» com bandeiras e certo número de pessoas. Eles viram por

si próprios que seria pior caso não se juntassem, porque, por fim, tratava-se de defender as conquistas democráticas obtidas com 25 de Abril.

Não querem convencer seja quem fosse, não têm nada contra conversações connosco (eles planeiam), mas não naquelas condições. [ 3.<sup>a</sup> p.] Disse que sucedia que alguns dos camaradas dos países socialistas que vêm a Portugal por assuntos de Estado também tinham conversações [com o PCP] e que eles não têm nada contra».

Devido a terem esgotado esse tema, disse-lhe que nos seria muito útil, caso quisesse resumir os acontecimentos passados, porque as suas avaliações seriam bem-vindas, que as transmitirei a Belgrado. Aceitou sem hesitações».

A tentativa fascista do golpe teve muitas implicações, desde a marcha sobre Lisboa, criação de tensões e duma situação para decretar o estado de sítio até à tomada do poder por Spínola e todo o resto que já era conhecido. Eles não podiam permitir isso. Acerca de tudo, ainda nessa noite, informaram o governo e deram-lhe todas as informações que possuíam. Fizeram-no porque a situação impunha que se actuasse firme e rapidamente. Nesta altura, também apelaram aos militantes e à população para defenderem as conquistas democráticas. O pior foi impedido pelo seu engajamento e muitos solidarizaram-se com a atitude e decisão.

Como resultado final de tudo, pode-se concluir que a direita sofreu uma grande derrota, que agora a situação foi «esclarecida», que as forças de esquerda saíram do confronto reforçadas e mais homogéneas do que nunca. Igualmente, agora, após tal vitória, eles continuam a apoiar a tese danecessidade que a coligação continue não mudam a posição acerca da democracia «pluralista». Consideram muito importante que também se continue «a limpeza no aparelho de Estado para se impedir à direita qualquer apoio que até recentemente ali encontrava». Todavia, tudo isto não significa que a direita foi totalmente derrotada e que não [ 4.<sup>a</sup> p.] haveria novas tentativas pela sua parte. Por tudo isso, o PCP queria reforçar as fileiras das forças progressistas e de esquerda. Decidiram «esquecer» todas as desavenças que tiveram com certos partidos. Contudo, parece que isso os socialistas não queriam aceitar.

No plano estatal, o seu programa continuava a ser claro — resolução dos problemas económicos, descolonização e eleições livres. No entanto, continuavam a ser contra o alargamento da coligação governamental, porque qualquer alargamento que houver (quando já se recusa a participação do MDP/CDE que reforçaria bastante o governo devido à sua força mobilizadora) significaria, na situação existente, a inclusão da reacção no governo. Em redor da ideia do alargamento da coligação estava a direita (liberais, CDS etc.). – Spasitch

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete de Grlitchkov, Viditch, Minitich, Moísov, Bakotchevitch, Militchevitch, Obradovitch, GAP, RB e arq. confidenciais.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**146 [Kinchassa, Conversações de uma delegação militar portuguesa com Mobutu, H. Roberto e Chipenda ]**

TE L E X

Embaixada RSFJ - Kinchassa

Número 352

14/10/1974

SFNE –

(Carimbo do Arquivo)

Data: 15/10

N.º: 449127

Portugal

De 10 a 12 deste mês, em Kinchassa, esteve uma delegação militar portuguesa tendo à frente o gen. Fontes Pereira de Melo, chefe-adjunto do Estado-Maior. A sua chegada, embora para o «público» representasse uma surpresa, na imprensa foi anunciado como a continuação das conversações Mobutu-Spínola na ilha do Sal. Após a chegada no dia 10 deste mês, Melo teve conversações com Mobutu durante cinco horas. segundo a imprensa e os nossos primeiros interlocutores, estas conversações, apesar de difíceis por que o tema básico foi a descolonização de Angola, terminaram com sucesso, o que desta maneira se realça na imprensa. no dia seguinte (11 deste mês), no barco presidencial, realizaram-se reuniões separadas com o presidente da FNLA, R. Holden, e o vice-presidente do MPLA, Chipenda. Há comentários (sobretudo no corpo diplo.) que os contactos com Chipenda definem a sua acção pessoal e que se continua a contar com o isolamento de Neto. Todavia, o embaixador da Líbia (ontem à noite, no jantar de despedida em honra de Vidinitch) apresentou a tese que esta acção foi coordenada pelas direcções de ambos movimentos e que brevemente se espera a chegada de Neto a Kinchassa por causa da formação da «frente comum» da FNLA-MPLA, para próximas negociações com Portugal.

O mesmo afirma-se que estes contactos dos representantes da junta militar de Portugal e dos mla (*N.T.: movimentos de libertação de Angola*) abriram o diálogo em redor da descolonização de Angola. Isto confirma também o facto que Holden anunciou, numa nota radiotelevisiva de 14 deste mês, o cessar das actividades e acções militares da FNLA em todo o território de Angola – com validade a partir da meia-noite de 15 deste mês. Segundo ele, esta nota obriga as forças militares da FNLA à provisória suspensão de acções, e sublinha que isto não significa «cessar fogo», no verdadeiro significado da palavra. Foi acordado, [ - 2 - ] igualmente, que a FNLA pode abrir brevemente uma missão oficial em Luanda, com também em todo o território de Angola.

Na declaração para a imprensa, Holden realçou particularmente que isto foi possível fazer - «graças à ajuda, clarividência e ao papel importante do Zaire no processo da descolonização de Angola, onde um lugar à parte pertence a Mobutu».

O b s e r v a ç ã o: para os observadores daqui, fica aberta e inexplicável a questão – será que isto é a continuação da conversação em redor da libertação de Angola, que começaram Mobutu-Spínola, em redor desta questão há muita especulação, porque os meios de informação zairenses assim também

a divulgar. Todavia, melhores conhecedores deste problema, afirmam que esta nova acção de Portugal apareceu como consequência das mudanças em Portugal após o insucesso do golpe de Estado direitista de Spínola. Comenta-se que o novo presidente de Portugal, gen. Gomes, juntamente com Gonçalves e a nova direcção da junta militar, impediu a acção a solo de Spínola nas negociações em redor de Angola.

Fica velado o acordo secreto Mobutu-Spínola, com o qual principalmente se especulava. Os elementos essenciais destas especulações andam em redor de quem dos mla participaria com parceiro nas negociações com Spínola, as «más línguas» dizem que, segundo Mobutu, seria a FNLA, e no mesmo âmbito se fala também acerca do problema de Cabinda, conjecturando-se sobretudo em redor do seu futuro destino.

Todos estes elementos apontam para seguintes investigações e intensivo acompanhamento da actividade de todos os factores interessados pelo destino de Angola. – M i l a n o v i t c h.

Enviado: 7.<sup>a</sup> Direcção, gab. Minitich, Moísov, Pribitchevitch, Komatina, Militchevitch, Bakotchevitch, Obradovitch, gen. A. Hodjitch, Grupo dos Não-Alinhados, 3.<sup>a</sup> Direcção, GSS-SS, UMO.

*ADMNE, F-217 Portugal (1974)*

#### **147 | Lusaca, Consequências da mudança do regime em Portugal na África Austral |**

Embaixada da RSFJ - Lusaca 449638

Número 701

15 / 10 / 1974

S F N E -

A mudança do regime em Portugal e os acontecimentos que se seguiram abriram um novo e intensificaram um processo já existente no Sul da África, ao Sul do Saara. Apontamos algumas tendências de desenvolvimento mais importantes:

1 As relações das grandes potências. A China e os EUA, já antes dos acontecimentos portugueses, estavam presentes economicamente e politicamente, com uma tolerância mútua, em diferentes regiões e com diferentes motivos na África Austral — a China na região dos países africanos independentes (Tanzânia, Zâmbia e, parcialmente, Zaire), e os EUA no Zaire e territórios coloniais (Angola e Namíbia), em particular, na RAS. A URSS, preocupada com os seus interesses estratégicos no Próximo Oriente, Europa e Mediterrâneo, esteve relativamente pouco presente nesta região — sobretudo num papel de observadores com um maior ou menor engajamento em alguns movimentos de libertação (MPLA, ZAPU, ANC e, nos últimos tempos, na SWAPO). Os acontecimentos em Portugal deram um novo impulso às grandes potências para a garantia de uma perspectiva a longo prazo e interesses nesta região. A este respeito, a actual situação caracteriza-se pelo seguinte:

a) Os EUA, embora insatisfeitos com a dinâmica e o conteúdo da actual descolonização na África Austral, também vêem certas vantagens que isto lhes abre nesta parte do mundo. Libertados das hipotecas do Portugal colonialista na sua e na política da OTAN, os EUA têm um amplo espaço de

manobras para a actividade política na África Austral. Depois da mudança em Portugal, eles têm a chave dos seguintes processos na África Austral.

Depois da primeira fase da descolonização (Moçambique e Angola), no centro das atenções da Zâmbia e Tanzânia encontra-se a Rodésia e da descolonização da Namíbia. [ 2.<sup>a</sup> p.] A resolução destas questões depende, principalmente, da posição dos EUA e da sua influência na RAS. Os países africanos procuram assegurar por meio dos EUA e outros países ocidentais que a RAS se distancie da Rodésia, que termine com a ingerência no processo da descolonização nesta região e, também, na descolonização da Namíbia. O problema da RAS, como um regime minoritário, não se coloca, no momento actual, em primeiro plano. A Zâmbia, que está mais avançada em alcançar esses objectivos, vê isso como uma necessidade de se abrir, por sua vez, a perspectiva aos EUA para assegurar os seus interesses económicos e, depois, também os políticos, como nos territórios descolonizados, assim como nos países africanos do Sul. Os EUA desenharam os seus interesses estratégicos nas costas dos oceanos Atlântico e Índico na África Austral. Acusando a URSS de que cria as suas bases no Oceano Índico, os EUA procuram, evidentemente, uma cobertura para suas intenções, sugerindo ao mesmo tempo uma rivalidade potencial nesta região. Economicamente, eles consolidaram-se em toda a área costeira do Atlântico (Zaire, Angola Namíbia, RAS e Botswana), pelo que a luta por Angola, directamente ou por meio do Zaire, torna-se cada vez mais evidente, tendo em conta a sua posição estratégica e económica (luta em redor de Cabinda, onde os americanos têm os seus próprios interesses económicos especiais — petróleo — será, seguramente, a questão mais delicada na descolonização de Angola). Incluindo Angola no seu mapa estratégico, os EUA opõem-se resolutamente, por meio do Zaire e também por outras vias, a qualquer combinação que conduziria ao poder, em Angola, o MPLA com o Dr. Neto à sua frente, porque nisso vêem o perigo potencial para o reforço da influência soviética nesta região (toda a perseguição contra Neto, no fundo, traz a marca de sua qualificação como um homem pró-soviético). Precisamente, por isso, em Angola, a luta pelo poder assume um jogo mais subtil e as grandes potências, no qual, estão também envolvidos da sua própria maneira os países vizinhos e mandatários [ 3.<sup>a</sup> p.] da OUA para a descolonização da África Austral (Tanzânia, Zâmbia, Zaire e Congo). Provavelmente, os EUA tentarão ser flexíveis na sua resposta às demandas da África acerca da Rodésia, caso, em troca, assegure os seus interesses económicos e políticos noutras regiões da África Austral. Isto pode tornar-se uma questão importante da conjuntura dos países africanos com os EUA. Depois da recente visita de Mwaange, o ministro dos Negócios Estrangeiros, aos EUA (antes da Sessão da Assembleia-Geral), notou-se algo diferente, mais subtil, na relação da Zâmbia quanto aos EUA. Trata-se, ou tacticamente mudam a atitude acerca dos EUA, ou uma ilusão como resultado da actuação ofensiva dos EUA, principalmente naqueles sectores onde a UNIP ainda não garantiu um maior controlo (notou-se uma ofensiva ideológico-política dos EUA — filme, rádio, televisão; maior engajamento económico; siderurgia; venda de 100 camiões; conversações acerca de locomotivas diesel, etc.). Isto reflecte-se, parcialmente, também na vida política interna da Zâmbia, Acerca disso, informámos, nosso n.º648. Tudo isto aponta para que os EUA serão mais ofensivos nesta região, mas

com novas posições, segurando nas suas mãos a chave para a resolução dos principais problemas nesta parte do mundo. Livres das hipotecas portuguesas, eles vão tentar valorizar isso com a criação de uma atmosfera política mais favorável para a sua actividade nos independentes e recém-libertados países da África Austral.

b) Em relação à África, a URSS aplicou uma política selectiva, pelo que a África Austral, caso se descontar as actividades em relação a alguns movimentos de libertação, foi relativamente negligenciada. Todavia, a URSS através da exposição dos seus interesses no Oceano Índico relevou os seus objectivos a longo prazo, até então latentes, em relação a África Austral. Os erros que efectuou nas relações iniciais com a Tanzânia e a Zâmbia, forçaram-na à defensiva nesta região. Isto não foi para a URSS, em dado momento, um golpe tão forte, porque as posições dos EUA eram fracas nos países africanos [4.ª p.] independentes (em particular, na Zâmbia e Tanzânia). Com as mudanças em Portugal, sobretudo na actual intensa luta em torno de Angola, a URSS começou a interessar-se mais por toda esta região. Recentemente, o chefe do MNE da URSS para África visitou alguns países africanos, entre os quais também a Zâmbia, onde teve muitas numerosas e intensas conversações, incluindo também conversações com Kaunda. Na segunda metade de Novembro, Kaunda viaja numa visita de sete dias à URSS. Penso que estão a ponto de melhorar as relações entre os dois países, os interesses zambianos e soviéticos, mesmo com posições diferentes, coincidiram. Evidentemente, a URSS não quer ficar para trás das outras duas potências nesta região, em particular, no momento da descolonização de Angola, onde também a URSS vê as suas potenciais possibilidades. Na verdade, por agora, a URSS não tem grande espaço para a sua actuação. O seu prestígio político e potencial económico não se encaixa nos actuais fluxos imediatos nesta região. Todavia, a URSS tentará seguramente que a sua presença se sinta mais do que até agora.

Para a Zâmbia, a URSS é importante, sobretudo com o que equilibra na balança em relação aos EUA e como factor de pressão nos EUA. Depois da visita à URSS, não se deve excluir de que Kaunda faça uma visita aos EUA, o que seria para a Zâmbia de grande importância, tendo em conta os futuros planos de luta na África Austral. Todavia, por isso, é característico notar que a Zâmbia, que receava muito a rivalidade das grandes potências nesta região, agora, por meio das relações com todas as três grandes potências, procura também um equilíbrio necessário e espaço de manobra para assegurar os seus interesses, embora assim, objectivamente, cria condições também para a rivalidade das grandes potências na África Austral.

c) A China assegurou a sua posição política, moral e, parcialmente, económica nesta parte do mundo, em particular na Tanzânia e Zâmbia, graças, principalmente, à entrada flexível nestes países e da hábil utilização de uma espécie de vácuo criado pela ausência de duas grandes potências [5.ª p.] nesta região, que estavam preocupadas com a Ásia, Europa, Próximo Oriente e Mediterrâneo, e cuja reputação e prestígio eram relativamente baixos aqui também por outros motivos (os EUA por causa de Portugal, a URSS por causa dos erros cometidos nas relações). A reputação moral chinesa, os

progressos no desenvolvimento, determinados aspectos do sistema (disciplina e mobilização de massas) são altamente cotadas nesta parte do mundo. A China esforça-se para estabilizar e assegurar a longo prazo as actuais posições económicas e políticas. Ao mesmo tempo, ela actua activamente no comprometimento da URSS, enquanto é menor a propaganda presente contra os EUA, excepto quando se menciona a cooperação «imperialista» americano-soviética. Provavelmente, a China atingiu um grau muito alto de relações devido ao seu real potencial e possibilidades de adaptação às actuais tendências de desenvolvimento nesta região. As outras duas potências dispõem de arsenais mais poderosos e variados, tecnicamente e economicamente, para uma actuação nesta região — poder militar, potencial técnico e tecnológico. Caso a URSS e os EUA estiverem mais presentes nesta região, tanto mais a posição da China se reduzirá, cada vez mais, ao seu prestígio moral e político nesta parte do mundo. A China foi aceite pelos países africanos, porque até agora não representou perigo para a sua independência. Será que, também, a China assim se comportará no quadro de uma maior rivalidade com os dois parceiros mais fortes, é difícil por agora de prever.

## 2. Alguns aspectos das relações político-sociais nas condições da actual descolonização.

As mudanças, em Portugal, com os seus elementos de progresso e democratização, a rápida dinâmica da descolonização como o processo sociopolítico actuaram nas relações entre os países desta região, além de um certo efeito coesivo, igualmente como factor da luta pelo prestígio político e para a polarização no quadro do desenvolvimento das relações democráticas. [ 6.ª p.]

O grau e o conteúdo alcançados de descolonização na Guiné-Bissau e Moçambique são, pela sua essência, radicais e, ao mesmo tempo, revolucionários, porque as forças, que assumiram o poder, têm possibilidade de organizar um desenvolvimento autóctone, independente e progressivo. Nesta questão importante, a descolonização incentivou também a luta pela determinação dos rumos sociopolíticos. Igualmente, é cada vez mais evidente que a Zâmbia, Tanzânia e o Congo procuram que os actuais processos de descolonização canalizem no quadro do conceito do seu actual desenvolvimento — portanto, o menos possível de autoctonismo e vanguardismo, e mais obediência em relação ao irmão «mais velho». O Zaire encontrou-se nas mesmas posições com Spínola a respeito da avaliação da descolonização até aqui. A FRELIMO e o PAIGC não deram suficiente espaço, nem tempo para várias combinações de factores externos, pelo que o processo de descolonização nestes dois países tomou um curso muito radical e revolucionário. Uma verdadeira luta pelo prestígio e influência, no quadro dos chamados países mandatários (Zaire, Zâmbia, Tanzânia e Congo), começou nos preparativos da descolonização de Angola. Sob o efeito de factores externos foi fraccionado o movimento de libertação em Angola, foram criadas fracções no MPLA e, nos últimos tempos, criam-se um grande número de grupos e organizações políticas no país.

Em Angola, na questão da luta ao redor do poder efectua-se a polarização entre os países mandatários, também sob o efeito das grandes potências, arranjos para personalidades e movimentos individuais, em que os objectivos básicos da descolonização são muitas vezes perdidos de vista. As

essenciais diferenças políticas e prestigiosas existem entre o Zaire, por um lado, e os restantes países pelo outro. Embora isso, no quadro da tripla cooperação, se tenha remendado e ocultado, desde o início, o Zaire num esforço para assegurar a sua [ 7.<sup>a</sup> p.] posição e influência em Angola, colocou-se por trás da FNLA e de Roberto Holden. Ao mesmo tempo, tentou, no que teve um certo tempo também o apoio dos restantes países mandatários (Zâmbia, Tanzânia e Congo), isolar o Dr. Neto no MPLA, de se dividir o MPLA em fracções. Apoiando Mobutu, ou melhor dizendo, encontrando uma linguagem comum com ele, na questão da personalidade de Neto, a Zâmbia e a Tanzânia tentaram procurar tais soluções na direcção do MPLA que limitaria o radicalismo e a orientação de esquerda (pró-soviética), pelo que Neto foi acusado. Estas contradições ainda se agravaram mais depois das mudanças em Portugal. Mobutu permaneceu intransigente por trás de Roberto Holden, como futuro presidente de Angola e, nesse objectivo, teve também conversações secretas com Spínola. Tais conversações só confirmaram ainda mais claramente as intenções do Zaire, o que potenciou as suspeitas dos restantes países mandatários quanto ao Zaire. Para deter tais suas intenções, a Tanzânia e a Zâmbia voltaram-se, de novo, para o reforço da unidade no MPLA, mas agora com mais compreensão em relação a Neto, considerando que sem Neto não pode haver MPLA e, sem um forte MPLA, coloca-se como real perspectiva da penetração da FNLA, e assim de Mobutu e os EUA em Angola. No momento actual, eles construíram tácticas claras — a unidade do MPLA, chefiado por Neto, frente unida com a FNLA com, já agora, acordada a repartição dos lugares para o governo provisório de Angola. Eles estimam que, numa tal coligação, o MPLA tem um apoio muito mais amplo nas bases do que a FNLA. Com a insistência na frente comum MPLA-FNLA, com que, também, agora, Neto concorda, a Zâmbia e a Tanzânia vêem, provavelmente, a possibilidade de limitar, dentro desse quadro, tanto o radicalismo quanto a orientação de esquerda de Neto.

A polarização começou, o jogo táctico na luta pelo poder continua. As perspectivas não são claras. A colocação por trás de diversas forças, em Angola, [8.<sup>a</sup> p.] apenas começou. As forças militares, em Angola, têm a chave de ouro nas suas mãos. Por isso, o processo de democratização em Portugal e a descolonização em Angola são um processo único, porque somente neste contexto se pode perceber as tendências que acompanham a descolonização de Angola. Parece-nos que a actual táctica da Zâmbia e da Tanzânia é muito realista, embora também seja também muito ilusória. Assim sendo, é preciso esperar que Mobutu se esforce, envolvendo-se mais e mais no seu jogo o Chipenda, que também continue a apoiar a divisão no MPLA com o objectivo de que, em tais condições, vá para a criação de uma frente comum entre Roberto Holden e Chipenda, deixando de lado Neto.

A reunião do CC do MPLA, com base no acordo de Brazavile, depois de um longo adiamento, deverá começar, sob a direcção de Neto, durante esta semana em Lusaca. Isto será, depois do insucesso do congresso realizado, um segunda ronda da competição táctica, onde confrontar-se-ão, ainda mais claramente, tanto as forças internas de Angola, como também os factores externos. Igualmente,

permanecem outros perigos reais de que Angola se torne na arena de lutas internas com uma ingerência muito directa de potências exteriores.

### 3. Alguns problemas económicos desta região.

Os países ocidentais mantêm ainda as posições-chave económicas nesta parte da África (sobretudo anglo-americanos). Nestes últimos tempos, igualmente, é visível a presença cada vez maior de outros países ocidentais (países escandinavos, RFA, Itália, Canadá e Japão). Tendo em conta a riqueza natural desta região, em particular a respeito das matérias-primas estratégicas, realmente, é de esperar uma concorrência mais acentuada quanto à exportação de capitais e equipamentos para este mercado. A este respeito, por agora, o Ocidente tem certas vantagens. Com créditos mais favoráveis, com a construção da linha ferroviária Tan-Zam, etc., a China está presente economicamente nesta região, embora o seu potencial [ 9.<sup>a</sup> p.] económico limita-a na concorrência com o Ocidente. Por agora, a URSS não tem uma presença económica significativa neste mercado. Dos países socialistas, um maior engajamento mostram a Roménia e, nos últimos tempos, a RDA.

As relações económicas entre os países africanos nesta região são pouco desenvolvidas. Depois do bloqueio da Rodésia, a orientação económica actua mais nessa direcção (linha Tan-Zam, oleoduto, ligação do sistema energético, etc.). A OUA é ineficaz no campo das relações económicas. O grau existente de cooperação regional é prejudicado pelos factores políticos e de prestígio e pela influência das potências exteriores. As resoluções da IV Conferência dos Chefes de Estado e Governo dos Países Não-Alinhados que se relacionam com as questões económicas não deram, até agora, um impulso mais significativo ao desenvolvimento das relações económicas nesta região. Elas receberam um pequeno lugar na prática política destes países e perde-se no seu pragmatismo.

A descolonização de Moçambique e Angola com mais as tendências de libertação também de outros países africanos abrem novas perspectivas económicas nesta região. No contexto de tal desenvolvimento e perspectivas, a avaliação das posições económicas torna-se uma questão muito actual — cada um dos países reexamina o seu lugar nestas novas condições. Uma certa polarização em redor das vias e meios do desenvolvimento económico é inevitável neste processo, no qual, estão envolvidos também forças exteriores, que como tais influenciam os cursos do desenvolvimento económico. As vias do desenvolvimento económico e as formas de cooperação económica já aparecem como uma questão actual. A confrontação básica está, por um lado, no neocolonialismo como potencial perigo e, noutro lado, numa escala muito ampla de outras vias de desenvolvimento económico (vias socialistas próprias, certas formas de capitalismo estatal com propriedade privada, etc.). [ 10.<sup>a</sup> p.]

A respeito de formas de cooperação interafricana já estão presentes tendências de estreito e amplo regionalismo até ao multilateralismo africano mais amplo.. Os países africanos já reexaminam em quais formas de enquadramentos de cooperação estariam melhor representados os seus interesses económicos. Para alguns países como são a Zâmbia e a República Central Africana não lhes convém

um estreito regionalismo, porque isso tem o perigo do seu relativo isolamento. Por isso, considerando a sua posição geográfica, a Zâmbia desenvolveu uma actividade de ligação económica, numa base a longo prazo, com os países vizinhos (Tanzânia e Zaire), vendo nisso o caminho para evitar uma posição económica subalterna e isolada. Durante a visita ao Lesoto, o ministro dos Negócios Estrangeiros zambiano acentuou bastante a necessidade da criação da «comunidade económica da África», o que mostra, evidentemente, que à Zâmbia não lhe convém um estreito regionalismo. Na verdade, ele não elaborou mais esta ideia, deixando-a que ela também se envolva na reflexão acerca das formas de cooperação entre os países africanos.

A luta para o reforço das posições de prestígio e económicas estão muito presentes no processo de descolonização da África Austral. Também, a descolonização de Angola terá um significado muito grande para o seguinte desenvolvimento das relações económicas nesta parte do mundo. O lado em que Angola se encontrará, terá uma vantagem significativa na posição económica. O Zaire com Angola, com o apoio dos EUA, teria uma influência inapreciável no desenvolvimento económico da África Austral (a Zâmbia encontrar-se-ia numa posição muito delicada). Nisto está a essência de todas as complicações e das lutas mais controversas em redor da descolonização de Angola. Caso, em Angola, vençam as forças que, activamente, se empenharam por uma Angola não-alinhada e independente, isso será um forte factor para um maior desenvolvimento progressivo da África. O desfecho da descolonização em Angola dará uma marca muito significativa no desenvolvimento económico na África Austral. [ 11.ª p.]

##### 5. O Não-Alinhamento e Descolonização.

O processo da descolonização não foi acompanhado por uma firme definida dimensão não-alinhada pelos movimentos de libertação. A plataforma de não-alinhamento como orientação do movimento que assumiu o poder não foi suficientemente acentuada. Isso foi, por um lado, a expressão da situação no movimento (diversas influências e, por outro lado, das condições gerais, em que a descolonização ocorreu. Nem os países africanos independentes e não-alinhados não deram o necessário impulso a este respeito. O praticíssimo zambiano pôs demasiado de lado a dimensão não-alinhada na sua política externa. Contra o Não-Alinhamento actuam todas as três grandes potências, cada uma da sua maneira, e isso será ainda mais evidente quanto os novos países recém-libertados sejam determinados na preservação da sua independência e soberania no quadro da política não-alinhada. O Não-Alinhamento é para estes países a única alternativa perante as pressões de diversas partes. Precisamente por isso, o Não-Alinhamento deveria ser definida mais claramente como uma componente importante da descolonização. O Não-Alinhamento precisa de receber novos impulsos, um novo rejuvenescimento por meio da criação de novos países africanos independentes nesta região. [ 12.ª p.]

A este respeito, a posição da Zâmbia e da Tanzânia é bastante significativa. Do seu comportamento e actividade no quadro dos não-alinhados dependerá consideravelmente um maior

reforço da influência do Não-Alinhamento nesta parte da África. Por isso, é muito importante que, em todas as acções não-alinhadas, se procure empenhar ao máximo a Tanzânia e a Zâmbia, que como tais, actuarão também em toda esta região do Sul.

#### 6. Directrizes estratégicas e táticas para uma maior actividade na África Austral.

As mudanças em Portugal, que apanharam os países africanos austrais insuficientemente preparados para tal desenvolvimento, forçaram-lhes a ver de forma mais abrangente os seus objectivos estratégicos e táticos como as acções no quadro do actual processo de descolonização. O acento estratégico continua a estar na descolonização e na mudança dos regimes minoritários na África Austral. No desenvolvimento democrático de Portugal vê-se a garantia da condução da descolonização até ao fim nos territórios portugueses. Todavia, para estes países, Portugal é ainda uma dúvida a respeito do seu desenvolvimento interno. Existe o receio de que a forte influência das forças de esquerda poderiam ter efeitos no processo e direcção da descolonização, que poderia estimular todo um desenvolvimento sociopolítico maior do que os países africanos independentes estão preparados para aceitar na sua actual fase de desenvolvimento. O receio do reforço das forças reacçãoárias em Portugal, com as suas consequências para um maior agravamento da situação nos territórios portugueses em África, é ainda maior. Na verdade, na situação em Portugal, olha-se de forma diferente dependendo de qual posição se aborda (Zaire i Zâmbia não olham do mesmo angulo, o MPLA e a FNLA não vêm o mesmo, etc.).

No quadro dos objectivos desenhados — descolonização e mudança dos regimes minoritários —, a direcção tática do golpe é agora a Rodésia (pressão externa e interna), descolonização da Namíbia, separação da RAS da Rodésia e impedimento da sua ingerência no processo da descolonização e do desenvolvimento interno dos países recém-libertados (agora, acentua-se a retirada dos instrutores militares da RAS das unidades militares organizadas de «settlers» brancos em Angola). A acção política quanto ao governo minoritário da RAS é tática num segundo plano. De facto, aspira-se a criar condições para a mudança na Rodésia, pelo que as pressões em relação do distanciamento da RAS da Rodésia podem ser muito significativas [ 13.ª p.] (isto não significa que, politicamente, também não se deixe de condenar mais a RAS pela discriminação racial). Com a mudança na Rodésia, a descolonização na Namíbia, uma frente dos países africanos independentes cercará a RAS, o que irá criar as condições necessárias para que as forças negras internas dêem a vitória à maioria na RAS. Na realização destes objectivos estratégicos e táticos dos países africanos, sobretudo a Zâmbia, contam com aqueles países que estão ligados e têm influência na RAS, em primeiro lugar os EUA, a Grã-Bretanha e RFA (com a França não se conta). Por isso, os países africanos partem do ponto de vista de que eles não estão em condições, sozinhos, de ter influência na RAS, porque qualquer tentativa nessa direcção somente comprometeria os países africanos aos olhos da população negra na RAS. - Vukolitch

Distribuído: 7.ª direcção, Gab.PR, Dolants, Grlitchkov, Minitich, Moísov, M. Tchetinitch, Bakotchevitch, Obradovitch, Komatina, Vrhunets, Militchevitch, Cheferovitch, Grupo dos Não-Alinhados, GAP, 2.ª, 3.ª e 4.ª direcção, SII, arquivos confidenciais.  
*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

#### **148 | Estocolmo, A situação em Portugal ainda pouco clara e segura]**

Embaixada da RSFJ - Estocolmo449622  
Número 516/74  
15/10/1974  
SFNE -

Segundo as informações com que dispõe o MNE sueco, a situação em Portugal era ainda pouco clara e segura. O longo período fascista deixou profundas marcas: a falta de qualquer vida política. Aqui, as massas sempre seguiram líderes e personalidades e, por isso, de um dia para outro, podia-se chegar a diversas mudanças e combinações. E, precisamente, nestes factos, se encontram os perigos para Portugal de ter o destino de um Chile.

Nos últimos seis meses, Portugal efectuou mudanças muito importantes e radicais, em particular, no plano da política externa (libertação da colónias) o que conduziu ao indispensável rompimento com a direita, de quem é Spínola o notório representante. Coloca-se uma questão muito séria acerca do que se segue. Será que o actual governo conseguirá criar um programa aceitável para todos, ou sob a pressão de toda a direita ir longe demais para a esquerda. Então, seguramente, podia-se esperar a implementação da doutrina de Ford. Por outras palavras, criar-se-iam todas as condições para a CIA americana avançasse de novo.

Um Portugal moderno e radical só pode «sobreviver» sob a condição de ficar dentro da OTAN e do mundo ocidental. Caso contrário, inevitavelmente, ameaça-o a intervenção. Nesse sentido, aqui considera-se que para Portugal era uma verdadeira tragédia que os comunistas sejam ali a única força organizada e todas as restantes fracas e insignificantes, e é isso, precisamente, que levanta dúvidas e poderia ser um motivo para uma acção americana. Até agora, os comunistas comportaram-se muito razoavelmente e com bastante tacto, mas o que será se decidirem ir, sob a pressão dos acontecimentos, mais longe.

De acordo com estas avaliações, a única saída para Portugal está também no reforço das restantes forças democráticas no quadro da sociedade portuguesa, que seriam capazes de neutralizar as reivindicações extremistas da direita e da esquerda. De acordo com tais considerações, eles decidiram também algumas concretas medidas e ajuda. Supostamente, a pedido de Soares, o PSD e os sindicatos suecos iam enviar para Portugal uma maciça ajuda técnica e gente que ajudará o partido socialista e os sindicatos a se reorganizar e pôr-se de pé, encontrando-se, no entanto, a proposta perante do executivo do PSD sueco, mas ainda nada de concreto foi decidido.

(da conversação Tisma – chefe da Secção da Europa Ocidental, Thyberg). – DJunov.  
Entregue: 3.<sup>a</sup> direcção, Gab. Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Militchevitch, Komatina, UID, GAP, 5.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Direcção.

*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

---

**149 | Dar es Salam, Reunião de Agostinho Neto com diplomata jugoslavo]**

*FORA DE CIRCULAÇÃO (carimbo)*

*Para utilização limitada*

Embaixada R S F J - Dar es Salam 449635

Número 468

16 / 10 / 1974

S F N E –

O Dr. Neto (MPLA Angola) na conversação com Vemitch;

Agradeceu ao camarada Minitch por ter autorizado a utilização técnica dos nossos meios de comunicação com Portugal desde Dar. Pediu, também, que lhe fosse autorizado o mesmo a partir de Lusaca.

Chegou, urgentemente, a Dar para falar acerca da situação mais recente em que se encontra o MPLA. Com efeito, em Lusaca, não conseguiu realizar a reunião do CC MPLA porque Chipenda não quis vir à reunião (as fracções de Chipenda e de M. Andrade têm, respectivamente, no CC, 13 e 10 membros). Segundo a avaliação do Dr. Nero, definitivamente, Chipenda passou para o lado de Mobutu e de H. Roberto (FNLA) e deseja impor como o único representante do MPLA. Os esforços mais recentes dos adversários do MPLA são dirigidos, agora, no seu isolamento. Isto é evidente após as conversações separadas de Mobutu com Spínola, dos contactos do enviado especial de Costa Gomes com Mobutu, a FNLA e Chipenda, da recusa das fracções de Chipenda e de M. Andrade de participarem na reunião do CC do MPLA e das hesitações de Mário Soares de entrar em conversações directas com o Dr. Neto. O MPLA começa também a perder posições em Angola porque as pressões de Mobutu, Holden e Chipenda são muito fortes e em cooperação com o apoio dos EUA. Ao mesmo tempo, tardava o apoio ao MPLA por parte do bloco dos países socialistas. Agora, o MPLA precisa um maior apoio político, financeiro, material e militar. Neto chegou a Dar com o objectivo de consolidar a posição do MPLA. Ontem, teve conversações com Samora Machel (FRELIMO) que lhes dá, de resto, um franco e enorme apoio moral. Hoje, encontra-se com Nyerere. Dos países africanos, a Tanzânia presta-lhes o maior apoio, enquanto na Zâmbia goza de uma maior benevolência do que antes. Quer uma ajuda mais activa dos países africanos e, ao mesmo tempo, conta também com o apoio da Jugoslávia. Ontem, teve uma reunião com os representantes dos países socialistas em Dar (URSS e os países do bloco), excepto a Roménia e a China. Não nos convidou porque considera que tanto a nós como ao MPLA convém mais a posição independente jugoslava. Nos romenos não tem muita confiança e a China ajuda somente a FNLA. Na reunião, colocou directamente a pergunta do apoio ao MPLA. Todavia, a resposta foi

bastante evasiva e reservada. Causa-lhe espanto a atitude da URSS que presta implicitamente apoio ao Chipenda e assim ao Mobutu e à FNLA (indirectamente também aos americanos).

Entre outras questões que apresentou ao seu interlocutor, Agostinho Neto mostrou interesse em saber a opinião jugoslava acerca da atitude da URSS e apreciaria o seu papel de intermediário na explicação do significado e da autenticidade do MPLA, mas igualmente na apreciação do jogo duplo de Chipenda. Não lhe era claro se a atitude soviética tinha alguma ligação com a política de «détente» com os EUA, ou talvez considerassem Chipenda como um verdadeiro representante dos interesses do povo angolano. Porém, o MPLA não podia aceitar soluções para Angola em bases tribais e raciais.

Ao MPLA era necessário o apoio dos países socialistas, principalmente militar (armas automáticas e antimísseis), porque com ele melhorava a sua posição em relação às restantes fracções, o Zaire e Portugal, como também com alguns países africanos. Ademais, o MPLA goza um total apoio dos países escandinavos. Neto concluiu que, desta vez, o apoio dos países africanos ao MPLA era mais forte do que o dos países socialistas, o que era bom e mau.

Observação: a conversação teve lugar em casa do Dr. Neto. Em traços largos, informei-o acerca dos nossos contactos com Portugal e os apoios que lhe prestamos. No dia seguinte, parte para Lusaca. Caso consiga, informar-me-ia, esta noite, acerca das conversações com a FRELIMO e Nyerere. Estaria interessado em saber a opinião do ministro tanzaniano, John Malecela, acerca de Angola, caso este falou sobre isso em Belgrado. Além disto, bastante deprimido pela falta de apoio da URSS, acerca do que, também, iria falar com Nyerere.

Kovatchevitch

Entregue: Chefe da 7.<sup>a</sup> Direcção, Gab. Dolants, Minitich, Moísov, gen. Hodjitch, M. Tsetinitch, Bakotchevitch, Komatina, Militchevitch, chefe 3.<sup>a</sup> Direcção, UID, GAP, Grupo dos Não-Alinhados, SII e arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-225 (Angola e Moçambique-1974)*

### **150 [Dar es Salam, Reunião de Agostinho Neto com diplomata jugoslavo (continuação)]**

Embaixada R S F J - Dar es Salam

Número 469

17 / 10 / 1974 - ddd -

S F N E -

Continuação do nosso: 468, Dr. Neto a Vemitch:

Os representantes da FNLA (H. Holden) e de Mobutu partiram para Luanda para negociações acerca da concessão da independência de Angola. Ao mesmo tempo, o principal representante da Junta portuguesa em Angola convidou o Dr. Neto a ir com urgência a Luanda.

Todavia, Neto viajou, ontem, de avião para o interior da Tanzânia com Samora Machel para uma reunião com Nyerere. Consideraram a recente situação em Angola e a actividade separada de Mobutu. Nyerere está muito deprimido e desapontado com essas actividades de Mobutu. Sente-se

enganado porque se mostrou que os seus esforços e de Kaunda para unirem os movimentos de libertação angolanos, na verdade, acabaram por servir somente os interesses de Mobutu. Nyerere informou Neto e S. Machel que tomariam rapidamente as seguintes medidas: 1.) fornecer ao MPLA (Dr. Neto) toda a necessária ajuda material e militar e, principalmente, os meios para o transporte do material para Angola; 2.) pedir a Portugal (Gomes, Gonçalves e Soares) que envie uma delegação a Dar es Salam para consultação acerca da independência de Angola e conversações com o Dr. Neto; 3.) irá falar com o embaixador chinês em Dar es Salam sobre os danos do apoio chinês só à FNLA porque isso, por fim, só era vantajoso para Mobutu e os interesses dos EUA, e pedirá que a China abraque a ajuda à FNLA; 4.) falará com o embaixador soviético e intervirá para uma maior ajuda dos países socialistas ao MPLA; 5.) Igualmente, Nyerere convocou uma reunião, ontem à noite, do Dr. Neto com o primeiro-ministro Kawawa e o ministro da Defesa para a concretização da ajuda ao MPLA.

O Dr. Neto mostrou satisfação pela recente reviravolta da situação e porque Nyerere e Kaunda terem compreendido, por fim, a justeza da avaliação do MPLA quanto à questão do Zaire e dos interesses das grandes potências. Estimou que, apesar de tudo, foi decisivo o apoio de Samora Machel e da FRELIMO, o que também era compreensivo porque uma solução neocolonialista em Angola poderia ser um pretexto para uma acção semelhante em Moçambique. A reunião do CC do MPLA, que não se pôde realizar em Lusaca, agora, já não tinha a importância decisiva como antes. Neto viaja hoje para Lusaca, devendo regressar, no dia 27 ou 28 de Outubro, a Dar es Salam. Novamente, agradece a ajuda da Jugoslávia. Interessou-se em saber quando chegará a ajuda financeira que, agora, precisam urgentemente. Essa ajuda tinha sido anunciada no início do ano e foi-lhe comunicada que a sua entrega fora aprovada em Julho. Propusemos até um certo aumento tendo em conta as urgentes necessidades do MPLA. - Kovatchevitch

Entregue: Chefe da 7.<sup>a</sup> Direcção, Gab.Dolants, Minitich, Grlitchkov, Viditch, Moísov, Komatina, Militchevitch, Bakotchevitch, Obradovitch, chefe 3.<sup>a</sup> Direcção, chefes GAP, SII e arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-225 (Angola e Moçambique-1974)*

### **151 | O correspondente da Tanjug em Lisboa |**

Embaixada R S F J - Lisboa 4 5 0 7 4 9

Número 7

18 / 10 / 1974

S F N E -

Tendo em vista o desenvolvimento aqui como também as intenções da Tanjug de que Antonitch cubra também a Espanha que pode tornar-se cada vez mais actual, tem total justificação que se considere a nomeação de um correspondente permanente em Lisboa. Antonitch é muito cooperante e para a embaixada de benefícios grandes e indiscutíveis.

Entregue: Terceira Direcção, Gabinete de Berisavlhevitch, SKINF, UIK, Direcção da Imprensa, arquivos confidenciais,

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**152 | SFNE, Reunião para uma solução urgente dos problemas na Embaixada em Portugal |**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção da Europa Ocidental  
N.º 450149  
18 de Outubro de 1974

CONCLUSÕES

da reunião dos dirigentes das direcções e serviços competentes do SFNE acerca dos problemas do urgente acabamento e adaptação para um trabalho normal da Embaixada da RSFJ em Lisboa realizado, em 10 de Outubro de 1974, na Direcção da Europa Ocidental

A reunião foi convocada com o objectivo da apreciação das seguintes questões:

1. Problemas do pessoal da Embaixada;
2. Aspectos técnicos e de segurança da instalação da Embaixada e da residência do embaixador.

Na reunião, estiveram presentes: M.Maksitch, M. Stoiakovitch, A. Lah, V. Veskovitch, Dj. Radovitch, R. Dabetitch, eng. D. Ilitch, V. Lozina, I. Koíitch e D. Vutchitchevitch.

Começando pela necessidade de, no plano de pessoal e técnico-material, a Embaixada em Lisboa ser capaz de realizar, o mais breve possível, todas as tarefas da forma mais eficiente possível que surgem do actual desenvolvimento das relações jugoslavo-portuguesas e da nossa presença em Portugal, na reunião foram aprovadas as seguintes conclusões:

1. Efectuar o preenchimento urgente do cargo de secretário da Embaixada do quadro CD [*N.T.:Corpo Diplomático*]. Considerando a complexidade do trabalho deste cargo (problemática económica e consular, como também determinadas tarefas políticas), foi decidido que se realize, o mais rápido possível, o procedimento de nova sistematização deste lugar de trabalho e que o seu nível do previsto II sector /V-VI grupo/, se eleve a I secretário /V-IV grupo/, porque isso dá mais possibilidades para a escolha da personalidade com o perfil necessário. Foi acordado que a Direcção de Pessoal, não esperando a execução do procedimento formal acerca da nova sistematização, assegure a aprovação prévia do subsecretário e que imediatamente se proceda à selecção da pessoa adequada; [ 2.ª p.]

2. Apressar o procedimento para preencher o cargo de secretário técnico da Embaixada, em particular e devido ao facto da iminente partida do nosso embaixador em Lisboa. Constatou-se que o concurso foi efectuado e que existe a possibilidade de que esta questão se resolva em breve;

3. Depois de preencher os lugares de trabalho vagos, iniciar o processo para a abertura de um novo lugar de trabalho de II ou III secretário. A justificação acerca da necessidade da abertura deste lugar de trabalho e do perfil da pessoa deve ser dada pela Embaixada;

4. Foram consideradas as objecções das nossas embaixadas à escala salarial e decidido por agora de propor o seu aumento de 20%. A escala salarial é feita em base dos indicadores da ONU do período antes da mudança de Abril em Portugal, que são incompletos (as estatísticas da ONU não

acompanharam sistematicamente Portugal até hoje), as quais foram superadas pelo rápido aumento do custo de vida nos últimos meses, acerca do que a Embaixada deu os necessários dados;

5. O montante do subsídio de habitação, igualmente, adaptar-se-á à situação mais recente em Portugal e, partindo do princípio das escalas aprovadas, serão efectuadas as modificações necessárias para todos os casos concretos, de tal maneira, que serão aceites os custos de aluguer que ultrapassem a escala aprovada e com base nos regulamentos geralmente aplicáveis para as representações do CD e fundamentadas nos indispensáveis dados e relatórios da Embaixada.

6. Considerando que a Embaixada já se mudou para um novo espaço, provisório e alugado, é preciso efectuar todas as medidas técnicas e de segurança que são indispensáveis para o trabalho normal da Embaixada e para uma comunicação directa de mensagens cifradas.

No prazo de alguns dias, o Serviço de Segurança enviará a Lisboa uma sua equipa (dois especialistas) para que, no próprio local, efectue tudo o que é necessário nesse sentido, A urgência destas medidas e a necessidade de prestar-lhes uma atenção especial surgem também das circunstâncias de que no edifício, no qual está instalada a nossa Embaixada (do V ao VII andar), posteriormente mudou-se e a Embaixada da URSS (do I até ao IV andar). [ 3.<sup>a</sup> p.]

Igualmente, o Serviço de Comunicações enviará imediatamente o seu especialista para reparar a avaria na máquina de cifra, que foi provocada no transporte, e habilitar as ligações para funcionar.

7. Considerando o facto de que os actuais instalações, de resto previstas para o alojamento provisório da Embaixada e, em particular, por causa das circunstâncias de que, no mesmo edifício, se mudou, posteriormente, a Embaixada soviética (o que tem implicações políticas e muitas outras desfavoráveis), é preciso agora já começar uma rápida procura de uma solução apropriada para a instalação definitiva da Embaixada e para a residência do embaixador.

A Direcção de Assuntos Gerais enviará as necessárias instruções nesse sentido à nossa Embaixada, considerando que foi tomada a decisão de se examinar também as possibilidades da compra de edificios, na base dos regulamentos que isso permite.

Entregue: - Gabinete VPCEF e SF M. Minitch; - Gabinete SFA L. Moïsov; - Gabinete subsecretário N. Pribitchevitch; - Gabinete Emb. N. Militchevitch; - Chefes: Direcção dos Assuntos de Pessoal, Serviço de Segurança, Serviço de Assuntos Financeiros e Técnicos, Serviço de Comunicações, III Direcção; Arquivos.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **153 [ Nova-Iorque, Reunião com diplomata português ]**

Missão R S F J Nova-Iorque 451253

Número 235

18 / 10/ 1974

J. Ascensão, membro da delegação de Portugal na 29.<sup>a</sup> Sessão da AG – Brankovitch

Desde o primeiro dia da mudança, os EUA começaram com pressões e avisos explícitos de que "não podiam tornar-se vermelhos". Como as coisas nas colónias continuam a avançar e os socialistas e comunistas a ocuparem posições-chave no país, as pressões tornaram-se cada vez maiores e mais evidentes. A visita de hoje de Gomes a Washington foi a pedido de Portugal. Os principais temas das

conversações continuam a ser a evolução interna e a orientação de Portugal e sua filiação na OTAN. Por seu lado, eles insistem que os EUA cessem com as ingerências e a "preocupação" de que eles se tornam "vermelhos" ou não. Estão decididos a tomar eles próprios as suas decisões acerca da sua organização interna e a orientação no plano externo. Os americanos estão preocupados com a sua filiação na OTAN. Portugal continua a ser membro da OTAN, mas aos americanos será dito claramente que não vão permitir a ninguém ter bases ou estacionar tropas no seu território. A respeito do futuro estatuto na OTAN insistirão num estatuto semelhante ao que tem a França. – Petritch

O telegrama foi distribuído 24/10/74: 3, 4 e 5.<sup>a</sup> direcções, Gab. Minitch, Moïsov, Militchevitch, Obradovitch, gen. Dolnitchar, gen. Hodjitch, UID.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

#### **154 [Belgrado, Informação da Presidência do CC LCJ acerca do protesto do PCP ]**

SECCÃO DAS RELAÇÕES E

LIGAÇÕES INTERNACIONAIS DA PRESIDÊNCIA DO CC LCJ

1906 Conf. nº: 832/1

Belgrado, 18/Outubro/1974

#### INFORMAÇÃO

acerca do protesto do PC de Portugal por ocasião da próxima visita da delegação ASPTJ ao Partido Socialista de Portugal.

A delegação da ASPTJ deveria visitar, a convite do PS de Portugal, Portugal em Outubro deste ano. Por causa da preparação do golpe de Estado de Spínola a visita da delegação da ASPTJ foi adiada. O PS propôs a chegada para depois de 20 de Outubro deste ano, e a ASPTJ para fim deste ou início do mês seguinte deste ano.

Propusemos que um membro do CC LCJ na composição desta delegação visitasse e tivesse conversações com CC PC de Portugal. A sua resposta foi não só recusar, mas também pediram que se adiasse a sua chegada. Os seus argumentos foram: a) as fracas relações entre o PC e o PS de Portugal porque estes não seguem o acordo comum de cooperação e, supostamente, na prática trabalha contra os interesses do PC; b) o PS usurpou a actividade dos Negócios Estrangeiros que detém M. Soares; d) O PC ainda não recebeu delegações de outros partidos e deram a saber que isso deverá ser, em primeiro lugar, com alguns PC da Europa Ocidental e países socialistas.

O CC PC de Portugal entregou, em 27 de Setembro de 1974, também uma carta ao nosso encarregado de negócios, na qual se diz: a) até ao acordo da visita da delegação da ASPTJ ao PS chegou-se sem consulta com o PC de Portugal. Souberam da visita, supostamente, pela imprensa; b) a direcção do PC considera que esta visita provocará danos ao PC e suas bases tendo em conta que o PS se comporta incorrectamente em relação ao PC de Portugal; c) consideram que a visita devia ser anulada, e os contactos com o PC acordá-los para tempos mais apropriados e posteriormente. Nas conversações,

sublinharam que a LCJ não aceitou a sua proposta de, neste período, não se estabelecer relações diplomáticas com Portugal.

É evidente que o CC PC de Portugal tenta [ - 2 - ] impor-nos a sua posição, segundo, a qual, eles têm o monopólio das relações e da cooperação da LCJ e outras organizações sociopolíticas com as correspondentes organizações em Portugal. A sua posição é semelhante à posição do CC PC de França.

A delegação da LCJ que foi à Reunião Consultativa em Varsóvia deverá conversar sobre isto com os representantes do CC PC de Portugal.

A n e x o: Carta do CC PC de Portugal.<sup>102</sup>

Enviado:

- Aos membros do Comité Executivo da Presidência do CC LCJ.
- Arquivo da Secção.

*AJ,507,103*

### **155 [Nova-Iorque, Visita Costa Gomes aos EUA (discurso na ONU e conversações com Ford) ]**

Missão R S F J Nova-Iorque 450598

Número 1779

19 / 10/ 1974

SFNE –

Durante a estadia nos EUA, onde chegou para conversações com Ford, o presidente português, F. C. Gomes, apresentou-se perante a AG com um discurso breve e de princípios, sem entrar em pormenores e uma exposição de posições concretas, essencialmente, repetiu o que no seu discurso, na XXIX Sessão da AG, já tinha dito o ministro dos N.E. Soares. Sublinhou que o objectivo principal da revolução é de restaurar o respeito próprio ao povo português por meio das instituições democráticas pluripartidárias, pela legalizada expressão livre da vontade da população e não estatal, processo definitivo da descolonização dos territórios sob a sua administração. No país, querem realizar um processo de democratização, «para libertar o cérebro do veneno que nele foi despejado por meio século de propaganda da extrema-direita», criando no país uma atmosfera de tolerância política, baseada num sistema pluripartidário. Sobretudo, salientou o papel e a importância da Nações Unidas e disse que o novo Portugal tenciona e está em condições de cumprir os artigos da Carta e todas as obrigações políticas, económicas e financeiras que tem em relação à comunidade internacional.

No que diz respeito aos territórios sob a sua administração «sabe como evitar modelos estereotipados e encontrar para cada território a melhor solução que [2.ª p.] garantirá o nascimento de novos estados». Na esfera das relações internacionais, intensificará as ligações económicas e políticas com os países tradicionalmente amigos e com todos os povos do mundo. Realçou as ligações históricas e o desejo por uma cooperação mais estreita com os países latinos, africanos e árabes e, em geral, do «terceiro mundo». Igualmente, apelou à comunidade internacional que não os condenem mais e prestem total apoio ao novo Portugal. Solicitou que a ONU e as suas agências especializadas levantem todas as

<sup>102</sup> Este documento (original ou cópia) não foi encontrado.

restrições e embargo nas relações com Portugal. A situação pré-democrática do país, afectado pelas dificuldades económicas e financeiras serão superadas mais eficazmente caso os países democráticos estiverem dispostos a prestar ajuda material e moral, com um justo custo financeiro e político. Apelou que, quanto antes, as grandes potências avancem para o desarmamento para que, dessa maneira, se libertar recursos que podiam ser utilizados para o desenvolvimento económico. No final, mais uma vez, salientou a importância da ONU e agradeceu a todos os países africanos que até agora estabeleceram relações diplomáticas com Portugal. No final do discurso, foi saudado com um forte aplauso, que lideraram também alguns africanos (Zâmbia, etc.). Depois do discurso, foi felicitado por um grande número dos representantes africanos e por nós.

Evidentemente, a actuação de Gomes visava obter, essencialmente, o apoio para o fim do embargo, sobretudo apontando [3.<sup>a</sup> p.] para a mudança em Portugal, que o novo regime é forte, o que uma parte da imprensa daqui tentou interpretar segmentos do discurso de Gomes acerca da democracia como destinados a convencer os EUA de que não existe o perigo do «comunismo» em Portugal.

No mesmo dia, pela tarde, Soares, que com o presidente tinha regressado a Nova Iorque, teve uma reunião com os chefes das delegações dos países africanos. Apelou para o mais breve possível estabelecimento de relações diplomáticas com todos, anulação do embargo nas agências especializadas e a aprovação de «resoluções o mais construtivo» acerca do problema dos territórios portugueses no quarto comité. Embora, a maioria, a sua exposição e petições foram recebidas com compreensão, não obteve uma concreta promessa definitiva. Certos africanos, principalmente, os representantes dos movimentos de libertação, desaprovaram que nem Gomes no discurso, nem Soares na reunião não disseram nada de novo e que evitaram dizer o que fosse, preciso e concreto, acerca da solução do problema de Angola e restantes territórios sob a sua administração.

Uma série de embaixadores africanos disseram-nos, de resto, que concordam que se deve apoiar o regime português (considerando também os graves perigos e a ingerência estrangeira em Lisboa dirigida ao seu derrubamento). – Petritch

Distribuido: UMO, Gabinete Presidente da República, Stambolitch, Minitch, gen. Lhubitchitch, Javorski, Moïsov, Komatina, Militchevitch, Badurina, terceira, quarta e sétima direcções.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**156 [ Belgrado, Nota da Presidência do CC LCJ acerca da conversação, em Varsóvia, com a delegação do PCP na Reunião Consultiva dos PC da Europa ]**

SECÇÃO DE RELAÇÕES E LIGAÇÕES  
INTERNACIONAIS DA PRESIDÊNCIA DO CC LCJ  
1906 Conf. nº: 836/1  
Belgrado, 21/Outubro/1974

NOTA

acerca da conversação do secretário do Comité Executivo da Presidência do CC da LCJ Dr. ALEKSANDAR GRILITCHKOV com os membros do CC do PCP CARLOS ABOÍM INGLÊS e AURÉLIO MONTEIRO DOS SANTOS, que na qualidade de representantes do PC de Portugal participaram na Reunião Consultativa dos PC da Europa em Varsóvia, em 17 de Outubro de 1974.

A reunião foi da nossa iniciativa com o objectivo de esclarecer o mal-entendido em relação à ida da delegação da ASPTJ a Portugal a convite do PSP. Na conversação participou também o camarada DOBRIVOJE VIDITCH.

Os representantes do PCP exprimiram descontentamento porque os informaram acerca da delegação da ASPTJ por assim dizer nas vésperas da própria visita. Consideram a política do PSP como fraccionária em relação aos esforços que se fazem pela unidade de todas as forças progressistas na linha da consolidação e futuro reforço do processo de democratização. Declararam que o PSP provoca dificuldades no governo e procura isolar os comunistas. Igualmente, que o PSP com as suas imponderadas acções políticas externas causa danos ao PC e todas as restantes forças progressistas, e acrescentaram que, em tais condições, a visita da delegação da ASPTJ poderia ter também uma certa influência na política nacional. Realçaram as dificuldades por causa da constante campanha conduzida, em Portugal, contra o PC de diversas partes.

Disseram que o PSP enviou também convites para visitas às correspondentes organizações políticas dos países socialistas, incluindo a URSS. Após as consultas com o PCP, que estimou as visitas inoportunas, todos estes países desistiram do envio de delegações. Neste contexto, explicaram que para eles era inaceitável que delegações dos países socialistas fizessem visitas, em primeiro lugar, ao PS e só depois disso ao PC. Adiante, ainda nos disseram que agora o PCP está empenhado completamente na linha do principal organizador da união de esforços pela consolidação do processo seguinte da democratização da sociedade, pelo que, apesar da vontade, não podem empenhar-se amplamente no plano internacional.

Na próxima semana, o PCP realizará o seu congresso extraordinário e acerca das decisões informará todos os partidos irmãos. [ - 2 - ]

Igualmente, acrescentaram que já têm um plano de convites e o envio de delegações a certos PC dos países socialistas, mas só se pode chegar à sua realização dentro de alguns meses. Todavia, em breve, terão a visita de uma delegação do PC de França e, depois, do PC de Itália. Na pergunta se consideram ultrapassado o problema do estabelecimento de relações diplomáticas RSFJ-Portugal, responderam-nos que colocaram reparos, a seu tempo, a nós e à Roménia por causa de os não termos consultado. Na nossa insistência para precisarem, recusaram a resposta directa, acrescentando que tal questão entre nós «como camaradas» não representa problema, mas realçaram ao mesmo tempo que é necessário a concertação.

O camarada Grlitchkov explicou que a LCJ tem, diferentemente dos restantes partidos no poder, muitos amplos contactos e cooperação com numerosos partidos socialistas e progressistas. Sublinhou que a ASPTJ mantém ligações com o PSP já uma série de anos, quer dizer, antes do golpe em Portugal, pelo que, por causa destes factos, à ASPTJ seria muito difícil explicar uma eventual recusa do convite para a visita. O camarada Grlitchkov disse, também, analisaremos ainda mais uma vez os argumentos do PCP, mas consideramos que os contactos da ASPTJ com o PSP podem influenciar eventualmente a resolução dos problemas existentes, antes de tudo, através da nossa pergunta acerca das relações do PSP com o PC de Portugal.

O camarada Grlitchkov chamou a atenção para a necessidade de ter em conta que a LCJ, ASPTJ e a Jugoslávia ao todo, conduzem uma política de cooperação muito activa no plano internacional. Igualmente, realçou que a Jugoslávia não pertence ao Pacto de Varsóvia e que não nos devem igualar, pois temos um campo de manobras muito mais amplo.

Estando de acordo com a necessidade de uma melhor informação mútua, sublinhámos que existe também neste quadro o direito de cada partido a decidir acerca dos seus procedimentos.

Oferecemos a vinda de uma sua delegação à Jugoslávia ou o envio de uma delegação da LCJ a Portugal.

Observação: Considero que continuam com a linha dura da nossa «obrigação» de pedirmos o seu consentimento para todos os passos que assumirmos no futuro em relação a Portugal, por [ - 3 - ] isso devíamos seguir também na nossa clara indicação da independência da RSFJ e LCJ em todas as acções que efectuarmos.

GRLITCHKOV

Enviado:

- Aos membros do Comité Executivo da Presidência do CC LCJ
- SFNE, camarada MilocheMinitich
- SFNE, camarada L. Moísov
- CF ASPTJ, camarada A. Bakotchevitch
- CF ASPTJ, camarada M. Tsetinitch
- Arquivo da Secção.

*AJ,507,103,*

**157 [ Lisboa, A mensagem para o Congresso do PCP e as relações LCJ-PCP ]**

Embaixada RSFJ Lisboa 4 5 1 9 0 2

Número 12

22 / 10 / 1974

SFNE -

Talvez foi omissão que para o Congresso do PCP não foi enviada mensagem. Além do que tiveram delegados no nosso Congresso, no anúncio do congresso, que enviou o correspondente da Tanjug, foi assinalado de que, apesar de não se prever o convite de delegações estrangeiras, ao congresso podia-se enviar mensagens. Saudações enviaram todos os partidos dos países socialistas, de uma série dos ocidentais, alguns dos africanos e dos países latinos americanos.

A mensagem podia ter sido enviada e por causa disso, devido às circunstâncias, nos últimos meses, chegou-se a alguns mal-entendidos que de certa maneira podem se reflectir negativamente, daqui em diante, nas relações entre os dois partidos (incompreensão e também desagrado do seu delegado no nosso Congresso pela decisão de irmos para o reconhecimento do novo governo, apesar da sua carta, a reacção na ida da delegação da ASPTJ em visita aos socialistas (de todas as conversações que tive aqui, não estou seguro que aceitaram as nossas explicações).

Tendo em vista que, até certo ponto, no congresso extraordinário vieram à tona tendências de apresentação de algumas peculiaridades e exposição de opiniões pessoais acerca de certas questões, fora dos «clichés», embora seja cedo para uma avaliação definitiva acerca do futuro comportamento do PCP e da disposição de fazer frente a eventuais pressões em nome dos «grandes objectivos», não de deve, talvez, ignorar o facto de que, excepto em poucas excepções, todos os quadros dirigentes estiveram todo o tempo no país. Caso se for exacto, por agora somente uma hipótese, acerca do possível distanciamento do PCP em relação à formulação da política nacional, isto pode representar uma base estável para contactos mais próximos e directos PCP-LCJ. Penso que seria vantajoso que o camarada embaixador possa chegar com uma mensagem do nosso CC e que, num contacto directo com Cunhal, estabeleça um diálogo necessário. – Spasitch.

Entregue: terceira direcção, Gabinete de Dolants, Minitch, Grlitchkov, Viditch, Obradovitch, Moísov, Militchevitch, Bakotchevitch, RB e arquivo confidencial.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **158 [ Lisboa, Reunião com o embaixador soviético (retribuição de visita)]**

Embaixada RSFJ Lisboa 4 5 1 9 8 9

Número 14

24 / 10 / 1974

SFNE –

Conversação com o embaixador soviético (retribuição de visita).

Consideram o Congresso do PCP como bem-sucedido. O PCP foi o único que tirou da situação correctas conclusões e um programa de acção. Além da tarefa básica da consolidação da democracia, ele para as tarefas importantes do domínio da recuperação económica do país. Todavia, caso «nós, países socialistas, tivéssemos dado, agora, um vibrante apoio a este congresso, como o que fez Brandt em relação ao do PSP, então todos diriam que o congresso e tudo o que se passou, esteve sob a influência da URSS».

O PCP avaliou correctamente a situação e a sua adaptação às condições foi boa táctica.

Eles (URSS) estão conscientes de que se trata de um país ocidental que é membro da OTAN. Disse que, quando foi recebido por Spínola, este referiu imediatamente, de forma muito taxativa, que Portugal é um país ocidental e membro do Pacto do Atlântico. Nesse sentido, o esforço dos americanos de consolidar aqui as suas posições. Acrescentou que disseram, no «Pravda», o que pensam acerca das

tentativas dos americanos para também introduzir a Espanha na OTAN. Esse esforço foi calculado para impedir um desenvolvimento semelhante a Portugal. Preocupa-lhes que as forças progressistas, em Espanha, não são capazes de encontrar uma plataforma comum e de chegar a um acordo acerca dos problemas que têm perante si. [ 2.ª p.]

Nota: a conversação foi com tradutor. Todo o tempo, foi reservado, todavia, na parte quando falou acerca do Congresso do PCP, empenhou-se em não deixar uma tal impressão.

Significativamente, no Congresso do PCP não houve uma única palavra polémica, embora deveriam ter críticas, pelo menos formais — Cunhal não mencionou, no discurso, nenhuma vez, a URSS, a construção do socialismo como objectivo imediato, etc. – Spasitch

Entregue: 3.ª direcção, Gab. Dolants, Minitch, Grlitchkov, M.Tsetnitch, Obradovitch, Bakotchevitch, Moísov, Militchevitch, UID, GAP, 2.ª Direcção.  
*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### 159 [ Lisboa, Informações acerca do PS e da visita de Brandt ]

Embaixada R S F J - Lisboa 4 5 1 9 8 8  
Número 13  
24 / 10 / 1974  
S F N E –

1. Conversação com Crespo<sup>103</sup> do PSP.

Por ocasião da visita de Brandt<sup>104</sup>, falaram acerca da ajuda do PSD para eles. Além do apoio político, como o partido mais rico no Ocidente, prometeu-lhes também ajuda financeira, o que lhes seria bem-vinda para as eleições. Apesar de terem «uma base bastante ampla», o que recolhem de receitas mal chega para as necessidades mais básicas.

No interior do país, tiveram problemas com a visita de Brandt como representante da Social-Democracia. Sentem que as bases estavam cada vez menos inclinadas para a social-democracia (representante da classe média, esta importante no Ocidente desenvolvido, o que não era num Portugal subdesenvolvido) e que se colocava cada vez mais a exigência de um PS «mais radical». Na situação, que se revolucionou depois do 28 de Setembro, era difícil explicar-lhes que estavam obrigados a se apoiarem nos países europeus sociais-democratas de forma a manter um certo equilíbrio quanto às diferentes e seguintes direcções da política externa — «relações com os países socialistas, países africanos, Terceiro Mundo, tradicionais aliados ocidentais e EUA. Em recentes conversações com chilenos, estes disseram-lhes que foi um erro ter descuidado as ligações com os países europeus, o que lhes impossibilitou de resistir à pressão dos americanos».

<sup>103</sup> Rodolfo.

<sup>104</sup> A visita a Portugal de Willy Brandt (19-21/Out.).

O PSP precisa ter mais atenção para tais reivindicações das bases, onde, também, o aumento do interesse pela autogestão (as massas despolitizadas [ 2.<sup>a</sup> p. ] podem através dela de se politizarem — torná-las responsáveis), até mesmo a política de não-alinhamento. Na direcção, estão conscientes da «posição geopolítica», mas fazem esforços para que, abrindo-se para todos, terem em conta o equilíbrio indispensável para não se depararem com uma situação difícil (pensa no EUA).

Por causa disso, o governo também decidiu que para as ajudas se dirigir não só aos EUA, mas igualmente aos países europeus e aos Nove. Igualmente, Cunhal, antes da partida para Moscovo, recebeu a missão do governo de conseguir créditos e ajuda da URSS. Prometeu que «não vai voltar com as mãos vazias», pois isso vai «animar» também os americanos». Sentem que se devem virar para o campo (quase 4 milhões de eleitores). Por isso, no programa prevêem este problema da reforma agrária, porque, não se pode esquecer que a maioria silenciosa estava orientada, e teve sucesso, para assegurar o apoio entre os camponeses. Ao campesinato conservador e tradicionalista, também só uma viragem significativa o pode activar.

2. O correspondente do «La Vanguardia» de Barcelona, Miges, que aqui tem boas ligações com os socialistas disse ao Antonitch da TANJUG que foi informado que «o objectivo principal de Brandt foi de conduzir os socialistas daqui a uma cooperação e aliança eleitoral com o Partido Popular Democrático (PPD) que se candidatou a membro da Internacional Socialista. A direcção do PSP indecisa ainda não abandonou a ideia da aliança com os comunistas», mas, segundo Miges, o então «actual ponto de vista dos socialistas estava sujeito a alterações. Além disso, Brandt prometeu que vai aconselhar o Ocidente a «jogar na carta dos socialistas». No fim, o seu interlocutor disse-me que «o PPD tinha recursos muito importantes». - Spasitch

*ADMNE, F-217, Portugal, 1974.*

---

## 160 [ Brasília, A entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho ao «Jornal do Brasil» ]

Embaixada RSFJ - Brasília 452346

Número 424

28/ 10 /1974

S F N E –

Ivkovitch do Rio:

O brigadeiro Saraiva de Carvalho apresentou, em exclusivo para o «Jornal do Brasil», a posição das Forças Armadas acerca da nova política de Portugal.

Salientou que ao contrário das primeiras intenções, após as eleições, o MFA não deixará a vida política, mas actuará na condição de árbitro principal que não permitirá a instauração de ditaduras tanto do capital como do proletariado. Lembrando que o MFA nasceu com o objectivo da restauração do prestígio perdido do exército e da criação de instituições capazes de resgatar o povo das mãos do capital e dos fascistas, reconheceu o carácter conservador das Forças Armadas, nas quais, no passado quase

todos estiveram comprometidos (fizeram parte ou defenderam o fascismo). Na realidade, o MFA não é um bloco compacto. Muitos jovens oficiais estão satisfeitos com o restauração do prestígio do exército, que era apenas o primeiro objetivo, enquanto se esquecem do resto e é preciso empurrá-los para frente.

Saraiva desmentiu a suposta infiltração do PC nas fileiras do MFA, sublinhando que os comunistas não têm condições de tomar o poder e que o PC não terá mais de um por cento dos votos nas eleições.

Categoricamente, disse que o fascismo será completamente erradicado de todos os poros da vida. Sublinhou: não estamos numa democracia, mas numa para-democracia, numa revolução em que se utiliza a força necessária e legítima. Assim, com um vocabulário mais directo anunciou, que não hesitaria na luta contra o fascismo se necessário e de matar. Falando acerca de Spínola, disse que o MFA efectuou, no devido tempo, por ele muitas concessões pelo que o programa não era o que eles queriam. Embora, novamente, regressam [2.<sup>a</sup> p.] às suas inspirações originais, principalmente, a respeito da democratização e da política antimonopólios. Apontou as diferenças com Spínola. Em relação à descolonização deverá ser, segundo a opinião do MFA, rápida e total.

Falando da situação económica, disse que observam a atitude dos capitalistas que devem compreender que a situação mudou e que as desigualdades sociais não podem subsistir, ou seja, que os monopólios não correspondem aos objectivos socioeconómicos de Portugal. Sublinhando que o capital não pode escravizar a nação e que se deve efectuar uma redistribuição por um número maior de pessoas com uma redução nos lucros, anunciando em caso de resistência, a nacionalização de empresas, bancos e indústria.

A entrevista de Saraiva, que o jornal apelida do homem com o maior poder de fogo na actual cena portuguesa, provocou avaliações negativas no jornal brasileiro que nele vê o auto-retrato de um ditadoresquerdista. O comentador considera que o MFA submetido à direcção das tendências esquerdistas e que, no seu centro, podem conduzir até novas ditaduras. Acrescenta que a linha democrática permaneceu, após o afastamento de Spínola, expressa na presença do general Gomes que, em torno dele, supostamente se reúnem os partidos burgueses, principalmente os democratas populares e socialistas, como também «a maioria das Forças Armadas». Destaca-se o facto de que o MFA é uma minoria disposta a se impor pelas armas como tutor. O comentário procura sugerir (o que é semelhante a alguns outros jornais) um suposto futuro conflito na luta pelo poder entre Saraiva e Gonçalves, que, agora, supostamente, é um «simples instrumento» do primeiro. De modo característico, também a comparação entre a ditadura de Salazar-Caetano e das novas ditaduras, supostamente, as que estão para vir com a ditadura militar esquerdista de Saraiva, e a preferência é dada à primeira porque «era a ditadura de professores de Coimbra e de Lisboa, ajudados por grupos financeiros e apoiada num sistema nacional».

A escrita do Jornal do Brasil, como também da restante imprensa, assume um tom cada vez mais crítico em relação ao desenvolvimento dos acontecimentos em Portugal. Todavia, segundo as informações disponíveis, essa escrita não é inspirada pelo MNE (o ministro Silveira, segundo uma fonte

próxima da embaixada portuguesa, teve uma reunião muito útil, em Nova-Iorque, e deve, em Dezembro, visitar Lisboa), mas sim de personalidades ligadas com a parte mais rica da colónia portuguesa (mais de um milhão de pessoas), depois do capital daqui com interesses nas colónias portuguesas como também com os círculos mais direitistas nas Forças Armadas. Com o objectivo da desacreditação da «política esquerdista» do MFA o Jornal do Brasil escolheu intencionalmente Saraiva para a entrevista por causa do seu directo modo ameaçador de se expressir que causou efeitos negativos nos mais moderados. — Tapavitchki.

Entregue: 10.<sup>a</sup> direcção, Komatina, Militchevitch, Berisavlhevitch, 3.<sup>a</sup> direcção Direcção da Imprensa.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**161 [ Lisboa, Programa da visita da delegação da ASPTJ e reunião com o embaixador Ramos da Costa ]**

Embaixada RSFJ - Lisboa      4 5 2 0 0 0  
 Número 17  
 28 / 10 / 1974  
 SFNE

Em relação ao aperfeiçoamento do programa da delegação da ASPTJ (em redor de que estou empenhado). Hoje, visitou-nos o embaixador de Portugal na RSFJ, Ramos da Costa.

Espera que, até o fim desta semana, viajará o encarregado (conselheiro), enquanto ele deveria estar, segundo acordo com Soares, em Belgrado, já até ao fim da seguinte, para entregar as credenciais. Após isso, regressaria a Lisboa para finalizar os preparativos. Salientou que lhe esperam grandes negócios na «promoção da cooperação económica».

Além do encarregado (profissional), tenciona levar um economista (por agora fora do MNE, no aparelho do Partido Socialista, e que, em Belgrado, engajar um seu cidadão estudante (casado com uma jugoslava que trabalha em estatística ou nalgum instituto químico). Compreendi que precisa de estar em Belgrado até ao fim da próxima semana. Perguntou por detalhes acerca a parte protocolar (era aconselhável que me avisem), mencionei que o Presidente da República não recebe, já há quase dois anos, embaixadores para a entrega de credenciais.

Igualmente, dentro de um ou dois dias, informar-me-á acerca da partida. Relato para eventuais preparativos. Spasitch.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**162 [ SFNE, A visita de Costa Gomes aos EUA ]**

Terceira Direcção  
 N.º 451033  
 29 / 10 / 1974  
 Embaixada RSFJ – Lisboa

Visita de Gomes aos EUA:

### 1. Dos nossos de Nova-Iorque.

Os principais temas das conversações são o desenvolvimento interno e a orientação de Portugal como também a sua afiliação na OTAN. Gomes insistiu que os EUA terminem com as ingerências e a «preocupação» de que se vão tornar «vermelhos» ou não. Estão determinados a tomar, eles próprios, as decisões acerca da sua organização interna e da orientação no plano externo. Os americanos estão preocupados também com a sua afiliação na OTAN. Portugal continua membro da OTAN, mas querem deixar claro que não vão autorizar a instalação de bases e estacionamento de tropas no seu território. Insistirão no estatuto na OTAN, mas como aquele que tem a França (de um membro da delegação portuguesa na Sessão da AG aos nossos).

### 2. Dos nossos de Washington.

Nas conversações com Ford e Kissinger, Gomes repetiu a confirmação dada de que Portugal respeitará as obrigações que resultam de membro da OTAN e o desejo de ter ligações «estreitas» e cooperação com os EUA. Informou acerca a natureza das mudanças no interior de Portugal, da situação momentânea, como também acerca das previsões do agravamento da situação económica em 1975. (Razões: elevada taxa de inflação, possível aumento do desemprego após a retirada e a desmobilização dos membros do exército das ex-colónias). Gomes realçou o interesse do governo pela participação de investimentos dos EUA na [ 2.ª p.] construção no sector público (saúde, educação, habitação e estradas), como também na construção de instalações industriais. Chegou-se a um acordo para os EUA enviarem um grupo de especialistas com o objectivo do estudo da necessidade e possibilidades de investimento para que possa ser dada uma decisão final.

Os EUA mostraram interesse pelas eleições existentes em Portugal. Entre os americanos, está presente o receio de que o PC não aproveite a situação actual e tome o poder antes da realização das eleições.

Em relação à base estacionada nas ilhas dos Açores ficou acordado a continuação das negociações na próxima semana em Washington. – Lozina

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

### 163 [Lisboa, A recepção da delegação da ASPTJ por Costa Gomes e Vasco Gonçalves ]

Embaixada RSFJ Lisboa 452833

N.º 24

31/ 10 / 1974

SFNE –

Como estava previsto no programa, a delegação da ASPTJ foi recebida, no primeiro dia, em visitas separadas pelo presidente do Governo, V. Gonçalves, e pelo PR Costa Gomes. O encontro com Gomes foi breve. Ele colocou, no centro da sua exposição, o problema da descolonização, em particular, as dificuldades em Angola. Com Gonçalves ficaram mais tempo. Ocorreu uma ampla troca de opiniões, ele insistiu, sobretudo, no papel importante do Movimento das Forças Armadas no seguinte processo

de descolonização: em ambos encontros, a delegação foi acompanhada por vários membros da direcção do PS. A imprensa, rádio e TV deram uma notada publicidade.

1. Tsetinitch transmitiu as saudações verbais do presidente Tito e sublinhou o seu interesse pelo movimento democrático em Portugal, como também pelo processo da descolonização em África. Gomes agradeceu também e disse que pessoalmente já há 36 anos que acompanha o percurso da vida do PR e que eles («oficiais de carreira») o admiravam desde os tempos da Segunda Guerra Mundial. Escolhendo as palavras, falou acerca do desejo do novo regime português por um desenvolvimento o mais eficaz possível da cooperação com a Jugoslávia em todos os campos.

Dizendo que lhes é conhecido o interesse da Jugoslávia pelos esforços que fazem no plano da descolonização, confirmou que nesse plano já foram obtidos resultados significativos, todavia, que neste processo não é «tão fácil como quanto isso pode parecer à primeira vista».

Depois dos resultados já alcançados (em Guiné-Bissau e Moçambique), é preciso ir mais longe. Não haverá problemas com as ilhas de São Tomé e Príncipe, mas a situação, em Angola, é bastante complexa. [ 2.<sup>a</sup> p.]

Elaborando esta última, Gomes falou detalhadamente acerca da desunião dos movimentos de libertação de Angola, o que dificultava o processo de negociação, porque «precisa-se de os reunir numa mesa redonda». Segundo ele, o MPLA não é o maior, mas também ele está dividido em três fracções. Considera que o Dr. Neto tem boas ligações internacionais, mas o seu prestígio no país declinou após as crises internas. À nossa observação de que tal crise foi provocada pelas ingerências estrangeiras, disse que lhe são conhecidas as pressões que se exercem no MPLA. Neste contexto, disse que o grupo do Chipenda era apoiado pela Zâmbia, mas que, recentemente, este se passou para o Zaire e que, ali, reforçou bastante as posições da FNLA de Roberto Holden. Concluiu que, apesar das dificuldades, Portugal negociará com todos os três movimentos de libertação. O encontro com Gomes durou meia hora.

2. Transmitimos a Gonçalves as saudações do presidente do CEF, Bíieditch, como também o desejo do governo jugoslavo de desenvolver com o novo Portugal democrático as ligações no plano político, económico e cultural. Acentuámos o nosso apoio às mudanças democráticas após o 25 de Abril e na determinação do governo português de persistir no caminho da descolonização dos territórios africanos.

Respondendo no mesmo tom, Gonçalves sublinhou que isso será facilitado com a partida do embaixador português para Belgrado, o qual, estava presente e que a sua missão será explorar todas as possibilidades. Tsetinitch mencionou que o governo jugoslavo prepara, num futuro próximo, enviar a Lisboa uma delegação económica jugoslava.

Na conversação, em que participaram muitos dos presentes da delegação e comitiva, falou-se também acerca da cooperação no campo turismo.

Gonçalves concordou que a nossa primeira obrigação é de nos conhecermos o melhor possível. Nós informámo-lo de que a nossa imprensa relata, atentamente, correctamente e diariamente acerca os acontecimentos em Portugal. Neste contexto, Gonçalves falou acerca da necessidade de que, também, eles criem uma agência noticiosa estatal.

Gonçalves falou com enérgicas palavras acerca do exército como «guarda da democracia» e sublinhou que esse papel será seguido e depois das eleições para a Assembleia Constituinte. Ele garantirá a «democracia pluralista» e apoiará um «socializando o desenvolvimento» de Portugal. O MFA está unido com o povo e coopera estreitamente com os partidos da esquerda que fazem parte da coligação governamental em Portugal. Existe a União das Forças Democráticas — movimento para a democratização [*N.T.;referência ao MDP*], que não foi legalizado, mas que é titular de mudanças e se manterá também no futuro (embora não tenha dito explicitamente, deu a conhecer que, no posterior desenvolvimento, pode conduzir à institucionalização desta coligação por meio de uma organização política conjunta).

Depois do período transitório, o exército retira-se para os quartéis, mas também continuará presente na vida política do país (referiu a entrevista do chefe do Estado-Maior dada ao jornal «República», na qual, em que esta abordagem foi elaborada em pormenor). Ele terá uma tarefa especial na construção do país. Sobretudo na acção cultural nas aldeias e no arranque das obras públicas. Este é um exército que está próximo do povo e que se politizou no contacto com os movimentos de libertação e os povos da África. As suas simpatias estiveram do lado dos movimentos de libertação e, muitas vezes, não executou as ordens dos seus superiores.

Igualmente, Gonçalves falou acerca da determinação do MFA de prosseguir com o processo da descolonização, apesar das dificuldades [ 3.<sup>a</sup> p.] internas e internacionais. Sublinhou que deste curso, que é um dos elementos-chave do Programa do MFA, não se vai afastar.

Tendo em conta a posição internacional de Portugal, referiu a semelhança entre os nossos dois países, os quais, «pequenos e que têm de viver num mundo, no qual, dominam as grandes potências». Igualmente, que a Jugoslávia independente e não-alinhada pode contribuir bastante, com o seu grande prestígio no mundo, para a consolidação da posição internacional de Portugal.

Segundo a avaliação dos anfitriões do PS, a conversação com Gonçalves ultrapassou o usual quadro de cortesia. Sobretudo, Gonçalves falou mais como representante do MFA, do que como primeiro-ministro e, na opinião dos nossos acompanhantes, «saiu de sua reticência habitual». Tsetinitch.

Spasitch.

Entregue: 3.<sup>a</sup> Direcção, Gabinete PR, Stambolitch, Biieditch, Minitch, Grlitchkov, M. Tsetinitch, Bakotchevitch, Obradovitch, Moísov, Militchevitch, Komatina, Dj. Stoikovitch, UPO, GAP, 7.<sup>a</sup> Direcção.

ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)

---

### III.3 — Novembro

Neste mês, as relações jugoslavo-portuguesas foram marcadas pelas visitas interpartidárias (ASPTJ-PSP e PCP-LCJ) e a chegada e conversações do embaixador português em Belgrado. Igualmente, houve uma avaliação por parte do SFNE e da sua embaixada em Lisboa da situação político-económica portuguesa, assim como os seus dois partidos políticos analisaram as suas relações com os citados partidos portugueses. Entre os outros documentos referidos de algumas embaixadas jugoslavas (Dar es Salam e Tunis) para Belgrado, a descolonização (em particular, de Angola e Moçambique) e a política externa do governo português continuaram a ocupar um lugar importante.

\*\*\*\*\*

— Lisboa (2/Nov.), Uma Avaliação das relações com Portugal e as suas colónias após a independência. A importância de um maior conhecimento da Jugoslávia e sua presença nos meios da comunicação social portuguesa. Numa análise da «*situação surgida após o 25 de Abril*», Spasitch referiu (Doc.164) a atenção que merecia das embaixadas de países como a URSS e os EUA, em comparação com os adiamentos e as capacidades jugoslavas para apoiar «*o novo governo*» português em África. Salientou ainda que a independência das colónias portuguesas iria abrir «*este importante mercado também para nós, caso nos empenharmos a tempo e num grau suficiente*». Por isso, propunha e justificou que fosse nomeado um economista para primeiro secretário.

Depois, como, em Portugal, o conhecimento das realidades e tudo aquilo que diferenciava a Jugoslávia, «*como país socialista, dos outros países socialistas*», sabia-se «*pouco ou insuficiente a esse respeito*», esta seria «*a tarefa política mais importante*» para se valorizar o que era a política jugoslava e, ali, assegurar mais conhecida a sua presença, tendo em conta «*as importantes possibilidades*» que existiam nos meios da comunicação social portuguesa pelo interesse da experiência jugoslava.

Numa seguinte referência acerca das relações do governo português com a OTAN e os EUA, Spasitch mencionou ainda a Jugoslávia, «*como país fora dos blocos*». Para concluir, propôs que fosse nomeado também um secretário para a imprensa e a cultura, salientando ainda «*o benefício político que teria a nomeação de um correspondente permanente da Tanjug*».

— Lisboa (3/Nov.), A situação na embaixada (avaria da máquina da cifra, a Festa Nacional e outras dificuldades) foi relatada por Spasitch ao SFNE (Doc.165), salientando as suas dificuldades no

funcionamento da embaixada (desde a falta de pessoal à máquina da cifra avariada há semanas. Quanto à recepção do Festa Nacional (29/Nov.), apresentou uma proposta para a sua organização e solicitou a sua aprovação.

— Em relação à «*conversação da delegação da ASPTJ com Soares*» (4/Nov.), em que esteve presente, de Lisboa, Spasitch enviou (Doc. 166), três dias depois, um relato para o SFNE só acerca do «*mais importante nos assuntos políticos*» dessa reunião, enquanto um outro sobre a «*cooperação interpartidária*» faria parte do posterior relatório da delegação (15/Nov.).

Mencionou essa importância nos 6 pontos deste documento (7/Nov.), sendo estes os seguintes: 1.) O grande interesse de Mário Soares pela Jugoslávia devido à «*política externa independente, da reputação entre os países não-alinhados, etc.*»; 2.) O início de «*uma séria corrida pré-eleitoral*» com «*bastantes rivais e dificuldades*». Sobre a visita a Belgrado só poderia ir, «*talvez, apenas em Janeiro*»; 3.) A descolonização (em Moçambique, Angola, Cabo Verde, Timor e Macau); 4.) Abertura em relação a todos países (normalização das relações com os países socialistas, Índia e países africanos); 5.) Quanto às próximas eleições, «*disse que não abandonaram a intenção da manutenção de relações estreitas com o PCP, estabelecendo uma unidade de acção*». Referiu-se, ainda, às relações com o PCP e à política externa de Portugal; 6.) A respeito do Não-Alinhamento, no final, Mário Soares disse que no MFA e em alguns partidos políticos (incluindo o P.S.) existia uma corrente a seu favor. Porém, como havia «*o respeito das obrigações internacionais*» do programa das Forças Armadas e a OTAN só, depois das eleições talvez fosse possível uma posição diferente.

— Resposta (Doc. 167) do SFNE (7/Nov.) à «*série de dificuldades no trabalho*» da embaixada em Portugal. Tem 6 pontos que são os seguintes:

1.) Acusação da recepção do telegrama de Spasitch (3/Nov.) e informação a respeito dos «*esforços para que a embaixada seja capaz quanto antes para uma normal actividade*» e das possíveis soluções; 2.) Avaliação positiva da informação recebida e recomendação da continuação do envio de notas resumidas. Igualmente, seriam enviadas, «*no futuro, as informações de outras embaixadas e consulados que forem consideradas uteis para o vosso trabalho e informação*»; 3.) Em relação à recepção da Festa Nacional (29/Nov.), várias instruções desde a ausência do embaixador à sua organização (custos, convites e outras); 4.) Comunicam a Spasitch uma sua possível ida a Paris para uma reunião; 5.) Autorização para «*a compra do automóvel para a embaixada*»; 6.) Chegada dentro dias do técnico para consertar a máquina da cifra. Estava à consideração «*a proposta para a compra da casa*».

— (Doc.168). Uns dias após a visita da delegação da ASPTJ, chegou a Belgrado (8/Nov.) uma delegação do PCP (Jaime Serra e Carlos Aboim Inglês) para conversações com a LCJ (Dobrivoić

Viditch) que, segundo a sua nota (8/Nov.) para o SFNE, «*falaram acerca do recente realizado congresso extraordinário*» e «*das relações e a cooperação entre os dois partidos*».

Depois deste telex que resumiu esta reunião de delegações destes dois partidos — a terceira, desde de Maio —, foi ainda enviada uma «*Nota*», via correio diplomático, com informação mais pormenorizada nas suas cinco páginas acerca das conversações, em que as informações de Jaime Serra são as mais numerosas. Além das suas citadas propostas relativas às relações LCJ e PCP, Viditch explicou os princípios da cooperação internacional da LCJ e a sua amplidão desde «*os partidos comunistas, operários, socialistas e social-democratas [aos] partidos e movimentos dos países não-alinhados*».

Salientou ainda sua «*ajuda política e moral*» aos movimentos de libertação, «*em particular, aos movimenos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, etc.*». Também, «*nesse contexto, explicou as relações da LCJ e ASPTJ com o Partido Socialista de Portugal*<sup>105</sup>».

Esta «*Nota*» menciona, no final, que «*Serra disse, também, que para o PCP eram totalmente claros os princípios e o significado positivo dessa cooperação*», mas pediu, «*contudo, à LCJ, como "partido irmão" que, no futuro, nestes casos encontr[asse] maneira de se consultar com eles*».

—Uma avaliação (Doc.169) da situação política pós-28 de Setembro, no seu telex para o SFNE (11/Nov.), Spasitch salientou a continuação de uma activa política externa do governo — até com a recente participação de representantes do MFA — com vista a «*dissipar suspeitas e reservas no Ocidente*» quanto a um posterior «*perigo do aumento da influência comunista, viragem mais radical à esquerda, etc.*»

Num primeiro ponto, começou por mencionar as afirmações de «*Saraiva Carvalho (comandante das forças do COPCON), em quatro entrevistas [que...] repetiu no almoço no Clube Americano*». Depois, referiu: outras declarações de Mário Soares e de outros; as visitas a Portugal de Mitterrand, Rocard, Brandt, Palme e Mackloski; as visitas do major Victor Alves (RFA, França, Grã-Bretanha e Itália) e de Costa Gomes (EUA); e os contactos bipartidos com os Nove da CE.

Devido às actividades no plano internacional estarem ligadas aos «*passos no interior*», Spasitch informou acerca de diversas medidas do governo quanto aos partidos como não se decidia (acalmava pelo contrário) «*um ataque frontal à grande burguesia e ao capital financeiro, temendo, certamente, além das implicações políticas mais amplas, não abrir também a frente com as companhias multinacionais*».

---

<sup>105</sup>Viditch voltou a falar destes temas na reunião conjunta (20/Nov./74) da Comissão das Relações Internacionais do CC LCJ e da Comissão de Cooperação e Ligações Internacionais da CF ASPTJ. Nas cinco páginas da transcrição da gravação da sua intervenção (Doc.178), há um relato mais pormenorizado (e crítico) das posições do PCP quanto a estas relações e comentários a outras questões da situação política em Portugal.

No segundo ponto desta avaliação, as citadas medidas teriam ainda «*por objectivo de, dando as necessárias garantias ao Ocidente e EUA, assegurar, paralelamente, uma política aberta a outras posições*». Ademais, esta «*abertura quanto ao resto do mundo*» do MFA e do Governo Provisório poderia contribuir para «*o enfraquecimento da pressão e influência mais imediatas dos EUA*».

Num terceiro ponto, segundo Spasitch, continuavam as reservas dos EUA e da OTAN acerca da situação política portuguesa e mencionou as declarações de Mackloski e de Vítor Alves, assim como a substituição do embaixador estado-unidense Stuart Scott e uma recente visita de «*quatro membros do DE e da CIA*». Salientou, depois, o que Willy Brandt disse<sup>106</sup> após o seu regresso de Lisboa.

Quanto à «*elevada preocupação dos EUA*», referiu algumas das suas possíveis explicações<sup>107</sup> e informou que, no MFA, estavam preocupados com tal publicidade aos soviéticos, «*porque o movimento não quer que a influência de uma potência substitua outra*»).

Para terminar esta «*avaliação preliminar*», como conclusões, Portugal tornava-se um cenário da luta por influência entre as duas grandes potências que com os esforços do governo português «*(nos directos contactos com os movimentos de Angola e com os países africanos)*» aceleravam a solução do problema de Angola.

— Em Tunis (13/Nov.), uma conversa entre um diplomata jugoslavo e Mário Soares<sup>108</sup> que anotou (Doc.170) com alguns comentários do seu interlocutor os seguintes assuntos: o «*muito satisfeito*» com as conversações; encontros com «*o representante de Angola e Kissinger*»; a continuação da descolonização; «*o caso de Angola*»; apoiou «*os árabes quanto ao Próximo Oriente e aos palestinos*»; a normalização das «*relações com os países árabes*<sup>109</sup>»; Avaliação favorável «*das relações de Portugal com a Espanha*».

Igualmente, saudou Miloche Minitch e disse-lhe que o tinha convidado para visitar a Jugoslávia. Realçou «*a reputação e prestígio*» da Jugoslávia entre os países não-alinhados e agradeceu o seu «*apoio junto dos tunisianos*».

— De Dar es Salam (13/Nov.), Informações (reunião com Agostinho Neto e a situação em Angola). Numa conversação (Doc.171) com diplomatas jugoslavos, dias antes,<sup>110</sup> Agostinho Neto disse-lhes «*que tinham regulares contactos públicos e secretos com os portugueses*», assim como o MPLA era considerado «*o interlocutor principal nas negociações*» por uma chamada «*junta portuguesa*<sup>111</sup>»,

<sup>106</sup> «*[...]que tinha garantias de que os EUA não vão intervir, à maneira chilena, em Portugal, excepto, em circunstâncias particularmente difíceis*».

<sup>107</sup> «*[...]a presença da URSS nos meios de informação locais que, de resto, estão sob a influência muito forte e constante do PCP*» e uma anterior «*campanha dirigida contra os EUA, a embaixada americana local e a CIA*».

<sup>108</sup> Neste como noutros documentos, a sua data é do seu envio e não dos factos relatados. Exemplo: a data desta recepção foi (7/Nov.) e o encontro com Kissinger (9/Nov.).

<sup>109</sup> Devido a esse objectivo, ia depois (11-12/Nov.) «*à Líbia numa visita não oficial*».

<sup>110</sup> Como não houve qualquer referência aos «*incidentes*» (50 mortos e uma centena de feridos), em Luanda (10-11/Nov.), esta conversação ocorreu antes da data deste documento (13/Nov.). Também, em Lourenço Marques (8/Nov.), houve «*incidentes*» (44 mortos).

<sup>111</sup> Um erro que não se encontra na correspondência do SFNE desses meses com esta sua embaixada.

que negociava «*ao mesmo tempo, com a UNITA e a FNLA*». Referiu-se ainda à «*minoria branca*» e sua possível «*participação, no futuro governo de coligação*» angolano.

Em relação a esse governo, Neto aceitava esta solução como a mais realista e da necessidade da cooperação com a FNLA e a UNITA.

Num segundo ponto deste telex, uma breve informação acerca da «*situação, em Angola, "extremamente confusa"*» do ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia.

Porém, esperavam que a formação do governo provisório com os três movimentos seria próxima e previam «*a independência de Angola até finais de 1975*», ou no início de 1976.

— Após o seu regresso a Belgrado, a delegação da ASPTJ entregou (15/Nov.) o seu relatório acerca da estada em Portugal (30/X-5/XI/1974)» (Doc. 172) que, nas suas 29 páginas, descreveu em pormenor aquela que foi «*a primeira visita de uma delegação política jugoslava a Portugal*». Tinha 5 membros e era chefiada por Marin Tsetinitch<sup>112</sup>, vice-presidente do CF ASPTJ. Nas conversações em Lisboa, também, esteve presente Verolhub Spasitch.

Na sua primeira página, menciona-se também que «*além dos encontros e conversações com a direcção do PS, a delegação foi recebida em visitas separadas pelo Presidente da República Costa Gomes e o primeiro-ministro Gonçalves*».

Além de Lisboa, a delegação visitou também o Porto, Viana do Castelo e Espinho.

Na sua introdução, menciona-se que o relatório da delegação tem também «*as suas propostas para a promoção da cooperação com Portugal*», assim como o que sucedeu até à visita da delegação da ASPTJ<sup>113</sup> e qual foi o seu objectivo.

Salientaram ainda que — devido a terem sido convidados do PS e os seus contactos organizados pelos seus anfitriões — esse convite condicionou «*em certa medida, a imagem incompleta que tivemos acerca da complexa situação política do país*». Porém, esses outros contactos foram recusados ou não tiveram possibilidades de efectua-los antes e durante a visita<sup>114</sup>.

Um «*intenso programa de cinco dias*» com breves comentários menciona: no primeiro dia, «*a delegação encontrou-se com o primeiro-ministro Gonçalves e com o presidente Costa Gomes*»; no segundo, «*tiveram conversações, durante 8 horas, com a delegação do PS*» constituída por 8 dos seus dirigentes; nos seguintes dois dias, «*estadia em três cidades do norte do país*», visitas a organizações

<sup>112</sup> Falou, depois, sobre esta visita na reunião conjunta (20/Nov./74) da Comissão de Relações Internacionais do CC LCJ e da Comissão de Cooperação e Ligações Internacionais da CF ASPTJ (Doc.178). Segundo uma dezena de páginas da transcrição da gravação da sua intervenção, comentou alguns pontos e respondeu a perguntas sobre este relatório.

<sup>113</sup> «*[...]1) Um mês depois da demissão do general Spínola que para as forças democráticas de Portugal representou uma importante vitória; 2) no momento quando começaram a manifestar-se as diferenças entre os partidos da coligação, em particular a confrontação e a rivalidade na relação socialistas-comunistas; 3) quando Portugal está sujeito a pressões na cena internacional pelas forças reaccionárias*».

<sup>114</sup> Quanto ao PCP, este «*opôs-se à realização desta visita e recusou encontrar-se com a delegação*». Ademais, não tiveram possibilidades de contactar o PPD nem directamente com representantes do MFA, «*além do encontro com Gonçalves, que [os] recebeu na qualidade de presidente do governo e o encontro com o ministro do Trabalho*».

partidárias e «*encontros com mais de centenas de activistas do PS*»; e, no quinto dia, encontro com «*o secretário-geral Mário Soares*» (questões da cooperação bilateral PS-ASPTJ). No mesmo dia, o PS organizou uma conferência de imprensa e foi assinado um comunicado conjunto.

As cinco páginas seguintes deste Relatório sobre «*O papel do Movimento das Forças Armadas (MFA)*» são, sobretudo, uma recolha de informações e comentários das conversações com Salgado Zenha, Vasco Gonçalves, Costa Gomes e outros membros do PS.

As posteriores quatro páginas são acerca do Partido Socialista que era «*um partido em formação que [não tinha encontrado ainda] o seu definitivo perfil ideológico-político e organizativo*». A sua primeira página refere a sua direcção, cujo carácter provisório iria durar até ao seu primeiro congresso, em meados de Dezembro.

Igualmente, «*em conversações não oficiais*», encontraram membros do PS que lhes disseram que o seu partido se encontrava «*mais à esquerda do que o PC*» e conseguiram informações acerca das relações entre estes dois partidos e das suas relações com «*os grupos da extrema-esquerda*» e «*os partidos da direita (PPD e CDS)*». Até souberam, «*em conversas oficiais, exemplos da cooperação directa do PS e a extrema-esquerda em algumas greves às quais se opôs o PC*<sup>115</sup>».

Devido a estas posições e pelos seus documentos oficiais, o PS demarcava-se da social-democracia e, segundo este Relatório, «*afirmaram energicamente como o reformismo social-democrata e a via do neocapitalismo que seguem alguns SD é inaplicável no atrasado Portugal*».

Nessa altura, «*a febre pré-eleitoral*» já tinha chegado ao PS e condiciona-o «*a crescer como um partido eleitoralista que se apoiava em bases insuficientemente definidas*». Como reconheceram a explicação estava no seu atraso na organização em relação ao PCP<sup>116</sup>.

Nas seguintes três páginas deste Relatório sobre «*O Partido Comunista e as relações PS-PC*», as relações entre os dois partidos são consideradas «*uma das questões-chave do Portugal contemporâneo*». Uma afirmação unilateral, advertem, devido a não terem conseguido entrar em contacto com os representantes do PCP.

Em relação a este partido, este era considerado, «*junto ao exército e a igreja católica, a força mais organizada na vida política do país*». Igualmente, no plano ideológico, era muito homogéneo e sabia claramente aquilo a que aspirava, tendo a sua táctica sido elaborada no seu recente congresso extraordinário.

<sup>115</sup> Durante a estada da delegação em Lisboa (4/Nov.) «*as actividades de certos grupos esquerdistas e do PS tentaram neutralizar um comício do CDS ao qual o PC tinha enviado um telegrama de saudações e demoliram a sede deste partido (houve 40 feridos e três mortos entre os manifestantes e policia.)*» Segundo a imprensa (5/Nov.), houve 21 feridos, sendo um grave,

<sup>116</sup> O seu aparelho partidário dispunha «*um total de 40 profissionais de todos os perfis, enquanto o PC disp[unha] de 3.000. No norte do país, onde viv[ia]m perto de 5 milhões de habitantes, no Porto, [tinham] somente um profissional de perfil político*».

Mencionando afirmações dos seus «interlocutores do PS», este partido estava «interessado sinceramente na cooperação com o PC» e referem as suas propostas para essa cooperação e as diferenças entre os dois partidos, mas também de o PS estar «firmemente contra o anticomunismo que "sempre foi uma arma nas mãos das forças reaccionárias"».

Outras informações referem que o «modelo jugoslavo do socialismo autogestionário [era] muito próximo de muitos membros do PS<sup>117</sup>», assim como recordam «um dos primeiros conflitos públicos entre as linhas do PS-PC[...] quando o PS se retirou do Movimento Democrático» e as suas razões para essa sua saída.

Esta parte do Relatório termina por considerar que, apesar de todas as suas divergências e conflitos, os dois partidos estavam «condenados a relações entre si». Igualmente, acreditavam que ambos estavam conscientes que, mesmo as próximas eleições e o seu desfecho, não podiam conduzir a uma ruptura devido esta ser uma ameaça para «o desenvolvimento de Portugal».

As duas páginas seguintes, «O leque político e as eleições», referem-se ao sistema «do pluralismo político e ideológico», existente em Portugal, em que era «permitida a actividade de todos os partidos» que não apoiassem o anterior «regime fascista» e «não ofende[ssem] directamente o MFA». Menciona ainda a proibição de três partidos pela sua participação na recente conspiração de Setembro.

Outra referência é acerca dos três partidos (PS, PC e PPD) da coligação governamental e dos «representantes Movimento Democrático<sup>118</sup> (filial do PC) e a Liga da Acção Revolucionária (LUAR)» que o MFA associou «no trabalho de certos órgãos estatais». Quanto ao PPD, que estava na «ala direita da coligação governamental», salienta-se algumas informações a respeito deste partido, formado após o 25 de Abril, e que se declarou como partido social-democrata.<sup>119</sup> Outro partido da direita, o Centro Democrático Social (CDS) tinha «fortes apoios financeiros» e agrupava, segundo os socialistas, «os fascistas ilustrados», outros partidos de direita tinham uma influência e actividades muito menores.

Ainda na coligação governamental, «mas muito próximos do PS», encontravam-se o Movimento da Esquerda Socialista (MES) e Liga da Acção Revolucionária (LUAR).

Em relação à extrema-esquerda, esta tinha «quatro grupos principais» que não tencionavam participar nas próximas eleições, mas, segundo o PS, individualmente alguns deles iriam votar pelos seus candidatos.

<sup>117</sup> O que «foi também uma das razões das divergências entre as linhas do PS-PC».

<sup>118</sup> Nem antes ou após ser um partido político (4/Nov.), segundo a documentação consultada, o MDP foi contactado pela ASPTJ.

<sup>119</sup> «Os seus esforços de encontrar apoios na Europa Ocidental provocaram hesitação, num momento, nos partidos sociais-democratas que não puderam escolher entre o PS e PPD (prevaleceu, contudo, o PS que tinha sido anfitrião de Brandt, Mitterrand e Palme)». Igualmente, dispunha «de importantes recursos financeiros que recebe do grande capital»

A respeito das próximas eleições, previstas para Março, era «*muito difícil fazer prognósticos*», embora um recente inquérito previa: PS, 29% dos votos; PC, 16%; PPD, 13%; «*indeterminados*», 42%. Todavia, segundo os seus interlocutores do PS, essa relação podia mudar bastante até essa data.

A página seguinte, os «Sindicatos», é sobre a história e a situação no movimento sindical português.

Sobre «O programa da descolonização», este relatório relata que foi abordado na recepção da delegação «*pelo presidente da República, no encontro com Gonçalves, nas conversações oficiais com a delegação do PS e na conversação com Soares*» e outros membros do PS.

Considerando que a preocupação da descolonização «*do actual regime português*» era sincera, salienta-se ainda que estava consciente que só podiam «*resolver os numerosos problemas económicas e sociais do país*» caso fossem «*consequentes no processo de descolonização*». Igualmente, acrescentam uma sua «*observação externa*» acerca das ruas de Lisboa<sup>120</sup> e à atenção dos meios da comunicação social quanto aos acontecimentos nas colónias.

Tanto Costa Gomes como Mário Soares falaram principalmente acerca do problema da descolonização de Angola. Outro interlocutor citado, Salgado Zenha, referiu-se aos movimentos angolanos (MPLA, FNLA e UNITA) e à situação em Cabinda.<sup>121</sup>

Quanto a Moçambique, as dificuldades do Governo Provisório (uma coligação MFA-FRELIMO-democratas brancos) eram muitas e, segundo os seus interlocutores do PS, era impossível a FRELIMO poder controlar um país dez vezes maior que Portugal com um exército de 7.000 soldados. Por isso, até pensavam que o exército português deveria «*ajudar a FRELIMO a estabelecer o seu poder efectivo sobre o país*». Além disso, havia ainda uma «*"latente tensão" [entre] africanos-brancos e as "perigosas fronteiras" com a República da África do Sul e a Rodésia*».

Acerca da Guiné-Bissau, considerava-se a questão já resolvida e, depois, Mário Soares mencionou a situação nas ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor e Macau.

Em relação a «Alguns temas internacionais», só foram referidos por Mário Soares «*quando se tratou das relações económicas internacionais de Portugal*».

Salientando que essas considerações foram, talvez, as «*mais interessantes de Soares*», mencionaram as seguintes: a possível futura orientação política de Portugal; uma posição em relação à política de não-alinhamento; o desejo do governo português de ter as melhores relações com todos os países, sendo a «*cooperação com o "terceiro mundo"*» uma das suas preocupações fundamentais; e normalizar a posição de Portugal na ONU.

<sup>120</sup> Estava «*cheia de cartazes do MPLA (com a fotografia do Dr. Neto), PAIGC e, um pouco menos, da FRELIMO*».

<sup>121</sup> Como, ali, houve então «*uma revolta de direita*», este relatório menciona a informação da «*imprensa lisboeta*» do ocorrido.

As últimas cinco páginas deste relatório são a respeito das «*Conversações acerca da cooperação*», em que foram nomeadas: 1.) «*Cooperação no plano interestadual*»; 2.) «*As ligações bilaterais com o PS*»; e 3.) «*O contacto que não se realizou com o PC*».

Igualmente, nesta parte final, intitulada «*Propostas*», estas foram as seguintes: 1.) «*Em relação ao público português*»; 2.) «*O trabalho da nossa embaixada*»; 3.) «*Contactos com o MFA*»; 4.) «*Cooperação económica*»; 5.) «*Agência da TANJUG*»; 6.) «*Cooperação com o PS*».

— No seu telex n.º 37 (18/Nov.), Spasitch informou o SFNE (Doc.173) que «*o embaixador português Ramos da Costa com a esposa*» chegavam a Belgrado, «*no sábado 24<sup>122</sup>*» desse mês, esperando-se que pudesse entregar as credenciais até 29 desse mês para poder estar presente na recepção do Dia da Festa Nacional da Jugoslávia. Solicitou, ainda, na sua espera, a tomada das medidas necessárias e que informassem «*o seu encarregado acerca da chegada*».

— Para a sua embaixada em Lisboa (Doc. 174), uma informação do SFNE acerca da citada reunião, em Belgrado (Doc. 168), da delegação do PCP e a LCJ (8/Nov.).

Neste resumo do anterior documento da LCJ, menciona-se as conversações que os dirigentes do PCP, Jaime Serra e Carlos Aboim Inglês, tiveram com D. Viditch, membro do CE da PCC da LCJ, «*em visita à LCJ no quadro da digressão por todos os países socialistas europeus*» para falarem acerca do seu «*recente realizado congresso extraordinário*». Informaram, ainda, que seria realizado, em 1975, o seu congresso ordinário e foi-lhes dito que «*a LCJ enviará a sua delegação*».

Quanto ao dirigente da LCJ propôs diversas actividades para, o próximo ano, como o intercâmbio de «*delegações de estudo e conferencistas*», a permuta de publicações e outras. Igualmente, propôs a troca periódica de opiniões entre os dois partidos acerca de questões políticas e de interesse mútuo.

Depois, Viditch explicou os princípios e amplidão da cooperação internacional da LCJ, assim como, nesse contexto, as relações com o PS de Portugal. Serra respondeu que lhes eram «*claros os princípios e a amplidão da cooperação do LCJ*», mas, solicitou, como «*"partido irmão"*», que, em tais casos, se «*encontre maneira de se consultar também com eles*». Mais informação «*acerca das conversações*» seria enviada por via correio diplomático.

— No seu seguinte telex (Doc. 175), após o anterior (Doc. 170), o mesmo diplomata jugoslavo referiu que, durante a sua estadia em Tunis, «*Soares destacou, em aparições públicas,*» a aliança (OTAN) de Portugal e os EUA, tendo-se Kissinger interessado «*na conversação com ele, pela situação interna em Portugal, como também pelo processo da descolonização*».

A respeito do PSP, afirmou que «*optou pelo socialismo sem classes e sem exploração*», mas para alcançar esse objectivo, não queriam sacrificar a liberdade, o seu princípio fundamental, em que

---

<sup>122</sup> (N.T.) Que seria domingo e não sábado.

diferem dos comunistas. Contudo, com o PCP, «no plano prático (programa), continua[va]m aliados». Falou dessa cooperação e salientou que não existia o perigo de um golpe comunista.<sup>123</sup>

Segundo o diplomata jugoslavo, Mário Soares comentou ainda a situação em Moçambique<sup>124</sup> e Angola, bem como a sua posição em relação à «unidade económica e política da Europa» e outros países.<sup>125</sup>

— No dia seguinte (19/Nov.), de Bruxelas, após conversações no MNE belga e na embaixada portuguesa, o embaixador jugoslavo comunicou ao SFNE (Doc. 176) que, na sua visita privada, o major Vítor Alves, «vice-presidente do governo português [...] foi recebido por Van Elsland<sup>126</sup> e ainda outras personalidades políticas».

Em relação à situação em Portugal, salientou que era controlada pelo MFA, assim como seria «realizado o programa de Abril». Quanto ao objectivo desta sua viagem, visitou ainda Paris, Roma, Bona e Londres, foi para «pedir uma grande ajuda material». Agradeceu ao ministro belga a ajuda prestada até então e o futuro compromisso de que, só por meio da CE, seria efectuada a sua expansão e coordenação<sup>127</sup>.

Igualmente, explicou que a política «a respeito das relações com o EUA e a OTAN» não mudava, mas, depois das próximas eleições, o novo governo decidiria e «as suas decisões ser[iam] respeitadas pelo MFA». Todavia, foi feito um pedido aos EUA a respeito da sua base nos Açores para que não fosse «utilizada, excepto para fins da OTAN», ou seja, não poderia «ser utilizada para necessidades particulares americanas, como, em Outubro do ano passado<sup>128</sup>». Também, referiu as negociações sobre a renovação do acordo e a posição dos EUA.

Outra informação foi sobre uma sua reunião «com um grupo de cidadãos portugueses», em que disse que estavam «conscientes dos perigos das forças reaccionárias e dos golpes de Estado», mas a cada sua tentativa, o governo reagiria mais energicamente. Depois, aludiu e comentou uma possível «intervenção directa da Espanha» e «os acontecimentos de Setembro».

Para concluir, o diplomata jugoslavo salientou que, como Mário Soares, em Tunis, «Alves procurou dissipar, em declarações públicas, as suspeitas da OTAN e dos EUA quanto às possibilidades

<sup>123</sup> «[...] porque os comunistas portugueses demonstraram que são um partido responsável e que uma aventura desse tipo significaria uma grande derrota para eles e colocaria em perigo o equilíbrio existente no mundo».

<sup>124</sup> Após assegurar que devido à «cooperação do exército português e a FRELIMO, o perigo da "rodesialização" não existia e ter falado da «estrita neutralidade da África do Sul», excluiu «o "caso" chileno, porque a situação em Portugal é diferente e a pressão dos EUA muito menor do que na América Latina».

<sup>125</sup> Apoiou essa unidade europeia, salientou a sua «proximidade com países mediterrâneos, do terceiro mundo e africanos» e «desaprovou a China [por não mostrar] interesse por estabelecer relações, mas exprimiou a esperança no seu próximo estabelecimento».

<sup>126</sup> Renaat Van Elsland (1916-2000), ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (1973-77). Membro do Partido Social-Cristão.

<sup>127</sup> Segundo o diplomata jugoslavo, isso era «melhor para eles porque diminui a possibilidade de condicionamentos (alusão a alguns países que lhes desaprovam a presença do PC no governo)».

<sup>128</sup> Refere-se ao abastecimento aéreo dos EUA a Israel durante a «Guerra de Outubro» contra o Egipto e Síria.

*de detecção de segredos militares*». Quanto à sua estadia mereceu «*uma grande atenção pública e da imprensa que o receberam com simpatia*».

— Nesse mesmo dia (19/Nov.), o SFNE recebeu da sua embaixada em Washington (Doc. 177) uma nota acerca da situação política e económica em Portugal, a OTAN e seus possíveis efeitos (da Grécia a Espanha). Cópias deste documento foram entregues a uma dezena de dirigentes políticos e militares jugoslavos, entre os quais o presidente Tito.

Devido às mudanças do regime e da participação dos comunistas no governo português, bem como da difícil situação político-económica em alguns países da CE e dos «*problemas criados pela intervenção militar turca em Chipre*», em Julho desse ano, estes factores mereceram «*uma significativa atenção e preocupação dos círculos políticos e militares americanos*». Ademais, considerava-se o exemplo português «*um "perigoso" precedente*» com a participação do PCP no poder e, na OTAN, a cooperação militar poderia, não só ser seriamente atingida, mas também teria «*o perigo dos segredos acerca do armamento atómico [serem] entregues ao Leste*<sup>129</sup>».

Porém, em relação às mudanças políticas em Portugal, o que preocupava o governo dos EUA não eram «*somente os aspectos militares e a segurança dos planos secretos*» da OTAN, mas que o sucesso dos comunistas em Portugal pudesse «*ter grandes repercussões nos países europeus*». Assim, havia ainda outras informações acerca dessas possíveis repercussões de um Kissinger ou de «*avaliações semelhantes*».

A respeito do desenvolvimento futuro de Portugal, havia muito de desconhecido e uma certa reserva nas previsões. O problema estava «*como assegurar um lugar firme para Portugal no campo ocidental*» e no tipo de ajuda que os EUA deveriam dar sem provocar efeitos negativos. Todavia, segundo esta avaliação do diplomata jugoslavo, «*caso os interesses dos EUA e da OTAN*» estivessem ameaçados, não haveria qualquer dúvida acerca de uma intervenção «*com os comprovados métodos contra "o perigo comunista"*».

Depois, além de uma «*elevada taxa de inflação e de desemprego*», em Portugal, havia outros problemas e dúvidas por causa da «*existência de muitos partidos políticos*» e de um certo desconhecimento em relação ao MFA e PCP. Quanto à imprensa, realçava-se que «*o PCP era a organização política mais organizada, que conseguiu tomar, em seis meses, muitas câmaras municipais*».

Segundo fontes do Departamento de Estado, considerava-se que as mudanças em Portugal não teriam grandes consequências em Espanha «*devido às diferentes estruturas socioeconómicas desses países e seus níveis de desenvolvimento económico*». <sup>130</sup>

<sup>129</sup> Todavia, esse «*problema foi resolvido porque Portugal decidiu "unilateralmente" retirar-se [...] do grupo de planeamento nuclear da OTAN*».

<sup>130</sup> Assim, «*ao contrário de Portugal, em Espanha, foi criada uma significativa camada da classe média, graças ao progresso industrial e económico nos últimos 10 a 15 anos. Caso se chegue a uma mudança depois de Franco, prevê-se que será diferente daquela em Portugal. Sobretudo, consideram que, em Espanha, governarão "civis"*».

Porém, a mudança de regime em Portugal aumentou bastante «o interesse americano pelo desenvolvimento das relações com Espanha». Igualmente, os EUA tentariam continuar, por todos os meios, «a impedir uma eventual entrada de representantes de partidos comunistas nos governos dos países ocidentais, a fim de salvaguardar a coesão da OTAN».

— (Doc. 178). As «*Notas Magnetofônicas*» da sessão conjunta da Comissão da Presidência do CC LCJ para as Relações Internacionais e a Comissão para as Ligações Internacionais da Conferência Federal da ASPTJ, em Belgrado (20/Nov.).<sup>131</sup> Dos seus três pontos da ordem do dia, o primeiro foi acerca do citado relatório da visita a Portugal da delegação da ASPTJ.

Após a abertura desta sessão, Marin Tsetinitch, que chefiou a delegação, apresentou o seu relatório que seguiu uma ordem desde o papel do MFA, os problemas do PS e sua orientação até à relação dos partidos socialista e comunista com algumas outras notas e propostas. Salientou, depois, que as suas «*impressões sobre a estadia em Portugal não foram completas*», referindo-se à ausência de contactos com outras organizações políticas,<sup>132</sup> pelo que a avaliação deste relatório era deficiente devido a essa falta de conversações com esses outros partidos. Todavia, apesar de tudo isso, tiveram «*conversações muito substanciais [...] com as pessoas mais responsáveis, em particular, na direcção do Partido Socialista*».

Numa seguinte descrição do «*regime democrático*» português<sup>133</sup>, há um relato da «*saida de Spínola*» e dos «*acontecimentos de Setembro*» que reforçaram o poder das «*forças democráticas de esquerda*» na coligação em que o MFA tinha um «*papel dominante*».

Porém, isso não significava que não havia oposição. Como as principais reformas ainda não tinham começado, a burguesia estava politicamente destituída de direitos, ou seja, «*expropriada politicamente mas economicamente [tinha] ainda todo o poder nas mãos*». Ademais, excepto os membros da polícia política que foram presos, «*todo o aparelho continua a ser ainda o antigo*», assim como «*nos centros, nas regiões e nas localidades ainda não [tinham efectuado] quaisquer reformas importantes*».

Igualmente, refere-se ainda «*o clero capitalista*<sup>134</sup>» e «*o campesinato*<sup>135</sup> [...] *sob a sua grande influência*». Em relação aos programas dos partidos socialista, comunista e outras forças de esquerda,

---

*nem esperam tais mudanças radicais devido a que acreditam que o operário e a camada média, ao contrário do povo português, "sentiram a melhoria das condições de vida no país» em relação às que havia uns 20 ou mais anos antes". Essa importância da classe média já tinha sido referida (Fev./71) por Franco a Vernon Walters (V. «A Jugoslávia nas Encruzilhadas do 25 de Abril», p.260)*

<sup>131</sup> Este documento dactilografado é a transcrição da gravação magnetofónica desta sessão, mas sem uma revisão do texto.

<sup>132</sup> Referiu ainda a já mencionada recusa do PCP.

<sup>133</sup> Era «*uma coligação do Movimento das Forças Armadas, Partido Comunista e Partido Social-Democrata*». Este erro é um entre outros devido a não ter havido essa revisão do texto.

<sup>134</sup> Que «*na vida de Portugal joga[va] um papel muito importante*». (N.T.: teria dito católico, sendo este erro devido à deficiente revisão deste texto dactilografado).

<sup>135</sup> Acrescentando que «*nas aldeias e iletrados ha[via] cerca de 30% de analfabetos etc.*», mas sem qualquer referência ao campesinato do Sul de Portugal.

foi salientado que iam «*muito realisticamente e cautelosamente na execução das reformas*» devido, talvez, às próximas eleições em Março.<sup>136</sup>

Quanto às pressões do exterior que eram muitas e da CIA,<sup>137</sup> os seus anfitriões socialistas disseram-lhes que até às eleições para a Assembleia Constituinte nada iam mudar.<sup>138</sup>

Nas suas palavras finais, Marin Tsetinitch referiu as grandes simpatias pela Jugoslávia que encontraram, bem como salientou e solicitou a rápida execução de algumas propostas apresentadas no relatório. Considerou, ainda, que «*isso não [era] uma obrigação da Aliança Socialista, mas sim de todos os factores no país*».

No segundo ponto desta Sessão Conjunta das Comissões das Relações Internacionais da LCJ e ASPTJ, tomou a palavra Vlada Obradovitch<sup>139</sup>, membro da delegação jugoslava, chefiada por Stane Dolants<sup>140</sup>, que esteve presente (24/Out.) nas comemorações do décimo aniversário da independência da Zâmbia.

Começou por mencionar as reuniões de Stane Dolants com Samora Machel e Agostinho Neto, assim como «*uma conversaçoão muito breve com Zulu, chefe do partido zambiano*<sup>141</sup>». Igualmente, referiu que as conversações foram breves, sem grandes análises e elaboração, devido ao programa da celebração que impediu organizar outras mais profundas e estudiosas.

Primeiro, encontrou-se com Samora Machel e, antes do seu relato dessa reunião, Obradovitch fez uma constatação, que considerou importante, acerca da ausência da delegação da FRELIMO no X Congresso da LCJ, em Maio, e das suas causas descritas num recente relatório do embaixador jugoslavo na Tanzânia<sup>142</sup>.

Dessa conversaçoão, referiu que Machel descreveu a situação em Moçambique, em particular, fazendo uma avaliação da sua situação económica e confirmou as grandes dificuldades que defronta o governo provisório. Prevendo até que essas dificuldades seriam ainda maiores após a proclamação da independência, em 25 de Junho, no próximo ano.

<sup>136</sup> Considerando-se que havia «*todas as probabilidades de que essas eleições se realiz[ass]em em Março, caso não ocorrer algum acontecimento especial*».

<sup>137</sup> Era «*[...]um bom grupo, para não dizer um exército de agentes da CIA que por lá vasculham por Portugal, mas eles não procura[va]m desafiar ninguém*».

<sup>138</sup> Somente, pós a constituição, «*poderiam decidir-se finalmente em relação tanto ao não-alinhamento como ao Pacto Atlântico, etc.*».

<sup>139</sup> Era o chefe da Secção das Relações e Ligações Internacionais da Presidência do CC da LCJ.

<sup>140</sup> (1925-1999). Político comunista jugoslavo, um dos colaboradores mais próximos do presidente Tito e um dos dirigentes mais influentes na política jugoslava durante os anos setenta e oitenta do século passado. Foi secretário da Comissão Executiva da Presidência do CC da LCJ (1971-78) e secretário federal do Interior (1982-84) e membro da Presidência da RSFJ (1984-89).

<sup>141</sup> Alexander Grey Zulu (1924-2020), secretário-geral do UNIP (United National Independence Party).

<sup>142</sup> Também, acrescentou: os «*contactos e conversaçoões com Machel que foram, no passado período, como nós sabemos e quanto vimos, bastante raros, irregulares e incertos. Para não dizer que, em certos períodos, por assim dizer, nem os houve*». Esse período começou, em 1971, com o incumprimento da prometida ajuda militar. V. «*A Jugoslávia nas Encruzilhadas do 25 de Abril*», p. 289-290.

Em segundo lugar, mencionou as oposições importantes de diversos adversários que defrontam e fez um firme pedido a todos os países socialistas para ajudarem Moçambique, porque isso não era somente um assunto de Moçambique, «*mas sim do interesse de todo o movimento progressista no mundo e, sobretudo, dos países socialistas*». Segundo Obradovitch, esse pedido foi aceite por Dolants. Depois, Samora Machel prometeu o envio de uma delegação à Jugoslávia para examinar «*a possibilidade de uma maior cooperação entre os dois países*».

Também, falou sobre «*a política exterior do futuro Moçambique independente*» e que o seu governo iria seguir «*uma política de não-alinhamento*», porque esta era a sua única alternativa.

Salientou ainda «*uma avaliação interessante que Machel fez*» quanto à situação em Portugal, «*onde as forças democráticas, até então, não conseguiram obter a vitória final*» e que não se sabia, de facto, quem lá ainda detinha o poder. Por isso, a evolução da situação nos dois países dependia de uma «*relação mútua e apontou a necessidade da cooperação entre o governo português e a FRELIMO*»,

A segunda conversação, também breve, «*foi com o Doutor Neto*». Começando por dizer que os seus interlocutores estavam «*a par da situação em Angola*», iria mencionar somente alguns dos mais recentes acontecimentos. Referiu, depois, a reunião que o MPLA teve (21/Out.) com os representantes do governo português<sup>143</sup>, acrescentando que, então, «*foram oficializadas, de facto, as tréguas do mês de Julho*»<sup>144</sup>. Considerou ainda que com esse acordo, o MPLA era o único movimento angolano aceite pelo governo português como parceiro para negociações. Porém, não ocultou os seus receios e reservas pelo que ocorreu, em Portugal, no 28 de Setembro.

Porém, baseando-se na imprensa mundial, ele considerou tal tentativa «*como uma grande manobra de Spínola que tinha como objectivo de eliminar o MPLA das conversações acerca da descolonização nas negociações com o governo português*».

Quanto à situação em Angola, Agostinho Neto informou Dolants acerca da abertura de representações do MPLA em todas as principais cidades angolanas e comentou que, em Cabinda, as suas posições militares eram fortes e impediram as acções do Zaire e do Congo que tinham pretensões quanto a esta parte de Angola «*por causa de certas e muito importantes riquezas*» que ali se encontravam.

Embora não tivesse feito uma «*análise das necessidades da libertação e da sua momentânea situação em Angola*», abordou-a numa formulação geral, mencionando que o MPLA tinha «*uma oposição muito importante no próprio país, que [tinha] bastantes oposições importantes*». No entanto, com a intonação que lhe deu, poder-se-ia concluir que, então, o MPLA era, sem dúvida, uma das

<sup>143</sup> A delegação foi chefiada por Leonel Cardoso e a do MPLA pelo próprio Agostinho Neto.

<sup>144</sup> Este Acordo de Cessar-Fogo foi assinado (22/Out.) no Lunhameje, no Leste de Angola.

principais forças políticas na própria Angola. Também, depois, Zulu disse que o MPLA se consolidava e a sua influência era muito maior do que antes.

Porém, em relação à futura evolução da situação política em Portugal, Agostinho Neto mostrou muitas reservas, mas absteve-se de uma avaliação mais precisa por não ter mais pormenores «*como as coisas iam em Portugal*». Dúvidas que pareciam existir, igualmente, a respeito do tempo necessário para o governo português estar pronto para acelerar a descolonização e «*assegurar a independência de Angola*».

Sobre as relações do MPLA com a Tanzânia e a Zâmbia, afirmou que tinham melhorado um pouco, mas havia «*ainda incompreensão por parte dos zambianos*», pelo que pediu a Dolants para tentar explicar a Kaunda a posição e situação do MPLA.

À pergunta acerca das ligações com o PCP, Neto respondeu que tinham, mas não suficientes com os seus dirigentes. Acrescentou, também, que era «*um importante partido*» e comentou «*a sua táctica e política [...] muito favoravelmente*».

Depois, terminou esta conversação com o mesmo pedido, como Samora Machel, que continuasse a ajuda jugoslava ao MPLA, mas sem uma «*especificação dessas suas necessidades*». Na sua breve reunião com Zulu, Dolants conversou algo também sobre os movimentos de libertação, em particular, a respeito da FRELIMO e do MPLA.

Ao terminar esta sua «*breve exposição*», Vlada Obradovitch sugeriu uma discussão, então ou posteriormente, para analisar a problemática dos movimentos de libertação.

— Na discussão que se seguiu acerca do relatório da delegação da ASPTJ (Doc.179), um dos seus membros, Ivan Ivekovitch<sup>145</sup> falou da influência da descolonização «*na perspectiva de Lisboa*» e deu «*algumas explicações complementares*».

Considerou indiscutível que a descolonização era o problema principal para o governo português. Como confirmaram, desde o Presidente da República até aos militantes socialistas, não haveria democratização em Portugal, nem estabilização do novo regime, sem o fim da hipoteca do passado colonialista. Assim, «*o problema das colónias*» teria provocado a crise de Setembro e a demissão de Spínola. Igualmente, no breve encontro que tiveram com Costa Gomes, foi ele próprio

---

<sup>145</sup> (Zagreb, 1938-2021). Ensino secundário (Paris), licenciatura em Direito (Belgrado/1965) e doutoramento em Ciências Políticas (Zagreb/1981). Ocupou diversos cargos em instituições estatais e partidárias jugoslavas e foi seu embaixador na Tanzânia (1981-84) e Egipto (1989-91). Em Rabat (Set./61), esteve como representante da UEJ no I Congresso UGEAN e fez, em Cabinda (Dez./1965), uma reportagem sobre os guerrilheiros do MPLA. Autor de artigos e livros (relações internacionais, África e Médio-Oriente). Após 1992, professor na Universidade Americana do Cairo.

que colocou «*o problema da descolonização em África*», devido conhecer «*o interesse da Jugoslávia pelo processo da descolonização*».

Assim, «*o problema das colónias*» teria provocado a crise de Setembro e a demissão de Spínola. Igualmente, no breve encontro que tiveram com Costa Gomes, foi ele próprio que colocou «*o problema da descolonização em África*», devido conhecer «*o interesse da Jugoslávia pelo processo da descolonização*». Depois, falou, em particular, das dificuldades que Portugal encontrava em Angola. A respeito do MPLA, afirmou que sabia das pressões que sofreu e sofria, referindo ainda, nesse contexto, «*o papel da Zâmbia e do Zaire, em relação ao MPLA e ao grupo do Chipenda*». Ademais, «*com algumas reservas*», reconheceu que o MPLA tinha «*o maior prestígio no país, assim como o Doutor Neto*».

Acrescentando, Ivekovich salientou que «*a temática dos movimentos de libertação esta[va] muito presente na comunicação social desde a televisão à imprensa*». Além disso, as paredes de Lisboa estavam cobertas de cartazes dos movimentos de libertação, sendo a maioria dos cartazes do MPLA com fotografias de Agostinho Neto, enquanto, por razões desconhecidas, havia menos cartazes do PAIGC e da FRELIMO.

Referiu, ainda, «*as casas de certos territórios ultramarinos*» (Angola, Guiné-Bissau e de Macau) que eram, então, sob a direcção de representantes dos movimentos de libertação, os seus órgãos políticos principais em Portugal. Terminou com uma conclusão acerca de alguns dilemas que tinham a respeito da situação política em Portugal e suas colónias, afirmando que estes eram «*devido à informação que receb[iam] frequentemente e por vias secundárias*».

Outro assunto desta Sessão Conjunta foi a visita (8/Nov) da delegação do PCP, cujos membros, Jaime Serra e Carlos Amboim Inglês, foram recebidos, na LCJ, por Dimitriie Viditch. Acerca dessa reunião, Viditch mencionou a sua recente nota (13/Nov.), distribuída pelos presentes, pelo que só quis «*dizer duas a três impressões dessa conversação para reforçar o que foi escrito no texto*».

Como primeira, «*eles procuraram, claramente, convencer-nos de que o Partido Comunista de Portugal representa[va] a principal força política de Portugal e o seu futuro*».

Uma segunda, salientaram que o MFA tinha e continuaria «*a ter ambições políticas na vida do país, que também nas eleições, etc.*», bem como se referiram às relações e influência do PCP no MFA.

Outra impressão que deixaram foi que apesar de cooperarem com o Partido Socialista, eles viam «*no Partido Socialista um grande obstáculo para o trabalho político e a luta de massas do Partido Comunista de Portugal no próprio Portugal*». Por isso, estavam «*tão obcecados com tal tema que, [...] eles criticaram a Aliança Socialista e a Liga dos Comunistas da Jugoslávia porque, nesse momento, ia a Portugal a delegação da Aliança Socialista*».

Quanto a essa visita, referiu o anterior encontro, «*na Conferência de Varsóvia dos Partidos Comunistas*<sup>146</sup>», das delegações do PCP e da LCJ, sendo Amboim Inglês e Viditch seus membros, em

---

<sup>146</sup> V. Doc.156 (21/Out.).

que já tinha sido discutida esta questão das relações entre os dois partidos. Igualmente, mencionou que lhes explicou, aproveitando essa oportunidade, «*numa maneira bastante detalhada*», como, nesses últimos 30 anos, a LCJ e a ASPTJ cooperaram «*não só com o Partido Socialista de Portugal, mas também, com todos os partidos socialistas, movimentos de libertação*» e nunca houve quaisquer problemas. Como exemplo entre outros, deu o das relações com os PC e PS italianos.

Porém, apesar dessas suas explicações, referindo-se à resposta de Jaime Serra que «*quase tudo estava bem, mas todavia consultem-nos quando forem a Portugal*», Viditch acrescentou: «*evidentemente, pensam que é ainda necessário ter sua luz verde para os nossos contactos políticos em Portugal*». Depois, mencionou as duas anteriores ocasiões, em Belgrado e Varsóvia, em que essas explicações também foram dadas, pelo que, considerando que não deviam «*continuar preocupados desta maneira por aquilo que eles pensam*», recomendou a atitude a tomar acerca deste problema<sup>147</sup>.

Depois, mencionou os temas do relatório do Congresso Extraordinário do PCP e as informações que teve a seu respeito e da sua política «*acerca do futuro de Portugal*».<sup>148</sup>

Após uma breve referência à situação política interna e externa de Portugal, citou outra questão, apresentada antes nessa sessão, relativa à posição de Mário Soares e do «*comprometimento do Partido Socialista de Portugal em direcção ao Não-Alinhamento*», mas considerou ainda o papel da Internacional Socialista «*que se introduziu de uma forma muito discreta, mas muito determinada a caminho de ajudar uma variante socialista-conservadora no próprio Portugal*». Considerando as propostas da delegação da ASPTJ como «*todas boas*», apesar da questão das capacidades para realizar tais ideias, para terminar a sua intervenção referiu a proposta para 1975, apresentada «*nas conversações com Serra e Inglês*», acerca «*das possíveis actividades na cooperação da LCJ e PCP*».

— (Doc. 179). Numa outra intervenção, pela tarde, nesta Sessão Conjunta, Ivan Ivekovitch voltou falar sobre o sistema jugoslavo «*de informação pública e interna quanto ao se passa na África Austral e nas colónias portuguesas*». Começando por dizer que era a partir desse sistema, «*inadequado, ultrapassado, obsoleto e rudimentar*», que surgiam também muitos dos dilemas e muitas das hesitações que tinham porque, simplesmente, não estavam «*suficientemente ao corrente dos acontecimentos*».

Esta sua avaliação considera, todavia, que «*internamente*» a ASPTJ e o SFNE estavam «*suficientemente preparados para acompanhar*» o que se passava nas colónias portuguesas, mas ali não tinham representações e a sua embaixada, em Portugal, «*ainda não [era] capaz de acompanhar isto, este aspecto de Lisboa*».

Quanto aos resultados desta situação, era que recebiam as informações sobre Moçambique, Angola e Guiné-Bissau por meio das representações diplomáticas jugoslavas «*nos países africanos*

<sup>147</sup> Como afirmou: «*[...]que agora os ensine a experiência, podemos ser a este respeito muito cautelosos e polidos, etc., não devemos ser rudes, isso não proponho, mas também não é preciso nem nos preocupar com tal problema do que eles irão pensar caso vamos para contactos com os socialistas*».

<sup>148</sup> Salientou: «*[...]que eles aprovaram uma linha de grande prudência com o menos possível de reivindicações radicais na política interna como internacional de Portugal*».

vizinhos independentes e do correspondente da Tanjug» que se encontrava «até em Nairobi e através de contactos esporádicos com os representantes dos movimentos de libertação, caso, quando e onde os encontrar». Além disso, a imagem que chegava a Belgrado era frequentemente incompleta, distorcida e chegava, «constantemente, com grande atraso, estando ultrapassados, há muito tempo, esses acontecimentos até nos próprios países».

Como exemplo, mencionou o que se passou, «em 1 de Novembro, em Cabinda» e a informação que foi recebida a seu respeito. Porém, pensava até que a situação era ainda pior em relação à «informação da nossa opinião pública pelos meios da comunicação social». Assim, o leitor de um jornal ou mais jornais jugoslavos ainda não sabia «distinguir quem era quem entre esses movimentos de libertação<sup>149</sup>».

Para concluir esta sua crítica, devido não ter uma proposta «como isto se deveria fazer», não deixou de recomendar o «que se deveria fazer melhor e de forma mais adequada<sup>150</sup>».

— (Doc. 180). Informações de um jornalista, «L. Norman, colaborador da Newsweek», acerca da política externa dos EUA quanto a Portugal e outros países europeus que o SNFE recebeu (21/Nov.) da sua embaixada nos EUA.

Segundo esta fonte, Kissinger estava «muito preocupado com a situação em Portugal, sobretudo por causa da possibilidade dos comunistas tomarem o poder», mas também pelas suas «possíveis repercussões em outros países europeus» como em Espanha, Itália, Grécia e França. Assim, na sua estadia, em Nova-Deli (28/Out.), ao aceitar o não-alinhamento da Índia, afirmou ainda «que os EUA não podiam tolerar uma tal posição por parte de um país da OTAN». Por isso, «imediatamente após a mudança do regime», em Portugal, «foi-lhe negada a presença em todas as reuniões confidenciais da OTAN» e o acesso a documentos confidenciais.

Quanto à destituição do embaixador Stuart N. Scott, em Portugal, esta teria sido «consequência da insatisfação de Kissinger devido aos seus relatórios e avaliações da situação, tanto antes do golpe de Estado (tinha fracos contactos) como depois». Devido a estes e outros erros, enviou a Portugal, em Agosto, o general Vernon Walters, director-adjunto da CIA<sup>151</sup>, e, depois, uma equipa do Departamento de Estado, devido não terem ficado satisfeitos nem com as informações dadas por Costa Gomes<sup>152</sup>, durante a sua visita a Washington.

Embora não houvesse «um perigo imediato da tomada do poder por parte do PCP», todavia, não se excluía tal perigo, porque era «a força mais organizada e devido à sua possível grande infiltração

<sup>149</sup> Referiu que «em geral, não diferencia[va] qual movimento se trata[va], ao que ele aspira[va] e o que queria». Deu outros exemplos das notícias publicadas, entre eles, os da «assinatura do acordo entre Portugal e a FRELIMO» e outros relativos à Angola.

<sup>150</sup> Todavia, pensava «que já seria um grande passo em frente quando alguém em nome da TANJUG, alguém na nossa embaixada ou onde fosse, estivesse em Lisboa e lesse aquilo que escrevem nesses jornais e isso relatasse na Jugoslávia, isso já seria um enorme passo em frente».

<sup>151</sup> «[...]que, além de outros contactos, teve conversações com Spínola e o general Gomes (em seguida foi a Espanha, onde contactou, entre outros, com membros do ex-regime português)».

<sup>152</sup> «(G. foi considerado moderado, mas não esta[va] seguros da sua orientação política)».

*no exército e no MFA*». Também, previa-se que, nas eleições de Março, podia ter 20 a 25% de votos e, até se dizia, que poderia ter membros, como independentes, em outros partidos.

Ademais, uma vitória do PCP poderia encorajar além de um desenvolvimento semelhante em Espanha e «*a situação económica em outros países europeus (crise energética, inflação)*» iria reforçar «*a influência e a importância dos PC*», bem como a sua entrada «*nos governos de uma série de países*».

Outros dilemas dos EUA iam de uma atitude positiva (prestação de ajuda e outras) a uma «*destabilização através da CIA*», mas esta última solução, «*após a divulgação da acção americana no Chile*» parecia não haver possibilidades para «*algo semelhante em Portugal*».

Como uma «*observação*» final, estas avaliações na imprensa podiam ter ainda a intenção de criar uma «*psicose em Portugal e a um incitamento à organização e actividade das forças de direita*».

— (Doc. 181). Este documento do SFNE (21/Nov.), intitulado «*As Mudanças em Portugal e o Desenvolvimento das Relações Jugoslavo-Portuguesas*», tem 8 páginas, repartidas por três capítulos, sendo os dois primeiros relativos à situação político-económica e descolonização e o último às relações entre os dois países após o 25 de Abril. Embora não indique, é de pressupor que a sua distribuição abrangeu, além do SFNE, um grupo de importantes dirigentes partidários e estatais, incluindo o presidente Tito.

Considerando que as mudanças em Portugal de 25 de Abril desse ano, «*quando foi derrubado o regime fascista e o governo de Marcelo Caetano*» pelo MFA, iniciaram um período de desenvolvimento interno democrático e, «*ao mesmo tempo, o processo de libertação dos países africanos sob a dominação colonial portuguesa*», esta introdução salienta ainda que tiveram «*também um amplo significado internacional, em particular, do ponto de vista da luta contra o colonialismo*».

As causas dessas mudanças teriam sido as seguintes: o insucesso de vencer as longas guerras coloniais; o agravamento da situação económica, política e social; o reforço da organização e actividades da oposição antifascista. Quanto à base da mudança, esta foi o MFA que era «*formado, principalmente, por oficiais médios e subalternos*».

Assim, o MFA, apoiado pelo povo e as forças progressistas e democráticas, permitiu a constituição do novo regime e a sua estabilização na base do seu Programa, cujos objectivos principais eram o fim da guerra nas colónias e um desenvolvimento democrático do país. Após ser geral e vaga no início, «*essa orientação tornou-se gradualmente mais elaborada e progressiva*».

Depois do primeiro governo provisório — desde Palma Carlos, a coligação de partidos políticos e a Junta Militar até ao «*agravamento das relações entre as forças conservadoras e progressivas*» e, em Julho, à sua demissão —, uma referência ao «*governo do coronel Vasco Gonçalves*», em que participaram «*todos os membros da anterior coligação, mas com a influência reforçada e o controlo do MFA*». Então, «*começou uma execução mais decisiva do processo da descolonização e um desenvolvimento democrático interno mais intensivo*».

Porém, os primeiros importantes resultados da descolonização (acordos da independência da Guiné-Bissau e Moçambique) e um «*desenvolvimento democrático interno*» defrontaram-se com a

tentativa de «*tomar o poder*», em 28 de Setembro, das «*forças conservadoras no seio do novo regime*» e do presidente Spínola. Após a sua «*pesada derrota*», houve um reforço das «*posições e influência [do] novo regime e as forças progressistas*<sup>153</sup>» e o MFA confirmou «*a sua posição-chave e funções*», assim como «*aumentou a importância e prestígio da esquerda*».

Considerando que a situação era ainda complexa, apesar das recentes mudanças,<sup>154</sup> o processo de desenvolvimento em curso não estava «*definitivamente assegurado*». Ademais, sendo Portugal «*um país pobre e não desenvolvido*», os problemas económicos eram «*o maior perigo para o novo regime*».

Igualmente, segundo este documento do SFNE, «*o capital do país*» receava que uma «*consolidação regime e a vitória das forças progressistas*» nas próximas eleições «*poderiam conduzir a radicais reformas económicas e outras*», as quais, iriam afectar «*os seus interesses, posições e privilégios*». Por isso, desde «*os latifundiários e o grande capital*» ao capital estrangeiro procuravam ameaçar o novo regime com o «*agravamento da situação económica e social*». Perante estas «*tentativas da direita*», o MFA procurava fortalecer mais as suas posições e «*assegurar o total e activo apoio das forças progressistas e democráticas*».

No início do segundo capítulo, a descolonização é descrita como «*a preocupação básica do novo regime e o problema em redor do qual ainda há uma luta interna e diferentes interesses se enfrentam*», seguindo-se um resumo comparativo dos seus passos e diferenças nos dois primeiros governos provisórios.

Em relação ao processo de descolonização, o primeiro foi o da Guiné-Bissau, «*como se esperava*», referindo-se somente o acordo acerca do reconhecimento da sua independência e a data (10/Set.) em que «*entrou em vigor*». Quanto a Moçambique, além do acordo assinado com a FRELIMO, menciona-se a formação de um governo de transição e a data da proclamação da independência (25/Jun./75).

Não obstante a importância destes acordos, era ainda incerto como seria resolvido o problema de Angola. Todavia, os recentes contactos «*com representantes dos movimentos de libertação, como também com os governos dos países vizinhos*» por parte do governo português mostraram que este processo de descolonização iria até o fim, embora fosse de «*esperar resistências e dificuldades*».

A respeito da política externa do governo português, esta ainda dependia bastante da «*resolução do problema colonial e da procura de amplos apoios internacionais*». Deste modo, procurava «*tirar o país do isolamento internacional*» e garantir «*ajuda económica, principalmente, da Europa Ocidental*». Depois, estes seus objectivos político-económicos foram apoiados pela social-democracia e os governos europeus ocidentais

Outras breves referências são relativas «*à filiação de Portugal na OTAN*» e às relações com os EUA, «*a União Soviética e os restantes países socialistas*» e os países africanos.

<sup>153</sup> Mencionando ainda que «*Spínola foi obrigado a abandonar o cargo de Presidente da República (30 de Setembro) e para seu lugar foi escolhido o general Costa Gomes*».

<sup>154</sup> Salientando, uma «*certa estabilização do regime e significativos resultados no plano da descolonização*».

O terceiro capítulo refere que «a Jugoslávia saudou as mudanças em Portugal, deu apoio ao novo regime e, activamente, procurou contribuir para a consolidação do curso progressista e do processo de descolonização», mencionando ainda «o restabelecimento das relações diplomáticas e um gradual desenvolvimento da cooperação».

Igualmente, acerca dessa cooperação entre os dois países, foram citadas as declarações, por ocasião da visita da delegação da ASPTJ, de Vasco Gonçalves e Mário Soares que «salientaram publicamente o significado a que da[vam] às relações com a Jugoslávia».

Quanto aos recentes contactos interestatais, o mais importante foi o das conversações dos seus ministros dos Negócios Estrangeiros, Miloche Minitch e Mário Soares, na ONU (25/Set.). Em relação à citada visita da delegação ASPTJ a convite do PS, foi mencionada a sua recepção por Costa Gomes e Vasco Gonçalves, assim como «a conversação particular» que teve com Mário Soares, quando aceitou o convite para visitar a Jugoslávia. Devido a essa visita não ter ainda ocorrido, esse seu adiamento explicou-o «por razões de trabalho», mas, segundo os autores deste documento, essas razões podiam ter sido outras.

— (Doc. 182). Após a sua chegada a Belgrado (24/Nov.), o embaixador Francisco Ramos da Costa foi recebido, no dia seguinte, por Lazar Moizov, Secretário-Adjunto Federal dos Negócios Estrangeiros, para a entrega das cópias das suas credenciais.

Segundo a «Nota» acerca da sua conversação, o embaixador português começou por salientar que «o governo português presta[va] um significado particular às relações com a Jugoslávia», considerando depois que existiam todas as condições para que fossem «muito próximas, amigáveis e um exemplo de estima». Referiu ainda o interesse, em Portugal, por um melhor conhecimento possível da «experiência original do desenvolvimento interno da Jugoslávia» que poderia ser vantajoso também para «traçar o futuro desenvolvimento da sociedade portuguesa».

Igualmente, no campo das relações bilaterais, Ramos da Costa realçou «a importância da cooperação económica» e referiu a próxima visita de uma delegação económica jugoslava a Portugal. Após essa visita, acrescentou que, além de novos contactos, esperavam «também concretos acordos acerca das relações económicas e trocas mercantis entre os dois países». Depois, no final, mencionou «a questão da instalação da Embaixada e residência» e solicitou a ajuda do SFNE para a sua solução.

Na sua resposta, Lazar Moizov congratulou-se com a chegada do embaixador português e ofereceu toda ajuda que fosse necessária no exercício da sua missão. Sublinhou os importantes contactos políticos entre os dois países efectuados nesses poucos meses e informou-o dos preparativos da «visita da delegação económica a Portugal». Para concluir, o diplomata jugoslavo referiu-se à questão da instalação da embaixada (chancelaria e residência) e às soluções existentes ou próximas a seu respeito.

— (Doc. 183), o SFNE enviou (27/Nov.) para a embaixada de Lisboa um resumo e comentários acerca das informações recebidas, dias antes, da embaixada de Washington (Doc.180). Referências à OTAN e à importância da «base americana no seu território», e à questão da «participação do PC no

*governo português», assim «como é possível fazer planos de defesa da Aliança de "ataques comunistas" com a presença de comunistas». Igualmente, foi mencionado que «Kissinger esta(va) muito preocupado com a situação em Portugal» e que «a destituição do embaixador americano em Lisboa, Scott,» foi devida à sua «insatisfação pela sua avaliação da situação tanto antes como também depois do "putsch"».*

### III.4— Documentos (164-183)

---

#### 164 [ Lisboa, Avaliação das relações com Portugal e as suas colónias após a independência. A importância de um maior conhecimento da Jugoslávia e sua presença nos meios da comunicação social portuguesa]

Embaixada RSFJ – Lisboa 453037

N.º 26

2 /11/ 1974

S F N E –

A nossa presença aqui até agora só satisfaz, tendo em vista quanto os outros se estabeleceram aqui, o que também, praticamente, valorizam a situação surgida após o 25 de Abril e as especificidades que, até certo ponto, fornecem ao regime alguma liberdade de comportamento e opção (ampla abertura na ONU, CE e países europeus, de África, Ásia, só por si, actuam limitando a influência mais directa das acções do Ocidente e EUA), aquele mínimo que cobre, e isso parcialmente, a nossa decisão política de restabelecer as relações. Os outros de longe mais eficazes, como por exemplo, a URSS, que além do embaixador e o ministro conselheiro, tem ainda três conselheiros, seis primeiros secretários, quatro segundos etc., os EUA, em menos de três meses, regressaram seis e chegaram nove diplomatas. Há mais exemplos, e todos falam a favor da qualidade. O Ocidente vê que este não é mais um país tão «seguro» como foi o caso durante o anterior regime, enquanto o «lager» [*N.T.: bloco socialista*] procura conquistar novas posições.

Já no início, pela nossa parte. o adiamento pode ter-nos prejudicado e ser considerado como precaução, do que se pode tirar conclusões (que, aos outros, vão seguramente ajudar) acerca do grau das nossas capacidades para apoiá-los em África, o que, aqui, ainda é a nossa posição mais importante, mas não tem de ser ilimitada. Também, já sozinho, o novo governo alcança resultados significativos neste campo. Não estou informado quanto é a nossa contribuição a esse respeito. Além disso, atrasamos em relação aos outros. A URSS já acordou a prestação de assistência técnica — especialistas, médicos, engenheiros para os territórios ultramarinos, seguindo-se e os restantes países socialistas. Cunhal em Moscovo, pelo que já se sabe, assegurou uma importante ajuda da URSS. [ 2.p.]

2. Não só a disposição por uma possível cooperação, mas também por razões políticas (África), eles decidiriam uma estreita cooperação connosco aqui, o que também dizem — no MNE, todavia, faltam as nossas iniciativas e, às suas, apesar de esporádicas, não têm resposta. Perante tudo isso, não se deve perder de vista que os portugueses, além dos passos decisivos do governo na descolonização, o que também a África começa a reconhecer, já nos últimos anos de guerra, trabalharam conscientemente no estabelecimento de relações com os movimentos e as populações autóctones africanas e ficarão, como à semelhança dos franceses e ingleses nas ex-colónias, bastante presentes (não só por causa da língua) nestes três países. Isto abre este importante mercado também para nós, caso nos empenharmos a tempo e num grau suficiente.

Por agora, não há ninguém que o faça. Penso que não podemos permanecer mais no âmbito dos consensos, na concordância de opiniões sobre as «necessidades», etc.

Tendo em conta tudo isto, proponho que a sistematização se corrija e a função dos assuntos económicos (e consulares) seja de primeiro secretário, porque esta é a única maneira de se assegurar a necessária qualidade. Saliento que o economista deverá ter uma grande experiência e conhecer bem a nossa indústria, possibilidades, capacidades, financiamentos etc. Isto deve ser levado em conta na sua selecção.

3. A conclusão básica até agora, quando se trata acerca do conhecimentos das nossas realidades e tudo aquilo que nos diferencia, como país socialista, dos outros países socialistas, isso sabem pouco ou insuficiente a esse respeito. Na minha opinião, na actual fase, esta é a tarefa política mais importante, da qual, no total, pode depender a que nível assegurará a nossa presença aqui. Valorizar tudo aquilo que é nosso na nossa política e nos torna o que somos. As nossas futuras posições e plataforma para uma presença mais ampla, em grande medida, dependem disso.

Os meios da comunicação social é desenvolvida e a um nível apreciável. [ 3.<sup>a</sup> p.] Dever-se-ia valorizar as importantes possibilidades que para nós existem do interesse pela nossa experiência. Em alguns breves encontros (jornalistas, secção da imprensa no MNE), em vésperas da reunião em Varsóvia, mostrou-se a sua importância. Embora isso não deva ser um efeito imediato dessas conversações, esta foi a nossa melhor publicidade política que nos foi dada desde que aqui estamos. Menciono, como exemplo, quanto com um trabalho sistemático se poderia conseguir. De resto, em geral, a nossa posição independente é o assunto de interesse mais frequente.

O elevado grau de atenção que o governo presta a convencer o Ocidente de que permanecerá fiel, no futuro, à aliança com eles, pela natureza das coisas, dever-nos-ia dar, como país fora dos blocos, mais espaço na propaganda, e que o regime não esteja sujeito a suspeitas especiais da OTAN ou do EUA. Todavia, para conseguir isso, também devemos fazer algum esforço. Tendo isto em vista, proponho que a actual sistematização se alargue a mais um lugar de secretário para a imprensa e a cultura. Caso uma solução adequada não for encontrada no SFNE, talvez, o perfil exigido tivesse que ser encontrado, aqui, no escritório de alguma nossa empresa maior.

Neste contexto, só saliento ainda o benefício político que teria a nomeação de um correspondente permanente da Tanjug. – Spasitch

Entregue: 3.ª Direcção, Gab. Minitich, Moísoy, Pribitchevitch, Militchevitch, Sekulovitch, Badurina, Berisavlhevitch, M. Stoilhekovitch, UPO, UKOP, UIK, UID, SI, arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

**165 [Lisboa, A situação na embaixada (avaria da máquina de cifra, a Festa Nacional e outras dificuldades)]**

Embaixada RSFJ Lisboa 458038

Número 28

3/11/1974

SFNE -

Informo que praticamente, há mais de duas semanas, estou totalmente sem o contacto com o SFNE. A única informação importante que recebi de 11 de Outubro (quando Popovitch veio de Paris e trouxe o equipamento, mas avariado), aquela acerca da conversação Minitich-Soares, em Nova-Iorque, e duas circulares da sétima direcção. Os restantes telegramas ou «locais» da 11.ª secção ou outros menos importantes — pedido de estimativas de despesas, medidas de poupança, urgência da editora «Moraes».

Pelo camarada que chegou da segurança para tecnicamente assegurar a embaixada não recebi nem uma carta. O mesmo ocorreu com a delegação. Na carta dos camaradas da direcção menciona-se que nos foi enviado correio. Nem recebi qualquer documento, nem recebi o correio.

No MNE, utilizámos as informações do país para troca de opiniões.

Apesar de, a tempo, termos informado que a máquina da cifra estava avariada, desde 11 de Outubro, como chegou de Paris, não há nem uma informação quando chegará alguém para consertá-la<sup>155</sup>.

A tudo isto se liga também o facto de que desde o início da greve em França, até hoje, não recebi nem um dos nossos jornais. A leitura da imprensa portuguesa, devido ao desconhecimento da língua, leva muito tempo. Já informei acerca de outras dificuldades, porque sou também funcionário consular e economista e secretária e agente imobiliário. [2.ª p.]

Muitas informações que recebo não envio, devido à falta de tempo nem sempre sou capaz de verificá-las. Na chancelaria, chegam-nos também pessoas sem aviso que não posso deixar de receber. Não tenho ainda nem as ajudas que pedi diversas vezes. Não estou em condições de responder aos pedidos militares. O que não é sem importância para o nosso início como um todo. Aconteceu que pessoas nos dizem que são membros do PCP e que querem nos ajudar com todo o gosto (na administração). Após isto, claramente, e apesar dos diversos contactos da sua parte não tive possibilidades de lhes dar respostas satisfatórias.

<sup>155</sup> Como este telex foi enviado para o SFNE, a citada avaria refere-se aos documentos cifrados recebidos de Belgrado.

Igualmente, peço que receba, até ao fim da semana, a resposta em relação à chegada do embaixador, porque isso está ligado à recepção, impressão do convites e o resto. Naturalmente, é preciso pedir antes o «agreement». Pela minha parte, discretamente, ligaria isso com a Festa Nacional. Caso o embaixador não chegue até então, os convidados ficarão completamente sozinhos, porque não posso ficar todo o tempo na porta — não posso exigir dos ministros que «cheguem a tempo». Soares chegou, na RDA, antes do fim da recepção. Não haverá ninguém para dirigir aos convidados mais importantes, pelo menos, algumas palavras. Pedia, também, uma resposta se decidiram que a recepção seja ao meio-dia ou à noite — pela noite pressupõe também as esposas, o que aumenta o número de convidados e despesas. – Spasitch

Entregue: terceira direcção, gabinete Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Militchevitch, Sekulovski, direcção de pessoal, serviço de comunicações, arquivos confidenciais  
*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

### 166 [ A reunião da delegação da ASPTJ com Mário Soares ]

Embaixada R S F J – Lisboa

N.º 32

453892

7/11/1974

SFNE –

Conversação da delegação da ASPTJ com Soares (o mais importante nos assuntos políticos), em 4 Novembro.

1.) No início, Soares sublinhou o seu grande interesse pela Jugoslávia, não só pelo prestígio que goza, mas também por causa da política externa independente, da reputação entre os países não-alinhados, etc. Não sabe ainda como decorreram as conversações (chegou essa noite do interior do país), mas eles, na direcção, irão estudar tudo. Agora, após que as conversações terminaram, a tarefa de ambas as partes é de passar, num prazo mais curto possível, na realização concreta do acordado — tanto no campo diplomático, como no partidário.

2.) Já começou uma séria corrida pré-eleitoral, na qual, têm bastantes rivais e dificuldades. Uma, falta de recursos que parece. pelo menos por aquilo que se vê, os outros partidos dispõem. Além disso, o seu problema é também a sua própria organização. Por isso, já convocaram o congresso para Dezembro (até às eleições, em Março, resta pouco tempo para essas difíceis eleições), isto é também, ao mesmo tempo, a razão que o obrigam a permanecer no país, a sua agenda está muito preenchida. Muito determinado disse que não podia ir agora a Belgrado, talvez possa apenas em Janeiro, não está seguro, caso não até então, resta uma data para depois das eleições. Mostrou a possibilidade de delegar que, nessa viagem, vá o Campinos, o secretário de Estado, mas nada mais disse acerca disso. Igualmente, acrescentou que o camarada Minitch podia vir a Portugal — tudo isto foi dito num tom ligeiro, não deixou a impressão de um convite. [ 2.ª p.]

3.) Fez um breve relato do processo da descolonização, sublinhando que já é bastante conhecida (e não provoca dúvidas) a sua vontade e determinação em finalizar tal processo. Em Moçambique, há

oposição, mas conseguem neutralizá-la, não esquecem e têm em conta de se assegurarem também da RAS.

Em Angola, as conhecidas dificuldades — desunião dos movimentos, mantêm diálogo com os três interlocutores, todos representativos, não podem ignorar nenhum deles. Mencionando Cabo Verde e Timor, disse que, apesar de diversas iniciativas para a resolução de Macau, a RP da China não mostrou qualquer interesse, ficou surda. Todavia, segundo as últimas notícias, parece que isso muda, que se chegará aos desejados contactos, esperam que conseguirão, ao mesmo tempo, efectuar o necessário para normalizar todas as relações. Isto é, em geral, de extraordinária importância para a sua política externa.

4.) Abertura em relação a todos — normalizaram as relações com os p.s. [N.T.: países socialistas] (apostrofoou RSFJ e URSS. Cunhal já conseguiu, em Moscovo, acordos de princípio para a abertura de uma série de concretas negociações no plano das relações económicas e culturais), o terceiro-mundo, com a Índia (houve, no passado, bastantes problemas por causa de Goa), com um grande número de países africanos estão a caminho de eliminar as dificuldades que impediam a normalização. Aqui, constantemente, fazem esforços — o PR. Gomes dirigiu, recentemente, uma mensagem à cimeira africana, em Rabat. Embora, não tenham relações com a Argélia, Zâmbia e Tanzânia, em África, estes países são-lhes muito próximos (mostram sérios sinais de compreensão), e a OUA muda de atitude quanto ao relacionamento anterior a respeito do estabelecimento de relações dos p.a. [N.T.: países africanos] com eles. Assim, um sério obstáculo está a caminho de ser eliminado. Muito invertem e trabalham no reforço das relações, em particular, com os p.e. e p.c.e. [N.T.: países europeus e países da C.E.], (numa base de preferências) das suas tradicionais ligações e orientações com a OTAN. Tudo isto está no programa das Forças Armadas e não há [ 3.<sup>a</sup> p.] oposição quanto a tal política.

5.) No contexto das próximas eleições, disse que não abandonaram a intenção da manutenção de relações estreitas com o PCP, estabelecendo uma unidade de acção. Porém, apesar das propostas várias vezes reiteradas pela sua parte, até ao momento, o PC não se pronunciou a seu respeito. Com efeito, o PCP imagina a unidade por meio de um órgão colectivo «que estaria sob o seu (comunista) exclusivo controlo». Isto para o PS é inaceitável. Todas as acções dos comunistas são dirigidas para os enfraquecer. Assim, também, a decisão (na realidade do PC) do MDP se constituir num partido político distinto, no fundo, é desfavorável. Eles disseram abertamente ao PCP que isso criaria uma atmosfera que actuaria negativamente nas futuras relações mútuas, que podia ter também reflexos desfavoráveis no futuro desenvolvimento e na unidade das forças democráticas no país. Porém, o PC continua a atacá-los, não tendo em conta a sua opinião. Sofrem, todos os dias, ataques dos comunistas na imprensa, através da rádio, TV.

Por causa da herança histórica e também por outros factores, Portugal com uma longa tradição de confiança e cooperação com o Ocidente não pode tornar-se num país de «democracia popular». Tal viragem ou política nessa direcção provocaria um pesado golpe na posição internacional geral de

Portugal (não elaborou). Afirmou que disseram abertamente aos comunistas que isso se trata de uma política aventureira, a qual, eles, socialistas, não podem seguir.

6.) Quanto à posição em relação ao não-alinhamento como política, disse que no Movimento das Forças Armadas e também em alguns partidos políticos (incluindo o P.S.P. [*N.T.: P.S. Português*]) existe uma corrente que é por uma política de não-alinhamento. Todavia, o programa das Forças Armadas, o documento básico de compromissos das relações no interior da coligação governamental, fala explicitamente acerca do respeito das obrigações internacionais. Quer dizer, ficamos também fiéis no futuro à OTAN, como [ 4.<sup>a</sup> p.] país da aliança ocidental. Porém, «este documento obriga somente até às eleições», depois das eleições talvez não se deva excluir também um desenvolvimento diferente.

A parte da conversação acerca da cooperação interpartidária será dada pela delegação no relatório. - Spasitch

Entregue: 3.<sup>a</sup> Direcção, Gab. [*N.T.: Gabinetes do*] PR, de Stambolitch, Gligorov, Biieditch, Dolants, Minitch, Grlitchkov, M. Tsetinitch, Bakotchevitch, Obradovitch, Moísov, Militchevitch, Badurina, Sekulovski, Komatina, Grupo dos Não-Alinhados, GAP, 7.<sup>a</sup> Direcção.  
*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **167 | SFNE, Resposta à «série de dificuldades no trabalho» da embaixada em Portugal |**

Terceira Direcção

Número 453038

7 / 11 / 1974

Embaixada R S F J - Lisboa

1. Com compreensão recebemos o vosso telegrama número 28, no qual, aponta uma série de dificuldades no trabalho. Pedimos também que compreendam que fazemos esforços para que a embaixada seja capaz quanto antes para uma normal actividade, que acima de tudo implica um quadro de pessoal completo e a solução dos problemas materiais básicos. Também, sabe por si próprio que isso não é fácil, nem vai sempre da maneira como gostaríamos. É difícil encontrar quadros apropriados, apesar dos esforços que efectuamos. Todavia, acreditamos que, em breve, encontraremos a solução para o secretário da embaixada e a secretária (pelo menos enviaremos alguém temporariamente como ajuda). Orientamo-nos para que, nos primeiros tempos, completemos o que está previsto na sistematização, e só então iremos para eventuais soluções adicionais (local de trabalho para economista, imprensa e outros), depende da avaliação, volume de actividades etc.

2. Estimamos que, até agora, a vossa informação é exacta, exhaustiva e de qualidade. Estamos conscientes que trabalha em condições difíceis, o que exige maiores esforços e abnegação, abrangendo, até agora, com os relatórios todos os temas principais pelos quais estamos interessados.

É necessário que nessa direcção continue enviando resumidas notas e, também, nós enviaremos, no futuro, as informações de outras embaixadas e consulados que forem consideradas uteis para o vosso trabalho e informação. As informações que até agora enviaram não receberam por causa da greve [ 2.<sup>a</sup> p.] dos serviços dos CTT franceses.

3. Para a recepção faça tudo o que for necessário como que o embaixador não vai estar presente. Organize a recepção para o meio-dia e ajuste à concepção e à estimativa de custos. Ter em conta que esteja assegurada a necessária amplitude e representação de todas estruturas (estadais e outras), não só do ponto de vista do actual desenvolvimento das ligações, mas já partindo de todas as futuras necessidades e interesses. Convide o segundo em funções das restantes embaixadas, caso exista uma necessidade real (contactos de trabalho e outros efectuados, cordialidade na cooperação). Comunicaremos posteriormente o montante do fundo para a recepção.

4. Tendo em conta que os camaradas N. Militchevitch e D. Vutchitchevitch estarão em Paris, em 21 e 22 de Novembro, prevemos que Spasitch vá a Paris um dia para conversações. Confirmaremos depois a data.

5. Foi enviado o telegrama acerca da compra do automóvel para a embaixada. Deverá efectuar o pagamento, porque isso aqui não possível.

6. O técnico do serviço de comunicações chegará dentro de dias para consertar a máquina. A proposta para a compra da casa está à consideração. – Maksitch.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

## 168 [ Nota da LCJ acerca das conversações, em Belgrado, com delegação do PCP ]

### NOTA

acerca das conversações do membro do Comité Executivo da Presidência do CC LCJ DOBRIVOJE VIDITCH com os membros do Comité Executivo do CC PC de Portugal JAIME SERRA e CARLOS ABOIM INGLÊS, Sessão conjunta, 8 de Novembro de 1974, em Belgrado.

No começo das conversações, em nome do Comité Executivo da Presidência do CC LCJ, D. Viditch saudou os convidados, exprimiu a satisfação pela participação da sua delegação no Décimo Congresso da LCJ e a continuação dos contactos estabelecidos entre a LCJ e o PC de Portugal, como também o desejo que tal cooperação se desenvolva.

Serra afirmou que segundo as decisões do CC PC de Portugal visita os PC dos países socialistas para os informar dos trabalhos e decisões do recente efectuado Congresso Extraordinário do PC de Portugal (20/Out.).

O Sétimo Congresso (extraordinário) foi realizado por causa da situação que surgiu depois do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e teve só um ponto na ordem dos trabalhos: «Aprovação do Programa e Estatutos do Partido». Realizou-se num dia e não foram convidados representantes de outros partidos.

O Congresso ordinário do PC de Portugal realizar-se-à no começo do próximo ano e, nele, gostariam de ver também representantes da LCJ.

O Congresso extraordinário do PCP realizou-se numa atmosfera específica que se seguiu imediatamente depois o insucesso da contra-revolução — 28 de Setembro deste ano, que teve como objectivo de destruir os resultados da viragem do 25 de Abril de 1974.

A maior conquista que o povo conseguiu no 28 de Setembro foi o ajuste de contas com as forças mais reaccionárias de Portugal e a destituição dos generais reaccionários da «junta de salvação», e a própria saída do presidente Spínola. Nessa ocasião, o povo confirmou as conquistas positivas do golpe de Estado de 25 de Abril e foi a força principal nestes acontecimentos, enquanto o exército teve o papel de acompanhante, diferente da situação do 25 de Abril, quando o exército teve o papel principal.

[ - 2p. - ]

Os preparativos para o Congresso foram grandes e nele participaram 1000 delegados que foram eleitos pelas organizações regionais do partido. No Congresso, esteve presente um grande número de convidados de outros partidos, representantes da coligação, exército, etc. Como convidados do Congresso estiverem representantes dos movimentos de libertação.

O Congresso foi seguido pela imprensa nacional e estrangeira (cerca de 60 jornalistas estrangeiros representando 50 jornais). No Congresso, falaram 58 delegados. Ao Congresso foram enviadas também mensagens de saudação de outros partidos do estrangeiro, que foram lidas.

Os documentos mais importantes que o Congresso aprovou foram o Programa e Estatutos, depois o discurso do chefe do Partido, Cunhal, e a Plataforma.

A Plataforma determinou as três direcções básicas da acção política do PC de Portugal: Formação das relações democráticas no país; contributo de novas medidas económicas no sentido da resolução dos problemas económicos do país; recondução seguinte do processo de descolonização.

Pela primeira vez, foi anunciado publicamente a parte do Comité Central que saiu da clandestinidade. Todavia, não foi anunciado a composição completa do CC por cautela. O Comité Central do PC de Portugal é constituído: 53% de trabalhadores industriais e agrícolas; 12% intelectuais; 6,3% estudantes; 2,5% camponeses. A percentagem de camponeses não exprime a verdadeira influência do Partido entre a população rural. A estrutura por idades do CC é a seguinte: 42,2% até 30 anos; 32% entre os 50 e 60 anos.

Os representantes do PCP consideram que a resolução da questão do estatuto das colónias portuguesas muito complexa. Depois do golpe de Estado de 25 de Abril, Portugal seguiu por um caminho original na busca da solução para o problema da descolonização. O governo de coligação procurou interlocutores entre os representantes mais progressistas dos movimentos de libertação com o objectivo de uma resolução o mais rápida possível desta questão.

Angola é a colónia maior e a mais rica, a resolução da sua posição representa um problema complexo, entre outras coisas, por causa da desunião na direcção do seu [ - 3p. - ] movimento de libertação. Até à divisão no MPLA, entre outras coisas, chegou-se também por influência do estrangeiro, ou seja, por intrigas e a actuação de serviços de informações estrangeiros. O PC de Portugal

é da opinião que esta situação será superada e que se chegará ao restabelecimento na direcção do MPLA. Agora, a situação é um pouco mais favorável depois das conversações entre o governo de Portugal e a direcção do MPLA quando foi alcançado o acordo acerca do cessar-fogo, que aliás de facto já existia. Nas maiores cidades de Angola, o MPLA abre as suas representações.

O problema de Cabinda é muito grave, porque os americanos apoiam um grupo que deseja a sua separação por causa das grandes riquezas, principalmente, em petróleo. As opiniões são de que, não obstante, a separação é irrealista, tanto por causa das forças do MPLA naquela parte do país, como porque a OUA aprovou uma resolução que se exprimiu categoricamente contra a modificação das fronteiras. Várias vezes, chegou-se até a combates entre, de um lado o MPLA e soldados portugueses e, do outro lado, membros desses diversos grupos.

A Guiné-Bissau obteve a independência, todavia, as ilhas de Cabo Verde representam um sério problema, os americanos vigiam-nas atentamente por causa da sua posição estratégica muito importante, e nesse contexto será difícil encontrar uma solução. O PC de Portugal falou com os representantes do PAIGC e propôs como a melhor solução a autodeterminação dessas ilhas, com o que os representantes do PAIGC concordaram. O PCP apoiará a resolução deste problema e no futuro nos princípios da autodeterminação das ilhas de Cabo Verde.

O problema de bases estrangeiras em Portugal é muito actual, o PCP é contra a sua existência. Todavia, tendo em vista a actual situação internacional, não coloca essa questão para evitar um agravamento desnecessário, porque estão, neste momento, concentrados na estabilização e a seguinte transformação democrática da sociedade em Portugal.

A questão estratégica mais importante no Programa do Partido é, neste momento, a consolidação das relações democráticas no próprio Portugal. A resolução dos problemas existentes no país depende da eficaz consolidação das forças progressivas. O desenvolvimento da situação depois do 25 de Abril [-4p.-] mostrou que as forças militares devem também, no futuro, participar activamente em todas as acções que empreendem as forças progressistas democráticas a fim de impedir as tentativas da reacção de interromper o processo progressista dos acontecimentos. Seria errado que o exército, depois do 25 de Abril, um tempo se retirasse da activa cena política. A sua aliança com o povo e a sua actuação conjunta, segundo a avaliação de Serra, é a maior garantia para salvaguardar a futura democratização da sociedade.

O trabalho sistemático de longa duração do PC, com o exército e o quadro dos oficiais, influenciou a formação da consciência progressista e na tomada de consciência acerca da necessidade do empenhamento directo do exército, o que também conduziu até aos acontecimentos do 25 de Abril deste ano. O movimento das forças armadas não é um partido político e a sua composição é muito heterogénea. Mas, o seu programa é idêntico, no fundo, ao programa do PC em relação às medidas mais urgentes que se devem tomar. O que será no futuro — ver-se-á. Contudo, salientou Serra, o original é que um exército que entrou numa guerra colonial, neste momento, tornou-se num importante factor na descolonização da África.

O movimento sindical é unitário e tem cerca de um milhão de membros. O movimento juvenil é também bastante forte. As organizações sindicais e juvenis estão firmemente nas posições da continuação da democratização da sociedade e o PCP com elas tem muito boas relações.

O PC de Portugal é da opinião que o processo de democratização em Portugal e a formação de uma sociedade democrática não se desenvolverá segundo o modelo de alguma forma de democracia europeia-ocidental, mas manterá os seus originais enquadramentos e movimento.

No aspecto da socialização da economia ainda não foram desenhadas medidas concretas, mas o PCP é da opinião que se devia começar pelos ramos da indústria pesada e dos grandes monopólios. Em alguns casos já se chegou até à nacionalização e foram criadas empresas estatais. Igualmente, foram introduzidas medidas de controlo estatal no campo do comércio exterior. Embora, o PCP tenha escrito no seu Programa que o socialismo é o seu objectivo final, neste momento, insistir nisso não seria oportuno, por causa de que isso podia ter influência na unidade das forças democráticas em Portugal, que estão orientadas na estabilização do regime e sua futura transformação social. [ - 5p. - ]

A consolidação no próprio Portugal é o melhor ajuda para o processo social progressista em Espanha. Tem-se cautela para não fazer o que seja que possa servir de pretexto para algumas acções provocadoras contra Portugal por parte do regime espanhol.

Viditch falou sobre as questões da seguinte cooperação entre a LCJ e o PCP. Deu concretas propostas que poderiam entrar no programa de cooperação para o próximo ano e explicou-as. (Troca de delegações de estudo e conferencistas; intercâmbio de jornais, revistas e outras publicações; trocas periódicas de ideias entre os funcionários dirigentes dos dois partidos sobre as questões políticas e coisas de interesse comum. Apareceu a possibilidade de publicação de artigos dos seus autores no nosso jornal «Komunist» e etc).

Explicando estas propostas, Viditch falou também acerca do sistema geral de defesa popular, autogestão, educação marxista e trabalho ideológico como possíveis temas para as delegações de estudo. Serra afirmou que acerca destas questões informará o CC PCP, exprimindo a convicção que estas propostas serão aceites com satisfação por parte da sua direcção.

Viditch falou mais extensamente acerca das razões e princípios da vasta cooperação da LCJ com os partidos comunistas, operários, socialistas, social-democratas, como também os partidos e movimentos dos países não-alinhados. Sublinhou também a activa cooperação com os movimentos de libertação e a ajuda política e moral que a LCJ dá a esse movimentos, em particular, aos movimentos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, etc. Neste contexto, explicou também, em particular, as relações da LCJ e ASPTJ com o Partido Socialista de Portugal<sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup>Viditch voltou a falar destes temas na reunião conjunta (20/Nov./74) da Comissão de Relações Internacionais do CC LCJ e da Comissão de Cooperação e Ligações Internacionais da CF ASPTJ. Nas cinco páginas da transcrição da gravação da sua intervenção, há um relato mais pormenorizado (e crítico) das posições do PCP quanto a estas relações e comentários a outras questões da situação política em Portugal.

Serra afirmou que são totalmente claros para eles os princípios com os quais a LCJ coopera e a amplidão e o significado positivo dessa cooperação, mas pediu, contudo, à LCJ, como «partido irmão» que no futuro nestes casos encontre maneira de se consultar com eles.

Viditch afirmou que a LCJ enviará com satisfação uma delegação ao congresso ordinário do PCP. Informou que uma delegação da ASPTJ participará no próximo congresso do Partido Socialista de Portugal. Serra disse, também, que o PCP participará no congresso do PSP.

*AJ,507,103*

---

### 169 [ Uma avaliação da situação política após o 28 de Setembro ]

Embaixada R S F J Lisboa 454661  
 Número 34  
 11/11/1974  
 S F N E –

Após os acontecimentos de Setembro, quando a esquerda e os progressistas nas cidades mostraram a força e os comunistas acentuaram a sua contribuição e o papel organizativo, a destituição de Spínola (o garante do desenvolvimento controlado e da lealdade aos Estados Unidos e OTAN), a actividade da política externa do governo (nos últimos tempos com a participação mais directa dos representantes do MFA), visando dissipar suspeitas e reservas no Ocidente num posterior desenvolvimento — perigo do aumento da influência comunista, viragem mais radical à esquerda, etc. — «indicam que esta acção do governo e MFA dura ainda, apesar de ter começado ainda nos fins de Setembro, e até se torna cada vez mais intensa».

1. Um dos membros mais proeminentes do movimento dos oficiais, Saraiva Carvalho (comandante das forças do COPCON), em quatro entrevistas, afirmou, decidida e repetidamente, que «para alguns só parece que existe a cooperação entre o MFA e os partidos da coligação». Em particular, neste contexto, apostrofou o PCP (nem o MFA coopera com o PCP, nem o PCP com o MFA). Realçou o MFA toma as suas decisões autonomamente, de acordo como seu próprio programa. Da importância de tudo isso, repetiu, no almoço no Clube Americano (não há lugar para qualquer preocupação com o desenvolvimento futuro).

Além das anteriores críticas que dirigiu a parte da imprensa ocidental acerca da falta de objectividade, de enfatizar o perigo da influência dos comunistas, entre outras coisas, o ministro dos Estrangeiros Soares repetiu aos meios de comunicação locais a determinação de Portugal em respeitar [2.ºp.] a aliança ocidental (também, isto disse de forma inequívoca, como uma necessidade, nas conversações com a delegação da ASPTJ).

Diversas notadas e significativas visitas de estadistas e políticos proeminentes a Portugal — Mitterrand, Rocard, Brandt, Palme, há alguns dias, Mackloski (numa missão particular – Açores e nova

avaliação do desenvolvimento aqui), também tiveram por objectivo de convencer o Ocidente na orientação de estreita cooperação com eles e concordar com a necessidade do governo deixar isso claro.

A viagem do major Victor Alves, membro proeminente do MFA e vice-presidente do governo (encarregado da Defesa e Informação), nos países da CE — RFA, França, Grã-Bretanha, Itália [ e ] parte das acções para que se estabeleçam novas ligações com os aliados ocidentais e que, ao mesmo tempo, por meio de contactos directos, convencer que Portugal fica fiel às suas obrigações. Igualmente, a visita aos EUA do PR Gomes teve o mesmo objectivo.

Importantes contactos bipartidos com os Nove, além de carácter prático (base para futuras relações mútuas), com o mesmo objectivo — confirmar uma orientação duradoura e predominante com amplas ligações com a CE.

Refrão repetido em quase todos os meios (MNE, jornalistas, socialistas, comunistas também — sobre o que já relatei) que a política de Portugal também é determinada pela sua posição geográfica, sinal que o governo avalia cuidadosamente também a sua posição no quadro da conduta internacional, apesar de um desejo incontestável que, paralelamente, se reforce novamente a sua posição internacional, gradualmente, se liberte da limitação [3.<sup>a</sup> p.] que lhe impõe uma tal situação — discretamente, opiniões formuladas (Soares) acerca das deficiências da segurança europeia, acerca da existência dos blocos, um olhar para a política de Não-Alinhamento, uma sugestão de um reflexo compreensível para proteger estreitos interesses nacionais (no contexto das negociações acerca das bases nos Açores) etc.

A actividade no plano externo combinada com os passos no interior. O governo não se decide (pelo contrário, acalma) por um ataque frontal à grande burguesia e ao capital financeiro, temendo, certamente, além das implicações políticas mais amplas, não abrir também a frente com as companhias multinacionais.

O governo condenou publicamente e tomou enérgicas medidas para que não se repitam as tentativas de impedir as actividades pré-eleitorais livres de partidos fora da coligação (recente ataque ao comício e à sede do CDS, partido de direita). Constantemente, repete-se a orientação da «democracia pluralista» — concessão de condições de direitos iguais para todos os partidos (lei eleitoral). O PPD — o terceiro partido da coligação decidiu pedir a admissão na Internacional Socialista, etc.

2. Todavia, todas estas medidas têm também por objectivo de, dando as necessárias garantias ao Ocidente e EUA, assegurar, paralelamente, uma política aberta a outras posições, o que por todas as contas, ainda não asseguradas mas se — até um certo ponto (graças também às circunstâncias específicas pelas quais se chegou ao 25 de Abril) — uma tal política for tolerada pelos EUA e OTAN, talvez, o seja sobretudo devido ao apoio da CE.

O Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório querem assegurar ao máximo uma possível independência na comunicação internacional e, igualmente, [4.<sup>a</sup> p.] em relação ao futuro grau de democratização interna. A abertura quanto ao resto do mundo (países socialistas, Índia, sugerida a

normalização das relações com a RP da China, sucessos iniciais em relação a importantes países de África — Líbia, Tunísia, Marrocos e Argélia) pode actuar como factor do enfraquecimento da pressão e influência mais imediatas dos EUA. Talvez, por isso, deve-se explicar o interesse extremamente forte dos bancos locais por uma ampla conexão com os países orientais europeus como parte dos esforços do governo para garantir um certo equilíbrio necessário, protegendo-se de uma dependência unilateral do Ocidente e com o reforço da posição internacional consolidar as posições já adquiridas.

3. De diversas fontes, é visível também na imprensa, as reservas dos EUA quanto ao futuro desenvolvimento, apesar dos numerosos esforços do regime nesse sentido, não se dispersaram. No seu regresso ao EUA, Makloski declarou que nada de concreto foi decidido em relação a uma eventual ajuda dos EUA a Portugal, continuam as reservas quanto à participação de Portugal no grupo do armamento atómico da OTAN (o major Alves disse, em Paris, que isso também não era a preocupação mais importante de Portugal, o que, após a saída, primeiramente, da França e, recentemente, também da Grécia do organismo militar da OTAN, nos círculos do Pentágono pode provocar um eco negativo). Ademais, a decisão indicativa do DE de substituir aqui o embaixador Scott (aqui desde Janeiro) sob a formulação não oficial de que avaliou demasiado optimisticamente a situação em Portugal. Não se deve perder de vista que, aqui, recentemente, estiveram quatro membros do DE e da CIA, cuja missão foi insuficientemente esclarecida. Um certo tipo de indicação foi também o que Brandt disse, ao regressar de Lisboa: que tinha garantias de que os EUA não vão intervir, à maneira chilena, em Portugal, excepto, em circunstâncias particularmente difíceis. [5.ª p.]

A elevada preocupação dos EUA pode-se explicar, em parte, também com o facto da presença da URSS nos meios de informação locais que, de resto, estão sob a influência muito forte e constante do PCP, começando a ser até demasiado acentuado (não tenho a impressão de que coincide totalmente com a celebração de Outubro). Isto, tanto mais que essa publicidade vem após, pode-se dizer, de uma campanha dirigida contra os EUA, a embaixada americana local e a CIA (segundo algumas indicações, nos círculos do MFA, estão preocupados com tal publicidade aos soviéticos, «porque o movimento não quer que a influência de uma potência substitua outra»).

Esta avaliação preliminar pode significar que Portugal torna-se, todavia, o cenário de uma luta por influência que poderia trazer alguns novos tons num desenvolvimento futuro. Tanto mais que os múltiplos esforços do governo (nos directos contactos com os movimentos de Angola e com os países africanos) aceleram, em princípio, o ritmo para a solução do problema de Angola. – Spasitch

Entregue: 3.ª Direcção, Gabinete do PR, Dolants, Minitch, Grlitchkov, Viditch, Bakotchevitch, Obradovitch, Moísov, Pribitchevitch, Militchevitch, Komatin, Badurin, 2.ª, 4.ª, 5.ª e 7.ª Direcção, GSS-SS

*ADMNE, F-217(Portugal, 1974)*

Número – 759  
13/11/1974  
SFNE –

Conversei na recepção com o ministro português Soares<sup>157</sup>:

1. Muito satisfeito com as conversações em Tunis. Acredita que a visita terá um carácter simbólico. Todavia, foi muito substancial. Também, encontrou-se com o representante de Angola e Kissinger.<sup>158</sup> Ambas conversações foram úteis, em particular, com o representante de Angola. Salientou que se continuará com a descolonização. Espera que convenceu os tunisianos disso. Mencionou que o caso de Angola é um pouco mais complicado do que das restantes colónias portuguesas. Nas conversações (e publicamente) apoiou os árabes quanto ao Próximo Oriente e aos palestinos. Expressou o desejo de normalizarem as relações com os países árabes. Os tunisianos prometeram apoio nisso e influenciar. Com o mesmo objectivo, vai também à Líbia<sup>159</sup> numa visita não oficial. Avalia favoravelmente as relações de Portugal com a Espanha. Diz que a Espanha se mantém correctamente. Por agora, não aprova a actividade da emigração portuguesa.

2. Saúda o V-P e SF Minitch. Disse que o convidou para visitar a Jugoslávia. Isso tenciona efectuar quanto antes. Salientou o papel da Jugoslávia, sobretudo a sua reputação e prestígio como país não-alinhado e entre os países r. Agradece o nosso apoio junto dos tunisianos. – Petrovitch

Entregue: sexta direcção, Gabinete de Minitch, Viditch, Grlitchkov, Moísov, Obradovitch, Militchevitch, Komatina, Badurina, M. Stoilhekovitch, Grupo Não-Alinhados, Gap, terceira e sétima direcção.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**171[SFNE, Informações de Dar es Salam (reunião com Agostinho Neto e a situação em Angola)]**

Terceira Direcção  
Número 454747  
13 / 11 / 1974  
Embaixada R S F J - Lisboa

1. Neto numa conversação com os nossos, em Dar es Salam, disse que tinham regulares contactos públicos e secretos com os portugueses. Tiveram a confirmação que a junta portuguesa considera o MPLA o interlocutor principal nas negociações, apesar do facto que negociam, ao mesmo tempo, com a UNITA e a FNLA.

---

<sup>157</sup> Neste como noutros documentos, a sua data é do seu envio e não dos factos relatados. Exemplo: a data desta recepção foi (7/Nov.) e o encontro com Kissinger (9/Nov.).

<sup>158</sup> Sem citar o nome do representante da FNLA, acrescentou que «*ambas conversações foram úteis, em particular, com o representante de Angola*». Todavia, após as conversações que tiveram em Washington (18/Out.), esta comparação não foi explicada pelo diplomata jugoslavo.

<sup>159</sup> Essa visita foi em 11-12 Novembro.

Também, Neto não tem uma posição definitiva acerca da participação, no futuro governo de coligação de Angola, do representante da minoria branca. Deixam isso para o desenvolvimento dos acontecimentos. Em qualquer caso, considera que a minoria branca, como grupo, em relação aos movimentos de libertação de Angola não pode ter um estatuto igual, mas que deve-se, seguramente, respeitar os seus interesses.

Neto aceita um governo de coligação provisório de Angola como a solução mais realista e está consciente da necessidade da cooperação com a FNLA, embora negociará directamente com Holden somente quando melhorar ainda mais a posição do MPLA. O mesmo se aplica também com a UNITA. Considera que o mais difícil será estabelecer a cooperação entre a FNLA e a UNITA.

2. Na conversação com os chefes das missões diplomáticas, em Lusaca, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Mwaanga estimou que a situação, em Angola, «extremamente confusa», por causa da divisão no MPLA e da desunião entre os movimentos de libertação angolanos. Todavia, a Zâmbia espera que o governo provisório será constituído em breve e que, nele, estarão incluídos todos os três movimentos. Esperam a independência de Angola até finais de 1975, ou o mais tarde em início de 1976. – Maksitch

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

## 172 | Relatório da delegação da ASPTJ acerca sua estada em Portugal |

Comissão da Cooperação e  
Relações Internacionais do CF ASPTJ05-567/74

### RELATÓRIO

acerca da estada da delegação da ASPTJ em Portugal (30/X-5/XI/1974)

A delegação da ASPTJ que a convite do Partido Socialista (PS) esteve em Portugal de 30/X até 5/XI era constituída por: Marin Tsetinitch<sup>160</sup>, vice-presidente do CF ASPTJ; Moma Markovitch, membro do CC LCJ; Milan Raiatchitch, membro da Presidência do CF ASPTJ e presidente do CC CC ASPT de Belgrado; Ivan Ivekovitch, secretário da Comissão da Cooperação e Relações Internacionais do CF ASPTJ; Iurai Ivchevitch, conselheiro no SFNE.

Mencionamos que esta foi a primeira visita de uma delegação política jugoslava a Portugal .

Além dos encontros e conversações com a direcção do PS, a delegação foi recebida em visitas separadas pelo Presidente da República Costa Gomes e o primeiro-ministro Gonçalves. Além de Lisboa, a delegação visitou também três cidades no norte do país. Nas conversações em Lisboa, esteve presente também o encarregado de negócios da embaixada jugoslava, Verolhub Spasitch.

Aqui damos o relatório da delegação, como também as suas propostas para a promoção da cooperação com Portugal.

---

<sup>160</sup> Falou sobre esta viagem na reunião conjunta (20/Nov./74) da Comissão de Relações Internacionais do CC LCJ e da Comissão de Cooperação e Ligações Internacionais da CF ASPTJ. Segundo uma dezena de páginas da transcrição da gravação da sua intervenção, comentou alguns pontos e respondeu a perguntas sobre este relatório.

Até à visita da delegação da ASPTJ, sucedeu: 1) Um mês depois da demissão do general Spínola que para as forças democráticas de Portugal representou uma importante vitória; 2) no momento quando começaram a manifestar-se as diferenças entre os partidos da coligação, em particular a confrontação e a rivalidade na relação socialistas-comunistas; 3) quando Portugal está sujeito a pressões na cena internacional pelas forças reaccionárias.

O objectivo da visita foi: 1) também desta maneira afirmarmos o nosso apoio ao processo de democratização e descolonização que foi iniciado com o golpe de Estado do 25 de Abril e de neste contexto confirmarmos o desejo por uma mais ampla cooperação possível entre os dois países em todos os campos; 2) para conhecermos o melhor possível a situação interna do país, [ - 2 - ] distribuição e relações de forças na sua cena política; 3) para promover as relações com o PS com quem tivemos contactos também no período anterior.

Fomos convidados do PS e todos os contactos que tivemos decorreram no quadro do programa que prepararam os nossos anfitriões. Isto condicionou também, em certa medida, a imagem incompleta que tivemos acerca da complexa situação política do país. Como é conhecido, o Partido Comunista (PC) opôs-se à realização desta visita e recusou encontrar-se com a delegação. Igualmente, não tivemos possibilidades de contactarmos forças, como por exemplo, o Partido Popular Democrático (PPD – social-democrata) que se encontram na ala direita da coligação governamental. Além do encontro com Gonçalves, que nos recebeu na qualidade de presidente do governo e o encontro com o ministro do Trabalho, também não tivemos a possibilidade de contactar directamente com representantes do Movimento das Forças Armadas (MFA).

É preciso dizer que durante um intenso programa de cinco dias obtivemos muitas impressões que nos ajudaram a completar os nossos anteriores conhecimentos, mas que muitas questões por causa dos antes citados factores ficaram superfluamente esclarecidas.

#### Programa

A direcção do PS organizou-nos um programa que tinha também a marca da política interna. Com as visitas ao presidente da república e presidente do governo desejaram dar à delegação um elevado tratamento e cunho interestadual (isto confirmam também os temas que, por essa ocasião, foram tratados nesses encontros), e com a estadia em três cidades do norte do país (Porto, Viana do Castelo e Espinho) conhecemos a disposição política das bases do PS. Por fim, os anfitriões investiram grandes esforços para que os meios de informação acompanhassem o mais amplamente a visita da delegação.

Tendo em conta as condições nas quais actua o PS, a visita foi, nos limites dessas realidades, bastante bem realizada.

No primeiro dia, a delegação encontrou-se com o primeiro-ministro Gonçalves e com o presidente Costa Gomes. Enquanto, numa curta conversação [ - 3 - ] com Costa Gomes se limitou ao problema da descolonização, mantendo-se particularmente nas dificuldades com que se deparam em

Angola, enquanto o encontro com Gonçalves foi mais substancial porque se tratou mais pormenorizadamente as relações interestaduais, em particular as económicas, e o papel do MFA na vida política do país.

No segundo dia, tivemos conversações, durante 8 horas, com a delegação do PS, na qual estavam: secretário político Tito de Moraes; membros da Comissão Política (CC) Salgado Zenha (ministro da Justiça); Marcelo Curto; Rodolfo Crespo (secretário da organização); João Guterres (secretário dos quadros); Sotomaior Cardia (director do jornal partidário) Francisco Dacosta<sup>161</sup> (embaixador em Belgrado) e outros. Informaram-nos amplamente acerca das suas opiniões sobre a situação interna em Portugal e falou-se também da cooperação bilateral.

No terceiro e quarto dias (sábado e domingo), visitámos as organizações partidárias no Porto, Espinho e Viana Castelo e tivemos a oportunidade de falar em três encontros com mais de centenas de activistas do PS (a delegação nestas três cidades foi chefiada por M. Markovitch, porque M. Tsetinitch adoeceu).

No quinto dia, encontrámo-nos com o secretário-geral Mário Soares (nos dias anteriores, esteve em viagem pelo interior do país) e, nesta ocasião, nos detivemos nas questões da cooperação bilateral PS-ASPTJ. No mesmo dia, os anfitriões organizaram uma conferência de imprensa.

No fim da estadia, foi assinado um comunicado conjunto (Ver anexo<sup>162</sup>).

#### O papel do Movimento das Forças Armadas (MFA)

Sem dúvida, o MFA é o factor que domina a cena política portuguesa ou, como se exprimiu o ministro Zenha, «o único senhor do presente e futuro de Portugal, enquanto o PS e PC têm um papel secundário».

A entrada do exército na cena política não é um facto novo em Portugal e como exemplo da sua activa ingerência mencionam-se: numerosos «putsches» no século XIX, derrubamento da monarquia e instauração da república [ - 4 - ], queda da república liberal e instauração de um Estado fascista-conservador e, por fim, o derrubamento do regime fascista.

A partir de 1961, as guerras coloniais condicionaram a mudança do perfil de classe dos quadros de comando do exército português: em lugar dos filhos da grande burguesia, nos oficiais entrou gente de origem da média e pequena burguesia. No contacto com a realidade cruel da guerra, com os povos dos territórios africanos e os movimentos de libertação — começou no terreno a politização dos oficiais. Cada vez mais, eles estavam em discordância com a hierarquia do exército e as autoridades estatais em Lisboa, e eram acusados pelo insucesso da «pacificação». A concessão dos privilégios dos quadros profissionais aos quadros de reserva (até ao posto de capitão), provocou a formação, entre os oficiais profissionais do chamado Movimento dos Capitães (hoje MFA), que de um grupo pela defesa de

<sup>161</sup> Francisco Ramos da Costa.

<sup>162</sup> Este documento não foi encontrado.

interesses corporativos, pouco a pouco, se transformou num movimento de oposição ao regime. No momento do «putsch», o Movimento contava com cerca de 150 oficiais reunidos na Comissão Coordenadora Política (hoje conta com cerca de 400 oficiais).

Com o derrubamento do regime fascista, o MFA constituiu-se como a ala esquerda no seio do exército que fez uma aliança com os partidos de esquerda que estão integrados no governo provisório: PS, PC e PPD. Num ponto de vista de classe, o MFA exprime a tendência da pequena burguesia radicalizada que aspira a soluções «socializantes». A Comissão Coordenadora Política é um corpo colegial e dos seus membros que, mais se expuseram até agora perante o público, estão o primeiro-ministro Gonçalves, o comandante do COPCON general Carvalho, os ministros de Estado, tenentes-coronéis Antunes e Alves, o membro da Junta de Salvação Nacional e o governador de Angola, almirante Rosa de Coutinho e o chefe do Estado-Maior, general Carlos Fabião.

A sua dominação no interior do exército e na vida política do país, o MFA baseia-se no COOPCON (centro coordenador) que conta com várias fiéis unidades com grande mobilidade (comandos e unidades blindadas), no chamado V Exército<sup>163</sup> (serviço de informações militares e civis, também com unidades próprias) e na rede dos seus enviados em todas as unidades regulares do exército (uma espécie de delegados do MFA). Igualmente, o MFA dispõe duma rede autónoma interna de [ - 5 - ] comunicações.

O MFA efectuou uma radical depuração nas fileiras dos oficiais, afastando ou reformando um grande número deles como de pouca confiança e comprometidos (afirmam uns 700). O MFA possui um regulamento interno de comportamento. O seu boletim interno tornou-se, durante o período da nossa estada, acessível ao público. Foi introduzido um sistema específico de eleição das chefias e sua promoção aos altos postos (na eleições participam todos os oficiais, mas não os soldados).

Como pudemos saber, o MFA empenhou-se muito, nos últimos tempos, no plano da instrução política da população, especialmente no campo, onde grupos de oficiais visitam sistematicamente o terreno, explicando os objectivos do golpe de Estado, onde já iniciaram muitos cursos para analfabetos e etc.

O MFA luta muito energicamente contra todos os seus adversários: em público e através dos meios de informação é proibida qualquer crítica ao MFA (em Viana do Castelo, antes da nossa chegada, prenderam um padre local que num sermão criticou o MFA). Depois do 28 de Setembro, foi proibido o trabalho de três partidos que foram acusados por participação na conspiração de direita: Partido Liberal, Partido do Progresso (chamados federalistas) e o Partido Nacionalista.

O Programa do MFA que foi escrito antes do 25 de Abril e tomado pelo governo de coligação, é bastante vago e resume-se a duas teses insuficientemente definidas: democratização e descolonização. Isto permite diversas interpretações, como foi o caso do conflito com Spínola e como é o caso das interpretações que lhe dão os diversos partidos. Como expoente da corrente reaccionária, Spínola não

---

<sup>163</sup> N.T.: refere-se à V Divisão.

concordava com o processo da descolonização e empenhou-se para um exército «apolítico», o que conduziu também à crise do 28 de Setembro.

Além de gerais formulações acerca de «orientações antimonopolistas», ao programa do MFA falta-lhe uma dimensão económica. Por exemplo, nada se diz acerca da política agrária, embora a questão dos agricultores (por um lado os latifúndios, por outro a fragmentada pequena propriedade) seja um dos piores problemas do país. Os nossos interlocutores do PS consideram, todavia, que a partida do Spínola criaram-se condições para a evolução do MFA para um programa «*socializante*», o que nos confirmou [ - 6 - ] também o próprio Gonçalves. Depois do 28 de Setembro, o governo de coligação aceitou o programa económico mínimo que lhe foi proposto pelo PS.

Gonçalves falou com enérgicas palavras acerca do exército como «guarda da democracia» e sublinhou que esse papel será seguido e depois das eleições para a Assembleia Constituinte. Na entrevista que, nesses dias, deu ao jornal «República» o chefe do Estado-Maior, Fabião, realçou que ao exército pertencerá no futuro importantes tarefas no plano social, económico e cultural. Por seu lado, Gonçalves falou das tarefas do exército na educação do campo e no arranque de trabalhos públicos.

É interessante que, num determinado contexto, Gonçalves deu a prever que se pensa na possível institucionalização da coligação do MFA e os partidos de esquerda através da eventual formação de uma organização política comum ( união, aliança ).

Embora, não tivéssemos a possibilidade de considerar quais são todas as tendências políticas presentes no MFA (foi-nos dito que «*os socialistas pensam que Gonçalves é comunista, e os comunistas acreditam que é socialista*»), é claro que dentro do MFA dominam as tendências de esquerda, próximas do PS e do PC. Com o derrubamento do regime fascista, o MFA empenhou-se à esquerda e aqui não há regresso ao passado. Está decidido a realizar o programa de democratização e descolonização. A par disso, não se trata só da orientação política do grupo dominante. No interior do MFA, mas também do destino comum dos oficiais que primeiramente, no 25 de Abril, e depois no 28 de Setembro, arriscaram a vida. Cada regresso ao passado ameaçaria, não só as suas posições na vida política, mas também as carreiras e, talvez, também a vida. Como o demonstrou no 28 de Setembro em Portugal ou durante a conspiração ultra em Moçambique, o MFA está pronto para defender com todos os meios as posições ganhas e orientação. Pensando neste tema, poderíamos dizer que a lógica interna dos acontecimentos em Portugal e os problemas com os quais se defronta, condicionam a maturidade do MFA e os seus apoios cada vez mais fortes nas forças democráticas e partidos da coligação.

Por isso, pensamos que os acontecimentos em Portugal não podem voltar ao estado antigo. Portanto, a direita no interior do exército está decapitada e desorganizada; aqueles que como Spínola podiam colocar-se à sua frente foram afastados; o MFA é, apesar de representar uma minoria no exército, [ - 7 - ] bem organizada, domina todas as suas estruturas e não se retirará sem luta. Por fim, o MFA pode contar com o forte apoio dos partidos de esquerda.

Não conseguimos obter através das conversações uma clara ideia acerca do papel do presidente da República general Costa Gomes. Os nossos interlocutores do PS sublinharam em público e em privado o seu positivo papel na crise de Setembro, quando a sua posição ao lado do MFA, contra Spínola, perturbou o equilíbrio existente a favor das forças democráticas. Igualmente, eles sublinham que, uns bons dez anos antes de Spínola, Costa Gomes apresentou a tese que as guerras coloniais não se podem ganhar por via militar e por isso, uns tempos caiu na desgraça durante o regime fascista. À diferença de Spínola, que era conservador e clerical, Costa Gomes é considerado liberal que olha com simpatia a nova evolução de Portugal. No público, é bastante popular porque deixa uma impressão de modéstia e calor humano. Não é membro do MFA, mas foi conduzido, como também Spínola, ao cargo por parte dos anónimos capitães com uma personalidade amplamente conhecida do público nacional e estrangeiro. Quanto é o seu verdadeiro poder, e quanto depende da boa vontade do MFA, é difícil determinar. Todavia, é seguro, que como personalidade não se lhe pode atribuir tendências pró-comunistas, executa um papel útil no limar das arestas das críticas que chegam do Ocidente e que se transformaram numa verdadeira campanha antiportuguesa após o 28 de Setembro. Sob esta luz, provavelmente, deve-se olhar também a sua visita aos EUA.

Os nossos anfitriões realçaram em diversas vezes «que o MFA não poderia realizar o seu programa sem a cooperação das forças democráticas, nem estas estariam em condições de sozinhas, sem o seu apoio, de realizar o programa de democratização e descolonização». Pensamos que isso é exacto e que uns não se podiam manter-se sem os outros. Os executantes do golpe militar de 25 de Abril pediram o apoio do público português e receberam-no através da manifestação maciça do 1 de Maio. Esta manifestação significou, ao mesmo tempo, a afirmação da força dos partidos de esquerda, antes de mais do comunista e socialista. Assim, em redor do programa mínimo que oferecido pelo MFA, nasceu o primeiro governo de coligação de Palma Carlos. Na crise de Setembro, os partidos de esquerda deram um apoio decisivo ao MFA e, levantando barricadas nas entradas de Lisboa para impedir a chegada [ - 8 - ] dos manifestantes de direita, no fundo prejudicaram a posição do MFA que hesitava naquele momento crítico (está confirmado que Gonçalves e Carvalho estiveram algumas horas prisioneiros de Spínola no palácio presidencial).

Todavia, e apesar das pouco claras alusões de Gonçalves à eventual institucionalização da aliança MFA-partidos de esquerda e penetração mútua, os nossos interlocutores insistiram na afirmação que «o MFA é dirigido pela lógica interna dos soldados» e que «deseja guardar a sua integridade e independência em relação aos partidos da coligação». Não está interessado na participação nas próximas eleições para a Assembleia Constituinte. Todavia, Zenha confirmou que entre os partidos da coligação e o MFA existe um «acordo tácito» para que ao MFA, depois dessas eleições, se assegure um «lugar adequado» no quadro da futura constituição.

Dando uma característica geral da política que, no momento, conduz o MFA e o governo provisório, Zenha definiu-a como «reformismo revolucionário» .

Aqui, devemos acrescentar mais uma constatação: o novo regime democrático derrubou só o topo da superestruturas estatais fascistas, enquanto o seu aparelho administrativo e policial ficou praticamente intacto.

### O Partido Socialista (PS)

O PS é um partido em formação que ainda não encontrou o seu definitivo perfil ideológico-político e organizativo. A actual direcção, a nível nacional, como local, é de carácter provisório — parcialmente eleita nas condições da ilegalidade e parcialmente agrupada de eminentes indivíduos (a Comissão Política a nível nacional foi nomeada praticamente por M. Soares). Dentro do PS estão presentes e legalizadas diversas tendências, como são o Movimento Socialista Popular (MSP) ou o Grupo Autónomo (GAP) que se integraram no partido, como orientações — marxistas, humanistas e sociais-democratas. Tal estado provisório durará até meados de Dezembro quando se realizará o primeiro congresso do PS e serão confirmados ou aprovados os novos programas, estatutos e direcção.

[ - 9 - ]

Os documentos básicos em que se pode ver o perfil do actual PS, ou melhor dizendo aquele perfil que está desenhado na sua direcção provisória, são: 1) Declaração de princípios e o programa do PS («em cujo texto antes do 25 Abril trabalharam algumas dezenas de camaradas»); 2) papel do Conselho Directivo do PS de 12-13/X/1974 que tem o título «Por um caminho democrático original para o socialismo».

Na «Declaração de Princípios» definem os seguintes objectivos do PS: 1) edificação de uma sociedade sem classes em que os trabalhadores seriam «produtores associados» e da qual seriam excluídos «o trabalho assalariado e o lucro»; 2) a luta de classe dos trabalhadores pelo socialismo democrático e contra a opressão capitalista no quadro «do pluralismo político e ideológico»; 3) o PS apoia-se no marxismo como «direcção para a acção e não como dogma»; 4) Reclamando-se das experiências soviética, chinesa, jugoslava, cubana e vietnamita, o PS empenha-se pelo direito dos povos seguirem «diferentes caminhos no socialismo que dependem primeiramente das suas estruturas socioeconómicas e políticas»; 5) O PS luta contra «o sistema capitalista e a dominação burguesa», como também contra o caminho neocapitalista; declara-se contra a sociedade de consumo e rejeita aqueles conceitos sociais-democratas que aspiram à conservação das estruturas capitalistas e que servem os interesses do imperialismo; 6) o PS «acompanha atentamente a experiência» dos partidos comunistas que «respeitam os valores do socialismo democrático», como também «as contribuições ao socialismo» por parte dos sectores criadores da Nova Esquerda; 7) O PS intercede pelo direito dos povos colonizados à autodeterminação e à independência; 8) o PS considera que é pré-condição para o derrubamento da sociedade capitalista a luta consequente contra o fascismo e o colonialismo.

No «Programa», os objectivos do PS argumentam-se o mais pormenorizado: 1) no campo da economia; 2) no plano social; 3) no campo da política interna (liberdades públicas, liberdade de associação, pluralismo, tribunais, papel das forças armadas e outros); 4) no plano internacional. Neste último, menciona-se que o PS «rejeita a política atlântica até ao presente do governo fascista» e que «condena a política da OTAN», que colaboraram com o governo fascista e apoiava a sua política colonial. [ - 10 - ]

O documento do Conselho Directivo que foi aprovado imediatamente após a demissão de Spínola, quando foi estimado que o governo provisório podia fazer novo passo à esquerda (o PC realizava, ao mesmo tempo, o congresso extraordinário), na realidade, define o programa mínimo em relação ao MFA, aos partidos de esquerda e propõe uma «decisiva intervenção do Estado» nos assuntos económicos do país. O Programa Económico do PS que é incluído neste documento foi-nos explicado por António Guterres, o membro da Comissão Política. Ao mesmo tempo, ele deu alguns elementos fundamentais da situação económica do país<sup>164</sup>.

As prioridades pelas quais o PS luta são as seguintes: 1) a reforma agrária que numa primeira fase prevê a expropriação das grandes companhias com capitais anónimos nos latifúndios e aqueles que estão improdutivo ou situados em regiões onde é necessário executar trabalhos públicos.; 2) o estabelecimento do controlo estatal sobre as transacções financeiras começou com a nacionalização de 4 bancos; 3) o estabelecimento do controlo estatal sobre a indústria pesada — numa primeira fase o Estado ficará com acções em algumas indústrias pesadas; 4) canalização de toda a cooperação com o capital estrangeiro através do Estado.

Com estas medidas iniciais, desejam: 1) romper as ligações que existem entre o capital industrial e financeiro e, a par disso, o Estado deverá jogar um papel principal com a sua actuação diferenciada; 2) continuar a isolar a burguesia latifundiária que já está sozinha; 3) com o favorecimento do pequeno e médio proprietário reforçar a aliança da média e pequena burguesia que com a classe operária são de orientação antimonopolista.

Do anterior regime, Portugal herdou também, como nos foi dito, relações desiguais com o MCE com o qual foram assinados acordos discriminatórios. Segundo Guterres, não existem condições para a integração de Portugal no MCE, em que dominam as companhias multinacionais que transformariam o não-desenvolvido Portugal numa neocolónia europeia. O futuro económico do país vê num «cada vez

---

<sup>164</sup> Com um PN de 1000 dólares *per capita*, Portugal era um dos países mais pobres da Europa. Nos últimos 10 anos, 45% foi gasto na condução das guerras coloniais e provocou a emigração económica de 2 milhões de trabalhadores (em 8,5 milhões de habitantes). Até há alguns anos, a economia capitalista era dominada pelos latifundiários, banqueiros e comerciantes (os pilares fundamentais do regime fascista), enquanto o desenvolvimento industrial (burguesia liberal) foi de curta duração e encontra-se no quadro de sectores tradicionais de baixa produtividade e fraco poder concorrencial (por exemplo, o têxtil): 20% no sector primário, 44% nas actividades transformadoras e o restante nas actividades de serviços. Uns 70% das trocas comerciais exteriores foram efectuados com os países do MCE [*N.T.: Mercado Comum Europeu*]. A inflação era de 30%.

maior apoio no Terceiro Mundo» (o que dependerá do processo de descolonização), e estão também muito interessados no desenvolvimento das relações económicas com os países socialistas, considerando que num e noutro lhes pode ajudar a Jugoslávia.

Estes são os documentos programáticos da actual direcção do PS. Segundo uma avaliação geral, todavia, a base do partido é muito mais radical e impaciente. Disso nos pudemos assegurar por ocasião das conversas que tivemos no terreno. Segundo essas fontes, a corrente marxista é dominante no interior do partido, mas não está adequadamente representada na actual direcção. Mencionamos um exemplo concreto: um dia antes da nossa chegada ao Porto, que tem uma das organizações mais importantes do PS no país, foi resolvida a crise da direcção local de tal maneira que aos actuais membros da Comissão Política (nomeados) foram agregados os delegados eleitos de todas as secções e eles são, todos sem excepção, representantes da corrente marxista. Como os representantes mais eminentes dessa corrente de esquerda no interior do partido consideram-se entre outros — os membros da Comissão Política Marcelo Curto (encarregado do trabalho dos sindicatos), Cardoso (especialista para a agricultura), Manuel Serra (líder do MSP), João Guterres (secretário dos quadros), Nunes (dirigente do Porto) e outros.

Em conversações não oficiais, membros do PS consideraram que, na cena política de Portugal, o PS se encontra mais à esquerda do que o PC. Alguns deles, é preciso saber que muitos quadros do PS passaram pelo PC, afirmam que seriam membros do PC de Portugal, quando tal PC fosse semelhante ao PC de Itália ou PC de Espanha. É característico que as linhas de separação entre as bases do PS e os grupos da extrema-esquerda são muito mais fluidas do que [ - 11 - ] entre o PC e esses grupos (o conflito do PC com a extrema-esquerda é mais agudo), e que as relações do PS com os partidos da direita (PPD e CDS) muito mais agravadas do que as do PC com os mesmos partidos. Os nossos interlocutores contaram-nos, em conversas oficiais, exemplos cooperação directa do PS e a extrema-esquerda em algumas greves às quais se opôs o PC. Durante o tempo da nossa estada em Lisboa, as actividades de certos grupos esquerdistas e do PS tentaram neutralizar um comício do CDS ao qual o PC tinha enviado um telegrama de saudações e demoliram a sede deste partido (houve 40 feridos e três mortos entre os manifestantes e polícia.)

Por causa deste «esquerdizar» e pela definição que dá a si próprio, o PS está bastante afastado do modelo social-democrata da Europa Ocidental. Enfim, nos seus documentos oficiais o PS demarca-se da social-democracia. Criticando o PPD que se declara como partido social-democrata, os nossos interlocutores afirmaram energicamente como o reformismo social-democrata e a via neocapitalismo que seguem alguns S-D é inaplicável no atrasado Portugal. No caso de, não obstante, ser preciso procurar um paralelo europeu, então os mais próximos do PS seriam o francês PSU ou o anterior italiano PSIUP, com a diferença que o PS dispõe de uma base muito mais maciça.

Neste momento, o PS já foi apanhado pela febre pré-eleitoral. A coexistência de diferentes orientações, a luta pelos eleitores, conceito vago acerca do próprio partido, falta de quadros e a situação portuguesa muito dinâmica e complexa — condicionam o PS a crescer como um partido eleitoralista que se apoia em bases insuficientemente definidas. Eles próprios reconhecem que estão muito mais atrasados na organização do que o PC: em todo o aparelho partidário no país dispõem um total de 40 profissionais de todos os perfis, enquanto o PC dispõe de 3.000. No norte do país, onde vivem perto de 5 milhões de habitantes, no Porto, têm somente um profissional de perfil político. Na corrida com o tempo em que foram apanhados, não têm nem tempo, nem forças para alcançar uma formação sistemática dos seus próprios quadros. [ - 13 - ]

#### O Partido Comunista e as relações PS-PC

As relações PS-PC representam uma das questões-chave do Portugal contemporâneo. As ideias a que chegámos são unilaterais, porque não tivemos oportunidades de entrarmos em contacto com os representantes do PC.

Segundo apreciação geral, o PC é, junto ao exército e a igreja católica, a força mais organizada na vida política do país. Ideologicamente é, pelo menos visto de fora, muito homogéneo e tem um claro conceito daquilo a que aspira (a tática do PC foi elaborada no último congresso extraordinário).

Coloca-se elasticamente em relação ao MFA e a par disso, como dizem os socialistas, conta com «relações privilegiadas com o MFA». Igualmente, com uma série de declarações e procedimentos procura adaptar-se às realidades portuguesas e actual momento político. Por exemplo, apoiou a lei acerca das greves, a qual os socialistas dizem que é a mais reaccionária na Europa. Demarcam-se duramente da extrema-esquerda. Segundo a avaliação dos socialistas, esforça-se a animar o grande capital e os partidos da direita. Aceitou na prática a continuidade da política atlântica de Portugal e suprimiu o conceito da ditadura do proletariado do seu Programa.

Dispõe de uma forte estrutura de organizações partidárias e com quadros optimamente formados que endureceram nas condições da luta clandestina contra o fascismo (tem 3.000 profissionais). Foi um viveiro de quadros para todos os restantes partidos de esquerda e, principalmente, para o PS. Os seus pontos de apoio são: a classe operária de Lisboa e Porto (domina os sindicatos), os trabalhadores agrícolas dos latifúndios no sul do país e nos círculos intelectuais (meios universitários, profissões liberais). Igualmente, dispõe de uma plêiade de conhecidas personalidades cujo renome obtiveram, não só através da luta antifascista, mas também no plano profissional (mais que no PS). Domina nos centros da informação pública — na TV, rádio e nos chamados diários independentes. Claramente, na propaganda mural, ultrapassa todos os restantes partidos. [ - 14 - ]

Segundo uma informação, dentro do PC existe, todavia, duas correntes: 1) uma, que domina no CC agrupa-se em redor dos membros do secretariado Octávio Pato e Joaquim Gomes, e 2) outra, que por causa da sua autoridade pode contar no apoio do aparelho partidário, reúne-se em redor do secretário-geral Cunhal. Supostamente, a primeira tendência aspira à emancipação da «tutoria de

Moscovo» e empenha-se por um comunismo «mais puro», enquanto a segunda é «estalinista e oportunista». Contudo, nem uma, nem a outra quer a cisão. Cunhal impôs-se no partido com a sua enorme autoridade e ele determina por agora a sua orientação política. No último congresso, supostamente, houve o perigo de Cunhal ficar em minoria num secretariado de 5 membros e por isso impediu a eleição do quinto membro, de forma a manter uma relação empatada de 2:2.

Como afirmaram os nossos interlocutores do PS, o PS está interessado sinceramente na cooperação com o PC: «fomos aliados na luta contra o fascismo e hoje somos aliados na construção do Portugal democrático». Propuseram ao PC, como dizem, que nas eleições saíssem com uma plataforma comum, mas não receberam resposta, nem acreditam que a venham a receber. Consideram que isto é assim por que o PC conta com a relação privilegiada com MFA. Por nosso lado, a isto acrescentaríamos que talvez a principal razão disto seja que o PC se sente muito forte. Segundo a direcção do PS, as diferenças fundamentais que os separam dos comunistas são as seguintes: 1) «o PC deseja a unidade por cima, e o PS está de acordo com a unidade através das bases, sem tomar em conta a afiliação partidária»; 2) os dois partidos são rivais na corrida eleitoral e contam com a mesma categoria de eleitores; 3) O PC é um partido monolítico, enquanto no PS estão presentes diferentes correntes; 4) os pontos de vista do PS e do PC são muito diferentes acerca da situação internacional e as alianças internacionais (aqui pensa-se, em primeiro lugar, nas relações privilegiadas PC-URSS).

No documento do PS «O que é o Partido Socialista» mencionam-se as seguintes críticas ao modelo estalinista de Estado; diz-se: «nos países comunistas, e a União Soviética é o modelo mais importante, o Estado foi monopolizado por parte do Partido Comunista», «foi criada uma nova classe dominante que se impõe e reprime os direitos da organização operária»; «pode existir um verdadeiro socialismo só quanto os trabalhadores participam nele livremente», etc. Ao mesmo tempo, o PS ergue-se firmemente contra o anticomunismo que «sempre foi uma arma nas mãos das forças reaccionárias». «Cada via que efectua alguma reforma, quando luta contra os privilégios, as forças da direita, os ricos e os privilegiados acenam com o perigo comunista».

Aqui deve-se dizer que ao contrário do socialismo administrativo, o modelo jugoslavo do socialismo autogestionário é muito próximo de muitos membros do PS e que isto nos foi dito por vários membros da direcção mais estrita do PS. Isto foi também uma das razões das divergências entre as linhas do PS-PC.

Recordamos que um dos primeiros conflitos públicos entre as linhas do PS-PC aconteceu já há um par de meses quando o PS se retirou do Movimento Democrático (*N.T.: o MDP*) — uma espécie de frente antifascista que existiu antes do 25 de Abril e que através da chamada Comissão Eleitoral teve possibilidades, em determinados períodos por ocasião das eleições presidenciais, para actividades moderadas. Segundo a avaliação do PS, os comunistas transformaram o Movimento Democrático, graças aos seus quadros, numa sua filial e pretenderam continuar através dele a dirigir todas as forças

de esquerda no país. Quando o PS se retirou do Movimento Democrático, o PC atacou-o por «quebrar a unidade das forças democráticas».

Na conclusão desta parte, diríamos que: apesar de todas as divergências e conflitos entre o PS e PC, ambos os partidos, por força das circunstâncias, estão condenados a relações entre si. Acreditamos que disso estão conscientes um e o outro e na actual corrida eleitoral, como também o desfecho das eleições, não podem conduzir até à ruptura, porque isso ameaçaria o desenvolvimento de Portugal.

#### O leque político e as eleições

No sistema «do pluralismo político e ideológico», como existe hoje em Portugal é permitida a actividade de todos os partidos que não invoquem a continuidade com o regime fascista e que não ofenderam directamente o MFA ( recordamos que por causa da participação na [ - 16 - ] conspiração de direita foram proibidos três partidos: o Liberal, Partido do Progresso e o Partido Nacionalista). As regras do jogo foram formuladas na «Lei da Associação Política», que foi publicada durante o período da nossa estadia.

Na coligação governamental encontram-se só três partidos: PS, PC e PPD. O MFA associou ainda, no trabalho de certos órgãos estatais, representantes do Movimento Democrático (filial do PC) e a Liga da Acção Revolucionária (LUAR) — grupos que não jogam, todavia, um papel independente.

Na ala direita da coligação governamental encontra-se o Partido Popular Democrático (PPD) que chefia Sá Carneiro e que tem um ministro. O PPD constituiu-se após o 25 de Abril e declarou-se como partido social-democrata. Os seus esforços de encontrar apoios na Europa Ocidental provocaram hesitação, num momento, nos partidos sociais-democratas que não puderam escolher entre o PS e PPD ( prevaleceu, contudo, o PS que tinha sido anfitrião de Brandt, Mitterrand e Palme). Segundo a afirmação de um interlocutor do PS, o PPD «recomenda a via neocapitalista e não sai do quadro do tradicional liberalismo». No PS consideram que, no fundo, o PPD não concorda com o curso de esquerda do MFA, mas que depois da saída de Palma Carlos (o primeiro presidente do governo provisório que foi obrigado a demitir-se), ocultou-o como para assegurar as suas posições até às eleições. Supostamente, o PPD dispõe de importantes recursos financeiros que recebe do grande capital. Está muito presente na propaganda mural.

Nas eleições lutará, juntamente com o CDS, pelos votos da direita.

Quanto se pode avaliar o partido mais importante da direita é o Centro Democrático Social (CDS), cujo líder é Freitas do Amaral. Encheram Portugal com os seus cartazes e, seguramente, dispõem de fortes apoios financeiros. Os socialistas afirmam que o CDS «agrupa os fascistas ilustrados». Lendo alguns dos seus textos, onde se fala acerca do «personalismo», até se critica a sociedade capitalista, dir-se-ia que no CDS estão presentes algumas tendências políticas cristãs.[-17- ]

Os restantes partidos de direita, com influência e actividades muito menores, são o Partido Cristão Social-Democrata (PCSD), Partido Social-Democrata Independente (PSDI) e Partido Popular Monárquico (PPM).

À esquerda da coligação governamental, mas muito próximos do PS, encontram-se o Movimento da Esquerda Socialista (MES) que se pode identificar com o francês PSU. Aqui se encontram alguns também alguns elementos da Liga da Acção Revolucionária (LUAR).

Na extrema-esquerda encontra-se quatro grupos principais: 1) Brigadas Revolucionárias Populares (BRP) – pregam a luta armada pelo socialismo, empenham-se por um «puro» comunismo e editam o jornal «Revolução»; 2) Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) que agrupa os maoístas, dispõe de importantes recursos financeiros e edita dois jornais «A Luta Popular» e «O Grito do Povo»; 3) Liga Comunista Internacionalista (LCI) agrupa os trotsquistas; 4) Movimento Libertário Português agrupa os anarquistas. Estes grupos que enchem as paredes de Lisboa com os seus cartazes têm uma certa influência na universidade e no interior de certos sindicatos. Estes grupos não tencionam participar nas eleições, mas no PS acreditam que individualmente alguns deles votarão pelos candidatos do PS.

Realça-se que é muito difícil fazer prognósticos para as próximas eleições. Segundo um inquérito que tivemos conhecimento através dos interlocutores do PS, os votos seriam distribuídos da seguinte maneira: 29% para o PS, 16 para o PC, 13% para o PPD e 42% indeterminados. Todavia, avisaram-nos que esta relação pode modificar-se bastante até às eleições.

Nos votos «indeterminados» contam, principalmente, as formações de direita. Aliás, a maior incógnita nas vésperas das eleições representa a opção do campesinato do norte do país, onde domina a pequena propriedade e onde uma concepção conservadora-clerical é muito forte. Igualmente, não está claro qual será a opção da massa de trabalhadores no estrangeiro que estão sujeitos a uma sistemática e crescente pressão de propaganda inimiga e um pouco atemorizados pelo destino das suas poupanças e investimentos. [- 18 -]

Pensando neste tema, devemos avisar que ninguém nos soube explicar exactamente quais as possibilidades das forças de direita nas próximas eleições. Durante a nossa estada em Lisboa, o general Spínola viajou para a Suíça e a par disso declarou que se candidatar-se-ia, caso algum partido o propuser.

Por aquilo que parece, as eleições podem todavia não trazer directas alterações à situação política do país e isto, não obstante, os seus resultados. Por exemplo, agora já se sabe que a tarefa da Assembleia Constituinte será estritamente limitada à aprovação da nova constituição. Até que não seja aprovada a constituição, funcionarão, na actual composição, todas as instituições provisórias — presidente da República, governo provisório de coligação, Conselho de Estado, etc. Com isto, o MFA e os partidos de esquerda manterão as possibilidades de influência, não só na política corrente do país, mas também nas futuras soluções constitucionais. Contudo, as eleições permitirão considerar mais claramente as reais relações entre a direita e a esquerda, como também a extensão da influência de determinados partidos.

### Sindicatos

A situação no movimento sindical de Portugal foi exposta por Marcelo Curto, membro da Comissão Política e um homem que se considera um dos principais marxistas dentro do PS.

A organização sindical do operariado em Portugal começou nos primeiros anos deste século. Até à instauração do Estado fascista-corporativo de 1933, actuavam duas centrais sindicais, ambas sob influência dos anarquistas.

Sob o regime fascista, os trabalhadores continuaram a sua luta em condições clandestinas e aqui era dominante a influência do PC. A luta pelos direitos dos trabalhadores e melhores condições de trabalho e vida da classe operária fez parte integrante da luta de todas as forças democráticas.

Depois da liberalização das leis acerca da organização sindical que efectuou o regime de Caetano, em 1970 foi fundado um corpo de coordenação sindical sob a denominação de Intersindical. Até ao 25 de Abril, a Intersindical foi dirigida conjuntamente por comunistas, socialistas e católicos, mas depois do golpe de Estado o controlo sobre esta central foi tomado pelo PC. [- 19 -]

Actualmente, a Intersindical agrupa 68 sindicatos profissionais ( e não 220, como afirma o PC). Segundo a opinião do PS, a actual direcção que não saíu da escolha dos trabalhadores, não representa de forma adequada as correntes da base. O operariado é muito mais radical, segundo Curto, do que a direcção da Intersindical, porque, seguindo as instruções do PC, entrou em táticas e compromissos de classe. Como confirmação destas suas teses, explicou que a luta dos trabalhadores pelos seus direitos é conduzida muitas vezes apesar e contra a vontade da Intersindical, como foi o caso com as greves dos empregados dos Correios, trabalhadores nos transportes públicos e aéreos. A Intersindical e a direcção do PC atacaram estas greves como «aventuristas». Ao mesmo tempo, Curto chamou a atenção que a direcção de certos sindicatos profissionais onde domina o PC — são muito representativas e, como exemplo, mencionou a do sindicato dos metalúrgicos.

Um dos pontos difíceis entre o PS e a Intersindical são as conselhos de trabalhadores que foram criados espontaneamente em algumas fábricas e que estão próximos do conceito da autogestão. A Intersindical queria pô-los sob o seu controlo, de forma que eles perdessem qualquer autonomia.

Pelo seu lado, o PS pode contar com o apoio de 14 sindicatos que estão representados na Intersindical: trabalhadores têxteis, construção, marítimos, estivadores, da hotelaria e empregados bancários e outros.

No seu trabalho, como nos foi dito, o PS dedica uma atenção especial aos sindicatos: na direcção existe uma comissão para as relações laborais e foi formado um centro de estudos que edita publicações sobre a autogestão e organiza seminários para os funcionários sindicais. Os sindicatos estarão directamente representados no próximo congresso do PS.

O PS permanece ligado ao tema da unidade do movimento sindical, mas nos conceitos de tal unidade difere do PC: «o PC deseja a unidade por cima e a par disso utiliza a existente direcção da

Intersindical que está sob a sua influência, enquanto o PS se empenha pela a unidade das bases dos trabalhadores, na qual se edificariam as estruturas unitárias do movimento sindical». [- 20 -]

O programa da descolonização

Acerca deste problema, falou-se por ocasião da nossa recepção pelo presidente da República, no encontro com Gonçalves, nas conversações oficiais com a delegação do PS e na conversação com Soares.

Todos confirmaram a determinação, com acentos diversos, do actual regime português de continuar, não obstante as inúmeras dificuldades internas e externas, a luta pelo desprendimento da hipoteca do passado colonial. Tivemos a convicção de que tal preocupação era sincera e que os estadistas portugueses estão conscientes que não podem resolver os numerosos problemas económicas e sociais do país enquanto não forem consequentes no processo de descolonização.

A isto acrescentamos uma observação externa: Lisboa está cheia de cartazes do MPLA (com a fotografia do Dr. Neto), PAIGC e, um pouco menos, da FRELIMO. Os meios da comunicação social dedicam toda a atenção aos acontecimentos nas colónias que são comunicados em pormenor e, poder-se-ia dizer, bastante objectivamente.

É interessante que o presidente da República, Costa Gomes, colocou o problema da descolonização em Angola no centro da sua exposição. Deu a impressão que queria justificar o atraso com que se aborda a descolonização deste país. Falou pormenorizadamente das divergências dos ML de Angola, o que dificulta o processo de concertação com eles. O problema está, como disse, «como os reunir numa mesa comum».

Segundo ele, o MPLA tem o auditório mais amplo em Angola, mas este movimento também está dividido em três fracções (Neto, Chipenda e Andrade). Considera que o Dr. Neto tem boas ligações internacionais, como também ligações no próprio Portugal, mas que o seu prestígio caiu em Angola, depois da crise interna do MPLA. Na nossa observação de que a crise do MPLA foi provocada, em primeiro lugar, pela ingerência estrangeira, respondeu que lhe são conhecidas as pressões estrangeiras exercidas sobre o MPLA. Neste contexto, disse que o grupo do Chipenda que era apoiado, até recentemente, pela Zâmbia, mas que, agora, este se inclinou para o Zaire e que com isso reforçou bastante a posição da FNLA de Roberto Holden. [- 21 -]

Segundo Soares, depois do cessar-fogo, precisamente agora se trabalha na formação de um governo provisório para Angola, no qual, entrariam representantes dos três ML e da minoria branca e que conduziria Angola para a independência. Como também Gomes confirmou que Portugal negocia e conta com todos os três ML.

Pelo seu lado, Zenha afirmou que o MPLA tem, sem dúvida, a influência mais ampla em Angola, que tem a orientação mais progressista e que dispõe de numerosos quadros. A actuação e o papel da FNLA e UNITA estão condicionados por factores étnicos: a FNLA apoia-se na tribo Bakongo que vive em ambos os lados da fronteira angolana-zairense, enquanto a UNITA tem uma certa influência no Sul de Angola. Falou, particularmente, acerca do problema de Cabinda, onde por causa

da riqueza em petróleo e a actuação de certos grupos apoiados pelo estrangeiro (pensando na FLEC) pode-se chegar a complicações internacionais.

Durante a nossa estada, em Cabinda, como informou a imprensa lisboeta, ocorreu uma revolta de direita na qual estava metido o governador local português e o movimento separatista inspirado pelo Zaire. Todavia, com a intervenção enérgica do MFA a conspiração foi dominada: unidades fiéis ao MFA (comandos sob o comando do chefe da aviação portuguesa em Angola) e unidades do MPLA marcharam conjuntamente para Belize — capital de Cabinda — e prenderam o governador com todo o seu estado-maior. Imediatamente, foram transportados por avião para a cadeia de Luanda, e o governador-geral de Angola, Rosa de Coutinho, nomeou provisoriamente uma nova direcção militar e civil para o distrito de Cabinda. Ao mesmo tempo, os soldados do MPLA «foram solicitados a retirar-se de Belize».

Além deste relatório jornalístico e das ideias que tínhamos antes, as conversações que tivemos fez-nos pensar que existem duas políticas portuguesas em relação a Angola : uma, oficial e moderada e, outra, mais radical, que não é pública, mas que é conduzida pelo MFA nos contactos directos com os ML.

Quando se falou de Moçambique, os nossos interlocutores do PS sublinharam as dificuldades com as quais se defronta o Governo Provisório (no qual [- 22 -] foi formada uma coligação MFA-FRELIMO-democratas brancos). É impossível, como dizem, controlar um país que é 10 vezes maior que Portugal com um exército que tem somente 7.000 soldados (estes são os efectivos com que, supostamente, a FRELIMO pode contar). Por causa disso, pensam que será indispensável que o exército português esteja presente em Moçambique mesmo depois da independência. Até à independência, têm de ajudar a FRELIMO a estabelecer o seu poder efectivo sobre o país, Neste contexto, Zenha mencionou a «latente tensão» que existe na relação africanos-brancos e as «perigosas fronteiras» com a República da África do Sul e a Rodésia.

A questão da Guiné-Bissau considera-se aqui, claramente, já resolvida e acerca dela não houve muitas palavras. Somente, Soares mencionou que nas ilhas de Cabo Verde, «Portugal esforça-se por organizar uma consulta nacional, que seria sob o patrocínio da ONU e que poder-se-ia realizar brevemente».

Em São Tomé e Príncipe (ilhas no Atlântico), também segundo Soares, entraram em contacto com o ML (CLISTP) e tencionam formar um governo provisório.

Quanto a respeito da ilha de Timor, o governo português empenha-se de acordo com a população local e com os governos da Indonésia e Austrália em «encontrar a solução mais favorável».

Para Macau, Soares disse que eles não o consideram como uma colónia, mas um porto e um ponto na RP da China. Acerca do futuro de Macau, resolver-se-á em directo acordo com a RP da China que «infelizmente e até agora não mostrou demasiado interesse pelo novo processo em Portugal». Todavia, disse que as últimas notícias falam que pode-se chegar a rápidos contactos com a RP da China e, nesse caso, «não se falaria exclusivamente acerca de Macau, mas também do estabelecimento de

relações interestaduais entre os dois países». Acrescentou que as boas relações Portugal-RP da China considera-as «essenciais». [- 23 -]

#### Alguns temas internacionais

Amplios temas internacionais não estiveram no centro das nossas conversações. Acerca deles falámos com Soares e foram tocados quando se tratou das relações económicas internacionais de Portugal.

Talvez, estas foram as considerações mais interessantes de Soares:

— Disse que Portugal, por herança histórica, composição sociológica da população e posição geopolítica, como também a tradição de cooperação com o Ocidente, «não pode tornar-se num país de democracia popular» Uma tal orientação só aumentaria as pressões internacionais sobre Portugal. Isto transmitiram aos «camaradas do PC», advertindo-os que tal orientação consideram-na aventureira e perigosa.

— Em relação à política não-alinhada, segundo Soares, no MFA e em certos partidos políticos, em particular no PS, existe um corrente que se orienta para a política de não-alinhamento. Contudo, o programa do MFA, documento de compromisso básico nas relações dentro da coligação governamental, fala explicitamente acerca do respeito das existentes obrigações internacionais de Portugal. Isto, pelo menos por agora, significa uma política de continuidade em relação à OTAN, mas depois das eleições talvez não se deve excluir um desenvolvimento diferente.

Soares insistiu, particularmente, no desejo do governo de coligação efectuar as melhores relações com todos. Uma das suas preocupações fundamentais é o estabelecimento da cooperação com o «terceiro mundo». Neste sentido o Presidente da República enviou uma mensagem à Cimeira Árabe, realizada recentemente em Rabat. Igualmente, esperam que a Cimeira da OUA, marcada para Fevereiro do próximo ano, anulará o embargo sobre as relações diplomáticas dos países africanos com Portugal. Paralelamente a isto, procura-se normalizar, quanto antes, a posição de Portugal na ONU e suas agências.

#### Conversações acerca da cooperação

Cooperação no plano interestadual.

— Por ocasião da recepção do Presidente da República, Tsetinitch transmitiu as saudações verbais do presidente Tito e sublinhou o interesse do nosso Presidente pelo movimento democrático em Portugal como também pelo processo [- 24 -] da democratização em África. Escolhendo as palavras, Gomes agradeceu e disse que pessoalmente já há 36 anos que acompanha o percurso do marechal Tito e que eles «oficiais de carreira» admiravam a sua obra e luta desde os tempos da Segunda Guerra Mundial. Pediu para transmitirmos ao Presidente Tito os seus sinceros cumprimentos. Gomes falou também acerca do desejo do novo regime português por um desenvolvimento o mais eficaz possível da

cooperação com a Jugoslávia em todos os campos. Em particular sublinhou que lhe é conhecido o interesse do nosso país pelos esforços feitos por Portugal no plano da descolonização.

— Ao primeiro-ministro Gonçalves transmitimos as saudações do presidente do CEF, Djemal Blieditch, como também o desejo do governo jugoslavo para promover as relações políticas, económicas e cultural com a Portugal democrático. O acento colocámos no nosso apoio às mudanças democráticas que começaram com o 25 de Abril e na realização do processo da total descolonização dos territórios africanos. Retribuindo as saudações e respondendo no mesmo tom, Gonçalves sublinhou que a cooperação será facilitada com a partida do embaixador português para Belgrado. Durante a longa conversação, falou-se acerca da chegada de uma delegação económica jugoslava a Portugal, da necessidade de melhor conhecimento mútuo e da troca de experiências em todos os campos. Gonçalves falou em particular da Jugoslávia independente e não-alinhada, com o seu grande prestígio no mundo, pode contribuir bastante para a consolidação da posição internacional de Portugal.

— Soares que nos recebeu na dupla qualidade de secretário-geral do PS e ministro dos Negócios Estrangeiros, realçou que o seu interesse pela Jugoslávia é grande, não só por causa do prestígio que ela goza, mas também por causa da sua independente política exterior. Falando dos problemas e tarefas com que se deparam nas vésperas das eleições e dos preparativos para o congresso, disse que são estas as razões que o obrigam a permanecer no país e, por isso, o mais seguramente não poderá ir a Belgrado. Retribuindo as saudações do nosso secretário federal dos Negócios Estrangeiros, pediu para transmitirmos as suas saudações ao camarada Minitch com quem se encontrou em Nova-Iorque e disse que está seguro, mas talvez possa chegar em Janeiro e caso não possa — então depois das eleições. Ao mesmo tempo, colocou a possibilidade que tal viagem a faça [- 25 -] o secretário de Estado Campinos e mencionou de passagem que talvez o camarada Minitch pudesse visitar Portugal.

As ligações bilaterais com o PS.

Os interlocutores do PS mostraram um grande interesse pelo estabelecimento de amplas e estreitas relações de cooperação connosco. Que isso não é só o desejo da direcção, mas também pelo vasto interesse dos membros do PS, que nós pudemos confirmar por ocasião da nossa visita à província.

— Para o PS, neste momento, particularmente, são interessantes as nossas experiências nas áreas: a) reforma agrária e política socialista no campo; b) nacionalizações na indústria; c) autogestão operária; d) relações com as igrejas; e) sistema de saúde e segurança social; f) sistema escolar; g) sistema da administração local; h) papel dos sindicatos; i) relações entre o exército e o povo; j) concepção da defesa popular geral. Estes são ao mesmo tempo e temas que se encontram na ordem do dia do Portugal contemporâneo e que preocupam a direcção e os activistas do PS.

— Colocaram a questão da nossa ajuda financeira ao PS, realçando que neste aspecto se encontram numa situação muito mais desfavorável do que o PC, PPD e outros partidos. Nisto, em particular, insistiu Soares sublinhando as necessidades da sua propaganda nas vésperas das eleições, os problemas técnicos com que se deparam e a falta de quadros. Abertamente, dissemos-lhe que tais formas

de ajudas não praticamos, porque tais intervenções nas coisas internas dos outros países criam muitas vezes problemas políticos.

— Contudo, acentuámos a disposição de considerar a possibilidade de ajudas indirectas, principalmente através da apresentação das nossas experiências, recepção dos seus quadros e grupos de estudo, eventualmente, através da impressão de certos materiais no nosso país. Aceitando esta nossa argumentação, Soares propôs que o secretário político do PS Tito de Moraes visite no tempo mais próximo a Jugoslávia e que nessa ocasião fale acerca das possibilidades concretas e defina um programa [- 26 -] de cooperação.

A direcção do PS apresentou o convite verbal à ASPTJ e LCJ que enviem os seus representantes ao congresso que deverá realizar-se de 13 a 15-XII deste ano. Aceitámos o convite para o nosso país envie uma delegação oficial.

O contacto que não se realizou com o PC.

Comunicámos à direcção do PS que estamos interessados no desenvolvimento de boas relações com o PC.

Antes da nossa partida para Lisboa, ficou combinado que durante a nossa estadia, através do nosso encarregado de negócios comunicaríamos mais uma vez ao CC do PC a disposição para conversações. Isto também foi feito, todavia, não houve mudança da posição do PC que nos era conhecida pela carta do CC do PC à Presidência da LCJ e as conversações de Grlitchkov em Varsóvia.

Que não se trata só de uma posição do PC em relação à Jugoslávia, fala igualmente a informação de que Cunhal recusou o encontro com o secretário-geral do PC de Espanha Carillo, quando este visitou não oficialmente Portugal para contactar com a emigração política espanhola (segundo a afirmação do representante do Partido Socialista Operário de Espanha). Igualmente, o PC recebeu muito mal os enviados do PC Itália que, depois do contacto sem êxito com o PCP, se lamentaram ao Partido Socialista que lhes organizou o resto da estada (segundo a afirmação do secretário da organização do PS Crespo).

#### Propostas

No fim do relatório apresentamos algumas propostas, ideias e sugestões:

##### 1. Em relação ao público português

— É necessário oferecer uma autêntica imagem do nosso país e suas aspirações a um amplo público português, e não que nos vejam através de interpretações alheias. Em relação a isto, propomos que se considere o seguinte: [- 27 -]

— É preciso considerar a possibilidade da abertura do nosso centro informativo em Lisboa. Caso tal seja irrealizável, então dever-se-ia abrir urgentemente um ponto informativo provisório, que esteja em posição de apresentar ao público português o nosso país através da literatura, exposições, conferências, projecções e visitas.

—Preparar uma semana do filme jugoslavo em Lisboa e Porto durante a qual fossem apresentados filmes que tratassem temas da nossa revolução e a construção do pós-guerra.

— Preparar uma exposição fotográfica acerca da Jugoslávia com acento especial na autogestão operária. A exposição podia visitar algumas cidades portuguesas e, provavelmente, podia ser organizada com a ajuda dos camaradas do PS.

- Organizar a digressão de grupos culturais e artísticos .
- Organizar uma exposição da nossa pintura contemporânea.
- Enviar convites ao maior número de jornalistas portugueses para visitar o nosso país.

Mencionamos que nestas iniciativas na fase inicial não podemos esperar reciprocidade, que o mais provavelmente deveremos efectuar sozinhos todas as tarefas organizativas e que esta actividade temos de financiar.

## 2. O trabalho da nossa embaixada.

Deve-se habilitar, quanto antes, a nossa embaixada para um normal funcionamento e trabalho.

Além da chegada do nosso embaixador e da chegada do conselheiro para os assuntos económicos, pensamos que seria útil, pelo menos provisoriamente, cobrir a área da imprensa, cooperação com os partidos políticos e sindicatos, como também a dimensão portuguesa da política africana. Além disso, a embaixada deveria empenhar-se nos contactos com os representantes oficiais e não oficiais dos ML de África que se encontram em Lisboa, como também com os representantes da emigração política espanhola. Notamos que aqui haveria trabalho para muita gente e [ - 28 - ] que esta questão talvez pudesse ser resolvida com um acordo entre o SFNE, as organizações sociopolíticas e a TANJUG.

## 3. Contactos com o MFA.

Estamos convencidos que os contactos directos com o MFA que domina a cena política portuguesa seriam muito vantajosos e até indispensáveis para uma completa análise da situação portuguesa e o futuro da cooperação entre os nossos países. Actualmente, no MFA há reflexões acerca das ligações do exército e o povo, do papel do exército na construção do país e etc. Pensamos que para eles a nossa experiência seria interessante.

## 4. Cooperação económica.

Esta é uma das questões prioritárias e dever-se-ia apressar o envio de uma nossa delegação económica. É essencial que, quanto antes, se estude as possibilidades de cooperação no plano económico. Partindo desta necessidade, talvez se pudesse pensar acerca do envio de um convite a algum ministro dos sectores económicos no governo provisório.

## 5. Agência da TANJUG.

Pensamos que os acontecimentos em Portugal são bastante interessantes para justificar a nomeação de um correspondente permanente em Lisboa. Além disso, de Lisboa se pode chegar até numerosas informações originais e importantes sobre as actividades dos ML que, aliás, recebemos com grande atraso e indirectamente por meio das nossas representações em África.

## 6. Cooperação com o PS.

A possibilidade dos activistas do PS conhecerem as nossas experiências, em particular, com o sistema da autogestão operária, representaria segundo a nossa opinião a maior ajuda que lhe podemos

prestar. Aliás, o PS debate-se com a falta de quadros e está sobrecarregado com a organização nas vésperas das eleições. A chegada de quadros médios à Jugoslávia, onde se relacionariam com algumas das nossas experiências, representaria o nosso contributo para a educação política dessa gente. Por isso, pensamos que seria [- 29 -] o mais conveniente para a direcção do PS de propormos um programa de cooperação até Março de 1975 que incluísse a vinda de alguns seus grupos de estudo.

— Poderíamos propor que o nosso país visitasse: a) delegação oficial do PS ao nível da Comissão Política, que em princípio foi aceite; b) que a Comissão de Relações Laborais e o Centro de Estudos do PS enviem um grupo que estudaria o sistema da gestão operária — um convite que podia ser enviado pelo Conselho da USJ (*N.T.: União dos Sindicatos da Jugoslávia*); c) grupo de estudo que se ocupasse do estudo da política socialista relativa ao campo e problemas dos agricultores; d) uma delegação de jornalistas socialistas — convite que podia ser enviado pelo Secretariado Federal de Informação ou o «Borba» (*N.T.: «A Luta», o jornal da LCJ*); e) delegações separadas das organizações do PS de Lisboa e Zagreb — os convites podiam ser enviados pelos CC da ASPT de Belgrado e Zagreb em conjunto com as conferências das repúblicas da Sérvia e Croácia. Estas iniciativas deveriam ser realizadas, o mais tardar, até o início de Março e deveríamos financiá-las. Embora se trate de importantes recursos, pensamos que, politicamente, esta acção se pagaria a longo termo.

— Acerca destes e outros temas que foram tratados nas conversações com o PS, conversar-se-ia concretamente durante a anunciada visita a Belgrado do secretário político do PS, Tito de Moraes.

— No PS estão muito interessados na nossa literatura política. Prometeram-nos que no tempo mais próximo, através da nossa embaixada, nos vão enviar a lista dos seus comités regionais e organizações mais importantes. Seria necessário fornecer-lhes materiais escritos que dispomos em língua francesa e espanhola.

— Ao congresso do PS de 13-15/XII deste ano deve-se enviar representantes da ASPTJ e LCJ. O congresso será uma oportunidade para numerosos contactos com activistas do PS e dará a possibilidade de melhor conhecermos as correntes da base.

Belgrado, 15/XI/1974  
AJ, 507-IX

---

### **173 [ Lisboa, Chegada do embaixador português a Belgrado ]**

Embaixada R S F J Lisboa 455940

N.º 37

18 / 11 / 1974

S F N E

O embaixador português Ramos da Costa com a esposa chegam a Belgrado, no sábado 24 deste mês, às 14,40 no Air France 700.

Espera-se que entregará as credenciais até 29 / 11, para poder estar presente na recepção.<sup>165</sup>

Peço para que os esperem, tomem as medidas necessárias e informem o seu encarregado acerca da chegada. Spasitch

---

<sup>165</sup> Dia da Festa Nacional da Jugoslávia.

Entregue: 3.<sup>a</sup> direcção, Gab. Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Militchevitch, Protocolo SFNE. Arquivo confidencial.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**174 [ SFNE, Informação acerca conversações, em Belgrado, entre o PCP-LCJ ]**

SFNE

Número 454922

19 / 11 / 1974

Embaixada R S F J - Lisboa

Os membros do Comité Executivo do CC do PC de Portugal, Jaime Serra e Carlos Aboim Inglês, que chegaram por sua iniciativa, tiveram conversações com D. Viditch, membro do CE da PCC da LCJ, em Belgrado, 8 de Novembro deste ano, em visita à LCJ no quadro da digressão por todos os países socialistas europeus.

Os representantes do PCP falaram acerca do recente realizado congresso extraordinário, no qual, foi aprovada a plataforma que determinou três direcções básicas da acção política: criação de relações democráticas no país; aprovação de novas medidas para a resolução dos problemas económicos do país; continuação do processo de descolonização. Informaram que o congresso ordinário do PCP será realizado no próximo ano.

Mutuamente, foi expresso o desejo de desenvolver as relações e a cooperação entre os dois partidos.

O camarada Viditch propôs que, durante o próximo ano, troquemos delegações de estudo, conferencistas, que se estabeleça a permuta de jornais, revistas e outras publicações. Igualmente, propôs a troca periódica de opiniões entre funcionários principais dos dois partidos acerca de questões políticas e outras questões de interesse mútuo. Apresentada a possibilidade da publicação de artigos de autores do PCP no «Komunist». A delegação do PCP prometeu que informará a direcção acerca destas propostas e exprimiu a certeza de que serão aceites. [ 2.<sup>a</sup> p.]

Igualmente, foi-lhes dito que a LCJ enviará a sua delegação ao congresso ordinário do PCP.

O camarada Viditch explicou os princípios da cooperação internacional da LCJ e a sua amplidão e, nesse contexto, explicou as relações da ASPTJ com o PS de Portugal. Serra respondeu que ao PCP são claros os princípios e a amplidão da cooperação do LCJ, mas, todavia, solicitou, como «partido irmão», que, no futuro, em tais casos, encontre maneira de se consultar também com eles.

Enviamos informação acerca das conversações via correio. – P LCJ

- Obradovitch. – Maksitch

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**175 [ Tunis, Declarações de Mário Soares durante sua estadia na Tunísia ]**

Embaixada R S F J - Tunis456034

Número 779

19 / 11 / 1974

S F N E –

Por ocasião da estadia em Tunis, Soares destacou, em aparições públicas, que Portugal e o EUA são aliados (OTAN) e que Portugal permanece fiel ao Pacto Atlântico, da mesma forma que Kissinger se interessou, na conversação com ele, pela situação interna em Portugal, como também pelo processo da descolonização.

Disse que o Partido Socialista de Portugal optou pelo socialismo sem classes e sem exploração. Contudo, que não deseja sacrificar, para atingir esse objectivo, a liberdade, princípio fundamental, em que, como diz, ele difere dos comunistas, com os quais, no plano prático (programa), continuam aliados. Falou cautelosamente acerca da cooperação com os comunistas. Realçou que não existe perigo de golpe comunista, porque os comunistas portugueses demonstraram que são um partido responsável e que uma aventura desse tipo significaria uma grande derrota para eles e colocaria em perigo o equilíbrio existente no mundo.

Assegurou que, graças à cooperação do exército português e FRELIMO, o perigo da «rodésialização» em Moçambique não existe. Neste contexto, falou da África do Sul e da sua estrita neutralidade a respeito de Moçambique. Excluiu o «caso» chileno, porque a situação em Portugal é diferente e a pressão dos EUA muito menor do que na AL.

Destacou que Portugal não tenciona conduzir uma política neocolonialista, nem seguir exemplos catangueses, ou biafreses no caso de Cabinda e Angola, mas sim aplicar as decisões da ONU acerca da integridade territorial dos novos estados. [2.ª p.]

Declarou-se pela unidade económica e política da Europa e salientou a proximidade com países mediterrâneos, do terceiro mundo e africanos.

Desaprovou a China, que não mostra interesse por estabelecer relações, mas exprimiu a esperança no seu próximo estabelecimento. – Petrovitch

Entregue: 6.ª Direcção, Gabinete Minitich, Moísov, Pribitchevitch, Komatina, Badurina, Militchevitch, Bakotchevitch, Obradovitch, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 7.ª Direcção, gss – s

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

## **176 [ Bruxelas, Declarações de Vítor Alves ]**

Embaixada RSFJ - Bruxelas456018

Número 1163

19/ 11/ 1974

SFNE

Estadia do vice-presidente do governo português Alves

O major Alves esteve aqui, visita privada, dois dias. Foi recebido por Van Elsland e ainda outras personalidades políticas. Bastante optimisticamente, explicou a situação, destacando que o MFA tem o controlo e que será realizado o programa de Abril. O objectivo da sua viagem (Paris, Roma, Bona e Londres) foi de pedir uma grande ajuda material. Exprimiu gratidão a Van Elsland pela ajuda até agora e o compromisso de que, por meio da CE, ela se expanda e coordene. Van Elsland salientou que, no

futuro, toda a ajuda dos membros se efectuará, exclusivamente, através do mecanismo da CE. Alves saudou isto, sublinhando que isso é melhor para eles porque diminui a possibilidade de condicionamentos (alusão a alguns países que lhes desaprovam a presença do PC no governo). A respeito das relações com o EUA e a OTAN, Alves explicou que não se muda, por agora, nessa política. Todavia, depois das eleições, isso dependerá do novo governo. As suas decisões serão respeitadas pelo MFA. A única mudança em relação aos EUA, neste momento, é o pedido de que a base nos Açores não seja utilizada, excepto para fins da OTAN. Por outras palavras, no futuro, ela não poderá ser utilizada para necessidades particulares americanas, como, em Outubro do ano passado. Igualmente, nas actuais negociações acerca da renovação do acordo, aos EUA foram solicitadas somas substanciais em nome do arrendamento do terreno para a base. Os americanos estão inclinados a aceitar as exigências monetárias, todavia, muito insatisfeitos com as condições acerca da utilização. Alves salientou que se manterá essa condição, porque se até a Espanha ou a Grécia dos coronéis recusaram a utilização das suas bases, em Outubro, em qual lógica se baseiam os EUA para isso exigir do novo Portugal, concluiu Alves. [2.<sup>a</sup> p.]

Numa conversação com um grupo de cidadãos portugueses, Alves disse que estão conscientes dos perigos das forças reaccionárias e dos golpes de Estado e que, a cada tentativa, o governo reagirá mais energicamente. Não acreditam na possibilidade de intervenção directa da Espanha, porque ela tem suficientes problemas próprios. Todavia, contam com qualquer eventualidade. Os acontecimentos de Setembro foram para eles uma lição, porque impediram, no último minuto, o golpe de Estado da direita.

Como também Soares, em Tunis, aqui, Alves procurou dissipar, em declarações públicas, as suspeitas da OTAN e dos EUA quanto às possibilidades de detecção de secretos militares. Muito tacticamente, explicou o papel de Portugal na estrutura militar e a relação com o grupo para o planeamento nuclear. A sua estadia encontrou uma grande atenção pública e da imprensa que o receberam com simpatia (das conversações de Militch no MNE e na embaixada port.) – Stainer

Entregue: terceira direcção, gabinete de Minitich, Moísov, Pribitchevitch, Militchevitch, quarta e quinta direcções, uid, gss-ss

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**177 [ Washington, A situação política e económica em Portugal, a OTAN e seus possíveis efeitos (da Grécia a Espanha) ]**

Embaixada R S F J – Washington 456589  
 Número 1444  
 19/11/1974  
 S F N E

As mudanças do regime em Portugal, o efeito da participação dos comunistas no governo, a evidente difícil situação político-financeira em determinados países da CE a que se chegou devido à crise energética que abalou seriamente a sua estabilidade interior; Os problemas criados pela intervenção militar turca em Chipre são factores que atraem uma significativa atenção e preocupação dos círculos políticos e militares americanos. Portugal, embora não se encontre em posições avançadas da OTAN, tem um lugar importante nos argumentos americanos, tanto mais que na guerra de Outubro no Próximo Oriente ao autorizar a utilização da base americana no seu território que jogou um papel único e confirmou o seu «valor» como aliado. Todavia, após a mudança de regime e apesar da decisão do governo português de continuar na OTAN, nos círculos americanos notavam-se receios que certos interesses dos EUA pudessem ser atingidos. Nas condições complicadas na situação interna, em primeiro lugar, económica, em certos países da CE, considera-se que o exemplo português podia ser um «perigoso» precedente; com a participação dos comunistas no poder, a cooperação militar no quadro da OTAN seria seriamente atingida. O aparecimento do PCP, na vida social e política portuguesa como também o partido mais organizado surpreendeu a muitos factores nos EUA. A participação do PC no governo português põe em causa a plena participação de Portugal nos órgãos da OTAN, [ 2.<sup>a</sup> p.] seguindo-se o perigo dos secretos acerca do armamento atómico possam ser entregues ao Leste. E coloca-se a questão como é possível fazer planos de defesa da Aliança de «ataques comunistas» com a presença de comunistas. É evidente que isto foi também a razão principal porque se chegou ao adiamento da reunião do grupo de planeamento nuclear da OTAN, que se deveria ter realizado em Roma. Entretanto, o problema foi resolvido porque Portugal decidiu «unilateralmente» retirar-se desse grupo. Mas o que preocupa o governo americano quanto à mudança da situação em Portugal não são somente os aspectos militares e a segurança dos planos secretos da Aliança, mas que o sucesso dos comunistas em Portugal possa ter grandes repercussões nos países europeus.

Segundo certas fontes, Kissinger pensava que não passaria muito tempo até à entrada dos comunistas no governo italiano e a seguir no francês. Isto teria de ter reflexos também nas mudanças no poder em Espanha. De acordo com avaliações semelhantes, a Grécia e a Turquia já estavam confrontadas com um incerto futuro político, embora o desfecho das eleições gregas parecesse até certo ponto mais tranquilizador e, como é habitual, em relação à Jugoslávia pós-Tito continuava «sob um ponto de interrogação».

Por outras palavras, «as mudanças em Portugal poderiam ter também efeitos nas margens do Mediterrâneo».

Como parecerá o desenvolvimento futuro de Portugal poucos se atrevem a prever que há muito de desconhecido, e a este respeito reina uma certa reserva. [ 3.<sup>a</sup> p.] Os dilemas são neste ponto como assegurar um lugar firme para Portugal no campo ocidental. Qual tipo de ajuda o EUA deve dar e que isso não provoque efeitos negativos. É difícil pressupor que, na actual situação económica nos EUA, o Congresso esteja disposto para uma ajuda económica e financeira a Portugal. A tomada de medidas

semelhantes às medidas de «destabilização» no Chile, neste momento, seria muito impopular não só no mundo, mas também nos EUA. Todavia, caso os interesses dos EUA e da OTAN estejam ameaçados, não há qualquer dúvida de que se intervirá com os comprovados métodos contra «o perigo comunista». Porém, as duas primeiras seriam pouco prováveis, uma, porque o Congresso não aprovaria provavelmente essa ajuda devido à situação económica dos EUA e, a outra, por essas medidas «seriam muito impopulares não só no mundo como nos EUA».

Em Portugal, a situação económica complica-se por causa da elevada taxa de inflação e de desemprego. A existência de muitos partidos, cuja força não é suficientemente conhecida, coloca os EUA perante o dilema de favorecer qual deles e qual personalidade no governo. Ainda era-lhes desconhecido o número de oficiais que apoiaram o movimento e até quanto o PC se infiltrou no exército e no derrubamento da ditadura. Por isso, os funcionários americanos dizem que «não encontraram ainda o cavalo certo» em que apostariam. Na imprensa, salienta-se sobretudo que «o PCP era a organização política mais organizada, que conseguiu tomar, em seis meses, muitas câmaras municipais».

Igualmente, existe a tese que a política de *détente* com a URSS fez que o comunismo se tornasse aceitável, em particular, entre as «pessoas jovens» dos países europeus. [ 4.<sup>a</sup> p.]

No Departamento de Estado dizia-se que as mudanças em Portugal não iam ter, alegadamente, grande efeito em Espanha, nem isso pode servir de modelo devido às diferentes estruturas socioeconómicas desses países e seus níveis de desenvolvimento económico. Ao contrário de Portugal, em Espanha, foi criada uma significativa camada da classe média, graças ao progresso industrial e económico nos últimos 10 a 15 anos. Caso se chegue a uma mudança depois de Franco, prevê-se que será diferente daquela em Portugal. Sobretudo, consideram que, em Espanha, governarão "civis", nem esperam tais mudanças radicais devido a que acreditam que o operário e a camada média, ao contrário do povo português, «sentiram a melhoria das condições de vida no país» em relação às que havia «uns 20 ou mais anos antes». O funcionário, encarregado para os assuntos espanhóis, disse-nos que certos países na Europa ainda não estão preparados para reconhecer as mudanças ocorridas no desenvolvimento em Espanha e reconhecer tal realidade.

Após a mudança de regime em Portugal, e por causa da incerteza da evolução futura dentro do país, «o interesse americano pelo desenvolvimento das relações com Espanha aumentou consideravelmente». O interesse americano se reflecte, sobretudo, na necessidade da manutenção de bases militares no território espanhol. Decorrem os preparativos para as negociações entre a Espanha e EUA para a assinatura de um novo acordo quinquenal acerca da segurança (a validade do actual termina em Setembro de 1975), assim como ainda alguns acordos bilaterais. Ademais, o governo americano desejaria com agrado a adesão da Espanha no sistema defensivo da OTAN, mas para isso não podem convencer alguns países da CEE que a isso continuam a se opor. Por outro lado, o Senado americano dever-se-ia pronunciar acerca da admissão da Espanha na aliança. Os EUA tentarão por todos os meios

continuar a impedir uma eventual entrada de representantes de partidos comunistas nos governos dos países ocidentais, a fim de salvaguardar a coesão da OTAN. – Petkovitch

Entregue: terceira, quarta e quinta direcção, Gabinete Presidente da República, Minitch, Dolants, Grlitchkov, Viditch, Moísov, Militchevitch, Obradovitch, general Dolnitchar, gen. Hodjitch, segunda e sexta direcção, direcção da imprensa, UID, GAP

*ADMNE, F- 217 (Portugal, 1974)*

## **178 | Sessão conjunta das Comissões das Relações Internacionais da LCJ e ASPTJ ]**

### NOTAS MAGNETOFÓNICAS

da sessão conjunta da Comissão da Presidência do CC LCJ para as Relações Internacionais e a Comissão para as Ligações Internacionais da Conferência Federal da ASPTJ, realizada em Belgrado, 20 de Novembro 1974, com início às 9 horas.

#### PRESIDÊNCIA:

Continuando a boa e indispensável cooperação considerámos que, na sessão conjunta de hoje, deveríamos analisar os primeiros três pontos da ordem do dia. Após isso, a Comissão trabalharia separadamente, segundo aqueles pontos da ordem do dia que seguem na carta convite depois dos primeiros três pontos.

A Comissão das Relações Internacionais do Comité Executivo do CC LCJ trabalhará, após o fim da sessão conjunta, no XIV andar. Proponho que o primeiro e o segundo ponto da ordem do dia sejam discutidos conjuntamente, ou seja, que a discussão se faça ao mesmo tempo tanto acerca do primeiro como do segundo ponto da ordem do dia.

Estão de acordo com o proposto?

Obrigado.

Passemos à avaliação do relatório da delegação da Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Jugoslávia acerca da visita a Portugal.

Tem a palavra o camarada Tsetinitch que foi o chefe da delegação da Aliança Socialista na visita a Portugal.

#### CAMARADA TSETINITCH:

Depois de processarmos no Relatório aquilo que nos pareceu que era o mais importante e mais actual para o conhecimento e aquilo que estimámos que se deveria salientar no Relatório[2.<sup>a</sup> p. ] e, depois, mencionaria ainda, muito brevemente, alguns assuntos. Como viram no Relatório, nós seguimos uma ordem, processámos o papel do Movimento das Forças Armadas, processámos os problemas do Partido Socialista e sua orientação, a relação dos partidos socialista e comunista e, com algumas outras notas, demos determinadas propostas. Queria somente realçar que as nossas impressões sobre a estadia em Portugal não foram completas pela razão de que não contactámos um amplo círculo, a saber, outras organizações políticas e, como acredito que a maioria deste auditório sabe da nossa proposta, que não pudemos chegar ao contacto com o Partido Comunista de Portugal porque eles consideraram que

quando éramos convidados da Aliança Socialista e, quando éramos convidados de facto do Partido Socialista, que eles não teriam conversações connosco nessa altura. Devido a esta razão, a nossa avaliação neste Relatório é deficiente porque não tivemos possibilidades de ter conversações com estes outros partidos. Também, queria dizer que, apesar de tudo isto, na nossa avaliação, na verdade, tivemos conversações muito substanciais, um grande número de contactos com as pessoas mais responsáveis, em particular, na direcção do Partido Socialista, que essas conversações foram muito importantes e por essa razão estimamos que, contudo, pudemos conseguir uma imagem mais completa, embora digo, mais uma vez, não é completa. Como é conhecido o regime democrático que há, actualmente, em Portugal, na realidade, é uma coligação do Movimento das Forças Armadas, Partido Comunista e Partido Social-Democrata<sup>166</sup>. Nós estimamos que, após a saída de Spínola, as forças democráticas em Portugal têm condições mais significativas, de facto, atingiram a sua máxima expressão e afirmaram-se por meio do próprio processo da saída de Spínola e de todas aquelas coisas que ocorriam naqueles momentos, em particular, pensamos [ 3.<sup>a</sup> p.] quando se chegou a uma superioridade das forças democráticas de esquerda em que eram as primeiras, davam as iniciativas e eram o factor decisivo no desenvolvimento dos objectivos que, durante os acontecimentos de Setembro, por meio de Spínola, a reacção tentou voltar a ter Portugal. Todavia, por tudo isso, consideramos que, num tal tipo de coligação, o papel dominante tem o Movimento das Forças Armadas. Eu não analisaria, agora, como tudo isto se passa entre eles, contudo gostaria de realçar que nesse Movimento das Forças Armadas existe uma importante formação que tem a direcção do Movimento das Forças Armadas, isto é, quanto nós sabemos, têm uma rede de comissários pelas companhias, batalhões, etc. Têm uma unidade especial que está treinada, equipada com material para todos os centros de informações, meios para informação, etc., e preparada para uma rápida intervenção caso se e onde surgir a necessidade para tal intervenção. Ali está o comandante de Portugal, encontra-se à sua frente e ele é membro do Movimento das Forças Armadas.

A nossa impressão é que, neste momento, um tal regime e a coligação assim constituídos, não diria na totalidade estáveis, mas todavia muito fortes, a direita está bastante decapitada e que, no campo político, não havia o perigo de que a direita estivesse em condições de se reafirmar e de derrubar um tal regime. Não só porque os partidos de direita estão proibidos, mas também porque estimamos que não há algo nas massas, nem entre os trabalhadores, que não tem uma força de ataque através da qual eles pudessem se reafirmar. Enquanto, a saber, a firmeza do Movimento das Forças Armadas seja a principal garantia e caso eles continuem firmes, pensamos que, agora, neste actual momento, é o principal factor da garantia do desenvolvimento tanto da democratização como da descolonização que eles [ 4.<sup>a</sup> p.] proclamaram com o golpe de Estado. Com isto, não significa que não há oposição e pensamos que as principais reformas lá ainda não começaram, a burguesia está politicamente, por assim dizer, destituída de direitos, isto é, expropriada politicamente mas economicamente tem ainda todo o poder nas mãos, o que, neste momento, também constitui uma dificuldade similar porque, como nos disseram, estagna o

---

<sup>166</sup> Referência ao PS.

investimento nacional, trata-se de uma verdadeira obstrução neste campo, etc. Por outro lado, todo o aparelho que foi preso pela polícia militar, isto é, a polícia política, todo o aparelho continua a ser ainda o antigo. Nos centros, nas regiões e nas localidades ainda não efectuaram quaisquer reformas importantes.

O clero capitalista na vida de Portugal joga um papel muito importante, o campesinato está sob a sua grande influência, tanto quanto sabemos, nas aldeias e iletrados há cerca de 30% de analfabetos etc. Os programas, que têm sobretudo o Partido Socialista com quem mais tivemos contactos, mas também têm uns semelhantes outras forças de esquerda e o Partido Comunista. Na nossa opinião, vão muito realisticamente e cautelosamente na execução das reformas, contudo, por agora, todos se abstêm devido a que se preparam para as eleições que têm em Março. Há todas as probabilidades de que essas eleições se realizem em Março, caso não ocorrer algum acontecimento especial.

No Partido Socialista, existem muitos dilemas quanto a quais serão os resultados dessas eleições, consideram que haverá ... [N.T.; ilegível, talvez «grande luta»] pelas massas rurais, que estão sob a influência dos proprietários feudais das terras e do clero sobretudo no campo, mas, nas cidades, há diversas influências desde o Partido Comunista, Partido Socialista até àqueles que se dizem esquerdistas extremistas, maoístas, etc., etc.[4.ª p.]

Queria dizer que nos avisaram que há muitas pressões neles do exterior, temos também alguns dados que foi difícil de confirmar que há um bom grupo, para não dizer um exército de agentes da CIA que por lá vasculham por Portugal, mas eles não procuram desafiar ninguém. Esta actual direcção, com esta actual equipa dirigente, eles não tentam provocar seja quem for com algo que poderia provocar o Pacto Atlântico e não poderia desafiar o Pacto Atlântico. Declaram publicamente que são, por agora, pelo Pacto Atlântico e eles disseram que até às eleições nada vão mudar, que por meio das eleições vão criar uma Assembleia, a qual, «antes de tudo, irá dar uma constituição e, somente, após isso, poderiam decidir-se finalmente em relação tanto ao não-alinhamento como ao Pacto Atlântico, etc.». Principalmente, aprovaria exclusivamente a Constituição e, somente depois disso, poderiam optar tanto pelo não-alinhamento, como pelo Pacto Atlântico, etc.

Em particular, queria dizer que sentimos que as simpatias pela Jugoslávia são muito grandes, sobretudo nas massas militares e de trabalhadores, onde tivemos contactos com eles em alguns lugares e que, independentemente de ter havido 50 anos de um regime ditatorial fascista, era muito conhecidos os processos que se desenrolavam na Jugoslávia, tanto no seu plano interno, como também no internacional. De resto, penso que, por onde andámos, as simpatias pela Jugoslávia eram bastante acentuadas. Em particular, queria salientar que aqui fizemos algumas propostas e não as citaria aqui por estarem na documentação anexa, mas queria salientar que se deveria actuar rapidamente com estas propostas caso, hoje, sejam aprovadas por estas duas comissões. Sobretudo, pensamos que se deverá completar, quanto antes, a nossa representação diplomática e colocar-lhe, enviar-lhe para lá para actuar também uma série de outros factores, receio caso não reagirmos depressa em algumas coisas como a confiança que têm, sobretudo, os socialistas, desde que estivemos em contacto, pela Jugoslávia.

Segundo a minha [ 5.<sup>a</sup> p.] avaliação também nos obriga a que poderíamos numa oportunidade posterior da nossa passiva atitude, penso que, no início, não poderíamos imediatamente tomar medidas, em particular, com um maior e amplo conhecimento do processo entre nós porque não mostram grande interesse. Por isso, hoje, defendo que examinemos e que se veja. Porque, por fim, isso não é uma obrigação da Aliança Socialista, mas sim de todos os factores no país desde o Conselho Executivo Federal até ao Comité Central e outros factores da Federação.

PRESIDÊNCIA:

Como decidimos que os primeiros dois pontos fossem discutidos conjuntamente, eu pediria ao camarada Vlada Obradovitch que tome a palavra imediatamente após o camarada Tsetinitch e que, então, continuemos a discussão.

VLADA OBRADOVITCH:

[...] que esteve presente na celebração dos dez anos da independência da Zâmbia. Nesta ocasião, o camarada Dolants encontrou-se com o representante [„da FRELIMO, Samora] Machel, o Dr. Neto do MPLA e teve uma conversação muito breve com Zulu, chefe do partido zambiano. Estes foram breves conversações, sem grandes análises e elaboração, porque numa tal situação que exigia a celebração era muito difícil organizar algumas conversações mais profundas e estudiosas. Primeiro, começou com a conversação com Machel. Antes, farei uma constatação que é importante. Isto é, dizer que a FRELIMO foi o único movimento de libertação entre aqueles mais importantes que não participou e não veio ao Décimo Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e apesar do convite ter-lhe sido entregue oportunamente e terem sido criadas todas as possibilidades para a sua chegada. Possivelmente, para uma tal atitude da FRELIMO deve-se procurar as causas naquela descrição que o nosso embaixador nos deu [ 6.<sup>a</sup> p.], nos últimos dias, no seu relatório da Tanzânia.

Segundo, queria dizer outra coisa, que esta conversação com o camarada Dolants, segundo a minha opinião, abriu um pouco mais as portas aos representantes da nossa Embaixada na Tanzânia para contactos e conversações com Machel que foram, no passado período, como nós sabemos e quanto vimos, bastante raros, irregulares e incertos. Para não dizer que, em certos períodos, por assim dizer, nem os houve.

Eis alguns elementos básicos da conversação com Machel. Nesta conversação com o camarada Dolants, ele começou, antes de mais, pela descrição da situação em Moçambique. Não entrou na situação política ou outra, mas principalmente concentrou-se e deu uma avaliação da situação económica de Moçambique. Ele qualificou essa situação como catastrófica e constatou que o governo provisório se encontra perante grandes dificuldades. Acrescentando que essas dificuldades serão ainda maiores, precisamente no momento quando o governo assumir o poder nas mãos no próximo ano, em 25 de Junho. Penso que esta sua análise confirmou o relatório da nossa Embaixada na Tanzânia, e eu

não entraria na recontagem desse relatório porque o têm na mesa, mas é evidente que o presidente da FRELIMO estava preocupado principalmente com esse problema.

Segundo, o que salientou sobretudo foi que a FRELIMO e o governo provisório se defrontam com oposições importantes de adversários de diversas espécies, os quais, tentam impedir de diferentes maneiras a normalização da vida e o desenvolvimento em Moçambique. Em relação a esta primeira constatação que fez, Machel foi muito decidido no pedido de que todos os países socialistas deveriam e deviam ajudar Moçambique com a observação de que isso não era somente um assunto de Moçambique, que isso não era só no interesse de Moçambique, mas sim [ 7.<sup>a</sup> p.] do interesse de todo o movimento progressista no mundo e, sobretudo, dos países socialistas. Em relação a isso, ele exprimiu, embora isso não elaborou de que forma e de que maneira o pedido aos poderes jugoslavos, governo jugoslavo e à Liga dos Comunistas da Jugoslávia para a ajuda diversa que eles esperam de nós. Eles esperam de nós no plano económico, no plano financeiro e diria que acentuaria sobretudo a ajuda que poderíamos dar no plano militar.

O camarada Dolants prometeu, sem grandes elaborações quanto a estes pedidos, que a Liga dos Comunistas da Jugoslávia e a Jugoslávia como país, como a comunidade farão tudo dentro das suas possibilidades, nos limites daquilo que dispõe para determinada ajuda material, económica, financeira, em armamento etc.

O camarada Machel prometeu que irá enviar uma delegação à Jugoslávia que examinará, principalmente, a possibilidade de uma maior cooperação entre os dois países e, em particular, para examinar e conhecer os nossos progressos na produção de armamento e equipamento militar. Penso que todos estes pedidos que dizem respeito às necessidades militares, também, ele referiu no pedido que apresentou directamente ao nosso embaixador na Tanzânia na recente conversação.

Igualmente, o camarada Machel falou acerca de algumas orientações da política exterior do futuro Moçambique independente. Ele foi categórico em que os princípios do Não-Alinhamento eram os princípios do novo Moçambique, que o governo de Moçambique seguirá uma política de não-alinhamento e que, de facto, o Moçambique recém-libertado também não tem outra alternativa do que a política de não-alinhamento. Disse, igualmente, [ 8.<sup>a</sup> p.] que eles desenvolvem as ligações e a cooperação com os seus amigos (como ele disse), que eles escolhem segundo os princípios de independência, igualdade de direitos e não-ingerência, etc.

Gostaria de dizer, segundo a minha opinião, uma avaliação interessante que Machel fez, nesta conversação, em relação à situação em Portugal. Ele pensa que as forças democráticas ali, pensando em Portugal, até então, não conseguiram obter a vitória final e que não se sabe, de facto, quem lá ainda detém o poder. Quanto a isso, o desenvolvimento em Portugal e o desenvolvimento em Moçambique, ele ligou-os a uma relação mútua e apontou a necessidade da cooperação entre o governo português e a FRELIMO porque pensa que somente assim com uma cooperação se pode assegurar e chegar até à vitória final, ou seja, até à vitória final das forças democráticas em Portugal e das forças progressistas,

ou seja, a FRELIMO em Moçambique. Isto foi, camaradas, alguns dos assuntos e ideias principais que foram obtidas da conversação que o camarada Dolants teve com Machel.

A segunda conversação que teve lugar, que também foi breve, foi com o Doutor Neto. O doutor Neto começou a sua exposição com a constatação de que estamos a par da situação em Angola e que era sua intenção de mencionar somente alguns dos mais recentes elementos que, segundo a sua opinião, poderiam ser interessantes para nós. Começou a exposição com a reunião que o MPLA teve com os representantes [*N.T.:presidentes no texto*] do governo português, em 21 de Outubro, na qual, foram oficializadas, de facto, as tréguas do mês de Julho. Neste facto, o Doutor Neto elaborou a tese de que o MPLA é o único movimento de libertação angolano que é aceite pelo actual governo em Portugal como parceiro para negociações. Todavia, Neto não ocultou o seu receio, não ocultou as suas reservas [ **9.ª p.**] por ocasião dos últimos acontecimentos que se ... [*ilegível*] as forças reaccionárias em Portugal e que, de facto, tentaram de alguma maneira efectuar alterações no desenvolvimento interno de Portugal. Todavia, baseando-se na escrita de alguns jornais mundiais e da imprensa mundial, ele considerou um tal acto em Portugal, de facto, como uma grande manobra de Spínola que tinha como objectivo de eliminar o MPLA das conversações acerca da descolonização nas negociações com o governo português e afirmou muito directamente que já tinham preparado o terreno para conversações com ... [*a FNLA e a UNITA?*] e, depois, com Chipenda e Andrade. Isto provocou, segundo a sua opinião, uma grande agitação em Angola, contudo, também constatou que ...[*ilegível*] esta situação abriu novamente possibilidades, optimismo no povo de Angola e criou uma maior segurança no MPLA no sentido de mais medidas no plano da descolonização e da obtenção da independência de Angola.

Ele descreveu um pouco a situação em Angola e fez várias constatações. Primeiro, disse que os representantes do MPLA abriram a sua representação em todas as principais cidades nas províncias, que desenvolvem uma grande actividade, mostrando como ilustração quanto é essa situação, em Angola, de tal forma normal, ele disse que sozinho sem qualquer escolta e andou sem incidentes por todas as regiões de Angola, Iguamente, afirmou que apesar disso e como vai ... [*ilegível*] a descolonização, que eles mantêm de prevenção a sua polícia militar em Angola e, sobretudo, comentou o facto de as suas posições militares são fortes em ... [*Cabinda ?*] o que, depois, na verdade, mostrou que o exército do MPLA, as suas forças armadas desempenharam um papel importante no impedimento de alguns ... [*ilegível*] tendências que surgiram nessa parte de Angola. Ali, pensa-se [**10.ª p.**] que foram as acções do Zaire e do Congo que têm pretensões quanto a Cabinda por causa de certos empreendimentos, ou seja, por causa de certas e muito importantes riquezas que se encontram nesta parte de Angola.

O Doutor Neto não entrou na análise das necessidades da libertação e da sua momentânea situação em Angola, mas isso abordou com uma formulação geral que expressou e que ocultou, por acaso, esta mensagem. Que o MPLA tem uma oposição muito importante no próprio país, que tem bastantes oposições importantes, pensando sobre isso provavelmente em Chipenda, Andrade e Holden e semelhantes, mas com a intonação que ele deu, poder-se-ia concluir que, agora, o MPLA é, de facto,

um dos factores principais e principais parceiros e forças políticas na própria Angola. Isto foi também confirmado de certa maneira depois por Zulu quando disse que o MPLA se consolida, que a sua força de influência é, hoje, muito maior do que era antes. Igualmente, ele mostrou muitas reservas a respeito do seguinte e futuro desenvolvimento em Portugal. No entanto, ele absteve-se de não saber com mais pormenores como as coisas estão em Portugal e que não está em condições de dar uma avaliação precisa até que ponto foi a democratização dessa sociedade, e reflectindo nessa afirmação, na verdade, ele defendeu também outra coisa, ou seja, quanto tempo esse regime estaria pronto para acelerar a descolonização de Angola, ou seja, quanto irá rápido em assegurar a independência de Angola. Igualmente, ele afirmou que as relações do MPLA com a Tanzânia e a Zâmbia melhoraram um pouco, mas que há ainda incompreensão por parte dos zambianos. Neste sentido, ele pediu ao camarada Dolants para falar com o Dr. Kaunda e que lhe tente explicar qual é a posição e qual é a situação do MPLA e, aqui, em particular, acentuar uma coisa, isto é, ele pediu [11.<sup>a</sup> p.] para se chamar a atenção do Dr. Kaunda de que o único perigo não é somente a União Sul-Africana e a Rodésia, mas que existe também outros perigos, provavelmente, pensando aqui, em primeiro lugar, no Mobutu, embora ele não o designou directamente, mas deu a saber com uma formulação de que poderia tratar-se precisamente de Mobutu.

Igualmente, com esta formulação, ele tentou dizer que aqui há ainda mais perigos do que o Holden que tem uma grande ligação com Mobutu e, segundo todas as opiniões que se podem ouvir, as quais, de resto, sabemos que, na realidade, eles representam uma corrente americana, ou seja, um ponto que deve assegurar os futuros interesses americanos em Angola.

Perguntámos-lhe quais ligações tinham com o PC de Portugal. Respondeu o seguinte: que têm ligações com representantes do PC de Portugal. mas acrescentou que não têm suficientes ligações com os dirigentes do PC de Portugal. De resto, o Partido Comunista de Portugal foi classificado como um importante partido, a sua tática e política foi comentada muito favoravelmente, disse que eles trabalham bem, que não se apressam, que são cautelosos e que os problemas portugueses querem resolver pacientemente e de uma forma democrática. O Doutor Neto pediu, como o fez também Machel, que se continue a ajuda jugoslava ao MPLA, que lhes é muito necessária nestes momentos, que essa ajuda deve abranger todos os seus aspectos, mas não entrou numa especificação dessas suas necessidades. Assim, esta conversação com o doutor Neto terminou.

Entre outros assuntos acerca dos quais conversou, por alto, o camarada Dolants conversou algo também sobre os movimentos de libertação com Zulu. Ele apresentou algumas observações acerca dos movimentos de libertação, sobretudo acerca da FRELIMO e do MPLA. Constatou [12.<sup>a</sup>p. ] que a situação em Moçambique é, de um ponto de vista político, mais favorável do que era antes, igualmente, constatou que o MPLA se consolidou em grande medida e disse que o doutor Neto era agora mais cooperativo e mais disposto para a cooperação. Também, afirmou que antes o doutor Neto recusou francas conversações e conselhos que chegaram da parte zambiana. Todavia, Zulu não deixou também de dizer o facto de que se Neto tivesse comportado de maneira diferente, ou seja, como fez isso em

ocasiões anteriores para que outras complicações ocorressem e que, principalmente, essas complicações... [ *ilegível*] na linha do doutor Neto e Mobutu e que, nesse caso, Mobutu pode ir para uma tal acção que asseguraria uma ajuda muito maior ao Holden do que este nunca teve até agora. Assim terminou esta conversação com Zulu sobre este tema.

Terminaria esta minha breve exposição apresentando somente alguns pontos básicos acerca dos quais se falou nas conversações que o camarada Dolants teve com os representantes da FRELIMO, MPLA e sobre esta breve conversa com Zulu. Não sei se é agora o momento até mesmo para sugerir algo, ou faremos isso depois de alguma discussão, caso isso não é possível eu terminaria já estas breves palavras.

PRESIDENTE:

Seria conveniente que imediatamente apresentes também as propostas porque os camaradas não tiveram oportunidade de receber o seu texto escrito.

VLADA OBRADOVITCH:

Isto não são nenhuma propostas, isto são as minhas próprias propostas e colocava-as aqui na mesa como uma possibilidade para reflexão.

Antes de tudo, penso que seria necessário numa reunião como esta e não numa outra, menos complexa e mais abrangente, para analisar toda a problemática... [ *ilegível*] dos movimentos de libertação [...] [ 20ª p.]

CAMARADA IVEKOVITCH:

Eu falaria somente acerca de como tal aspecto da descolonização actua na perspectiva de Lisboa, o que, de resto, de alguma forma, foi escrito neste relatório. Exporia, talvez, algumas explicações complementares acerca do que disse o camarada Tsetinitch.

Realmente, é indiscutível que a descolonização é ainda o problema número um para este regime em Portugal. Todos os nossos interlocutores, desde o Presidente da República até aqueles activistas da base, confirmaram que compreendem que não há democratização [ 21ª p.] em Portugal, que não há estabilização do novo regime, sem o fim dessa hipoteca do passado colonialista. Nós tivemos a impressão que os titulares do novo regime procuram implementar de forma muito justa e consistente esse processo da descolonização dos territórios africanos até ao fim. Apesar de se defrontarem com grandes dificuldades, todavia, salientam que insistem nisso.

Quanto o problema das colónias está presente também na vida política interna, provavelmente, a crise de Setembro fala por si, a qual, conduziu à demissão do presidente Spínola. Recordando-se disso ao explicar a sua demissão, ele afirmou que não concorda com o processo da descolonização e isso com o processo de descolonização que começou sob a sua presidência. Essa crise foi resolvida com a saída de Spínola, com a sua demissão e a vitória das forças democráticas. Nós da delegação acreditamos que

o 28 de Setembro significou uma importante e nova etapa no amadurecimento e no esclarecimento de algumas atitudes dentro delas.

Escrevemos isso no relatório, mas não estará a mais se aqui também o repetir. No encontro que tivemos com o presidente da República Costa Gomes, ele colocou, por assim dizer, na sua própria iniciativa, no centro da sua exposição o problema da descolonização em África, declarando que conhece o interesse da Jugoslávia pelo processo da descolonização e, no breve encontro que tivemos, ele falou sobretudo acerca das dificuldades nas quais se encontra Portugal em Angola. De certa maneira, isto liga-se também a outras informações daqui e nas questões que lhe foram colocadas. Quanto ao MPLA, ele reconheceu, ele afirmou que é conhecido que se efectuaram e que se efectuam [22ª p.] pressões no Movimento Popular de Libertação de Angola e que, neste contexto bastante prudentemente, mas todavia falou com clareza suficiente acerca do papel da Zâmbia e do Zaire, em relação ao MPLA e ao grupo do Chipenda. Com algumas reservas, ele reconheceu que o MPLA tem o maior prestígio no país, assim como o Doutor Neto.

A isto acrescentaria ainda uma, diria, impressão externa. A impressão externa da nossa estadia de cinco dias em Lisboa e em Portugal. A temática dos movimentos de libertação está muito presente na comunicação social desde a televisão à imprensa. Transmitem todas as notícias com todos os detalhes possíveis acerca de todos os movimentos de libertação, publicam-se todos os documentos dos movimentos de libertação e isso não só das novas forças, mas também das velhas, digamos em folhetins publicam obras, textos de Cabral, além do mais, no jornal do Partido Socialista, Cada declaração do doutor Neto em Lusaca ou Dar el Salam é imediatamente transmitida ali. As paredes de Lisboa estão cobertas de cartazes dos movimentos de libertação e dominam os cartazes do MPLA com fotografias do doutor Neto, cartazes do PAIGC e da FRELIMO que, por razões desconhecidas, está menos presente nas paredes.

De resto, em Lisboa, desde do anterior período, existiam as casas de certos territórios ultramarinos. *Kaza De Angola*, a Casa de Angola, Casa da Guiné-Bissau, Casa de Macau, etc. Estas instituições tiveram antes um certo papel cultural, todavia, agora, foram tomadas completamente pelos representantes dos movimentos de libertação e tornaram-se nos seus órgãos principais que actuam muito eficazmente, já cooperam bem com as forças de esquerda e progressistas na cena política portuguesa.

E, no fim, diria uma conclusão. Parece-me que alguns dilemas que entre nós se colocam devido à informação que [ 23ª p.] recebemos frequentemente e por vias secundárias.

Alguns dilemas que resultam das interpretações que determinados acontecimentos nas colónias portuguesas e em redor dos movimentos de libertação são dadas pelos nossos amigos dos países africanos independentes, mas tais dilemas não estão presentes no público português.

PRESIDENTE:

Por favor, quem a seguir quer tomar a palavra?

[...] [ 27ª p.]

PRESIDENTE:

Seguinte, quem quer a palavra?

Camarada Viditch.

DIMITRIJE VIDITCH:

Ao mesmo tempo, quase quando a nossa delegação com o camarada Tsetinitch em Lisboa, aqui estiveram dois membros do Comité Executivo do Partido Trabalhista [*N.T.:Comunista*] de Portugal, Serra e Inglês, os camaradas sabem disso, eu fiz circular uma nota acerca dessa conversação e não repetiria, somente quero dizer duas a três impressões dessa conversação para reforçar o que foi escrito no texto. Eles procuraram, claramente, convencer-nos de que o Partido Comunista de Portugal representa a principal força política de Portugal e o seu futuro. [ 28ª p.]

Segundo, realçaram que o Movimento das Forças Armadas tem e continuará a ter ambições políticas na vida do país, que também nas eleições, etc. Tudo o que se seguirá no futuro desenvolvimento da vida política de Portugal não conduzirá até à abolição da organização do Movimento das Forças Armadas como formação política, e se coloca a questão acerca de como agora se encontram as relações políticas em Portugal caso os militares tenham as suas ambições políticas autónomas. Responderam que eles consideram, penso somente nos camaradas Serra e Inglês, que o Movimento das Forças Armadas sob — na verdade, falaram que está sob a grande influência do Partido Comunista de Portugal, e que toda a história da luta do PC de Portugal contra a ditadura fascista era ao mesmo tempo, de certa maneira, também a história da formação deste movimento das forças armadas, uma penetração do partido nessa formação que desempenhou um papel tão importante no derrubamento do fascismo em Portugal. Pelo que se fica com a impressão que eles contam, os comunistas de Portugal em que a aliança com o Movimento das Forças Armadas, aliança que não é intrusiva, deixando aberta a questão até quando o Movimento das Forças Armadas como organização militar deve jogar um papel político, na vida deve ser colectivo que, numa perspectiva de alguns anos, superam todas as incertezas deste período de transição do fascismo para uma nova constelação política, uma constelação política estável em Portugal.

Mais, deixaram a impressão, que não importa em que medida cooperem com o Partido Socialista de Portugal, eles vêem no Partido Socialista um grande obstáculo para o trabalho político e a luta de massas do Partido Comunista de Portugal no próprio Portugal, e eles estão tão obcecados com tal [29ª p.] tema que, como sabemos, eles criticaram a Aliança Socialista e a Liga dos Comunistas da Jugoslávia porque nesse momento ia a Portugal a delegação da Aliança Socialista, cujo relatório agora analisamos.

Na Conferência de Varsóvia dos Partidos Comunistas, nós vimo-nos com este Inglês que esteve com o Serra em Belgrado e tentámos explicar-lhes que aqui tudo era normal, etc., e para não roubar o vosso tempo, sabem quase tudo o que poderíamos dizer, contudo, isso não ajudou muito, e quando chegaram aqui a Belgrado, ao Serra e Inglês, aproveitei esta oportunidade para, numa maneira bastante detalhada, devo reconhecer, explicar-lhes como, em geral, a LCJ e a Aliança Socialista do Povo

Trabalhador da Jugoslávia cooperam, em princípio, não só com o Partido Socialista de Portugal, mas também, com todos os partidos socialistas, movimentos de libertação e, como no nosso 30.º aniversário, por assim dizer, da prática dessa nossa cooperação com muitos outros parceiros nunca provocou quaisquer problemas, com o Partido Comunista de Itália nunca houve desacordos quanto ao porquê de nós termos com o Partido Socialista ,,,, [no texto] esta ou aquela relação, pelo contrário, como este círculo de camaradas, que aqui se encontra, sabe tudo isto muito bem, na verdade, eles até viram neste tipo de cooperação das organizações políticas jugoslavas uma vantagem para eles, para a sua vida política interna. Também, utilizei muitos outros exemplos, falei-lhes muito concretamente para anular essa relação incrível quanto às nossas ligações com o Partido Socialista de Portugal e para, ao mesmo tempo, os influenciar a considerar, pelo menos mais uma vez, tudo isto por si mesmos quando retornarem da Jugoslávia. Porém, quando terminei tudo isto, considerando que [ 30ª p.] tinha feito tudo muito bem, ele, esse Serra, disse-me, como os de Lika, durante a guerra, se um comissário discursava uma ou duas horas acerca da situação política, quando chegava a vez das perguntas, um liquense levantava-se e dizia, muito bem, assim mesmo, mas vamos lá, por favor, mais uma vez. Assim, também para este quase tudo estava bem, mas todavia consultem-nos quando forem a Portugal. Evidentemente, pensam que é ainda necessário ter sua luz verde para os nossos contactos políticos em Portugal.

Não sei se, após esta conversação, por fim, algo vai mudar entre os comunistas, mas é evidente que nós nunca mais, após a conversação do camarada Minitch Miloche que teve com a delegação dos comunistas que participou no Décimo Congresso, depois das nossas conversações em Varsóvia com a sua delegação, depois das nossas conversações aqui em Belgrado, realmente, não devemos continuar preocupados desta maneira por aquilo que eles pensam. Sobre estas ligações, porque, efectivamente, gastámos todos os argumentos normais, compreende-se, que se devem dizer numa conversação política entre pessoas políticas razoáveis. De resto, que agora os ensine a experiência, podemos ser a este respeito muito cautelosos e polidos, etc., não devemos ser rudes, isso não proponho, mas também não é preciso nem nos preocupar com tal problema do que eles irão pensar caso vamos para contactos com os socialistas. Provou-se, por exemplo, quando disse, bem como, vamos agora resolver juntos, como não vamos ao congresso do Partido Socialista de Portugal quando a nossa delegação, em Lisboa, foi convidada, estiveram no nosso X Congresso. Então, este Serra disse... e também nós iremos a esse congresso, e a nós colocam, assim provocam uma discussão desnecessária. [ 31ª p.]

A respeito da política do Partido Comunista de Portugal em relação aos temas que são tratados neste relatório, no todo, acerca do futuro de Portugal, em primeiro lugar, vemos de todas as conversações, que eles também chegaram com o objectivo de nos informar acerca do seu Congresso Extraordinário e sobre o que pensam acerca do futuro de Portugal, e que eles aprovaram uma linha de grande prudência com o menos possível de reivindicações radicais na política interna como internacional de Portugal. E pelas informações complementares com que dispomos, mostram que todas relações com os EUA, URSS e a luta pela «*détente*», seguiam um rumo que também nós apoiamos ou não apoiamos totalmente, que não fazemos isso, mostram que eles tinham em conta muitas coisas e, em

particular, acerca da própria situação interna que não está assim tanto, por assim dizer, estabilizada a favor das forças democráticas para que lhes pudesse permitir colocar mais decididamente, por exemplo, a questão da saída de Portugal da OTAN ou uma declaração mais determinada quanto a Portugal em relação ao não-alinhamento. Aqui, concordo com o que o camarada Belovski implicou esta questão acerca de Soares e com aquela explicação que deu o camarada Moísov em redor da questão do comprometimento do Partido Socialista de Portugal em direcção ao Não-Alinhamento. Evidentemente que também o PS tem em conta a situação actual, mas é necessário, penso que também nós temos em conta acerca disso que, em Portugal, a luta por um novo Portugal decorre intensamente e prolongar-se-à por um largo período de tempo e que, a este respeito, todas as forças que se encontram nesta luta, não penso só nas forças autóctones em Portugal que têm os seus programas e ambições políticas, mas igualmente na Internacional Socialista que se introduziu de uma forma muito discreta, mas muito determinada a caminho de ajudar uma variante socialista-conservadora no [ 32<sup>a</sup> p.] próprio Portugal com o objectivo de que Portugal não saltar do, por assim dizer, do grupo das democracias europeias-ocidentais, do modo que tal expressão utilizamos normalmente, dando ainda dinheiro e não somente as manifestações políticas que acompanharão, e isso só nos obriga a uma actividade em todas as direcções e, por isso, apoio e há a necessidade de também se encontrar a maneira de termos com este MFA um certo número de contactos de influência e cooperação.

Também, vejo aqui na proposta, as propostas da delegação e do camarada Tsetinitch que propõem diversas medidas, que são todas boas, a questão está agora nas nossas actividades operativas, que materializaremos tais ideias. Nas conversações com Serra e Inglês nós, em nome da LCJ, em nome do Comité Executivo, também fizemos uma proposta das possíveis actividades na cooperação da LCJ e PC de Portugal, que eles aceitaram em princípio, para lá referirem aos seus, e que nessa base vamos fazer um plano de actividades com o PC de Portugal para 1975.

*AJ, 507, IX,s/a-268*

---

**179[Uma outra intervenção nesta Sessão Conjunta (20/Nov./74) das Comissões das Relações Internacionais da LCJ e ASPTJ ]**

**[104.<sup>a</sup> p.]** CAMARADA IVEKOVITCH :

Diria algo muito breve acerca do nosso sistema de informação pública e interna quanto ao se passa na África Austral e nas colónias portuguesas. Penso que é a partir desse sistema, o qual, segundo a minha opinião é inadequado, ultrapassado, obsoleto e rudimentar, que resulta também muitos dos nossos dilemas e muitas das nossas hesitações porque, simplesmente, não temos todos os dados e não estamos suficientemente ao corrente dos acontecimentos. Internamente nós — quando digo

internamente penso também em nós na Aliança Socialista —, isto aplica-se também no SNE [N.T.:SFNE], nós estamos suficientemente preparados para acompanhar o que, actualmente, se passa nas colónias portuguesas. Com efeito, não temos lá as nossas representações, o que é normal, mas a nossa Embaixada, em Lisboa, ainda não é capaz de acompanhar isto, este aspecto de Lisboa. [105.<sup>a</sup>p.]

O resultado disto é que as nossas informações sobre o que se passa em Moçambique, o que se passa em Angola e o que se passa na Guiné-Bissau, recebemos por meio das nossas representações diplomáticas nos países africanos vizinhos independentes e do correspondente da Tanjug que, digamos, se encontra até em Nairobi e através de contactos esporádicos com os representantes dos movimentos de libertação, caso, quando e onde os encontrar.

O resultado disto é que a imagem que nos chega aqui e até pelos canais internos oficiais é frequentemente incompleta, distorcida e que chega, constantemente, com grande atraso, estando ultrapassados, há muito tempo, esses acontecimentos até nos próprios países.

Mencionarei somente um exemplo. Digamos que, em 1 de Novembro, em Cabinda, um enclave de Angola, os representantes do Movimento das Forças Armadas e os combatentes do MPLA prenderam um general português, o seu estado-maior e o agente de Mobutu do movimento separatista de Cabinda e isso todos os jornais diários transmitiram, nesse mesmo dia, nas primeiras páginas com toda um série de pormenores como isso aconteceu, para onde foram, no aeroporto, em qual porta para o sul, quem primeiro prenderam, quem foi o segundo, como foram transferidos para o avião etc. Somente nestes dias, recebemos por via das nossas embaixadas, parece-nos de Kinchassa, o que lá aconteceu. Também, naturalmente, tal imagem de Kinchassa daquilo que se passou em Cabinda não pode ser nem objectiva, nem adequada. De resto, penso que a situação é ainda pior quando se trata da informação da nossa opinião pública pelos meios da comunicação social. O leitor habitual de um nosso jornal ou mais jornais ainda hoje não pode distinguir quem é quem entre esses movimentos de libertação. Em geral, não diferencia qual movimento se trata, [106.<sup>a</sup>p.] ao que ele aspira e o que quer. De facto, os nossos jornais diários não efectuam nenhuma selecção das notícias que chegam. No fundo, tomam os relatórios da agência Reuters, da France-Presse e de outras agências ocidentais que, habitualmente, mostram uma imagem distorcida dos factos. E nós transmitimos isto sem crítica, sem verificação, sem consultação, sem nada.

Assim, passou-se connosco num momento, diga-se, até à assinatura deste acordo entre Portugal e a FRELIMO, em que os nossos jornais davam mais espaço aos depoimentos e declarações de diversos grupos dissidentes, tchétniques, que actuavam, nessa altura, em Moçambique, do que às declarações da Frente de Libertação de Moçambique. Diria que, hoje, há uma situação semelhante em relação à Angola.

No nosso público, a Frente Nacional de Libertação de Angola e Roberto Holden têm mais publicidade do que as declarações do doutor Neto e das posições do Movimento popular de libertação. Qual é o problema? É mais simples tomar as notícias da Reuters, mais simples tomar as notícias de

qualquer que sirva tudo já pronto do que fazer as suas próprias notícias e, muito menos, mandar alguém ao próprio local, quem poderia ver isso.

Menciono que é normal e legal a qualquer cidadão da Jugoslávia e até também o turista, caso quisermos, hoje, pode viajar para Portugal, Guiné-Bissau, Lourenço Marques e Luanda, sem qualquer problema. Também, caso for preciso o Governo português, o Movimento das Forças Armadas e com a ajuda dos partidos de esquerda irão ao encontro de qualquer nosso homem que lá apareça.

Naturalmente, estas faltas não se podem cobrir com a estadia periódica de um Djuka Iulius em Lisboa ou de um correspondente da TANJUG em Lisboa. Naturalmente, ao efectuar esta crítica não tenho uma proposta como isto se deveria fazer, excepto que se deveria fazer melhor e de forma mais adequada. Mas, penso que já seria um grande passo em frente quando alguém em nome da TANJUG, alguém na nossa embaixada ou donde fosse, estivesse em Lisboa e lesse aquilo que escrevem nesses jornais e isso relatassem na Jugoslávia, isso já seria um enorme passo em frente.

*AJ, 507, IX,s/a-268*

---

**180 [Washington, Informações de um jornalista acerca da política externa dos EUA quanto a Portugal e outros países europeus ]**

Embaixada R S F J - Washington 4 5 6 7 8 5  
 Número 1462  
 21/11/1974  
 S F N E –

L. Norman, colaborador da *Newsweek* (cobre o Pentágono e o DE), diz que Kissinger está muito preocupado com a situação em Portugal, sobretudo por causa da possibilidade dos comunistas tomarem o poder, como também por causadas possíveis repercussões em outros países europeus ocidentais, especialmente, em Espanha, depois, na Itália, Grécia e França. Durante a estadia, em Nova-Deli, aceitando o não-alinhamento da Índia, Kissinger afirmou que os EUA não podiam tolerar uma tal posição por parte de um país da OTAN. A Portugal, imediatamente após a mudança do regime, foi-lhe negada a presença em todos as reuniões confidenciais da OTAN, como também o acesso aos documentos de carácter confidencial. Por causa de Portugal, foi cancelada a reunião para o planeamento nuclear em Roma, o qual, provavelmente, terá lugar durante a reunião anual dos ministros dos Negócios Estrangeiros da OTAN (na reunião da OTAN participará Soares) sem a participação do ministro da Defesa português.

A destituição do embaixador americano, em Lisboa, S. Scott, foi consequência da insatisfação de Kissinger devido aos seus relatórios e avaliações da situação, tanto antes do golpe de Estado (tinha fracos contactos) como depois. Aliás, também depois julgou moderado o novo regime, «minimizou o significado da participação dos comunistas [2.ª p.] no governo, a sua influência política e foi incapaz

de avaliar a situação no MFA e identificar os seus principais líderes e suas opiniões políticas. As suas apreciações acerca da estratégia do PCP e da sua influência nos PC de Espanha, Itália e França divergiram bastante a respeito das existentes no DE. Por isso, Kissinger enviou, em Agosto, «o general V. Walters, director-adjunto da CIA, que, além de outros contactos, teve conversações com Spínola e o general Gomes (em seguida foi a Espanha, onde contactou, entre outros, com membros do ex-regime português) e, depois, foi também a Portugal uma equipa do DE, porque não ficaram satisfeitos nem com as informações que receberam de Gomes, durante a sua visita a Washington (G. foi considerado moderado, mas não estão seguros da sua orientação política).

Apesar de se estimar que não existe um perigo imediato da tomada do poder por parte do PCP, contudo, tal perigo também não se excluía dado que o PCP era a força mais organizada e devido à sua possível grande infiltração no exército e no MFA. (ultimamente, na imprensa, escreve-se muito acerca disso, mencionando-se funcionários como fontes oficiais). Prevê-se que, nas eleições de Março, podia ter 20 a 25% de votos, Acredita-se, dizem, que até poderia distribuir os seus membros por outras organizações que, nas eleições apareceriam como independentes e que, na realidade, seriam um disfarce para o PCP. [3.<sup>a</sup> p.]

Uma vitória do PCP poderia encorajar um desenvolvimento semelhante «em Espanha, (o actual regime poderia ser substituído por uma «ditadura de esquerda», caso os EUA não intervissem antes da «próxima transferência de poder»), e a situação económica em outros países europeus (crise energética, inflação) favorece o radicalismo e reforça a influência e a importância dos PC, o que poderia ter por consequência a entrada dos comunistas nos governos de uma série de países. Um dos dilemas dos EUA é que uma atitude positiva em relação a Portugal (prestação de ajuda e outras) poderia encorajar outros governos a permitir a participação dos comunistas. Não se exclui a possibilidade do PCP tentar executar um golpe de Estado, o que seria negativo caso tivesse sucesso e positivo caso falhasse, porque isso repercutir-se-ia negativamente nos outros PC, em relação aos quais se reforçaria a desconfiança e tal eventual desenvolvimento é considerado desejável. Internamente, a possibilidade considerada de uma «destabilização» através da CIA, mas parece que para isso não havia possibilidades. Além disso, após a divulgação da acção americana no Chile dificilmente se iria por algo semelhante em Portugal.

Observação: «pode-se pressupor que estas avaliações se lançam e dramatizam, intencionalmente, na imprensa com vista à criação duma psicose em Portugal e a um incitamento à organização e actividade das forças de direita». – Petkovitch

Entregue: quarta direcção, Gabinete Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Militchevitch, Obradovitch, terceira direcção, GSS-SS.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974) ~*

---

## 181 | SFNE, As mudanças em Portugal e as relações jugoslavo-portuguesas |

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção da Europa Ocidental

Número 466366  
21 Novembro 1974

## MUDANÇAS EM PORTUGAL E O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES JUGOSLAVO-PORTUGUESAS

### I

Com as mudanças em Portugal de 25 de Abril deste ano, quando com a acção organizada do Movimento das Forças Armadas foi derrubado o regime fascista e o governo de Marcelo Caetano, começou um período de desenvolvimento democrático interno dinâmico e, ao mesmo tempo, o processo de libertação dos países africanos sob a dominação colonial portuguesa. Por causa das mudanças em Portugal, paralelamente com a abertura de um novo capítulo do seu desenvolvimento interno em bases democráticas e progressivas, têm também um amplo significado internacional, em particular, do ponto de vista da luta contra o colonialismo.

Até às mudanças chegou-se devido a contradições muito agudas e dificuldades intransponíveis nas quais se encontrava o regime nos últimos anos. O insucesso de vencer a luta de libertação nas colónias e a continuação persistente das guerras coloniais, que esgotavam as forças materiais e exigiam cada vez mais vítimas humanas conduziram até ao agravamento da situação económica, política e social no país, como também até ao reforço da organização e actividades da oposição antifascista e, sobretudo, da sua parte progressiva.

O portador básico da mudança foi o exército, ou seja, a sua parte mais progressista, organizada no Movimento das Forças Armadas (MFA), que é formado, principalmente, por oficiais médios e subalternos. [ 2.ª p.]

Embora o exército foi o apoio principal do ex-regime, devido à intensificação das guerras coloniais e os problemas internos cada vez maiores, nele, gradualmente, amadureceu a convicção da necessidade de mudança. Tal evolução no exército foi resultado do amadurecimento político de um grande número de oficiais do quadro, os quais, no esforço inútil para vencer a luta de libertação nas colónias, compreenderam que a política colonial do ex-regime, por causa da luta de libertação cada vez mais intensa e a evolução geral no mundo — não só estava condenada ao insucesso, já ameaçava também, considerando as consequências sociais, económicas e políticas, os principais interesses nacionais do povo português. As forças de esquerda, sobretudo o PC, com a sua actividade nas fileiras do exército estimularam um tal movimento e procuraram ligar-se com os círculos militares mais progressistas. Igualmente, isto foi facilitado com a mudança da estrutura social no exército, cujo quadro de oficiais, em particular no médio e subalterno, com a súbita expansão das guerras coloniais, se recrutava numa ampla base social.

A acção do Movimento das Forças Armadas teve o apoio do povo e das forças progressistas e democráticas, o que permitiu gradualmente a constituição do novo regime e a sua estabilização na base do Programa do MFA, cujas proposições básicas são: fim da guerra nas colónias e desenvolvimento

democrático de Portugal. Essa orientação, no princípio geral e vaga, tornou-se gradualmente mais elaborada e progressiva na orientação.

O primeiro governo provisório (governo de Palma Carlos) foi formado numa base de coligação das forças que aceitaram e apoiaram as mudanças de Abril. No governo entraram os representantes da Junta Militar, depois os partidos Popular Democrático, Socialista e Comunista. O governo começou com a execução de determinadas medidas democráticas no plano interno, que contribuíram para a afirmação do novo regime. Todavia, rapidamente se viu que as resistências das forças conservadoras às mudanças mais radicais eram muito fortes. O agravamento das relações entre as forças conservadoras e progressivas no topo do novo regime conduziu, no início de Julho, à primeira grave crise política, quando o governo de P. Carlos se demitiu. [ 3.<sup>a</sup> p.]

As forças conservadoras quiseram, com a ruptura da coligação governamental, afastar do governo e da vida política as forças de esquerda e progressistas, e de se impor como o árbitro principal nos passos fundamentais do desenvolvimento interno, em particular, na resolução do problema das colónias. Todavia, a isso se opôs o Movimento das Forças Armadas que conseguiu, com o apoio da esquerda, a salvaguardar o espaço para a execução do programa.

Em meados de Julho, foi formado o governo do coronel Vasco Gonçalves (mais tarde promovido à patente de general) com a participação de todos os membros da anterior coligação, mas com a influência reforçada e o controlo do MFA. Desde esse momento, começou uma execução mais decisiva do processo da descolonização e um desenvolvimento democrático interno mais intensivo.

Os primeiros e os resultados muito importantes da descolonização (acordo acerca da independência da Guiné-Bissau e Moçambique) e o impulso do desenvolvimento democrático interno como também a consolidação das forças de esquerda, sobretudo o aumento da influência do PC, deparam-se com a resistência organizada das forças conservadoras que, em finais de Setembro, tentaram novamente, com o apoio directo do então presidente Spínola, efectuar um golpe e tomar o poder nas suas mãos (Spínola era o expoente mais saliente das forças conservadoras no seio do novo regime, mas junto a ele havia também outros no governo, no MFA e os oficiais superiores da Forças Armadas). Embora aceitaram as mudanças de Abril e cooperaram com o novo regime, estas forças não desejavam nem uma verdadeira descolonização, nem mudanças democráticas essenciais no plano interno. Devido a isso, ocorreu a ligação de Spínola e dos seus apoiantes com as forças de direita fora do regime, as quais, em finais de Setembro, conduziram uma acção conjunta contra o novo regime e a esquerda.

Todavia, graças à acção enérgica do MFA e das forças progressistas, a acção destas forças fracassou, de tal modo que sofreram uma pesada derrota e, desta vez, foram ainda mais afastados da cena política directa. Este insucesso dos adversários do novo regime confirmou que as mudanças abrilistas têm raízes profundas em todos os estratos democráticos e progressistas da sociedade portuguesa e que são amplamente aceites pelo povo. [ 4.<sup>a</sup> p.]

O novo regime e as forças progressistas resolveram com sucesso a crise a seu favor, fortalecendo significativamente as suas posições e influência. Spínola foi obrigado a abandonar o cargo de Presidente da República (30 de Setembro) e para seu lugar foi escolhido o general Costa Gomes. O Movimento das Forças Armadas reafirmou a sua posição-chave e funções. A resolução da crise contribuiu para se acentuar ainda mais fortemente a determinação democrática e progressista do MFA, como também para reforçar a ligação do Movimento e as massas populares. Igualmente, aumentou a importância e prestígio da esquerda na distribuição geral de forças, bem como a sua responsabilidade por um maior desenvolvimento. Foi alargado o espaço para mais acções das forças progressistas, o que, no plano interno, apressa as mudanças democráticas e, no exterior — permite uma conclusão mais rápida do processo da descolonização. Todavia, a situação em Portugal é ainda complexa, de modo que o actual processo de desenvolvimento, apesar de certa estabilização do regime e significativos resultados no plano da descolonização — não está definitivamente assegurado. As forças direitistas e reaccionárias não aceitaram a derrota e tentarão aproveitar, no futuro, todas as oportunidades favoráveis para tomar o poder. A diferenciação das forças e o seu reagrupamento tornar-se-á cada vez mais intenso com a aproximação das eleições parlamentares, as quais, estão previstas para Março do próximo ano.

Os problemas económicos representam, certamente, o maior perigo para o novo regime. Portugal é um país pobre e não desenvolvido, que atravessa um período de sérias dificuldades económicas e que luta com um desemprego crónico. O capital do país receia que uma duradoura consolidação do novo regime e a vitória das forças progressistas nas eleições do próximo ano poderiam conduzir a radicais reformas económicas e outras. Como, seguramente, essas reformas afectariam os seus interesses, posições e privilégios, em primeiro lugar, os latifundiários e o grande capital, a direita e certas forças conservadoras procuram ameaçar, por meio do gradual agravamento da situação económica e social, a existência do novo regime. Também, de modo semelhante, o capital estrangeiro se comporta que, nos últimos tempos, reduziu os investimentos na economia portuguesa [ 5.ªp.] O Movimento das Forças Armadas procura impedir novas tentativas da direita, empenhando mais esforços para fortalecer mais as suas posições nas bases da fidelidade ao Programa abrilista e de que, em cada fase da luta, assegurar o total e activo apoio das forças progressistas e democráticas.

## II

A preocupação básica do novo regime e o problema em redor do qual ainda há uma luta interna e diferentes interesses se enfrentam — isso é a descolonização.

Ao contrário do primeiro governo, após a mudança abrilista, que tanto por incapacidade de certas forças em si próprio, como também pela resistência e a pressão fora dele, não foi capaz de dar os passos concretos no plano da descolonização — o governo do general Gonçalves mostrou, logo nos primeiros dias, a resolução de abordar o problema da descolonização de forma mais decisiva e rápida. O período após a mudança abrilista, como também a crise em redor do primeiro governo provisório

mostraram que o adiamento da descolonização e a taticismo a seu respeito aumentaram as dificuldades nas colónias e, ao mesmo tempo, puseram em dúvida as mudanças democráticas em Portugal.

Como se esperava também, o processo de descolonização foi mais rápido em relação à Guiné-Bissau, com quem, em primeiro lugar, o governo português chegou a um acordo acerca do reconhecimento da sua independência. O acordo entrou em vigor em 10 de Setembro.

Imediatamente após o Acordo com a Guiné-Bissau, chegou-se a um acordo com a FRELIMO acerca da independência de Moçambique. Neste acordo está previsto um período de transição para a transferência de poderes, com a obrigação do governo português de que a total independência de Moçambique será proclamada em 25 de Junho de 1975. Em base deste acordo, em Moçambique, foi formado um governo provisório conjunto, no qual, a FRELIMO recebeu um papel dominante (o presidente e dois terços dos membros do governo são nomeados pela FRELIMO), o que lhe permite assegurar, gradualmente, a realização completa dos objectivos da luta de libertação. [ 6.<sup>a</sup> p.]

Os acordos acerca da independência da Guiné-Bissau e Moçambique têm uma importância excepcional para o posterior processo de descolonização, não só das colónias portuguesas, mas não só. Todavia, ainda é incerto quando o problema de Angola será resolvido e em que bases. Igualmente, este é o problema mais difícil para o governo e o MFA porque, em Angola, estão grandes interesses do capital português e estrangeiro. E uma série de outras circunstâncias tornam a situação quanto à Angola muito complexa: desunião dos movimentos de libertação; claro envolvimento de factores estrangeiros devido à importante posição geográfica e estratégica de Angola, da enorme riqueza económica; população portuguesa e integrada (mais de 600 000) e outros.

Nos últimos tempos, o governo português iniciou a actividade na descolonização de Angola e estabeleceu determinados contactos com representantes dos movimentos de libertação, como também com os governos dos países vizinhos. Até agora, o desenvolvimento mostrou que o governo português e as forças políticas que nele participam estão decididos a que o iniciado processo de descolonização seja levado a cabo até o fim. Todavia, deve-se ainda esperar resistências e dificuldades, não somente por parte das forças de direita em Portugal e seus expoentes nas colónias, mas também por parte dos regimes minoritários da África Austral (Rodésia e RAS). Como também de determinados imperialistas e reaccionários círculos militares do Ocidente.

A actividade da política externa do novo regime português ainda está sujeita, em grande medida, à resolução do problema colonial e na procura de amplos apoios internacionais. Paralelamente a isso, o governo português esforça-se por tirar o país do isolamento internacional, no qual caiu no tempo do anterior regime, e quando se trata do desenvolvimento interno — de assegurar ajuda económica, principalmente, da Europa Ocidental. Por isso, o novo regime mostrou um especial interesse pela abertura em relação à Europa Ocidental por razões políticas e económicas. Nisso, apoiam-no a Social-Democracia ocidental, a qual, entre outras, pelas ligações com o Partido Socialista de Portugal, procura contribuir para a estabilização do novo regime português, mas em bases que excluem a

radicalização tanto de esquerda como de direita. O interesse da Europa [7.<sup>a</sup> p.] Ocidental pelo desenvolvimento em Portugal está ligado também com a perspectiva do desenvolvimento em Espanha, pelo que a aspiração pela estabilização do processo democrático em Portugal asseguraria um apoio indirecto às eventuais mudanças em Espanha, na linha dos amplos interesses do Ocidente.

O governo, em particular nele a esquerda, ajusta-se de forma muito elástica quanto à filiação de Portugal na OTAN. Expressa a sua filiação a todas as obrigações internacionais, incluindo também as obrigações decorrentes da filiação no Pacto Atlântico. A filiação na OTAN não se põe em dúvida, porque tanto no governo como na esquerda estão conscientes que uma posição contrária poderia servir como pretexto para a radicalização no desenvolvimento interno e uma ingerência mais pronunciada de factores externos, sobretudo do americano. Todavia, existe também tendências para a saída do quadro de blocos, à semelhança, por exemplo, da França e Grécia.

Os americanos acompanham com grande interesse o desenvolvimento em Portugal e deve esperar que, devido aos seus interesses na Europa e não só, procurarão de manter Portugal no quadro da aliança existente, opondo-se a movimentos internos que poderia pôr em dúvida essa aliança.

A União Soviética e os restantes países socialistas procuram reforçar a sua presença em Portugal, mas está presente a prudência e a aspiração de não se ferir os interesses do Ocidente. Por seu lado, o governo português sublinha o interesse pelo desenvolvimento de boas relações e cooperação com os países socialistas.

A orientação para a descolonização e os passos que o governo português efectuou até agora contribuirão para o aumento da confiança dos países africanos na política do novo regime, em particular, após a deposição do general Spínola do cargo de Presidente da República. Na última sessão da ONU, o discurso de M. Soares foi bem recebido, e chegou-se até à readmissão de Portugal em certas organizações especializadas internacionais. Todavia, em alguns países africanos ainda estão presentes reservas quanto à determinação do novo regime português de começar um processo rápido de descolonização e realizá-lo de forma coerente. [ 8.<sup>a</sup> p.]

### III

A Jugoslávia saudou as mudanças em Portugal, deu apoio ao novo regime e, activamente, procurou contribuir para a consolidação do curso progressista e do processo de descolonização. Nestas bases, avançamos com o restabelecimento das relações diplomáticas e um gradual desenvolvimento da cooperação.

Existem condições que, paralelamente, com o desenvolvimento progressivo em Portugal, as relações e a cooperação entre os nossos dois países se desenvolvam com sucesso. Igualmente, o presidente do governo Gonçalves e o ministro dos Negócios Estrangeiros Soares salientaram publicamente o significado a que dão às relações com a Jugoslávia.

Dos contactos no plano interestatal, o mais importante foi as conversações do vice-presidente do CEF e secretário federal dos Negócios Estrangeiros M. Minitch com o ministro dos Negócios

Estrangeiros M. Soares, em 25 de Setembro de 1974, em Nova-Iorque. No início de Novembro, em Portugal, esteve uma delegação da ASPTJ como convidado do Partido Socialista de Portugal e, nessa ocasião, foi recebida pelo presidente da República C. Gomes, depois pelo presidente do governo Gonçalves e teve uma conversação particular com M. Soares que é, ao mesmo tempo, também secretário do PS.

O ministro M. Soares aceitou o convite para visitar a Jugoslávia, mas a visita ainda não ocorreu, o que Soares explica por razões de trabalho. Não nos são conhecidos as verdadeiras razões, mas evidentemente que esse trabalho não é a única. Não excluimos de que se trata de certas pressões internas e externas na política do governo.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**182 [SFNE, Conversação Lazar Moísov e Francisco Ramos da Costa ]**

SECRETARIADO FEDERAL 456463  
 DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
 Gabinete do Secretário-Adjunto Federal  
 N.º 456463  
 25 / XI / 1974

NOTA

Acerca da conversação do Secretário-Adjunto Federal dos Negócios Estrangeiros L. Moísov com o embaixador português Dr. Francisco Ramos da Costa, 25 / XI / 1974.

Chegou para a entrega das cópias das credenciais.

Durante a conversação, o embaixador salientou que o governo português presta um significado particular às relações com a Jugoslávia. Considera que existem todas as condições para que sejam muito próximas, amigáveis e um exemplo de estima. Sublinhou que, em Portugal, existe o interesse para conhecer o melhor possível a experiência original do desenvolvimento interno da Jugoslávia, para a qual consideram que também pode ser vantajosa para traçar o futuro desenvolvimento da sociedade portuguesa.

A respeito das relações bilaterais, o embaixador realçou, em particular, a importância da cooperação económica e o seu desejo de que se elimine, quanto antes, os obstáculos a esse plano, que são consequências das relações com o ex-regime. Ouviu que preparamos uma delegação económica, a qual, deverá visitar Portugal e interessou-se pela data da chegada. Esperam que se seguirão, depois desta visita, novos contactos, como também concretos acordos acerca das relações económicas e trocas mercantis entre os dois países.

No final, colocou a questão da instalação da Embaixada e residência, mencionando que espera a nossa ajuda a este respeito.

O SFA Moísov exprimiu satisfação pela chegada do embaixador Ramos da Costa e a disposição de ajudá-lo em tudo que seja necessário no exercício da sua missão. Realçou que, em pouco tempo, entre os nossos dois países, foram efectuados importantes contactos políticos e que estamos muito

interessados numa ampla cooperação em todos os domínios. Informou o Embaixador que decorrem os preparativos [ 2.<sup>a</sup> p.] para a visita da delegação económica a Portugal.

Expressiu a disponibilidade de prestarmos ajuda acerca da instalação da Embaixada (no Protocolo já lhe disseram que existem locais para a chancelaria da Embaixada que, em breve, podem ser ocupados, enquanto, por agora, para a residência não têm uma solução concreta. Foram dadas instruções ao serviço competente para se empenhar nesse sentido, dando prioridade à embaixada portuguesa sobre os restantes).

Entregue:

- Gabinete do Presidente da Presidência da RSFJ
- Gabinete do VP CEF e SF M. Minitch
- Gabinete de Militchevitch
- Chefe III Direcção, Protocolo SFNE
- Arquivos

*ADMNE, F-217 ( Portugal, 1974)*

### **183 [Washington, Portugal e a OTAN ]**

SFNE

Número: 456589

27 / 11 / 197

Embaixada RSFJ Lisboa

Dos nossos de Washington

Portugal, embora não se encontre em posições avançadas da OTAN, tem um lugar importante nos argumentos americanos, tanto mais que na guerra de Outubro no Próximo Oriente, ao autorizar a utilização da base americana no seu território jogou um papel único e confirmou o seu «valor» como aliado. Todavia, após a mudança de regime e apesar da decisão do governo português de continuar na OTAN, nos círculos americanos nota-se receios que certos interesses dos EUA possam ser atingidos. Nas condições complicadas na situação interna, em primeiro lugar, económica, em certos países da CE, considera-se que o exemplo português podia ser um «perigoso» precedente. Com a participação dos comunistas no poder, a cooperação militar no quadro da OTAN seria seriamente atingida. O aparecimento do PCP, na vida social e política portuguesa como também o partido mais organizado surpreendeu a muitos factores nos EUA. A participação do PC no governo português põe em causa a plena participação de Portugal nos órgãos da OTAN, seguindo-se o perigo dos segretos acerca do armamento atómico possam ser entregues ao Leste e coloca-se a questão como é possível fazer planos de defesa da Aliança de «ataques comunistas» com a presença de comunistas. É evidente que isto foi também a razão principal porque se chegou ao adiamento da reunião do grupo de planeamento nuclear da OTAN, que se deveria ter realizado em Roma.

Kissinger está muito preocupado com a situação em Portugal, sobretudo por causa das possibilidades da tomada do poder pelos comunistas. Sublinhou que os EUA não podem tolerar uma tal posição de um membro da OTAN. [ 2.<sup>a</sup> p.]

A destituição do embaixador americano em Lisboa, Scott, foi consequência da insatisfação de Kissinger pela sua avaliação da situação tanto antes como também depois do «putsch». – Lozina

*ADMNE, F- 217 (Portugal, 1974)*

---

### III.5— Dezembro

Na documentação da embaixada jugoslava em Lisboa, o Congresso do PS e os preparativos da visita oficial de Mário Soares à Jugoslávia (6-8/Jan.) foram os assuntos mais importantes na sua correspondência com Belgrado. Em relação à situação político-económica portuguesa, algumas notícias e informações, por exemplo, sobre as «*demissões na RTP*» e «*a possível demissão de Vasco Gonçalves*» bem como decorreu uma «*reunião com os representantes do MFA*» ou a «*recepção do Dia da Festa Nacional*».

Quanto ao SFNE, além da informação das suas embaixadas (Lusaca e Dar es Salam) a respeito de Angola e Moçambique, foi sua uma outra acerca «*das conversações preliminares sobre a descolonização de Angola*», ou de uma reunião com o embaixador português. Igualmente, a ASPTJ apresentou o relatório da sua delegação no congresso do PS, assim como aprovou uma «*proposta de um aumento urgente da ajuda ao MPLA e FRELIMO*» e solicitou a sua aprovação ao Conselho Executivo Federal.

\*\*\*\*\*                      \*\*\*\*\*

— Após a recepção do Dia da Festa Nacional (29/Nov.), Spasitch enviou (2/Dez.) para o SFNE um telex (Doc.184) em que mencionou a presença de 230 a 250 dos 300 convidados e, entre eles, «*um grande número de proeminentes membros do governo, políticos e os mais altos representantes do exército e do MFA(o que provocou particular interesse e comentários)*», assim como um «*grande número de trabalhadores culturais e públicos*». Todavia, na imprensa, foi pouco publicitada «*a Festa [e um] grande número de jornalistas não esteve presente*», talvez, segundo Spasitch, devido ao boicote dos jornais que estavam «*sob a forte influência do PC*».

— Em relação ao pedido de ajuda material do PS (Doc.185), apresentado por Mário Soares, na recepção da delegação ASPTJ (4/Nov.) e devido a uma próxima visita de Tito de Morais a Belgrado, Spasitch enviou a Miloche Minitich um telex (4/Dez.) acerca dessa questão.

Nele, referiu as perspectivas do PS de ter, nas próximas eleições, «*um número significativo de votos*» e «*uma grande influência na futura política do governo*». Por isso, considerava que se deveria «*aproveitar a oportunidade e prestar ao PS uma ajuda financeira significativa para assegurar-[lhe]*

*uma posição ainda mais forte*», porque «*a questão de fundos*» era, nesse momento, talvez, a mais importante para o PS.

— O SFNE recebeu (9/Dez.) um telex do seu consulado-geral, em S. Paulo, sobre a «visita de cortesia» do «novo cônsul-geral de Portugal» (Doc.186), que não mencionou o seu nome, mas referiu alguns dos seus dados biográficos, a relação da «*colónia portuguesa com o novo regime*» e as relações de Portugal com a Jugoslávia e o Brasil.

— Acerca das «demissões na RTP» (Doc.187), Spasitch comunicou ao SFNE (10/Dez.) que «*o chefe do programa informativo Álvaro Guerra, dois dos seus ajudantes e ainda uma dezena de jornalistas e colaboradores da redacção da RTP*» se tinham demitido por causa da «*comissão consultiva*» (representantes dos partidos da coligação e do MFA) que tinha desaprovado algumas suas frases sobre «*um filme acerca da Segunda Guerra Mundial*».

— Nesse mesmo dia (10/Dez.), SFNE recebeu da sua embaixada em Dar es Salam um telex (Doc.188) a solicitar uma resposta ao pedido do CL da OUA e a respeito das relações com o MPLA e a FRELIMO.

— A «Informação acerca do Congresso do PS de Portugal» (Doc.189), que se realizou em Lisboa (13-15/Dez.), das delegações da LCJ e ASPTJ. Segundo a ordem de trabalhos, as suas 8 páginas referem: «*o relatório do Secretário-Geral; debate e votação do relatório; discussão e votação das alterações ao Programa e Estatutos; e eleição da nova direcção do partido*», bem como um anexo (algumas impressões acerca da situação em Portugal, uma nota sobre os contactos do representante da LCJ e dos três membros da delegação da ASPTJ, mais uma lista com as outras 34 delegações estrangeiras).

— No seu telex nº 61 desse ano, Spasitch informou o SFNE (15/Dez.) acerca das relações económicas com a Portugal (Doc.190) e da visita a Portugal de um director de uma empresa do comércio externo jugoslavo.

— O SFNE enviou (16/Dez.) uma «informação acerca das conversações preliminares sobre a descolonização de Angola» (Doc.191) para 9 gabinetes e presidências do Estado, partidos e sindicatos jugoslavos, sendo também distribuída por 14 dos seus gabinetes e chefias.

As suas três páginas são um resumo da situação política, das conversações, conclusões e da ajuda jugoslava ao MPLA com uma observação final. Os seus breves capítulos são os seguintes: «*Situação em Angola*»; «*Conversações com Portugal*»; «*Conversações em Kinchassa*»; «*Conversações em Argel*»; «*Conclusões internas particulares*»; «*O MPLA e a ajuda da Jugoslávia*»; «*Observação*».

— Acerca de uma reunião com representantes do MFA, membros dos serviços de segurança (Doc.192), Spasitch informou (17/Dez.) o SFNE da conversação, que tinha ocorrido na noite passada,

«de seis representantes do MFA, membros dos serviços de segurança, chefiados por um major, com Neboitcha Vukovitch, membro da delegação da ASPTJ no Congresso do PS».

— Sobre a próxima visita de Mário Soares, (Doc.193) o SFNE recebeu da sua embaixada de Lisboa (18/Dez.) 14 propostas para as negociações com o ministro português dos Negócios Estrangeiros.

Dessas propostas, três delas propunham: «Consultações políticas»; «Nomeação de um adido militar»; «Acordo de abolição de vistos». Outras seis estavam relacionadas com: «As relações económicas»; «Celebração de um acordo interestatal acerca das relações económicas»; «Abertura de uma representação comercial»; «Contactos de empresários turísticos»; «Linha aérea da JAT até Lisboa»; «Prestação de nossas ajudas técnicas». As restantes cinco propostas eram as seguintes: «Celebração de uma convenção cultural»; «Encontros de especialistas no campo da descentralização e problemática da habitação»; «Encontro de especialistas em relação a assuntos relacionados aos trabalhadores no estrangeiro»; «Intercâmbio de jornalistas»; sendo a última de «Aceitar o resto que eles irão propor».

— O telex n.º 76 da Embaixada da RSFJ–Lisboa (22/Dez.) para o SFNE acerca da notícia da possível demissão de Vasco Gonçalves (Doc.194).

— Informações do PS (situação económica e política) e outras notícias (Doc.195) de Lisboa para Belgrado (23/Dez.).

Segundo Spasitch, estas informações de «círculos do PS», além das «medidas pouco eficazes e insatisfatórias do regime para a melhoria da situação económica», teria havido uma «falta de passos radicais que poderiam [ter animado] camadas mais amplas, em particular, no campo». Referiu, depois, «as faltas da administração, as divisões da esquerda, a actividade do clero no interior,[e]o receio em relação à fronteira com a Espanha mal vigiada». Igualmente, por isso, receava-se «uma nova tentativa de golpe de Estado da direita» e considerava-se que «a ameaça de perigo vinha da Espanha», excluindo-se uma tal «acção por mar».

— (Doc.196). De Lusaca, Conversações com dirigentes do MPLA, a formação do governo provisório e outras informações (23/Dez.), sendo estes os membros da Comissão Política (Iko Carreira, Dew...(ilegível) e Luís Neto, chefe do Estado-Maior General.

1.) Segundo o embaixador jugoslavo, os seus interlocutores confirmaram-lhe as anteriores informações recebidas do SFNE, bem como a orientação para a formação do governo provisório constituído pelos três movimentos (MPLA, FNLA e UNITA); 2.) Tendo em conta as conversações mais recentes com a UNITA, consideravam existir condições para «uma ampla base de cooperação» entre os dois movimentos; 3.) Em relação «às próximas eleições em Portugal», o MPLA dava-lhes uma grande atenção e receava as suas possíveis coligações partidárias. Conforme informações que tinham, «Soares examina[va] diversas combinações, incluindo a aliança com Spínola». Além disso, «sob a

*influência de certos partidos sociais-democratas europeus, Soares estava disposto a procurar uma coligação com o objectivo de se libertar das relações até agora com o PC».*

— De Lisboa, opiniões do embaixador romeno acerca da situação político-económica portuguesa, (Doc.197), segundo um telex (24/Dez.) para Belgrado (SFNE).

Apesar de não ter feito qualquer referência à duração e outras informações (com ou sem tradutor, etc.) acerca desta reunião com o embaixador de um país, onde esteve alguns anos como diplomata, pode-se pressupor que Spasitch falou em francês<sup>167</sup> com o seu interlocutor, o que lhe permitiu uma conversação com um maior número de perguntas. Porém, neste seu breve telex, só mencionou duas respostas do embaixador, sem qualquer comentário, a respeito das relações interpartidárias e a situação económica em Portugal.

— (Doc.198). No SFNE, Reunião de Lazar Moísov com Francisco Ramos da Costa (25/Dez.).

Segundo a «Nota» do secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros acerca da sua conversação com «o embaixador português, Sr. Dr. Francisco Ramos da Costa» por causa dos «preparativos e o programa da próxima visita do ministro dos Negócios Estrangeiros M. Soares». Igualmente, foi considerada «a questão do desenvolvimento das relações mútuas em todas as áreas». Moísov reafirmou a disposição e a abertura pela parte jugoslava «para a cooperação com Portugal no desenvolvimento integral das relações bilaterais».

Por sua parte, «o embaixador Da Costa concordou com exposto e acrescentou [...que] queriam uma cooperação com a Jugoslávia muito ampla e aberta». Esse desenvolvimento podia «ser no campo das trocas mercantis e da cooperação industrial, agrícola e tecnocientífica», mas também «no domínio do turismo como no transporte marítimo». Seria ainda interessante a «cooperação económica com terceiros países», em especial, com as ex-colónias portuguesas em África, tendo em consideração «a reputação da Jugoslávia» nesses países.

Além de ter mostrado «um interesse particular pela autogestão», Ramos da Costa nomeou esse mesmo interesse entre «os especialistas portugueses de Ciências Sociais». No fim da reunião, comunicou que esteve em Portugal e «resolveu tudo, no MNE, a respeito do "agreement"» do embaixador jugoslavo que, segundo Moísov, iria partir «para Portugal imediatamente após a visita do ministro Soares».

— Do SFNE, Documentação para a ASPTJ acerca da visita de Mário Soares (Doc.199) que foi enviada (27/Dez.) e classificada como «Estritamente Confidencial» para Gabinete do Presidente da Conferência Federal da ASPTJ.

---

<sup>167</sup> Como diplomata esteve antes nas embaixadas em Bucareste e Paris.

Outros exemplares foram enviados para o Presidente Tito e outros membros do governo jugoslavo. Devido a esta «*visita do ministro português dos Negócios Estrangeiros M. Soares (6-8 Janeiro 1975)*», cuja plataforma foi aprovada pelo Conselho Executivo Federal, foram enviados, em anexo, estes «*materiais que o SFNE preparou para esse fim*».

Esses «*materiais*» foram os seguintes. 1.) Informações (plataforma); 2.) Informação geral sobre Portugal; 3.) Informação acerca das relações bilaterais com Portugal e programa da futura cooperação; 4.) Informação sobre a conclusão da descolonização e a política externa de Portugal; 5.) Informação sobre a situação interna de Portugal; Biografias do ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e esposa.

— (Doc.200). Da ASPTJ, Proposta para um aumento urgente da ajuda ao MPLA e FRELIMO enviada (30/Dez.) para o Conselho Executivo Federal.

Os pedidos de ajuda (material militar e formação de quadros militares) destes dois movimentos de libertação foram discutidos numa reunião na CF da ASPTJ (17/Dez.) e avaliados em cerca de 20 mil milhões de velhos dinares, mas aprovado só um quarto dessa quantia<sup>168</sup> que «*seria repartida em duas partes iguais por ambos os movimentos*». Este documento tem quatro pontos<sup>169</sup>, tendo as decisões aprovadas, em consideração o seguinte: «*Relações da Jugoslávia com Movimentos - a) MPLA – Angola; b) FRELIMO-Moçambique*»; *A Actual Posição dos Movimentos*». Nas suas cinco páginas, este documento resume ainda as relações da Jugoslávia com estes movimentos e descreve a situação política nessas duas colónias portuguesas, bem como a posição do governo e partidos políticos portugueses a seu respeito nesse período antes das suas independências.

### III.6 — Documentos (184-200)

---

#### 184 [ Lisboa, A recepção do Dia da Festa Nacional ]

Embaixada R S F J Lisboa 457871  
 Número 48  
 2/12/1974  
 S F N E -

<sup>168</sup>Ao câmbio de \$US1=1700 velhos dinares (ou 17 novos dinares), esta quantia correspondia a cerca de 11,8 milhões de dólares, sendo a quantia aprovada de cerca de 2,95 milhões de dólares. Igualmente, foi concedida à FRELIMO uma «*ajuda humanitária em alimentos*» no valor de 200 milhões v.d. (cerca 118 mil dólares).

<sup>169</sup>São os seguintes: «1. *Pedidos dos ML*; 2. *Proposta e Argumentação*; 3. *A Urgência da Realização*; 4. *Proposta de Fontes de Recursos para esta Ajuda*».

Na recepção do 29<sup>170</sup>, estiveram entre 230 e 250 convidados dos 300 convidados. Muitos desculparam-se, alguns foram impedidos na última hora — o governo tinha uma reunião devido à demissão do ministro da Cultura.

Segundo a nossa avaliação e de numerosos amigos e alguns embaixadores, a recepção foi extremamente bem-sucedida. Respondeu um grande número de proeminentes membros do governo, políticos e os mais altos representantes do exército e do MFA<sup>171</sup> (o que provocou particular interesse e comentários). Estiveram presentes 3 ministros — Justiça, Interior e do Trabalho (oficial), quase todos os secretários e subsecretários de Estado, governador civil da cidade, do MNE, Campinos e Andersen (segunda e terceira personalidades — Soares doente), importantes representantes do PC (Pato e Serra), PS (Tito de Moraes estava no Congresso em Bucareste), representantes do PPD de nível inferior (nesse dia, tinham a primeira reunião da comissão política no Porto — enviaram carta em que pediram desculpa), mais altos representantes do exército e do MFA (sobre isso informei separadamente), grande número de trabalhadores culturais e públicos em que contrastávamos do grupo «racional» que tinham os soviéticos e a RDA. Igualmente, isto foi notado e comentado favoravelmente. [ 2.ª p.]

A imprensa registou muito modestamente a Festa, grande número de jornalistas não esteve presente. Presumivelmente, desse lado fomos boicotados pela parte da imprensa que está sob a forte influência do PC, o que alguns também nos disseram. O Professor Hudolin, presidente da Associação Mundial de Psiquiatria Social que, aqui, se encontra no congresso nacional, foi também avisado pelos seus colegas de que a sua publicidade (chegada, conferência para a imprensa) será boicotada em parte, o que se mostrou exacto. Tendo em vista a publicidade que deram a outros em semelhantes ocasiões.

Nunca mostrei insatisfação com esta atitude da imprensa. Mais pormenores, por correio.

Entregue: Terceira direcção, Gab. Minitich, Moísov, Miletchevitch, Berisavlhevitch, Obradovitch, I. Hadjic, Segunda Direcção, Direcção da Imprensa, UIK, SKINF, chefe Protocolo do SFNE.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### **185 [Lisboa, A questão do pedido de ajuda material do PS ]**

Embaixada RSFJ Lisboa 458684  
Número 51  
4 / 12 / 1974  
SFNE

Para Secretário Federal

<sup>170</sup> A Festa Nacional jugoslava era em 29 de Novembro (Dia da República). Nesse dia, comemorava-se o aniversário da Segunda Sessão do Conselho Antifascista de Libertação Popular da Jugoslávia (AVNOJ), em Iáitse (Jajce, em 1943), quando representantes do movimento de resistência proclamaram a organização federal da Jugoslávia e sua aprovação na Assembleia Constituinte da República Federal Popular da Jugoslávia (Belgrado, em 1945).

<sup>171</sup> Acerca desses representantes, esse documento não foi encontrado.

Como não vejo uma possibilidade próxima de dirigir-me por carta, e não sei quando pode ocorrer a visita de Tito de Moraes, primeiro secretário do Partido Soc. (que, em princípio, ficou acordada por ocasião da estadia da delegação da ASPTJ), gostaria de salientar o seguinte:

Durante a recepção da delegação por Soares (pressuponho que a nota acerca de toda a conversação foi distribuída) chegou-se a uma conversa desagradável em relação a ajuda material<sup>172</sup> que nos pediram. Foi difícil poder satisfazê-los com as respostas e o carácter das propostas que nesse sentido foram feitas.

Todavia, desde então, segundo todas as estimativas a que cheguei, as perspectivas do PS aumentam e deve-se esperar, embora talvez seja cedo para tal afirmação, que nas eleições terá um número significativo de votos e assegurará uma grande influência na futura política do governo. Em qualquer caso, eles são uma força em que se deve ter conta. Por outro lado, a posição política do maior número dos membros do MFA, apesar de pouco claro, depois de tudo estão mais próximo do PS. Tudo isto fala a favor de que se deve aproveitar a oportunidade e prestar ao PS uma ajuda financeira significativa para assegurar uma posição ainda mais forte no PS, tanto mais que a questão de fundos é para eles, certamente, neste momento, talvez o mais importante. [ 2.<sup>a</sup> p.]

O PC, PPD, CDS e MDP dispõem de fundos quase ilimitados, de tal modo que, no plano da propaganda, o PS está quase ausente. Tenho a impressão que Soares, que no passado viu rejeitado um tal pedido por nós, tem até certas reservas em relação a nós. Como estava mandatado pelo camarada Tsetinitch, imediatamente após a conversação com Soares, transmiti a Moraes e Campinos, subsecretário do MNE, que, todavia, Moraes podia levantar essa questão à chegada a Belgrado, porque existe a possibilidade de irem ao seu encontro. Chamo a vossa atenção para que se possa ser tomada a tempo a posição apropriada. Seria a ocasião mais adequada o seu congresso para alguém de nossa delegação entregar essa ajuda.

Lembro-me que, pela ocasião da estadia da delegação, ouvir do camarada Tsetinitch, ou de Markovitch, que a ASPTJ deu, em vésperas de eleições num país vizinho do sul uma soma considerável. Penso que, aqui, se deveria dar mais se houver para isso alguma possibilidade. Spasitch

Entregue: chefe 3 direcção. Gabinete PR, Stambolitch, Gligorov, Bíeditch, Dolants, Tsetinitch, Grlichkov, Míiatovitch, Moísov, Militchevitch, arquivos confidenciais  
*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**186 [ S. Paulo, A visita do cônsul-geral de Portugal ]**

Consulado-Geral R S F J - S. Paulo 4 5 9 2 4 8  
Número 457  
9/ 12 / 1974  
S F N E –

---

<sup>172</sup> É de pressupor que Spasitch não recebeu cópia ou resumo da documentação — por exemplo, do relatório da ASPTJ ou das «*notas magnetofónicas*» da sessão conjunta da LCJ-ASPTJ — acerca desse pedido do PS.

O novo cônsul-geral de Portugal chegou em visita de cortesia. Disse que foi nomeado para embaixador na Checoslováquia, mas devido à delicada situação em S. Paulo, no qual, há meio milhão de portugueses e com os quais, agora, há bastantes problemas, enviaram-no para aqui para corrigir e consolidar a situação. Com ele chegou, como vice-cônsul, um tenente do exército. O português diz que a maioria aqui aceita o novo regime, mas que tem também adversários. Há alguns dias, um jornalista muito conhecido, português agora brasileiro publicou a sua fotografia com Salazar, com «palavras apropriadas», na verdade, palavras provocativas a favor de Salazar. Uma parte muito rica da colónia portuguesa não aceita o novo governo. Considera que agora a situação, em Portugal, muito boa e acerca dele diz que é progressista, embora foi antes cônsul em Santos (Brasil) e cônsul-geral em Bordéus (França). Todavia, acerca da Jugoslávia pensa o melhor e «ele está contente que agora temos relações diplomáticas e boas relações». Para as relações com o Brasil diz que um período estiveram «congeladas», todavia que se devem restabelecer, porque há ligações tradicionais e históricas e os povos são muito próximos. O adido de imprensa no consulado-geral de Santos, conhecido jornalista brasileiro, cuja mulher é de ascendência eslovena-Valeltchitch (já estamos em contacto com eles). – Hadjin Nikolaievitch

Entregue: décima, terceira e consular direcção, direcção de imprensa, UIP, UID. arquivo confidencial.

*ADMNE, F-217 (Portugal-1974)*

### **187 [ Lisboa, Demissões na RTP ]**

Embaixada R S F J Lisboa 459085  
 Número 58  
 10 /12/ 1974  
 S F N E –

Há poucos dias, o chefe do programa informativo Álvaro Guerra, dois dos seus ajudantes e ainda uma dezena de jornalistas e colaboradores da redacção da RTP demitiram-se. A causa directa foi a intervenção da «comissão consultiva» da TV (representantes dos partidos da coligação e do MFA), que desaprovou a redacção informativa porque, dando no programa um filme acerca da Segunda Guerra Mundial, citou algumas frases acerca das «decapitações do exército soviético na véspera e nos primeiros dias da guerra com a Alemanha». Os subscritores da demissão, viram nisso a tentativa do PCP de assumir o controlo sobre a redacção informativa, justificando-se que se tratava de nova tentativa de censura.

Os três representantes do MFA na CC, também por convicções pessoais, não quiseram ser árbitros, pelo que o litígio chegou até ao presidente do governo Gonçalves, que numa reunião de quatro horas com as duas partes, procurou amenizar a disputa e impedir um conflito mais amplo que poderia levar a posteriores complicações. Depois, as demissões foram retiradas.

Relatamos como um detalhe característico do esforço do PCP de assegurar, na campanha pré-eleitoral, a influência e o controlo também na TV, onde até agora ocupava um posição mais fraca, ver

nosso 40. O filme e o texto incriminado foram emitidos, de resto, em mais de 30 países, incluindo a URSS.

(de Castro Caldas, do PPD e membro da CC na RTP). - Spasitch

Entregue: terceira direcção, direcção de imprensa, UIK, Militchevitch, Bersavlhevitch, Obradovitch, I. Hadjitch, SKINF, segunda direcção  
*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**188 [Dar es Salam, A resposta ao pedido do CL da OUA e as relações com o MPLA e a FRELIMO]**

Embaixada R S F J Dar es Salam 4 5 8 9 7 6

Número 563

10 /12/ 1974

S F N E –

O rápido processo da descolonização na África Austral exige uma nossa reacção atempada e o nosso adequado apoio político, diplomático e material. Naquele momento, para os movimentos de libertação e as forças progressistas de África, era de especial importância que recebam a tempo a ajuda material e militar mais necessária. Todavia, nós nos comportamos de modo bastante despreocupado, como nos anos anteriores, quando as perspectivas de independência de Moçambique, Angola, Rodésia e outros países estavam ainda longe. Receio que a continuação dessa reacção demasiado lenta a certos pedidos dos movimentos de libertação e a insuficiente compreensão pelas suas prementes necessidades do momento poderiam causar pesados danos políticos à posição da Jugoslávia não só nos países recém-libertados, mas também em toda a África». Já então, de certa maneira, se sente que estamos, por causa desses erros no passado, politicamente isolados, ou seja, os movimentos de libertação deixaram de contar connosco como um parceiro sério nos momentos decisivos (excepto o MPLA), o que todos procuram utilizar contra nós para diminuir ainda mais o prestígio que desfrutamos como país socialista não-alinhado. Por isso, pedimos a vossa intervenção, em particular, no seguinte:

1. Que se responda ao Comité de Libertação da OUA quanto e qual será a nossa contribuição para os movimentos de libertação, a qual será atribuída directamente ao CL da OUA. Em Setembro deste ano, durante a sua visita à Jugoslávia, uma delegação do CL entregou um memorando acerca das necessidades. Nós prometemos que a maioria desses pedidos se iria resolver positivamente. Todavia, até hoje não demos qualquer resposta, a qual, o CL da OUA reclama com insistência. Já, em Janeiro, os comités permanentes do CL tinham o plano de efectuar a distribuição da ajuda internacional pelos movimentos. O CL considera que as condições para a luta de libertação e a descolonização são muito favoráveis e é preciso aproveitá-las ao máximo — mas, isso também depende, em grande medida, dos recursos materiais disponíveis e da ajuda militar. [2.<sup>a</sup> p.] Já, em Agosto, a embaixada propôs que déssemos uma parte dos recursos para os movimentos de libertação por meio do CL da OUA.

2. Nestes dias, em Belgrado, estará uma alta delegação do MPLA, chefiada por Carreira, para um acordo acerca da ajuda militar e, em geral, da cooperação no plano militar. Dever-se-ia ir ao seu encontro, no máximo possível, tendo em vista que Angola ia ter, provavelmente, um dos regimes mais

progressistas em África e que o MPLA insistirá decididamente na política do não-alinhamento. Em particular, era necessário acautelar que o acordo fosse realizado rapidamente de forma a não provocar também uma certa decepção no MPLA e colocar-se numa situação semelhante à ocorrida com a FRELIMO. A embaixada propôs que fosse examinada a possibilidade dum aumento especial da ajuda financeira ao MPLA para esse ano porque esta forma de ajuda era-lhes, nesse momento, absolutamente indispensável. Pessoalmente, o Dr. Neto conta com a nossa compreensão.

3. Não temos qualquer resposta e instruções sobre o que fazer com a FRELIMO. Passou já um mês desde a minha reunião com Samora Machel, ou seja, mês e meio das conversações do camarada Dolants com eles e não sabemos quais são as nossas reacções. Se consideramos as críticas de Machel justificadas; se estamos prontos para enviar uma delegação política e económica a Moçambique; se iremos ao seu encontro, pelo menos parcialmente, a respeito do armamento, equipamentos e etc. Sem a resposta para estas perguntas não podemos entrar em contacto com a FRELIMO. Cumprimentos.

Entregue: chefe 7.ª Direcção, gab. Minitch, Moísov. Komatina, arq. confidenciais.

*ADMNE, F-119, Diversos, 1974*

### **189 [ Belgrado, Informação acerca do Congresso do PS de Portugal ]**

Comissão da Cooperação e Ligações

Internacionais da CF ASPTJ

05-658/74

#### I N F O R M A Ç Ã O

acerca do Congresso do Partido Socialista de Portugal, realizado de 13-15 de Dezembro de 1974 em Lisboa.

Em Lisboa realizou-se em 13,14 e 15 de Dezembro de 1974 o Congresso do PS de Portugal. Este foi o primeiro congresso do Partido Socialista que é realizado no país nas condições de legalidade. O congresso foi realizado num grande auditório da universidade lisboeta.

Na ordem de trabalhos estavam o relatório do Secretário-Geral, debate e votação do relatório, discussão e votação das alterações ao Programa e Estatutos, e eleição da nova direcção do partido.

Nos trabalhos do Congresso participaram 850 delegados eleitos, dos quais cada um representava a sua secção local (isto significa que os membros do Partido Socialista através de Portugal estão organizados em 850 secções). A maioria dos delegados que participaram nas discussões, realçaram que não falavam em seu nome, mas sim em nome da secção que os tinha delegado, o que fala aqui que já nos preparativos para o Congresso as organizações de base definiram e assumiram posições acerca das questões mais importantes.

No Congresso estava também representada, através dos seus delegados, a numerosa emigração económica, em particular a do Canadá e Brasil e os seus delegados participaram activamente nas discussões do Congresso.

No seu relatório Mário Soares falou longamente sobre a história e o estado activo do partido, depois sobre as condições internas e internacionais nas quais se desenrola o processo de democratização

em Portugal. Falando do actual estado do partido sublinhou que as secções partidárias existem em todos os distritos e concelhos, e que o partido conta agora com 40 mil membros. Realçou que a base partidária é independente nas iniciativas e que a este respeito mostrou até agora uma grande actividade. O Partido Socialista deverá tornar-se um verdadeiro Partido Popular. Salientando a existência até agora [ - 2 - ] de grupos autónomos no partido, insistiu na necessidade do reforço da unidade interna partidária.

Falando das tarefas pré-eleitorais do partido, Soares sublinhou particularmente que o Partido Socialista empenha-se por:

- Apoio (e com responsabilidade) ao Movimento das Forças Armadas, como garantia do desenvolvimento democrático em Portugal;
- Solidariedade com os partidos da coligação (Partido Comunista e Partido Popular Democrático, que com o PS participam no Governo Provisório), a par do respeito das diferenças ideológicas;
- Luta pela liberdade do indivíduo (o que, como ele disse, no Ocidente não significa nada em geral);
- Sempre uma posição crítica construtiva, embora o partido participe no governo.

No relatório de Soares, foi sublinhado especialmente o apoio do Partido Socialista ao Movimento das Forças Armadas, que recebeu o apoio unânime de todos delegados e foi acompanhado de estrondosos aplausos e vivas ao MFA e Socialismo. Isto repetiu-se várias vezes durante os trabalhos do Congresso, cada vez que se falou do papel do MFA. Soares disse que a Aliança do PS com o MFA, cujo programa o PS assinou, foi historicamente necessário. O PS empenha-se para que a actual coligação permaneça no poder.

Em relação à descolonização, Soares falou sobre os resultados que já foram conseguidos (Guiné-Bissau e Moçambique), e acerca dos esforços para a resolução do problema de Angola. Por ocasião disso, mencionou que Portugal encontrou uma língua comum com os países africanos. Já foram estabelecidas relações diplomáticas com o Senegal, Marrocos e Tunísia, representantes da Líbia e Argélia estavam presentes no seu congresso e decorrem conversações com outros países africanos e com a Organização da Unidade Africana.

Deve-se mencionar que Soares, na parte da sua exposição acerca da política externa, na qual, acentuou a posição específica de Portugal e o esforço de estabelecer relações com todos os países, não mencionou de todo o não-alinhamento e o papel dos países não-alinhados nos actuais movimentos no mundo. Utilizou somente o termo de «terceiro mundo». De todo, no Congresso só foi dito de passagem a palavra não-alinhamento. [ - 3 - ]

Explicando a opção do Partido Socialista, Soares realçou que socialismo significa derrubamento do capitalismo, e não é somente a reparação do mau no sistema, mas sim a sua alteração e a abolição da exploração do homem pelo homem. Os socialistas portugueses não copiarão outros,

mas sim procurarão a sua via portuguesa para o socialismo. Segundo ele, a social-democracia não é aplicável em Portugal, em relação a isto citou que o Partido Comunista é forte e que grande parte da classe operária está ligada a ele, e que em Portugal, como também em Espanha, há uma forte influência do específico movimento sindical.

Podemos dizer que o tom fundamental do Congresso foi dado pelos delegados de base, que exigiram da direcção do partido uma orientação de esquerda mais decidida e um programa socialista mais claro. Isto foi evidente, nas discussões, tanto acerca do relatório de M. Soares, como também acerca das alterações ao Programa e Estatutos. Em relação às explicações das opções partidárias de Soares, os delegados fizeram reparos que elas não eram precisas nem concretas. Exigiram muito mais, insistindo que o velho programa do PS está ultrapassado, e que para eles é necessário um programa para hoje e amanhã. Insistiram em que o sistema capitalista não se pode reparar, mas sim é preciso destruí-lo. A política contra os monopólios deve transformar-se numa luta contra o capitalismo. Não basta somente uma visão do socialismo, são necessárias medidas que assegurem o desenvolvimento em direcção da sociedade socialista em Portugal.

Uma tumultuosa reacção dos delegados provocou a análise (no relatório) de Soares dos elementos básicos, que compõem o Partido Socialista de Portugal. Segundo a sua opinião, no partido se encontram tradicionais socialistas, humanistas cristãos e marxistas não dogmáticos. A par disso, disse que ele pertence aos marxistas que aplicam criativamente o marxismo. Realçou que o partido deve ter em conta todos estes elementos na sua política. Os novos delegados entenderam isto como uma autorização para a existência de fracções no partido. Em relação a isto, muitos delegados provaram muito impetuosamente que as bases estavam unidas, devendo-se acabar sim com as fracções e a politiquice na direcção do Partido Socialista. [ - 4 - ] Por isso, numa posterior intervenção, Soares considerou necessário explicar como aqueles delegados o tinham compreendido erradamente e quando terminou com afirmação que se assume pela unidade do partido foi saudado com aplausos e exclamações: «Queremos unidade!».

Igualmente, os delegados insistiram numa opção categórica do partido pelo marxismo. Um documento especial foi apresentado por 150 delegados, no qual, se exigia ao Congresso que opte claramente pelo marxismo, porque só ele garante os interesses da classe operária. Por isso, insistiam decididamente que o novo programa do PS deve basear-se no marxismo, e que neste Congresso o partido se defina como marxista. Esta reivindicação foi aceite unanimemente com aplausos e gritos: «Queremos socialismo!». A reivindicação foi aprovada por aclamação sem votação individual. Tudo isto fala acerca de qual era a disposição nas bases do partido, principalmente entre os trabalhadores, enquanto por outro lado devemos dizer contudo que ficou a impressão, que o Partido Socialista é, principalmente a direcção, bastante heterogéneo politicamente.

A oposição dos delegados das bases às posições e propostas da direcção do partido, também atingiu o auge por ocasião da discussão do Estatuto. Especialmente, isto relacionou-se com alguns direitos propostos para os órgãos directivos do partido, aos quais os delegados se opuseram, indicando

que teriam consequências prejudiciais na vida do partido e sua actividade. Por fim, a este respeito foi conseguida uma solução de compromisso.

Por ocasião da análise da situação política interna em Portugal, foi realçado no Congresso que com o derrubamento da ditadura fascista ainda não foi obtida a vitória definitiva sobre a extrema direita. Insistiu-se na unidade de todas as forças democráticas na luta contra a reacção que ameaça a jovem democracia. Embora tenha havido críticas, não totalmente abertas, ao PC de Portugal, muitos delegados salientaram o perigo do aumento das fricções entre os partidos socialista e comunista. Realçaram que seria um grande dano, caso os partidos democráticos na luta eleitoral subordinem os interesses gerais das forças progressistas de Portugal aos seus estreitos interesses partidários. No actual momento, o mais importante é fortalecer a democracia e preparar as condições básicas para uma gradual transformação de Portugal. Esta posição foi fortemente apoiada pelos delegados. [ - 5 - ]

A propósito dos preparativos pré-eleitorais, foi sublinhado que era necessário que todos os partidos de esquerda e todas as forças democráticas deveriam participar na luta contra a direita, que hoje, oito meses depois do derrubamento da ditadura fascista, tenta novamente levantar a cabeça. Foi dito que nada se mudou nas relações económicas, e que objectivamente o poder da direita nasce das relações económicas, que tenta sabotar de qualquer maneira as medidas do governo. As sabotagens económicas estão a aumentar, das quais falam os recentes casos de alguns bancos e grandes firmas. Igualmente, foi salientado que as chamadas companhias multinacionais estão muito presentes em toda a economia portuguesa. A este respeito, várias vezes foi realçado no Congresso que as forças progressistas portuguesas devem ter em vista a experiência do Chile, isto sobretudo porque o aparelho estatal ainda é o antigo, e que uma certa limpeza aos elementos fascistas mais conhecidos foi feita somente na polícia e no exército. Os delegados exigiram energicamente uma limpeza mais decidida do aparelho estatal e medidas urgentes no plano económico. Contudo, a direcção do partido sublinhou a necessidade de medidas cautelosas e graduais, pois reivindicações demasiado radicais seriam, nas actuais condições, prejudiciais e perigosas para a democracia portuguesa. Esta advertência da direcção foi ilustrada pelo aparecimento do extremismo esquerdista por algumas faculdades da Universidade de Lisboa. Foi dito que alguns grupos ultra-esquerdistas é financiado pela direita, que neste momento o maior perigo representa as maquinações da direita «sob a forma da extrema-esquerda». Concordando com a advertência, os delegados das bases exprimiram contudo a opinião que tal advertência não devia de servir de pretexto para demoras com as medidas que são imperiosamente necessárias na sociedade portuguesa, como é a limpeza do aparelho estatal, limitação da actuação dos monopólios, controlo sobre os bancos, preparação do desenvolvimento económico, etc.

No plano da política externa, um elevado grau de unidade caracterizou o Congresso. Sobretudo, isto relacionou-se com a política de descolonização, em relação à qual, o Congresso exprimiu o seu reconhecimento a Soares, que como ministro dos Negócios Estrangeiros trabalha directamente em

terminar a descolonização e o desenvolvimento de novas relações com os Estados e povos contra os quais a ditadura fascista conduziu 13 anos de guerras coloniais. Foi dada um grande apoio ao estabelecimento de relações diplomáticas com os países socialistas e não-alinhados. O Congresso declarou-se por uma independente política externa portuguesa [-6-]. Nos objectivos programáticos do partido declara-se pela dissolução dos blocos político-militares, embora quando da deliberação acerca da filiação actual de Portugal no Pacto Atlântico foi aceite o argumento do realismo, particularmente acerca da posição geopolítica de Portugal.

Ficou-se com a impressão que no Congresso do PS de Portugal foi conseguido, sem dúvida, um elevado grau de unidade a respeito das linhas gerais, o que é muito importante. Todavia, muitas perguntas, principalmente em relação a medidas concretas, ficaram abertas. Os participantes do Congresso foram totalmente unânimes na constatação de que o MFA era — a eliminação do general Spínola permitiu-lhe uma viragem à esquerda —, por agora, a principal garantia do desenvolvimento democrático de Portugal.

Numerosos representantes do MFA (cerca de 60 — à civil) assistiram ao Congresso do PS. A sua presença foi saudada calorosamente. Nas conversas com os delegados ao Congresso podia-se ouvir a opinião que os oficiais progressistas controlam completamente a situação em todos os ramos das forças armadas portuguesas. Alguns diziam que a maioria dos oficiais do MFA simpatiza com o PS, e muitos com o PC. Os restantes desejam, contudo, que fique um movimento independente, por que dessa maneira é mais útil à democracia portuguesa e às coisas progressistas. Em relação a isto, houve muitas palavras no Congresso acerca da possibilidade ou não do MFA aparecer nas eleições como uma força política própria. Predominou a opinião de Soares que isso não seria bom, porque isso conduziria à secessão do movimento, e à democracia portuguesa é necessário principalmente a unidade do MFA. Como garantia fundamental da democracia, o seu papel seria assegurado, no sistema parlamentar, com a directa participação no Conselho de Estado.

X X X

Apresentamos algumas impressões acerca da actual situação em Portugal:

— Após a eliminação de Spínola, o Movimento das Forças Armadas assegurou fortemente o processo democrático e a orientação à esquerda. O MFA actua como um factor estabilizador e como garantia do desenvolvimento [- 7 -] democrático. É muito realista e tático nos procedimentos concretos.

— O aparelho estatal ficou quase inalterável. A limpeza dos elementos fascistas foi efectuada só na polícia e em parte no exército. Por causa destes factos necessariamente coloca-se a questão como junto à existência do antigo aparelho se podem efectuar mudanças radicais.

— Nas relações económicas nada mudou, a força económica da direita ficou intacta. Na economia portuguesa, as companhias multinacionais jogam um grande papel.

— Um grande problema representará os portugueses que regressam ao país, vindos das antigas colónias.

— A orientação geral pela descolonização é clara, embora ainda haja bastante incerteza, principalmente em relação à Angola.

— Os operários e, em geral, as massas trabalhadoras esperam muito do futuro desenvolvimento democrático de Portugal, mas coloca-se claramente a questão se as forças progressistas e democráticas continuarão a luta comum contra a direita e a reacção.

— Na luta pré-eleitoral pode chegar-se a uma séria separação das forças de esquerda, em que também contribuí bastante o sectarismo muito expressivo da direcção do PC de Portugal. A tendência da direcção do PC para a subordinação do PS e outras forças de esquerda e democráticas pode ser muito perigosa. Igualmente, coloca-se a questão quanto a direcção do Partido Socialista será consequente na execução das reivindicações ao Congresso pela orientação marxista do partido e pela cooperação com o PC e as outras forças políticas de esquerda.

X X X

No Congresso do PS de Portugal, estiveram presentes representantes da LCJ e da ASPTJ. A Liga dos Comunistas foi representada por Ioje Smole, membro da Presidência do CC LCJ, e na delegação da Aliança Socialista estiveram Ichtvan Ratchan, membro do Secretariado da Presidência da CF ASPTJ, Sónha Dimovitch, membro do Secretariado da Presidência da União da Juventude Socialista da Jugoslávia e Neboícha Vukovitch, conselheiro na CF ASPTJ. [ - 8 - ]

Durante a apresentação do relatório, M. Soares saudou particularmente o representante da LCJ e a delegação da ASPTJ. Contudo, na edição do relatório (no copiógrafo e no jornal partidário) mencionou-se só a participação do representante da LCJ. Parecemos que a razão para isso está que na primeira versão do relatório só continha a menção à LCJ e posteriormente, durante a leitura do relatório, Soares acrescentou a frase em que saudou também a participação da delegação da ASPTJ.

Embora estivessem preparadas mensagens, tanto da LCJ como da ASPTJ, para o Congresso do PS de Portugal, só entregámos a mensagem da ASPTJ. Considerámos que seria suficiente a entrega de só uma mensagem da Jugoslávia e esta da ASPTJ, na qual está integrada também a LCJ. A par disso, partimos também da convicção que a participação destacada da LCJ não seria vantajosa nem sob o ponto de vista das relações com o PC de Portugal.

X X X

Em conversações particulares com I.Smole e I. Raitchan, Mário Soares agradeceu a participação dos nossos representantes no Congresso. Sublinhou que dá uma grande importância à sua próxima viagem à Jugoslávia e pediu-lhes que transmitissem saudações calorosas ao Presidente Tito.

X X X

Além dos representantes da LCJ e ASPTJ, no Congresso do PS de Portugal estiveram presentes também outras numerosas delegações do estrangeiro. Segundo a lista, que prepararam os organizadores do Congresso, participaram as seguintes delegações estrangeiras: MPLA-Angola; PAIGC-Guiné-

-Bissau, (Soares saudou o representante da FRELIMO-Moçambique, mas não estava na lista e pensamos que não estava presente); SWAPO-Namíbia; Partido Social-Democrata da Alemanha; FLN-Argélia; Partido Socialista da Áustria; Partido Socialista da Bélgica; Movimento Socialista do Brasil; Partido da Nova Democracia-Canadá; Partido Radical do Chile; Partido Socialista do Chipre; Movimento Socialista Pan-Helénico; Grupo Socialista do Parlamento Europeu; Comissão da Comunidade Europeia; Partido Comunista de Espanha; Partido Socialista Operário de Espanha; Partido Socialista [ - 9 - ] de França; Partido do Trabalho da Holanda; Internacional Socialista; Partido Trabalhista da Grã-Bretanha; Partido Social-Democrata Italiano; Partido Comunista de Itália; Partido Socialista de Itália; Partido Trabalhista de Israel; União Socialista Árabe - Líbia; Partido Socialista – República Malgache; União Socialista das Forças Populares – Marrocos; Partido Socialista Norueguês; Partido Trabalhista da Nova-Zelândia; Partido Comunista da Roménia; União Progressista do Senegal; Partido Social-Democrata; Partido Socialista Destour – Tunísia e Movimento Revolucionário Popular – Zaire.

Acerca dos contactos e conversações com os delegados estrangeiros, a delegação apresentará um relatório separado.

*AJ,142,*

---

#### **190 [ Lisboa, Informação acerca relações económicas com a Portugal ]**

Embaixada R S F J Lisboa 460365  
 Número 61  
 15/12/1974  
 S F N E

Com o objectivo do exame das possibilidades para a colocação de produtos jugoslavos — industriais e agrícolas (carne), equipamentos, cooperação e possibilidades da nossa importação, de 7 a 12 de Dezembro, esteve aqui M. Perovitch, o director da secção da empresa «Generalexport» para a França e Espanha.

Visitou cerca de vinte grandes organizações — produtivas, exportação, bancos e, em toda parte, encontrou um interesse muito significativo pela conclusão de negócios conosco.

Após de se familiarizar com as possibilidades que se apresentam, Perovitch vai propor, na sede da empresa, a abertura de uma representação em Lisboa. Penso que esta proposta dever-se-ia apoiar. Além das significativas possibilidades das nossas exportações, acerca de que tenho testemunhado nos últimos três meses, por meio de Portugal abre-se-nos também o seu mercado africano — Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, com os quais tem ligações muito desenvolvidas e que só se poderão fortalecer após o fim do processo de descolonização.

Com a abertura da representação da «Genex» fortalecerá a nossa presença aqui, porque, na embaixada, trabalha profissionalmente só uma pessoa no sector económico. Spasitch.

Entregue: 3.<sup>a</sup> direcção, Ludviger, Vakitch, Vrhunets, Militchevitch, UPO e arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**191 | SFNE, Informação acerca das conversações sobre a descolonização de Angola]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
VII DIRECÇÃO  
Número: 459665  
16 / XII / 1974

Em anexo, enviamos-lhes a informação acerca das conversações preliminares sobre a descolonização de Angola, para informação.

- Enviado:  
Fora do SFNE
- Gabinete do Presidente da República
  - Gabinete do Presidente da Presidência da República
  - Gabinete do Presidente do CEF
  - Comissão Executiva da Presidência do CC da LCJ
  - Presidente da Assembleia Federal
  - Presidente da CF ASPTJ
  - Presidente dos Sindicatos da Jugoslávia
  - Gabinete do SF da DP
  - Gabinete do SF do Interior
- No SFNE
- Gabinete do PA do CEF e SF
  - Gabinete do SAF
  - Gabinete do SA
  - Gabinetes dos SAF
  - Chefes das I-X Direcções[ 1.ºp. ]

CONVERSAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA

Situação em Angola

O governo português deu consentimento que os três principais movimentos de libertação — MPLA (Dr. Neto), FNLA (R.Holden) e UNITA (Sawimbi) — abram as suas representações na capital de Angola, Luanda. Assim, Portugal quis sublinhar com quais forças pretende falar.

Com a chegada a Angola, mostrou que o MPLA é o movimento mais forte e organizado. Depois de Luanda. O MPLA começou com a formação das suas representações também noutras localidades através das quais procura assumir o poder. Criam cooperativas para a produção e abastecimento de alimentos. Preparam quadros para a tomada da administração, educação e segurança.

Conversações com Portugal

Portugal assumiu a posição de que nenhum dos movimentos de libertação de Angola não é suficientemente representativo para que assumisse o poder no país libertado. Por esta razão, eles negociaram com a FNLA e a UNITA em Kinchassa e com o MPLA em Argel.

Conversações em Kinchassa

As conversações com o ministro Soares com a FNLA e UNITA As conversações do ministro Soares com a FNLA e UNITA com a ajuda e o particular interesse do Zaire e seu presidente Mobutu,

terminaram. Quanto nos é conhecido, com a conclusão de que, em Luanda, se formará um governo provisório, no qual, entrariam a FNLA, UNITA e o MPLA ( Dr. Neto).

Além disso, foi constatado que Portugal considera que, nesta situação, o problema de Cabinda não se pode tratar separadamente. Tal posição influenciou, parece, que as acções secessionistas se tenham diminuído.

#### Conversações em Argel

Em Argel, as conversações com o MPLA (Dr.Netto) foram conduzidas pelo ministro Melo Antunes que afirmam ser uma personalidade muito importante do movimento militar [N.T.: MFA]. As negociações abordaram duas questões principais:

1. Execução do plano da descolonização de Angola;
2. Constatação de pontos comuns (Dr. Neto) e o movimento militar. [ 2.<sup>a</sup>p. ]

Concluído:

- O MPLA está disposto a participar no governo provisório que se deve formar junto com a FNLA e UNITA.

- O MPLA pedirá os cargos de presidente do governo provisório, depois dos assuntos interiores, informação, educação e saúde. Caso não chegue a acordo com os portugueses, proporá uma solução de compromisso em que eles assumam o lugar de presidente.

- Em Dezembro, deverá organizar-se uma mesa redonda, na qual, se discutirá o governo de transição e a plataforma na qual ele será formado. Além disso, também seria discutido a questão do cargo de presidente no governo, caso anteriormente não se tenha chegado a um acordo.

- Após a formação do governo provisório, num prazo de seis meses, Angola proclamaria a independência.

- No período de transição, Portugal nomeará um alto-comissário e representará Angola nas relações internacionais.

#### Conclusões internas particulares:

- O comité militar [N.T.:refere-se ao MFA] considera que o MPLA deve ter uma influência dominante no governo de transição porque estão conscientes que por trás da FNLA se encontram interesses estrangeiros que, através dela, querem assegurar as suas posições e influência em Angola.

O acordo acerca do governo provisório e a independência de Angola deve realizar-se quanto antes devido às eleições portuguesas de Março, nas quais, as forças progressistas poderiam ir com o argumento de que a descolonização de Angola era um assunto resolvido.

- É um problema sério, caso, no período da tomada do poder, do exterior, haja qualquer possibilidade, de que o poder passe para mãos inimigas. Ficou acordado que os portugueses manterão o MPLA informado da retirada das suas forças, cujas posições deverão ser tomadas pelas unidades do MPLA. Para esse objectivo, Antunes ofereceu toda a ajuda, incluindo também a possibilidade do MPLA

utilizar os aeródromos, portos e bases militares portuguesas em Angola. Nessa ocasião, constatou que o MPLA é o movimento político mais forte em Angola, mas que militarmente não está tão preparado como a FNLA.

- Os portugueses pediram a cooperação do MPLA no plano internacional. Insistindo que se influencie a Argélia, e por seu meio [ 3.<sup>a</sup>p. ] também os restantes países árabes, para mostrarem mais compreensão por Portugal e a sua política.

#### O MPLA e a ajuda da Jugoslávia

A Belgrado deverá chegar de Moscovo<sup>173</sup>Iko Carreira que conduziu as conversações em Argel. Carreira vem com todos os poderes para conduzir conversações ao mais alto nível acerca de questões de natureza militar e política. O Dr. Neto salienta que deu a Carreira estritas instruções para as conversações e salienta que pedirá, no plano militar, o seguinte:

- ajuda na formação de unidades blindadas (APC);
- instrução de pilotos e mecânicos para as forças aéreas de Angola;
- mísseis terra-ar;
- armamento convencional para infantaria.

O Dr. Neto sublinhou que pedirá também o mesmo tipo de ajuda à URSS e Argélia.

OBSERVAÇÃO: Em Dar es Salaam, segundo algumas informações, encontraram-se o Dr. Neto (MPLA) e Sawimbi (UNITA) à espera de R. Holden (FNLA). Pode-se pressupor que estas são as conversações preliminares antes da reunião da Comissão de Arbitragem da OUA para Angola em que estarão representados os chefes de Estado, Ngouabi, Mobutu, Nyerere e Kaunda.

ADMNE- F2 (Angola-1974)

---

#### **192 [ Lisboa, Reunião com representantes do MFA, membros dos serviços de segurança]**

Embaixada R S F J Lisboa 460867  
 Número 64  
 17 /12/ 1974  
 S F N E -

Na noite passada, ocorreu uma conversação de seis representantes do MFA, membros dos serviços de segurança, chefiados por um major, com Neboitcha Vukovitch, membro da delegação da ASPTJ no Congresso do PS. A reunião foi previamente organizada pela delegação. Raitchan não esteve presente porque teve de estar no jantar que Soares deu para as delegações estrangeiras.

Disseram que tinham autorização para esta reunião. Estavam interessados pela nossa experiência em redor da Defesa Popular Geral e da ligação Forças Armadas-Povo, como também por uma eventual ajuda que lhes poderíamos prestar nesse sentido (seminários, cursos, etc.).

---

<sup>173</sup>Nota: esta delegação só chegou a Belgrado no dia 10 de Janeiro.

Como não tinha autorização precisa e não recebi resposta ao meu telegrama número 46 para o SFNE, respondi que o melhor era, após o regresso, Vukovitch transmitir os seus desejos aos serviços competentes e que, talvez, fosse mais conveniente que, num primeiro encontro, fossem só alguns para ali expressar esse interesse com precisão e estabelecer os primeiros contactos.

No final da conversação, um dos tenentes disse-nos que alguns países já lhes ofereceram ajuda nesse sentido, todavia, que não aceitaram porque estavam interessados na nossa experiência como país independente e não-alinhado, que lhes era mais próxima.

Após anteriores menções discretas deste interesse, esta foi a primeira vez que se dirigiram directamente. Para hoje estava previsto um encontro da delegação na sua sede com os restantes superiores, todavia isso não foi possível devido à partida da delegação.

Pedia que informassem o EPJ e outros, que era necessário absolutamente. Pedem discrição, viajarão, após consentimento para serem recebidos, como turistas.

Ninguém mencionou o meu encontro com o general Fabião na recepção. – Spasitch. 21/12/1974.

Depois entregue: terceira direcção, gabinete gen. Ljubitchitch, gen. Bodjitch, Militchevitch, chefe do gap, sii e arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

### 193 [Lisboa, A visita de Mário Soares ]

Embaixada R S F J - Lisboa 460632

Número 72

18/12/1974

S F N E

Visita de Soares (4)

— Consultações políticas. Animar a cooperação e as consultas mútuas das delegações na ONU, CESC, organizações especializadas e outras. Propor consultas periódicas a nível de chefes – preocupados com a EO [*Europa Ocidental*] e os problemas ligados a processos actuais – entre nós sob a competência da quinta direcção e da DRI [*Direcção das Relações Internacionais*].

— De acordo com o SFDP ver a possibilidade da vinda de um adido militar, o MFA alcança, aqui, posições cada vez mais fortes, assegurando a influência e após as eleições.

— As relações económicas. Iniciar, quanto antes, a nossa (ou a sua) delegação económico-financeira de especialistas (a nossa foi anunciada ainda desde a delegação da ASPTJ, desde então não demos qualquer sinal que fosse). Composição: empresas, câmaras, bancos, transportes (marítimos), industria, organizações de projectos e comércio exterior. Já temos um determinada experiência com semelhantes equipas dos países socialistas, os quais, devido ao sistema centralizado no qual está incluído também um interesse político particular, actuar sincronizado e eficazmente.

— Celebração de um acordo interestatal acerca das relações económicas.

— Abertura de uma representação comercial (a Genex mostrou interesse). [ 2.ª p.]



S F N E –

Segundo informações de círculos do PS, as medidas pouco eficazes e insatisfatórias do regime para a melhoria da situação económica, a falta de passos radicais que poderiam animar camadas mais amplas, em particular no campo (a reforma agrária — no interior, insuficientemente ou quase nada se sentia que, algo que fosse, tivesse mudado depois do 25 de Abril), as faltas da administração, as divisões da esquerda, a actividade do clero no interior ("que deus proteja Portugal dos comunistas e dos socialistas"), o receio em relação à fronteira com a Espanha mal vigiada (ainda continuavam os guardas fiscais a ser a principal força de segurança — havia passagens totalmente desprotegidas o que permitia o transporte de armas) provocavam o temor por uma nova tentativa de golpe de Estado da direita. Nos últimos dias, havia pequenos sinais de agitação e, aqui e acolá, rumores que a direita activava as suas fileiras. Estimava-se que a ameaça de perigo vinha da Espanha. Uma acção por mar se excluía, porque isso significaria uma intervenção aberta (exército estrangeiro e navios).

Nesse contexto, talvez, estava também a notícia acerca da demissão de Gonçalves, sendo indicativo o artigo do "New-York Times", de alguns dias atrás, sobre a situação instável em Portugal, periódicas notícias acerca de discórdias no MFA etc.

As forças do COPCON e MFA tomam medidas para assegurar a fronteira com a Espanha, preparam-se para uma eventual tentativa da direita como um todo. A maioria no PS partilha a opinião de que no caso de tal desenvolvimento, o MFA actuará radicalmente, deixando de ter em conta os métodos democráticos até então. - Spasitch

Telegrama dado para distribuição 24/12/1974: 3.<sup>a</sup> direcção, Gab. Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Miletchevitch, Komatin, Badurin, Sekulovitch, Berisavlhevitch, UID, GA. GSS-SS.

*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

---

**196 | Lusaca, Conversações com dirigentes do MPLA, a formação do governo provisório e outras informações |**

Embaixada da RSFJ - Lusaca461378

Número 852

23 / 12 / 1974

Das conversações com Carreira, *calnaom*<sup>174</sup> Comissão Pol. [*N.T.: Política*] do MPLA, *Deweonom*<sup>175</sup>, f. secretário da Comissão Pol. do MPLA e Luís Neto, chefe do Estado General.

1. Confirmaram o conteúdo do vosso despacho número 457560. A orientação da actualacção é para a formação do governo provisório constituído pelos três movimentos de libert., MPLA, FNLA e UNITA. Estimam que o governo estará sobrecarregado, tendo em conta as diferenças existentes e

---

<sup>174</sup> Ilegível.

<sup>175</sup> Ilegível.

paralisado no seu trabalho. As acções básicas decorrem fora do governo até a independência e eleições. Todos trabalharão no reforço da influência política e poder militar. Agora, as posições são as seguintes:

O MPLA tem vantagens políticas em Angola, a FNLA tem, graças aos apoios e ajudas de Mobutu e EUA, certas vantagens militares, enquanto a UNITA com resultados limitados, mas é um factor importante na balança entre os dois movimentos principais. Na actividade futura no país, o MPLA dará uma importância particular ao reforço do poder militar (queixavam-se na lentidão dos países amigos na entrega da ajuda militar). Compreendem a necessidade de uma ampla acção no país e no estrangeiro (contactos com as companhias que estão em Angola, com governos, cujos interesses fossem importantes, etc.). Entre a juventude, estudantes e sindicatos têm uma forte influência (nestes dias, a juventude organizou, em todo o país, manifestações a favor do MPLA). Actividade de propaganda inadequada às condições que existem (nestes dias, começa a publicação de um jornal – 80 mil exemplares, em Luanda). Têm posições bastante favoráveis na utilização da rádio em Luanda. Pedem para que se considere entre nós como se poderia enviar eficazmente textos e artigos que eles publicam. [ 2.<sup>a</sup>p.] (Isto poderia, talvez, organizar-se através do telex que a Energoinvest tem em Lusaca, e as notícias podiam ser transmitidas através do «pool» da Tanjug.

2. Esperam uma ampla base de cooperação com a UNITA porque, em base das conversações mais recentes, existiam condições (chamo a atenção para que o MPLA publicou num boletim, há alguns meses, um documento acerca da colaboracionismo de Savimbi com o governo fascista português). Hoje, foi publicada a notícia de que o Dr. Neto e Savimbi assinaram um acordo de cooperação e da superação das dificuldades e que ambos chegariam a Lusaca com o objectivo de sondar conversações com Roberto Holden. Espera-se que, em 28 desse mês, um encontro dos três movimentos com os portugueses com o objectivo da formação de um governo comum de transição.

3. O MPLA dá uma grande atenção às próximas eleições em Portugal. Receia as diversas possíveis coligações entre os partidos em Portugal. Tinham informações de que Soares examina diversas combinações, incluindo a aliança com Spínola, o que seria uma combinação muito perigosa. Sob a influência de certos partidos sociais-democratas europeus, Soares estava disposto a procurar uma coligação com o objectivo de se libertar das relações até agora com o PC. Eles procuram influenciar Soares como também outros sociais-democratas. Pediam, também, a nossa ajuda nesse sentido, especialmente, junto de Brandt. - Vukolitch

Distribuído: sétima direcção, Dolants, Minitch, Moísov, gen. Hodjitch, I. Hodjitch, Bakotchevitch, Komatin, Militcevitich, Berisavlhevitch, direcção da imprensa, UIK, CFINF, terceira direcção.

*ADMNE, F-225 (Portugal, 1974)*

---

## 197 [ Opiniões do embaixador romeno acerca da situação político-económica portuguesa ]

Embaixada RSFJ – Lisboa      4 6 1 4 2 5  
 N.º 84  
 24 /12/ 1974  
 S F N E

O embaixador romeno disse-nos que, segundo a sua opinião, com a intervenção do exército que controla muito bem a situação, suspenderam-se os ataques e litígios entre o PCP-PSP como também os ataques dos socialistas ao MDP. Isto, contribuirá, em grande medida, para a melhoria do ambiente geral na esquerda.

De acordo com a forma como ele olha para as coisas, a situação económica no país não era assim tão crítica como costumava ser apresentada. As remessas de divisas dos trabalhadores [*emigrantes*] aumentavam, o curso do escudo sobe com a queda do dólar, o Estado assumiu o controlo sobre os maiores bancos, como tem a maioria das coisas nas suas mãos. Somente, os investimentos continuavam congelados, o que era certamente desfavorável. A balança de pagamentos era desfavorável, mas isso era característico em toda a Europa, excepto na RFA.

Entregue: 3.<sup>a</sup> Direcção, Gabinete de Minitch, Moísov, Pribitchevitch, Militchevitch, Vrhunets.  
*ADMNE, F-217 (Portugal, 1974)*

#### **198 | SFNE, Reunião de Lazar Moísov com Francisco Ramos da Costa]**

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Gabinete do Secretário-Adjunto Federal  
Número: 462547  
25 / XII / 1974

#### NOTA

acerca da conversação do Secretário-adjunto federal L. Moísov com o embaixador português Sr. Dr. Francisco Ramos da Costa, em 25 de Dezembro de 1974.

Chegou a seu pedido. Interessava-se pelos preparativos e o programa da próxima visita do ministro dos Negócios Estrangeiros M. Soares.

O SAF Moísov deu-lhe a conhecer o programa da visita. Salientou que o programa é bastante rico e prevê encontros ao mais alto nível. Sublinhou a disposição e a abertura pela parte jugoslava para considerar a questão do desenvolvimento das relações mútuas em todas as áreas. Durante a visita, possível avaliação e eventuais acções concretas ou bases para futuras acções no plano bilateral (acordo comercial, cooperação económica, convenção consular e turística). Neste contexto, o CEF decidiu enviar, brevemente, a Portugal uma delegação económica. Sublinhou que o desenvolvimento da futura cooperação e de acções concretas depende, fundamentalmente, do ritmo de actuação imposto pelo próprio Portugal, ou seja, daquele que o governo português decidir. Pela nossa parte, nós estamos abertos para a cooperação com Portugal no desenvolvimento integral das relações bilaterais.

O embaixador Da Costa concordou com exposto e acrescentou: com a Jugoslávia, queremos uma cooperação muito ampla e aberta. Queremos o máximo empenho no desenvolvimento das relações económicas. Existem grandes possibilidades e elas devem ser aproveitadas. Dever-se-ia, antes,

investigar e estabelecer onde somos complementares e onde não. Principalmente, o interesse pode ser no campo das trocas mercantis e da cooperação industrial, agrícola e tecno-científica. Igualmente, grandes possibilidades surgem também no domínio do turismo como no transporte marítimo. O Ministério das Finanças de Portugal aboliu, recentemente, as taxas adicionais («flag diferencial tax») no transporte de cargas nos barcos jugoslavos (salientou que isso foi feito devido à sua intervenção). [2.<sup>a</sup> p.]

Como uma área particularmente interessante de cooperação económica com países terceiros (sublinhou que pensava nas ex-colónias em África). Considera que o prestígio da Jugoslávia é muito favorável para uma tal actuação. Por outro lado, constatou que a Jugoslávia ainda não está suficientemente engajada no campo económico das empresas. O SAF Moísov deu-lhe a conhecer as nossas decisões ao mais alto nível político no sentido da correcção de tal situação, pelo que, também, já foram obtidos resultados positivos.

Mostrou um interesse particular pela autogestão. Os especialistas portugueses de Ciências Sociais desejam conhecer mais profunda e directamente a experiência jugoslava. Mencionou que o ministro do Trabalho, que é um eminente membro do Movimento das Forças Armadas, exprimiu a intenção de visitar a Jugoslávia<sup>176</sup> imediatamente após a visita de Soares. O SAF Moísov respondeu que para isso não existe nenhum obstáculo. Concordaram que poderia ser declarado nos comunicados conjuntos que há um interesse mútuo das duas partes que, em breve, outras visitas a nível ministerial se sigam para troca de opiniões em vários domínios característicos de uma cooperação futura.

No fim, realçou que ele nestes dias, quando esteve em Portugal, pessoalmente resolveu tudo no MNE a respeito do «agreement» para o nosso futuro embaixador. O SAF sublinhou que o nosso embaixador viajará para Portugal imediatamente após a visita do ministro Soares.

Entregue: Gabinete do SF Minitch, SAF N. Militchevitch, SAF M. Komatina, SAF M. Vrhunets, Chefes da III, VII e UPO, Arquivos confidenciais.

*ADMNE, F-217, (Portugal, 1974).*

---

**199 [ SFNE, Documentação para a ASPTJ acerca da visita de Mário Soares ]**

(Papel timbrado)  
RSFJ  
Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros  
N.º. 459698  
Direcção da Europa Ocidental

Belgrado, 27/XII/1974  
KnezMiloche 24, C.postal 49  
Tel. 682-555, 682-666

Estritamente Confidencial

GABINETE DO PRESIDENTE DA CF ASPTJ  
CAMARADA D. PETROVITCH

---

<sup>176</sup> Porém, essa visita não se realizou.

Belgrado

M. Soares (6-8 Janeiro 1975), enviam-se em anexo os materiais que o SFNE preparou para esse fim. A plataforma para a visita foi aprovada pelo Conselho Executivo Federal.

CARIMBO Director da Direcção do SFNE

*Milovoie Maksitch*

[ -2 - ]

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS MÁRIO SOARES

(6 – 8 Janeiro 1975)

Materiais

Informações (plataforma)

Informação geral sobre Portugal

Informação acerca das relações bilaterais com Portugal e programa da futura cooperação

Informação sobre a conclusão da descolonização e a política externa de Portugal

Informação sobre a situação interna de Portugal

Biografias do ministro dos Negócios Estrangeiros M. Soares e esposa [ - 3/1 - ]

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Secção da Europa Ocidental  
25/Dezembro/1974

3) INFORMAÇÃO

acerca das relações bilaterais com Portugal e o programa da futura cooperação

No período pós-guerra as nossas relações com Portugal foram mínimas. Nunca tivemos com Portugal nenhum acordo interestadual, nem outros *arrangements*.

A nossa missão diplomática (Legação) em Lisboa foi tomada em Junho de 1945, mas em Maio de 1947 chegou-se à retirada do encarregado de negócios e, em Abril de 1948, até ao encerramento da missão. Não se chegou até ao formal corte de relações, mas acordou-se que os contactos se efectuassem através das missões diplomáticas dos dois países em Paris. Depois do encerramento da nossa missão, de facto, não houve quaisquer relações.

Imediatamente aos acontecimentos de Abril (25 de Abril de 1974) em Portugal, a Jugoslávia saudou as mudanças surgidas, deu apoio ao novo regime e empenhou-se de contribuir para a consolidação do curso progressista e processo da descolonização. Nesta base acedemos ao restabelecimento do trabalho da missão diplomática e com gradual desenvolvimento da cooperação mútua.

O novo governo português manifestou total interesse de restabelecer quanto antes as relações com o nosso país. Na iniciativa da parte portuguesa, em Junho de 1974, chegou-se à visita a Portugal do secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros R. Dizdarevitch, em cuja ocasião, foi assinado o acordo acerca do restabelecimento do funcionamento das missões diplomáticas a nível de embaixada, e assim também de relações (11/Junho/1974). Então foi aberta novamente a nossa Embaixada em Lisboa. A embaixada portuguesa foi aberta em Belgrado em Novembro de 1974.

Dos posteriores contactos no plano interestadual, o mais importante foi a conversação do vice-presidente do CEF e secretário federal dos Negócios Estrangeiros M. Minitich com o ministro português dos Negócios Estrangeiros M. Soares, em Setembro de 1974, em Nova-Iorque, durante a sessão da AG (*N.T.: Assembleia-Geral*) da ONU. [- 3/2 -]

A nível das organizações sociopolíticas foram feitos importantes contactos. Delegações dos partidos socialista e comunista, que são membros da coligação governamental, presenciaram o X Congresso da LCJ. Representantes do PC de Portugal estiveram na Jugoslávia — em Novembro deste ano e nessa ocasião tiveram conversações com o CE da Presidência do CC LCJ. Em Portugal, esteve em Novembro deste ano uma delegação da ASPTJ que foi chefiada pelo vice-presidente da CF ASPTJ M. Tsetinitch, como convidada do Partido Socialista. A delegação foi recebida pelo Presidente da República C. Gomes, presidente do governo V. Gonçalves e teve conversações à parte com M. Soares que é ao mesmo tempo secretário-geral do Partido Socialista. Uma delegação da ASPTJ e LCJ assistiram, em meados de Dezembro deste ano, o Congresso do Partido Socialista de Portugal.

Os contactos até hoje como também a evolução da situação interna mostraram que existem condições para um desenvolvimento com sucesso da cooperação mútua. Igualmente, o presidente do governo Gonçalves e o ministro dos Negócios Estrangeiros M. Soares sublinharam publicamente a importância que dão às relações com a Jugoslávia.

x      x      x

1. Tendo em vista as condições já criadas, no plano das relações bilaterais dever-se-ia passar, em 1975, à realização de contactos a nível intergovernamental. Nesse aspecto, há a retribuição de visita por parte do vice-presidente CEF e secretário federal dos Negócios Estrangeiros a Portugal.

Existe a iniciativa do ministro português dos Transportes H. Lima de visitar a Jugoslávia (a visita foi discutida na conversa de H. Lima com o membro do CEF e presidente do Comité Federal de Transportes e Ligações B. Dimitriievitch durante a reunião, em Paris, do Conselho da Conferência Europeia de Ministros de Transportes, em Dezembro deste ano. Foi anunciada também a visita à Jugoslávia do ministro português do Trabalho.

Com o objectivo da manutenção da continuidade de contactos com o ministro português dos Negócios Estrangeiros, e por causa dos nossos amplos interesses, [- 3/3 -] seria vantajoso estabelecer a prática de consultas periódicas a nível de funcionários dos dois ministérios.

Juntamente aos contactos bilaterais, também é de importância o estabelecimento de cooperação no quadro das organizações internacionais, por causa da troca de ideias acerca das questões de interesse comum.

A cooperação das nossas organizações sociopolíticas com as correspondentes forças políticas portuguesas, em particular com os membros da coligação governamental, é uma componente muito importante nas relações. Esta cooperação deve-se continuar a desenvolver.

2. No plano das relações económicas, foi registada uma insignificante troca mercantil e as relações contratuais não foram reguladas (em 1910, foi concluída a Convenção Comercial entre o Reino da Sérvia e Portugal, assinada em Viena, que se considera ultrapassada).

Em base das recomendações da ONU, em Dezembro de 1963, através das nossas directivas internas, foi colocado sob embargo o comércio com Portugal. Após os acontecimentos de Abril, chegou-se a uma evolução da nossa posição — o SFCE (*N.T.: Secretariado Federal do Comércio Exterior*) deu autorização para determinados negócios.

Tendo em conta a mudança da situação política portuguesa e o restabelecimento das relações diplomáticas, coloca-se também a necessidade de se regularizar as relações económicas para cujo desenvolvimento existe um interesse mútuo. O Conselho Executivo Federal concordou (em 25 de Dezembro de 1974) que uma delegação económica estatal visite Portugal para um exame das possibilidades concretas e modalidades de cooperação económica e condução de negociações preliminares acerca da conclusão de um acordo comercial, com o qual se regularizasse as questões no campo do comércio, transportes marítimos e troca de pagamentos. Com o objectivo do desenvolvimento da cooperação impõe-se a necessidade da formação de uma comissão mista de cooperação económica.

No campo do comércio, nota-se um interesse mútuo por uma ampla nomenclatura de mercadorias de importação-exportação. As organizações económicas portuguesas mostram um interesse particular pelos nossos produtos industriais, o que é importante para o nossa actuação a longo termo. Tendo em vista o programa do novo governo no plano do saneamento da situação económica e seguinte desenvolvimento, pode-se esperar que a nossa economia tem possibilidades para uma presença mais significativa no mercado português. [ - 3/4 - ]

No campo das ligações marítimas, as empresas jugoslavas estão interessadas em entrar no tráfego com Portugal, como também entre portos portugueses e de terceiros países. A intensidade da inclusão até agora foi impedida seriamente pelo pagamento obrigatório em Portugal de taxas suplementares (*flag differential tax*), que oscilavam até mesmo aos 20% do valor da carga (o regulamento abrange os países com os quais Portugal não tinha acordos de comércio e transportes marítimos). Esta medida foi suprimida pela parte portuguesa em 31 de Outubro deste ano (informação do embaixador Da Costa no SFNE e SFCE em 25 de Dezembro deste ano).

3. Tendo em conta no aumento das necessidades da economia portuguesa, surgem também possibilidades para a nossa entrada no campo da cooperação científico-técnica.

No campo da cooperação cultural, igualmente, não havia contactos. Existe disposição por nossa parte para aceder à conclusão da convenção sobre a cooperação cultural-educacional.

4. Não temos regularizadas as relações consulares com Portugal, mas existem convenções multilaterais (ambos países são subscritores), que dão uma fundamentação jurídica para a resolução das questões deste campo.

No campo da problemática dos vistos e passaportes, estamos dispostos à assinatura de um acordo de abolição de vistos com Portugal.

5. Igualmente, estamos interessados nos contactos e cooperação em outros campos (turismo, transportes).

x x x

As propostas apresentadas no plano da cooperação bilateral com Portugal foram elaboradas na reunião conjunta na Direcção da Europa Ocidental, na qual estiveram presentes os representantes dos organismos interessados (SFCE, Comissão da Cooperação Internacional da Jugoslávia), (*ilegível*) CJ, e serviços competentes do SFNE (Serviço dos Assuntos Jurídicos, Secção dos Assuntos Consulares e VII Secção Regional). [ - 4/1 - ]

SECRETARIADO FEDERAL  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Direcção da Europa Ocidental  
25/Dezembro/1974

#### 4.) INFORMAÇÃO

acerca da situação interna em Portugal

A mudança de Abril em Portugal abriu um novo e muito importante capítulo do desenvolvimento interno, no qual, paralelamente à derrocada da estrutura do anterior regime fascista, se estabeleceu as bases do novo desenvolvimento democrático.

Apesar da forte oposição das forças de direita, que tentaram impedir a consolidação do novo regime, as forças democráticas e progressistas conseguiram manter o controlo sobre os movimentos internos, como também de reforçar as suas posições e influência.

A primeira séria tentativa de impedir o desenvolvimento interno aconteceu no começo do mês de Julho, quando, por causa da agravada polarização entre as forças conservadoras e progressistas no seio do novo regime e fora dele, foi encenada a demissão do primeiro governo provisório de forma, com o rompimento da coligação governamental, a afastar do governo e da via política a esquerda, em particular, o PC. A segunda e muito mais perigosa da direita foi efectuada, em fins de Setembro, e isso com o apoio directo do então presidente da República, general Spínola e um certo número dos seus apoiantes no governo e no Movimento das Forças Armadas (MFA). Embora aceitando as mudanças de Abril e a colaboração com o novo regime, uma parte das forças conservadoras não desejava uma verdadeira descolonização, nem uma fundamental mudança democrata no plano interno. Nesta base chegou-se a uma união de Spínola e seus apoiantes com as forças de direita fora do regime, que tentaram executar um golpe e tomar o poder nas suas mãos. Igualmente, esta tentativa foi impedida graças à enérgica acção do MFA e todas as forças progressistas.

A evolução da situação até hoje, especialmente a eficaz dominação da oposição interna, confirmou que as mudanças de Abril têm profundas raízes em todas as camadas democráticas e progressistas da sociedade portuguesa e que foram aceites amplamente pelo povo. [ - 4/2 - ]

O insucesso das forças de direita, em fins de Setembro, teve como consequência a seu seguinte afastamento da directa cena política e o aumento da influência do MFA e da esquerda. Spínola foi obrigado a abandonar a posição de Presidente da República (30 Setembro), e no seu lugar foi eleito o general Costa Gomes que desfrutava da confiança dos círculos progressistas do exército e forças políticas democráticas.

O MFA é sem dúvida o factor que tem um papel dominante e influência no curso actual. Desde 1961, as guerras coloniais influenciaram uma mudança da composição social do exército português, cujo quadro de oficiais, principalmente o médio e inferior, começou a recrutar-se de uma ampla base social. Pouco a pouco, no exército amadureceu a convicção que a política colonial do antigo regime não só estava condenada ao insucesso, mas que, tendo em conta as difíceis consequências económicas e sociais, ameaçou até importantes interesses nacionais, em que se baseou a necessidade e a opção da mudança.

Com o derrubamento do regime fascista, o MFA (formado principalmernte por oficiais médios e inferiores), constituiu-se como uma ala de esquerda no interior do exército, que, juntamente com os partidos socialista, popular-democrata e comunista, participam no governo do general Gonçalves. As posições do MFA reforçaram-se ainda mais depois da crise de Setembro, quando se mostrou que a maioria dos oficiais estava a favor dos objectivos progressistas do Movimento. No MFA predomina a influência dos elementos progressistas, dos quais muitos estão próximos da esquerda, principalmente do Partido Socialista e do PC. O Programa do Movimento (formulado antes da mudança de Abril), cujos axiomas são a democratização no plano interno e a descolonização, no externo, tornou-se a a plataforma da política do governo e das forças que nele participam.

O Partido Popular Democrático (PPD), que é um parceiro na coligação governamental, foi formado imediatamente após as mudanças de Abril com a acção de um grupo de intelectuais da oposição burguesa ao anterior regime. Ele próprio se declara como um partido social-democrata de orientação europeia-ocidental, e o programa [ - 4/3 - ] prevê-lhe a instauração de um «socialismo humanista e democrático sob a concepção da social-democracia europeia-ocidental». Sob a pressão do MFA e da esquerda, o PPD que no começo da crise de Setembro se manteve reservado, por fim, declarou-se pela continuação na coligação governamental.

Tendo em conta a grande reputação na opinião pública e da posição no MFA, a esquerda (através da participação no governo) exerce uma significativa influência no conteúdo do curso interno, como também no processo da descolonização. Até agora, as forças de esquerda salvaguardaram basicamente a sua unidade e mostraram que estão conscientes das grandes responsabilidades que têm. Mas, paralelamente com a intensificação da evolução interna, as relações na esquerda, principalmente entre socialistas e comunistas, tornam-se cada vez mais complexas. O PC é o mais bem organizado, tem

bastantes quadros e uma vasta influência, principalmente na classe operária. O Partido Socialista ainda não tem uma base suficientemente organizada, mas a sua influência está em aumento constante. No recente realizado Congresso do PS, dominaram as reivindicações das bases por uma mais clara e radical orientação de esquerda, como também pelo reconhecimento do marxismo como fundamento do programa partidário.

Até hoje, a evolução e a ordem das forças políticas mostram à sua maneira a complexidade das relações internas, como também uma determinada incerteza a respeito da futura evolução. As forças reaccionárias e de direita não aceitaram a derrota e elas tentarão aproveitar no futuro qualquer ocasião propícia para se apoderar do poder. Com a aproximação das eleições parlamentares, que estão previstas para Março de 1975, a diferenciação e polarização das forças torna-se cada vez mais dura. Partindo da avaliação que as eleições irão ter uma grande importância para o futuro desenvolvimento, todas as forças políticas procuram assegurar as mais fortes posições e influência.

Sem dúvida, os problemas de natureza económica representam o maior perigo para o novo regime. O governo está perante difíceis problemas económicos e sociais: queda da produção, ausência de investigação, saída da mão-de-obra, falta de investimentos, estreito e insuficientemente desenvolvido mercado interno e elevada taxa de inflação. O desemprego aparece como uma dificuldade especial, e perto de dois milhões de trabalhadores portugueses encontrou emprego no estrangeiro. [ - 4/4 - ]

A crise monetária e petrolífera, como também o curso da conjuntura geral no mundo, ainda mais agravaram a situação económica do país. O fluxo do turismo, que é um parágrafo importante na balança de pagamentos, reduziu-se significativamente este ano. A totalidade das trocas mercantis com o estrangeiro elevou-se a 4.674 milhões de dólares em 1973. O défice mercantil em seis meses deste ano atingiu os 268 milhões de dólares. Graças às receitas do turismo e remessas dos trabalhadores, em 1973, um saldo positivo foi obtido na balança de pagamentos de 258 milhões de dólares. Todavia, neste ano esperar-se um saldo negativo. As reservas de divisas e de ouro calculam-se em cerca de 2,3 mil milhões de dólares.

O governo assume uma série de medidas para sanear a situação económica. O MFA empenha-se em impedir as novas tentativas da direita, investindo mais esforços para manter a situação nas suas mãos. Da capacidade do MFA de conservar o controlo sobre o aparelho militar depende também, em grande medida, a direcção do futuro desenvolvimento. Durante ainda mais tempo, os partidos políticos permanecerão forças de apoio por excelência, enquanto o MFA continuará a ter também no futuro um grande papel, que não vai cessar com as eleições de 1975.

*AJ, 837- I.3-a (Portugal, 1975)*

05-645, 30 /XII/ 1974

Estritamente confidencial

BELGRADO

## PROPOSTA

Para um aumento urgente da ajuda aos movimentos de libertação MPLA de Angola e FRELIMO de Moçambique

Na Conferência Federal da ASPTJ, em 17/XII/1974, realizou-se uma reunião em que foram analisados os pedidos de ajuda da Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO) e do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). Na reunião estiveram, além dos representantes da presidência da CF ASPTJ, assistiram os camaradas: Stoian Andov, membro do CEF, Milhan Komatina, secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros, general-tenente-coronel, Duchan Vuiatovitch, SFDP, e Mihalho Stevovitch, chefe de Direcção no SFNE.

Concluiu-se que se deveria considerar urgentemente as nossas possibilidades e formas para se ir ao encontro dos pedidos destes movimentos.

1. PEDIDOS DOS ML

O MPLA pediu que se lhes ajudasse na formação de unidades blindadas, instrução de pilotos e mecânicos para as forças aéreas de Angola, mísseis terra-ar (*individual types*) e também algum armamento convencional de infantaria. Juntamente a este material militar, mencionaram pedidos para escolaridade e formação de quadros militares. Acerca dos detalhes destes pedidos, sobretudo serão discutidos durante a estadia do membro do CE do CC MPLA – Iko Carreira, cuja chegada à Jugoslávia se espera para breve.

A FRELIMO pede o seguinte: equipamento completo para o armamento de unidade de infantaria de três mil soldados com o equipamento que os nossos especialistas determinem.

Os nossos especialistas estimam que o valor monetário destes pedidos atingiria a quantia de cerca de 20 mil milhões de velhos dinares (v.d.)<sup>177</sup>. [ 2.ª p.]

Concluiu-se que, aos movimentos FRELIMO e MPLA, se deveria prestar ajuda no quadro das nossas possibilidades. Eles apresentaram os pedidos máximos e, além disso, informaram que buscariam ajuda semelhante a outros amigos. Pela nossa parte, consideramos que se lhes deve prestar a máxima ajuda até 5 mil milhões de v. d. que seria repartida em duas partes iguais por ambos os movimentos.

Além desta quantia de 2,5 mil milhões v.d. à FRELIMO, a ASPJT do Fundo para as vítimas da agressão e dominação coloniais acrescentou 200 milhões v.d. como ajuda humanitária em alimentos.

2. PROPOSTA E ARGUMENTAÇÃO


---

<sup>177</sup>Sendo o câmbio de \$ US-1=1700 velhos dinares (ou 17 novos dinares), esta quantia correspondia a cerca de 11,8 milhões de dólares.

A ajuda à FRELIMO e ao MPLA tem uma importância decisiva neste momento, porque se encontram na fase final da libertação e tomada do poder nos seus países. Numa forma significativa, ela reforçaria a sua posição, no plano interno e internacional, e ajudá-los-ia a consolidar as conquistas das suas lutas e a fazer frente às pressões a estão sujeitos. Neste momento, a prestação de ajuda é de importância prioritária para as nossas actuais e futuras relações com estes países. Isto, ainda mais, na medida em que esses dois países recém-libertados vão exercer uma influência significativa no movimento sociopolítico e na distribuição de forças nesta região da África e não só. Tendo em conta na recursos naturais, potencial económico e a expressa política não-alinhada e independente, são reais as previsões de que a Jugoslávia manterá com eles desenvolvidas relações políticas, económicas e outras.

No caso de não respondermos positivamente às suas expectativas, isso teria consequências negativas nas nossas relações não só no plano bilateral, mas também na nossa posição, em geral, na África.

Somente após decisões positivas acerca da prestação de ajuda, poder-se-ia realizar a visita da nossa delegação estatal-partidária a Moçambique, intercâmbio de delegações militares, realização da visita de Samora Machel à Jugoslávia (sobre o que há acordo de princípio com a direcção da FRELIMO), envio do nosso encarregado de negócios em Moçambique e visita do presidente de Angola, Dr. Neto, à Jugoslávia.

### 3. A URGÊNCIA DA REALIZAÇÃO

A realização das ajudas pedidas deveriam ser muito urgente e eficaz. Pensamos que os movimentos vão receber com compreensão a nossa impossibilidade de responder na totalidade aos seus pedidos, mas, provavelmente, não poderiam compreender a lentidão e adiamentos.

#### [ 3.ª p.] 4. PROPOSTA DE FONTES DE RECURSOS PARA ESTA AJUDA

As fontes das quais esta ajuda seria concedida são:

1. Fundo de solidariedade com os países não-alinhados e países em desenvolvimento do CEF, do qual, se asseguraria a quantia de 5 mil milhões de v. dinares;
2. A importância dos 200 milhões de v.d. da ajuda em alimentos é do Fundo para ajuda às vítimas da agressão e dominação coloniais junto da CF ASPTJ;
3. Excedentes militares gratuitos do SFDP, embora para isso sejam necessários recursos financeiros para a montagem, transporte e eventual compra de novas peças, seria assegurada no quadro da quantia acima citada de 5 mil milhões de v. dinares. Para a sua utilização é necessária uma anterior decisão política.

Deste modo, tem-se em consideração, o seguinte:

#### RELAÇÕES DA JUGOSLÁVIA COM OS MOVIMENTOS

##### a) MPLA – Angola

As nossas organizações sociopolíticas mantêm com o MPLA uma cooperação bastante desenvolvida e bem-sucedida de muitos anos. Pela sua estrutura política e plataforma programática, o

MPLA é o movimento mais progressista de Angola, com orientações socialistas no plano interno e independentes e não-alinhadas nas relações internacionais. É o portador da luta armada no país. Por isso, a nossa cooperação com eles foi a mais bem-sucedida e ele teve a nossa ajuda política, material e militar. A Jugoslávia ajudou o MPLA nos seus momentos mais difíceis o que criou uma relação particularmente amigável e de confiança mútua. Actualmente, o MPLA encontra-se numa posição delicada em batalhas decisivas e a nossa ajuda ser-lhes-ia de particular importância neste momento.

b) FRELIMO - Moçambique

As nossas relações com a FRELIMO datam ainda dos primeiros começos da sua luta pela libertação e caracterizam-se pela cordialidade e a confiança mútua. Todavia, nos últimos três anos, essas relações enfraqueceram de intensidade para que, nos últimos tempos, caíram numa séria crise. A isso chegou-se, sobretudo, por causa da não entrega das nossas prometidas ajudas militares e materiais ao movimento.

[ 4.ª p.] A ACTUAL POSIÇÃO DOS MOVIMENTOS

O MPLA encontra-se perante a realização dos objectivos da luta de libertação e com reais possibilidades na tomada do poder em Angola. Essa realização é dificultada pelos movimentos concorrentes e reaccionários — Frente Nacional de Libertação de Angola, FNLA, e UNITA — como também pela ingerência de factores externos, em particular, pelos EUA e Zaire. Ao mesmo tempo, juntaram-se as dificuldades da diferenciação no próprio MPLA, que o enfraqueceram à sua maneira, para que, no momento actual, entrou numa fase de superação. Nisso, em grande medida, influenciou também a orientação do novo governo em Portugal, sobretudo da sua ala militar (movimento dos capitães), como também do apoio reforçado e uma maior compreensão da Tanzânia, Zâmbia e Congo.

Neste momento, em relação aos restantes ML de Angola, a posição do MPLA não é dominante no plano militar, mas é, politicamente, o mais presente no país e goza do apoio mais amplo do povo de Angola. O movimento adversário do MPLA, que chefia Roberto Holden com o apoio do Zaire torna-se, militarmente, o mais forte e, assim, também o mais perigoso.

Por outro lado, o governo português e as organizações políticas são favoráveis ao MPLA porque é mais próximo, para eles, segundo as suas orientações políticas e dá-lhes garantias para a existência e segurança da minoria portuguesa em Angola. Há sinais e declarações por parte dos portugueses de que querem que, no futuro governo provisório de coligação dos três movimentos angolanos, o MPLA tenha uma posição dominante. A este respeito, foi característico que, no seu congresso realizado legalmente, o Partido Socialista de Portugal só convidou o MPLA.

Com o acordo com Portugal, a FRELIMO terminou com sucesso a primeira fase da luta de libertação e a chegada ao poder por meio do governo de transição com os portugueses. Neste governo, que já funciona no país, a FRELIMO tem uma maioria de dois terços. O acordo com Portugal prevê que a FRELIMO assumira, finalmente, o poder em 25 de Julho de 1975. A formação do governo e, parcialmente, a tomada de poder criou problemas pela resistência dos colonos brancos e a orientação hostil da administração revelou a impossibilidade da sua substituição pelos seus próprios quadros e

conduziu à sabotagem das actividades económicas. A tudo isso, deve-se acrescentar as dificuldades em redor da formação de uma organização militar eficaz e de forças policiais que assegurariam o poder da FRELIMO em Moçambique.

A estas dificuldades, juntaram-se os problemas da alimentação da população, a qual, neste momento, está ameaçada pela fome. [ 5.<sup>a</sup> p.]

Tendo em conta, todos os elementos acima mencionados, propomos que o Conselho Executivo Federal considere esta proposta e tome as decisões necessárias acerca da prestação de ajuda ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

SECRETÁRIO DA CONFERÊNCIA FEDERAL  
ASPTJ  
Marian Rojitch

*AJ, F-837 (KPR I-5-b, Angola)*

#### IV —Lista de Documentos

	Assunto	Data	Página
1	Visita delegação do MPLA à Jugoslávia, Março 1974.	14/mar./74	13
2	Comentário de um diplomata britânico.	26/abr./74	15
3	Embaixada jugoslava (Paris), Comentário de um diplomata da RFA sobre o 25 de Abril.	27/abr./74	15
4	Diversas opiniões acerca do <i>putsch</i> em Portugal.	29/abr./74	16
5	SFNE, a situação e as mudanças em Portugal.	29/abr./74	17
6	Embaixada jugoslava (EUA), Informações mudança regime em Portugal.	30/abr./74	18
7	Avaliação francesa dos acontecimentos em Portugal .	30/abr./74	20
8	Embaixada (Paris), Avaliação das mudanças políticas em Portugal.	30/abr/74	21
9	Comunicado SFNE.	30/abr./74	21
10	Mário Soares em Bona.	3/mai./74	22
11	Mário Soares em Bona.	3/mai./74	23
12	De Bruxelas, A situação em Portugal.	3/mai./74	25
13	Diplomata estadunidense, A mudança do regime em Portugal.	3/mai./74	26
14	De Moscovo, A situação em Portugal.	4/mai./74	27
15	De Lusaca, O desenvolvimento dos acontecimentos em Portugal.	4/mai./74	28
16	SFNE, Contactar Mário Soares.	4/mai/74	30
17	De Moscovo, A situação em Portugal.	4/mai/74	31
18	SFNE, Mário Soares em Roma.	5/mai./74	32
19	SFNE, Mário Soares em Helsínquia	6/mai./74	33
20	Dar es Salam, As mudanças em Portugal.	6/mai./74	34
21	Bruxelas, estadia de Mário Soares.	6/mai./74	35
22	Conacri, reunião com Aristides Pereira.	7/mai./74	36
23	SFNE, As mudanças em Portugal.	8/mai./74	37
24	Samora Machel.	9/mai/74	43
25	Reunião com Coimbra Martins.	9/mai./74	44
26	Argel, A mudança em Portugal.	9/mai./74	45
27	Havana, Declarações de Mário Soares e Álvaro Cunhal.	9/mai./74	46

28	Moscovo, A situação interna em Portugal.	9/mai./74	47
29	Belgrado, Entrevista Mário Soares ao Večernji Novosti	9/mai./74	48
30	Oslo, Surpresa pelo golpe de Estado em Portugal.	10/mai./74	50
31	Paris, O corpo diplomático ocidental e situação em Portugal.	10/mai./74	51
32	S.Paulo. A recepção dos acontecimentos em Portugal.	13/mai./74	53
33	Conacri, Reunião com Luís Cabral e Victor Maria.	13/mai./74	54
34	Londres, Informação acerca estadia de Mário Soares.	13/mai./74	55
35	Belgrado, O enviado especial jugoslavo.	13/mai./74	56
36	Paris, Contactos com o PS de Portugal.	13/mai./74	56
37	Paris, Uma declaração de Mário Soares.	14/mai./74	58
38	Argel, Reunião com o representante do MPLA.	14/mai./74	58
39	Brasília, Reunião com diplomático brasileiro.	14/mai./74	60
40	Paris, Reunião com Joaquim Pires Jorge.	14/mai./74	60
41	Londres, Uma informação do embaixador brasileiro.	14/mai./74	62
42	Moscovo, Reunião com Aboim Inglês.	14/mai./74	63
43	Moscovo, Viagem de Aboim Inglês a Belgrado.	14/mai./74	64
44	Haia, Relatórios missionários católicos acerca do massacre em Moçambique.	14/mai./74	65
45	Bucareste, As relações romenas-portuguesas.	16/mai./74	66
46	Belgrado, Entrega pedido do PCP à LCJ.	16/mai/74	67
47	Paris, Reunião, em Lisboa, de Cunha Rego–Bojitch.	19/mai/74	68
48	Paris (Lisboa), Reunião Capitães Garcia Correia e Bernardo–Bojitch.	20/mai/74	69
49	Paris (Lisboa), Reunião Álvaro Cunhal–Bojitch.	20/mai/74	71
50	Paris (Lisboa). Reunião Carlos Machado–Bojitch.	20/mai/74	73
51	Análise das impressões de Bojitch.	20/mai/74	74
52	Bruxelas, Reunião com embaixador português.	20/mai/74	76
53	Londres, Apreciação de um diplomata britânico da situação em Portugal.	20/mai/74	77
54	Oslo. Informações acerca da situação política em Portugal de um dirigente sindical.	21/mai/74	78
55	Nova-Iorque, Informações de um jornalista.	21/mai/74	80
56	Paris, Telefonema Rego-Bojitch.	22/mai/74	81
57	Vaticano. Informação acerca da embaixada portuguesa	23/mai/74	82
58	Washington. A situação em Portugal e Espanha.	23/mai/74	82
59	Moscovo. Carta do PCP para a LCJ.	24/mai/74	84
60	Washington, Reunião com dois diplomatas estado-unidenses.	24/mai/74	84
61	Belgrado, Instruções para um diplomata jugoslavo em Londres (contactos com delegação portuguesa).	25/mai/74	86
62	Programa visita delegação PCP, (sem data).	25/mai/74	87
63	Moscovo. A situação em Portugal.	26/mai/74	87
64	Belgrado. A proposta do SFNE para a reabertura da embaixada em Portugal.	27/mai/74	88
65	Londres, A situação em Portugal e nas colónias.	27/mai/74	90
66	Belgrado, Preparativos para a abertura da embaixada em Portugal.	27/mai/74	92
67	Londres, Portugal e a África.	30/mai/74	92
68	Londres, Informação acerca das negociações Portugal e Guiné-Bissau.	31/mai/74	93
69	Dar es Salam, A investigação da ONU do massacre em Moçambique.	3/jun/74	95
70	SFNE, Informação acerca conversação, em Paris, com Vasco Vieira de Almeida.	3/jun/74	95
71	Dar es Salam, Negociações Portugal-Frelimo.	3/jun/74	98
72	Belgrado, Relatório estada delegação do PS de Portugal no X Congresso da LCJ,	4/jun/74	99
73	Informação acerca estada da delegação do PCP no X Congresso da LCJ,	5/jun/74	104
74	Dar es Salam, reunião com Marcelino dos Santos,	6/jun/74	107
75	Nova-Iorque, reunião com João Cravinho.	7/jun/74	108
76	SFNE, Conversações delegação jugoslava, em Lisboa, no MNE.	10/jun/74	109
77	SFNE. Conversação R. Dizdarevitch-general António de Spínola.	10/jun/74	113

78	SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-Adelino Palma Carlos.	10/jun/74	117
79	SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-Jorge Campinos.	10/jun/74	119
80	SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-Francisco Pereira de Moura.	10/jun/74	123
81	SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-António Almeida Santos.	10/jun/74	125
82	SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-Octávio Pato.	10/jun/74	127
83	SFNE, Conversação R. Dizdarevitch-Mário Soares.	10/jun/74	130
84	SFNE, Relatório da estada e conversações de Raif Dizdarevitch em Lisboa.	11/jun/74	132
85	Estocolmo, A Recepção da Festa Nacional na Embaixada de Portugal.	11/jun/74	139
86	SFNE, A situação em Portugal e proposta para actividades.	12/jun/74	139
87	Brasília, A Festa Nacional, o general Galvão de Melo, Marcelo Caetano e Américo Tomás.	12/jun/74	142
88	Londres, Uma conversação com um diplomata português.	13/jun/74	143
89	Londres, Avaliação de um diplomata britânico da situação em Portugal, colónias e Espanha.	13/jun/74	145
90	Conacri, A interrupção das negociações Portugal-PAIGC.	19/jun/74	147
91	Lusaca, O restabelecimento das relações da Jugoslávia com Portugal, a descolonização de Spínola, a posição do governo zambiano e do MPLA.	21/jun/74	148
92	Bangui, A correspondência Bokassa-Spínola.	21/jun/74	149
93	Estugrada, Visita do côsul-geral de Portugal.	21/jun/74	150
94	Washington, A situação política em Portugal e Espanha segundo diplomata estado-unidense.	24/jun/74	151
95	SFNE, Informação para as embaixadas em 14 países africanos.	25/jun/74	152
96	A Descolonização e os Movimentos de Libertação (este documento é anterior a 28/6/74).	28/jun/74	152
97	Conacri, Reunião com diplomata da embaixada dos EUA.	28/jun/74	165
98	Relatório acerca da delegação do PCP no X Congresso da LCJ.	30/jun/74	166
99	Paris, Concessão vistos a dois jornalistas portugueses.	2/jul/74	169
100	Estocolmo, As reservas suecas em relação à situação em Portugal.	3/jul/74	170
101	Roma, A crise de governo em Portugal.	11/jul/74	178
102	Argel, Os últimos acontecimentos em Portugal.	11/jul/74	178
103	Reunião com os jornalistas do semanário português «Vida Mundial».	12/jul/74	180
104	Bruxelas, A situação em Portugal.	15/jul/74	182
105	Paris, A opinião de Coimbra Martins acerca da situação política em Portugal.	16/jul/74	183
106	Argel, Reunião com Inácio Semedo, representante do PAIGC.	17/jul/74	184
107	Dar es Salam, Reunião com Marcelino dos Santos.	19/jul/74	185
108	O governo do coronel Vasco Gonçalves.	26/jul/74	187
109	Lusaca, Reunião com S. Nujoma.	27/jul/74	189
110	SFNE, A instalação e o quadro do pessoal da Embaixada em Lisboa.	1/ago/74	190
111	Lisboa, A visita da delegação da ASPTJ a Portugal.	2/ago/74	191
112	Lisboa, Portugal e a Descolonização.	2/ago/74	192
113	Lusaca, Encontro Agostinho Neto e Melo Antunes.	8/ago/74	194
114	Bona, Encontros, em Portugal, de Bruno Friedrich com Mário Soares.	8/ago/74	194
115	Moscovo, Encontro diplomata jugoslavo com C.Amoim Inglês.	8/ago/74	195
116	SFNE, Telefonema da embaixada jugoslava em Lisboa.	9/ago/74	197
117	Paris, Informações de outras embaixadas (Moscovo e Bona) e as relações PCP-PS.	15/ago/74	198
118	Paris, Para Lisboa informações (a situação nos m.l. colónias portuguesas) e recomendações.	15/ago/74	199
119	Lusaca, Reunião Agostinho Neto com embaixador Vukolitch e Babitch (ASPTJ).	17/ago/74	201
120	Paris (Lisboa), Reunião de Koiitch no MNE.	19/ago/74	202
121	Reunião Koiitch - Vasco Gonçalves.	19/ago/74	204
122	SFNE- Para Koiitch.	20/ago/74	206
123	Embaixada de Lisboa, Visita do embaixador soviético.	21/ago/74	207

124	Lisboa, Concertos de um grupo folclórico jugoslavo.	22/ago/74	209
125	SFNE, Pedido da RTP ao Presidente Tito (declaração pela independência da Guiné-Bissau).	5/set/74	221
126	SFNE-Para Kofiitch.	10/set/74	222
127	Dar es Salam, Reunião com diplomata tanzaniano.	12/set/74	223
128	Lisboa, Proposta para uma visita de um jornalista português.	13/set/74	226
129	Lisboa, Reunião Vasco Gonçalves com Kofiitch.	19/set/74	226
130	Lisboa, Abertura da Embaixada e tomada de funções de Spasitch.	19/set/74	227
131	Lusaca, As conversações Spínola e Mobutu na ilha do Sal.	20/set/74	227
132	SFNE, Informação acerca das relações diplomáticas de Portugal.	25/set/74	230
133	SFNE, Reunião com S. Spasitch acerca das relações económicas com Portugal.	25/set/74	230
134	Telefonema SFNE-Spasitch devido à recusa de conversações do PCP com a delegação da ASPTJ.	27/set/74	232
135	Lisboa, entrevista Jorge Campinos ao jornalista jugoslavo (Djuka Iulius).	27/set/74	233
136	De Lisboa, Entrevistas de dirigentes socialistas ao jornalista jugoslavo (Djuka Iulius).	27/set/74	235
137	Nova-Iorque, Reunião Miloche Minitich-Mário Soares.	27/set/74	237
138	Acordo Spínola-Mobutu.	2/out/74	255
139	Lisboa, Conversações no CC PCP.	6/out/74	257
140	Lisboa, O 28 de Setembro.	6/out/74	260
141	Lisboa, Convite para o almoço dos funcionários das embaixadas dos países socialistas.	6/out/74	263
142	Bona, Entrevista de Melo Antunes a Djuka Iulius.	10/out/74	263
143	Lisboa, Pedido para a embaixada de um economista.	13/out/74	265
144	Lisboa, Visita ao embaixador soviético.	13/out/74	266
145	Reunião de Spasitch com Aurélio Santos.	14/out/74	267
146	Kinchassa, Conversações de uma delegação militar portuguesa com Mobutu, H. Roberto e Chipenda.	14/out/74	269
147	Lusaca, Consequências da mudança do regime em Portugal na África Austral.	15/out/74	270
148	Estocolmo, A situação em Portugal ainda pouco clara e segura.	15/out/74	278
149	Dar es Salam, Reunião de Agostinho Neto com diplomata jugoslavo.	16/out/74	279
150	Dar es Salam, Reunião de Agostinho Neto com diplomata jugoslavo (continuação).	17/out/74	281
151	O correspondente da Tanjug em Lisboa.	18/out/74	282
152	SFNE, Reunião para uma solução urgente dos problemas na Embaixada em Portugal.	18/out/74	282
153	Nova-Iorque, Reunião com diplomata português.	18/out/74	284
154	Belgrado, Informação da Presidência do CC LCJ acerca do protesto do PCP.	18/out/74	284
155	Nova-Iorque, Visita Costa Gomes aos EUA (conversações com Ford e discurso na ONU).	19/out/74	285
156	Belgrado, Nota da Presidência do CC LCJ acerca da conversação, em Varsóvia, com a delegação do PCP na Reunião Consultativa dos PC da Europa.	21/out/74	287
157	Lisboa, A mensagem para o Congresso do PCP e as relações LCJ-PCP.	22/out/74	289
158	Lisboa, Reunião com o embaixador soviético (retribuição de visita).	24/out/74	290
159	Lisboa, Informações acerca do PS e da visita de Brandt.	24/out/74	290
160	Brasília, A entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho ao «Jornal do Brasil»	28/out/74	292
161	Lisboa, Programa da visita da delegação da ASPTJ e reunião com o embaixador Ramos da Costa.	28/out/74	293
162	SFNE, A visita de Costa Gomes aos EUA.	29/out/74	294
163	Lisboa, A recepção da delegação da ASPTJ por Costa Gomes e Vasco Gonçalves.	31/out/74	295
164	Lisboa, Avaliação das relações com Portugal e as suas colónias após a independência. A importância de um maior conhecimento da Jugoslávia e sua presença nos meios da comunicação social portuguesa.	2/nov/74	318

165	Lisboa, A situação na embaixada (avaria da máquina de cifra, a Festa Nacional e outras dificuldades).	3/nov/74	320
166	A reunião da delegação da ASPTJ com Mário Soares.	7/nov/74	321
167	SFNE, Resposta à «série de dificuldades no trabalho» da embaixada em Portugal.	7/nov/74	323
168	Nota da LCJ acerca das conversações, em Belgrado, com delegação do PCP.	8/nov/74	324
169	Uma avaliação da situação política após o 28 de Setembro.	11/nov/74	328
170	Tunis, Conversa entre um diplomata jugoslavo e Mário Soares.	13/nov/74	331
171	SFNE, Informações de Dar es Salam (reunião com Agostinho Neto e a situação em Angola).	13/nov/74	332
172	Relatório da delegação da ASPTJ acerca sua estada em Portugal.	15/nov/74	333
173	Lisboa, Chegada do embaixador português a Belgrado.	18/nov/74	353
174	SFNE, Informação acerca conversações, em Belgrado, entre o PCP-LCJ.	19/nov/74	353
175	Tunis, Declarações de Mário Soares durante sua estadia na Tunísia.	19/nov/74	354
176	Bruxelas, Declarações de Vítor Alves.	19/nov/74	355
177	Washington, A situação política e económica em Portugal, a OTAN e seus possíveis efeitos (da Grécia a Espanha).	19/nov/74	356
178	Sessão conjunta das Comissões das Relações Internacionais da LCJ e ASPTJ.	20/nov/74	358
179	Uma outra intervenção nesta Sessão Conjunta das Comissões das Relações Internacionais da LCJ e ASPTJ.	20/nov/74	370
180	Washington, Informações de um jornalista acerca da política externa dos EUA quanto a Portugal e outros países europeus.	21/nov/74	372
181	SFNE, As mudanças em Portugal e as relações jugoslavo-portuguesas.	21/nov/74	373
182	SFNE, Conversação Lazar Moísov e Francisco Ramos da Costa.	25/nov/74	379
183	Washington, Portugal e a OTAN.	27/nov/74	380
184	Lisboa, A recepção do Dia da Festa Nacional.	2/dez/74	385
185	Lisboa, A questão do pedido de ajuda material do PS.	4/dez/74	386
186	S. Paulo, A visita do cônsul-geral de Portugal.	9/dez/74	387
187	Lisboa, Demissões na RTP.	10/dez/74	388
188	Dar es Salam, A resposta ao pedido do CL da OUA e as relações com o MPLA e a FRELIMO.	10/dez/74	388
189	Belgrado, Informação acerca do Congresso do PS de Portugal.	15/dez/74	390
190	Lisboa, Informação acerca relações económicas com a Portugal.	15/dez/74	396
191	SFNE, Informação acerca das conversações sobre a descolonização de Angola.	16/dez/74	396
192	Lisboa, Reunião com representantes do MFA, membros dos serviços de segurança.	17/dez/74	399
193	Lisboa, A visita de Mário Soares.	18/dez/74	400
194	Lisboa, A notícia da possível demissão de Vasco Gonçalves.	22/dez/74	401
195	Lisboa, Informações do PS (situação económica e política) e outras notícias.	23/dez/74	401
196	Lusaca, Conversações com dirigentes do MPLA, a formação do governo provisório e outras informações.	23/dez/74	402
197	Opiniões do embaixador romeno acerca da situação político-económica portuguesa.	24/dez/74	403
198	SFNE, Reunião de Lazar Moísov com Francisco Ramos da Costa.	25/dez/74	404
199	SFNE, Documentação para a ASPTJ acerca da visita de Mário Soares.	27/dez/74	405
200	ASPTJ, Proposta para aumento da ajuda ao MPLA e FRELIMO.	30/dez/74	411

## V— Siglas

ADMNE – Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros  
 CEF – Conselho Executivo Federal  
 CF ASPTJ – Conselho Federal da Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Jugoslávia.  
 CF INF – Conselho Federal da Informação.  
 DRI- Direcção das Relações Internacionais  
 GAP – Gabinete  
 GSS-SS – Gabinete do Secretariado Federal – Secretário Federal  
 KPR – Gabinete do Presidente da República  
 SAF – Secretário-Adjunto Federal  
 SF – Secretariado Federal  
 SFAI – Secretariado Federal dos Assuntos Internos  
 SFCE - Secretariado Federal do Comércio Exterior  
 SFNE - Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros  
 SKINF – Comissão Federal de Informação  
 SS INF – Secretariado Federal da Informação  
 UEJ – União dos Estudantes da Jugoslávia  
 UGEAN – União Geral dos Estudantes da África Negra  
 UID – Direcção de Actividades Exteriores  
 UIK – Direcção da Comissão Exterior  
 UKOP – Direcção da Comissão das Relações Políticas  
 UMO – Direcção das Relações Internacionais  
 UPO - Direcção das Relações Políticas  
 VP – Vice-Presidente

## VI — Índice Remissivo

<b>A</b>	
Açores . 18, 78, 80, 82, 151, 165, 173, 195, 233, 253, 294, 306, 329, 354	Angola 6, 13-16, 20, 26, 28, 30, 34, 35, 40, 41, 43, 49, 51, 58, 64, 66, 71, 76-80, 83, 84, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 108, 110-115, 119, 121, 124-127, 133, 135, 140, 143, 148, 150-161, 163-165, 172-175, 177, 182, 184, 187-189, 191-194, 197, 199-202, 204-207, 210-214, 216-229, 233, 236-242, 244, 246,250, 252, 255, 261, 264, 269-271, 273-281, 286, 294, 296-300, 303-305, 310-313, 316, 321, 325, 327, 330-346, 353, 362, 363-370, 376, 380, 381, 384, 387-390, 394-399, 401, 410-413, 417, 418
Acra..... 21, 151	Antunes, Ernesto Melo 172, 193, 194, 245, 246,262-264, 335,396, 397, 416, 417
Adis Abeba ..... 21, 151	Argel ... 14, 17, 21, 22, 45, 58, 94, 106, 111, 119, 143, 146, 147, 172, 178, 179, 183, 184, 197, 381, 396, 398, 414, 416
África do Sul (RAS) ..20, 51, 78, 79, 90, 92, 146, 156, 161, 211, 223, 233, 304, 305, 347, 354	Argélia .....14, 58, 112, 119, 139,140, 160, 184, 322, 329, 390, 397
Almeida, Vasco Vieira de ..... 95, 415	Arquivo da Jugoslávia.....8
Alvarado, Juan F. Velasco..... 68	
Alves, Vítor...299, 305, 306, 328, 330, 335, 355, 400, 417	
ANC ..... 160, 270	
Andov, Stoian (Stojan) ..... 410	
Andrade, Joaquim Pinto de..... 214	
Andrade, Mário Pinto de.....163, 199, 228, 250, 279, 346, 363	

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros ..... 8  
 ASPTJ..9, 12, 42, 44, 55-57, 100, 102, 141, 152, 163, 164,  
 191, 193, 200, 215, 218, 231, 232, 235, 237, 241-244,  
 246-249, 256-259, 284, 286-288, 293, 294, 296-298,  
 300,301, 307, 308, 311-313, 317, 321, 327, 328, 332-  
 -334, 350, 352, 353, 358, 369, 377, 379, 380, 381,  
 383, 385, 389, 394-399, 404, 405, 410, 411, 413, 416-  
 417

## B

Babitch (Babić)..... 193, 200, 416  
 Babovitch (Babović) .....43, 44, 56, 57, 60, 183  
 Badurina, Berislav....21, 30, 37, 46, 58, 70, 72, 73, 75, 76,  
 77,79, 91, 93, 95, 119, 143, 147, 149, 166, 170, 189,  
 206, 262, 286, 319, 323, 331, 354, 399, 400  
 Bakotchevitch (Bakočević) ..145, 146, 149, 179, 183, 184,  
 187, 189, 191, 195, 197, 206, 232, 236, 240, 259, 268,  
 270, 278, 280, 281, 288, 290, 296, 322, 330, 354, 402  
 Bamako ..... 21, 151  
 Banda, Hastings K. ....223  
 Banda, R. ....189  
 Bandeira, António.....142  
 Bangui..... 21, 149, 151, 416  
 Barroso (diplomata).....400  
 Bauman (congressista estado-unidense) .....85  
 Beiakovitch (Bejaković).....180  
 Belgrado... ....4- 6, 8, 10, 12, 15, 47, 53, 55, 64, 67, 68, 86,  
 88, 91, 98, 99, 101, 103, 107, 131, 164, 166, 167, 169,  
 172, 175, 177, 179, 181, 190, 195-198, 205, 210, 213-  
 218, 222, 229, 237, 241, 243, 244, 246-249, 253, 264,  
 267, 280, 284, 286, 292, 293, 295-298, 300, 304, 307,  
 311-313, 317, 319, 321, 324, 332, 334, 348, 351, 352,  
 358, 367, 379, 380-382, 384, 386, 388, 398, 404, 405,  
 414, 415, 418  
 Belovski, Dimtche (Belovski Dimče).... .17, 20, 24-27, 32,  
 34-37, 43, 45-47, 51, 55, 59, 60, 64, 67, 78, 79, 83, 84,  
 86, 87, 93, 98, 104, 105, 106, 108, 166-169, 368  
 Berisavlhevitch (Berisavljević) ..... 53,169, 209, 281, 293,  
 319, 385, 400, 402  
 Bernardo, Joaquim Garcia.....11, 69, 415  
 Biermann (militar da RAS).....85

Bifeditch, Djemal (Bjedić, Džemal) ..... 24, 30, 75, 93,  
 100,117, 118, 179, 236, 240, 245, 262, 295, 296, 323,  
 348,386  
 Bilitch, lure (Bilić Jure).....99  
 Blajevitch (Blažević) .....33  
 Bodjitch (Bođić, general).....399  
 Bojitch, Jarko (Bojić, Jarko) 11, 53, 55, 67, 69, 70, 70-73,  
 80, 81, 415  
 Bokassa, Jean-Bédél,.....149, 416  
 Bolfek (jornalista jugoslavo).....53  
 Bona,8, 11, 22- 24, 30, 32, 41, 44, 56, 172, 173, 194, 198,  
 217, 245, 262, 305, 354, 415, 417, 418  
 Boumédiène, Houari .....220  
 Brandt, Willy..... .22, 218, 237, 248, 289, 290, 299, 303,  
 328, 329, 342, 401, 418  
 Brasil .....10, 22, 26, 29, 53, 58, 59, 62, 82, 120- 122, 124,  
 135, 137, 142, 145, 175, 220, 251, 253, 291, 292, 380,  
 386, 389, 418  
 Brazavile.....21, 151, 211, 213, 223, 227, 228, 274  
 Brejnhev, Leonid .....144  
 Brigadas Revolucionárias .....10, 343  
 Brioni, Reunião de.....6  
 Bruxelas .... 11, 17, 24, 25, 35, 58, 75, 146, 172, 182, 305,  
 354, 415-418  
 Brzitch (Brzić) .....178  
 Bucareste .....4, 65, 229, 254, 382, 384, 415  
 Bukavu ..... 193, 200, 213, 227  
 Bulañitch (Bulajić) .....209, 399  
 Byrd (congressista estado-unidense) .....85

## C

Cabo Verde..... .80, 92, 93, 112, 134, 147, 155, 165, 183,  
 184, 210, 222, 241, 242, 255, 256, 297, 304, 321, 325,  
 346  
 Cabral, Luís..... 37, 54, 147, 184, 415  
 Caetano, Marcelo .....9, 15, 17, 31, 34, 37, 45, 60,  
 69, 70, 73, 82, 120, 122, 142, 160, 180, 185, 218, 237,  
 238, 267, 292, 314, 344, 372, 416  
 Callaghan, James.....92, 146  
 Campbell, A. ....92  
 Campinos, Joaquim Jorge..12, 80, 94, 109, 118, 120-123,  
 193, 216, 226, 232, 264, 416, 417

- Canadá ..... 17, 274, 389
- Cardia, Mário Sottomaior .....12, 99, 103, 216, 234, 249
- Cardoso, Leonel ..... 309, 339
- Carlos, Adelino Palma .... 61, 94, 116-118, 171, 179, 182, 315, 336, 342, 373, 416
- Carneiro, Francisco Sá..... 122, 136, 343
- Carreira, Iko .....148, 382, 388, 397, 401, 411
- Carvalho, Otelio Saraiva .....59, 251, 253, 291, 292, 299, 328, 335, 337,417
- Cassaroli, embaixador Vaticano na RFA.....22
- Carrillo, Santiago..... 121, 350
- Čaušesku (Tchauchesku, Nikolai).....65, 66, 220
- CDC (Civic Democratic Commission) ..... 35
- CDS (Centro Democrático Social)..... 303, 343
- Chahnazarov, dirigente do PCUS ..... 47
- Checoslováquia .....14, 27, 104, 105, 229, 386
- Cheferovitch (Šeferović) ..... 60, 184, 277
- Chestan, Vlado (Čestan, Vlado).....99
- Chetainer, diplomata jugoslavo (Bélgica) ..... 36, 75
- China .....97, 120, 158, 160-164, 249, 250, 270, 272, 274, 279, 280, 305, 321, 329, 347, 354
- Chipande..... 98
- Chipenda, Daniel.....157, 160, 162, 199, 213, 223, 227, 228, 249, 250, 268, 269, 274, 280, 295, 311, 345, 362, 363, 365, 417
- Chitour ..... 93
- Chona, M., ..... 28, 30, 98
- Chukovitch (Čučković)..... 229
- Chukriia, Ali (Šukrija Ali)..... 57
- Chustar (Čustar), jornalista jugoslavo ..... 53
- CIA ..... 85, 129, 174, 177, 201, 206, 251, 278, 299, 308, 314, 330, 360, 371,372
- Comissão da Comunidade Europeia ..... 394
- Conacri ..... 21, 36, 54, 146, 151, 159, 165, 177, 206, 212, 241, 242, 255, 256, 415
- Conferência de Bandung..... 6
- Conferência dos Países Não-Alinhados ..... 14
- Congo .... 66, 135, 139, 145, 148, 160, 164, 199, 202, 211, 213, 224, 271, 273, 310, 363, 412
- Congo-Brazavile ..... 66, 148
- Conselho Internacional das Igrejas ..... 24
- Correia, António Garcia..... 11, 69, 415
- Costa, Francisco Ramos da, ...12, 78, 98, 99,100,101,249, 293, 304, 317, 334, 352, 378,383,402,407,418,419
- Cravinho, João..... 108, 141, 415
- Crespo, Rodolfo..... 248, 250, 334
- Crespo, Victor ..... 290, 349
- Cruz, M..... 226
- Cunhal, Álvaro ....12, 27, 32, 38, 46, 47, 60, 63, 67, 70-72, 180, 183, 185, 219, 235, 238, 243, 248, 257, 259, 288-290, 318, 322, 325, 341, 350, 414, 415
- Curto, Marcelo..... 334, 340, 344,345

## D

- Dabetitch (Dabetić) ..... 281
- Dabo..... 256
- Dacar ..... 21, 68, 147, 151, 165, 184
- Dar es Salam ... 10, 12, 16, 17, 21, 34, 37, 42, 95, 98, 107, 151, 172, 184, 210, 222, 250, 278, 280, 281, 296, 300, 331, 379, 380, 387, 415, 416, 417, 418, 419
- D'Estaing, Giscard ..... 220
- Diário de Lisboa.....177
- Diário Popular ..... 181
- Dimitríievitch (Dimitrijević), jornalista jugoslavo . 53, 399, 405
- Dimovitch, Sónha (Dimović, Sonja) ..... 393
- Dizdarevitch, Raif (Dizdarević, Raif) .... 15- 17, 20, 21, 23- 27, 30- 37, 43- 47, 51, 53-55, 57, 59, 60- 62, 64, 67, 70, 73, 75, 76, 78, 79, 81-84, 86, 87, 91, 93, 94, 97- 99, 108- 113, 115-119, 123- 132, 139, 141-143, 145- 147, 149, 151, 166, 169, 170, 203, 206, 208, 209, 225, 226, 234, 236, 262, 265, 399, 405, 416
- Dizdarevitch, Níaz (Didzarević, Nijaz).....265
- Dolants, Stane (Dolanc, Stane). 24, 27, 30, 34, 45, 47, 61, 64, 67, 70, 72, 73, 75, 84, 87, 93, 97, 100, 103, 108, 179, 189, 191, 194, 195, 196, 206, 236, 240, 259, 262, 277, 280, 281, 288, 289, 308, 309, 310, 322, 330, 357, 360, 361, 362, 363, 364, 385, 388, 402
- Dolnitchar (Dolničar), general..... 20, 23, 43, 55, 83, 86, 240, 283, 357
- Dubrovnik..... 117, 246, 264

**E**

Ennals (diplomata britânico)..... 55  
 Espanha 10, 11, 15, 18, 19, 25, 26, 36, 40, 63, 76, 77, 82,  
 91, 120, 121, 128, 137, 145, 146, 150, 151, 219, 239,  
 244, 254, 281, 289, 300, 306, 307, 313, 314, 326, 330,  
 339, 349, 354-357, 370, 371, 376, 381, 390, 394, 400,  
 416, 417, 418  
 Estocolmo ..... 17, 94, 138, 169, 250, 277, 416, 417, 418  
 Estugrada ..... 150, 416  
 EUA ... 6, 10, 11, 13, 18, 19, 21- 26, 28, 34, 36, 40, 52, 55,  
 60, 62, 77, 80, 82, 85, 120, 124, 135,137,138,143,  
 148, 151, 152, 158, 164-166, 171, 173, 177, 182, 195,  
 199, 206, 232, 233, 248-252, 263, 270-272, 274, 275,  
 277, 279, 280, 283-285, 290, 293-297, 299,300. 305-  
 307, 313, 314, 316, 317, 319, 328, 329, 337, 353-358,  
 368, 370, 371, 372,378, 379, 408, 413, 414, 416-41.,

**F**

Fabião, Carlos..... 335, 336, 399  
 Faline, embaixador soviético na RFA..... 22  
 Fernandes, Vasco da Gama..... 44,57, 61  
 Ferreira, S..... 226  
 FLING ..... 35, 147, 165  
 FLN ..... 394  
 FNLA..10, 17, 35, 51, 140, 141, 155, 156, 158- 161, 163,  
 199, 211-214, 218, 223, 226-229, 233, 238, 250, 268,  
 269, 274, 277, 279, 280, 295, 300, 304, 331, 332, 345,  
 346, 363, 382, 395-398, 401, 413  
 Forças Armadas .. 21, 39, 64, 65, 70, 71, 73, 83, 121, 128,  
 132, 135, 146, 153, 178, 185, 187, 191, 196, 212, 214,  
 218, 228, 232, 233, 235, 239, 243, 253, 260, 261, 291,  
 292, 294, 297, 301, 307, 321, 322, 329, 332, 333, 358,  
 359, 366, 369, 370, 372, 373, 374, 389, 392, 398, 403,  
 408  
 Ford, Gerald .... 85, 251, 252, 284, 278,285, 293, 418, 433  
 França 10, 21, 52, 53, 56, 112, 120, 124, 137, 165, 172,  
 177, 180, 206, 251, 277, 283, 284, 287, 293, 299, 313,  
 320, 328, 329, 370, 371, 376, 386, 394  
 Franco, Francisco....146,239, 307, 357  
 Freitas, José de ..... 181

FRELIMO.....6, 11-12, 17, 19, 26, 28, 30, 34, 35, 42, 43,  
 51, 59, 71, 77, 79, 80, 83-85, 90, 92, 93, 98, 107- 110,  
 128-132, 140, 141, 151, 154-157, 159, 161-164, 172,  
 175, 177, 184, 186, 202, 204-207, 212, 213, 217, 227,  
 273,279, 280, 303, 307, 309, 310, 311, 313, 316, 345,  
 346, 354, 360-362, 364, 365, 370, 375, 379, 381 384,  
 387, 388, 394, 410- 413, 416, 419  
 Frente Patriótica de Libertação Nacional .....10  
 Friedrich, Bruno ..... 194, 417  
 Frydenlund, ministro NE (Noruega).....51

**G**

Gaspari (embaixador jugoslavo) ..... 77, 145  
 Gavriloitch (Gavrilović, diplomata jugoslavo)..... 200  
 Geisel, Ernesto ..... 220  
 Gellad(diplomata francês).....21  
 Gligorov, Kiro ..... 100, 262, 322, 385  
 Gomes, Francisco Costa..... 58, 70, 73, 180, 236,  
 243-246, 249-252, 260, 261-264, 269, 279, 280, 283-  
 286, 292-295, 299-301, 303, 311, 314-317, 322, 328,  
 332, 333, 336, 341, 345, 346, 348, 365, 371, 374, 377,  
 405, 408, 417  
 Gonçalves Vasco..... 171, 172, 174-176, 182, 183, 186,  
 187, 194, 202-205, 212, 218, 219, 224, 225, 238, 239,  
 244, 245, 249, 261-263, 270, 280, 292, 294- 296, 300,  
 301, 303, 315, 317, 332-337, 345, 348, 373, 375, 377,  
 379, 382, 387, 399, 400, 406, 416,422  
 Goodison (diplomata britânico) ..... 15, 145  
 Gough, M. (Bank of England) ..... 91  
 Gowon. Yakubu..... 112  
 Grã-Bretanha .....19, 34, 40, 78, 143, 146, 148, 152, 277,  
 299, 328  
 Grlitchkov, Alexandre..108, 189, 232, 240, 259, 262, 268,  
 277, 281, 286-289, 296, 322, 330, 349, 357, 385  
 Guerreiro, Ramiro Saraiva..... 59  
 Guerra, Álvaro..... 380, 387  
 Guiné-Bissau .....16, 20, 26, 34, 35, 37, 40, 41, 43, 45, 49,  
 51, 54,55, 58, 64, 68, 71, 77, 79, 83, 84, 86, 89, 92,  
 93, 110-115, 119, 125, 127, 133, 134, 139, 140, 143,  
 146, 147, 151, 155, 164, 165, 171-175, 182, 191, 192,  
 197, 199, 202, 205, 209-213, 218-220, 222, 225, 227,  
 237, 242, 250, 255, 256, 273, 295, 298, 304, 312, 313,

315, 325, 326, 347, 366, 369, 370, 373, 376, 390, 394,  
395, 416  
Guterres, António ..... 339  
Guterres, João ..... 249, 334, 340  
GUMO ..... 35, 83

## H

Hadjitch (Hadžić) ..... 45, 65, 84, 169, 209, 387  
Havana ..... 46, 176, 208, 414  
Helsínquia ..... 6, 11, 17, 33, 51, 78, 415  
Hilebrandt, embaixador EUA na RFA ..... 22  
Hodjitch (Hodžić) ..... 269, 280, 283, 357, 399, 402  
Honduras ..... 95  
Hungria ..... 97, 214

## I

Iankovitch (Janković) ..... 91  
Iaundé ..... 108  
Iavorski (Javorski) ..... 108, 141, 179, 262, 286  
Ilitch (Ilić) ..... 281  
Inglês, Carlos Amboim ..... 12, 62, 65, 83, 86, 104, 105,  
166-169, 173, 197, 198, 286, 298, 304, 311, 312, 323,  
352, 366, 367, 369, 414, 416  
Internacional Socialista ..... 35, 137, 144, 146, 234, 290, 312,  
329, 368, 394  
Itália ..... 103, 178, 180, 275, 287, 299, 314, 340, 350, 367,  
370, 371, 394  
Iulius, Djuka (Julijus, Đuka) ..... 216, 232, 234, 243, 245, 257,  
262, 371, 416, 417  
Ivtchevitch, Iurai (Ivčević, Juraj) ..... 99, 103, 332  
Ivekovitch, Ivan (Iveković, Ivan) .. 311, 313, 332, 364, 369  
Ivkovitch (Ivković) ..... 291

## J

Jivkovitch (Živković) ..... 142  
Jorge, Joaquim Pires ..... 60, 62, 414  
Jugoslávia, República Socialista Federativa da (RSFJ) ..... 6,  
8, 13, 14, 20-24, 28, 30, 32, 33, 35, 36, 41, 44-48, 50,  
54, 55, 57-59, 62, 64, 65, 67-69, 70, 72, 73, 75, 77, 79-82,  
86-89, 90-93, 95, 97, 100, 102, 104-111, 113-118, 122-  
128, 131-139, 142, 143, 145-151, 162, 169, 173, 179-

186, 193-197, 206-224, 226,  
229, 232, 235, 237, 240, 241, 246-248, 253, 258, 264,  
268, 270, 279, 281, 287, 288, 291-297,  
300, 305, 308, 309, 311, 312, 316-319, 321, 331,  
339, 348-358, 360-365, 367-371, 377, 381-386, 388,  
394-397, 400, 403-407, 411-414  
Juritch (Jurić) ..... 262

## K

Kabingu, J. .... 147, 212, 226  
Kaizer, H ..... 18, 84, 85  
Kalinhine, Arnold ..... 176, 207, 208, 254, 266  
Kampala ..... 151  
Kanu Cherif Ibrahim ..... 58  
Karadjoli ..... 399  
Kardelhe, Edvard (Kardelj, Edvard) .... 100, 106, 168, 236,  
240  
Kartum ..... 151  
Katuhev, , dirigente do PCUS, ..... 47, 87  
Kaunda, Kenneth ..... 28, 98, 130, 213, 227, 271, 272, 280,  
310, 363, 397, 433  
Kawawa, Rashidi M. .... 280  
Kinchassa ..... 21, 151, 213, 227, 242, 249, 256, 268, 369,  
381, 396, 418  
Kissinger, Henry .... 80, 151, 165, 216, 217, 232, 252, 294,  
300, 306, 307, 313, 314, 317, 331, 353, 356, 370, 371,  
379, 433  
Kochin ..... 186, 224  
Kořitch, Ivan (Kojić, Ivan) ... 12, 86, 87, 91, 92, 94, 99, 109,  
113, 115-117, 119, 123, 125, 127, 129-132, 174-177,  
179-181, 189-191, 193, 197-199, 201, 203, 206, 208-212,  
220, 221, 225-227, 257, 282, 416, 417  
Komatina, Milhan (Komatina, Miljan) .... 83, 86, 91, 93,  
95, 98, 99, 108, 141, 142, 145-147, 149- 151, 166,  
182- 184, 187, 189, 190, 191, 194-196, 206, 220, 236,  
240, 256, 262, 269, 277, 278, 280, 281, 286, 292, 296,  
322, 330, 353, 388, 400, 402, 403, 410  
Kombinat Agrícola de Belgrado ..... 101  
Kovatchevitch (Kovačević) ..... 95, 108, 280, 281  
Kralhevitch (Kraljević) ..... 150  
Kurtovitch, Todo (Kurtović, Todo) ..... 185  
Kvanderkehov, diplomata belga ..... 25

## L

Lagos ..... 21, 151  
 Lah ..... 281  
 Lalovitch (Lalović).....17, 20, 21, 23-26, 30, 34- 37, 43,  
 46, 51, 54, 55, 58- 62, 64, 70, 73, 75, 76, 78, 79, 84,  
 87  
 Lansana Béavogui ..... 256  
 Lazarevitch, Miloche (Lazarević, Miloš) ..... 167  
 Leitão, José ..... 12, 98, 99  
 Lhubitchitch, Nikola (Ljubičić, Nikola).....21, 25, 30, 179,  
 187, 262, 286, 398, 399  
 Líbia.....218, 237, 269, 300, 329, 330, 389, 394  
 Liga da Acção Revolucionária..... 302, 303, 342, 343  
 Liga dos Comunistas da Jugoslávia (LCJ) 9, 12, 24, 41, 42,  
 56, 64, 67, 68,83, 86, 97-104,106, 127,128, 141,166-  
 169, 173, 184, 191, 195, 196, 215, 216, 219, 231-234,  
 239, 242, 243-249, 256, 257, 259, 266, 267, 283-288,  
 296,298, 300, 304, 307-312, 323-327, 331, 332, 349,  
 351-353, 357, 367-369, 381, 385, 393-395, 405, 415,  
 416, 417  
 Lima ..... 405  
 Londres ... 9, 11, 12, 15, 17, 55, 62, 77, 80, 81, 86, 89, 90,  
 92, 93, 95, 108, 110, 111, 119, 120, 126, 129, 130,  
 141, 143, 145-147, 305, 354, 415, 416  
 Lontchar, Budimir (Lončar, Budimir) .....32, 264  
 Lourenço Marques.....172, 192, 202, 214, 300, 370  
 Lozina.....199, 207, 229, 281, 294, 379  
 Ludviger ..... 195, 395, 399  
 Lukitch,Dejan (Lukić, Dejan).....12,47  
 Lunhameje ..... 310  
 Lusaca ..... 13, 21, 28, 84, 95, 98, 107, 110, 126, 129, 130,  
 132, 134, 147, 172, 173, 177, 188, 193, 200, 202, 206,  
 211- 213, 223, 225- 227, 249, 250, 270, 274, 278-280,  
 331, 365, 379, 382, 400, 401, 415- 419

## M

Macau .... 97, 120, 211, 223, 298, 304, 312, 321, 347, 366  
 Machel, Samora .. 12, 42, 43, 98, 131, 164, 205, 250, 279,  
 280, 308-310, 360, 361-363, 388, 412, 41  
 Machado, Carlos ..... 72, 73,415  
 Mackloski ..... 299, 328

Madagáscar.....95  
 Madrid ..... 4, 25, 91, 95, 151  
 Maksitch (Maksić).....31, 33, 86, 91, 97, 99, 197, 220,  
 222, 229, 281, 323, 331, 353, 404  
 Malecela, John ..... 280  
 Maletitch (Maletić) ..... 147, 166  
 Maria, Victor ..... 54, 415  
 Markovitch (Marković)..... 149, 256, 331, 333, 385  
 Marques, António Ferreira..... 169, 179  
 Martins, António Coimbra .... .43, 56, 172, 182, 414, 416  
 Matos (consul português) ..... 149  
 McBride, Sean ..... 189  
 Mcdonald, Jack (diplomata estado-unidense) ..... 84, 165  
 MDP .... 144, 235, 243, 258, 259, 268, 296, 303, 322, 342,  
 386, 402,424  
 Melo, Carlos Galvão de.....142, 415  
 Melo, Fernando Fontes Pereira de..... 249, 268  
 MFA...6,69, 70-74, 94, 113, 121, 122, 128, 129, 132, 134,  
 135,136,172,175,187,191,193,203,205,212, 216,226,  
 235, 236, 243,245,246,253,263,264,291,292,296,298,  
 299, 301-308, 312-316, 328, 330, 332-338,340-347,  
 351, 358, 369, 371-374. 376, 380,381,384-390, 392,  
 393,396,401,408-410, 418  
 Miges ..... 290  
 Miguel, Mário Firmino ..... 71  
 Mihne Georgiu ..... 65  
 Míiatovitch (Mijatović)..... 385  
 Milatovitch (Milatović)..... 24, 27, 34, 57  
 Militch (Milić) ..... 25, 113, 115, 167, 182, 354  
 Miltchevitch (Miličević) .. ...183, 208, 220, 226, 230, 232,  
 236, 240, 256, 259, 262, 264, 266, 268, 269, 277, 278,  
 280, 281, 283, 286, 288, 289, 292, 296, 319, 320, 322,  
 323, 330, 352, 353, 355, 357, 372, 378, 385, 387, 395,  
 398, 399, 402, 403  
 Milochevitch, Jarko (Milošević, Jarko) .... 62, 64, 83, 167,  
 195, 196  
 Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal ..... 109  
 Minitch, Miloche (Minić, Miloš)...12, 15, 21, 23- 27, 30-  
 37, 43, 45- 47, 51, 53, 55, 58, 59, 61, 64, 67, 70, 72,  
 73, 75, 76, 78, 81-84, 86- 88, 91, 93, 95, 97, 99, 103,  
 106, 108, 109, 130, 141, 142, 145, 146, 149, 151, 166-  
 168, 170-172, 179, 183, 184, 187, 194- 198, 206, 208,

- 214, 217- 220, 222, 236- 240, 259, 262, 266, 268, 269, 277, 278, 280, 281, 283, 286-289, 296, 300, 316, 319, 320-322, 330, 348, 352, 353, 355, 357, 367, 372, 377, 378, 380, 384, 388, 399, 400, 402, 403, 405, 417
- Miterrand, François....52,182, 299, 303, 328, 343
- MNE ..... 10, 11, 17-20, 25, 29, 36, 47, 59, 75, 81, 89, 108, 109, 113, 116-119, 127, 129, 130, 132, 135, 138, 141, 147, 149, 152, 174, 178, 190-193, 197, 201, 210, 212, 216, 222, 226, 229, 232, 242, 250, 256, 260, 265, 271, 277, 292, 293, 305,318, 319, 328, 354, 383-385, 399, 403, 416, 417
- Mobutu, Sese Seko ....58, 76, 80, 159,213, 214, 227, 228, 233, 237, 241, 242, 249, 250, 255, 256,268, 269, 270, 274, 279, 280, 363, 364, 369, 396, 398, 401, 417, 418
- Moçambique..6, 11-17, 19, 20, 26, 28, 30, 34, 35, 40, 41, 43, 49-51, 58, 64, 65, 71, 76-78, 80, 83, 84, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 107, 108, 110, 113-115, 119, 124-127, 133,134,140,143,145, 151,154-156,160-165,172-175, 177, 185-188, 191-194, 197, 199, 201-206, 209, 210, 213, 214, 218, 220-222, 227, 228, 236, 237, 241, 242, 249, 255, 270, 273, 275, 280, 281, 294, 296-298, 303, 305, 309, 313, 315, 316, 321, 327, 336, 346, 353, 361, 362, 364, 369, 370, 373, 375, 379, 383, 387-389, 394, 395, 399, 410-413, 415
- Mogadixo.....21, 119, 147, 148, 151, 199
- Moísov, Lazar (Mojsov, Lazar)....145, 146, 166, 170, 179, 182-184, 187-189, 198, 220, 226, 232, 236, 240, 259, 262, 266, 268, 269, 277, 278, 280, 281, 283, 286-289, 296, 317, 319, 320, 322, 330, 352, 353, 355, 357, 368, 372, 377, 378, 382-385, 388, 399-403, 419
- Morais, Tito de.....249, 333, 349, 352, 380, 385, 386
- Moscovo.... 12, 17, 27, 31, 36, 47, 62, 64, 67, 83, 86, 87, 104-106, 166, 168, 173, 180, 195, 198, 229, 248, 266, 290, 318, 322, 341, 398, 414, 415
- Mota, Carlos da.....143
- Motchivnik... 179, 182- 184, 189- 191, 194-196, 198, 206
- Moura, Francisco Pereira de.....94, 123,124, 132 ,415
- Movimento da Esquerda Socialista..... 303, 343
- Movimento de Libertação de Angola..... 103
- Movimento dos Capitães .....37, 78, 153, 164, 183, 334
- Movimento dos Países Não-Alinhados .... 6, 41, 250, 276, 297, 312, 328, 361
- Movimento Revolucionário Popular ..... 394
- Movimento Socialista do Brasil ..... 394
- Movimento Socialista Pan-Helénico ..... 394
- MPLA..6, 8, 10- 14, 17, 34, 35, 58, 59,71,72, 94, 140,141, 147, 148, 151,152, 154-164, 172- 174, 176,177, 193, 194, 199-201, 206, 211-214, 218, 223-225, 227-229, 233, 238, 250, 257,268-271, 273-275, 277-281, 295, 300, 304, 309-311, 325, 326,331, 332,346, 347,361-366, 370, 380-384, 387, 388, 394-397, 400-402, 410-413, 415
- Mulder (político da RAS) .....85
- Muzoreva .....92, 160
- Mwanga .....98
- Mwembu..... 147
- ## N
- Nairobi ..... 21, 151, 313, 369
- Namíbia..... 188, 189, 250, 270, 271,277, 394
- Neto, Agostinho .8, 13, 13, 14, 15, 17, 24, 35,40, 59, 155, 158, 160, 162, 164, 172-174, 189, 193, 200, 201, 206, 213, 214, 219, 225, 228, 239, 250, 269,271, 273, 278, 279, 280, 295, 300, 303, 308, 309, 310, 311, 331, 346, 360, 386, 395, 396, 398 401, 412, 416, 417
- Nguabi..... 157,223, 398
- Nhegomir ..... 190, 209
- Nikolitch ..... 229
- Nixon, Richard ..... 82, 144, 151, 162, 165, 182
- Noruega ..... 40, 50, 51, 79, 95
- Novakovitch ..... 18, 26, 82, 84, 85, 151
- Nujoma ..... 188, 189, 416
- Nyerere, Julius ..... 223, 250, 279, 280, 281,398
- ## O
- Obradovitch, Vlada (Obradović, Vlada)....20, 23-25, 27, 32, 34-37, 43, 45-47, 51, 55, 58-61, 64, 67, 70, 73, 75, 78, 83, 84, 86, 87, 97, 108, 145, 149, 170, 179, 183, 187, 189, 191, 194, 196, 206, 231, 232, 259, 266, 268, 269, 277, 281, 283, 288, 289, 296, 308-310, 322, 330, 353, 357, 360, 372, 384, 387
- OBTA ..... 101
- OCDE .....95

ONU .....26, 36, 42, 59, 94, 95, 108, 110, 112, 114, 116,  
117, 125, 134, 141, 145, 164, 170-172, 175, 184, 188,  
189, 192, 193, 197, 203-206, 210, 211, 214, 215, 217,  
221-224,230, 231,251, 252, 282, 285,304, 316 -  
318,346-348, 354, 377, 399, 405, 406, 415

Orechetchanin (Oreščanin) ..... 145

Oslo ..... 17, 50, 78, 414, 415

OTAN....6, 9- 11, 14- 18, 23- 26, 35, 36, 39, 50,52, 60, 62,  
78, 80, 120, 137, 143, 146, 148, 151-153, 155, 165,  
176, 182, 195, 199, 207, 208, 244, 251, 252, 261, 270,  
278, 283, 289, 293, 294,297-299, 305-307, 314, 316,  
317, 319, 322,326, 328-330,338, 348, 353-357, 368,  
371, 376, 378, 379, 388, 418

Otava ..... 120, 146, 165

OUA... 16, 35, 107,108, 112,113, 119, 138, 139, 141, 147,  
149, 151, 158, 159, 160, 164, 189, 199, 200, 271, 275,  
322, 326, 348, 381, 387, 397, 419

## P

PAIGC 6, 11, 12, 35, 36, 54, 72, 77, 80, 94, 110, 112, 119,  
126, 129-131, 140, 143, 145-147, 154, 155, 157, 159,  
161-163, 165, 171, 183, 184, 192, 197, 202, 213, 217,  
227, 242, 255, 256, 273, 303, 312, 326, 346, 366, 394,  
415, 416

Palme, Ulof ..... 220, 299, 303, 328, 343

Papitch (Papić) ..... 60

Paris 8, 9, 12, 15, 17, 20-24, 44, 52, 56, 57, 60, 62, 67-73,  
80, 95, 169, 171, 177, 182, 191, 198-201, 203, 206-  
208, 211, 212, 215, 218, 221, 224, 226, 234, 235, 237,  
238, 241-243, 253-256, 260, 262, 298, 306, 311,320,  
324, 330, 354, 382, 404, 405, 414-416,

Partido Comunista da África do Sul ..... 103

Partido Comunista da Roménia ..... 394

Partido Comunista de Espanha ..... 103, 121, 394

Partido Comunista de Itália ..... 394

Partido Comunista Português.. ....8, 9, 12, 27, 32, 46, 47,  
52, 60, 61, 63-67, 71, 72, 78, 79, 82- 84, 86, 87, 94,  
104, 127-129, 132, 133, 136, 165-168, 173, 185, 191,  
195, 196, 198, 199, 215, 216, 219, 231,232, 238, 239,  
241-243, 246-248, 251, 254, 256, 258, 266-268, 284,  
286-289, 296-302, 305-307, 311-312, 314, 320, 322-

328, 330, 350, 352, 353, 355-357, 372, 379, 387, 402,  
415-418

Partido da Nova Democracia-Canadá ..... 394

Partido Democrata-Cristão ..... 164

Partido do Trabalho da Holanda ..... 394

Partido dos Trabalhadores ..... 50

Partido Operário do Chile ..... 103

Partido Operário Socialista de Espanha ..... 103

Partido Radical do Chile ..... 394

Partido Revolucionário do Proletariado ..... 10

Partido Social-Democrata Independente ..... 343

Partido Social-Democrata da Alemanha...22, 23, 27, 120,  
172, 173, 194, 248, 289, 394

Partido Social-Democrata Italiano ..... 394

Partido Social-Democrata Sueco ..... 25, 94, 170, 278

Partido Socialista – República Malgache ..... 394

Partido Socialista da Áustria ..... 394

Partido Socialista da Bélgica ..... 394

Partido Socialista de França ..... 103

Partido Socialista da Holanda ..... 103

Partido Socialista de Itália ..... 103, 394

Partido Socialista Destour ..... 395

Partido Socialista do Chipre ..... 394

Partido Socialista Norueguês ..... 394

Partido Socialista da RF Alemanha ..... 103

Partido Socialista Operário de Espanha ..... 349, 394

Partido Socialista Português 9, 12, 22-25, 32, 38, 40-44,  
46- 50, 55-57, 60, 61, 63, 66, 77-80, 94, 98-106, 118,  
119, 121, 122, 125-129, 132, 136, 137, 144, 154, 164,  
168, 169, 172-174, 177, 182, 183, 187, 191, 192, 194,  
196,198,199,201,215-217, 219,229, 231,232,234-236,  
238, 239, 241-243, 246-249, 256-260, 267, 283, 284,  
286-291, 293, 294, 296, 298, 300-305, 307, 312, 316,  
322, 327, 331-351, 353, 358, 359, 365-368, 376, 377,  
379-381, 384, 385, 388-394, 398, 400, 402, 405, 408,  
409, 413, 415

Partido Trabalhista da Grã-Bretanha ..... 394

Partido Trabalhista da Nova-Zelândia ..... 394

Partido Trabalhista de Israel ..... 394

Pato, Octávio...94, 126, 127, 242,243, 257, 258, 341,385,  
415

Pavitchevitch (Pavičević) ..... 32

Pay, J. , (jornalista do *TheTimes*)..... 91  
 PCUS .....12, 27, 47, 67, 87,105, 122, 420.423  
 Peet, vice-almirante estado-unidense ..... 85  
 Pepovski (Pepovski) ..... 399  
 Pereira, António Vaz ..... 109  
 Pereira, Aristides..... 36,385,414  
 Peritch (Perić) ..... 55, 72, 73, 75, 78  
 Perovitch (Perović) ..... 394  
 Petritch, Iakcha (Petrić, Jakša)..... 13-15, 20, 21, 23- 27,  
 30- 37, 45- 47, 53, 55, 56, 59, 61, 64, 67, 70, 76, 81-  
 84, 86, 87, 90, 91, 93, 97, 142, 149, 240, 283, 286  
 Petrovitch (Petrović) .. 79, 93, 98, 108, 190, 330, 353, 399  
 Polícia Internacional de Defesa do Estado (*PIDE*) ..... 150,  
 176, 177, 206  
 Pisani, M. .... 178  
 Polónia ..... 14, 27, 104  
 Portugal4-6,8- 61, 62, 64-100,102,104,107-113, 115-135,  
 137-157,159-188,190-196,198-204,206-211, 213-242,  
 244, 247-256, 259, 262-274, 276 -317, 319-333, 336,  
 338-349, 351-359, 362-368, 370-407, 410, 412-415  
 Poznanovitch (Poznanović)..... 149, 227  
 Pravda..... 31, 289  
 Pribitchevitch (Pribičević) ...15, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27,  
 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 45, 46, 47, 55, 61, 64, 67,  
 72, 73, 75, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 86, 91, 93, 97, 142,  
 146, 149, 166, 170, 262, 264, 266, 269, 278, 283, 319,  
 320, 330, 352, 353, 355, 372, 399, 400, 402

## Q

Quénia ..... 14

## R

Radovitch (Radović) ..... 281  
 Ratchan, Ichtvan (Račan, Ištvan)..... 393  
 RAS.. 11, 17, 18, 19, 26, 28, 29, 30, 34, 43, 45, 78, 83, 85,  
 119, 120, 135, 156, 160, 186, 188, 204, 205, 223, 249,  
 250, 270, 277, 321, 375  
 RDA ..... 27, 95, 104, 215, 229, 267, 275, 320, 385  
 Rego, Raul ..... 216, 234  
 Rego, Vítor Cunha .....11, 68, 69, 80, 81, 415  
 Reino da Sérvia ..... 4, 406

Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos .....4  
 Reino Unido ..... 6  
 República Federal Alemã (RFA)6, 9, 15, 22,103, 121, 124,  
 137, 173, 194, 195, 216, 217, 248, 275, 277, 299, 328,  
 403, 414  
 República Federal da Jugoslávia..... 4  
 Ribitchitch, Mitia (Ribičić, Mitja) ..... 24, 30  
 Roberto, Álvaro Holden. .. 14, 59, 80, 158, 177, 199, 206,  
 213, 227, 228, 233, 249, 250, 255, 268, 269, 274, 279,  
 280, 295, 332, 346, 363, 364, 370, 396, 398, 402, 413  
 Rocard, Michel ..... 299, 328  
 Rodésia...11, 17, 19, 20, 26, 28-30, 43, 45, 51, 61, 66, 77,  
 78, 79, 83, 85, 90, 92, 119, 135, 146, 156, 160, 161,  
 186, 202, 205, 250, 270, 275, 277, 304, 346, 363, 375,  
 387  
 Rodésia do Sul..... 19, 90, 92  
 Rodionov, dirigente do PCUS ..... 47  
 Roma ..... 11, 17, 32, 80, 81, 95, 172, 178, 305, 354, 355,  
 371, 379, 415, 417  
 Roménia ..... 14, 27, 66, 76, 104, 106, 127, 128, 197, 229,  
 250, 274, 279, 287  
 Rosa, Francisco Canais.....63

## S

Salazar, A. Oliveira ..... 31, 45, 53, 180, 292, 386  
 Sandegren ..... 78  
 Santos, António Almeida.....84,94,125,126,132,213,227,  
 416  
 Santos, Aurélio M. dos .. 231,242, 243, 246, 247,  
 256, 257, 266,267, 286, 418  
 Santos, Marcelino dos..... 12, 34, 83, 98, 107, 172, 177,  
 184, 206, 415, 417  
 Santos, Pedro Rafael dos ..... 169, 179  
 São Paulo ..... 53, 68  
 São Tomé e Príncipe..... 210, 223, 295, 304, 347  
 Savimbi, Jonas....158,177,206,396, 398, 402  
 Savitch, jornalista jugoslavo.....53, 181  
 Schmidt, Helmut ..... 220  
 Scott H. (senador EUA)...85, 299, 314, 317, 329, 371, 379  
 Sekulovitch (Sekulović) ..... 53, 139, 146, 150, 206, 259,  
 319, 399, 400  
 Sekulovski (Sekulovski) ..... 262, 266, 320, 322

- Semedo, Inácio ..... 171, 183,184, 416
- Senegal .....147, 159, 164, 165, 234, 389
- Senghor..... 24, 220
- Serra, Jaime...298, 299,305, 311, 312,313, 324, 326,327,  
352, 366-369, 385
- Serra, Manuel ..... 216, 234, 340
- Sérvia e Montenegro..... 4
- Sevian, Dimitri..... 67
- SFNE...9, 10, 12, 16, 17, 21, 28, 30, 32, 36, 37, 43, 44, 47,  
50, 54, 56, 57, 60, 61, 64, 65, 67, 69, 70, 72, 80, 82,  
86, 88, 91, 94, 95, 97, 99, 103, 105, 107-109, 113,  
116, 117, 118, 119, 123-132, 138, 139, 146, 147, 151,  
164, 165, 169, 171-174, 177, 178, 182, 188-191, 194,  
197,200,206, 208-217, 219-221, 224-226, 229- 232,  
235, 236, 242, 244-255, 259, 262, 264-266, 268, 277,  
281, 284, 287, 288, 292-298, 300, 304-306, 313-315,  
317, 319-322, 330-332, 350, 352, 354, 369, 372, 377,  
378-385, 395, 398, 402, 404, 406, 407, 410, 415, 416,  
Smith.....17, 18, 66, 82, 92, 151, 160
- Smole, Ioj (Smole, Jože) ..... 393, 394
- Soares, Mário....8, 11, 12, 22, 23, 25,27,30-36, 38, 41-51,  
55-58, 61-63,66.68,76-79,81,84,86, 88, 89,92--95, 98,  
109,113, 116, 121, 126, 129-138, 143-148, 150--156,  
161,165,169,170,171, 173, 174, 83,185,194,195,197,  
198,200,201, 210, 211,214-219,222,224,229,241,244,  
249, 250, 252, 260, 279, 280, 284-286, 293, 297-306,  
312, 316, 320, 321, 328-330,3 33, 337, 345-349. 353,  
368, 371, 376-379, 380-383, 385, 386, 389-396,398,  
402-405, 414,415
- Somália ..... 158
- Spasitch, Veroljub (Spasić, Veroljub).....107, 211, 212,  
215-217,226,227,229-232,234,236,241-249, 253-255,  
258, 262, 265, 266, 268, 288-290, 293, 296--300, 304,  
319-324, 330, 332, 352, 379-382, 385-387, 395, 399.  
400, 416, 417
- Spínola, António de... 9, 11,12, 15-20, 22, 24, 26, 34-41,  
43, 45, 46, 48, 50, 51, 54, 58-60, 62- 68, 69-75, 78-80,  
84, 94, 96, 113-116, 118, 121, 122, 130, 133, 135,136,  
143, 145, 147-149, 151- 155, 158, 161, 165, 169, 174,  
175, 178, 180-187, 191-193, 213-219, 225-228, 233,  
235-239, 241, 242, 244, 245, 249-251, 255, 256, 260-  
264, 268-270, 273, 278, 279, 284, 289, 291, 292, 300,  
307, 309, 311, 314, 315, 324, 328, 332, 335, 336, 339,  
344, 359, 363, 365, 371, 373, 374, 377, 382, 393, 402,  
407, 408, 415-417
- Spiro, H..... 26
- Srjentitch, Voian (Sržentić, Vojan) ..... 169
- Stambolitch, Petar (Stambolić, Petar) ..... 72, 73, 75, 93,  
236, 240, 262, 286, 296, 322, 385
- Stanovik ..... 60
- Steen ..... 51
- Stefan Andrei ..... 65
- Stevovitch, Mihaílo (Stevović, Mihajilo)..... 410
- Stoiakovitch (Stojaković)..... 281
- Stoikovitch (Stojković)..... 195, 230, 296, 400
- Stoilhekovitch (Stojiljeković) ..... 319, 330
- SWAPO ..... 161, 188, 189, 270, 394
- ## T
- Tanjug ..... 30, 32, 41, 140, 143, 177, 244, 247, 248, 254,  
261, 281, 288, 290, 297, 304, 313, 319, 350, 351, 369,  
370, 399, 401, 418
- Tanzânia ..... 16, 17, 34, 66, 90, 103, 139, 148, 158- 160,  
164, 199, 205, 213, 250, 255, 270-276, 279, 280, 309,  
310, 311, 321, 360, 361, 363, 412
- Tapavitchki (Tapavički)..... 292
- Tchemovitch (Džemović)..... 399
- Tchetinitch (Četinić) ..... 277
- Timor..... 211, 298, 304, 321, 347
- Tito, Iosip Broz .....24, 100, 102, 113, 117, 126, 133, 139,  
168, 181, 209, 219-221, 225, 244, 294, 306, 308, 315,  
333, 348, 349, 351, 356, 383, 394, 416
- Todorovitch (Todorović) ..... 24, 30
- Tomás, Américo ..... 82, 122, 142
- Tomás Melo Andersen ..... 109, 113,117
- Touré, Sekou ..... 147
- Tsetinitch, Marin (Cetinić, Marin) ..... 259, 280, 288, 289,  
294-296, 300, 307, 308, 322, 331, 333, 348, 357, 360,  
364, 366, 368, 385, 405
- Tsvorovitch (Čvorović) ..... 60
- Tunísia .....184, 218, 237, 329, 353, 389, 418

**U**

União Progressista do Senegal.....	394
União Socialista Árabe .....	394
União Socialista das Forças Populares .....	394
UNITA...154, 156, 158, 160-163, 189, 206, 212, 213, 218, 226, 228, 233, 238, 300, 304, 331, 346, 363, 382, 395, 396, 397, 401, 413	
URSS.. 14, 23, 24, 47, 67, 85, 97, 105, 107, 120, 122, 137, 143, 144, 160-162, 164, 176, 188, 197, 207, 215, 219, 229, 235, 239, 248-250, 254, 270-273, 275, 279, 280, 287, 289, 290, 297, 299, 300, 317, 318, 322, 330, 342, 357, 368, 387, 398	
Uyl, Joop den .....	220
Uzelats, Milan (Uzelac, Milan) .....	209

**V**

Vakitch ( Vakić) .....	395, 399
Van Elsland, dirigente do PSBélgica .....	35, 305, 354
Varsóvia .... 17, 24, 97, 247, 284, 286, 287, 312, 319, 349, 367, 418	
Vaticano .....	22, 24, 81, 415
Večernje Novosti.....	47, 48
Vereche, diplomata jugoslavo na URSS .....	27, 47, 196
Veskovitch (Vesković) .....	281
Vichenevski , dirigente do PSD da RFA.....	22, 23
Vida Mundial.....	169, 179, 416
Vidinitch (Vidinić).....	269
Viditch, Dobrivoie (Vidić, Dobrivoje).....	21, 24, 87,103, 106, 166, 167, 189, 268, 281,286, 289, 298,299, 305, 311, 312, 324, 326, 327, 330,331, 352, 353, 357, 366
Viena .....	17, 76, 406
Vietname .....	58, 169
Voivoditch (Vojvodić) .....	20, 23, 43, 55, 70, 86, 187, 195, 206, 240, 262
Vorster .....	85

Vrhunets (Vrhunec).....	230, 277, 395, 399, 402, 403
Vuiatovitch, Duchan (Vujatović, Dušan) .....	410
Vukasovitch (Vukasović) .....	399
Vukmanovitch (Vukmanović) .....	178
Vukolitch (Vukolić) .....	189, 194, 200, 201, 228, 277, 401, 417
Vukovitch Neboicha (Vuković, Nebojša) .....	99, 103, 381, 393, 397
Vutchitchevitch, Dragomir (Vučićević, Dragomir).....	109, 117, 119, 123, 127, 130, 132, 229, 281, 323

**W**

Waldheim, Kurt .....	172, 174,192, 201-204
Walters, Vernon.....	307,314, 371
Washington. 17, 18, 25, 26, 79, 82, 84, 85, 151, 165, 251, 252, 283, 293, 294, 306, 314, 317, 330, 355, 370, 371, 378, 416-419	
Wiggin (diplomata britânico) .....	77
Wilson, Harold.....	220
Wiznieer (jornalista).....	79

**Z**

Zaire 13, 14, 139, 148, 156-161, 164, 177, 199, 200, 204, 206, 211, 213, 224, 233, 242, 255, 256, 269-271, 273, 275, 277, 279, 280, 294, 310, 311, 345, 346, 363, 365, 396, 412	
Zâmbia .. 14, 28, 30, 90, 98, 103, 130, 139, 148, 152, 156, 157-161, 164, 177, 188, 199, 213, 250, 270-277, 279, 285, 294, 300, 308, 310, 311, 321, 331, 345, 360, 363, 365, 412,	
ZANU .....	17
ZAPU .....	270
Zemun, Câmara Municipal de .....	101
Zenha, F.Salgado...249,301,304,333,334,337,346,347,349	
Zoritch (Zorić).....	97

## VII – Fontes e Bibliografia

### Fontes Manuscritas

Arhiv Jugoslavije / Arquivo da Jugoslávia.  
 Diplomatski Arhiv Ministarstva Spoljnih Poslova /Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.  
 Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.

### Breve Bibliografia

AA.VV. (Santos, Boaventura de Sousa; Cruzeiro, Manuela; Coimbra, Natércia), O Pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução (1973-1976). 2008.  
 ( <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/943> ).

AA.VV, [1804-2004] Moderna Srpska Država - Hronologia / [1804-2004] / Moderno Estado Sérvio - Cronologia, Belgrado, 2004.

Carvalho, Jorge Santos, «As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1961-78) nos Arquivos de Belgrado», *Cadernos do CEIS20*, 17, Coimbra, 2011.  
 ( [https://www.uc.pt/iii/ceis20/Publicacoes/cadernos\\_do\\_ceis20/cadernos\\_17](https://www.uc.pt/iii/ceis20/Publicacoes/cadernos_do_ceis20/cadernos_17) ).

Carvalho, Jorge Santos, «A Jugoslávia nas Encruzilhadas do 25 de Abril», Estudo Geral, Repositório científico da UC, 2019,  
 ( <http://hdl.handle.net/10316/85306> ) .

Ristovitch, Milan (Ristović M.), «Breve História da Experiência Jugoslava (1918-91)», Revista Portuguesa de História, Coimbra, 2014, p.127-157.